

Academia de Marinha

MEMÓRIAS 2021

VOLUME LI





Academia de Marinha



MEMÓRIAS 2021

VOLUME LI

LISBOA
2022



OCEANO AZUL
fundação

Ficha técnica

Título Memórias 2021

Edição Academia de Marinha, Lisboa

Coordenação José Manuel Maia
Luís Couto Soares

Capa e contracapa

Octante inglês, de 16 polegadas, em latão, mogno, marfim e vidro, com inscrição
“Made by THO^s. RIPLEY Hermitage Bridge * LONDON * For M^r James Adam Nov^r 5 1788”

Fabricante: Thomas Ripley, Hermitage Bridge, London

Dimensões: 46 x 37 cm

Data: 1788

Colecção LCS

Fotos: Filipe Enes

Concepção gráfica: Luís Couto Soares

Data Janeiro 2023

Tiragem 200 exemplares

Impressão e acabamento Página Ímpar

Depósito legal 355115/13

ISBN 978-972-781-171-7

ÍNDICE

Titulares dos cargos estatutários em 2021	11
Síntese da atividade cultural em 2021	12
Vida académica	13
Lista de membros eleitos	19

Sessões culturais

12 JANEIRO

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO ACADÉMICO DE 2021

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha Francisco Vidal Abreu	23
--	----

O Mundo pós Covid19

Paulo de Sacadura Cabral Portas*

20 ABRIL

De Génova a Setúbal

Mar e Festas no Casamento de D. Ana Dória com D. Jorge de Lencastre Maria João Pereira Coutinho	27
---	----

22 ABRIL

Estradas Inteligentes: Expectativas e Desafios da Mobilidade no Futuro Armando Teles Fortes	49
---	----

27 ABRIL

A visão estratégica de D. João II. Antecedentes da 1ª Embaixada à Abissínia*

António Costa Canas

Nos 500 anos da chegada da 1.ª Embaixada de Portugal à Abissínia (Abril de 1520)	59
---	----

Manuel Cadafaz de Matos

4 MAIO

SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM O ICEA

“5 DE MAIO - DIA MUNDIAL DA LÍNGUA PORTUGUESA”

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha Francisco Vidal Abreu	79
--	----

A língua portuguesa hoje: unidade, sim... mas diversidade total	81
--	----

Artur Anselmo

Portugal: ‘perfil’ da Europa ‘desenhado no Mar’	89
Annabela Rita	
O almanaque de Pessoa	109
Mário Avelar	
11 MAIO	
Defesa e Segurança marítima do Atlântico	119
Victor Lopo Cajarabille	
13 MAIO	
SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM A FUNDAÇÃO OCEANO AZUL – OCEANÁRIO DE LISBOA “OS GRANDES DESAFIOS DO OCEANO NA PRÓXIMA DÉCADA”	
Perspetivas sobre o desenvolvimento do conhecimento científico do Oceano para a década 2021-2030*	
Carlos Ventura Soares	
Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha	159
Francisco Vidal Abreu	
18 MAIO	
Recordar Bartolomeu Dias – a “Aguada de São Brás” na atual Diaz Bay	161
Miguel Corrêa Monteiro	
25 MAIO	
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO DIA DA MARINHA 2021	
Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha	173
Francisco Vidal Abreu	
Sistemas de apoio à decisão. Enquadramento e relevância	177
Mário José Simões Marques	
1 JUNHO	
SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM A ANBA “VISÃO NO DESIGN NÁUTICO. HISTÓRIA, ARTE E ECOEFICIÊNCIA”	
Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha	191
Almirante Francisco Vidal Abreu	
Projeto de um navio militar*	
Carlos Alberto Lopes Moreira	
Design e Arquitetura no contexto do edificado da Marinha*	
David Liebermann	
Palavras proferidas pela Presidente da Academia Nacional de Belas Artes	193
Natália Correia Guedes	

2 JUNHO

LANÇAMENTO DO LIVRO “HISTÓRIA DA LIGA NAVAL PORTUGUESA (1900-2020)”

Apresentação do livro

Luís Macieira Fragoso 195

João Freire 199

Palavras do autor

Fernando David e Silva 203

8 JUNHO

O último fôlego reformista do século XIX:

a Carta de Lei de 1 de Setembro de 1899 207

Isabel Graes

15 JUNHO

O Bergantim Real. Embarcações de gala da Casa Real portuguesa (1619-1818) – História, modelos e tipologias 229

Nuno Saldanha

22 JUNHO

A actividade naval portuguesa na Restauração segundo as primeiras fontes periódicas [1640-1668] 265

Eurico Gomes Dias

24 JUNHO

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “FUZILEIROS. 400 ANOS DE MEMÓRIAS”

Palavras do apresentador do livro*

José Rocha e Abreu

Palavras do autor do livro 295

Paulo Santos

Palavras do autor do livro*

José Manuel Cabrita

29 JUNHO

Uma obra Portuguesa de Marinha, de Claude Joseph Vernet ou a contribuição de Claude-Joseph Vernet à “pintura do Marquês de Pombal” 297

Paulo Santos

6 JULHO

A estratégia da Marinha para as guerras de África (1961-1974) 317

José Manuel Maia

8 JULHO

INAUGURAÇÃO DA XVI EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha 349
Francisco Vidal Abreu

13 JULHO

A importância do mar para Portugal 353
Henrique Monteiro

21 SETEMBRO

SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO PRÉMIO

“ALMIRANTE TEIXEIRA DA MOTA - 2020”

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha 361
Francisco Vidal Abreu

Apresentação da obra:
“Cristóvão Colombo o Genovês, o meu Tio por afinidade” 365
Luís Filipe Reis Thomaz

12 OUTUBRO

Prisioneiros no Norte de África - O resgate dos cativos portugueses
(séculos XVI - XVIII)*

Edite Martins Alberto

14 OUTUBRO

CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA REVISTA DA ARMADA

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha 381
Francisco Vidal Abreu

15 anos na Revista da Armada 383
Luiz Roque Martins

A propósito do meu grande amigo doc: um olhar diferente sobre a Marinha*
Luís Carlos Bronze dos Santos Carvalho

Síntese da minha colaboração, ao longo dos anos, com a Revista da Armada*
Jorge Semedo de Matos

Palavras proferidas pelo Diretor da Revista da Armada*
Anibal Ramos Borges

15 OUTUBRO

SESSÃO COMEMORATIVA DOS 100 ANOS DO NASCIMENTO DO CALM ROGÉRIO
D'OLIVEIRA - PAVILHÃO DAS GALEOTAS**

19 OUTUBRO

CICLO – ECONOMIA DO MAR – MESA REDONDA

Marinha de Comércio. Que futuro?*

Jorge Pinho d’Almeida | Assunção Cristas | Carla Olival | António Belmar da Costa

26 OUTUBRO

Sobre a temática das difíceis relações internacionais atuais na Ásia*

Luís Tomé

2 NOVEMBRO

O *Tractado de las Drogas* de Cristóvão da Costa

Um marco indelével na História da Botânica

Teresa Nobre de Carvalho

395

3 NOVEMBRO

1ª SESSÃO CONJUNTA COM A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha

Francisco Vidal Abreu

421

Portugal e o Brasil sob o embate dos imperialismos.

O papel do ministro da Marinha D. Rodrigo de Sousa Coutinho na ideação e construção do Reino Unido de Portugal e Brasil

José Viriato Capela

423

A revolução de 1820 e a instrução pública. Notas de uma comunicação

Luís Reis Torgal

430

4 NOVEMBRO

Estratégia naval portuguesa 2021*

António Maria Mendes Calado

Nuno Sardinha Monteiro

Rebocho Antunes

Andrade Gonçalves

Lourenço da Piedade

9 DE NOVEMBRO

O processo abolicionista e o papel da Armada no combate ao tráfico ilícito

João Pedro Marques

449

11 NOVEMBRO

Os Guardas ao Serviço da Marinha: dos descobrimentos à actualidade

José Luís Santos Cardoso

463

16 NOVEMBRO

**O fim trágico da nau Nossa Senhora do Rosário e Santo André (1737):
História e Literatura****

Artur Teodoro de Matos
Maria do Céu Fraga

23, 24 E 25 NOVEMBRO

II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO ORIENTE**

30 NOVEMBRO

Recursos mineiros: de privilégio a pesadelo e consequências

475

Delfim de Carvalho

2 DEZEMBRO

LANÇAMENTO DO LIVRO “MEMÓRIAS DA GUERRA E DO MAR”

Palavras do editor do livro*

Henrique Alexandre da Fonseca

Palavras dos apresentadores do livro*

Nuno Severiano Teixeira
José António Rodrigues Pereira

Palavras do autor do livro*

João Freire

7 DEZEMBRO

**Os 500 anos da morte de D. Manuel I (13 de dezembro de 1521)
e a subida ao trono de D. João III***

João Paulo Oliveira e Costa

**A sombra de um Príncipe Herdeiro, D. João de seu nome na morte
de um rei Venturoso**

501

Ana Paula Avelar

14 DEZEMBRO

SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DO ANO ACADÊMICO

Palavras do Presidente da Academia de Marinha*

Francisco Vidal Abreu

Uma visão espiritual do Mar*

José Tolentino de Mendonça

* Não publicado neste volume das Memórias por falta do texto

** Editado em separado

TITULARES DOS CARGOS ESTATUTÁRIOS EM 2021*

Presidente

Almirante Francisco Vidal Abreu

Presidente da Classe de História Marítima

Professor Doutor Vítor Gaspar Rodrigues

Presidente da Classe de Artes, Letras e Ciências

Contra-almirante Luiz Roque Martins

Secretário-geral

Capitão-de-mar-e-guerra Herlander Valente Zambujo

Secretário da Classe de História Marítima

Professora Doutora Ana Paula Avelar

Secretário da Classe de Artes, Letras e Ciências

Dr. Paulo da Silva Santos



* Eleitos, para o triénio 2019-2021, pela Assembleia dos Académicos de 15 de novembro de 2018 e homologado em 28 de novembro de 2018 pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

SÍNTESE DA ATIVIDADE CULTURAL

A Academia de Marinha (AM) tem como missão a promoção e desenvolvimento de estudos e a divulgação do conhecimento relacionado com a história, artes, letras e ciências dedicadas ao mar e às atividades marítimas. Nesse âmbito, durante o ano de 2021, a sua atividade procurou o cumprimento dessa missão, principalmente através da realização de sessões culturais ordinárias e extraordinárias, ao mesmo tempo que manteve uma intensa atividade editorial.

Porém, pelo segundo ano consecutivo a pandemia de SARS-CoV-2 limitou em grande medida a capacidade de organização dos eventos planeados. Mesmo assim, a Academia de Marinha, seguindo as normas da Direção Geral de Saúde (DGS), conseguiu, recorrendo a um aproveitamento do segundo semestre do ano, efetivar 25 conferências ordinárias e 17 extraordinárias, das quais 5 em sessões conjuntas com outras entidades homólogas, nomeadamente com a Academia Portuguesa de História (APH), a Academia de Ciências de Lisboa (ACL), a Academia Nacional de Belas Artes (ANBA), a Fundação Oceano Azul (FOA) e o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA). De salientar a realização do II Simpósio de História do Oriente, subordinado ao tema *Magalhães e Elcano e a Exploração das “Pacíficas às Índicas águas”*, que, depois de ter sido adiado em 2020, juntou 33 investigadores consagrados, maioritariamente portugueses e espanhóis, ao longo de 3 dias em 30 sessões, com uma tarde realizada via *Zoom* com os conferencistas do Uruguai, da Argentina e das Filipinas. Destaque ainda para a Sessão Solene de Encerramento do Ano Académico, presidida por sua Ex.^a o Presidente da República e tendo como conferencista Sua Eminência o Cardeal Dom José Tolentino de Mendonça.

Relativamente à atividade editorial da Academia de Marinha, destacam-se os lançamentos das obras: *Memórias 2020*; *Cristóvão Colombo o Genovês, o meu Tio por afinidade*; *Fernão de Magalhães e o Conhecimento dos Oceanos*; *Nuno Gonçalo Vieira Matias, in memoriam e Naus e Fragatas II, o conjunto de gravuras didáticas setecentistas portuguesas e as Planches de Ozanne*.

Desta forma, a Academia de Marinha tem dado continuidade ao esforço em manter viva a memória daqueles que participaram ou viveram períodos marcantes ou acontecimentos de relevo para a História de Portugal e da Marinha, ajudando desta forma a melhor entender o presente e perspetivar o futuro, através do conhecimento do passado.

VIDA ACADÉMICA

Sessão Solene de Abertura do Ano Académico

Presidida por Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, a sessão solene de abertura do Ano Académico teve lugar a 12 de janeiro.

O orador convidado para a Abertura do ano académico foi o Dr. Paulo Sacadura Cabral Portas, com a comunicação intitulada «Mundo pós-Covid-19».

Por fim, com a presença do Almirante CEMA, bem como de todos os convidados desta sessão de abertura, foram visitadas as renovadas instalações da Academia de Marinha, em particular a Biblioteca e Sala dos Académicos.



Sessão Solene Integrada no Dia da Marinha de 2021

Decorrente do espírito do Dia da Marinha, a Academia celebrou a solenidade no dia 25 de maio, com uma sessão presidida por Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Maria Mendes Calado, que atribuiu o título de «Pintor de Marinha» aos artistas António Delfim e Fernando Lemos Gomes, cujas pinturas têm temáticas que estão associadas ao mar, aos navios, à paisagem, e aos motivos marítimos, merecendo assim a distinção que lhes foi atribuída.



A comunicação proferida no âmbito destas comemorações ficou a cargo do Contra-Almirante Mário Simões Marques, que trouxe ao repleto auditório da Academia uma reflexão intitulada «Sistemas de Apoio à Decisão. Enquadramento e relevância».

Inauguração da XVI Exposição de Artes Plásticas «O Mar e os Motivos Marítimos»

Em 8 de julho de 2021 decorreu a inauguração da XVI Exposição de Artes Plásticas «O Mar e os Motivos Marítimos», no Museu de Marinha.

Para a edição deste ano, a XVI, os participantes foram desafiados a buscar inspiração na «grande viagem» de Fernão de Magalhães, desafio a que muitos dos 25 participantes responderam com entusiasmo, apresentando-se a concurso com 61 peças, distribuídas entre obras de pintura, escultura e modelismo.



Sessão Solene de entrega do Prémio “Almirante Teixeira da Mota” /2020

A sessão solene de entrega do Prémio “Almirante Teixeira da Mota” /2020 realizou-se no auditório da Academia no dia 21 de setembro.

Nesta edição, o júri decidiu atribuir o Prémio ao Professor Doutor Luís Filipe Reis Thomaz pela obra «Cristóvão Colombo, o Genovês, meu tio por afinidade», destacando a qualidade literária, científica e técnica da obra.



Foi ainda entregue uma menção honrosa à Doutora Nina Vieira Portugal Azevedo, pelo seu trabalho intitulado «A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas».

Sessão Solene Comemorativa dos 50 anos da Revista da Armada

A Academia de Marinha acolheu no dia 14 de outubro a comemoração solene dos 50 Anos da Revista da Armada (RA), numa organização deste organismo cultural da Marinha, e presidida por Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António Mendes Calado.



Sessão Solene Comemorativa do Centenário do Nascimento do Contra-almirante Rogério d'Oliveira

Além de uma brilhante carreira como oficial de marinha e arquiteto naval, o Contra-almirante Rogério Silva Duarte Geral d'Oliveira foi também um destacado professor, tanto na Escola Naval como no Instituto Superior Técnico, e académico, destacando-se a Presidência da Academia de Marinha entre os anos de 1985 e 2004. Em homenagem a este distinto oficial, e pelo facto de 2021 ser o ano em que cumpriria 100 anos de vida, a Academia de Marinha e o Museu de Marinha realizaram uma Sessão Conjunta Comemorativa desta efeméride, fazendo coincidir a data de realização com a sua data de aniversário, 15 de outubro.



II Simpósio de História do Oriente

Inserindo-se nas comemorações do V Centenário da primeira Circum-navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães, o II Simpósio de História do Oriente dedicou-se a explorar o tema “Magalhães e Elcano e a Exploração das Pacíficas às Índicas águas”, numa realização que deveria ter ocorrido em 2020, mas que dada a situação de todos conhecida, apenas foi possível ter lugar nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2021.



Sessão Solene de Encerramento do Ano Académico

A Academia de Marinha celebra anualmente o encerramento do seu ano académico, convidando um académico de reconhecido nível intelectual e erudição a conduzir uma sessão solene à altura da circunstância.

Plena de intelectualidade e erudição, a sessão de 14 de dezembro começou com a entrega do Diploma de Membro Honorário desta Academia ao Cardeal Dom José Tolentino de Mendonça, entrega essa feita por Sua Excelência o Presidente da República e Presidente de Honra da Academia de Marinha.



Assembleia dos Académicos

Foram realizadas três Assembleias dos Académicos, a primeira a 28 de janeiro, tendo em vista a aprovação do Relatório de Atividades 2020 e do Plano de Atividades 2021, a segunda a 21 de outubro, com eleições para as diversas categorias de membros, e a última a 18 de novembro, para a eleição dos membros do Conselho Académico para o triénio 2022-2024.

Prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues” /2021

Foi atribuído o prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues” 2021 ao trabalho “Do Algarve a Marrocos e à Índia: Francisco Barreto e a Casa de Quarteira (Séculos XV-XVI)”, do Professor Doutor Nuno Vila-Santa.

Prémio “Academia de Marinha” 2021

Procedeu-se pelo segundo ano consecutivo à atribuição do Prémio “Academia de Marinha” 2021. Este prémio, instituído em 2020 pelo Ministro da Defesa Nacional, destina-se a dinamizar e incentivar a pesquisa e investigação científica no âmbito das atividades marítimas portuguesas e das artes, letras e ciências no que diga respeito ao mar e às atividades marítimas e, em particular, à História da Marinha e da ciência náutica e cartografias portuguesas.

Pela qualidade e diversidade da obra realizada ao longo da sua vida, o prémio foi atribuído ao académico José Manuel Malhão Pereira, Capitão-de-mar-e-guerra.

Lançamento e apresentação de livros

Memórias 2020;

Cristóvão Colombo o Genovês, o meu Tio por afinidade;

Fernão de Magalhães e o Conhecimento dos Oceanos;

Nuno Gonçalo Vieira Matias in memoriam;

Naus e Fragatas II – O conjunto de gravuras didáticas setecentistas portuguesas e as Planches de Ozanne;

Histórias Marítimas dos Açores.



Sessões realizadas

Durante o corrente ano foram realizadas 25 conferências ordinárias e 17 extraordinárias. Os textos das conferências apresentadas encontram-se no corpo destas *Memórias*, exceto nos casos em que não foi possível a sua entrega por parte dos autores.

Acadêmicos falecidos

Geneviève Bouchon (França);
José Fernandes Martins e Silva;
Francisco José Contento Domingues;
George Fletcher Bass (E.U.A.);
Rogério Silva Duarte Geral d'Oliveira.

LISTA DE MEMBROS ELEITOS

Na Assembleia dos Académicos de 21 de outubro

Honorários

José Tolentino de Mendonça
Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz
José Henriques Ferreira Cyrne de Castro

Eméritos da Classe de História Marítima

Amândio Jorge Morais Barros
Carlos Manuel Baptista Valentim
Luís Filipe Marques Couto Soares

Eméritos da Classe de Artes, Letras e Ciências

Joaquim Filipe Figueiredo Alves Gaspar
José Luís Rodrigues Portero

Efetivos da Classe de História Marítima (por elevação)

Paulo Jorge Corino de Sousa Pinto
Tiago de Martinho Simões Machado Castro
António José Chrystêllo d'Oliveira Tavares
Prof. Doutor Manuel António Garcia Braga da Cruz

Efetivos da Classe de Artes, Letras e Ciências (por elevação)

Fernando Freitas Artilheiro
João Pedro da Silva Ramos Barreiros
Bruno Ricardo Amaral Henriques
Ana Margarida de Matos Hilário
João Rosa Lã

Correspondentes da Classe de História Marítima

José Manuel dos Santos Maia
Nuno Vila-Santa
António Nuno Saldanha Pereira Coelho

Correspondentes da Classe de Artes, Letras e Ciências

Sérgio Miguel Raminhos Carrilho da Silva Pinto
Maria João Fontes Pereira Coutinho
Isabel Graes
Aurora da Conceição Bizarro
Mário José Simões Marques

SESSÕES CULTURAIS

SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO ACADÉMICO DE 2021

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 12 de Janeiro

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

A escassas quatro semanas da última sessão do ano de 2020, aceitou Vossa Excelência de novo presidir a uma sessão desta Academia, agora para marcar o início de novo ano académico, o último deste segundo mandato do atual Conselho Académico.

Demonstrada a capacidade de colocar esta barca de novo a navegar apesar das vagas alterosas que nos têm fustigado, mas que têm a singularidade de em vez de cristas terem picos e em que às cavas chamam patamares, esperávamos ter um início de 2021 claramente mais tranquilo. Ao contrário, vemos pairar no ar nuvens bem negras que poderão levar mais uma vez à necessidade de interromper as nossas sessões, o que não desejamos, embora nunca deixássemos de contar com a inestimável colaboração dos oradores convidados e de uma corajosa assistência que nunca falhou por acreditar que aqui encontraria todas as condições de segurança e o conforto do são convívio académico pelo qual anseiam.

Porque decidimos transpor para este ano as vinte sessões que tivemos que cancelar em 2020, a nova programação não nos vai deixar grande liberdade criativa. Mas tudo se fará para dar resposta positiva ao significativo número de investigadores, membros e não membros da Academia de Marinha, que felizmente já nos manifestaram a sua disponibilidade e gosto para se responsabilizarem por alguma das sessões que ainda se encontram em aberto. Tranquilizá-nos, naturalmente, saber que teremos sempre connosco o apoio solidário do Comandante da Marinha.

Senhores académicos, distintos convidados, bem hajam mais uma vez pela vossa presença.

Este ano, pela primeira vez, vai ser atribuído o Prémio “Academia de Marinha”. Iniciativa prontamente apoiada pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, deu origem à portaria nº 237/2020 de 9 de Outubro de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, destinando-se o prémio a “incentivar e a dinamizar a pesquisa e a investigação científica no âmbito da história das atividades marítimas portuguesas e das artes, letras e ciências no que diga respeito ao mar e às atividades marítimas e, em particular, à história da Marinha e da ciência náutica e cartografia portuguesas”.

O prémio é de âmbito internacional e, de acordo com o seu Regulamento, tem cariz anual, e pode ser atribuído a trabalhos originais singulares ou coletivos, ou pelo conjunto da obra ... de autores nacionais ou estrangeiros.

De acordo com o Regulamento, os Secretários das classes de História Marítima e de Artes, Letras e Ciências, propuseram ao júri para apreciação, em 2020, apenas um trabalho com o título “Viagens e Operações Navais 1824-1974” coordenado pelo Comandante, Doutor António Costa Canas.

Esta proposta foi fundamentada “no facto de esta obra passar a ser um marco incontornável no âmbito da História da Marinha Portuguesa, visto revelar um conhecimento científico atualizado das matérias tratadas, elaborando um quadro geral de um período nuclear da História contemporânea da Marinha Portuguesa e o texto ser suportado por uma cuidada análise das fontes usadas.

A qualidade do mesmo, em tudo rigoroso e de agradável leitura, convida investigadores e público em geral a uma demorada e repetida consulta”.

Termina e volto a citar “Consideramos ser esta uma obra de referência e que plenamente se enquadra nos objetivos que presidem ao Prémio Academia de Marinha, neste primeiro ano da sua atribuição”.

O júri, que para além do Presidente, Vice-Presidentes e Secretário-Geral da Academia incluiu ainda, a convite do Presidente, os académicos José Luís Leiria Pinto e José Augusto Vilas Boas Tavares, a quem deixo aqui os meus agradecimentos, debateu o mérito da obra proposta nas suas vertentes técnica e científica, tendo a mesma merecido a sua aprovação. Sublinho que, durante a sessão, foram ainda apresentadas propostas no sentido de melhorar o regulamento do prémio, bem como algumas fases da sua execução, o que também se agradece, já que se trata da primeira edição de um prémio recém-criado.

Mas a sessão de hoje tem outro ponto forte. De facto, tem sido norma nos últimos anos convidar para as sessões de abertura uma prestigiada personalidade nacional, não membro da Academia. Por decisão unânime do Conselho Académico coube este ano o convite ao Dr. Paulo Portas que cumprimento, agradecendo ter aceitado o convite que lhe dirigi. Figura de todos conhecida, abreviarei a sua apresentação. Jornalista, influente líder partidário, experiente parlamentar, convicto democrata-cristão, exerceu cargos governativos em quatro governos constitucionais onde foi ministro de Estado e da Defesa Nacional e também dos Assuntos do Mar e mais tarde Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-1º Ministro.

Porque o tempo inexoravelmente leva ao esquecimento e já lá vão mais de quinze anos, não posso deixar passar esta ocasião sem lembrar que Portugal deve ao Dr. Paulo Portas poder hoje ter uma Marinha com uma robusta capacidade oceânica à dimensão da sua riqueza, não da sua geografia, o que nunca sucederia se amputada da sua capacidade submarina. Foi a sua determinação e o forte sentido que para si sempre representou a palavra soberania que permitiu esse feliz desenlace. É bom que periodicamente se relembrem alguns aspetos da nossa história trágico-marítima para que os mais velhos não esqueçam e os mais novos não deixem de conhecer.

Deixando a atividade política em temporário sossego, tem o Dr. Paulo Portas nos últimos anos exercido a sua larga experiência como consultor e conselheiro internacional,

professor universitário, comentador, orador e conferencista, essencialmente sobre temas ligados à estratégia, às relações internacionais e à economia, esta nos dias de hoje muito ligada à saúde pública, onde sempre ressalta a forma extremamente cuidadosa com que prepara as suas apresentações públicas.

Seria assim um desperdício se a Academia de Marinha, nos tempos de mudança profunda que ocorrem a nível mundial, em parte ditadas pela pandemia que a todos assola, não aproveitasse a experiência e o conhecimento do Dr. Paulo Portas para nos guiar prospectivamente para o que nos espera num futuro mais ou menos próximo.

O Senhor doutor não deixará certamente de nos vir contar o que já consegue ver na sua bola de cristal.

Muito Obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 12 de Janeiro de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

DE GÉNOVA A SETÚBAL MAR E FESTAS NO CASAMENTO DE D. ANA DÓRIA COM D. JORGE DE LENCASTRE

Comunicação apresentada pela Prof^a Doutora
Maria João Pereira Coutinho¹, em 20 de abril

NOTAS PRÉVIAS

O estudo que ora se apresenta incide sobre o enlace de D. Ana Dória (1605-1620), princesa de Melfi, com D. Jorge de Lencastre (1594-1632), duque de Torres Novas, em Setúbal, no ano de 1618, a partir de uma fonte manuscrita, quase ignorada, de João Batista Lavanha (c. 1550-1624), cronista-mor e cosmógrafo ao serviço dos Habsburgo.

Embora referida por D. António Caetano de Sousa², António-Paulo Ubieto Artur³ e António José Duarte Costa Canas⁴, e também por nós⁵, entre outros autores, esta nunca foi transcrita, editada e analisada. Também nunca foi estudada na perspectiva da importância que esta união teve no contexto da Monarquia Dual, bem como no que concerne aos aspectos ligados ao mar.

Pretendendo trazer à luz essa narrativa, através de uma abordagem que procura enquadrar os antecedentes portugueses desta tipologia de efeméride da Época Moderna, o texto, que oportunamente se dará à estampa, acompanhado da transcrição integral e inédita do documento, divide-se em três partes, que incidem sobre as “Festas no Mar”, as “Festas na Terra” e o cronista “João Bautista Labanha”.

Para além de traçar o caminho marítimo que essa princesa percorreu até chegar àquela que foi a sua nova e derradeira casa, em Setúbal, o estudo procura informar sobre

¹ Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0046].

² D. António Caetano de SOUSA, *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança*. TOMO XI, Lisboa, Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1745, pp. 69-72.

³ António-Paulo Ubieto ARTUR, “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVI, 1991, pp. 395-408.

⁴ António José Duarte Costa CANAS, *A obra náutica de João Baptista Lavanha (C. 1550-1624)*, Tese de doutoramento em História (História dos Descobrimentos e Expansão), apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2012.

⁵ Maria João Pereira COUTINHO, “Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna”, in *Revista Musa*, N.º 5, 2018, pp. 141-150.

os diversos cenários que se configuram junto ao rio Sado, e sublinhar a importância desta narrativa no contexto do entendimento das festas áulicas portuguesas.

Tendo, portanto, o mar e o rio como pano de fundo, o cerimonial pode ser comparado com outros casamentos, mas também com a *Joyeuse Entrée* de Filipe III de Espanha (1578-1621) em Portugal, no ano de 1619⁶.

“FESTAS NO MAR”

Os antecedentes portugueses desta tipologia de efeméride

A importância que os aparatos marítimos têm nos cerimoniais áulicos deve ser equacionada na análise destas festas, particularmente por servir de modelo a seguir. Assim, nunca é demais recordar alguns dos matrimónios ocorridos em Portugal.

O da infanta D. Leonor (1434-1467), filha de D. Duarte (1391-1438), com Frederico III (1415-1493), imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em 1451, é um dos primeiros. Nessa data, sabemos que essa princesa se deslocou num aparatoso cortejo até ao cais da Ribeira de Lisboa, “onde se havia fabricado huma magnifica ponte”⁷ e embarcou na luxuosa carraca *Doria*, mandada vir de Itália⁸. Esse evento mobilizou cerca de 3.000 pessoas, que se distribuíram no Tejo por duas carracas, cinco ou seis naus, duas caravelas e oito barcas⁹.

No casamento da infanta D. Beatriz (1504-1538) com Carlos III (1486-1553), duque de Sabóia, em 1521, o rio foi novamente palco para essa tipologia de celebrações¹⁰. A partida da infanta deu origem ao engalanamento de batéis, naus, galés, galeões e caravelas da armada, bem como à faustosa decoração da embarcação onde seguiu a família real e respectiva comitiva, com toldos de brocado de veludo, alcatifas, bandeiras e estandartes de damasco carmesim e branco¹¹. O cortejo foi acompanhado

⁶ João Baptista LAVANHA, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lbe fez / S. Magestade a mandou escreuer por Ioão Baptista Lavanha sev Coronista Mayor*, Madrid, Thomas Iunti, Impressor del Rei N. S., 1622 (En Madrid por Thomas Iunti, Impressor del Rei nosso Senhor, 1621).

⁷ D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, TOMO II, Livro III, 1736, p. 315.

⁸ Maria Helena da Cruz COELHO, “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”, in *Revista Portuguesa de História*, 36, 2002-2003, pp. 41-70, e António Martins COSTA, “O casamento de Leonor e Frederico III (1451-1452) e as relações entre Portugal e o Sacro Império nos finais da Idade Média”, in *Medievalista online*, n.º 24, 2018. Consultado a 20 de Março de 2020 em: <https://journals.openedition.org/medievalista/1703>.

⁹ *Idem, Ibidem*.

¹⁰ Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, pp. 31-32 e Carla Alferes PINTO, “Objectos artísticos, aparato e cor carmesim na memória esquecida do casamento da infanta D. Beatriz (1521)”, in Ana Maria S. A. RODRIGUES, Manuela Santos SILVA, Ana Leal de FARIA (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e fracassos*. Vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2017, pp. 169-197.

¹¹ *Idem, Ibidem*.

de uma forte componente musical, onde se evidenciavam os sons das muitas charamelas e trombetas¹².

Também a entrada de D. Joana de Áustria (1535-1573), filha de Carlos V (1500-1558), para se unir em 1552 ao príncipe João Manuel (1537-1554), foi significativa no que refere ao Tejo como cenário para as comemorações¹³. Foi lançado fogo de artifício das naus que se encontravam no rio. Para além dessas embarcações, somava-se a presença de fustas, batéis e caravelas, que faziam muitos jogos e invenções, e que ostentavam toldos e outras armações, revestidas de brocados, sedas e vistosas bandeiras¹⁴. Iam na principal embarcação, os monarcas e os nobres, e em outra, de menor aparato, os oficiais da cidade. Todas tinham decorações alusivas a Lisboa, como bandeiras com a representação da nau e do corvo, e outros acessórios¹⁵. O mesmo testemunho narra que se contaram nesse acto mais de seiscentas caravelas¹⁶.

Apesar de não termos conseguido localizar relatos que o comprovassem, a partida de Lisboa da infanta D. Maria (1538-1577), em 1565, aquando do seu casamento com Alexandre Farnésio (1545-1592), duque de Parma, ter-se-á certamente realizado com a pompa marítima que a circunstância também exigia¹⁷.

Os preparativos dos esponsais

Desconhecendo ainda os pormenores que antecederam o matrimónio de D. Ana Dória com D. Jorge de Lencastre, não convém ignorar o propósito que este enlace terá tido no que se refere a reforçar laços e alianças entre uma das maiores casas de Portugal, a Casa de Aveiro, e a Casa de Áustria, numa época onde era conveniente legitimar um governo hispano-português. D. Ana Dória era genovesa e estava, desde o pacto celebrado entre o almirante Andrea Dória (1466-1560) e o imperador Carlos V, indubitavelmente ligada à Coroa espanhola, por via da aliança comercial que se tinha estabelecido entre Génova e Espanha.

Sendo filha de Andrea Dória (1570-1629), 3.º príncipe de Melfi, *Grande de Espanha*, e de D. Joana Colonna, (c. 1570-1620), era neta pela via materna de Fabrizio Colonna (1557-1580) e de Ana Borromeu (c. 1550-?) e bisneta de Margarida de Medici

¹² *Idem, Ibidem.*

¹³ Ana Maria ALVES, *op. cit.*, pp. 76-82 e Ana Isabel BUESCU, *Na Corte dos Reis de Portugal, Saberes, Ritos e Memórias*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 149-151.

¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁶ Acerca desta tipologia de embarcação, que também podia ser “um simples barco de pesca, de boca aberta, de pano latino, e que possivelmente, largava uma única vela”, consulte-se a obra dos Comandantes Humberto LEITÃO e J. Vicente LOPES, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (3.ª edição), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p. 138.

¹⁷ D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, TOMO III, Livro IV, 1737, pp. 261-265.

(1510-c. 1547), o que a tornava sobrinha neta do Cardeal Carlos Borromeu (1538-1584) e sobrinha neta, em 2.º grau, do papa Pio IV (1499-1565). Pela via paterna era sobrinha de D. Carlos Dória Carreto, Duque de Tursi (1576-1650), irmão de seu pai, Capitão Geral das Galés de Génova, e diplomata genovês ao serviço de Espanha¹⁸.

Ana Dória era ainda irmã de D. Artemisia (1604-1654), que havia casado em Fevereiro de 1618, com D. Francisco de Borja (1596-1664), 8.º Duque de Gandía, à semelhança do que havia acontecido com sua tia, também ela Artemisia, casada com o 7.º Duque do mesmo título. Essa circunstância fazia dela parente dos descendentes do jesuíta Francisco de Borja e Aragão (1510-1572), que, como iremos ver mais adiante, foi determinante para a obtenção dos cabedais necessários para a preparação da boda.

D. Jorge de Lencastre, 1.º duque de Torres Novas, era, por sua vez, filho de D. Álvaro (1540-1626) e de D. Juliana de Lencastre (1560-1636), duques de Aveiro, e descendente de D. Jorge de Lencastre, 2.º duque de Coimbra (1481-1550), e logo de D. João II (1455-1495)¹⁹. Era, portanto, parente de Isabel de Portugal (1503-1539), mãe de Filipe II (1527-1598) e avó do então rei.

Esta aliança matrimonial, entre famílias portuguesas e famílias próximas dos Áustria ou mesmo *Grandes de Espanha*, fazia, assim, sentido numa monarquia que se apelidava Dual. Se atendermos a que Duque de Torres Novas, logo após a morte de D. Ana Dória em 1620, voltou a casar com uma espanhola, D. Ana Maria de Cárdenas y Manrique de Lara (c. 1600-1660), filha do 4.º marquês de Elche e da 5.ª duquesa de Nájera, podemos confirmar que esta ideia de firmar laços entre portugueses e espanhóis, ou de indivíduos de outras nações, próximas à coroa espanhola, foi prática comum no contexto desta geração da Casa de Aveiro.

Quanto aos pormenores do ajuste da união em estudo, sabemos que foi contratualizado o Dote, a que se seguiu um Alvará, no qual o rei supriu os defeitos do anterior contrato. As capitulações matrimoniais ocorreram a 2 de Fevereiro de 1617, em Madrid, no “Paço de Sua Magestade”, estando presentes os duques de Lerma²⁰ e Oseta, na qualidade de procuradores do duque de Torres Novas, e que o Dote foi de 40.000 cruzados²¹.

¹⁸ Archivo General de Simancas (AGS), *Instrucciones para la embajada*, E, 2329 e 2331; Archivo Histórico Nacional (AHN), *Estado*, 3459, 3; F. BARRIOS, *El Consejo de Estado de la Monarquía Española*, Madrid, Consejo de Estado, 1984, pág. 369; M. Cavanna CIAPPINA, “Dória, Carlo”, in *Dizionario biografico degli Italiani*, Vol. XLI, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana-Treccani, 1992, pp. 310-314.

¹⁹ Fernando de Castro da Silva CANEDO, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, Vol. I, Lisboa, Edições Gama, 1945, p. 26 e D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, Tomo XI, p. 69.

²⁰ O Duque de Lerma era particularmente próximo do rei, tendo sido o responsável pelas festas que lhe foram feitas em 1605, em Valladolid; cf. Patrick WILLIAMS, “El Duque de Lerma y el nacimiento de la Corte Barroca en España: Valladolid, verano de 1605”, in *Studia Historica: Historia Moderna*, 31(0), de 4 de Março de 2011, pp. 19-51. Consultado a 9 de Abril de 2020 em: https://revistas.usal.es/index.php/Studia_Historica/article/view/7736.

²¹ Biblioteca da Ajuda (BA), Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

D. Ana Dória foi à data descrita numa fonte coeva como sendo de “estatura alta mui bem tirada; direita Rosto branco, feições antes meudas *que* grandes olhos verdes Cabellos de ouro»²². Outra fonte indica que era “de aspecto grave, mas alegre, revestida de brio Romano, mas com muito agrado.”²³. D. Jorge de Lencastre era “mui pio e devoto”. Tinha particular devoção pela Santíssimo Sacramento e servia na irmandade da Misericórdia de Setúbal. Era também “muy inclinado à caça, que seguia com excesso”²⁴.

A viagem de Génova a Setúbal e a entrada de D. Ana Dória

A 12 de Julho de 1618, D. Ana Dória, que tinha sido confiada a Carlos Dória Carreto, duque de Tursi e seu tio, parte de Génova numa galé, acompanhada pela infantaria italiana, pelos duques de Gandía, e pelo marquês de Lombay. Foram na mesma embarcação até Savona: “a Princesa Sua may, e o Príncipe João Andre Dória seu Irmão, assy mesmo a Duquesa de Turse, e sua Irmã a Duquesa de Choli com seu marido Dom Carlos Cibo Duque de Ebuli herdeiro do Principado de Massa”, que, segundo o documento em análise, afectuosamente se despediram da nova duquesa²⁵.

D. Ana prosseguiu viagem até Barcelona, onde aportou a 19 de Julho, e depois até Dénia, onde se despediu dos duques de Gandía e dos marqueses de Lombay. Ao chegar ao Estreito de Gibraltar, onde se encontrava a Armada de Portugal e Castela para a receber, de que era General D. António de Ataíde, dirigiu-se a Sagres, “*para dobrar o cabo de São Vicente*”.

A 10 de Agosto, dia do bem-aventurado mártir São Lourenço, a armada onde seguia alcançou a Arrábida e a Torre do Outão. Foi simultaneamente avistada em terra, “e subitamente se não ouviu em Setuval outra couza por todas as ruas, praças e praya, se não Galés Galés”²⁶. Após fundearem, foram ao seu encontro os duques de Aveiro e de Torres Novas num conjunto de fragatas “de nove remos por banda com sua popa lavrada de mecanaria, pessa *que* se fizera *para* El Rey *quando* se tratou de vir Sua Magestade a este Reyno”²⁷. Quando chegaram a essa embarcação, foram recebidos com grande salva de artilharia e arcabuseria, e ao som de muitas trombetas. A Capitania Real, que era composta por 30 barcos, trouxe, por sua vez, “seis galiotes, e todos erão da mesma idade, do mesmo tamanho, das mesmas feições, e libre; a popa lavrada de fora de m[r]açenaria e relevo, dourado tudo, e por dentro com entarsi de varias madeiras e de marfim e preto tudo feito de novo para trazer esta Senhora, sercada toda de vidros cristalinos contra o vento e para a vista, com

²² *Idem, Ibidem.*

²³ D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, TOMO XI, pp. 69-72.

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 70.

²⁵ BA, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

²⁶ *Idem, Ibidem.*

²⁷ *Idem, Ibidem.*

cortinas de ouro e seda com que se encobrião quando não queriam ver nem ser vistos”²⁸. Foram também “empavezadas as Galés de festa, com estandartes, e galhardetes, levantarão ferro, e derão fundo defronte da ponte, que se tinha fabricado sobre barcos, e dando todas as Galés huma salva de artilharia, lhe respondeo com outra o Castello de S. Filippe, e a esta se seguio outra da gente da guarnição da Villa.”²⁹. D. Ana Dória já tinha sido presenteadada com “hum collar, e huma cinta, (...), pessos de mui grande vallor, que forão da pessoa del Rey Dom João o segundo”, mesmo sem ter tido qualquer tipo de contacto com D. Jorge de Lencastre. Todavia, após se terem finalmente conhecido, o impacto que causou ao duque de Torres foi de tal forma positivo, que este “furtou a volta ao pay, e ordenando duas faluas de varios instrumentos muzicos e cantores excellentes, se foi disfarçado outra vez a bordo da Galé Real”³⁰.

“FESTAS NA TERRA”

Os sponsórios dos duques de Torres Novas

A 11 de Agosto de 1618, concretizou-se, por fim, a boda em terra, na igreja de São Julião, que funcionava como capela privativa da família, desde a época em que D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, se havia instalado nos paços contíguos a esse templo³¹. Tal como já tivemos oportunidade de notar num outro estudo, a propósito da evolução construtiva desse paço de Setúbal, em 1617, o duque de Aveiro solicitou uma licença ao Senado da Câmara para abrir uma porta na muralha³², pedido esse que foi naturalmente aprovado, com a reserva de, em caso de guerra, o duque ficar obrigado a fechar essa porta. Nessa data o edifício ainda era referido como “antigo e acanhado”, mas no ano seguinte são empreendidas obras que levaram à construção de um corpo com “novas e formosas salas”³³.

²⁸ *Idem, Ibidem.*

²⁹ D. António Caetano de SOUSA, *op.cit.*, TOMO XI, p. 70.

³⁰ BA, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

³¹ *Idem, Ibidem.*

³² João Vieira CALDAS, Maria João Pereira COUTINHO, “Os Paços dos Duques de Aveiro em Setúbal”, in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, Setúbal, Estuário História, 2019, pp. 111-139.

³³ “O Palácio ou casa dos Duques de Coimbra (Aveiro riscado) estava proximo a igreja de S. Giam, para a qual tinha uma tribuna reservada. A muralha da fortificação ficava em frente do palacio e do lado do Sul, correndo as casas ou aposentos pelo Nascente, Norte e Poente da muralha entre o qual e os mesmos aposentos estava o pateo ou terreiro do paço.

A construção era antiga e acanhada. Só pelos annos de 1618 é que se acabaram as obras novas e formosas salas do lado do norte, que a deitavam sobre a praça do sapal: uma do lado do tal (?) sobre a praia // nada haviam alem das muralhas com suas ameias e seteiras e dois altos cubellos, como vê da planta da mesma villa, tirada a 1643. Depois nos dois cubellos construíram casas em dous andares, e lojas com janellas e portas para a praia e entre esses cubellos sobre a muralha fes-se uma extensa varanda”; Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, Casas da ordem; Paço do Duque*, PT/ADSTB/PSS/APAC/E/0003, fls. 32-32 v.º. Remete para o Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal, *Livro de Vereações de 1618*, fls. 170 v.º, 191 e 195.

No mesmo ano de 1618 o duque pede licença para construir um jardim na praia em frente ao seu palácio, aspecto que reforça a ideia de estar a preparar o espaço marítimo de recepção de D. Ana Dória. As fontes revelam que a população se opôs, dizendo que o duque não podia ocupar o terreiro da praia, que era público³⁴. Certo é que assim que a princesa chegou a terra, avistou uma galeria, e eirados virados para o rio, o que comprova a importância que este edifício tinha no contexto dessa vila.

Nessa ocasião, D. Ana vestia “sitim verde, bordado primorosamente de ouro, com colar, e cinta de rubis”³⁵, conjunto já mencionado que pertencera a D. João II, e foi conduzida a um coche, onde a esperava D. Juliana, sua sogra, “*que para este Paço se fizera todo de balaustres de prata lavrada ao buril com muitas Rozas, e o ceo do mesmo cuberto de flores da mesma prata com varias emprezas na popa e proa tudo sobre Carmezim*”. “O chão do coche [era] do mesmo veludo carmezim cheio de pregadura dourada almofadas bordadas carmezis, todo elle aberto cuberto de huma capa de velludo carmezim bordado”, e era puxado por seis cavalos frizões russos, conduzidos por dois cocheiros com suas marlotas³⁶.

D. Jorge, por sua vez, envergava “calças, e coura de ambar, bordado de ouro, sobre sitim encarnado, cappa negra bordada de ouro, espada de ouro, e na gorra penacho rico de diamantes”³⁷.

As ruas estavam armadas e na principal praça, defronte da já mencionada igreja de São Julião, onde ocorreu a cerimónia religiosa, presidida por D. Jorge de Melo, Prior-mor da Ordem de Santiago, estava um esquadrão de gente da terra, de Lisboa e de muitos outros lugares³⁸.

A essa celebração seguiu-se uma homenagem, num estrado que se havia montado no quarto do duque de Torres Novas, no renovado palácio dos duques de Aveiro, danças e um banquete. Puseram-se duas mesas em cada sala; a primeira destinava-se aos homens, a segunda às senhoras. Foram servidos vinte quatro pratos, assistidos por um trinchante e quatro mantieiros, ricamente vestidos de ouro e negro, “Mestres sallas com suas toalhas nos hombros (...) seus Porteiros de Cana e Maçeiros, o Rey de armas com hum escudeiro em corpo”, vários copeiros e cozinheiros. A casa estava cheia de fidalgos, gente nobre, naturais da terra e forasteiros, e a guarda de tudescos da Casa de Aveiro³⁹.

³⁴ “Em 1618 o Duque d’ Aveiro quis fazer um jardim na praia defronte das suas cazas, e parece que requerera á Camara nesse sentido, ou tentou logo faze lo. O povo porem oppoz se dizendo que o Duque não podia occupar o terreiro da praia, que era publico. Mas o Duque depois mandou tapar o terreno que queria para o jardim com estacaria.”; ADS, *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, Casas da ordem; Paço do Duque*, PT/ADSTB/PSS/APAC/E/0003, fl. 30. Remete para o Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal, *Livro de Vereações de 1618*, fls. 170 v.º e 195.

³⁵ D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, TOMO XI, pp. 70-71.

³⁶ BA, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

³⁷ D. António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, TOMO XI, p. 71.

³⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁹ BA, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

As casas da vila também foram aparelhadas com armações de tela e seda, “com seus leitos e cortinas de damascos novos franjados de ouro”, para acomodar toda a comitiva⁴⁰. O arranjo do quarto destinado ao duque de Tursi, decorado com um “docel de bordado; as sedas (...) da Índia mui aprazíveis, com seus bofetes cubertos de tellas e sedas, tudo franjado e guarnecido de ouro”; bem como os inumeros presentes que foram encomendados para o mesmo duque levar para Génova, a saber: vinte quatro mates de ambar, cinquenta pares de luvas, um escritório de charão, peças guarnecidas de madreperola, com as gavetas cheias de riquezas da Índia, “huma de ambar branco, outra de papos de almiscar, outra de pipinhas de marfim de algalia, outra de pedras vazares e porco espim, outras de outras couzas e pera hir tudo hia huma de cravo, pimenta e maçã.”⁴¹ foram algumas das pompas apontadas por Lavanha. E a “ostentação” foi tal, que também se mandou para Génova “a cama e o leito e tudo em que dormira”, “e com isto se forão mui contentes, [e] mui espantados // da grandeza e realeza desta Caza de Aveiro, dizendo que bem parecia Real.”⁴².

“JOÃO BAUPTISTA LABANHA”

Cronista do Reino e Mestre do Príncipe

Este ensaio não ficaria completo sem uma nota comparativa entre a crónica de Lavanha, que temos vindo a relatar, datada de 1618, e aquela da vinda de Filipe III de Espanha (1578-1621) a Portugal, no ano de 1619⁴³. Com efeito, se atendermos ao facto de assinar a primeira como cronista do reino e mestre do Príncipe, função que desempenhava desde que fora nomeado em Março de 1618, podemos aventar a hipótese deste relato se tratar de uma encomenda régia. Por outro lado, se tivermos em consideração que na segunda relação são referidas as duas estadas do monarca nas casas de Azeitão e nas de Setúbal, podemos subtrair a ideia de o acompanhamento que o cronista faz a estas festas, poderá ter sido para aferir a qualidade dos espaços por onde o rei ia passar. Veja-se a primeira referência à sua permanência em Azeitão, onde se menciona: a estada numa “casa de prazer que nelle tem o Duque de Aveiro; he a casa grande de quartos & galarias, lavradas pelo mesmo Duque cõ grã pericia, rodeada de aprazíveis jardís, & graciosas fontes, a vista em extremo alegre, & agradável, porque he a de Lisboa (que lhe fica defronte) do seu porto, & do Rio de Couna,

⁴⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴¹ *Idem, Ibidem.*

⁴² *Idem, Ibidem.*

⁴³ Sobre esta obra *vide*, entre outros, os textos mais recentes dos seguintes catálogos: Miguel SOROMENHO (coord.), *Joyeuse Entrée. A Vista de lisboa do Castelo de Weillburg*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2016 e Pedro FLOR (coord.), *Praça Universal de Todo o Orbe. Uma Vista de Lisboa em 1619*, Lisboa, Museu de Lisboa, 2019.

por cima de oúlvaaes, & vinhas, & de hua charneca sempre verde. Hospedou o Duq a sua Mag. com muita grandeza, & magnificencia que se estendeo a presentes feitos a sua Mag. Alt. & às Damas.”⁴⁴. Já sobre a permanência de Filipe III na casa de Setúbal, o cronista refere que este se apeou “as casas do Duque de Aveiro”, que eram “da Ordem, fundadas pelo Mestre de Santiago seu Avo, filho del Rei D. Ioão II. & renovadas pelo Duque, as quaes estavão ricamente concertadas”⁴⁵. E, a propósito da descrição do território, menciona também as ruínas romanas de Tróia, e o facto de se terem retirado destas “estatuas, columnas, & muitas inscrições, que entre outras antiguidades dignas de eterna memoria”, que à data se conservavam nas suprarreferidas casas do duque de Aveiro.

Por outro lado, ainda, importa sublinhar que, nas festas do casamento, ao contrário do que ocorreu na entrada régia, Lavanha permitiu-se criticar as grandes despesas feitas pelo duque de Aveiro. O narrador afirma “forão excessivos os gastos *que se fizerão*” e “foi tanta, a carne (...), *que a raça chegou a valler naquelles dias a tres réis o arratel*, e o Carneiro a quatro, sendo assy *que dantes vallia a vintem*”⁴⁶. Acerca dos mesmos gastos, importa também esclarecer que estes foram financeiramente suportados pela Companhia de Jesus, levando ao endividamento da família. Com efeito, após a análise de vários registos documentais, compreendemos que as despesas deste aparato, bem como as dos preparativos para a recepção que Filipe III, aquando da sua vinda em 1619⁴⁷, foram comissionadas por membros desse instituto religioso, uma vez que, entre 1616 e 1617, D. Álvaro de Lencastre, valendo-se da ligação que D. Ana Dória tinha com Francisco de Borja, solicita aos Padres Francisco Pereira, Provincial, Cristóvão de Gouveia e Diogo Luís, c. de 90.000 cruzados, da fazenda do colégio de Santo Antão-o-Novo⁴⁸. Tal como previsto, o duque de Aveiro honra o seu compromisso de liquidar parte da dívida até à data da sua morte, em 1626. Todavia, após essa data, a viúva e o filho deixam de se sentir obrigados a pagar o restante. Tal, leva à discórdia entre os padres da Companhia, relativamente à forma de recuperar esse dinheiro, pois, se alguns membros consideravam que se podia dialogar e aguardar a devolução, outros acreditavam ser mais eficaz avançar para contencioso⁴⁹.

Entre diversas trocas de correspondência com os jesuítas e outros membros da Companhia, destaca-se uma carta redigida por D. Ana Maria de Cárdenas y Manrique de Lara, que nos informa que: “era muito afeiçoada à Companhia de Jesus, mas que as

⁴⁴ João Baptista LAVANHA, *op. cit.*, p. 73 v.º.

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 74.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*.

⁴⁷ *Idem, Ibidem, op. cit.*, p. 73 v.º.

⁴⁸ Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Lus. 78, fls. 13-16; 17-17 v.º; 21; 25-25 v.º; 32-32 v.º e Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomo III, Vol. I, Apostolado da Imprensa, 1944, pp. 279-283.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*.

leis divínas e humanas lhe atavam as mãos para não pagar o que devia a casa de Aveiro; o que possuía seu filho, o houvera não por herança do pai, mas por doação real, e seu dote e arras não estavam obrigados a dívida nenhuma do duque; por isso não podia pagar dos seus bens, tirando-os a seus filhos, nem do que pertencia a seu filho, a quem, como mãe, tinha obrigação de defender”⁵⁰. Essa postura conduz ao inevitável processo judicial, que se arrasta até ao final da centúria de Seiscentos, quando a Província de Portugal se desobriga da dívida, deixando-a unicamente a cargo do colégio de Santo Antão⁵¹.

NOTAS FINAIS

A história que Lavanha nos conta, do casamento do duque de Torres Novas com D. Ana Dória, “huma Princeza do mais esclarecido sangue, que se conhecia na Itália.”, cruza-se com relatos que já haviam sido fixados e desvela o estilo eloquente que caracterizou a descrição que o cosmógrafo fez.

Para além de nos conduzir ao universo dos jogos de enlace que, neste período, fortaleceram o governo hispano-português, a narrativa subsidia ainda o conhecimento das práticas cerimoniais áulicas da primeira metade de Seiscentos, em Portugal.

A partir dos vários dados fornecidos, não só se fica a conhecer o percurso que a princesa fez até chegar à “Terra do Sal”, como se compreende a importância que o mar e o rio têm aquando desta chegada, levando mesmo a uma tentativa de transformação do *facies* ribeirinho de Setúbal, por forma a melhor se adequar ao supramencionado evento.

A operação cosmética terá tido também por objectivo o embelezamento da então vila, que há muito esperava a vinda de Filipe III, e foi concretizada graças ao financiamento da Companhia de Jesus.

Por fim, torna-se importante entender este documento como um ensaio para a grande narrativa da vinda desse monarca a Portugal, bem como um possível pretexto para o reconhecimento dos espaços que este iria pisar. E, embora não tenha sido, como sabemos, o principal palco da *Joyeuse Entrée*, foi, indubitavelmente, aquele que a sobrinha neta de Carlos Borromeu e sobrinha neta, em 2.º grau, do papa Pio IV, pisou, bem como o Capitão Geral das Galés de Génova, insigne diplomata genovês ao serviço de Espanha, após uma jornada marítima empreendida na República genovesa, e que terminou num dos portos estratégicos da Casa de Áustria.

⁵⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵¹ *Idem, Ibidem.*

Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS

Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Lus. 78, fls. 13-16; 17-17 v.º; 21; 25-25 v.º; 32-32 v.º.

Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), *Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, Casas da ordem; Paço do Duque*, PT/ADSTB/PSS/APAC/E/0003.

Archivo General de Simancas (AGS), *Instrucciones para la embajada*, E, 2329 e 2331.

Archivo Histórico Nacional (AHN), *Estado*, 3459, 3.

Biblioteca da Ajuda (BA), Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

FONTES IMPRESSAS

LAVANHA, João Baptista, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lhe fez / S. Magestade a mandou escrever por Ioão Baptista Lavanha sev Coronista Mayor*, Madrid, Thomas Iunti, Impressor del Rei N. S., 1622 (En Madrid por Thomas Iunti, Impressor del Rei nosso Senhor, 1621).

SOUSA, D. António Caetano de, *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança*. TOMO XI, Lisboa, Regia Officina Sylviana, Academia Real, 1745, pp. 69-72.

ESTUDOS

ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

ARTUR, António-Paulo Ubieto, “Aportações à Biografia de João Baptista Lavanha”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVI, 1991, pp. 395-408.

BARRIOS, F., *El Consejo de Estado de la Monarquía Española*, Madrid, Consejo de Estado, 1984.

BUESCU, Ana Isabel, *Na Corte dos Reis de Portugal, Saberes, Ritos e Memórias*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

CALDAS, João Vieira, COUTINHO, Maria João Pereira, “Os Paços dos Duques de Aveiro em Setúbal”, in *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, Setúbal, Estuário História, 2019, pp. 111-139.

CANAS, António José Duarte Costa, *A obra náutica de João Baptista Lavanha (C. 1550-1624)*, Tese de doutoramento em História (História dos Descobrimentos e Expansão), apresentada à Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2012.

CANEDO, Fernando de Castro da Silva, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, Vol. I, Lisboa, Edições Gama, 1945.

CIAPPINA, M. Cavanna, “Dória, Carlo”, in *Dizionario biografico degli Italiani*, Vol. XLI, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana-Treccani, 1992, pp. 310-314.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”, in *Revista Portuguesa de História*, 36, 2002-2003, pp. 41-70.

COSTA, António Martins, “O casamento de Leonor e Frederico III (1451-1452) e as relações entre Portugal e o Sacro Império nos finais da Idade Média», in *Medievalista online*, n.º 24, 2018. Consultado a 20 de Março de 2020 em: <https://journals.openedition.org/medievalista/1703>.

COUTINHO, Maria João Pereira, “Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna”, in *Revista Musa*, N.º 5, 2018, pp. 141-150.

FLOR, Pedro (coord.), *Praça Universal de Todo o Orbe. Uma Vista de Lisboa em 1619*, Lisboa, Museu de Lisboa, 2019.

LEITÃO, Humberto, LOPES, J. Vicente, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (3.ª edição), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

PINTO, Carla Alferes, “Objectos artísticos, aparato e cor carmesim na memória esquecida do casamento da infanta D. Beatriz (1521)”, in Ana Maria S. A. RODRIGUES, Manuela Santos SILVA, Ana Leal de FARIA (coord.), *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e fracassos*. Vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2017, pp. 169-197.

RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomo III, Vol. I, Apostolado da Imprensa, 1944.

SOROMENHO, Miguel (coord.), *Joyeuse Entrée. A Vista de Lisboa do Castelo de Weillburg*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2016.

WILLIAMS, Patrick, “El Duque de Lerma y el nacimiento de la Corte Barroca en España: Valladolid, verano de 1605”, in *Studia Historica: Historia Moderna*, 31(0), de 4 de Março de 2011, pp. 19-51. Consultado a 9 de Abril de 2020 em: https://revistas.usal.es/index.php/Studia_Historica/article/view/7736.

ANEXO

Nota prévia

O documento seguiu as regras de transcrição veiculadas por Eduardo Borges Nunes, tendo-se procedido à separação e união das palavras, desdobrando-se em itálico as abreviaturas das palavras e assinalando-se se as mudanças de fólios. Mantiveram-se as maiúsculas e minúsculas originais, à excepção dos nomes próprios, onde foram incluídas as maiúsculas em falta. Também se manteve a pontuação original.

Documento

Relação das festas do casamento de D. Ana Dória com o Duque de Torres Novas por João Batista Lavanha. 12 de Julho de 1618. Biblioteca da Ajuda, Ms. 51-IX-8, fls. 165-173 v.º.

“Havendo Dom Pedro de Toledo Governador de Milão entregado a Infantaria Italiana a Dom Carlos de Oria Carrero Duque de Tursis Cappitão geral das Gales de Genova para guarda dellas como Sua Magestade lhe havia mandado, partiu de Genova o Duque para Espanha com toda sua esquadra a 12 de Julho deste ano de 1618, trazendo em sua Capitania a *Senhora* Dona Anna de Oria sua sobrinha, filha mayor do Principe de Melfi Andre de Oria seu Irmão, e da Princeza Dona Joanna Mona espoza do Duque de Torres Novas filho herdeiro dos Excelentissimos *Senhores* Dom Alvaro de Lencastro, e Dona Juliana de Lencastro Duques de Aveiro, para entregar na villa de Setuual a seu marido, como estaua a Princeza sua may obrigada por expressa condição das Capitulações matrimoniais firmadas em Madrid em o Paço de Sua Magestade a 2 de Fevereiro de 1617 pelas *Suas Mercês* Duques de Lerma e Oseta Procuradores do Duque de Torres Novas e da Duqueza sua espoza. Vinhão tambem na mesma Gale os Duques de Gandia, e o Marques de Lombay seus filhos com sua molher Dona Artemisia sua prima e Irmãa da Duqueza de Torres Novas. Acompanhão estas duas *Senhoras* athe Saona a Princeza Sua may, e o Principe João Andre Dória seu Irmão, assy mesmo a Duqueza de Turse, e sua Irmãa a Duqueza de Choli com seu marido Dom Carlos Cibo Duque de Ebuli herdeiro do Principado de Massa; e Saona se despedio a Duqueza de Torres Novas com saudosos / fl. 165 v.º / abraços de sua may, Irmão e tios, os quais todos se tornavão para Genova.

Com prospera viagem atraveçou o Duque o Golfão, e chegou a Barcellona aos 19 de Julho, onde logo despachou num correyo aos *Senhores* Duques de Aveyro com a nova de sua chegada a Hespanha, o qual foi de grande alegria as *Suas Excellencias* pello cuidado em *que* os tinham posto as defficultades *que* hião sobrevivdo; de Barcellona forão navegando a Denia, onde desenbarcarão os Duques de Gandia com os Marqueses de Lombay seus filhos; e daly seguindo sua viagem passavão o estreito, onde encontravão a Armada de Portugal e Castella de que era General Dom António de Tayde, e depois de o

salvarem e vizitarem passavão o estreito, e engolfando-se por rezão do tempo aportavão as Gales em Sagres *para* dobrar o cabo de São Vicente. Aguardava as Gales neste lugar Dom Miguel de *Azevedo* Cavalleiro do habito de São João estribeiro-mor do Duque de Torres Novas, por quem Sua Excellencia mandava vizitar naquella paragem a Duqueza Sua Esposa; logo *que* as Gales chegavão, passou Dom Miguel a Capitania, e fez sua embaixada que foi mui bem recebida. Apresentou a Duqueza hum collar, e huma cinta, *que* lhe mandava seu marido, pessas de mui *grande* vallor, que forão da pessoa del Rey Dom João o segundo fundador desta Caza, e tresavo do Duque, e com a resposta tornou Dom Miguel a Setubal carregado de collares de ouro *para* sy, e *para* os de cavallo, e ainda de pê / fl. 166 / *que* levava, levava mui boas novas da nova Duqueza *que* vinda em saude, e não enjoaua em toda esta viagem.

Logo derão as Gales a vella, e vindo costiando dobravaão o Cabo de São Vicente com huma nevoa tão espessa, *que* não virão terra, se não ja bem juntos à serra da Arrabida. Vinhão ellas todas de luto pella morte de huma tia desta Senhora *que* falecera pouco antes de sua sahida de Genoua; mas em vendo terra de Setuval correrão, e encubrirão o luto, e se puzerão de festa, e alegria. Foi este dia tão dezejado dedicado ao bem aventurado martir São Lourenço 10 de Agosto sobre a tarde. Logo derão rebate as vigias *que* estavaõ por toda aquella costa, e *subitamente* se não ouviu em Setuval outra couza por todas as ruas, praças e praya, se não Galés Galés; vierão ellas surgindo athe darem fundo debaixo da Torre do Outão, *que* está na foz do Rio; Logo se ordenarão fragatas *para* hirem os nossos Duques vizitar os hospedes, por não ser chegados a festa que se acabava em *Lixboa* de nove remos por banda com sua coia e popa lavrada de mecanaria, pessa *que* se fizera *para* El Rey *quando* se tratou de vir Sua Magestade a este Reyno, a qual chegou dahy a poucas horas; metidos os Duques pay e filho nas fragatas mui ricamente toldadas, forão vizitar a *Senhora* Duqueza de Torres Novas, e Duque de Tursis, seu tio, o qual mandou huma galé; e nella hum fidalgo parente seu a beijar a mão a Duqueza de Aveiro; chegados os nostros Duques à Gale foram recebidos com grande salva de artilharia e arcabuseria / fl. 166 v.º /, e do som de muitas trombetas, e de caixas entoavão na Capitania Real, que com *muita* rezão mereçe este titulo, porque era de 30 barcos, e cada barco trazia seis galiotes, e todos erão da mesma idade, do mesmo tamanho, das mesmas feições, e libre; a popa lavrada de fora de ma[r]çenaria e relevo dourado tudo, e por dentro com entarsi de varias madeiras e de marfim e preto tudo feito de novo *para* trazer esta Senhora, sercada toda de vidros cristalinos contra o vento e *para* a vista, com cortinas de ouro e seda com que se encobrião *quando* não queriam ver nem ser vistos. Correram-se as cortinas em chegando os Duques, e dando-lhe os Duques as boas vindas em especial assim respondeo *esta bien se a hallado V. Ex.ª que tanto me ha costado*; todos estiverão assentados em cadeiras em boa pratica, e bem se notou no aparato a grandeza de seu serviço ainda *que* no mar, e em suas Respostas e presença seu alto entendimento e estremada fermozura; e porque era sexta feira, e ella he devotissima de Nossa Senhora

pedirão ao Duque que quizesse haver por bem não entrar aquella noite, *para* o fazer ao sabado, e tambem haver ja pouca mare *que* decia.

Despediu se o Duque, *para* mandar fazer prestes a entrada do outro dia e assy mesmo o Duque de Torres Novas mui saudozo de sua espoza, e igualmente espantado *porque* vira com seus olhos como ella com suas partes vencia, não só a fama, mas athe a mesma expectação; fizeram as Galés sua salva a sahida da mesma maneira *que* a entrada: os Duques *que* sahião, eis que entrava hum barco com Refresco *que* mandava a Duqueza carregado de Canastras / fl. 167 / de empadas, frutas e doces; chegados os Duques a terra, o de Torres furtou a volta ao pay, e ordenando duas faluas de varios instrumentos muzicos e cantores excellentes, se foi disfarçado outra vez a bordo da Galé Real, onde se entretera boa parte da noite: acordou o Duque de Tursis, e suspeitando quem podia ser falou da popa aos dos barcos *eya Senhores eya Senhores soldados arremetam a la galera, cargada esta de hum thezouro y riqueza hechadas las escaleras por popa acometar que hay havan deffenciones y combatentes*; assy esteue gracejando, elles lhe responderão em muzica muito aprepozita; e asy se tornarão sem se dar a conhecer. O Duque de Torres Novas toda a noite da sesta *para* o sabado se gastou em aprestos consertos de vestidos e ruas, *para* o *que* se ha-de notar; q̄i sabendo os moradores de Setuval *que* esta *Senhora* vinde, se offereceo a Villa o Governo e varios estados della a seu serviço nesta ocazião com prompta vontade. A saber o governo offerecendo-sse a fazer festas danças, correr touros, cavallos &c.^a Os Pillotos *que* havia de muitas naos *que* estão aly estavam a carga do sal *para* com suas naos embandeiradas e artilharia dellas festejarem a entrada; os Cappitães de Infantaria, *que* são os da Villa são dez alem do termo de sahirem com suas companhias e soldados mui bem vestidos e armados aos postos em *que* o Duque com seu General e *Senhor* ordenasse; finalmente, os pescadores com seos barcos de duas vellas, *que* são neste porto em grande numero se offerecerão *para* hirem buscar as gales fora do porto, e mui enramados dar sua salva, e logo vir deante lançando e colhendo as redes / fl. 167 v.º / lançar o pescado pellas galés e prayas a todos: agradeceo o Duque a vontade e aceitou o serviço *que* lhe offerecerão a todos; e logo todos tratavão de sua obrigação e se puzerão em ordem o sabado pella manhã, e *para* a entrada ser lustroza se publicarão premios a quem melhor armasse seu portal e janella nas Ruas por onde a Duqueza Donna Anna havia de entrar. Fes-se toda aquella noite e manhã hum cais sobre barcos mui largo e comprido athe meyo rio em *que* podesse da Gale desembarcar a *Senhora* Duqueza. Ja neste tempo o rio e mar andava cuberto de barcos de vella e remo, as ruas e praças de gente de toda a sorte por que alem da ordinaria da terra, vierão infinitos das villas vizinhas de Sezimbra, Almada, Palmella, Alcacere, Azeitão e *muita* gente de Lisboa a ver a entrada, de maneira *que* as prayas, ruas, montes e outeiros, tudo estava cheyo de gente.

Comessava a maré a subir da huma *para* as duas, e em todo este tempo de manhã ouve embaixadas de parte a parte, com que se passou o tempo athe as tres da tarde, em *que* os nossos Duques acompanhados dos fidalgos parentes e *muitos* criados, se meterão

em seus bargantins, e forão a galé. Hia o Duque Dom Alvaro de branco e preto, o Duque Dom Jorge de Carmesim, o filho *segundo* Comendador-mor de Santiago dito Dom Affonso de amarello, todos vestidos bordados com collares requissimos, abotuadura de diamantes fios de perollas nas gorras, e joyas nas plumas de excescivo preço. Ficou-se em terra o Comendador-mor de Aviz sobrinho do Duque, que se diz Dom Francisco de Lencastre *para* a acompanhar / fl. 168 / a Duqueza Dona Juliana *que* veyo athe o cais onde esteve esperando em huma cadeira ricamente bordada a nova Duqueza sua nora e filha. Entravão na Gale Real Cappitania os Duques, onde forão mui bem recebidos, e o de Tursis *para* mais festejar mandou soltar os galleottes portuguezes *que* se achavão nas galés a honra do Duque, que logo vierão beijar a mão. Feito sinal do Paço logo o Castello do Outão salvou as galés em toda artelharia, e mosquetaria, a que responderão as galés da mesma maneira, e comessando a vogar se puzerão todas em alta levando a sua Capitania no meyo, todas cheias de flamulas, estandartes, bandeiras, e tangendo com as suas docanias, assy mesmo andava o mar cheyo de barcos, caravellas e outras embarcações mayores e menores em toda a variedade de instrumentos militares e muzicos, *que* era muito *para* ver, chegando as galés junto a fortaleza de São Filipe, *que* fica mais dentro no porto e estava embandeirada, logo elle comessou a salvar as galés com toda artelharia grossa e meuda e arcabuzaria *que* havia nella, ao que responderão as galés com toda a sua, e forão assy caminhando avante athe chegar em dereitura do Paço do Duque donde salvarão as galés com seis berços de bronze mui reforçados e bem lavrados *que* o Duque tem em sua gellaria e estavam nos heirados para o mar, a *que* responderão as galés da mesma maneira, e vogando com a mesma ordem compaço vierão emproar em o Cais, onde adiantando-se a Capitania, deu huma vella de um arneiro, *que* descahindo a Galé ficou com a popa no Cais, e porque elle era alto, e a galé se inclinou / fl. 168 v.º / aquelle bordo, poderão da galé sahir em terra, logo forão sahindo todos os criados, e os fidalgos Italianos e Portuguezes, e os parentes e *Senhores*, e por fim a *Senhora* Duqueza de Torres Novas, levada pella mão do Duque de Aveiro seu sogro, a acompanhada de seu espozio e tio e cunhado; sahio tambem huma cadeira de velludo verde *para* servir se fosse necessario; e assy andando vio de longe o Duque de Tursis a Duqueza de Aveiro, e largando o acompanhamento da sobrinha se adiantou a beijar-lhe a mão, *que* estava metida em huma cadeira bordada acompanhada de Dom Francisco de Lencastre; chegada a Duqueza se ouviu a filha *bendito Sea Dios Mi Señora madre que me ha lhegado a este dia y paço de my tan deseado, em que visse a Vossa Excelencia*, e lhe beijou a mão, e a Duqueza Dona Juliana estava sahida da cadeira, e abraçou a filha com grande afabilidade; as pallavras com *que* a recebeo não se puderão ouvir mas serião ellas dignas de seu alto entendimento bem conhecido nos Reynos de Portugal e Castella; logo se forão meter no coche, *que para* este Paço se fizera todo de balaustres de prata lavrada ao buril com muitas Rozas, e o ceo do mesmo cuberto de flores da mesma prata com varias empezas na popa e proa tudo sobre Carmezim, *que* realçava muito; o chão do coche do mesmo veludo carmezim cheio de pregadura

dourada almofadas bordadas carmezis, todo elle aberto cuberto de huma capa de velludo carmezim bordado; puxarão seis cavallos frizões rusos, sobre os quais dizia mui bem as guarniões carmezins, e ferragem dourada, e elles com suas penacheiras altas guiados por dous cocheiros com suas marlotas / fl. 169 / seguia se o governo da terra juizes e vereadores; diante delles hião os fidalgos Italianos e Portuguezes, Alencastres, Attaydes. depous delles hião vinte quatro homens de estribeira de libre alionada de pano finisso de seis cruzados mui apassamanados; logo se seguia o coche cercado de vinte quatro moços de Camara de velludo alionado com *muitos* passamanes de prata e ouro em pé com seus chapéos na mão ornados de plumas e transelins ricos, e por isso ao lado o Duque de Torres Novas, a este hum fermoço cavallo com os arreyos del Rey Dom João o 2.º de ouro macisso esmaltados com pedraria de *muito* preço e no fim os dous Duques de Tursi e Aveiro, e o filho Dom Affonso de Lencastre filho *segundo* do Duque. Tudo cercava a guarda dos Todescos *que* o Duque tem vestidos de libré com couvas brancas, giboes e calções de seda azul, seguia-sse os coches da Camareira-mor Dona Maria de Padilha e Damas, e por esta Ordem comessavão a sahir da praya ao som de infinita artelharia e charamellas, trombetas, festas e danças, se não *que* pellas ruas *porque* passavão cujos portais e janellas estavam ricamente ornados aparecião dellas a melhor gente da terra e as de todos estados / fl. 169 v.º / e lançavão com sestinhas de prata *muitas* flores, outras de pumos de vidro agoas cheirozas outros saudavão a nova Duqueza com muzicas e boas vindas, athe *que* chegavão ao terreiro do Paço, a onde se encontravão com dez companhias de Infantaria Portuguezas, *que* fichando todo aquelle acompanhamento depois de arrastarem os Alferes suas bandeiras lhes derão tres salvas com gentil ordem e preço.

Apeados neste Paço os *Senhores* e *Senhoras* para entrar na Igreja Catredal de São Julião, onde se havião de receber, tomou o Duque de Aveiro a nora pella mão, hindo a Duqueza Dona Juliana a esquerda e o *Senhor* Dom Luis filho quarto do Excellentissimos *Senhores* levava a faldra da cotta, *que* era de borcado verde bordado; trazia a dita *Senhora* Duqueza Dona Anna o colar e cinta *quelhe* mandara o Duque seu espozó a Sagres o Duque a entregou a Duqueza Dona Juliana, e assy dadas as maos entrarão as Duquezas na Igreja onde estava a porta della o Prior-mor da Ordem dos Cavalleiros de Santiago Dom Jorge de Mello Irmãos do Bispo de Lamego ja defunto, o qual em vestidos episcopais, revestido e acompanhado de seus freires lhes deitou agoa benta, e recolhendo-se *para* seu sitial, chegados os Duques e Duqueza de Torres Novas ao lugar deputado com toda a selebridade lhes lançarão as benções, *porque* já vinhão recebidos por procuração, daly se tornarão os Duques *para* sua estancia, e beijando a mão aos Duques seus pays se vierão a Palacio, *que* esta junto da Igreja levando pella mão o Duque a sua espoza *que* bravão os sinos de todas as Igrejas com Repiques, as companhias com caixas, as Ruas com charamellas e trombetas, e tudo com / fl. 170 / festas e danças.

Entrados em Palacio, logo na porta da primeira salla, os vierão a receber a *Senhora* Dona Brites de Lencastre Irmãa do Duque Dom Álvaro, com as duas *Senhoras* sobrinhas

suas filhas dignissimas dos *Excellentissimos* Duques de Aveiro a *Senhora* Magdalena e a *Senhora* Mariana acompanhadas dos *Senhores* pequeninos Dom Pedro e Dom António, que são estudantes e averão de ser clérigos querendo Deos; ahy se abraçarão e saudarão estas *Senhoras* e todas juntas forão para o quarto do Duque de Torres Novas, e a levavão a Caza de seus estrados, que toda estava armada de borcados amarellos e verdes com hum rico docel do mesmo; no estrado, nelle se puzerão em pé, ficando no meyo a Duqueza Dona Anna entre seu marido e sogra. E logo veyo Dom Affonso de Lencastre fazendo suas devidas cortezias, athe beijava a mão a Duqueza nova; apoz elle veyo Dom Francisco, Dom Lourenço de Lencastre seu primo, Dom Jeronymo de Tayde, e outros parentes; apoz elles vierão os officiaes mayores e fidalgos do Duque; e primeiro *que* todos João Baptista Labanha Chronista-mor e Cosmografo-mor deste Reyno e Mestre do Principe, *que* servio de Viador nesta festa, por haver morto poucos dias antes o antigo Viador Antonio Vellozo Cerqueira, e por sua ordem se fez tudo o que fica rellatado, logo os crescentados, escudeiros e cavaleiros fidalgos, logo os moços da Camara e ultimamente as Damas, Donas e moças de cana; feito isto fizerão mesmo os criados e criadas da Duqueza Dona Juliana; acabada esta omenagem, se sentarão as *Senhoras*, e comessarão no terreiro as Canas de / fl. 170 v.º / de fogo *que* festejavam muito os Italianos porque não uzão este folgar em sua terra, passando nisto parte da noite com muzicas e danças athe ter chegado o tempo das rodas.

Puzerão se duas mezas em cada salla; a primeira era de homens, a segunda de molheres; naquella se sentarão os Duques Dom Alvaro e Dom Carlos, e os Comendadores-mores de Santiago e Avis e mais parentes, assy portuguezes como Italianos; assistia hum Trinchante e quatro mantieyros vestidos ricamente de ouro e negro; estava a Caza cercada de fidalgos e gente nobre, naturaes e frausteiros; porque athe de Villa Viçosa se achavão aqui fidalgos.

Ficava em outra salla huma copa em *que* se vião muitos vasos de bastiões lavrados com grande perfeição; e emfim era a mesma del Rey Dom João o 2.º *que* ficou a esta caza posta por seus degraos debaixo de hum dosel rico de borcado, e corrião outras mezas em *que* estava a prata do serviço. Assistião varios copeiros na copa, e cozinhieiros na cozinha, da qual vinhão os pratos e iguarias, precedendo servidores, Mestres sallas com suas toa-lhas nos hombros e Logo seus Porteiros de Cana e Maçeiros, o Rey de armas com hum escudeiro em corpo e a guarda de todescos; assy foi continuando a meza dos Duques e da mesma maneira a das Duquezas e mais *Senhoras* com o Duque de Torres Novas Derão se neste dia e nos outros vinte quatro pratos ouve no meyo danças e muzicas e varios instrumentos com *que* se concluiu aquelle dia, e assy por esta ordem os outros; se não *que* nos dias de carne apoz de hum prato de carne vinha logo tudo feito com grande primor. Comessavão / fl. 171 / Dom Jeronymo de Tayde, filho de Dom António de Tayde General *que* agora he da Armada Portugueza e outros e fizerão mui boas sortes em especial hum homem de Évora *que* se não conheceo, logo em anoitecendo havia o fogo e muitas

obras invenções, no *que* gastou o Duque quinhentos mil réis e mais a noite hauia saraos, e *que* sahião os Duques e Duquezas todas, *muitas* carreiras e cavallos danças de differentes maneiras, folias, galhofas, muzicas; e assy continuavão toda aquella semana; e em cada hum dos dias tiravão todos estes *Senhores* e *Senhoras* vestidos differentes bordados de differentes cores mui ricas e a apraziveis.

Esteve o Duque de Tursis com suas onze galés, Cappitae e soldadesca mui luzida a sesta, sabaso e domingo; e ouvera de estar mais se não tivera expreço recado de Sua Magestade que aos 15 de Julho estivesse com suas galés no estreito; pello *que* a *Segunda feira* se foi embarcar; os Duques pay e filho o forão vizitar, e elle cortezamente os enganou, tornando-sse com as galés pello rio assima e com elles a terra, mas furtando lhe a volta se tornou embarcar, e se veyo em as galés a foz aonde o Duque lhe mandou dar um banquete. A todas estas gales o Duque Dom Alvaro sustentou o tempo *que* estiverão, e o fizera todo o *que* estivessem; porque aos Cappitae tinha aparelhadas Cazas na villa mui armadas de telas e sedas com seus leitos e cortinas de damascos novos franjados de ouro, perto do quarto do Duque de Tursis, *que* foi o Paço del Rey Dom João o 2.^o *que* ora fica dentro no Paço do / fl. 171 v.^o / Duque, onde estavão quatro cazas ou sallas mui fermozas todas armadas de varias sedas, e em cada huma seu docel de borcado; as sedas erão da India mui apraziveis, com seus bofetes cubertos de tellas e sedas, tudo franjado e guarnecido de ouro; por baixo ficavão em outras tantas cazas seus fidalgos, e em outras seus criados, *que* todos forão agazalhados com *grande* abundancia e primor. Aos soldados dava o Duque tinello. Aos galeotes, dava cada dia a cada galé huma pipa de vinho, *que* erão onze pipas de Canarias hum fermozo boy, vinte quatro carneiros mui grandes, huma arroba de arros, muitos quintaes de biscoito branco, e pera o caminho se encherão as prayas de boyadas, carneiradas, pipas de vinho e tudo o mais de que carregarão a seu prazer. Ao Duque de Tursis mandou vinte quatro mates de ambar requissimos, sincoenta pares de luvas do mesmo, hum escritorio de charão de Japão, e estas pessas guarnecidas de madreperola, as gavetas cheas de Riqueza da India, huma de ambar branco, outra de papos de almiscar, outra de pipinhas de marfim de algalia, outra de pedras vazares e porco espim, outras de outras couzas e pera hir tudo hia huma de cravo, pimenta e maça. Mandou-lhe a cama e o leito e tudo em que dormira. Outro escritorio desta maneira se deu a Duqueza de Torres para mandar a sua may a Prinçeza. Derão se outro para a Duqueza de Tursis, e outras pessas Ricas para todas aquellas Senhoras se derão mais e boas pessas a hum menino filho bastardo do mesmo Duque de Tursis a seus fidalgos, soldados e Cappitães Collares, Colletes, traçados ricos e com isto se forão mui contentes, mui espantados / fl. 172 / da grandeza e realeza desta Caza de Aveiro, dizendo *que* bem parecia Real.

Na verdade ouve grandezas notaveis nestas festas *que* notavão a alguns judiciosos; huma foi os grandes gastos *que* se fizerão porque forão excessivos os gastos *que* se fizerão e por tais os demonstrou o Duque de Turcis e mais Italianos porque só nas libras e vestidos dos *Senhores* e *Senhoras* que se fizerão em Castella e correrão por via de João Baptista

Labanha criado *que* foi delle, e agora de Mestre de Princepe, se gasta não como elle diz trinta mil cruzados, não falando nos vestidos dos acrescentados, fidalgos e moços fidalgos, *que* se fizeram cá em *Lixboa*, armações de mais de vinte e tantas cazas *que* se fizeram cá de tellas e sedas ricas e damascos, nem falando nos arreyos e ricas muchilas bordadas, cadeiras de velludo, nem no coche *que* deve ser o mais rico e apraziuel *que* ha em Espanha. Foi grandeza e bem notável a abundancia de todas as couzas nesta festa; *porque* não falando nas duas mezas dos *Senhores* e *Senhoras* de *que* assim falamos nem nas mezas de estado, assy dos Italianos como Portuguezes, nem na abundancia com *que* se proverão as galés, foi tanta, a carne, *que* he couza constante, *que* a raça chegou a valler naquelles dias a tres réis o arratel, e o Carneiro a quatro, sendo assy *que* dantes vallia a vintem, do vinho se diz *que* todo Setuval bebia aquelles dias das adegas do Duque. Mandou se apregoar *que* quem quizesse carne viesse a despença do Duque. Não fallo na fruta e doces, *que* forão innumeraveis. Outra grandeza foi a gente *que* concorreo porque como notavão alguns curiozos na entrada desta *Senhora*, não ouve praya, / fl. 172 v.º / Rua, casa, nem a inda monte nem outeiro *que* não negue ja se com gente, *muita* foi desta Cidade alguns bem nobres desfarçados, e o *que* mais espanta *que* para todos ouve tudo necessario em abundancia, e com o Duque de Tursis ser homem mui pratico, se espantou de ver tanta gente, e toda ella tão alvoracada e afeicoada ao Duque. Notou se tambem por dita e ventura em tanto concurço de gente tão diverça não haver hum arruido nem briga, *que* he mui ordinario nestes ajuntamentos; nem ainda furtarem alguma peça de consideração sendo assy *que* andava a prata a rodo e sem conta por rezão dos *muitos* hospedes. Grandeza foi o dotte *que* trouxe esta *Senhora* porque não falando nos quarenta mil cruzados *que* offererão ao Duque de mais em cazo *que* a quizesse trazer de Genova a sua custa lhe dar em dinheiro de contado cento e vinte posto na Corte ou em *Lixboa* em ouro e prata; e tambem se podera chamar grandeza fazer o Duque tanta despesa sem se aproveitar deste dotte; alem disto ella ouve as comendas por algumas vidas, o titulo de Marques para o filho primogenito, e outros privilegios para a caza *que* se avalliarão em trezentos mil cruzados; nem falamos na legitima da Princeza sua may *que* ha-de caber esta *Senhora* *que* he muito mais *que* os cento e sincoenta mil cruzados *que* lhe couberão de seu pay, nem aqui se mette sua recamera *que* trouxe, *que* he riquissima.

Sobre todas as grandezas he sua pessoa *porque* parece *que* para formar esta *Senhora* concorrerão a natureza e a graça; he de estatura alta mui bem tirada; direita Rosto branco, feições antes meudas *que* grandes olhos verdes Cabellos de ouro / fl. 173 / dottada e estre-mada graça, e de huma alegria *que* sempre tras no rosto, a acompanhada de huma real gravidade, de maneira *que* todos os com *que* falla, compoem alegria e afeiço. Fala toscano e espanhol com toda a ellegancia e propriedade, e vai aprendendo a lingoa do nosso Portugal, cujas couzas todas lhe contentão em tanto *que* mostrando lhe huns pucaros de Estremoz disse *hasta la tierra de Portugal es buena y buela*. He toda de singular entendimento, donde lhe nasce acomodar se a tudo em tudo. Ao Duque chama seu *padre*, a Duqueza *su*

madre, as cunhadas *sus hermanas*, e tão sugeita, *que* cada dia ha-de beijar a mão duas vezes ao Duque seu sogro com o *giollo* no chão, sem haver remédio *para* o Duque se escuzar dizendo *que assy lo tira por regimento de su madre, y non le hava Dios merced a quel dia si no tuviere su bendicion*. Daqui vem ser mui amada de todos aquelles *Senhores*; Sobretudo he estremada sua virtude, *porque* cada oito dias se confessa e comunga, e *para* isto traz consigo hum *Padre* da Companhia *que* se diz Nicolao Espinola mui parente do Marques Espinola e sobrinho do Cardeal. Cada dia reza o officio de Nossa Senhora, defuntos e psalmos penitenciais e seu roزاری de joelhos, alem de ouvir missa, e a seu exemplo fazem o mesmo suas criadas as Italianas *que* trouxe. São tres Damas, duas Donas, huma moça de serviço. Isto he o *que* pude alcançar.

Mas *para que* nestas festas e alegrias o mundo mostra se o *que* he foi nas que fez El Rey Dom João 2.º trisavô destes *Senhores* tão afamados em Evora, *que* em poucos dias se converterão em pranto, tendo sse aparelhado canas / fl. 173 v.º / e touros etc, *para* dia do nascimento de nossa *Senhora* em Azeitão sendo Autor o *Senhor* Dom Affonso de Lencastre filho 2.º dos *Excelentissimos* Duques de Aveiro e Comendador-mor de Santiago, *que* nas festas passadas fez maravilhas tomando a sua conta ser mordomo mayor nellas. Chegou novas, *que* em Genoa era falecido o Principe Irmão primogenito desta *Senhora* dito João Andre Dória grande de Castella Comendador do Tuzão General das Galés de Idade de doze annos de estremada figura gentileza tão bem *que* uisto e gracioso, *que* quando sahia por Genoua se cayão os officiaes no chão, lhe rogavão *muitos* bens. Faleceo em 12 dias aos doze de Julho, *que* foi o mesmo dia em que se comessavão as festas *para que* seja verdade o *que* diz o sabio *extreme gaudi luctus occupat*. Deu seu confessor o avizo a *Senhora* Duqueza, *que* o sentio de maneira *que* pediu o grande amor com *que* se amavão, e tanto mais quanto ella veyo a cuidar *que* com a sua auzencia foi a cauza de sua morte, *porque* logo adoeção *que* ella se partio. O Duque seu espozou por se parecer com ella mandava dezarmar seu quarto fechar janellas, tomou capuz, o Duque seu pay por se parecer com o filho fez o mesmo e se vestio de luto elle e todos os *Senhores* e assy esta hoje o Paço e criados todos de negro. Isto he o *que* pude ver e saber nestes dias *Guarde Deos a Vossa Merce*

Foi feita esta Relação por João Baupstista Labanha
Coronista do Reyno e Mestre do Principe a 12 de Julho de 1618”

ESTRADAS INTELIGENTES: EXPECTATIVAS E DESAFIOS DA MOBILIDADE NO FUTURO

Comunicação apresentada pelo Professor Eng.
Armando Teles Fortes, em 22 de abril

Enquadramento

Nas diferentes Vias de Comunicação (aéreas, marítimas/fluviais e terrestres) circulam diariamente muitos milhões de Transportes (aviões, navios, automóveis e muitos outros).

No caso da Vias de Comunicação aéreas, assim como no caso das marítimas/fluviais, não existem, normalmente, atividades que materializem fisicamente os percursos utilizados pelos diversos tipos de transportes, limitando-se a intervenção humana à construção das infraestruturas que interligam esses transportes à superfície terrestre (aerportos/aeródromos, no caso dos transportes aéreos, e portos/cais, no caso dos transportes marítimos e fluviais).

Já no caso das Vias de Comunicação terrestres (ferroviárias ou rodoviárias) a intervenção humana abarca toda a extensão percorrida pelos transportes desde a sua origem até ao seu destino, por vezes ao longo de centenas ou até de milhares de quilómetros, sendo necessário garantir a correspondente plataforma de circulação através das mais variadas obras de engenharia.

Todas estas Infraestruturas, que permitem a circulação e a interligação dos diversos tipos de Transportes, são genericamente designadas por Infraestruturas de Transportes (designação que resulta do facto de não serem as próprias infraestruturas que transportam).

As Estradas são infraestruturas rodoviárias que apresentam uma grande diversidade e, muitas vezes, uma elevada complexidade, percorrendo o território e proporcionando o contacto entre diferentes comunidades e até entre diferentes nacionalidades. Permitem a circulação de veículos muito variados: pesados e ligeiros, de mercadorias ou de passageiros, motociclos e bicicletas, entre outros.

Estão habitualmente vocacionadas para a circulação rodoviária em ambiente não urbano, pois em ambiente urbano a circulação é processada maioritariamente através de infraestruturas rodoviárias genericamente designadas por Arruamentos, sendo, no entanto, habitual encontrar diversas estradas a cruzar a malha urbana.

As Estradas apresentam diversos níveis de importância, os quais estão normalmente associados ao serviço que se pretende que prestem (nível de serviço) e que pode ser caracterizado através de um conjunto de indicadores, entre os quais se podem destacar a velocidade de circulação ou o tempo de percurso, facilidade de manobra, comodidade, economia, segurança, entre outros.

Tendo em conta a forma como a rede de infraestruturas rodoviárias se desenvolve e interliga na superfície terrestre, poderá a mesma ser comparada com o sistema circulatório do corpo humano, existindo, no entanto, uma diferença fundamental relativamente a este último: a circulação nas estradas processa-se normalmente nos dois sentidos, no mesmo canal, o que torna esse processo ainda mais complexo.

Sendo empreendimentos que atravessam gerações, as estradas são habitualmente dimensionadas para funcionarem ao longo de décadas, podendo a sua vida útil prolongar-se quase indefinidamente através de obras de conservação, alargamento ou reabilitação.

Ou seja, as estradas são estudadas, projetadas e construídas numa ótica de longo prazo.

O Impacto dos Veículos a Motor

O primeiro automóvel que circulou em Portugal foi um Panhard-et-Levassor importado de Paris pelo 4.º Conde de Avilez, em 1895, tendo o primeiro acidente rodoviário ocorrido logo na sua primeira viagem, entre o Barreiro e Santiago do Cacém, ao atropelar um burro numa estrada em terra batida.

Deve reter-se que este veículo apresentava baixa velocidade e uma configuração semelhante à das carruagens de tração animal, situação que era evidente na conceção das próprias rodas e nos materiais nestas utilizados, tendo em conta a superfície das infraestruturas de circulação existentes na época.

Na realidade, em termos práticos, a diferença fundamental entre estes novos veículos e os anteriores correspondia ao tipo de tração utilizada, ou seja, apesar de se tratar de algo completamente inovador e que iria ter um enorme impacto social, modificando radicalmente o transporte por estrada, este veículo não conseguiu afastar-se das características dos que o antecederam e do meio ambiente conhecido em termos da infraestrutura sobre a qual iria circular.

Só algum tempo após o seu aparecimento se foi verificando uma evolução na conceção dos automóveis que conduziu também a uma significativa evolução da infraestrutura, sobretudo resultante de dois fatores:

- Aumento da velocidade de circulação (situação que teve uma forte incidência na conceção de novos traçados, que passaram a ser cada vez mais fluídos, originando uma progressiva preocupação com os aspetos relacionados com a segurança rodoviária;
- Aumento das cargas transportadas e evolução dos elementos de contacto com a infraestrutura (através de elementos pneumáticos), dando origem a pavimentos cada vez mais resistentes e com diferentes características superficiais, consoante o tráfego e as condições climáticas predominantes.

Verifica-se, portanto, que o aparecimento dos veículos a motor influenciou o traçado e a pavimentação das estradas de forma significativa, mas só algum tempo após o seu aparecimento e à medida que se foram alterando algumas das suas características iniciais.

Apesar da sua rápida implantação a partir do início do século vinte, apenas existiam no mundo cerca de 55 000 veículos nos primeiros anos desse século.

Desde então, as diversas fábricas têm vindo a fazer evoluir os seus modelos, sem que, no entanto, passado mais de um século, essa evolução, por si só, tenha conduzido a alterações significativas na conceção básica das estradas.

O Projeto Global e a Evolução Recente

O Projeto Global de uma infraestrutura rodoviária é multidisciplinar e abrange um número significativo de projetos específicos.

Cada projeto específico está associado a uma determinada função (traçado, drenagem, iluminação, revestimento vegetal, vedações, expropriações, etc.).

Alguns destes projetos específicos são considerados fundamentais, ou estruturantes, condicionando o desenvolvimento dos restantes e representando uma percentagem muito significativa dos custos de construção, como é o caso do Traçado/Terraplenagem, da Drenagem e da Pavimentação.

Os restantes projetos específicos contribuem genericamente para o aumento da segurança de quem circula, complementando os projetos fundamentais ou estruturantes. São disso exemplo, a Sinalização (horizontal e vertical), os Equipamentos de Segurança, a Iluminação e as Telecomunicações, as Vedações, etc.

Torna-se também necessário garantir a reposição de todos os Serviços Afetados (abastecimento de águas, energia elétrica - alta, média e baixa tensão, fibra ótica, oleodutos, gasodutos, etc.) e a construção de diversas estruturas (genericamente designadas por Obras de Arte - pontes, túneis, viadutos, etc.) que permitam a transposição de alguns obstáculos naturais.

As infraestruturas mais importantes envolvem um maior número de Projetos Complementares, o que aumenta a sua complexidade.

Por vezes, a falta de um projeto específico só é perceptível no confronto direto com as situações derivadas da sua inexistência, como no caso das vedações, nas vias que permitem velocidades de circulação mais elevadas, quando algum animal invade a plataforma de circulação, colocando em perigo a vida dos ocupantes das viaturas.

O aumento sucessivo do número de veículos em circulação obrigou a repensar a forma como alguns desses projetos específicos eram concebidos, de modo a poder vir a ser realizado um futuro alargamento da plataforma da estrada, para incorporar, por exemplo, mais uma via de circulação em cada sentido, sem impactos significativos na sua zona envolvente e na vida das populações, devido à consequente necessidade de espaço adicional para esse efeito.

No entanto, as alterações mais significativas quanto à forma como alguns dos projetos específicos fundamentais eram elaborados resultaram, sobretudo, da introdução da

componente ambiental, a partir de 1985, que obrigou a alterar metodologias e procedimentos, para ser possível incorporar na concepção da estrada, desde as etapas mais incipientes do processo, a análise de todas as vertentes associadas aos possíveis impactos ambientais da sua construção e posterior operação.

Assim, a ocupação do território por construções de caráter comercial, industrial ou habitacional, a existência de outras vias de comunicação, de serviços (eletricidade, abastecimento de águas, etc.), património histórico ou arqueológico e, também, as limitações de ordem ambiental, têm constituído a maior dificuldade na implantação de novas infraestruturas rodoviárias, o que deverá conduzir inevitavelmente a uma maior utilização de obras singulares de engenharia como os viadutos e os túneis.

Os Desafios da Autonomia dos Veículos

Previsões apontam para uma redução muito significativa dos acidentes rodoviários se deixar de existir intervenção humana na condução, pelo que este passou a ser o principal estímulo para a produção de veículos autónomos.

Independentemente do benefício significativo que, aparentemente, a remoção do condutor (humano) poderá vir a ter no âmbito da segurança rodoviária, haverá, no entanto, que analisar, de forma profunda, os restantes impactos daí resultantes, não só em termos sociais (colocará em causa, por exemplo, a existência de um número significativo de profissões e de postos de trabalho - motoristas, taxistas, escolas de condução, etc.), como em termos da própria segurança rodoviária, de um ponto de vista mais global, como se refere seguidamente através de alguns exemplos:

- Deixando o Condutor de ter influência na condução do veículo, haverá que reequacionar o problema da atribuição de responsabilidades em caso de acidente. Será que os procedimentos passarão a envolver apenas o operador da infraestrutura, o fabricante da viatura e o produtor do software associado à condução autónoma? Qual a posição das seguradoras?
- Os sistemas informáticos instalados no veículo, na infraestrutura ou nos serviços de apoio poderão ser objeto de ataques informáticos. Esta situação obrigará a desenvolver sistemas de segurança muito específicos para proteção, não só dos passageiros dos veículos autónomos, assim como de todos aqueles que possam utilizar simultaneamente a infraestrutura rodoviária (como, por exemplo, peões ou ciclistas);
- Não existindo interferência do Condutor, terá que ser o veículo a reagir de forma autónoma a situações imprevistas ou de difícil decisão. Este aspeto levanta muitas questões quanto à forma como o software associado à condução autónoma interpreta cada situação e atua do ponto de vista ético e moral perante dilemas. Será que a proteção do condutor/passageiro do veículo se sobrepõe à proteção da vida em geral (peões ou outros)? Com que limites?

Na realidade, os três exemplos anteriores são demonstrativos da diversidade de matérias que se torna necessário ter em consideração no âmbito da condução autónoma, pois transcendem a aparentemente simples operação de eliminação da intervenção humana na condução dos veículos.

Já existe um grande número de investigadores dedicados a estes assuntos, sendo de referir a especial importância que os estudos relacionados com os aspetos relativos à ética e à moral terão na maior ou menor aceitação social da condução autónoma, tendo em conta que existirá uma grande diversidade de opções de programação, resultante das influências culturais, políticas e religiosas, entre outras, dos ambientes sociais em que cada veículo venha a ser inserido.

Neste âmbito, deve referir-se, a título de exemplo, a plataforma criada na internet por investigadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), designada por Moral Machine, que tenta coligir informação relativa à perspectiva humana no que concerne às decisões morais tomadas por máquinas inteligentes, como no caso dos veículos autónomos, colocando os utilizadores perante dilemas morais onde um veículo sem condutor deve escolher entre o menor de dois males, como seja a alternativa entre atropelar cinco peões ou, para o evitar, provocar a morte dos seus dois passageiros.

Independentemente destes importantes aspetos, muitas outras questões se colocam, exemplificando-se seguidamente algumas delas:

- Havendo 6 níveis de autonomia (0 a 5), supõe-se que virão a coexistir em circulação diversos tipos de veículos em diferentes estados de evolução. Como se realizará a circulação rodoviária no longo período evolutivo para veículos autónomos?
- Como se processará a circulação ao longo dos muitos milhares de quilómetros de Estradas da rede nacional e da rede municipal que não têm a classificação nem as características de Autoestrada, ou seja, em ambiente aberto, envolvendo na mesma faixa de rodagem os diversos veículos automóveis em diversos estados de evolução, com motociclos e ciclomotores, bicicletas e peões, como hoje em dia?
- Como limitar a mobilidade dos peões, evitando o atravessamento de vias em zona não controlada? E os veículos de duas rodas?
- Será justificável a criação de faixas específicas ou até mesmo de estradas exclusivamente destinadas a veículos totalmente autónomos?
- Como se processará a circulação nas imediações de escolas, hospitais e aeroportos, entre outros locais de maior sensibilidade e maior probabilidade de conflitos?
- Como se articulará a circulação de veículos com funções especiais, tais como bombeiros, ambulâncias, autoridades policiais, transporte de mercadorias perigosas, entre outros, com os restantes veículos?

- Que procedimentos deverão ser adotados no caso de situações críticas e imprevisíveis, como acidentes e necessidade de evacuação urgente?
- Com a plena autonomia dos veículos, o ato humano de conduzir passará a constituir uma atividade lúdica, que só poderá ser realizada em ambiente controlado, fora de estrada?
- Como os veículos privados estão parados durante uma grande parte do dia, continuará a justificar-se a sua aquisição e a criação de espaços de garagem nos edifícios de habitação? Diversas organizações já fornecem viaturas apenas durante o período estritamente necessário de transporte (as aplicações existentes irão decerto estender-se aos veículos autónomos).

Tendo em consideração os aspetos apresentados e as questões formuladas, será possível a real implementação da condução autónoma estar mais dependente da sua aceitação social (em face da resposta que seja dada aos diversos receios que a mesma transmite aos cidadãos), do que da evolução científica e tecnológica, pelo que não bastará criar excelentes veículos autónomos e afirmar que a eliminação da intervenção humana na condução de veículos aumenta a segurança rodoviária.

As Estradas Inteligentes

O conceito de Estrada Inteligente nasceu também na década de oitenta do século vinte (na mesma altura que a legislação ambiental), como resultado do desenvolvimento tecnológico verificado nessa altura.

Era suposto que as estradas inteligentes viessem a estar dotadas de equipamentos que permitissem assumir a condução dos veículos, o que poderia influenciar até a conceção das próprias viaturas.

Pensava-se, por exemplo, na possibilidade de criar comboios de veículos, pois as viaturas seriam integradas em conjuntos, que circulariam com velocidade uniforme e adequada ao máximo permitido, aumentando a segurança rodoviária.

Esta expectativa deveria obrigar as entidades responsáveis pelas infraestruturas e os fabricantes de automóveis a um diálogo permanente, para ser possível encontrar soluções nesse sentido.

No entanto, a contínua competição entre os fabricantes de veículos, com o consequente secretismo relativo aos novos modelos a produzir e a inexistência de vontade em padronizar determinados aspetos das viaturas, para que a infraestrutura pudesse assumir o seu controlo, nunca permitiu que fosse ultrapassada a fase experimental.

A evolução tecnológica verificada nos anos mais recentes originou uma inversão total na forma de encarar a possibilidade de condução de veículos sem intervenção humana, que deixou de estar centrada na infraestrutura para estar centrada no próprio veículo, pelo que o conceito de Estrada Inteligente também evoluiu.

Apesar de alguns projetos terem passado a associar a designação de Estrada Inteligente a uma infraestrutura direcionada para a incorporação de novas tecnologias que facilitem a comunicação com os veículos autônomos (C-ITS), essa não tem sido a prática seguida pela generalidade das organizações.

Os protótipos dos veículos autônomos não apresentam características físicas muito diferentes dos restantes, não parecendo que a velocidade associada, as cargas transportadas ou os elementos de contacto com o pavimento venham a sofrer alterações significativas, pelo que as estradas existentes não deverão sofrer alterações significativas para poder continuar a cumprir de forma eficaz as suas funções.

Independentemente da utilização de fontes de energia mais amigas do ambiente, a evolução futura do automóvel parece assentar apenas na inexistência de influência humana no processo de condução.

O aparecimento de veículos autônomos não parece, assim, afetar os projetos fundamentais das estradas (sem os quais a própria estrada não poderia existir), como o Traçado, a Drenagem, a Pavimentação e as Expropriações, nem um conjunto significativo de projetos específicos complementares (Vedações, Integração Paisagística e Revestimento Vegetal, etc.).

Apenas os projetos específicos que estejam associados à condução propriamente dita, como por exemplo as Telecomunicações, os Equipamentos de Segurança e a Sinalização (Horizontal e Vertical) parece poderem ser afetados, o que coloca os novos projetos perante os mesmos desafios que as estradas existentes, pois também nestas terão que ser necessariamente introduzidas alterações.

Muitos anos decorrerão até que os veículos autônomos ganhem o seu próprio espaço, pois o período de circulação híbrida, em que vão coexistir na mesma plataforma inúmeros veículos em diversos estados de evolução para a autonomia total, será longo, havendo assim, como houve no passado, a capacidade de fazer cada projeto específico evoluir à medida das necessidades.

Não parece, portanto, que as grandes alterações sociais que resultarão de cada vez maior autonomia dos veículos implique drásticas alterações na conceção das infraestruturas rodoviárias, tendo em conta a grande diversidade de especialidades que as compõem.

Os principais efeitos desta autonomia dos veículos refletir-se-ão sobretudo em alguns aspetos associados à fase de operação da infraestrutura. Talvez esta seja a razão pela qual a designação de Estrada Inteligente tem vindo a ser associada às infraestruturas que vão incorporando inovações de diversa ordem, sobretudo de índole ambiental, e, portanto, não relacionadas obrigatoriamente com a autonomia dos veículos ou com a inteligência artificial.

Entre as muitas experiências atualmente em curso por todo o planeta, apresentam-se seguidamente alguns exemplos.

Em 2013 foram apresentadas na Holanda as futuras “*smart highways*” que resultariam da integração de diversos projetos resultantes da colaboração entre o designer Daan Roosegaarde e a construtora Heijmans:

- *Glow-in-the-dark* - sinalização que absorve energia durante o dia e brilha no escuro;
- *Dynamic Paint* - marcas sensíveis à temperatura que avisam os condutores sobre o estado da via;
- *Interactive Light* - iluminação inteligente que só acende quando há tráfego;
- *Wind Light* - captação do vento gerado pelo tráfego, transformando-o em energia;
- *Electric Priority Lane* – via que possibilita o autocarregamento de carros elétricos em movimento.

Neste âmbito já foram realizadas algumas “experiências piloto” no âmbito do projeto *Glow-in-the-dark*, como é o caso da N329, no sul da Holanda, onde as colunas de iluminação foram substituídas ao longo de 500 metros por marcas rodoviárias que absorvem a luz solar e brilham na escuridão.

Estas experiências também tiveram seguimento no Reino Unido e no Brasil, por exemplo.

Desde 2015 que a Coreia do Sul possui uma estrada que produz energia, por meio de placas colocadas na cobertura de uma ciclovia, entre duas vias para automóveis.

A China inaugurou recentemente uma estrada na cidade de Jinan com painéis solares embutidos no próprio piso, num trajeto de dois quilómetros, para alimentar equipamentos de sinalização de mensagem variável e um sistema para derreter neve. Futuramente, julga-se que poderá servir para recarregar automaticamente veículos elétricos em movimento.

Através da operadora estatal China Mobile, a China está a construir em Wuhan, capital da província de Hubei, uma Autoestrada 5G Inteligente para veículos autónomos e monitorização do tráfego com base em Inteligência Artificial (IA).

Este tipo de iniciativas tem sido também anunciado por outras organizações, mas esta operadora prevê lançar serviços inteligentes de portagem que poderão acabar com a necessidade dos atuais identificadores.

Assim, tanto as novas estradas como as estradas existentes serão desafiadas a adaptar os elementos que integram as suas plataformas, com a finalidade de acompanharem a evolução que se venha a verificar nos transportes, como sempre tem acontecido.

Deste modo, os futuros desafios parecem validar os princípios que levaram a construir as estradas do presente: Realizar obras de engenharia que atravessam gerações, adaptando-se à contínua evolução da sociedade.

Notas Finais

A expectável autonomia dos veículos, não parece influenciar diretamente a conceção dos projetos fundamentais das infraestruturas rodoviárias.

Durante um período provavelmente muito longo deveremos ter que conviver com infraestruturas híbridas, isto é, que possam acolher os desenvolvimentos tecnológicos dos novos veículos e dos seus meios de comunicação, mas que, simultaneamente, mantenham as características que permitem a circulação dos veículos atuais.

Sendo concebidas numa ótica de longo prazo, as estradas serão tão mais inteligentes quanto melhor se consigam adaptar à evolução social, cumprindo a todo o momento os objetivos subjacentes à sua criação.

A contínua evolução da sociedade e dos meios que permitem a mobilidade adequada a essa evolução, justificam uma mente aberta e um contínuo aprofundamento deste tipo de matérias.

NOS 500 ANOS DA CHEGADA DA 1.^a EMBAIXADA DE PORTUGAL À ABISSÍNIA (ABRIL DE 1520)

Comunicação apresentada pelo Académico Manuel Cadafaz de Matos¹, em 27 de abril

In Memoriam

Francisco Contente Domingues (1959-2021)

Comemorou-se em Abril de 2020 o meio milénio sobre a chegada da primeira embaixada portuguesa, enviada pelo rei D. Manuel, à Abissínia. Este acto celebrativo coincidiu com a publicação das *Obras Completas* do autor, vol. XI subordinadas a esse tema (782 pp.).



Frontispício da obra
No meio milénio da chegada dos portugueses à Abissínia (1520-2020)

Sobre alguns dos antecedentes da missão portuguesa de 1520

Temos presente vários conjuntos de factos que importam ser considerados como antecedentes da aludida missão de 1520 à Abissínia. São eles: a intenção (sem seguimento exequível) do Infante D. Pedro, dito *Das Sete Partidas*, em 1428, com vista a uma pretendida

¹ Academia de Marinha, Academia Portuguesa da História e Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa; Real Academia de la Historia, Madrid.

visita à Abissínia; a chegada de Pero da Covilhã a esse território, c. 1493-94; e ainda um conjunto de navegadores que, directa ou indirectamente associados ao império português na Índia, seguiram por mar, c. 1507-08, em direcção às costas deste mesmo território.

A pretendida viagem do Infante D. Pedro

Encontrando-se em terras de Itália, numa viagem que fizera em 1428 à Cúria Romana, o Infante D. Pedro chegou a arquitectar (no período em que se encontrava presumivelmente em Veneza ou em Roma) a possibilidade de se deslocar aos Lugares Santos, em Jerusalém, e daí seguir até à Abissínia.

Tal não passou, no entanto, de uma *miragem*. É sabido que, depois de ter deixado Roma e Florença, este príncipe tomou uma nau que seguiu em direcção às costas da região de Barcelona. Algum tempo depois já se encontrava— como se encontra hoje cabalmente documentado — de novo em Portugal.

Só que esse projecto de viagem veio a ser tema de um curioso livro *ficção* que beneficiou de uma maior fortuna editorial desde o primeiro quartel do século XVI. Associado a esse tema figurou grande parte das vezes como autor um tal García Ramírez de Santesteván, mais apor-tuguesado para Gomes de Sancto Estevão, “hum dos que foraõ em... companhia [do Infante]”. Tivemos ensejo de encontrar numa biblioteca norte-americana, de Cleveland, o único exemplar conhecido, apesar de incompleto, dessa mesma obra, que teve a primeira edição impressa, presumivelmente em 1515, na cidade de Sevilha, na oficina de Jacobo Cromberger².



Reprodução dos fólhos 1r. e 1v. da obra atribuída a García Ramírez de Santesteván

² Na nossa edição supra referenciada, fomos autorizados pela Cleveland Public Library a reproduzir na íntegra (mesmo estando truncado nos fls. 14 e 15) aquele exemplar de c. 1515, in pp. 99-135 (Anexo III).

Um segundo problema relacionado com os antecedentes da mesma missão de 1520 tem a ver com a entrada de Pero da Covilhã na Abissínia

Constitui ainda hoje nossa convicção que Pero da Covilhã terá seguido por terra em direcção à costa norte do Mar Vermelho. Aí poderá ter tomado uma nau que o terá então levado até à costa leste da Abissínia. Sabe-se, porém, que a sua entrada neste território decorreu pela região de Zayla (Zaila ou Zeyla, cidade portuária do Golfo de Áden).

Foi precisamente nesse biénio de 1493-94 que Pero da Covilhã passou a viver em várias regiões da Abissínia. Acabaria, ali, por vir a alcançar a corte de Askandar, que era então o *negus* do reino, a quem apresentou as missivas diplomáticas – que alguém havia vertido em árabe (teria sido ele próprio?) – que D. João II lhe ordenara ali entregar. Tal acto de entrega de credenciais terá sucedido, sem dúvida, no ano em que esse *negus* deixaria de estar activo.

Num período em que Pero da Covilhã, proveniente da região do Cairo, deu entrada na Abissínia, já na Europa eram produzidas algumas cartas em que – suportadas por um carácter manifestamente lendário – se dava testemunho de como *podia ser* esse reino (imaginário e simbólico) das distantes terras do Preste João.



Um aspecto particular da representação da Abissínia, pelo cartógrafo Juan de la Cosa, c. 1500.

Não se encontra cabalmente documentado, com efeito, que Pero da Covilhã tenha também enviado quaisquer missivas, daquelas distantes paragens, ao seu rei e que estas não tenham chegado ao seu destino.

Uma outra alternativa que se nos antepõe é se o antigo companheiro de viagem de Afonso de Paiva teve a opção de poder regressar, então, da Abissínia ao seu país; ou se, pelo contrário, houve impedimento nesse sentido e a vontade política de ele continuar, então, nessas terras (onde poderá mesmo ter chegado a deter cargos na administração).

Aceitamos que ele terá mesmo constituído, aí a sua família. Se aceitarmos que ele tinha nascido c. 1450 na referida cidade, é perfeitamente plausível que pudesse mesmo vir a ter descendência³.

A Abissínia conhecida de Pero da Covilhá numa interacção com Bizâncio (por via das *Homílias*, de S. João Crisóstomo)

Um outro aspecto a considerar é o facto de Pero da Covilhá ter encontrado na Abissínia vestígios de uma primitiva prática do Cristianismo (dos monofisitas). Ele estava longe de saber, de igual modo, que desde o século II tinha-se verificado uma continuada recepção na Abissínia de práticas do culto bizantino.

Ao longo da segunda metade do século XV – em que este português chegou a tal território – continuavam a sobreviver ali vestígios documentais que traduzem essa aproximação dos abexins a Bizâncio. Um dos casos mais notados tem sido um códice, precisamente do século XV, que contém *Homílias*, de S. João Crisóstomo (c. 344-407), Arcebispo de Constantinopla.



Reprodução de um Manuscrito Abexim do século XV, referente às *Homílias* de S. João Crisóstomo, que foi trazido da Etiópia pelos ingleses em 1867, retirado do Tesouro de Magdala (*apud* F. M. Esteves Pereira, Academia das Ciências de Lisboa, 1914)

³ Seja como for o *negus* Na'od já havia feito, a Pero da Covilhá em 1520 – quando Francisco Álvares (que ali o encontrou) inicia a sua crónica – a concessão de algumas terras. Não andaremos muito longe da verdade – e aceitando-se que a morte de Pero da Covilhá terá sucedido já depois da autorização dada, em 1526, a D. Rodrigo de Lima para poder regressar a Portugal (como veio a acentuar Fernão Lopes de Castanheda) – terá sido entre esse período de 1494 e c. 1507, que este português da Covilhá desenvolveu um trabalho diplomático de retaguarda, de significativa importância para Portugal, junto Rainha-Regente da Etiópia, no tocante a uma aproximação entre os dois Reinos.

Códices deste tipo, haviam tido claramente a sua matriz em Bizâncio. Chegados ao longo deste largo hiato de tempo à região da Abissínia, os seus textos passavam a ser ali redigidos agora na língua nativa.

Foi precisamente na segunda metade do século XIX que, durante a campanha militar levada a efeito na Etiópia pelas forças da Grã-Bretanha, os ingleses (entre outras valiosas fontes documentais de que se apoderaram do Tesouro de Maqdala) levaram para o seu país precisamente o códice 434, escrito na língua abexim.

Ao longo do século XX, o orientalista português Francisco Maria Esteves Pereira teve ensejo – no Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa – de estudar este códice quatrocentista. E pode hoje estabelecer-se que essa é uma das fontes que *traduz* o elo de ligação secular entre o primitivo culto em Bizâncio e a recepção dos textos de S. João Crisóstomo, ao longo da Idade Média, em terras da Abissínia⁴.

João Gomes (1507), F. Gomes, J. Sanches e Cide Mafamede (1507/08) fazem a sua entrada na Abissínia (testemunhos de Francisco Maria Esteves Pereira)

Como terceiro antecedente da aludida embaixada portuguesa, de 1520, à Abissínia, importa serem referenciados os casos de alguns navegadores, directa ou indirectamente associados ao império português no oriente, que no período de 1507-08 se dirigiram para as costas da Abissínia.

Principiemos pela notícia da chegada a esse mesmo território norte-africano de um português, ocorrido c. de 1507. Referimo-nos a João Gomes, que teria sido um pretense clérigo. Esta figura, por sinal, ainda não se encontra muito estudada, mesmo que a tenhamos também sumariamente identificado quando da publicação do inédito do abissinólogo F. M. Esteves Pereira, na transacta década de 80.

Entretanto, no ano seguinte, 1508, três súbditos do rei de Portugal no Extremo Oriente, Fernão Gomes, o Sardo, João Sanches *mourisco cristão* e Cide Mafamede, *mouro de Tunes* – os quais tinham sido primeiramente confiados por Tristão da Cunha ao rei de Melinde (por não considerar haver ainda segurança para poderem continuar a missão que lhes tinha sido atribuída de partirem para a Abissínia) – acabaram por sair de Melinde, rumo a norte. Eles seguiram, então, numa frota integrando pelos menos três naus, as dos capitães Francisco de Távora, Diogo de Mello e Martim Coelho.

⁴ Esta matéria é por nós abordada no trabalho subordinado ao título “A vida religiosa em Bizâncio entre os séculos II e V” (com produção em Madrid em 2017), no qual foi abordado (por ordem cronológica): ‘Dinis de Bizâncio, geógrafo do século III’; Potâmio, Arcebispo de Lisboa (activo no I Concílio Ecuménico de Niceia; Basílio Magno; Gregório Nazianzeno; e João Crisóstomo (inclusivamente na perspectiva de Teoflacto, Arcebispo búlgaro). - Veja-se, ainda, de nossa autoria, o estudo “A cultura geográfica de Estêvão de Bizâncio no século VI perspectivada como *desterritorialização* por um dos seus intérpretes tardios o trancoense Thomaz Pinedo”, separata de *Revista Portuguesa de História do Livro*, n.º 47-48, Lisboa, 2021, 52 pp.



Ilha de Socotorá, situada estrategicamente no Canal de Guardafui, à entrada do Golfo de Áden, de onde partiu para a Abissínia o português João Gomes, em 1507 (conseguindo escapar ao controlo de uma das naus de Tristão da Cunha), uma dúzia de anos antes de o Pe. Francisco Álvares ali dar entrada.

Aquelas unidades navais teriam chegado, duas semanas depois de saírem de Melinde, ao Cabo Guardafui, a um espaço muito próximo àquele onde os três navegadores que acabámos de referenciar, tinham passado. Por sinal, essas naus vieram, assim, a encontrar naquela região, em 18 de Abril seguinte, a armada de Afonso de Albuquerque.

Os presentes remetidos em 1515 por D. Manuel, ao *negus* da Abissínia

Temos presente, nesta segunda parte do presente trabalho, as investigações de 1995-1996, tendo-se em conta a diversidade dos presentes, de incidência cultural e artística, enviados para a Abissínia em 1515 pelo rei de Portugal, D. Manuel.

Livros e cartinhas que seguiram, desde Lisboa, para a missão da Abissínia

Quanto aos referidos presentes⁵, eles são aqui analisados, na primeira secção do presente estudo, em resultado de uma missão que desenvolvemos em 1994-1995 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Por outro lado, todos os presentes, de natureza artística, que constituem a segunda parte do presente trabalho, foram identificados (num outro programa de pesquisas, num plano também individual, no mesmo período) pela

⁵ Quanto a esta secção específica (na área da História do Livro e da Edição) o respectivo texto foi publicado na nossa dissertação de Doutoramento, *A Tipografia Quinhentista de Expressão Cultural Portuguesa*, 4 vols., em três tomos, mais precisamente in cap. I, “Proto-Imprensa na Abissínia” (entregue na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, num plano documental, em 1997). Fernando António Baptista Pereira, *Imagens e Histórias de Devoção: Espaço, Tempo e Narrativa na Pintura Portuguesa do Renascimento (1450-1550)*, [texto policopiado], Lisboa, 2001.

Prof. Aida Fernanda Dias⁶ (1925-2014), da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, daí que dediquemos este estudo, agora, à sua memória.

Torna-se difícil conhecer os conjuntos de obras impressas que o rei D. Manuel ordenou que fossem enviadas em 1515 para a Abissínia. Tal ocorreu num período que medeia entre 1504 e 1514, tendo tais impressos seguido para tais paragens via porto de Cochim (no Indústão).

Para um conhecimento, tão fiel quanto possível, das condições que determinaram o envio, por parte do monarca português, naquele ano, de tão significativo conjunto de obras impressas, importa que nos detenhamos primeiramente sobre as relações já então havidas entre Portugal e o reino do lendário Preste João.

Não menos importante será desfazerem-se, aqui, alguns equívocos que andavam ainda nessa época associados ao Preste João – em termos de carga mítica – e que já remontavam ao século XII. Analisemos de início, mesmo que numa forma sumária, o primeiro desses aspectos.

Tudo parece indicar hoje que o presumível Preste João, mais especificamente Dawit IV – que como referimos atrás ainda não tomara a seu cargo a governação do Reino, o que era assumido pela Regente Helena⁷ – a que faz alusão o rol de bens oferecidos por D. Manuel em 1515, é o imperador que continuava a ser visto na Europa com uma titularidade lendária – associada à Abissínia – que já remontava à Idade Média. O enigma que subsiste é o de saber se, na prática, essa mesma titularidade não constituía já neste período apenas uma ficção europeia naquele território africano. O imperador abissínio, *de facto*, era Lebna Dengel (estando a Etiópia de então, decerto, já muito *afastada* dessa aludida titularidade lendária do seu imperador).

⁶ Quanto ao segmento dos presentes artísticos que foram enviados pelo rei D. Manuel, de Lisboa para a Abissínia, ele foi objecto de levantamento, pela Prof. Aida Fernanda Dias, no mesmo Arquivo, sensivelmente nesse mesmo período. Tal levantamento foi primeiramente objecto de uma publicação na revista *Humanitas*, da Universidade de Coimbra, vol. XLVII, 1995, Parte II, *Homenagem à Prof. Maria Helena da Rocha Pereira*. A referida investigadora veio a aceder no sentido da republicação, no presente projecto, de tal documento sobre os *Presentes para o Preste João* e, da nossa parte, comprometemo-nos a editar o trabalho de que ela foi co-autora – em colaboração com os Prof. Arthur Lee-Francis Askins e Harvey L. Sharrer – sobre o tema “A Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses na Internet”, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, vol. 2, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1998, pp. 173 e sgts., num período em que estreitámos com esse projecto a nossa colaboração (em resultado de termos editado, por essa altura, a publicação monumental do fac-símile do *Cancioneiro da Ajuda*, em colaboração com a “Comissão Lisboa 1994” e a Biblioteca da Ajuda).

⁷ A Regente abexim, Helena, nasceu muçulmana e foi uma das quatro mulheres do Imperador Baeda Mariam, (cujo reinado durou de 1468 a 1478). Este casal não teve filho algum. Lebna Dengel ou David, por sua vez não era neto de Helena, como diz Luiz de Urreta, na *Historia Ecclesiastica de la Etiópia, monarchia del Emperador llamado Preste Juan de las Indias* (Valência, 1610), nem Helena era mulher de Na'od, como escreveu Pêro Pais, ao pretender corrigir aquele, na sua *Historia de Ethiopia*, L.º I, cap. XVI. Ainda de L. de Urreta, remetemos para a obra *Historia de la Sagrada Orden de Predicadores, en los remotos Reynos de la Etiópia*, Valência, na oficina de Juan Chrysostomo Garriz, 1611. Sobre aquele mesmo tema vide, ainda, C. Beccari, *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales Inediti*, vol. II, Roma, 1905; e *Carta das nouas que vieram a el Rey nosso Senhor do descobrimento do preste Jobão*, 1.ª edição Lisboa, provavelmente 1521 (data da redacção da primeira parte do texto), na oficina de Germão Galharde, nova edição em fac-símile, por Armando Cortesão e Henry Thomas, p. 29 (n. 1).

A desmistificação deste problema só muito recentemente foi ultrapassada graças, entre outros, a Jacqueline Pirenne (tal ficou a dever-se, fundamentalmente, a uma tese da autora produzida na Universidade de Estrasburgo). Para chegar a tais resultados – hoje sintetizados por Jean Delumeau – aquela investigadora partiu, de um levantamento da situação de ancestralidade de um Preste João *medieval*, da responsabilidade de Friedrich Zarncke. Os trabalhos de pesquisa deste já remontam ao período de 1879 a 1883 e dele faremos aqui (com J. Pirenne) uma breve síntese.

Para uma desmontagem da ancestralidade do mito do Preste João das Índias

Graças precisamente a F. Zarncke, ficou a conhecer-se a mais antiga versão na época – ou seja nesse último quartel do séc. XIX – de uma missiva que um primitivo Preste João teria enviado ao imperador de Bizâncio, D. Manuel I Comneno. Tal carta teria sido escrita cerca de 1165. Já em 1170, o Arcebispo Cristiano de Mogúncia, enviado a Constantinopla, terá traduzido essa epístola para latim. Fê-lo de modo a que a mesma pudesse ser lida a Frederico Barba Ruiva.

Essa personagem do Preste João foi inicialmente concebida num quadro nestoriano (sendo Edessa, como é sabido, o centro dessa corrente de espiritualidade). Para esses nestorianos de Edessa, como também e sobretudo para os da Ásia central e das costas do Coromandel, Preste João não era um título honorífico. Designava fundamentalmente, segundo J. Pirenne, uma função: a de sucessor de Vizan-João, como chefe espiritual e temporal *dos cristãos de S. Tomás*, podendo vários personagens ter direito a esse título.

Na Idade Média havia, como é conhecido, uma unidade geográfica das três Índias. Tal tornava possível uma ligação – designadamente por via marítima – entre a Índia e a Etiópia. Devendo, segundo aquela investigadora, os indianos ter tomado conhecimento dos imperadores da Etiópia, poderá supor-se que para os nestorianos da Índia um deles terá merecido a designação de Preste João. Tal sucedeu com o soberano Yimrha Christos, que reinou naquela região sul-industânica cerca de 1170-1173 (chegando mesmo a ser ordenado padre e a ter aura de santidade).

Detendo-se sobre essa matéria estudada por Zarncke – designadamente a histórica epístola de c. de 1165 por ele divulgada – J. Pirenne descobriu um outro manuscrito latino sobre este mesmo tema, *mas de filiação diferente*. Acabou assim por provar que ele dependia da versão francesa e que esta não podia derivar da versão latina⁸.

⁸ Friedrich Zarncke, “Der Prieter Johannes”, in *Abhandlungen der Sächsischen Kön. Gesellschaft der Wissenschaften*, n.º 7 (1879); n.º 8 (1883). Baseada, em fontes divulgadas por este autor, J. Pirenne veio a dar maior desenvolvimento a tais pesquisas in *La Légende du Prêtre Jean*, Estrasburgo, Presses Universitaires de Strasbourg, 1992. Desta tese Jean Delumeau estabeleceu uma síntese (que aqui aproveitamos), in *Une Histoire du Paradis, le Jardin des Délices*, Paris, edição Fayard, 1992, cap. IV; versão port., *Uma história do paraíso*, Lisboa, Terramar, 1994, pp. 91-96. A este respeito remetemos ainda para a obra *Prester John, the Letter and the Legend*, de Vsevolod Slessarev,

São hoje conhecidos quatro testemunhos documentais de tal missiva. Dada a complexidade da questão, a investigadora concluiu haver um único autor para as quatro cartas. Terá redigido o original em hebreu mas também assegurado as traduções (hoje conhecidas) que o Preste João teria supostamente mandado fazer... Tais testemunhos epistolares diferem parcialmente no seu conteúdo pretendendo adotar um discurso relacionado com os respectivos destinatários.

Não pode hoje analisar-se, com ingenuidade, a titularidade lendária de um Preste João na Abissínia cerca de 1515. Importa estabelecer, de facto, que essa titularidade (pelo menos em termos documentais foi então profusamente testemunhada), radica numa base de espiritualidade nestoriana muito mais antiga, que poderá recuar até ao século XII.

Estamos em crer que para o monarca português D. Manuel, cioso de *chamar* para a cristandade soberanos de terras de *infieis* que ao seu império se tornavam *úteis* – como objecto simbólico de dominação (motivada inclusivamente por razões expansionistas e de natureza económica) –, essa denominação de *Preste João*, que tanto circulava no reino como em outros potentados da Europa cristã, era algo de *adquirido*, já ao longo de séculos anteriores. Era uma denominação não dessa época, mas carregada com o peso de muitas e sucessivas gerações de lutas contra os pagãos e gentios. A acção de oferta, por parte do monarca português, de tais presentes ao imperador abissínio David, continuava a ser uma campanha de *conquista*.

Presumivelmente o título de *Preste*, quer na Abissínia quer na Índia nestoriana de inícios do século XV, autenticava uma *ficção histórica* de matriz espiritual alargada. Sem esse recuo até às raízes de tal titularidade, não se torna hoje possível compreender a razão por que, também no Portugal de então, vários testemunhos documentais continuavam a dar a Lebna Dengel (e outros soberanos etíopes) essa denominação de base histórica. É o caso de nas folhas de rosto das obras *Cartas das nouas que... vieram do descobrimento do Preste Joham*; de *Ho Preste Ioam das Indias: Verdadeira informação das terras do Preste Ioam*, do Pe. Francisco Álvares; e de *Fides Religio, Moresque Aethiopum, sub Imperio Preciosi Ioannis*, na compilação documental de Damião de Góis (Lovaina, 1540 e Paris, 1541), essa menção de Preste, ou da variante *Preciosi*, continuar inequívoca e, no último caso descodificada: *Preciosi (vulgo Presbyterum)*⁹.

Minneapolis, EUA, 1959; J. Richard, “Éxtrême Orient légendaire au Moyen Âge: Roi David e Prêtre Jean”, in *Annales d'Éthiopie*, 1957, II, pp. 225-242; Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo*, Lisboa, vol. II, pp. 849-852; V. Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria...*, Lisboa, Difel, col. “Memória e Sociedade”, 1990, pp. 153-179; BNL, *Códices Alcobacenses*, n.º 380, de fl. 41 a fl. 44, onde se apresenta a versão latina daquela fonte; e Domingos Maurício, “Ainda a Carta do Preste João das Índias”, rev. *Brot.*, vol. LXXII, n.º 3, Lisboa, 1961, pp. 285-303. Já após estas pesquisas tomámos contacto com a obra de Manuel João Ramos, *Ensaio de mitologia cristã, o Preste João e a reversibilidade simbólica* [Tese de Doutoramento], Lisboa, Assírio & Alvim, 1997; e com os trabalhos de Marie-Paule Caire-Jabinet, *La Lettre du Prêtre Jean: Étude critique de la confection, de la diffusion et de l'utilisation d'un faux dans l'Europe médiévale (XIIe-XIVe siècles)*, 2 vols., Paris, Universidade de Paris, Sorbonne, 1984, versão policop.; idem, “Le Royaume du prêtre Jean”, in *L'Histoire*, n.º 20, Abril de 1988, pp. 36-43.

⁹ Veja-se *Ásia de João de Barros*, nova edição [por H. Cidade e M. Múrias], “3.ª Década”, L.º IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946, p. 167; e F. Leite de Faria, *EBDG*, Lisboa, SEC, 1977, pp. 21-26. Agradecemos esta informação a António Borges Coelho.

O rol dos presentes enviados para a Abissínia: análise interpretativa (conjecturas e erros)

Dada a actividade diplomática anteriormente desenvolvida por portugueses junto da Regente Helena – e a que atrás fizemos referência – a Abissínia procurou efectivamente corresponder, através do imperador Dawit IV, a esse interesse lusíada no estabelecimento de contactos.

O embaixador escolhido, Mateus, curiosamente um arménio, chegou a ser considerado por muitos um mistificador¹⁰. A partida da Etiópia daquele embaixador da rainha Helena terá ocorrido em meados de 1512. Gaspar Correia¹¹ relata que, já em Outubro desse ano, aquele arménio chegava a terras de jurisdição portuguesa, mais precisamente ao porto de Chaúl, na Índia, onde foi imediatamente cativo (para verificação dos seus intentos e apuramento dos bens de que era portador).

Mateus fazia-se acompanhar de duas mulheres e oito servidores¹². O governador da Índia, à altura Afonso de Albuquerque, mandou logo àquele porto Diogo Fernandes de Beja que, numa galé, trouxesse até à sua presença aquele que se afirmava haver sido enviado pelo Preste João a Portugal.

Assim aconteceu e esse embaixador – dando a conhecer-se àquele valoroso combatente dos mares – mostrou estar possuidor de uma *reliquia* que o fazia crer ter sido enviado por alguém que já estava instruído nas bases da fé cristã. Regista a propósito Gaspar Correia que a rainha Helena lhe

*deu fechada e pregada huma bocetinha de prata, e dentro outra d'ouro, e dentro hum pouço de lenho da vera cruz, e lhe disse que se se visse em poder de imigos que lhe quisessem tomar a boceta, que era muyto pequenina e metida em outra boceta de cobre, que antes a deitasse no fogo ou no mar, e lha nom tomassem, e sobre a defender morresse.*¹³

Com ele trazia, também, uma caixinha, com cartas dentro, a qual só poderia ser aberta pelo próprio rei de Portugal, a quem as mesmas eram dirigidas. Neste sentido Afonso de Albuquerque encarregou Jorge de Melo, capitão de Cananor, que fizesse seguir

¹⁰ Georg Schurhammer precisa que, a Mateus, os portugueses lhe chamam sempre *armeno* e que, na linguagem de então, isso tanto pode significar arménio como caldeu (arameo). Vide Georg Schurhammer, *Francisco Javier, su vida y su tiempo*, t. I, Pamplona, 1992, p. 889, n. 7. Sobre esta embaixada proveniente da Etiópia, vide os dois estudos — fundamentais neste âmbito — de Jean Aubin: “L’ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel”, in *Mare Luso-Indicum*, vol. III, Paris, 1976 e “Le Prêtre Jean devant la censure portugaise”, in *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, t. 41, Paris, 1980. Remetemos, ainda para Maria Antonieta Soares de Azevedo, “Relações com a Etiópia”, in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. II (edição de 1979), p. 480.

¹¹ *Lendas da Índia*, por Gaspar Correia, vol. II (lenda de 17 anos acabados no ano de 1526), introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1975.

¹² *Idem*, pp. 324-325.

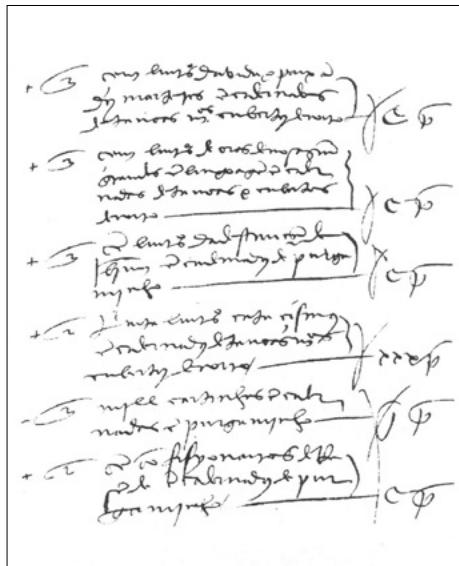
¹³ *Idem*, p. 325.

Mateus para o reino, em qualquer nau que ali fosse carregar especiarias. Partiu pois aquele embaixador em direcção a Lisboa, numa nau em que viajava Bernaldim Freire, de quem ficou com muito má lembrança¹⁴.

O embaixador etíope – já havia sido enviado pela regente Helena em 1512 – foi recebido (como informamos noutra parte do presente trabalho) pelo rei D. Manuel, em Lisboa, em Fevereiro de 1514. Algum tempo depois, que não muito, a recepção da preciosa relíquia, por parte da hierarquia religiosa – em que interveio directamente D. Manuel – constituiu um cerimonial digno de registo. A ele alude Gaspar Correia nestes termos:

*ElRey, como catholico Principe, mandou levar o santo lenho (que trouxera o embaixador etiope) á Sé, e solenizou o dia, que mandou que nom trabalhassem, e com procissao solene foy da Sé a sao Domingos, levando o santo lenho em humma riqua custodia com palio, ordeem sao Domingos o bispo de Fez disse missa em pontifical, e ouve pregação em louvor do santo lenho e da tão grande embaixada, e assy em procissao tornando á Sé, onde ficou.*¹⁵

Na expectativa – que em nada foi gorada – de saber novas do lendário reino do Preste João, D. Manuel reservou um dia para ouvir aquele mensageiro etíope. O monarca foi indagando, dando sinais da sua curiosidade em relação não só à história e vida do



Um dos fólios do mss. divulgado por Graça Barreto, referente aos livros enviados por D. Manuel para terras do lendário Preste João, em 1515 (recebimento de 23 de Março). Reprodução de ANTT, *Corpo Cronológico*, nova edição, Pe. A. Brásio, *História e Missiologia*, Luanda, 1973, extra-texto, pp. 448-449.

¹⁴ De tal modo Mateus recebeu agravos desse Bernaldim que, segundo Gaspar Correia, quando o rei veio a ter conhecimento do ocorrido “mandava prender os capitães, os quaes fogirão pera Castella” (in *op.cit.*, p. 328).

¹⁵ *Idem*, *ibidem*.

povo da Abissínia, como porventura, também, sobre a existência já de eventuais portugueses naquele território.

Provavelmente foi nesta audiência, ao ser recebido por D. Manuel, que Mateus deu notícia de três portugueses que lá se encontravam. Um deles, de nome João, segundo referiu “havia muito tempo tinha sido mandado por um rei de Portugal”. Os outros dois, há “pouco tempo tinham lá chegado”. Desse facto estava inteirado este imperador Dawit IV, como havia estado sua familiar, a Regente Helena. Todos esses factos foram na circunstância anotados, na presença do rei, por António Carneiro¹⁶.

Deve ter-se em linha de conta, de igual modo, que com este conjunto de livros impressos, oferecidos ao *negus* da Abissínia, seguia então de Lisboa uma pintura – que poderá ter sido então expressamente produzida para o mesmo efeito – referente à temática do *Ecce Homo*¹⁷.

Alguns dias ou semanas depois D. Manuel procurava agradar a esse soberano abissíneo (por via deste seu legado), primeiramente conquistando-o pela oferta de sumptuosos presentes de vária ordem que mandou preparar até ao mais ínfimo pormenor. Após tudo concertado (chegando até nós um exaustivo rol de tais ofertas), esses bens foram enviados – acompanhados pelo referido embaixador Mateus – por via naval para aquele território nordestino africano. A armada (com os presentes para a Abissínia) partiu para a Índia em Abril de 1515, sob o comando de Lopo Soares de Albergaria.

Desses contactos em Lisboa com o representante do imperador abexim resultou uma memória descritiva sobre a Etiópia. Tal texto acabou no ano seguinte por ser enviado a Rui Fernandes de Almada, que vivia em Antuérpia. Este, por sua vez, entregou em 1531 tal memória a Damião de Góis para a verter em latim, tal como veio a suceder.

Conhece-se hoje a já referida compilação documental *Fides, Religio, Moresque Aethiopum sub Imperio Preciosi...*, impressa por Rogério Réscio (em latim Rutgerus

¹⁶ F. M. da Costa Lobo, in *A acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI, destinada à realização de descobertas e conquistas*, Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, 5.ª secção, Lisboa, 1937, p. 171. Vide ainda, a este respeito Cardeal Saraiva, *Obras Completas*, t. V, p. 113 e 231; bem como R. H. Major, *Prince Henry the Navigator*, p. 417. De salientar que este António Carneiro era o pai de Pêro de Alcáçova Carneiro, o autor das *Relações...* (1515 a 1568), objecto de edição, em 1937, na Imprensa Nacional de Lisboa, sob os cuidados de Ernesto de Campos de Andrada. Aí regista Pêro, no preâmbulo, que “mandou-me meu pai ensinar em sua casa por um homem, que trazia nela, letrado e de muito boa vida. Este me ensinou a ler e a escrever e esse pouco latim que soube, que foi assaz pouco, e deixou de ser muito, porque meu pai, de idade de treze anos, me começou a dar de escrever nas coisas de seu cargo e ofício, que era de Secretário”. Ver ed. cit. p. X. Registe-se, ainda, que as referidas relações de Pêro de Alcáçova Carneiro principiam — cronologicamente falando —, pelo menos no volume dado à estampa por Andrada, no ano de 1515, com uma notícia assim iniciada: “Em dia da Santíssima Trindade recebeu El-Rei D. Manuel a cruzada outorgada pelo Papa Leão X (1515)”. Ora foi precisamente no ano anterior (talvez Março de 1514) que o pai de Pêro, António de Alcáçova Carneiro, redigiu as declarações, em discurso directo, do embaixador Mateus da Etiópia.

¹⁷ A problemática referente à produção da presente pintura – designadamente os vectores de natureza ideológica e a leitura da sua eventual autoria (num plano conjectural, tanto podendo ser de Jorge Afonso, como ser de Lázaro de Andrade) – constitui o objecto de estudo adiante.

Rescius), em Lovaina, em Setembro de 1540, precisamente sob os cuidados de Damião de Góis. Essa obra, testemunho dos avanços dos portugueses no Oriente em fins da primeira metade de quinhentos, poderá ter, apesar de tudo – e num plano simbólico – alguma correspondência com as edições levadas a efeito por portugueses (dando a conhecer a sua fé), em terras do Indústão, a partir de 1556¹⁸.

Foi nesse ano de 1515 que o monarca português, aproveitando a presença do embaixador Mateus, se decidiu no sentido por dar a conhecer em terras da Etiópia livros de espiritualidade impressos em Portugal. O monarca português desejou, com efeito, agradecer a embaixada que a rainha Helena lhe fizera presente.

Uma pintura de Cristo *produzida* em Lisboa com destino ao *negus* da Abissínia

Para além das *cartinhas* impressas, no âmbito dos presentes para o *negus* da Abissínia, a embaixada era portadora, de igual modo, de uma pintura alusiva à representação do *facies* de Cristo. Trata-se de uma matéria a que, a nosso ver, ainda não foi dada a devida atenção por parte dos especialistas que se dedicam a este domínio.



Kwer'ata Rêsu (Cristo da Abissínia), de c. 1513-1514, atribuído ao pintor português Jorge Afonso. Este quadro, que constituiu parte do espólio de guerra inglês, após uma campanha militar na Etiópia, no século XIX, veio a ser adquirido, em meados do século XX, pelo historiador de Arte, Luís Reis Santos, encontrando-se hoje, presumivelmente, numa coleção particular na região de Coimbra

¹⁸ Quanto à ed. em Antuérpia, por Réscio, da obra de Damião de Góis sobre a Etiópia, ver, de Francisco Leite de Faria, o trabalho *EBDG*, já *ant cit.*, Lisboa, SEC, pp. 21-26. Remetemos ainda, para a edição, bastante rara *Legatio David Aethiopiae Regis, ad Sanctissimum D. N. Clementem Papam VII. vna cum obedientia, eidem Sanctis. D. N. praestita*, Antuérpia, na ofic. De Guilelmo, Vorstermannum, 1533. Sobre esta edição de que apenas foram conhecidos pelo Visconde da Trindade nove exemplares, *vide* Alberto Navarro (V. da T.), *Ensaíos Bibliográficos*, t. III, “Orações Obedenciais”, Lisboa, 1965, pp. 108-109 (portadas em extra-texto tanto desta edição como de *Fides, Religio...*, supra citada, de 1540-1541).

Não se nos antepõe, hoje, a preocupação de discutir se o *Cristo luso-abexim* que seguiu de Lisboa para a Etiópia em 1515 é de Jorge Afonso, de Isebrant ou de Lázaro de Andrade, pois temos a nossa convicção formada. Iremos, antes, discutir questões de incidência temática e hermenêutica associadas a tal quadro e a algumas linhas de influência em circulação em Portugal, nessa vertente, desde pelo menos o século XV.

A autoria deste quadro encontra-se associada, segundo cremos, ao arauto e ‘pintor régio’ manuelino então activo em Portugal, Jorge Afonso.

A aludida produção pictórica *portuguesa* – chegada à Abissínia, e ao porto de Maçuá, em Abril de 1520, pelas mãos do embaixador de Portugal D. Rodrigo de Lima – apresentava, muito naturalmente, linhas estéticas manifestamente diferenciadas das dos quadros de inspiração cristã que eram produzidos já nesse período, naquele império norte-africano.

A conquista de um interlocutor pela oferta de presentes

A melhor forma que o rei de Portugal encontrou foi, precisamente, enviar-lhe um conjunto de valores que, por um lado, se inserissem num espírito de propagação da fé em terras (maioritariamente) de *infidéis*; e, por outro, constituíssem alguma novidade e causassem, até, alguma admiração junto das entidades receptoras de tais presentes. Era, enfim, como que o pôr em prática um velho sistema de *potlach* de forma a que, com argumentos de peso, pudesse tornar o seu *discurso* convincente ante o seu *antagonista*. Alguns investigadores, a quem iremos recorrer, se debruçaram já sobre esse presente do rei D. Manuel à Regente Helena da Etiópia nesse ano de 1515. Foram eles Graça Barreto¹⁹, Sousa Viterbo²⁰, Armando Cortesão – Henry Thomas²¹, e António Brásio²².

¹⁹ Trata-se de João Augusto de Graça Barreto que, em 1880, publicou o trabalho “Presentes de D. Manuel ao Preste João e seu Embaixador”, in *Boletim de Bibliographia Portuguesa e Revista dos Archivos Nacionaes*, vol. 2, n.º 1, de Junho de 1879. Refira-se que Graça Barreto foi compositor-tipógrafo de línguas orientais na Imprensa Nacional de Lisboa (tendo vivido entre 1843 e 1885). Em 1859, entrou para a Imprensa Nacional (tinha apenas 16 anos) e aí organizou a secção tipográfica oriental. Nesse sector ele compôs tipograficamente toda a parte de línguas orientais da colecção, por ele próprio organizada, de documentos relativos à história da Abissínia, que começou a sair em 1879 com o título *Documenta Historiam Ecclesiae Habessinorum illustranti avelante aiamedita, nunc primum ecensita*. Não fora morrer tão novo — com apenas 42 anos — que a sua obra seria hoje muito mais vasta e conhecida.

²⁰ O estudo desse Mestre — a que a Cultura portuguesa dos séculos XV e XVI tanto deve — que aqui mais interessa é, precisamente, “A Livraria Real especialmente no Reinado de D. Manuel”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1901. Não desejamos, por demasiado explícita, deixar de relevar aqui a importância deste (como de tantos outro(s) estudos(s) de Sousa Viterbo). Quanto ao seu prolongado esforço como investigador, remetemos para o catálogo preparado por Vitor Ribeiro, *Sousa Viterbo e a sua Obra*, Lisboa, 1913, onde constam, pelo menos, 316 títulos do autor.

²¹ Armando Cortesão e Henry Thomas, *Carta das novas que vieram a el Rey nosso Senhor do descobrimento do preste Johã*, edição já *ant. cit.* Vide ainda Artur Anselmo, “A primeira obra sobre a Etiópia: a *Carta das Novas* (1521?)”, in *História da Edição em Portugal I*, Porto, Lello & Irmão, 1991, pp. 225-227.

²² Pe. António Brásio, “A política do espírito no Ultramar Português”, in *Portugal em África, Revista de Cultura Missionária*, Ano VI, n.º 31, Janeiro-Fevereiro de 1949, pp. 20-29, 75-85 e 209-223. Este estudo foi



Retrato em gravura (esquerda) e em pintura (direita) do *negus* abexim, Dawit II (c. 1496-1540)

A armada em que seguiu tal presente para Goa²³ era comandada por Lopo Soares de Albergaria que, partindo com a missão de substituir no vice-reino da Índia a Afonso de Albuquerque (este já se encontrava bastante velho, no final das suas forças), contava com treze velas. A ela se reporta Manuel Faria e Sousa nestes termos:

[integrava] mil e quinhentos homens²⁴ de guerra, grandes cavaleiros (...) Os seus capitães de que há memória eram Simão da Silveira, D. Guterre de Monrrói, Cristóvão de Távora, D. João da Silveira, Jorge de Brito, Alvaro Barreto e Simão de Alcáçova. Com eles ia Duarte Galvão, pessoa de letras, autoridade e prudência, por embaixador ao Preste João, com luzidias dádivas, umas para ele (sic) e outras para a Igreja, e todas por testemunho do seu amor para com ele e do seu zelo para com ela.²⁵

republicado pelo autor na colectânea *História e Missiologia, inéditos e esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola [oficina de Atlântida Editora, Coimbra], 1973, pp. 437-478.

²³ Manuel Faria e Sousa, na *Ásia Portuguesa*, edição original craesbeckiana, em 3 vols. (1666; 1674; 1675), (em tradução de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira), Porto, Livraria Civilização, 1945, vol. II, p. 9.

²⁴ Idem, *ibidem*. Há uma ligeira diferença, em termos de quantitativos de embarcações presentes nesta armada, entre o que afirma Manuel de Faria e Sousa e o que se regista no manuscrito do *Livro das Armadas*, códice da Academia das Ciências de Lisboa. Enquanto Faria e Sousa — nessa obra inicialmente redigida em espanhol (tão ao gosto da época nesse período de dominação filipina) — salienta constar aquela de “treze naus”, o autor do referido códice escreve tratar-se de “uma armada de quinze velas”. — Ver, a propósito, o livro *Memória das Armadas que de Portugal passaram à Índia*, edição da Academia das Ciências de Lisboa, 1979, por altura do “segundo centenário da sua fundação” (com introdução por Luís de Albuquerque), p. 19.

²⁵ Faria e Sousa, *idem*. Gaspar Correia, in *op. cit.*, vol. cit., pp. 498-499, apresenta uma pormenorizada descrição da morte do embaixador. Sobre D. Galvão remetemos ainda para o criterioso estudo biográfico da autoria de Jean Aubin, intitulado precisamente “Duarte Galvão”, in *Arquivos*, do Centro Cultural Português, vol. IX (de homenagem a Marcel Bataillon), coordenados por José V. de Pina Martins, Paris, Fundação C. Gulbenkian, 1975, pp. 43-85. Vide, de igual modo, as edições da obra de Miguel de Castanhoso, *Dos feitos de D. Cristóvão da Gama*, da responsabilidade de F. M. Esteves Pereira, Lisboa, 1898, ou [em alternativa] por Justino Mendes de Almeida, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1983; vide ainda Sousa Viterbo, “Duarte Galvão e a sua família, elementos para um estudo biográfico”, in *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. XI, parte 1, Lisboa, 1905.



Um dos fôlios do *Livro das Armadas* (ou *Memória das Armadas*, como se refere nos dizeres da portada do manuscrito, que vai até 1566), onde se refere o conjunto de naus que saíram do porto de Lisboa em direcção à Índia, em 7 de Abril de 1515, tendo Lopo Soares de Albergaria, ao centro, por Capitão Geral e Governador da Índia, “com uma armada de quinze velas”. Numa destas naus seguiu os conjuntos diversificados de presentes que D. Manuel enviava então ao imperador abexim, sob a responsabilidade do embaixador, D. Rodrigo de Lima, mas de que uma muito reduzida parte iria chegar ao destino.

Foi nessa armada que seguiu em 1515, integrado em tal oferta régia de bens e serviços, o designado por *impremidor* [leia-se impressor – *apenas* (como se defende adiante) – de estampas gravadas], o *primeiro* de que até agora há notícia de haver chegado a terras do Indústão, bem como tal remessa de livros impressos em Portugal. E a acompanhar todo esse conjunto – beneficiando da companhia do embaixador etíope Mateus, e do Padre Francisco Álvares – o representante de D. Manuel I, Duarte Galvão, que por males vários já não regressaria ao reino²⁶.

²⁶ Duarte Galvão acabaria, com efeito, por morrer antes do cumprimento dessa missão, na ilha de Camaráo, no mar da Arábia, em 9 de Junho de 1517. Esse facto esteve na origem de o referido conjunto, designadamente as obras impressas saídas de Lisboa nunca terem chegado ao seu destino, a Etiópia, voltando a terras de Goa. Importará salientar, no entanto, que nesse ano de 1517, segundo tudo leva a crer, as técnicas de impressão (xilográfica, ou mesmo com caracteres móveis), já não seriam totalmente desconhecidos na Etiópia, pelo menos por parte das camadas mais cultas da população, designadamente sacerdotes e até comerciantes (que tinham, em muitos casos, uma vida itinerante). Tal como regista Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, reportando-se ao período de 1520 (altura da embaixada de D. Rodrigo de Lima), os abissínios apresentaram então, aos portugueses na Etiópia, um seu *breuiario*, escrito em caldeo, de purgaminho, e no começo d'elle estaua huma imagem de Nossa Senhora com seu filho no colo, e na mão do menino hum ramo de rosas que voltaua sobre a cabeça de Nossa Senhora; a qual imagem era feita de forma [destacado nosso] em papel, que os frades disserao que aquelas imagens, e outras muytas, lhe traziao alguns que hiao a Jerusalem e a Roma. — In Gaspar Correia, *op. cit.*, edição cit., vol. II, p. 585. A passagem em destaque, a expressão feita *de forma* em papel, mais não pretende significar, quanto a nós, que se tratava de uma gravura impressa por matriz xilográfica. Ainda em relação (possivelmente) a essa mesma obra consta do *Livro das Novas*, editado por Armando Cortesão e Henry Thomas, esta elucidativa passagem: *Mãdou o padre trazer huu liuro e deu ho ao Ouuidor dizendo que o amostrasse a el Rey nosso senhor e ao Papa. E que per elle veria em que criam alem do que elle vira. e que se recolhesse por que era noyte. O qual liuro veio agora cô estes recados a su alteza e he de grandura de meyo quarto de papel pequeno escripto [manuscrito, seguramente] em purgaminho de letra de sua lingoa* (in *op. cit.*, p. 113).



Carta da região portuária de Maquá (hoje integrada na região da Eritreia), constante do Códice 33 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, contendo o *Roteiro de Goa a Diu* (1538-1539) e o *Roteiro de Goa ao Suez* (1540-1541), de D. João de Castro. Ao testemunho existente no códice daquela biblioteca, é hoje atribuída a data de 1543.

A embaixada com tais presentes chegou à Índia nos últimos meses desse ano. Começou, aí, a sua estranha odisséia, ficando até hoje muito por conhecer sobre o destino de tais valores, que nunca chegaram à Etiópia. Os interesses desse novo governador da Índia, chegada a armada a Cochim – tudo o indica – estavam mais virados para o carregamento das suas embarcações com especiarias: singrar por via de um enriquecimento (pessoal) fácil.

Naquele entreposto marítimo português foram descarregados, efectivamente, todos os valores que integravam tão valioso presente destinado à Abissínia. Gaspar Correia, face a tudo o que se passou, acabou por escrever, desencantado:

*O (...) presente se dixee que no Reyno custara passante de trinta mil cruzados. Tudo bem enfardelado, e embarcado, entregue a Duarte Galvão, e a Lopo Soares grande apontamento que fosse ao estreito com grossa armada pôr o embaixador nas terras do Preste, com seu escriuão e vinte homens de seruiço, muy sabidos em todalas artes das armas, e musiqos de tangeres e fallas, e todolos officios mecaniqos. Tudo isto se perdeo por mingoa de Lopo Soares que nada ouve effeito (...) e Lopo Soares o nom pagou.*²⁷

²⁷ Gaspar Correia, *idem*, loc. cit. A respeito dos “presentes” e homens levados por Duarte Galvão — e que presumivelmente vieram a fazer parte em 1520 da embaixada à Etiópia de D. Rodrigo de Lima (incluindo designadamente o Pe. Francisco Álvares) — Américo Cortez Pinto sublinha que aí se integravam um artista, o pintor Lázaro de Andrade, uma colecção de instrumentos musicais com harpas, órgãos e um cravo, com um mestre de Música, o tangedor de órgãos Manuel de Mares e vários cantores. E comenta o mesmo autor: “É admirável o plano da intromissão da língua pátria. Enquanto a Tipografia se destinava a garantir a continuidade da acção assimiladora na expansão do livro, a música ajudaria a criar o agrado pela língua portuguesa que se lançava para viver e porventura dominar nas terras longínquas. Que sonhos não levaria o velho letrado [Cortez Pinto refere-se aqui, evidentemente, a Duarte Galvão, autor da *Chronica de D. Affonso Henriques*] juntamente com a Tipografia e os amados Livros da embaixada manuelina”. — Ver Américo Cortez Pinto, *op. cit.*, p. 342. Sobre a convicção por parte de C. Pinto (com a qual não concordamos) de se tratar de uma *tipografia*, deter-nos-emos mais adiante neste capítulo.

O embaixador D. Rodrigo de Lima, e a sua chegada às costas do norte da Etiópia, movido por um espírito de cumprimento de missão régia manuelina; e do relevante papel do Pe. Francisco Álvares como cronista

Movido, como dissemos, também ele pelos valores da fé, D. Rodrigo de Lima, aristocrata de pouco mais de vinte anos de idade, procurava verdadeiramente – depois da subida do Mar Vermelho desde a região de Áden – chegar às costas norte da Abissínia. Ainda manteria certamente na memória os factos que lhe haviam sido narrados de que, anos antes, o embaixador Duarte Galvão, na sua desdita, ao ser surpreendido pela morte, já não tinha podido entrar na Abissínia.

No mês de Abril de 1520 confirmava-se, efectivamente, que a presente embaixada de D. Manuel, liderada por D. Rodrigo de Lima, tinha acostado, como já referimos, ao porto abexim de Maçuá, levando na sua comitiva o Pe. Francisco Álvares.



Frontispício da 1.ª edição de *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam...*, Lisboa, Oficina de Luís Rodrigues, 1540 (esquerda); frontispício de *Delle Navigazioni et Viaggi*, de Giovanni Batista Ramusio (1.º vol., 3.ª ed.), 1563 (direita), o qual tivera, entretanto, contacto com um novo manuscrito (exterior ao utilizado em Lisboa pelo impressor Luis Rodrigues) do texto do Pe. Francisco Álvares.

Apointamentos para uma crónica do Pe. Francisco Álvares que passaria a beneficiar de uma significativa fortuna editorial europeia

Já então, um dos membros porventura mais esclarecidos da missão, o antigo capelão de D. Manuel, o Pe. Francisco Álvares, já principiava a tomar os seus próprios apontamentos sobre a nova realidade com que se confrontava.

São precisamente os seus escritos – que vieram a corporizar a bem conhecida obra, num plano internacional, a *Verdadera Informaçam...* – que a partir deste modo constituem um dos testemunhos mais fidedignos dos acontecimentos que esta embaixada protagonizou.

Algumas conclusões

Procurou-se ao longo do presente estudo, em dois contextos complementares, analisar documentação referente, primeiramente, aos antecedentes dos contactos quinhentistas de Portugal com a Abissínia; e, mais em particular, a chegada da primeira embaixada de D. Rodrigo de Lima a esse território, em Abril de 1520.

Pode estabelecer-se, assim, que já em 1428, o Infante D. Pedro, dito *Das Sete Partidas*, tivera em mente fazer – depois de uma pretendida romagem a Jerusalém – uma visita ao território abexim, de modo a poder contactar aí o lendário Preste João. Efectivamente, nem uma nem outra viagem chegara a realizar-se, apesar de toda a componente ficcional de uma narrativa associada a tais périplos.

A ter em conta, de igual modo, que Pero da Covilhã desempenhou nos últimos anos do século XV um papel diplomático de particular relevo na sua missão (objectiva e concreta) que fez a esse território onde viria a morrer e a ser sepultado.

A estes factos acresceram, as viagens marítimas feitas, entre 1507 e 1508, por João Gomes, F. Gomes e J. Sanches. Cerca de quatro anos depois, a Rainha Helena da Abissínia fazia seguir para a Corte do rei de Portugal o seu legado Mateus.

Enquadrado como um dos últimos antecedentes a esta matéria em apreço, é o registo, ou listagens de presentes, que, c- 1513-15, o Rei D. Manuel mandou organizar para seguir para o *negus* da Abissínia, levados pelo seu primeiro embaixador àquele território, o jovem D. Rodrigo de Lima. Tratavam-se de cartinhas impressas (para efeitos de catequização dos gentios) e, entre outros valores artísticos, de uma pintura alusiva ao *facies* de Cristo, com autoria atribuída a Jorge Afonso.

Um segundo conjunto documental em análise é constituído por diversos testemunhos, redigidos pelo Pe. Francisco Álvares, que integrou a referida embaixada. Sabendo-se que esta apenas chegou ao porto de Maçuá (nas costas da Abissínia) em Abril de 1520 – cinco anos depois de ter deixado o porto de Lisboa – destrincharam-se, na nossa análise, não um manuscrito de Francisco Álvares, que veio a estar na origem da *Verdadera informaçam...*, que veio a ser impressa em Lisboa, em 1540, mas *manuscritos múltiplos*, com textos diferenciados, mas em afinidade. Um deles (associado também a Damião de Góis) veio a ser publicado em Veneza, sob o título *Delle Navigationi et Viaggi*, por Giovanni Batista Ramusio.

Bibliografia

Fontes

- Álvares, Pe. Francisco, *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam...*, Lisboa, 1540.
- Ramusio, Giovanni Batista, *Delle Navigationi et Viaggi*, 3.^a edição, Veneza, 1563.
- Santesteván, García Ramíres de, *Libro del Infante don Pedro de Portugal...*, Sevilha, 1515.

Estudos

- Basset, René, *Notice Sommaire des manuscrits orientaux de deux bibliothèques de Lisbonne*, Lisboa, 1894.
- Matos, Manuel Cadafaz de, “A vida religiosa em Bizâncio entre os séculos II e V”, Madrid, 2017.
- idem, *No meio milénio da chegada dos portugueses à Abissínia (1520-2020)*, Lisboa, 2019.
- Mercier, Jaques, e Lepage, Claude, *Lalibela. Capitale de l'art monolithe d'Éthiopie*, Paris, 2013.
- Rogers, Francis M., *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge (USA), 1961.

ABERTURA DA SESSÃO CONJUNTA COM O ICEA

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 4 de maio

Senhor Professor Viegas de Freitas, mui ilustre Presidente do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica.

Senhores Académicos, Senhores Convidados.

A 5 de Maio de 2020 celebrou-se, pela primeira vez, o Dia Internacional da Língua Portuguesa. E porque nesse dia teríamos a XVI sessão conjunta com o ICEA foi decidido, de comum acordo, que esse seria o tema do nosso encontro anual. Convidaram-se académicos das respectivas instituições com reconhecido conhecimento e autoridade na matéria para nos representarem. Tudo com a devida antecedência, como gostamos de fazer, mas ... Mas, os imprevistos sucedem e quando eles têm as características de uma pandemia, não há plano B que nos valha.

Foi assim que tivemos que cancelar todas as sessões a partir de 10 de Março para reabrir a 23 de Setembro, para fechar de novo a 19 de Janeiro de 2021. Os marinheiros mais velhos nesta sala que ainda usaram o sextante, sabem bem o que é fazer navegação estimada durante dias seguidos por o céu teimar em não descobrir. É isso que temos feito, semana após semana, esperando que o sol desponte, ou as estrelas nos façam companhia ao crepúsculo e que a estima não se revele muito afastada da realidade.

E é assim que, com um ano de atraso, quase no dia certo, vamos finalmente comemorar o Dia Internacional da Língua Portuguesa. E esta comemoração faz sentido quando os números revelam ser a 5ª língua mais falada no Mundo (260 milhões de pessoas hoje, 395 milhões em 2050), a 5ª mais usada na internet e a 3ª nas redes sociais).

Mas deixemos estes números sonantes que gostamos de repetir, embora sem os poder confirmar e passemos a algo mais profundo – o património de um povo. Este não se conta apenas nos artefactos materiais que se encontram expostos nos seus museus, ou nas construções que desafiam a lei do tempo, num exercício de perenidade e memória.

Muito desse património é constituído por bens que nem sempre são tangíveis mas que, no entanto, se constituem como uma parte essencial da identidade dos povos, sendo a língua um desses bens intangíveis.

A língua é o meio primordial através do qual um povo se relaciona com o mundo que o rodeia e uma das principais marcas da sua identidade e dos seus valores. Como primeira língua da globalização, da troca de conhecimento e do encontro civilizacional entre culturas, a língua portuguesa afirma-se como um exemplo conseguido do valor da língua.

Levada nas naus pelos marinheiros portugueses, o português encontrou, nos vários continentes por estes visitados, povos e culturas distintas, que se deixaram influenciar pela estranha língua dos novos visitantes que influenciaram as línguas locais ou mesmo a vieram a adotar.

Além destas dinâmicas, o português também se tornou na língua de divulgação das novidades que chegavam à Europa dos Descobrimentos, tornando-se mesmo na primeira língua de troca científica, comercial e cultural com um alcance global.

Após os ciclos das descobertas, da colonização e do império, Portugal retrocedeu à sua realidade europeia. No entanto, a língua que legou ao mundo continuou disseminada pelos 4 continentes onde a sua presença se fez sentir, mantendo-se como uma língua global.

A língua portuguesa tornou-se assim, parafraseando Pessoa, uma pátria. Uma pátria sem fronteiras, que acolhe culturas e povos distintos e que os une sob uma mesma bandeira. Uma bandeira de multiculturalismo, de troca e de relação com o outro.

A língua portuguesa ajudou a construir uma ponte que liga povos, continentes, o passado, o presente e o futuro daqueles que com ela se expressam. Esta ponte deve ser mantida e celebrada, pois num mundo em constante mutação, a capacidade de nos entendermos continua a revelar-se inestimável.

Termino estas breves palavras desejando que após este interregno de um ano, se voltem a repetir de novo os 15 (ou mais) anos sucessivos em que as nossas duas instituições se reuniram para celebrar o mar. E a língua portuguesa faz parte do mar português que a ajudou a ser universal.

Muito obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 4 de Maio de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

ABERTURA DA SESSÃO CONJUNTA COM O ICEA

A LÍNGUA PORTUGUESA HOJE: UNIDADE, SIM... MAS DIVERSIDADE TOTAL

Comunicação apresentada pelo Académico
Artur Anselmo, em 4 de maio

I

Em 1996, instituições não governamentais, reunidas em Barcelona, de 6 a 9 de Junho, assinaram a *magna charta* conhecida por “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos”; sete anos depois (em 2003), a UNESCO divulgou um texto orientador sobre “Vitalidade e perigo do desaparecimento das línguas”; e em 2016, por iniciativa do PEN-Clube Internacional, foi assinado em Donostia o “Protocolo para a garantia dos Direitos Linguísticos”. Destes três documentos, o primeiro, proposto e aprovado pela Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural”, contém os princípios básicos que devem orientar a comunicação pacífica entre grafias linguísticas diferentes e assenta na ideia de que urge evitar, a todo o custo, tanto as tendências homogeneizadoras (de que certas línguas tiram o maior proveito) como as tendências isolacionistas que remetem algumas línguas minoritárias para a exclusão social.

Tentando corrigir esses desequilíbrios e garantir o respeito e pleno desenvolvimento de todas as línguas, sem excepção, a “Declaração Universal dos Direitos Linguísticos” contém 14 pontos, de que extraio seguidamente o essencial e cada um deles:

- 1.º – A denominação “língua própria de um território” refere-se ao idioma que ocupa esse espaço geográfico desde tempos imemoriais, assim como ao idioma de um grupo linguístico radicado no espaço territorial de outra comunidade.
- 2.º – Sempre que coabitem no mesmo território grupos linguísticos diferentes, as relações entre eles devem reger-se pelo respeito mútuo.
- 3.º – São direitos individuais inalienáveis (entre outros) o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística, o direito ao uso do próprio nome e, de um modo geral, todos os direitos de carácter linguístico reconhecidos nos pactos internacionais, tais como o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação social e o direito a usar a sua língua (e a ser entendido nessa língua) nas repartições oficiais.
- 4.º – A integração numa comunidade linguística diferente deve ser resultado de uma opção plenamente livre, e nunca de assimilação forçada.

- 5.º – Todas as comunidades linguísticas são iguais em direitos e deveres, independentemente do seu estatuto jurídico ou político, quer se trate de línguas oficiais ou de línguas alternativas.
- 6.º – Em rigor científico *stricto sensu*, havendo uma língua oficial na administração de um Estado, não se considera que essa seja a língua do território onde é usada.
- 7.º – Cada língua é uma realidade constituída colectivamente, e é no seio de uma comunidade que ela se torna instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora.
- 8.º – Todas as comunidades linguísticas têm o direito de aproveitar os seus próprios recursos para garantirem a transmissão e projecção da sua própria língua.
- 9.º – O direito à promoção de um sistema linguístico próprio deve ser exercido livremente, sem interferências induzidas ou forçadas.
- 10.º – Todas as línguas são iguais em direitos, considerando-se inadmissíveis as discriminações baseadas em critérios de avaliação como o seu grau de soberania política, a sua situação socio-económica ou qualquer outra.
- 11.º – Todas as línguas têm direito a beneficiar dos meios de tradução e retroversão.
- 12.º – Na esfera pública, todos os cidadãos têm o direito de desenvolver a sua actividade usando a língua do território onde residem; no plano pessoal e familiar, poderão servir-se da língua que entendem mais adequada à situação concreta.
- 13.º – Sem prejuízo do ponto anterior, todos têm direito ao conhecimento da língua própria da comunidade em que residem ou de quaisquer outras línguas que desejem aprender.
- 14.º – Estas disposições não deverão ser interpretadas como posição contrária ao uso de uma língua veicular assente em práticas mais favoráveis.

Após a enumeração destes 14 princípios gerais, a Declaração Universal pronuncia-se sobre o regime linguístico geral na Administração Pública e seus organismos oficiais, salientando que a comunicação do Estado com os cidadãos deve estar sempre “ao serviço da diversidade linguística e cultural” e, a propósito, refere-se que o ensino deve permitir o conhecimento das línguas enraizadas na tradição cultural da comunidade, mesmo que se trate de marcas culturais caídas em desuso na comunicação quotidiana. Sobre a onomástica, considera-se que todas as comunidades linguísticas têm direito a preservar e usar, em todos os domínios e ocasiões, o seu sistema lexical antroponímico e toponímico.

O respeito pela tradição cultural deverá ser garantido, nos meios de comunicação social, por pessoal “devidamente formado”, apto a evitar a ocupação hegemónica de línguas e culturas económica e tecnologicamente mais poderosas. Daí o cuidado que deverá haver na preservação não só do património linguístico mas também dos testemunhos materiais do passado, como fundos documentais, arquitectura, artes decorativas e, até, vestígios epigráficos.

II

A língua — está dito e redito — é um fenómeno social. Isto quer dizer, em termos concretos, que a linguagem não pode ser concebida fora de um programa genético, no qual se inscreve o modelo operatório que permite delinear um projecto e fixar o pensamento na linguagem. “Pensamento”, aqui, deverá ser entendido como saber ou sistema (de conhecimentos, de experiências, de sensações, de informações); e o acto de fixação da linguagem como a junção de imagens e conceitos, significantes e significados, num determinado momento.

Ao falar, ao juntar significantes e significados, fazemo-lo, quase sempre, sem consciência do nosso comportamento linguístico: alinhamos palavras, encadeamos ideias, mas não nos apercebemos de que estamos, inconscientemente, a respeitar as leis morfológicas, semânticas e sintácticas do nosso código linguístico. Do mesmo modo, não damos conta de que a utilização do código, num dado momento, repousa no compromisso que, tacitamente, inconscientemente, celebramos com a sociedade de que fazemos parte.

A função da linguagem e das várias línguas consiste em formar (ou estruturar) a nossa experiência, categorizá-la e hierarquizá-la, estabelecendo signos transmissores de informação acerca de “realidades” exteriores ao próprio mecanismo da linguagem. A forma como o falante categoriza as suas impressões concretas é uma consequência da estrutura do sistema: a sua “visão do mundo” é determinada pela sua língua.

Todas as línguas estão, em princípio, em condições de exprimir pensamentos mais ou menos claros ou confusos, abstractos ou concretos. Porém, seja qual for o grau de adequação entre o pensamento e a expressão, o desempenho linguístico dos falantes reflectirá sempre, de algum modo, as tendências gerais do seu país mental, da sua nação espiritual. Assim, dizemos que tal língua (o francês, por exemplo) é mais clara do que outra (o português, por exemplo), no sentido de que a norma nacional da construção linguística, graças a uma longa tradição autodisciplinar (que vem do cartesianismo, do racionalismo, da *Gramática de Port-Royal*), atingiu em França um alto grau de clareza, de harmonia conceptual e de correcção expositiva.

Sabemos, porém, que uma norma de clareza (ou de correcção) é produto de factores sociais que intervêm na vida da colectividade para determinar um desempenho linguístico considerado mais perfeito. A língua é a mesma em todos os falantes de uma comunidade, mas há pessoas que se exprimem melhor do que outras. Interessa à Linguística pôr em evidência as relações de causa e efeito que existem entre as divisões ou classes sociais de uma colectividade e as variantes de desempenho linguístico dos falantes. É essa — também o sabemos — a tarefa da Sociolinguística, ciência do comportamento verbal e das condições sociais da comunicação: preocupada com o estatuto social dos falantes, ela procura captar as formas de utilização da língua na vida em sociedade e, subsidiariamente, estuda também as variantes geográficas e culturais de uma comunidade linguística, desde a chamada “família restrita” (pais e filhos) até à “família extensa”. Esta última abrange núcleos mais vastos da comunidade linguística, como a família em sentido próprio, os grupos profissionais,

as comunidades religiosas, as regiões, as pátrias: enfim, conjuntos cada vez mais amplos dentro da mesma comunidade.

Encontram-se na filosofia do Romantismo as primeiras reflexões acerca das relações entre os povos e as línguas. Na sua tendência para fazer remontar a Arte e a Literatura ao espírito do povo, à alma da Nação, alguns filósofos alemães do século XVIII (como Herder) e do século XIX (como Humboldt) defenderam a ideia de que a cultura era o modo de expressão natural de um povo numa determinada língua. Segundo eles, a diversidade das línguas deveria ser observada em função da diversidade das mentalidades, de acordo com três princípios básicos, que Wilhelm von Humboldt sistematizou assim:

- 1.º – A língua tem uma forma interior própria, independente do mundo e organizadora desse mundo;
- 2.º – A comunidade linguística é um aspecto de outra comunidade mais vasta, a comunidade nacional ou, simplesmente, a Nação;
- 3.º – A mentalidade colectiva radica no espírito da Nação.

A posição de Humboldt é uma resposta idealista ao problema do conhecimento, combinada com uma concepção vitalista da História. Toma por base a Nação, comunidade histórica de cultura que se fundamenta ela própria em vários atributos essenciais (o território, a raça, a língua, a cultura e a vontade colectiva de um destino comum). A língua reflectiria, portanto, as afinidades espirituais e institucionais da Nação: ela seria um veículo da mentalidade, da educação, do estilo de vida, das relações sociais, dos valores éticos da Nação.

Da obra de Humboldt, particularmente avançada em relação às teorias da sua época, ficou-nos uma primeira abordagem da língua como motor da percepção do mundo, como meio de recriar esse mundo pelo recurso à força inerente da própria linguagem. A língua é essencialmente actividade, energia, e as palavras individuais são os factos primários de uma realidade mais profunda, que é a comunidade nacional.

Os trabalhos dos linguistas e antropólogos norte-americanos do nosso tempo não têm andado longe das preocupações dos idealistas românticos alemães. Para Edward Sapir, por exemplo, a língua de uma comunidade organiza a sua cultura, sistematiza-a, em termos de apreensão da realidade e da representação ou visão do mundo. Mais do que baseadas em simples diferenças de aspecto, as diversidades entre as línguas provêm de estruturas intelectuais e afectivas diferentes: cada língua tem o seu mundo próprio, a sua visão específica do mundo.

Se estes pressupostos não sofrem contestação no ponto de vista da língua falada ou escrita pelos seus utilizadores, o mesmo se dirá a propósito da ortografia. Esta, ao tentar reproduzir em signos alfabéticos os sons da oralidade, deve, antes de mais, respeitar as normas ortoépicas da comunidade falante — e se dizemos, no plural, “normas ortoépicas” é porque estamos conscientes das variedades dialectais que ocorrem em qualquer sistema de signos (domínio próprio da fonologia). As línguas, ao contrário do que defendia, por exemplo,

o linguista soviético Nikolai Marr — aliás, com a oposição das autoridades comunistas, incluindo o próprio Estaline —, não podem ser analisadas apenas como superestruturas e fenómenos de classe, mas antes como veículos de comunicação adaptados à utilização social que deles se faz.

Quando as regras da ortografia não levam em consideração as particularidades fonéticas de uma determinada comunidade falante, não apenas no momento da fala (visão sincrónica) mas também, em certos casos, a longo da sua história verbal (visão diacrónica), prestam um mau serviço à Nação, que, por desatenção ou ignorância, põe à disposição do Estado (ou da Nação politicamente organizada) instrumentos de trabalho — como os chamados “acordos ortográficos” — redigidos de costas voltadas para a realidade social. Todo o cuidado é pouco nesta matéria, razão por que, na dúvida, a Nação tem o direito de se interrogar acerca da utilidade dos acordos supranacionais que tocam na língua — e, mais ainda, quando esta serve comunidades cuja autonomia cultural é indiscutível.

No caso particular da língua portuguesa falada no continente europeu, no Brasil, em África ou na Ásia, vale a pena lembrar as profundas alterações políticas que se verificaram nos últimos anos. Do país politicamente independente mas ainda culturalmente ancilar, como era o Brasil em 1945, quando se assinou o chamado Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro; desse país que então tinha 40 milhões de habitantes e que hoje tem mais de 200 milhões, passou-se, já no século XXI, a uma super-potência, dita “emergente”, é certo, mas claramente na vanguarda das nações mais avançadas do mundo. Em contrapartida, sem prejuízo de Angola e Moçambique virem a seguir caminho semelhante ao do Brasil, os restantes países lusófonos de África não estão neste momento em condições de utilizarem a língua portuguesa como verdadeiros idiomas nacionais. (Deixo propositadamente de fora o caso de Cabo Verde, país independente já dotado de língua própria – o crioulo cabo-verdiano –, em larga medida criada a partir do português pidginizado.)

Seja qual for a evolução do paradigma linguístico de Angola e Moçambique, afigura-se oportuno recordar o essencial da polémica sobre a língua portuguesa utilizada no Brasil, à qual, em tempos, uns chamaram o “português do Brasil”, outros o “português luso-brasileiro” e outros até a “língua brasileira”. Da vasta bibliografia sobre o assunto, sirvo-me apenas — por ordem cronológica — dos seguintes ensaios: *A língua portuguesa e a unidade do Brasil* (1958), da autoria de Barbosa Lima Sobrinho; *A questão da língua brasileira* (1957), de Herbert Parentes Fortes; *O problema sociobiológico da língua brasileira* (1963), de Altamirando Requião; e o já hoje clássico *Língua portuguesa e realidade brasileira* (1968), de Celso Cunha.

Que concluir da leitura destes trabalhos? Antes de mais, a consciência comum do direito da Nação Brasileira a uma fala e uma escrita que, cada vez mais afastadas do padrão europeu do português, têm todo o direito a constituírem-se como ramos autónomos da mesma língua. Em segundo lugar, posições diferentes quanto ao futuro do português do Brasil: para Barbosa Lima Sobrinho e para Celso Cunha, tendência para se aceitarem como naturais os fenómenos da independência linguística da fala brasileira, mas sem se pôr em

causa a chamada “unidade e diversidade” da língua comum; para Herbert Parentes Fortes e Altamirando Requião, a inevitável projecção do idioma falado no Brasil como uma nova língua, derivada em larga medida do português. Usando da palavra na Universidade de Coimbra, perante uma plateia onde havia reputados filólogos e linguistas de Portugal e do Brasil, afirmava Requião: “Em que pese o muito que amamos Portugal, pelo muito que lhe devemos, por sua obra admirável de colonização e de cristianização, de que promanou, floresceu e se engrateceu a maior Nação da América Latina, o facto é que somos uma Nação soberana, e todo dialecto de Nação independente é língua.” (*Actas do 5.º Colóquio Internacional de Estudos LusoBrasileiros*, vol. 3.º, p. 405).

Entretanto, é curioso notar que as particularidades ortográficas não mereceram atenção especial dos quatro especialistas, porque — convém recordá-lo — há setenta anos era pacífica a ideia de que a ortografia devia seguir o seu caminho natural, em consonância com as tradições nacionais de Portugal e do Brasil: os portugueses aceitando o chamado Acordo de 1945 e os Brasileiros regressando pacificamente ao seu próprio Vocabulário de 1943, depois de a maioria dos deputados no Congresso ter rasgado a famigerada Convenção assinada em Portugal no tempo de Getúlio Vargas, falecido tragicamente em 1954. *Sunt lacrymae rerum...*

À distância de mais de meio século do livro de Celso Cunha, cuja memória é indistintamente venerada por filólogos portugueses e brasileiros, é particularmente actual o recado que as suas palavras nos transmitem: “Qualquer acção que vise à unidade idiomática deve processar-se com absoluto respeito às variedades nacionais”, já que — acrescenta — “o português de Portugal e do Brasil têm, assim, necessariamente, que ser considerados em nível de norma” (p. 81). Ora, a verdade é que a unidade idiomática do português europeu (ou *norma*, na terminologia de Coseriu) saiu muito maltratada da resolução da Assembleia da República Portuguesa que, em 1990, assentou as bases do chamado Acordo Ortográfico, alegadamente em vigor em cinco países lusófonos. Salvo melhor opinião, cometeram-se, sem utilidade para ninguém, os mesmos erros que estiveram na base da recusa, pelo Congresso Federal Brasileiro, do Acordo de 1945. Curiosamente, o período mais pacífico da guerrilha ortográfica foi o que ocorreu entre 1955 (ano da “insubordinação” do Congresso Brasileiro) e o de 2011, quando os governos de Portugal e do Brasil decretaram a “unificação”. Meditem nisto os interessados.

É tempo de se abandonarem utopias estéreis e de se respeitar o direito à ortografia nacional, em Portugal, no Brasil ou em qualquer outro país lusófono onde a marca da autonomia cultural esteja claramente presente no uso da língua. Deixemos respirar a diferença.

III

«Na língua — salienta Sausurre — não há senão diferenças», as quais decorrem obviamente do estatuto socio-cultural dos respectivos utilizadores. Estes representam, no seu comportamento linguístico (oral e/ou escrito), uma fortíssima dependência do património simbólico inserido na cultura dominante. Daqui resulta, como lembra J. G. Herculano de

Carvalho, que, «na manifestação simbólica, o sujeito que manifesta propõe como sinais dos objectos que quer significar aqueles que anteriormente ele reconheceu como seus símbolos». Ou na linha do que Roland Barthes ensinou, «não é o ser humano que constitui o simbólico, mas é o simbólico que constitui o ser humano».

Como sistemas estruturados de signos, as línguas tendem tanto mais para a diversidade quanto maior for a sua penetração social, isto é: o seu grau de dependência dos factores culturais será tanto mais acentuado quanto mais forte se tornar a autonomia cultural dos seus falantes. Há na linguagem todo um trabalho, incessantemente renovado pelos utilizadores do respectivo código linguístico, para moldar o som articulado à expressão do pensamento. Por isso, é ainda Barthes que nos lembra esta verdade comezinha: «A língua é a sua linguagem menos a fala: uma instituição social e um sistema de valores. Como instituição, não é um acto, pois escapa a qualquer premeditação; é a parte social da linguagem; o indivíduo, por si só, não pode criá-la nem modificá-la; é um contrato colectivo a que a comunidade se submete quando quer comunicar; é um produto social autónomo, semelhante a um jogo que é preciso conhecer.»

Deste modo, é líquido, é transparente que o desenvolvimento da língua está intimamente ligado às culturas nacionais. Com a autoridade que lhe advinha do íntimo conhecimento das culturas de cinco países africanos da língua oficial portuguesa (Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), já em 1988 o ensaísta português Manuel Ferreira explicava, num livro pioneiro (intitulado *Que futuro para a língua portuguesa em África?*) os motivos fundamentais que levaram esses países a acertarem, entre si, uma política linguística comum, ancorada na expansão do português como língua pacífica e neutral.

Há cerca de trinta anos, escrevia então Manuel Ferreira:

...a língua portuguesa singra em África a toda a velocidade, apesar das inúmeras dificuldades a vencer. E nesse esforço para se afeiçoar a novas realidades económicas, políticas, sociológicas, antropológicas, etc., vai-se modificando. Imparavelmente.

E, depois de salientar que o português, confrontado com as línguas nacionais, tinha fatalmente de sofrer alterações e reajustamentos, sublinhava o ensaísta:

Ao cabo e ao resto, esse fenómeno é um fenómeno criativo. Com ele a língua portuguesa abre-se a novos espaços, dilata-se na sua capacidade de comunicação, modifica-se na sua estrutura morfosintáctica e fortalece-se a sua estrutura. E, em vez de uma norma, teremos então várias normas; nove, pelo menos, no quadro aqui considerado, se incluirmos a Galiza e Timor-Leste, pondo Goa de lado, por comodidade.

Vem a propósito notar que o crescente desenvolvimento do ensino do português em África tem sido, desde então, acompanhado de uma política de protecção e estímulo à escolarização das línguas maternas, sobretudo em Angola e Moçambique. E recentemente, como previa Manuel Ferreira no seu estudo de 1988, foi o crioulo caboverdiano dotado de estatuto de língua nacional, lado a lado com o português.

Coube ainda Manuel Ferreira a honra de ser o primeiro estudioso das normas linguísticas africanas a verificar aquilo que hoje está à vista de todos e que ele exprimiu nestas palavras tão lúcidas como actuais:

...os Cinco partiram do princípio de que a língua é um facto cultural, e os factos culturais começam por pertencer a quem os produz, é certo, mas a partir daí deixam de ter dono: são de quem os quiser ou tiver necessidade de utilizar. Reapropriaram-se da língua portuguesa como se deles fosse. Assumiram-na com toda a dignidade e naturalidade e agora reintroduzem-na por todo o seu espaço nacional, privilegiando-a, difundindo-a, dando-lhe um estatuto nobre, ao tempo que a vão interiorizando, tornando-a totalmente sua. Tão sua que a modificam, a alteram, a adaptam ao universo nacional ou regional, e a transformam, no plano da oralidade e no plano da escrita.

As crescentes transformações introduzidas no português falado e escrito em África explicam, em parte, as reticências de Angola e Moçambique na aplicação da reforma ortográfica niveladora que se tem pretendido levar a cabo nos últimos anos (concretamente, desde 2011). Resistindo à uniformização, escritores desses países, assim como de Portugal, não fazem mais do que tomar como suas as palavras avisadas do filólogo brasileiro Celso Cunha, mestre de muitos de nós: «Em linguística a unidade não é incompatível com a variedade, antes a pressupõe.» Ou como insistiu Manuel Ferreira:

E se há uma língua, que é a língua portuguesa, há várias normas e logicamente umas tantas variantes: a variante da Guiné-Bissau, a variante de Cabo-Verde, de São Tomé e Príncipe, a variante de Angola, Moçambique, do Brasil, de Goa, da Galiza, de Timor-Leste, a variante de Portugal.

Alguns — e estão no seu pleníssimo direito — poderão argumentar que a ortografia de um sistema linguístico, em rigor, nada tem a ver com as transformações que ocorrem nesse sistema, pois são consequência da própria evolução de um corpo vivo. Mas a experiência destes últimos anos, ao introduzir, por via de alterações ortográficas, atropelos na ortoépia (isto é, na pronúncia correcta dos grafemas), suscita fundas apreensões e recomenda toda a cautela. Nunca é tarde para melhorar o que pode (e deve) ser melhorado.

ABERTURA DA SESSÃO CONJUNTA COM O ICEA

PORTUGAL: ‘PERFIL’ DA EUROPA ‘DESENHADO NO MAR’

Comunicação apresentada pela Prof^a Doutora
Annabela Rita, em 4 de maio

*Avivo no teu rosto o rosto que me deste,
E torno mais real o rosto que te dou.
/.../*

*Criatura da tua criatura,
Serás sempre o que sou.*

*E eu sou a liberdade dum perfil
Desenhado no mar.
Ondulo e permaneço.*

Miguel Torga

*Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que
se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha
língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor,
como da de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do
deserto. Por isso a voz do mar foi a da nossa inquietação.*

Vergílio Ferreira¹

“Perfil/ desenhado no mar”², Portugal é frente avançada da Europa, refractando-lhe os mitos fundadores e identitários e os sentidos da história na aventura que a leva para além de si. E muitos dos seus autores configuram diversamente essa refração.

Em epígrafe, o *Orfeu*-Torga-Portugal projecta-se ofelicemente em fundo marítimo, figuração de *Opus affettuoso* como a dessa *silhueta* desenhada por Cora na despedida do seu amado, silhueta que seu pai, oleiro, volumetizou com barro para memória futura, de acordo com narrativa de Plínio, o Velho³. Também epigraficamente, Vergílio Ferreira, por seu turno,

¹ <http://cvc.instituto-camoes.pt/oceanoculturas/22.html>.

² Miguel Torga. *Diário* II (vol. IX a XVI). Lisboa. Publicações D. Quixote, 1999, p. 1048 (Diário X).

³ Na sua *História Natural* (capítulo 12 do livro XXXV, pp. 77-79). Cf. <http://lindegaard.blogspot.com/2015/02/o-motivo-da-sombra-como-origem-do.html>

assinala a transitividade, o dinamismo e a funcionalidade da Língua Portuguesa em íntimo diálogo com o mar⁴.

De facto, o mar envolve os continentes e a língua portuguesa atravessa-os, debruçando-se sobre ele, ou brincando com as suas ondas, na rebentação... ou dentro delas, nas magnas ondas oceânicas que envolvem barcos e surfistas... como sopro ou deidade omnipresente, verbalizando factos, sentimentos e pensamentos, realidades, utopias e os seus contrários...

E todos reconhecem o que Yuval Noah Harari (*Sapiens. Uma breve História da Humanidade*, 2011) afirma em síntese de grande angular: a língua é o principal instrumento de *hominização e cultura*, porquanto a convivência e a sobrevivência humanas assentam em “mitos partilhados”, *representações* (Richard Rorty) cuja existência tem a densidade e a força da imaginação, cuja capacidade mobilizadora e agregadora tem a História como demonstração.

Como compreender o universo, com as suas vias lácteas, astros em relação e em processos de expansão e retracção, os buracos negros e o que neles acontece, universos paralelos e outras fenomenologias do macro? E a fenomenologia do micro? Os vestígios do passado e as antecipações do futuro? As ficções? O hipotético e a sua cedência à tese, válida até à sua substituição por outra? A imagem, quando se nos impõe, reclama o seu esclarecimento, ou seja, um discurso sobre ela, relacionando essa factualidade e outras afins. Verbal e/ou matematicamente (vias paralelas e reciprocamente convertíveis, mas cada uma com as suas virtualidades), o discurso cria a perspectiva e o sombreado que o tornam inteligível, como o insinua o conceito epistemológico de ‘iluminar’...

A língua permite e potencia a comunicação através do espaço e do tempo, cria redes comunitárias, afinidades, indiferenças e hostilidades, favorece o legado cultural, o património imaterial, o processo cumulativo da memória, do conhecimento e da imaginação, embebe a materialidade que nos rodeia e nos constitui... entre a expressão e a simulação, é o fugaz e fragmentado *écran* de uma *sociedade do espectáculo* (Guy Debord) ou de um *labirinto da saudade* (Eduardo Lourenço), ou, ainda, a superfície agitada da sua *liquidez* (Zygmunt Bauman), onde as tradicionais referências se dissolvem (p. ex., as nacionais, reconduzidas ao estatuto de constructo por autores como Benedict Anderson, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Patrick J. Geary, etc.), cedendo à artificialidade multiplicada de *écrans* de diferentes dimensões que permitem acesso a *big data*. É nesse imponderável e intangível inter-espaço/valo entre a observação e o fenómeno (no sentido kantiano) que as *representações* se configuram, evoluem e se transformam, gramaticalizadas pelo pensamento, mas apenas a complexidade da linguagem verbal permite a partilha e, com ela, por concordância, discordância ou reserva, a formação ou o reforço da comunidade, não apenas de vivência localizada, mas de comunhão e convicções de si e de si no mundo.

⁴ Reescrevi-lhe a afirmação, em jeito de homenagem, em ebook celebrando o Dia da Língua Portuguesa (5/5/2020): *Da Língua Portuguesa vêem-se galáxias* (5/5/2020) Ebook disponível em: <https://pt.calameo.com/books/004077885b022de466ad4>.

DIGRESSÃO ENTRE PARÊNTESES EM DIA MUNDIAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

E a língua só *é*, verdadeiramente, quando *funciona*, o que nos traz a questão das funções da linguagem relevando dos factores da comunicação (contexto, locutor, alocutário, código, canal, mensagem), cuja linear simplicidade a ciência tem vindo a pôr em causa na sua caminhada na via da complexidade (Edgar Morin). Do mesmo modo que o homem só *é*, realmente, em sociedade: sujeito às circunstâncias e tensões, aos seus diversos papéis sociais, ao difícil relacionamento com os outros e entre os seus princípios, aspirações e capacidades, à instável tríade consciente-subconsciente-inconsciente... a lista de variáveis é interminável e não pode ser trabalhada em excel...

Claro que, no plural da palavra e da realidade, a diversidade linguística tem justificado diversa 'ordenação': diacrónica (genealógica: evolução, famílias, etc.), sincrónica (geo-política, comparativa, etc.), categorial (gramáticas, léxicos, etc.) e outras (até às línguas artificiais e à 'angélica'). No seu funcionamento, a Retórica tende a evidenciar um aspecto: o da sua *eficácia*. Aspecto que os interesses político-económicos têm tentado reconduzir ao seu *potencial económico*, tema redutor na ordem do dia e que mostra a sua voga na multiplicada ocorrência discursiva, apesar de esta poder estar 'descolada' do real, como já tive ocasião de observar relativamente à Cultura, omnipresente no discurso político e institucional, mas...⁵

Na Babel em que vivemos e a que a globalização esbate a heterogeneidade, ocorrem-me os velhos mitos e lendas fundadores e estruturantes da cultura. Neles brilham "Arcas" e outros objectos de excepcional valor. Objectos cujo simples nome, quando usado, conta-mina de prestígio e sedução... Na 'arca' pessoana, p. ex., eis que encontramos uma curiosa reflexão de Thomas Cross destacada por Fernando Pessoa segundo a qual o futuro repousa em 3 línguas, nomeadamente, o inglês, o castelhano e o português⁶.

Esta evocação um pouco ao acaso coloca uma outra problemática que já abordei em trabalhos anteriores, dispensando-me de voltar a ela: a da política da língua, no caso, da LP.

⁵ Cf. meu ebook Quo Vadis, Cultura?... , Lisboa, CLEPUL | FLUL | FCT (col. "Ensaio-Lusofonias") ISBN 978-989-9012-08-0. [<https://wsimag.com/pt/cultura/58504-quo-vadis-cultura-dot-dot-dot>].

⁶ "Now, taking not only the present but immediate future, in so far as it may be considered as developing on the embryo conditions of our time, **there are only three languages with a popular future — English** (which has already a widespread hold), **Spanish and Portuguese**. They are the languages spoken in America, and in so far as Europe means European civilization, Europe is becoming more and more settled in the Western continent. Such languages as French, German and Italian are never anything but European: they have no imperial power. **So long as Europe was the world, they held their own, and even triumphed over the other three, for English was insular and Spanish and Portuguese right at the end**. But when the world became the earth, the scene shifted. **It is therefore among these three languages that the future of the future will lie.**" (bolds meus) Pessoa Inédito. Fernando Pessoa. (Orientação, coordenação e prefácio de Teresa Rita Lopes). Lisboa: Livros Horizonte, 1993, p.108.

Se, como afirma Bernardo Soares, “Mover-se é viver, dizer-se é sobreviver.”⁷... que *vida* e que *sobrevivência* para os falantes da LP?

Os indicadores colocam-na em clara vantagem sobre quase todas as suas homólogas:

1. tem mais de 261 milhões falantes em todos os continentes;
2. tem uma imensa diversidade constitutiva: assimilou elementos de línguas dos povos que passaram pela Península Ibérica (Iberos, Celtas, Lusitanos, Germânicos, Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Arabo-berberes e Africanos), assim como de todas as línguas antigas (desde o sânscrito¹³) e com que foi convivendo;
3. é falada nos 5 continentes, nos países que constituem a comunidade dos países de língua portuguesa: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor e Guiné Equatorial. Mas, tão ou mais importante, em termos de número de falantes: também vive numa imensa diáspora de impossível cartografia, pois todos os povos desses países são de intensíssima emigração. De acordo com o contador da Universidade do Porto, a Língua Portuguesa (LP) tem 3,7% da população mundial, 10,8 milhões de kms² (e 7,25% da superfície do globo) e corresponde a 1 862 727 milhões de EUR só no que se refere aos países de LP oficial (4% da riqueza mundial)¹⁴;
4. em termos de *ranking* de línguas, podem-se-lhe reconhecer as seguintes posições:
 - 4.1. 1ª língua mais falada no hemisfério sul (populoso e de intensa diáspora);
 - 4.2. 3ª língua europeia mais falada no mundo¹⁵;
 - 4.3. 3ª língua mais usada na internet¹⁶;
 - 4.4. 3ª língua mais falada do hemisfério ocidental¹⁷;
 - 4.5. 4ª língua mais falada no mundo¹⁸;
 - 4.6. 2ª língua europeia que gerou mais crioulos: pelo menos, 15 crioulos usados pela emigração em todo o mundo (menos 2 do que o inglês)¹⁹;
 - 4.7. 3ª na evolução já registada do número de falantes depois do espanhol e do inglês;
 - 4.8. 1ª em expansão, de acordo com as previsões demográficas dos diversos continentes²⁰;
5. faz parte do mundo político e económico atual, sendo língua oficial da União Europeia, da União Africana, das organizações Ibero-Americanas, das agências e organismos das Nações Unidas (num total de 32 organizações internacionais das 90 mais destacadas), tendo 16 deles *sites* com português e 25 com publicações em português²¹;
6. como 3ª língua na web²², o seu falante tem uma interação notável: acede a 4% dos conteúdos da Internet escritos em Português e compreende 8% dos conteúdos da Internet escritos em Espanhol, capacidade que aumenta exponencialmente quando

⁷ Livro do Desassossego por Bernardo Soares. Vol.II. Fernando Pessoa. (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1982, p. 520. [<http://arquivopessoa.net/textos/1828>].

- compreende o inglês (accede a 31% dos conteúdos da Internet) e espanhol, francês e inglês (accede a 42% dos conteúdos da Internet)²³;
7. o designado “Portunhol”²⁶ regista: imensa interactividade, multimódo património classificado pela UNESCO em países da CPLP e do mundo ibero-americano em geral, incontáveis empréstimos lexicais do Português a Línguas africanas e asiáticas e numerosas comunidades de emigrantes falantes do português estendem a influência da língua portuguesa²⁷. E o “Spanglish”²⁸ ainda estende a sua territorialidade de compreensão;
 8. os relatórios sobre a emigração portuguesa, registam uma diáspora intensa na Europa e para fora dela²⁹ com tudo o que ela implica;
 9. o projeto pedagógico bilingue Escolas Bilingues da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) vai promover a integração curricular do português em regiões de fronteira entre Espanha e Portugal, assim como entre o Brasil e os países vizinhos de língua espanhola, nomeadamente Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru³⁰;
 10. em termos de *soft power* (Joseph S. Nye) [<https://softpower30.com/>], a situação do português acompanha a da União Europeia que o integra³¹, mas pode ser entrevista em função da combinatoria de 3 países e as 2 línguas que, habitualmente, se conjugam na competência (português e espanhol)³²: em 2018, Portugal era o 22º dos 30 países mais inuentes, Espanha o 14º e o Brasil o 29º; na cultura, Espanha era o 5º, Brasil o 15º e Portugal o 25º; no empenhamento, Espanha era o 7º, Brasil era o 19º, Portugal o 23º. O próprio Joseph Nye, incentivou Portugal a usar o “soft power da sua língua e da cultura” e assinalou a necessidade de se pensar o poder com, mais do que o poder sobre³³;
 11. de acordo com o estudo *Potencial económico da língua Portuguesa*, o valor económico da Língua Portuguesa é de aproximadamente 17% do PIB, mais elevado que o valor apurado em Espanha³⁴, é a 4ª das 12 línguas super-centrais³⁵ e tem um “efeito gravitacional” imenso³⁶.

Em contraste com esses indicadores, na vida académica e científica, o panorama de avaliações é pouco favorável à LP e por falta da sua promoção e defesa institucional. Demostrei-o em textos como “Da excelência & do seu ‘padrão’. Segunda parte: Língua & Bibliometria”⁸ para que remeto, alertando para o facto de o uso da LP estar a ser *regulamentariamente reduzido*, prejudicando cada docente e investigador e o financiamento de projectos e unidades académicas e científicas, para já não mencionar o das edições (com responsáveis institucionais a quase recusarem apoios e reconhecimento à publicação em papel e à que não seja em editora e revista ‘creditada’ em listas onde a LP é minimizada), além da obrigatoriedade e/ou valorização da língua inglesa em instituições nacionais (FCT, academia, etc.).

⁸ <https://wsimag.com/pt/economia-e-politica/24400-da-excelencia-e-do-seu-padrão>.

É a velha questão da “**internacionalização**”/ “**internacionalidade**” de uma língua que, desde o início da expansão transatlântica, se foi semeando pelo mundo⁹, o foi configurando e representando. Língua cujos indicadores confirmam a previsão de Thomas Cross e que, por isso, só por descuido, ignorância ou intenções inconfessadas está a ser preterida, de facto, por outra (o inglês)¹⁰. Língua de reconhecido *soft power* (Joseph S. Nye)¹¹, de diáspora feita, em diáspora vivida e convivente com as mais díspares e incontáveis homólogas (com quantas línguas, crioulos e *pidgins* convive a portuguesa? Em quantas literaturas se perfila e em quantas ecoa?), miscigenada com elas... as suas **internacionalização** e **internacionalidade** são eminentemente **globais**, sem fronteiras, nem sequer as suas oficiais. Apesar disso, como sabemos, a LP está a ser preterida sistematicamente no espaço nacional em benefício do inglês, esquecidas, quiçá, as disposições e princípios das Declarações Internacionais: *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001), *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* (1992), *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1996) e *Carta Europeia do Plurilinguismo* (2015)¹², para já não mencionar os direitos de cidadania europeia, com 23 línguas oficiais, além de outras.

REGRESSANDO AO ‘PERFIL/ DESENHADO NA ÁGUA’

Ora, a LP foi soprada pela utopia que levou a Europa para *além de si*, vocalizada por esse “Rosto” regidamente perfilado em finisterra, portal de um *mundus clausus* antigo, confrontando-se com os enigmas da velha Esfinge, observando outra no norte de África beirando o Nilo e revendo-se no espelho líquido do Atlântico onde o infinito se refractava com novos enigmas, novos monstros e reconfigurações das utopias de sempre.

Ao longo do séc. XX, vivemos o ocaso das ideologias, das utopias, dos impérios, mas a língua expandiu-se, modificou-se, criou laços, redes de colaboração e diálogo, alterou a geometria das relações, horizontalizando-a, emocionalizando-a... mas ela manteve-se como instância em que o seu falante se verte, como afirma Adriano Espínola:

Língua de sol, espuma e maresia,
que a nau dos sonhadores-navegantes
atravessa a caminho dos instantes,
cruzando o Bojador de cada dia.
Ó língua-mar, viajando em todos nós.
No teu sal, singra errante a minha voz.¹³

⁹ GRAYLEY, Mónica Valéria Villela da Costa - A “internacionalização” do português e as novas relações de poder entre os países de língua portuguesa [http://hdl.handle.net/10400.2/4772]. Lisboa, 2014.

¹⁰ Remeto para os mais de uma dezena de indicadores que tenho assinalado e bastaria visitar os gráficos e estatísticas do Observatório da Língua Portuguesa.

¹¹ [https://softpower30.com/].

¹² https://www.observatoireplurilinguisme.eu/images/Charte/Charteplurilinguisme_ptV2.13.pdf.

¹³ Moacyr Félix (org.). 41 Poetas do Rio, Rio de Janeiro, FUNARTE, 1998. p. 514.

Seguir a rota da LP é aventura que conduz de um Portugal continental, telúrico e político, a uma nação-arquipélago, para, depois, dialogar fraternamente com a diversidade banhada pelo mar e pelo mundo semeada. Nessa aventura, observamos outras: a da sua metamorfose *corporal*, a da transformação do seu imaginário e do conhecimento, do mundo e de nós no mundo, sinalizado pelos sucessivos paradigmas da literatura de viagens, desde os *espelhos do mundo* (enciclopediando o conhecimento do mundo antigo), passando pelas brandonianas e afins dominadas pelas maravilhas divinas, seguindo pelos *roteiros* entretecendo experiência e imaginação, até à sua tematização na Literatura moderna... Aventuras que as Artes e as Letras refractam e representam em diálogo.

Numa altura em que se comemora a circum-navegação, seduz-me, acima de tudo, observar de que modo essa Europa embarcada se foi concebendo e representando aos espelhos do tempo e do espaço. Através do verbo dançando com a imagem ao ritmo das circunstâncias. E, sendo Portugal a sua finisterra, replicando-lhe o imaginário identitário e fundador, constituiu-se, logicamente, como observatório privilegiado da sua psique.¹⁴ Afinal, não afirmam os estudiosos do nosso imaginário essa identidade das estruturas míticas que informam a hererogeneidade europeia? E não confessa, como outros, Eduardo Lourenço

“Na verdade, eu falo de mim em todos os textos. Tanto me faz que seja sobre política, literatura, ou qualquer outra coisa. [...] Cada um dos assuntos por que me interesse daria para ocupar várias pessoas durante toda a vida. Por isso como não possuo vocação heteronímica, tenho procurado encontrar um nexos entre as minhas diversas abordagens da realidade. No fundo é a procura de um só tema. E, de facto, se virmos bem, o fio condutor do que venho fazendo, e procuro ainda fazer, é uma reflexão constante sobre o Tempo. Ou melhor, a temporalidade.”¹⁵

Ou, para evocar a Filosofia Portuguesa, não nos refere Dalila Pereira da Costa, no seu *A Nau e o Graal* (1978), o sagrado e a atlanticidade europeias que habitam a língua portuguesa?¹⁶

Afinal, trata-se de aventura multiplamente vivida aspirando a abraçar e conhecer o globo: uma viagem perscrutando as metamorfoses da autorrepresentação europeia, em especial, através do caso/olhar português. Desde o élan prometeico (Goethe) ao espírito desencantado (Eduardo Lourenço), num itinerário de gênese, crescimento, amadurecimento e envelhecimento.

* * *

¹⁴ Sobre esta questão, reflecti, em especial, na minha obra *SFUMATO. Figurações in hoc signo. Na senda da identidade nacional*, Lisboa, Edições Èsgotadas, 2019.

¹⁵ In *Diário de Notícias*, 21/3/1998 [<http://www.eduardolourenco.com/bibliografia.html>].

¹⁶ Lembro: “tantas recorrências de hierofanias no tempo e no mesmo território duma mesma comunidade, dum mesmo arquétipo: mundial e ainda duma certa comunidade /.../ cultural atlântica. /.../ Na específica maneira que tem o sagrado de, sem cessar, retomar uma mesma sua realidade, transcendente, e através dos séculos e milénios, dar-lhe sem cessar diversas formas na imanência – na manifestação como realidade terrestre. Manifestação que, assim, na história, não se esgotará de uma só vez, não esgotará num só acontecimento ou objecto, toda a sua realidade, como potência. Porque todos eles serão em si só reflexos, ou florescências terrestres duma só raiz, essa, transcendente e inexaurível: o arquétipo sagrado.” (Dalila Pereira da Costa. *A Nau e o Graal*, Porto Lello & Irmão, 1978, pp. 51-52)

O autoconhecimento necessita do hetero-conhecimento: é no confronto com a alteridade, nesse espelho que nos devolve a imagem, nos impõe a objectividade da distância e promove a comparação que a consciência proprioceptiva se desenvolve. A *imagem antropomórfica* é a principal figuração identitária, ponto de partida desse processo de conhecimento, porquanto é construída pelos sentidos, mediadores da relação com o real. No indivíduo, como no caso da comunidade. Daí que as expressões estéticas dessas identidades sejam um longo e fortíssimo filão do património comunitário, lugares onde o indivíduo e a comunidade se encontram e (re)conhecem.

1. Equações iniciais

Todo o processo de conhecimento se desenvolve a partir de um lugar objectivo, óbvio, concreto: a (auto)representação parte, assim, do ensaio de objectivação e do que é mais familiar, ou seja, tende a recorrer à antropomorfização.

Lewis Carroll oferece-nos um excelente e elaborado exemplo dos processos intelectivos da identidade com a sua *Alice no País das Maravilhas* e no *outro lado do Espelho*: no trânsito entre espaços e tempos que promove o estranhamento (logo, a atenção ao próprio e aos outros), o jogo da *relatividade* das *dimensões* e correspondentes valores é uma constante na *comparação*.

Do lugar de observação, derivam as representações, os mitos, as utopias relacionando espaços, tempos, identidades e alteridades. Dele também derivam os projectos imperiais continentais e nacionais. Ou nascem outros no entreolhar dos povos, como os da fraternidade linguística: lusofonia, francofonia, hispanofonia, anglofonia e seus crioulos.

E tudo converge para e deriva de um mapa em que a Europa se impõe como *Rainha* e Portugal como *cabeça* (Camões) e *rosto* (Pessoa) encimados por uma coroa em cujo topo uma cruz aponta os Açores, o *além* oceânico: refiro-me ao célebre mapa de Sebastian Münster *Europe as a Queen*, inserido na sua *Cosmographia* (1545). Mas também para uma mediadora, aquela que une, relaciona, liga o diverso.

Europa. Princesa fenícia raptada por Zeus metamorfoseado de touro branco para escapar à vigilância de Hera, e por ele entronada em Creta, que dele teve uma descendência já marcada pela negatividade: Mínos, Radamanto et Sarpedão. Monstros nascidos da paixão...

Ou uma profecia (*Europe a Prophecy*, 1794, de William Blake), glosada pelas suas nações, como Portugal, que alinha na sua bibliografia *A chave dos Profetas* e *História do Futuro*, de António Vieira, *Os Lusíadas*, a *História Trágico-Marítima*, *Peregrinação*, a *Mensagem*, etc.. Ou aventura: é *Uma Aventura Inacabada* (2004) para Zygmunt Bauman. Ou uma ideia, como para George Steiner (*The Idea of Europe*, 2004). Ou os seus mitos, como destaca Vasco Graça Moura (*A Identidade Cultural Europeia*, 2013). Ou os valores e ideais que concebeu e elaborou: hoje, em irreconhecimento, como defende Rob Riemen (*O Regresso da Princesa Europa*, 2016). Ou moribunda, como anuncia Douglas Murray (*A Estranha Morte da Europa*, 2017). Ou...

Prometeu, Narciso, Ulisses, Fausto... ou as configurações femininas que, de Vénus às cidades-Princesas, vão equacionando e simbolizando traços do seu imaginário e acção.

Deitada no globo, a Europa observa o continente seguinte, África, e o espelho oceânico em que o infinito se projecta. E confronta, reflexivamente, a Esfinge dos enigmas existenciais... *Pensadora* diante de outra. E, se o abismo oceânico lhe devolve uma imagem invertida, especular, a extensão continental oferece-lhe refrações de si, replicada na topografia diversa e nas nacionalidades que nesta vão emergindo, como é o caso de Portugal. Europa-Ulisses, viajante que descobre o mundo, Europa dos monstros e das maravilhas, sagrada e “graáfica”, Regina ou Imperial, das ilhas afortunadas e das fantasmas, a cartógrafa das rotas, a pensadora e filósofa, a Esfinge, a empreendedora, a que aspira conhecer os arcanos, a das profecias pagãs e cristãs, a das cidades consagradas, a curiosa dos segredos do universo. Hoje, segundo Eduardo Lourenço e Zigmunt Bauman, transformada em versão envelhecida, grisalha e de longas barbas, exausta, desse Prometeu de outrora...

Avançemos mais metodicamente neste itinerário.

2. Da Europa

Pelos olhos dos viajantes, o mundo deixará, progressivamente, de ser o pós-diluviano disco tripartido dos mapas T. O., de Isidoro de Sevilha (*Etymologiae*), que enciclopédia e ordena a mundividência e a mundivivência do séc. VI (refractando da concepção balilónica¹⁷) pormenorizada, depois, no séc. XII: o “T” é o Mediterrâneo dividindo os três continentes conhecidos (Europa, Ásia e África) povoados pelos 3 filhos de Noé (Sem, Jafé e circundados pelo oceano (“O”) com Jerusalém no centro do mapa e a Ásia com o Paraíso (jardim do Éden) na Ásia, na porção superior do mapa, até que a orientação reordene a representação ...

E também deixará de ser a dos mitos amorosos de raptos e fábulas divinas.

De princesa raptada a rainha, justificará as representações adequadas em longa e metamórfica iconografia, incluindo a cartográfica: entre o lamento (*Europa deplorans*) e o tirunfo (*Europa triumphans*). Na Literatura, será o estímulo e a referência de toda a épica e tragédia que sinaliza a formação da Europa política.

A sua beleza promoverá, no plano estético, a elaboração fusional com a deusa que a simboliza: Vénus. E poderemos identificar linhagens de representação, desde o seu nascimento, segundo as posições corporais erecta/vertical (Botticelli, *O Nascimento de Vénus*, 1486), deitada/horizontal (Henri Pierre Picou, *O Nascimento de Vénus*, 1871-74), sentada/ângulo recto (François Boucher, *A toilette de Vénus*, 1751).

A Europa, que nos inclui, começa por ser definida no espaço, com a localização que lhe descreve Estrabão na sua *Geografia*, cenário onde se reconfiguram no tempo os mapas políticos (romano, carolíngio, napoleónico...), com a respectivas tópicas identitárias tecidas de assimetrias e reflexos.

Do séc. XVI em diante, a sua história será marcada pela ascensão e queda de impérios globais, impérios que se ostentaram em sucessivas exposições mundiais (Exposições Coloniais)

¹⁷ https://en.wikipedia.org/wiki/Babylonian_Map_of_the_World.

desde meados do séc. XIX até à sua dissolução. Será essa experiência de um *além de si* que transformará o pensamento europeu de modo decisivo, desde a perspectiva das transcendências (medieval) à da horizontalidade (revolução científica). E essa transformação exprimir-se-á e/ou sinalizar-se-á nas artes e nas letras de modo inequívoco, traçando a trajectória vital desde a emergência ao crepúsculo dos deuses cedendo aos homens dos seus locais. A cartografia política demonstrará esse fazer e desfazer de corpos imperiais, cujas cabeças acabam decepidas pelos membros, que, por sua vez, se autonomizam com protagonismo. A Filosofia evidenciará esse “*désanchantement du monde*” (Max Weber, Marcel Gauchet).

Nos séculos XV e XVI, o Renascimento Cultural promoveu uma nova cosmologia (Alexandre Koyré e outros) a que vai cedendo a do aristotélico “cosmos harmónico e fechado” das esferas celestes: a do Universo Infinito gerido por leis matemáticas exactas, mecânicas (mecânica newtoniana), ideia culminando a ciência do século XVII (Kepler, Galileu, Tycho Brahe e Newton). O século XVII, do ponto de vista de Alfred North Whitehead (*Science and the Modern world*, 1926), viveria uma reconceptualização do conceito de “génio” na via da modernidade e da sua teorização, no sentido da originalidade e da singularidade de uma manifestação elevada de qualidades e capacidades humanas. A grande revolução europeia do conhecimento passou por logaritmos, electricidade, telescópio, microscópio, cálculo, leis naturais (da gravitação universal, de Newton, da pressão atmosférica, etc.), etc., com personalidades como Isaac Newton, Gottfried Wilhelm Leibniz, Galileo Galilei, René Descartes, Blaise Pascal, Gilles Personne de Roberval, Pierre de Fermat, Robert Hooke, Robert Boyle, Anton van Leeuwenhoek e William Gilbert, entre outros.

Progressivamente, a reflexão sobre a Europa vai-se tornando abstracta, privilegiando o plano das ideias, da cultura, conduzindo para abordagens como a de Rob Riemen, fundador e Director do Nexus Institute, que a afirma “um sonho impercível”¹⁸

Ou a de Zygmunt Bauman: segundo a qual “Procurar a Europa é construí-la!” “A Europa existe mediante a sua busca pelo infinito – e é isso que chamo de aventura.”¹⁹

Em quase todas as abordagens, a efabulação antropomórfica continua a insinuar-se na revisitação ensaística dos mitos fundadores, como sinaliza o título de Rob Riemen, *O Regresso da Princesa Europa*.²⁰

Ou, por outro lado, a sua efabulação segue o modelo temporal, o ciclo do dia, exprimindo teluricamente a percepção dos sentidos da sua história. Em *Assim falou Zaratustra* (1896),

¹⁸ Cf. “A Europa é uma ideia, uma bela ideia, um modelo de civilização. A Europa é uma cultura, um conjunto de valores espirituais e morais, que devem ser continuamente mantidos, cultivados e protegidos. Europa é uma história feita de lágrimas, mas também de grandes feitos e de um sonho impercível.” Rob Riemen, *O Regresso da Princesa Europa*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2015.

¹⁹ Zygmunt Bauman, *Europa — uma aventura inacabada*, s. l., Jorge Zahar, 2004.

²⁰ “Imagine: Europa, a bela princesa fenícia que de acordo com a tradição grega foi seduzida e raptada por Zeus disfarçado de touro e, meio afogada, deu à costa no litoral de Creta, onde se tornou orgulhosa mãe e a inspiração espiritual de uma civilização de enorme riqueza cultural.” (Rob Riemen, op. cit.)

poema sinfónico, de Richard Strauss, inspirado no tratado filosófico de mesmo nome de Friedrich Nietzsche (1883-85), observamos uma estrutura disso significativa, com 9 secções de acordo com capítulos do livro, desde o “nascer do sol” até à canção do Sonâmbulo²¹, à noite²². Ciclo que Richard Strauss representará como *Morte e Transfiguração* (1888-89), poema sinfónico que convocará os sentimentos do artista que morre.

Já no séc. XXI, a reflexão retomarà o tema, questionando-o de diversos pontos de vista, como o faz Jorge Calado (“Quem é? O que é? A Europa”), imaginando a Europa e a América em interface genésico:

A Europa renasceu, unida, na América.

Como Camões adivinhara, a posição geográfica da Europa apontava para a América.

Pessoa confirmou-o num poema da *Mensagem* (1934): “A Europa jaz, posta nos cotovelos; / De Oriente a Ocidente jaz, fitando, / [...] / Fita, com olhar esfíngico e fatal, / O Ocidente, futuro do passado. / O rosto com que fita é Portugal”.

Observador e observado – Europa e América – configuram o Ocidente.

Tal como Lisboa teve a sorte de sofrer um terramoto no século XVIII (e não noutra altura qualquer), também os Estados Unidos da América lucraram com uma independência em 1776, movida por Pais Fundadores de grande calibre intelectual, sábios a combinar o melhor pragmatismo (e liberalismo) britânico com o racionalismo francês.

A América é uma projecção da imaginação europeia.²³

Remeto para a longa, profunda e estimulante reflexão desenvolvida sobre este tema por autores como Eduardo Lourenço, José Eduardo Franco, Miguel Real, Pedro Calafate, Viriato Soromenho Marques e outros, a nossa mais habitual bibliografia crítica nessa área, porquanto os seus textos convidam a mais prolongada perscrutação.

As artes dialogam sobre essa transformação da Europa, visível em múltiplos padrões das suas faces nacionais que tive já ocasião de explorar em livro recente (*Perfis & Molduras*, 2018, 2ª ed. 2019). Bastaria recordar alguns exemplos correspondentes às 3 etapas fundamentais do processo depois do tempo fundacional:

a. O projecto. Um tratado: Tordesilhas (1494), o célebre ‘Testamento de Adão’ (expressão de Francisco I de França) dividindo o mundo entre duas potências, as terras encontradas e “a encontrar”.

²¹ Os momentos do ciclo: 1) Einleitung (Introdução), ou nascer do sol; 2) Von den Hinterweltlern (Dos Antigos Homens); 3) Von der großen Sehnsucht (Da Grande Saudade); 4) Von den Freuden und Leidenschaften (Das Alegrias e Paixões); 5) Das Grablied (O Túmulo-Canção); 6) Von der Wissenschaft (Da Ciência); 7) Der Genesende (A Convalescença); 8) Das Tanzlied (A Dança-Canção); 9) Nachtwandlerlied (Canção do Sonâmbulo).

²² “A noite caiu: eis agora despertas todas as canções dos que amam. E também a minha alma é uma canção dos que amam. Assim cantou Zarathustra.” (F. Nietzsche, “A Canção Nocturna”, *Cinco canções de Zarathustra – Poemas em Prosa*, 3.ª ed., Coimbra, Centelha, 1986, s. p.)

²³ <https://www.ffms.pt/artigo/648/quem-e-o-que-e-a-europa>.

b. A construção imperial. Um quadro: *Os Embaixadores* (1533), quadro de Hans Holbein, o Jovem. Um livro: *Os Lusíadas* (1571), de Luís de Camões. Um monumento: o Mosteiro dos Jerónimos ou Mosteiro de Santa Maria de Belém (séc. XVI).

c. A redefinição, a memória e a derrocada imperiais a partir do séc. XIX. Um drama: *Pátria* (1896), de Guerra Junqueiro. Um romance: *Tocata para Dois Clarins* (1992), de Mário Cláudio. Uma exposição: “O Mundo Português” (1940). Um hino: “A Portuguesa” (1890), com letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil. Um poema: *Mensagem* (1934), de Fernando Pessoa. O nascimento de novos países. Dois filmes: *África Minha* (1985), de Sydney Pollack, e *Austrália* (2008), de Baz Luhrmann.

3. Da Europa a Portugal

Até muito tarde, aos começos da Idade Moderna, a obra dos poetas portugueses esteve intimamente ligada /.../ à tradição celta do Atlântico norte. Na poesia portuguesa, tal como nessa, verificar-se-á a existência dos mesmos mitos e heróis, através dos mesmos feitos que, ao longo dos tempos, serão retomados pelas diferentes gerações, metamorfoseando-se, assumindo uma coloração ou nome diferente, desde o paganismo até ao cristianismo, mas revelando sempre nela uma mesma rede e centros de valores existenciais. A raiz ou carga arquetípica é dua coerência e perenidade tão forte que, se bem atentarmos, ela se mostrará à transparência em toda a poesia e história nacionais, – estas como talvez as suas formas de manifestação eleitas – através de seus tempos. Tal como a poesia irlandesa, galesa, armoricana, ela estará impregnada pela mitologia e pela profecia.

Porque também aqui, nesta nação, a poesia seria então a ciência dos iniciados. Contendo em si um conhecimento secreto, não desvendado, dado imediatamente. Será esse facto que constituirá nos seus poetas mais genuínos, unidos mais profundamente à sua alma primordial, /.../ toda a sua suposta obscuridade; sua linguagem cifrada, oferecendo à sua obra como uma dúplice dimensão, ou existência em dois planos, o aparente e o escondido, e em que o primeiro não terá mais do que uma pura função, ou mesmo valor, alusivo – e protector, ou camuflador.

Dalila Pereira da Costa. *A Nau e o Graal* (1978)²⁴

Entretecendo e reflectindo identidades, veremos Portugal a ser representado por (as) simetrias e (dis)semelhanças, numa replicação da história da Europa em que se inscreve. A parte pelo e como o todo, sinedóquica e simbolicamente... desde os mitos fundadores aos projectos e às utopias.

As tradições de cavalaria, bíblica e da mitologia clássica confluem nos processos de legitimação régia e nacional, miticamente fundado, em que o imperial se gera. D. Manuel I

²⁴ Dalila Pereira da Costa. *A Nau e o Graal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978, pp. 41-42.

(1469-1521 [reinado: 1495-1521]), rei de Portugal, intitula-se, também, Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia e faz-se representar com o ceptro real (justiça) com o filactério *DEO IN CELO TIBI AVTEM IN MVNDO* («A Deus no céu e a ti na terra»), que sinaliza a ligação e a especularidade entre diversos termos: terreno/divino, corte terrena/rei e corte celestial/Cristo: messianismo e V Império cristão com os descobrimentos. E D. Manuel monta um monstro marinho próximo do extremo sul da África num mapa de Olaus Magnus intitulado *Carta marina et descriptio septemtrionalium terrarum ac mirabilium* (“Carta náutica e descrição do Norte Terras e Maravilhas”) de 1539: o seu triunfo decalca-se no europeu, contrastando com a tradição da *Europa deplorans* iconografada na *Nova et accurata totius Europæ descriptio* (1700), carta de Fredericus de Wit.

No caso da localização, recordemos que Portugal é sempre europeu: a “cabeça” (Camões) e o “rosto” (Fernando Pessoa) da Europa, que ainda recentemente Fernando Vicente representou em antropomórfico mapa da península Ibérica²⁵. “Cabo ou rosto do Ocidente assim lavado do Oceano” (Padre António Vieira), Portugal reclama-se como um país com vocação universal (o Quinto Império será disso a melhor expressão). Encarando o mar, vai também actualizar os mitos que a configuram, como Prometeu, Édipo, Ulisses e Fausto: de diversas maneiras se irá concebendo como eles... novo *pensador* (nas figurações de Miguel Ângelo²⁶ que Rodin esculpiu inicialmente como Poeta-Dante para *A Porta do Inferno*, 1880-90²⁷ e que tem dezenas de cópias espalhadas pelos museus de todo o mundo) em finisterra europeia. Colocando-se os enigmas da Esfinge: vida, morte, humanidade...

Não resisto, aqui, a evocar a cena de um Infante D. Henrique vertido em Pensador finicontinental descrita por Azurara e retomada por Nemésio na sua biografia do Infante D. Henrique:

“Oh quantas vezes o achou o sol assentado naquele lugar onde o deixara o dia dantes, velando todo o arco da noite sem receber nenhum descanso, cercado de gentes de diversas nações /.../!”²⁸

A caminhada identitária nacional será dessa centralidade geoestratégica marítima (atlântica) sinalizada na obra de muitos autores (e particularmente evidente na de Fernão de Oliveira, autor de obras pioneiras da *Arte das Naus*, da *Arte da Guerra no Mar*, da *História de Portugal* e da *Gramática da Língua Portuguesa*) e consagrada no tratado de Tordesilhas para uma marginalidade europeia (continental), percurso em que, ao aumento exponencial do

²⁵ Cf. <http://geekness.com.br/artista-cria-pinturas-em-mapas-antigos/>.

²⁶ Quer vitais, como o Lorenzo de Medici (1526-31), quer *post-mortem*, como a de uma figura torturada no Juízo Final [<https://i.pinimg.com/originals/3a/cd/34/3acd34b18278564890d06a96163a1f9b.jpg>]

²⁷ <https://www.museumtv.art/artnews/articles/le-penseur-de-rodin/>, http://obviousmag.org/archives/2012/07/a_explosao_no_marmore_os_dialogos_ente_rodin_e_michelangelo.html,

²⁸ Azurara. *Crónica do Descobrimento e conquista da Guiné* [https://archive.org/stream/chronicadodesco00zuragoog/chronicadodesco00zuragoog_djvu.txt]. Nemésio. Vida e Obra do Infante D. Henrique (1959).

corpo-território (império colonial), sucederá a sua súbita diminuição através da independência política do *ultramar*. Pelo meio, veremos as artes exaltando o percurso: os Painéis de S. Vicente fixando o ritual de missão, os Jerónimos, abrindo os braços em despedida e saudação, *Os Lusíadas* cantando epicamente a viagem. Mas espreitam sombras entre as luzes em *chiaroscuro*: Fernão Mendes Pinto (1509-83), com a sua *Peregrinação*, e Bernardo Gomes de Brito, com a *História Trágico-Marítima* (1735-36).

Da Europa e Portugal e deste a Lisboa, a representação tenderá a combinar a replicação e a miniaturização com os outros processos de construção identitária. P. ex., a sua versão de *Menina e Moça* (Bernardim Ribeiro, séc. XVI) perpassará, dentre outros lugares, desde a épica camoniana (como “Princesa” no canto III d’*Os Lusíadas*) até às letras de mais de uma centena de fados populares (Carlos do Carmo, “Lisboa, Menina e Moça”, etc.).

Da Europa a Portugal, observa-se um processo de replicação: o *perfil* desse rosto (ser-pensar-sentir de um continente diante do mar) fixar-se-á na sua finisterra mais ocidental nesse olhar anelante do infinito, *de si no além de si*. E, à medida que foi progredindo nessa aventura de *diáspora e descoberta*, esse *perfil* foi-se replicando em *idades-limiars* (finisterras) edificadas no convívio das gentes entre terra e mar, mas também, depois, para o interior continental.

A própria toponímia denuncia esse processo: Lisboa, Nova Lisboa... Para alguns (Samuel Bochart e outros), Lisboa derivará de Olisipo, designação pré-romana remontando aos Fenícios (“Olisipo” resultaria de “Allis Ubbo” ou “Porto Seguro” em fenício, o estuário do Tejo), para outros (Francisco Villar, p.ex.), Olisipo teria origem tartessa, para outros (Estrabão), ainda, justificar-se-ia pela lenda da fundação por Ulisses (*Ibi oppidum Olisipone Ulixi conditum: ibi Tagus flumen*)... nome transformado em “Olissipona” (Ptolomeu), em *Ulishbon* (visigodos) e em اليكسبونا (*al-Lixbúnâ*) ou ainda لشبونة (*al-Ushbuna*) pelos árabes... enfim, itinerários do nome e da cultura, história e imaginário do lugar por onde tantos passaram e que tantos afeiçoaram a si. Pouco importa aqui se há algum rigor nestas referências, mas que elas sinalizam a historicidade factual e fabulosa do lugar, tão pregnante de referências do imaginário ocidental que com ele viajou até outros continentes, marcando-os: será o nome das actuais Huambo (cidade e província de Angola em 1928-75) e Fortaleza (antes da invasão dos holandeses no Brasil). E, junto a Lisboa, perto da praia onde a Estrela de Belém, vinda dessa crística Galileia, teria mergulhado, por fim, eis que Bethlehem se replica em outras Beléns, na divisão administrativa (freguesia), no palácio (Palácio Nacional de Belém) e na ermida (Santa Maria de Belém), que a aventura marítima reiterará também além atlântico, nas brasileiras homónimas do Pará, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, do Piauí, de S. Paulo, e na paraguaia... Cidades de saudade e abertura atlânticas, numa rede de afectos e diáspora intercontinental, lugares pioneiros de chegada e de partida, de trânsito e de relação, cada uma delas *memento* de um *antes de si* e anúncio de um *depois de si*, cada uma delas símbolo e sinédoque de história mais vasta aspirando a ser mundial, universal...

Esse foi um fazer *globalizador* desfazendo os dragões de outrora, esse Adamastor filho de Gaia revoltado contra Zeus, gigante da antiguidade que Rabelais evoca (nas aventuras de

Gargântua e Pantagruel) e que os marinheiros responsabilizavam pelo naufrágio das naus no Cabo das Tormentas, de camoniana memória, monstro que pontuará vasta e diversa bibliografia, para já não mencionar a iconografia: de Voltaire (a propósito de Camões no *Essai sur la poésie épique*), de Victor Hugo (em *Os Miseráveis*, no Tomo III, *Marius*, cap III, e no poema *Les Feuilles d'automne*, cap IX), de Alexandre Dumas (em *O Conde de Monte Cristo*, cap. XXXI, *Vinte anos depois*, cap. LXXVII, *Georges*, cap I, *Bontekoe*, *Les drames de la mer*, cap I, *Causeries*, cap. IX, e *Mes Mémoires*, cap. CCXVIII), de Saramago (em *Intermitências da Morte* e em *Memorial do Convento*), etc..

4. Do Belo

Dos mapas aos retratos, a representação figurativa de Portugal (como a da Europa e a de Vénus), seja ela feminina ou masculina, assumirá sempre os modelos estéticos do *belo* epocal. O seu *antropomorfismo feminino* tenderá a assumir as medidas em que a medida áurea proporcionalizou a relação das partes com o todo e do micro com o macro simbolizada no homem vitruviano. Medidas reconhecíveis na obra de Sandro Botticelli (1445–1510), de Leonardo da Vinci (1452-1519), de Albrecht Dürer (1471-1528), e de tantos outros numa caminhada até aos nossos dias, com Salvador Dalí (1904-1989) e muitos mais. Medidas que a Arte portuguesa glosou e codificou, até no Modernismo, que tanto se reclamou inovador: Almada perseguiu-as na sua busca obsessiva do *cânone*, da *tradição*.

Lisboa *deitada*, na *Civitates Orbis Terrarum* (1572), de Georg Braun [Georgio Braúnio], Frans Hogenberg, e no desenho aguarelado de Simão de Miranda (de Távora), de 14 de Maio de 1575, incluído no catálogo da exposição *Lisboa do século XVII - "a mais deliciosa terra do mundo"* (2008)²⁹, oferece-se como corpo feminino voluptuosamente alongado na paisagem, sugerindo-se Vénus deitada...

Não é, pois, por acaso, que o imaginário da sua capital (nacional e imperial) vai replicando e elaborando a corporalidade/identidade feminina à escala nacional. Sinal disso é o número imenso de fados que representam Lisboa como mulher: dos 183 fados que tratam de Lisboa, 165 (90%) tematizam essa personificação. A título de exemplo, recordo: "Lisboa, Princesa do Tejo", de Fernando Peres; "Menina Lisboa", de Amadeu Augusto dos Santos; "Maria Lisboa", de David Mourão-Ferreira; "Lisboa Mulher", de Júlio Isidro; "Lisboa Eterna Menina", de Carlos Conde; "Lisboa Não Sejas Francesa", de José Galhardo; "Lisboa Dama das Sete Colinas", de Madalena Avellar; "Sempre que Lisboa Canta", de Carlos Ramos; "Recado a Lisboa", de João Villaret; "Cá vai Lisboa", de Raul Dubini; "Lisboa, Menina e Moça" e "Senhora Dona Lisboa", de Ary dos Santos. Pelo mundo fora, as cidades-Princesas multiplicam-se desde as consagradas pela concepção medieval da *translatio imperii* («transferência

²⁹ A expressão é de António Vieira citado na epígrafe: José Manuel Garcia (coord.). *Lisboa do século XVII - "a mais deliciosa terra do mundo"*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008. cf. http://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro_do_mes/Padre_Antonio_Vieira/catalogo1b1.pdf?page=14.

de poder»), segundo uma história linear de sucessivas transferências de poder de um imperador para o seguinte, através de genealogias míticas de casas reinantes derivadas dos heróis da épica grega ou romana³⁰.

Enfim, também através deste pontilhismo toponímico que vai replicando o lugar de onde, a aventura se sinaliza como a representa Fernando Pessoa, promovendo a epifania da descoberta, do conhecimento:

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.³¹

5. Figurações fusionais: Ficção/Realidade, Personagem/País

Na literatura, figurações de identitárias nacionais conduzem à elaboração da saudade na distância pelos que ficam e pelos que partem. Se a Antiguidade nos oferecia as profecias das sibilas e dos oráculos, a Idade Média dar-nos-á as donzelas da trovadoresca que interrogam as “ondas do mar” e as “flores do verde pinho” ou que, no interior, se revêem no espelho das águas (Bernardim Ribeiro), aos olhos masculinos “tão tristes, tão chorosos, tão doentes da partida” (João Roiz de Castel-Branco). E veremos uma caminhada interiorizadora que acompanha a reflexão identitária na cultura: do espelho oceânico para o âmago corporal, do campo banhado pelo rio ou pelo lago.

Já no Romantismo, essa figuração dividir-se-á entre o masculino e o feminino, reelaborando a saudade, a interrogação e a distância, como nas garrettianas *Viagens na Minha Terra* (1846), cuja dimensão simbólica e ensaística responde e prolonga o *Portugal na Balança da Europa* (1930), anunciando, já, a loucura finissecular. E conjugar-se-á com outros modelos, dos quais o crístico será o mais relevante na segunda metade do séc. XIX: o ciclo de vida, paixão, loucura e morte de Joaninha será junqueirianamente transformado em crístico (*Pátria*, 1896, de Guerra Junqueiro), encenando a história do país da loucura por amnésia (Doido) à epifania identitária e subsequente crucificação, com insinuação joaquinita e arturiana de ressurreição/restauração futura. A caminhada vai sendo preparada

³⁰ Trata-se de mimetizar um procedimento clássico: Virgílio apresentou Eneias (herói troiano) como fundador mítico da cidade de Roma, na Eneida. Procedimento que se replica diversamente. É o caso, p. ex., de Oto da Frisinga (Alemanha): [Roma → Bizâncio → Francos → Longobardos → Germanos (Sacro Império Romano Germânico)], Chrétien de Troyes (França) [Grécia → Roma → França], Richard de Bury (Inglaterra) [“Atenas” (Grécia) → Roma → “Paris” (França) → Inglaterra], Geoffrey de Monmouth e Wace [fundação da Grã-Bretanha por Brutus de Troia, filho de Enéias] . Na Renascença, Jean Lemaire de Belges (*Les Illustrations de Gaule et Singularités de Troie*) vinculou a fundação da Gália céltica ao troiano “Francus”, filho de Heitor, e a Germânia céltica a “Bavo”, primo de Príamo, prestigiando a genealogia de Pepino e Carlos Magno (e a lenda de “Francus” também se insinuaria no épico *La Franciade*, de Ronsard).

³¹ Cf. <http://arquivopessoa.net/textos/2375>.

pela construção genealógica, que Antero de Quental tão bem elabora no soneto “A um Crucifixo” (*Sonetos*, 1861):

Não se perdeu teu sangue generoso,
Nem padeceste em vão, quem quer que foste,
Plebeu antigo, que amarrado ao poste
Morreste como vil e faccioso.

**Desse sangue maldito e ignominioso
Surgiu armada uma invencível hoste...**

Paz aos homens, e guerra aos deuses! — pôs-te
Em vão sobre um altar o vulgo ocioso...

Do pobre que protesta foste a imagem:

Um povo em ti começa, um homem novo:

De ti data essa trágica linhagem.

Por isso nós, a Plebe, ao pensar nisto,

Lembraremos, **herdeiros desse povo,**

Que entre nossos avós se conta Cristo.³²

Será essa linhagem espiritual que os Painéis de S. Vicente simbolizarão, de modo que Almada Negreiros, Pessoa, o Saudosismo, a Nova Renascença e a Filosofia Portuguesa recuperarão e o Estado Novo funcionalizará na sua comunicação³³. Destaco, por expressivas de mais contemporânea formulação, as obras *Portugal Razão e Mistério* (1986-87; trilogia/2020), de António Quadros, e *História Secreta de Portugal* (1977) e *Horóscopo de Portugal* (1997), de António Telmo.

O séc. XX vai revisitar a sua anterioridade, reconfigurando-a.

Fernando Pessoa, na *Mensagem* que inicialmente intitulou *Portugal*, fá-lo, convocando todo o itinerário nacional e transformando-se de Arauto/Mensageiro a Rei/Senhor/Sonho, instituindo a Hora. E oferece-nos uma imagem fusional de um Povo-Rei e de um Portugal-Europa.

Após a I Guerra Mundial, mas no início da II, Portugal celebra, conjuntamente, a sua Fundação (1140) e a sua Restauração (1640), evidenciando o Estado Novo como herdeiro desse passado glorioso, numa ideia do embaixador Alberto de Oliveira (1929) assumida por Salazar (1938), na sequência da participação portuguesa nas grandes Exposições Internacionais de Paris (1937), Nova Iorque e S. Francisco (1939).

No quadro de um ambiente celebratório nacionalista, evidenciam-se iniciativas *expositivas* visando públicos diferentes, embora reunindo-os numa imagem populacional abrangente e ocupando Coimbra e Lisboa, a cidade ‘académica’ e a cidade de referência política: infantil

³² Antero de Quental “A um Crucifixo”, *Sonetos Completos*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1981, s. p.; sublinhados meus.

³³ Cf. Annabela Rita, *Luz & Sombras do Cânone Literário*, Lisboa, Esfera do Caos, 2014. Também em *Do que não existe*, Lisboa, Esfera do Caos, 2017.

e adulto. Refiro-me, em especial, ao parque temático Portugal dos Pequenitos e à exposição do Mundo Português. Os projectos têm como objectivo comum, *demonstrar*, patrimonial e historicamente, Portugal no Mundo e o Mundo que o império reúne, exibindo as referências maiores da sua patrimonialidade material e imaterial: os obreiros, as acções e projectos, a construção, os mapas, as culturas e as suas expressões/concretizações. O Império e a sua História *corporificam-se* para se imporem aos seus e aos outros, para se fazerem ver, sentir, ouvir, percorrer... *(re)viver* na imaginação estimulada, excitada, emocionada dos visitantes. Da cartografia que oferece a imagem biplanificada, erguem-se conjuntos urbanísticos, *corporificando* mais convincentemente Portugal: o Portugal dos Pequenitos (Coimbra, 1938-40-50) familiariza o público infantil com as provas da sua História e o Mundo Português (Lisboa, 23/ Junho/1940-2/12/1940) responde ao Mundo e demonstra aos seus a unidade na diversidade, o mundo dentro de si.³⁴ 1934 é ano do primeiro ensaio desse ofício que se emoldura em graáfico Palácio de Cristal (a Exposição Colonial Portuguesa do Porto) e é o ano da pessoa *Mensagem* ao país, folheando-lhe o imaginário em exposição organizada em livro, álbum de mitos simbolizados, figurados, ilustrados, catalogados e sistematizados em núcleos temáticos, ciclos históricos... *convocados*. Muitas das figuras respondem a interpelações de outrora (no tónus épico evocador do camoniano, nos Castelos de *Finis Patriae* e da *Mensagem*, etc.).

A *convocação* visa quebrar o encantamento estiolante de uma desesperança cinzentista que parecia dominar um povo afundado no sentimento da decadência e da falta de horizontes, anelante de um sinal de esperança. “É a hora!” é o *sopro* conclusivo dessa *convocação*, a invectiva, a ordem à fraternidade para o início de um novo ciclo no meio das representações do velho, desse Portugal de Varões e epopeia que se encontrara com o Prestes João e que tinha sonhado o V Império. Exclamação religiosa na instauração de um novo tempo.

Os fantasmas do passado regressam como matéria estética...

6. Do nacional ao universal

A ‘Máquina do Mundo’ mostrada a Vasco da Gama, na Ilha dos Amores, por Camões, é graficamente imaginada por Almada Negreiros (1960), na frontaria da Faculdade de Letras de Lisboa. O projecto aúreo de outrora afunda-se no deslçamento dos mapas políticos coloniais sobre cujas ruínas se ergue o da fraternidade lusofóna e universal. E Portugal, de corpo modificado, tem de se repensar e reencontrar.

Por um lado, procura não perder os seus traços identitários e fundadores: a história (com a *Nau Catrineta*, tradicional ficção hermenêutica, concebida por Almada Negreiros para acolher os que chegam ou se despedir dos que partem na Gare de Alcântara, 1945), o fado, que conta a sua história, a do povo e a do país, etc..

³⁴ Remeto para o que sobre o assunto disse em comunicação recente no Congresso Internacional 100 Orpheu: *Mensagem* em moldura epocal in Dionísio Vila Maior e Annabela Rita (coord.). 100 Orpheu, Lisboa, Edições Esgotadas, 2016, pp. 599-616.

Por outro lado, convoca os seus fantasmas para as ficções de si: Gonçalo M. Tavares oferece-nos *Uma Viagem à Índia* (2010) e Teolinda Gersão *A Cidade de Ulisses* (2011), revisitações paródicas no sentido em que Linda Hutcheon dela fala.

Com a actual cedência das identidades nacionais às transnacionais e às supranacionais e a “liquidez” cultural (Zygmunt Bauman), as artes exprimirão um deslizamento progressivo da reflexão identitária comunitária da esfera do nacional para a do universal.

No caso da Literatura, bastaria lembrar o caso de Sophia de Mello Breyner Andresen num dos seus belíssimos sonetos, antologia, também, dessa tópica ocidental à beira-mar do tempo e do espaço:

Em todos os jardins hei-de florir,
Em todos beberei a lua cheia,
Quando enfim no meu fim eu possuir
Todas as praias onde o mar ondeia.

Um dia serei eu o mar e a areia,
A tudo quanto existe me hei-de unir,
E o meu sangue arrasta em cada veia
Esse abraço que um dia se há-de abrir.

Então receberei no meu desejo
Todo o fogo que habita na floresta
Conhecido por mim como num beijo.

Então serei o ritmo das paisagens,
A secreta abundância dessa festa
Que eu via prometida nas imagens.³⁵

Enfim, neste folheio de algumas páginas da nossa memória, Portugal mantém-se, na longa metamorfose identitária de quase um milénio de existência, como figuração replicante dessa Europa de que é finisterra, como reconhece Eduardo Lourenço no catálogo *Nós e o Futuro* (1997) da Expo 98:

“Portugal tem essa espécie de passado, como o navio-Europa com que na aurora de um novo milénio abordamos as margens de um novo tempo onde nos reconhecemos os mesmos, e já outros, por outra ser a navegação. Mas, para isso terá de revivê-lo como memória activa, sempre em revisitação e mesmo invenção. O passado também se inventa. O nosso e o dos outros. É uma das funções do presente /.../.”³⁶

³⁵ Cf. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852015000100002.

³⁶ Eduardo Lourenço. *Nós e o Futuro*, Lisboa, Expo 98/Assírio & Alvim, 1997, pp. 29-31

E toda esta aventura é *discursivamente* configurada e inteligibilizada, exibindo-se ou insinuando-se na viagem da língua e das suas manifestações textuais, cápsulas do tempo em que nos revemos e que, queiramos ou não, nos transportam *em e para* insuspeitadas codificações... Como nos diz Fernando Pessoa, no final do seu “Eros e Psique”,

...

E, inda tonto do que houvera,
à cabeça, em maresia,
ergue a mão, e encontra hera,
e vê que ele mesmo era
a Princesa que dormia.

ABERTURA DA SESSÃO CONJUNTA COM O ICEA

O ALMANAQUE DE PESSOA

Comunicação apresentada pelo Académico
Mário Avelar, em 4 de maio

Lisboa, 27 de Novembro de 1925.

Exmos. Snrs. Directores do Banco Angola e Metrópole,

Exmos. Senhores:

A expansão comercial de qualquer país, e, no nosso caso, também e sobretudo das colónias, necessita do apoio de uma informação e publicidade seguras, e o primeiro elemento permanente dessas é a catalogação, para divulgação geral, dos comerciantes e industriais do país – isto é, aquilo a que se chama um Anuário ou Indicador desses comerciantes e industriais. Duas, porém, são as dificuldades deste género basilar de publicidade e informação; e acresce uma terceira no caso de Portugal europeu e ultramarino. (1) Um anuário comercial é uma publicação que, ou há-de ser completa, e então é necessariamente volumosa, mesmo para um país pequeno; ou timbra em não ser volumosa, e então tem que ser incompleta. (2) Um anuário comercial ou há-de ser feito na língua própria do país, e nesse caso a sua consulta é limitada aos que compreendem essa língua – o que, no nosso caso, e em relação ao mundo civilizado, é muito pouca gente... (Pessoa, 1999: 102)

Prossegue um pouco mais adiante o autor desta missiva, referindo uma estratégia de superação por ele concebida face àquilo que considera ser “[o] problema de publicidade europeia e colonial portuguesa por meio de anuário ou indicador”. Cito:

Fazer um anuário extralinguístico, isto é, consultável em todas as línguas, bastando, para tal, tornar consultável em qualquer país, um pequeno número de páginas, ou um pequeno folheto acessório de um máximo de 16 páginas. Assim se elimina a dificuldade linguística, limitação fatal da expansão do livro, isto é, da sua capacidade de venda e de propagação. (Pessoa, 1999: 102)

Assina *Fernando Pessoa*.

Estivéssemos nós noutra fórum e, de imediato, a minha citação seria interrompida por enérgicos e virtuosos argumentos suscitados pela frase “em relação ao mundo civilizado, é muito pouca gente”. Não são, todavia, eles, esses argumentos que me interessam, nem tão pouco o conceito em causa, ou a sua circunstancialidade histórica. Para a reflexão a que me proponho será interessante articular essa declaração com a adenda exposta mais adiante por Pessoa, e que constituiu o núcleo da minha segunda citação; refiro-me àquilo que ele identifica como “anuário extralinguístico”. Este instrumento, um qualquer

registro franco - extralinguístico, escreve ele - permitiria alargar o número de leitores do objecto. Duas vertentes emergem assim naquela missiva: a relevância da informação e o número de eventuais destinatários.

Noutro local e noutro instante encontramos uma terceira vertente que pretendo articular com as anteriores; uma vertente que Miguel Tamen considera estar ligada a “um mal-entendido filológico.” Escreve este académico: “Devido a um mal-entendido filológico, toda uma geração de alunos foi industriada na convicção de que a sua pátria era a língua portuguesa. A citação (“minha pátria é a língua portuguesa”) deve-se a Bernardo Soares, heterónimo de Pessoa... A passagem, no entanto, diz o seguinte:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com o único ódio que sinto, quem escreve mal portugeuz, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a pagina mal escrita, como pessoa própria, como gente em que se bata, a ortografia sem ipylon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse... (Tamen, 1999: IX)

Com esta declaração completa-se um enquadramento cénico sustentado pelas três vertentes há pouco mencionadas: a relevância da mensagem; a sua articulação rigorosa; e a existência de uma comunidade.

Não será displicente recordar uma evidência: a tradição cultural em que nos inserimos, a tradição judaico-cristã, tem a sua origem na palavra; ela emerge da palavra, como recorda João: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava junto de Deus, e o Verbo era Deus.” (João 1: 1) Trata-se, como sabemos, de uma “frase paralela” - como a designa o comentário da edição por mim utilizada, a das Edições Paulinas dirigida pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma - a Génesis 1: 1-29. Paralela e reminiscente de uma primeira declaração, “Haja luz” (1: 3); e da declaração subsequente: “Haja um estrato no meio das águas, para mantê-las separadas umas das outras.” (1: 6) E ainda de outras criadoras de vida, como: “Reúnam-se em um só lugar as águas que estão debaixo do céu, e apareça o seco.” (1: 9) Ou, em seguida: “Germinem a terra vegetação, ervas que dêem sementes, e árvores frutíferas que produzam fruto da sua espécie com a própria semente dentro de si, sobre a terra.” (1: 11) Não se insinua nestes versículos uma noção da palavra enquanto repentismo mágico, mas sim a Palavra no seu fulgor discursivo, criador: o “logos”. Retomando João, na sua reminiscência do Livro inicial, um esclarecimento se impõe ainda. Regresso ao comentário antes evocado:

... quando o mundo foi tirado do nada, o Verbo já existia. É, portanto, eterno - e o Verbo (em grego “Logos”) estava junto de Deus: quer dizer que o Verbo era por hipóstase realmente distinto do Pai; que vivia em Deus, “no seio do Pai” (v. 18); que era Deus como o Pai e tinha a mesma natureza divina. Deduz-se, portanto, desses primeiros versículos do prólogo

que o Logos de S. João está bem longe do de Platão, que era uma pura abstracção ideológica; do de Filon, que era simples causa instrumental...; do dos gnósticos, que era um espírito criado e nascido no tempo. (*Bíblia Sagrada* 1326)

Poderíamos assim especular se o *Logos* gnóstico, o que radica num criador imperfeito, não seria aquele que tanto ódio provocava em Bernardo Soares? Não seria, afinal, o demiurgo uma entidade que tinha problemas de escrita; como ele refere: “odeio, com o único ódio que sinto, quem escreve mal português.” Um eficiente antídoto para a superação desses problemas será a observância das regras que encontramos na Gramática. Escrevem Lindley Cintra e Celso Cunha na sua Apresentação à edição de 1985 da *Breve Gramática do Português Contemporâneo*:

Que esta obra, ..., seja um factor no ensino que contribua para que a juventude portuguesa, brasileira e africana de língua oficial portuguesa – dispondo de um guia de fácil acesso e leitura que até ousamos classificar como muitas vezes atractiva – aprenda a melhorar a sua escrita e o seu falar da língua portuguesa é, sem dúvida, a maior aspiração dos autores e editor e a melhor recompensa possível para o trabalho feito e aqui apresentado. (Cintra e Cunha, 1985: iv)

Desvenda-se aqui uma afinidade com a memória etimológica: gramática do grego *grammatiké*, “a ciência ou a arte de ler e de escrever...” (Machado, 2003, III: 171)

“Ciência” ou “arte”, ainda que ancoradas em solos distintos, não só se coabitam como pressupõem o conhecimento e o estudo do objecto, simultaneamente contrariando o acaso, as meras circunstâncias, as quais, porque acidentais, são transitórias e efémeras. Recordai, além disso, a precisão com que se define o destinatário: “juventude portuguesa, brasileira e africana”. Uma comunidade heterogénea e ampla, portanto, vivendo em continentes distintos, com identidades próprias mas unidas por algo, uma língua que, nos seus diferentes matizes, nomeadamente semânticos e melódicos, se revê numa... Gramática. Identidades, porosidades, tradições que se cruzam, interpelam, transformam.

Esclarece Adriano Moreira que essa “herança comum, que em todos os casos tem uma componente colonial, quer referida às independências europeístas do século XIX, quer referida ao anticolonialismo do século XX, se liga em cada Estado com contribuições étnico-culturais específicas, e um património privativo de queixas e aquisições que reúnem no mesmo espaço linguístico uma pluralidade de identidades, objectivos privativos, conceitos estratégicos nacionais específicos.” (Moreira 2014) Nestas heteronímias irradiando de um discurso original, nesta pluralidade de identidades, emerge a beleza da singularidade; uma singularidade que decorre de memórias próprias e que, por isso mesmo, porque essas memórias não podem ser rasuradas, recusa uma qualquer pretensão de uniformidade oportunista e circunstancial. Talvez, por essa razão, se caía no ridículo quando um português, ao tentar mostrar a sua inclusividade, a sua pretensa abertura à alteridade, diz que vai apanhar o machimbombo ou, em vez de dar os parabéns a alguém, como temos vindo a fazer ao longo de séculos, *parabeniza*.

Retomo a “Apresentação” de Lindley Cintra e Celso Cunha antes citada para assinalar outro passo:

Ora um dos nossos objectivos essenciais desde o início do projecto foi, sem prejuízo do rigor científico na descrição da língua, fornecer, do português-padrão actual, um modelo que pudesse servir na aprendizagem da língua e principalmente da língua escrita, na forma que presentemente se pode considerar “correcta”. Aliás sempre acentuámos o nosso propósito de que, neste sentido (que não exclui a aceitação de inovações), a própria versão inicial da Nova Gramática do Português Contemporâneo já tivesse um aspecto normativo e uma aplicação pedagógica. (idem)

Como tão claramente esclarecem estes consagrados linguistas, a hospitalidade face à inovação não contradiz a existência de uma norma. Assim se confirma quão relevante será a existência da Gramática; o que nos conduz a um reconhecimento da sua importância já identificado em tempos pretéritos. Recorda Krishan Kumar, em *Visões Imperiais – cinco impérios que mudaram o mundo*, que “[e]m 1492, o humanista Elio Antonio de Nebrija publicou uma gramática castelhana – a primeira do tipo em toda a Europa. Quando a rainha Isabel perguntou ao bispo de Ávila para que serviria aquela obra, ele respondeu: ‘Vossa Majestade, a língua é o instrumento perfeito do império.’” (Kumar, 2017: 203)

Sabemos como, nos tempos que correm, determinadas palavras ou expressões podem provocar a logorria dos virtuosos da escola do ressentimento, como lhe chamou Harold Bloom, que tem vindo a tribalizar certas sociedades ocidentais. Porque estou certo de quem me ouve não foi infetado por este vírus, passo ao lado de eventuais inventivas ideológicas, e não porque pretenda denegar algo. Subscrevo, aliás, o diagnóstico realizado por uma reputada historiadora das relações de Portugal com o Oriente, no ensaio “A língua vernacular como instrumento de *poder* no Portugal de Quinhentos”: “Factor incontornável é o facto de a língua funcionar como instrumento de um domínio.” (Avelar, 2005: 45) Faça-o, sim, para me concentrar no essencial em termos da meditação que hoje vos proponho: o reconhecimento da língua como elemento de comunicação, a qual pressupõe rigor e é indissociável de algo, chamemos-lhe cultura. Atentai, porém, num detalhe: o que suscitara a pergunta da rainha Isabel era a da eventual relevância de uma Gramática; não a de um glossário que também teria as suas virtudes, como é óbvio, mas sim de um instrumento descritivo e normativo, como afirmavam Lindley Cintra e Celso Cunha; um companheiro invisível, mas sempre presente, como Cristo no caminho para Emaús.

Ora, a palavra participante do *Logos* pressupõe uma ordem, uma norma, e suscita uma memória, uma etimologia, uma origem, sendo ainda indissociável de um impulso ético. Com efeito, a comunicação não se confina à transmissão de uma informação – “A sopa está ensossa”, ou “o meu colega é um cartesiano”, como há uns anos ouvi um empregado de um restaurante francês exclamar num documentário televisivo - ela implica também um contexto, ao mesmo tempo que se rege por descritores éticos que pressupõem um solo de afinidade entre emissor e receptor; regras de civilidade. Por exemplo, quando um jornalista

termina o diálogo com alguém sem dizer “muito obrigado”, como não sucede nos telejornais franceses nos quais, em circunstâncias afins, ouvimos sempre dizer “merci beaucoup”, ou nos ingleses, “thank you very much, indeed”; quando um jornalista termina o diálogo com alguém sem dizer “muito obrigado”, como amiúde ocorre entre nós, estamos a observar um corte na convenção social que cimenta as relações civilizadas entre uma comunidade, e, conseqüentemente, a testemunhar a consagração da barbárie.

Há que preservar, portanto, a memória que é civilizacional e ética que rege as nossas interacções sociais, sob o risco de ceder aos bárbaros que estão à porta da cidade, quiçá já no seu seio. Sem cair na tentação de pensar que vivemos uma conspiração de intelectuais semelhante à imaginada por Jorge Luís Borges em “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, consigo identificar com rigor e objetividade as genealogias das tribos que hoje tentam fazer crer que as suas paralaxes lexicais são inevitabilidades de uma narrativa que a História confirmaria num presente onde apenas certas representações do passado seriam consideradas legítimas.

Daí a relevância que assume hoje esse antídoto que é a memória. Esta não se confina, porém, à ética, ela implica igualmente, como antes referi, a etimologia. Afinal, tal como nós, como as sociedades em que vivemos, as instituições em que trabalhamos, e aquelas nas quais nos empenhamos civicamente têm a sua memória, que lhes designa uma coerência e um sentido, sempre renovado, assim esperamos. Indispensável, portanto, se configura a declaração do cardeal Gianfranco Ravasi: “Agora, a nossa navegação avançará contra a corrente. Do estuário do presente subiremos ao longo do curso à procura das nascentes.” (Ravasi, 2014: 19)

Um pensador oitocentista americano, Ralph Waldo Emerson, declarou num ensaio intitulado “O Poeta” que a linguagem é poesia fósil (Emerson, 1982: 271), indiciando, deste modo, a existência de camadas de sentido que se erguem sobre uma origem e sobre as quais a nossa comunicação se funda. Quando ignoramos essa dimensão fósil, quando rasuramos o passado e entendemos a memória como uma mera expressão de circunstâncias do presente, numa espécie de novílingua como Orwell sabiamente designou a higienização totalitária da linguagem, ignoramos de onde vimos e o modo como o lugar em que vivemos se foi concebendo ao longo do tempo. No limite podemos até cair no ridículo, como sucedeu com aquele congressista americano que euforicamente substituiu o “Amen” por “Awoman”. Tivesse ele à mão um qualquer dicionário, já não digo etimológico, e uma dose mínima de inteligência que lhe lembrasse que nem os narradores dos Evangelhos nem os dos textos do Antigo Testamento recorriam ao idioma da velha Albion para comunicar entre si, e teria sabido que Amen tem a sua origem no latim e no grego, o qual, por seu turno, decorre do hebreu, e não implica, portanto, uma qualquer conotação machista, patriarcal ou falocêntrica, significando afinal “verdadeiro, certo, firme, seguro.” (Machado, I: 230) No entanto, em vez de ter sido objecto do escárnio devido à sua ignorância, o indivíduo em causa terá sido alvo da hospitalidade das metástases sucedâneas daqueles que Orwell outrora denunciou. Sinais dos tempos.

Civilidade, disse eu há pouco. E esta palavra evoca uma declaração de Pessoa com que iniciei esta minha meditação: “no nosso caso, e em relação ao mundo civilizado, é muito pouca gente...”. Pessoa fazia esta declaração - porque ela surgia entre híffens, talvez seja mais correcto dizer, este desabafo - no contexto de uma comunicação que continha um apelo à universalidade. Entretanto, a realidade alterou-se como fica claro, por exemplo, na exposição feita há cinco anos pelo deputado Diogo Feio ao Parlamento Europeu, na qual ele refere ser a Língua Portuguesa a quarta mais falada no mundo, revelando, além disso, uma das mais elevadas taxas de crescimento na Internet, nas redes sociais e na aprendizagem como segundo idioma (<http://www.oisccplp.org/cplp/noticias/a-lingua-portuguesa-e-a-4-mais-falada-no-mundo.htm>). Outros descritores atribuem-lhe a quinta, a sexta ou a sétima posição. Motivo de regozijo, portanto.

No entanto, coloquemos uma hipótese incómoda: e se chamássemos almanques aos artigos científicos que nós, professores universitários, escrevemos? Haverá um “mundo civilizado” para os ler?, recorrendo ao léxico de Pessoa. Ou, se quisermos que os nossos argumentos sejam conhecidos universalmente, estaremos ainda hoje destinados a recorrer a esse espaço *extralinguístico* como o designava o poeta? Com efeito, ao transitar para a comunicação no domínio da ciência, constatamos que, contrariamente ao que pretende a benevolência de alguns discursos políticos, a língua portuguesa não tem um acolhimento universal. Será ela, então, uma língua de ciência? Não estou a dizer que não se faz ciência em português. Faz-se ciência em língua portuguesa, como se faz em tâmil, em urdu, em italiano, ou em mandarim, língua que detém, aliás, o lugar cimeiro em qualquer descritor das mais faladas no mundo. Contudo, um cientista galego, javanês, suíço ou chileno que pretenda conhecer um ensaio sobre a actual pandemia que tenha sido escrito numa universidade em Wuhan, só a ele terá acesso integral quando este for publicado em língua inglesa. Que esta poderá ser a única língua de ciência hoje parecer ser algo que as instituições que regulam a prática científica no nosso país, como a FCT, confirmam quando privilegiam as produções escritas em inglês, em detrimento das que são feitas em português; por muito que as declarações políticas possam ir em sentido contrário.

O regresso à realidade que essas declarações não raro denegam, não questiona nem tão pouco invalida o impacto que esta língua, que é a nossa, tem nos tempos que correm ao disseminar-se por esse mundo fora. O desejo de adesão à CPLP por parte de muitos países que não falam português, é disso exemplo. No entanto, o regresso à realidade, aos factos, terá a virtude de não nos deixar cair em tentações maníaco-depressivas que não raro nos assolam, e que nos levam a oscilar entre estados de euforia e de depressão.

Compete-nos a nós que ancoramos, compreendemos e interpretamos o mundo que nos rodeia e as nossas identidades nesta língua, preservar a sua singularidade, a sua lógica, o seu correcto exercício quotidiano. Pensemos, por exemplo, na singularidade melódica que, desde logo, exige a fluidez sintáctica, mesmo quando a digressividade de um raciocínio elaborado e associativo nela se exhibe – recordemos a complexidade sintáctica das estrofes de

Os Lusíadas cujo estudo permitiu a gerações pretéritas, como a minha, educar o seu pensamento. Ao referir aquela complexidade sintáctica não estou a recusar a relevância de um discurso breve como aquele que habitualmente associamos a redes sociais como o *Twitter*. Afinal, como justamente lembra o cardeal Gianfranco Ravasi, Jesus “usou tweets muito antes de qualquer outra pessoa, com frases elementares criadas com menos de 45 caracteres, como ‘Amai-vos uns aos outros’”. (Ravasi 2013) Esta declaração imperativa surge, todavia, num contexto discursivo - João 13: 34: “Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros.” (Bíblia Sagrada 1351)-, a partir do qual se configura um conceito central para a nova doutrina, o de caridade. Por seu turno, o cardeal Tolentino Mendonça recorda que

[p]ara Simone Weil, o amor que Cristo nos ordena com o “Amai-vos uns aos outros” é um amor absolutamente anónimo e universal: o amor da caridade. A amizade constitui, de certa forma, uma exceção que já se configura como preferência por um ser humano. Mas ela não deixa de ser uma expressão miraculosa do sobrenatural em nós, pois ser-nos-ia impossível viver a amizade de uma forma pura, se Deus não nos permitisse conjugar aquilo que, na nossa natureza, emerge como separado e contrário: por um lado, a necessidade de que temos uns dos outros e, por outro, o intransigente respeito pela sua autonomia e pela nossa. (Mendonça, 2013: 48)

Reparaí que, segundo João, Cristo elaborou um discurso, assaz simples e linear. Mas, na sua simplicidade, esse discurso enunciava um argumento em que as diferentes frases surgiam ligadas entre si num desenvolvimento lógico, ainda que semanticamente insólito para os que então o ouviam, como recorda Simone Weil. Não havia cesuras, pausas abruptas. O próprio início deste argumento é devidamente enquadrado através da designação do destinatário e de um contexto, apesar de este, recorde-se, ser pouco perceptível para os seus interlocutores: “Filhinhos, ainda estarei um pouco convosco...” (idem)

Ora, este limiar, essencial em qualquer frase e que cada um de nós utiliza na sua interacção social quotidiana, tem vindo a ser perturbado por um hábito que não terá passado despercebido a muitos de vós; o de começar uma intervenção, seja ela a de um jornalista que dá conta de um engarrafamento na segunda circular, seja ela a de um técnico ou de um agente político que enuncia os números de pacientes infectados com Covid 19 nas últimas vinte e quatro horas, com a expressão “dizer que.” Talvez esteja a ser tomado por um certo radicalismo, mas quando ofendem aqueles ou aquilo que prezo, fico algo perturbado, o que me leva a afirmar que semelhante agressão à nossa língua deveria ser motivo de despedimento com justa causa nas situações por mim mencionadas.

Retomando a questão da melodia, não devemos esquecer que o raciocínio que se desenvolve no plano do significado, é indissociável do significante. Sabemos desde Saussure quão radicalmente ligados eles estão, independentemente da extensão do discurso; trata-se de algo que é inerente à língua e à comunicação. Deste modo, existem melodias próprias da língua portuguesa, matizes, tonalidades, consoante esta é falada na cidade da Praia, em Pernambuco, ou em Vila Real.

Mas esta melodia, estas melodias naturais podem ser sabotadas quando ocorrem conflitos primários com a sintaxe, com a organização do nosso discurso. Por isso, tal como Pessoa, perdão, Bernardo Soares, se sentia enojado com “a pagina mal escrita”, também eu sinto náuseas quando as vírgulas, esses elementos tão importantes na respiração de uma frase, dão lugar a um zunido, que será porventura um equivalente sonoro das reticências, suscitado por um eventual apagão do pensamento, amiúde utilizado por actores visíveis na vida da *polis*. Refiro-me à exclamação *Áããã*, com que todos os dias, em reportagens, declarações políticas ou leitura de noticiários quando o guião do teleponto falha, a sintaxe é objecto de cesura fónica. Esta melodia primitiva, esta espécie de pontuação pré-verbal, provavelmente muito popular quando os nossos antepassados viviam em cavernas, atingiu há algum tempo um caso extremo que seria anedótico, não fosse ele triste, lamentável, quando um desses actores visíveis na vida da *polis*, entre uma palavra e aquela que deveria suceder-lhe, soltou esta sequência de sons: *Áããã – iih – Áããã*.

Com efeito, a nossa Língua é objecto de ataques quotidianos, amiúde desencadeados por esses actores. No entanto, optei por não abordar reiteradas ofensas deles provenientes como “devemos dar um passo de avançar nas medidas...”, ou “um esforço para que desta Páscoa possa ser...”. Nem de figurantes como nós, os “populares”, como os cidadãos anónimos são tantas vezes identificados pelo jornalismo desta praça, como a sentida declaração de uma jovem há dias aquando de uma manifestação do 1º de maio: “Os problemas que já haviam para os trabalhadores...” Nem tão pouco de outro fenómeno que não deve ser confundido com os galicismos ou anglicismos que a nossa língua há muito tem vindo a acolher. Refiro-me ao assédio por parte da língua inglesa ao nosso discurso quotidiano, quando, amiúde, existem palavras em português que transmitem o mesmo sentido. Permiti que ilustre com um exemplo politicamente caricato. Na minha qualidade de coordenador da comissão temática de ensino superior, ciência e tecnologia, da CPLP, recebi há algum tempo um amável convite por parte de um grupo de jovens para participar num painel sobre língua portuguesa nesta instituição. À medida que ia ouvindo os intervenientes que me antecediam, fui-me apercebendo da recorrência de palavras em inglês por eles utilizadas nas suas exposições. Comecei, então, a anotá-las e, se a memória não me falha, quando chegou a minha vez, tinha registado vinte e sete. E foi após tê-las lido que recordei a evidência do paradoxo que era estarmos a celebrar as virtudes da nossa língua interrompendo-a sistematicamente através de uma língua segunda e estranha naquele contexto, o inglês. Assim iniciei a minha intervenção. Os factos contrariavam as narrativas virtuosas.

Numa perspectiva eufórica poderia ter exposto hoje números e, a partir deles, celebrado ficções reconfortantes do tipo “foram-se as colónias mas ficámos com a língua”, ou, numa perspectiva disfórica, poderia ter procedido a uma catalogação dos atentados a que a nossa língua é alvo todos os dias por parte de demiurgos menores. Optei, todavia, por uma meditação que pretendia recordar a importância da memória, da etimologia, da

filologia, e, deste modo, ancorado em Fernando Pessoa e em Bernardo Soares, proceder a um regresso a uma realidade que é complexa.

Esta meditação já vai longa, pelo que devo concluir com uma nota que, sendo poética, não invalida a sua pertinência política hoje. Começo por recordar algo que mencionei no início, a vocação da Palavra, do *Logos*, que dá espessura e sentido à tradição cultural da qual somos herdeiros. Embora não me deixando tentar pela *hubris* de imitar a perfeição desse Verbo criador, tenho presente que, ao nele me filiar, é-me exigido que veja na minha palavra uma, ainda que pobre e ténue, ressonância desse exemplo que me norteia, isto é, que use esse instrumento que é algo de mim, com correcção e com a palavra e o conceito que rigorosamente correspondem a um pensamento. Será, portanto, com um misto de perplexidade e melancolia que se observa a hospitalidade face ao erro manifestada por algumas universidades como a de Hull no Reino Unido.

É assim com a responsabilidade que decorre do facto de ser um falante da nossa língua que, entre outras coisas, tem o dever profissional e ético de alertar os seus alunos para a importância que assumem os matizes semânticos, as memórias filológicas, as melodias textuais e uma rigorosa elaboração do discurso, e por isso mesmo lhes dá a conhecer e com eles lê textos escritos por quem é mestre na sua língua – chamemos-lhes clássicos, e que observa com melancolia os casos em que, noutras ciclos de estudos, se opta por uma descrição das virtudes de um detergente, da sua composição química e do seu modo de utilização.

É assim com a responsabilidade de cidadão que preza a tradição que reivindica também como sua, e nesta língua ancora as suas intervenções na *polis*, independentemente do fórum em que estas possam ocorrer.

É assim com o júbilo de celebrar uma Língua que recorda a nossa humanidade e a centelha de algo mais que em nós se pode insinuar, e que, em todos os instantes, devido a razões históricas que nos dizem o que somos hoje, é utilizada por pessoas como nós da América do Sul à África, e à Ásia, para expressar a sublime banalidade de encontros quotidianos, de gestos de aproximação ao outro, de meditação sobre a nossa própria alteridade, e que, todavia, não raro é, entre nós, objecto de um ignorante, quiçá involuntário, desprezo.

É assim também com o prazer que coloco em cada frase que escrevo, atento a esta melodia que nos une, subscrevendo a ideia de que “[s]e a linguagem é ‘a casa do ser’ como Heidegger clamava (seguindo Hölderlin – um poeta), então devemos poder considerar a poesia ‘a casa da casa do ser’” (Martin, 2017: 5), concludo com os versos de alguém que tanto contribuiu para a preservação desta língua que hoje evocamos, Vasco Graça Moura. Intitula-se este poema “Lamento para a língua portuguesa”:

não és mais do que as outras, mas és nossa, /e crescemos em ti. nem se imagina /que alguma vez uma outra língua possa /pôr-te incolor, ou inodora, insossa, /ser remédio brutal, mera aspirina, /ou tirar-nos de vez de alguma fossa, /ou dar-nos vida nova e repentina. /mas é o teu país que te destroça, /o teu próprio país quer-te esquecer /e a sua condição te contamina / e no seu dia-a-dia te assassina. (Moura 2014)

Bibliografia

Avelar, Ana Paula (2005). “A língua vernacular como instrumento de *poder* no Portugal de Quinhentos”. In Carvalho, Dulce et al org. *Des(a)fiando Discursos*. Lisboa: Universidade Aberta, 45-53

Bíblia Sagrada (1978). Lisboa: Edições Paulistas

Cintra, L. F. Lindley e Cunha, Celso (1985). *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa

Emerson, Ralph Waldo (1982). *Selected Essays*. New York: Penguin Books

Kumar, Krishan (2017). *Visões Imperiais – Cinco impérios que mudaram o mundo*. Lisboa: Edições 70

Machado, José Pedro (2003). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte

Martin, Michael (2017). *The Incarnation of the Poetic Word*. Tacoma: Angelico Press

Mendonça, José Tolentino (2013). *Nenhum Caminho será Longo – Para uma Teologia da Amizade*. Lisboa: Paulinas

Moreira, Adriano. “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”,

https://www.ipris.org/files/13/A_13_a_comunidade_dos_paises__de_lingua_portuguesa.pdf , consultado em 14-4-2021

Moura, Vasco Graça (2014). “Lamento para a língua portuguesa”. In *Antologia dos Sessenta Anos*. Lisboa: Asa.

<https://www.citador.pt/poemas/lamento-para-a-lingua-portuguesa-vasco-graca-moura>

Pessoa, Fernando (1999). *Correspondência – 1923-1935*. Lisboa: Assírio & Alvim

Ravasi, Gianfranco Cardeal (2013). “Jesus usou tweets muito antes de qualquer outro”

<https://canaltech.com.br/redes-sociais/Jesus-usou-tweets-muito-antes-de-qualquer-outro-diz-cardeal-do-Vaticano/>

_____ (2014). *Roteiros dos Navegantes – As respostas da fé*. Cascais: Lucerna

Tamen, Miguel (1999). “Prefácio”, Victor J. Mendes. *Almeida Garrett – Crise na representação nas “Viagens na minha terra”*. Lisboa: Cosmos, IX-XIII

DEFESA E SEGURANÇA MARÍTIMA DO ATLÂNTICO

Comunicação apresentada pelo Académico
Victor Lopo Cajarabille, em 11 de maio

1. PRINCIPAL PROPÓSITO DA APRESENTAÇÃO

O principal propósito desta comunicação é analisar, de uma forma concisa, a situação atual no oceano atlântico, em termos de defesa militar-naval e de segurança marítima. Vou abordar apenas os elementos que considero mais relevantes para retirar algumas conclusões que possam ser úteis. Haverá certamente muitas outras facetas que não serão mencionadas, dada a imensidão de matérias que poderiam ser tratadas.

Quando observamos este oceano, posicionados nas imensas belezas litorais de Portugal, parece calmo e silencioso, não causando, aparentemente, qualquer tipo de preocupação. De facto, o Atlântico é o mais pacífico dos oceanos no que respeita a conflitos entre Estados. Mas, se aprofundarmos a nossa pesquisa, encontramos alguns motivos para nos inquietarmos num futuro sempre desconhecido, principalmente em áreas que os nossos olhos não alcançam, porque o Atlântico é muito vasto.

2. O OCEANO ATLÂNTICO E SUAS PARTICULARIDADES

A denominação de Atlântico tem origem na mitologia grega e deriva de Atlas, um dos Titãs gregos condenados por Zeus a sustentar os céus para sempre.

a) Extensão e características

Ocupa uma área aproximada de 81.760.000 Km² ou 106.000.000 km² (considerando os mares adjacentes) e é segundo maior oceano do planeta, a seguir ao oceano Pacífico. Cobre 20% da superfície da terra e 29% da superfície do mar. Tem, portanto, uma enorme extensão e ligação aos outros quatro oceanos, sendo dividido pelo Equador em Atlântico Norte e Atlântico Sul, embora em termos políticos a delimitação possa ser outra, conforme a seguir mencionado. A sua profundidade média é de 3.646 m e a máxima de 8.486 m.

Banha cerca de 65 países, sendo 30 na América, 11 na Europa e 24 em África (depende da forma de contar). Comunica com todos os outros Oceanos.

b) Norte e Sul

Segundo Guedes (2016), o Atlântico Sul corresponde à região da Bacia do Oceano Atlântico que fica abaixo do Trópico de Câncer (23° 26' 12" de Latitude Norte).

O Atlântico Norte corresponde à região mais homogênea conhecida normalmente por “Ocidente”, dada a sua afinidade de valores. Neste quadro, os EUA e o Canadá constituem a frente atlântica a oeste e a Europa Ocidental o espelho na outra margem.

Outros autores, entre os quais o Almirante-de-Esquadra Studart Wiemer¹, consideram que o Atlântico Sul é a região compreendida entre o paralelo 16º Norte (que passa pela ilha da Boavista, do arquipélago de Cabo Verde), a costa ocidental de África, a Antártida, e o leste da América do Sul e das Antilhas menores (Wiemer, 2012).

No Atlântico Sul sobressai o Brasil, que representa 70% do comércio entre a América do Sul e África.

Entre os atores atlânticos contam-se os antigos grandes poderes coloniais da região, designadamente, Portugal, Espanha, França e Reino Unido.

De notar que a Macaronésia tem um certo poder funcional por estar perto da Europa e da África e estar ligada por várias organizações a que pertencem os respetivos Estados. A região é constituída pelo conjunto dos arquipélagos da Madeira (incluindo as ilhas selvagens), Açores, Canárias e Cabo Verde.

c) O valor

A importância do Atlântico reside principalmente nos recursos que encerra e nos usos potenciais que oferece.

Além da sua grande influência no clima mundial, o Atlântico é o habitat de inúmeros animais e plantas, sendo fonte da pesca industrial em larga escala.

O Atlântico é o oceano com as maiores reservas de petróleo conhecidas e muitos outros minerais, grande parte deles ainda desconhecidos.

Os países do Atlântico produzem cerca de um terço do petróleo e gás e albergam 60% das reservas de “*shale gas*” e 40% das reservas de petróleo, a nível mundial. A produção “offshore” da África Ocidental e da América do Sul ajuda a reduzir a dependência do Ocidente relativamente ao Médio Oriente.

Na África Atlântica, nomeadamente na região do Golfo da Guiné, a produção de petróleo representa cerca de 16% por cento da produção mundial. Aqui lidera a Nigéria com 40 mil milhões de barris de reservas provadas, seguida de dois países da CPLP, Angola e a Guiné-Equatorial, com cerca de 13 mil milhões de barris e 1,7 mil milhões de barris de reservas provadas, respetivamente. Nesta instável região quase todos os campos petrolíferos estão localizados *offshore*, o que lhes garante alguma segurança, apesar da instabilidade que assola a área continental.

O Brasil produz cerca de 3 milhões de barris/dia. Tem uma reserva de 12,7 mil milhões de barris.

¹ Antigo Comandante da Marinha do Brasil.

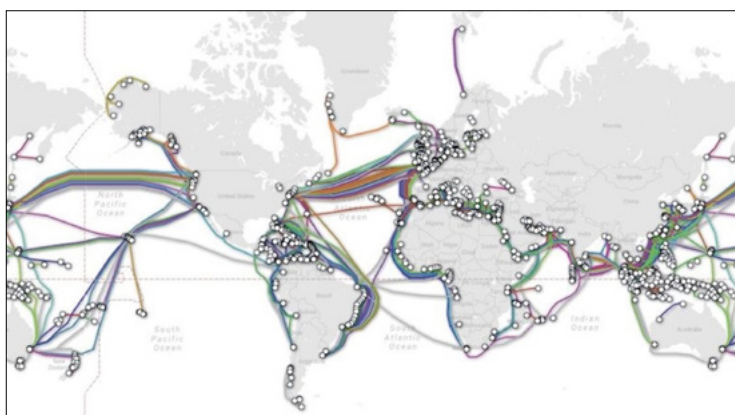
Os EUA são praticamente autossuficientes em termos de combustíveis fósseis, mas a Europa não e poderá ter o seu abastecimento afetado em caso de crise ou guerra. Em termos práticos não é exatamente assim porque a maior parte das refinarias precisam de petróleo pesado que os EUA não têm em quantidade suficiente. Assim os EUA exportam petróleo, mas também importam. A prazo serão de facto autossuficientes.

A densidade de navegação mostra claramente a importância do Atlântico como via de comunicação e de transporte.



A título de exemplo, sabemos que circulam permanentemente e em média, cerca de 800 navios nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional. Na costa brasileira contam-se em média 360 navios mercantes por dia.

Os cabos submarinos transportam cerca de 97% das comunicações de dados e de internet mundiais, servindo de suporte a transações financeiras que totalizam cerca de 10 biliões de dólares por dia.



No Atlântico estão posicionados muitos cabos submarinos (ver figura), nomeadamente os que fazem a ligação entre os EUA e a Europa, bem como entre os países do Atlântico Sul e os do Norte. De notar que, muito recentemente, o projeto de substituição dos cabos submarinos de comunicações entre Portugal continental, a Madeira e os Açores, prevê que a infraestrutura tenha capacidades de investigação científica, nomeadamente a deteção de sismos e *tsunamis*. A vida útil dos cabos submarinos já existentes termina dentro de 4/5 anos.

d) O Ártico

O Ártico tem uma influência assaz relevante no Atlântico, pelo que interessará focar alguns dos muitos fatores a ter em conta, antes das considerações de defesa e segurança.

Diz-se que o degelo do Ártico vai proporcionar uma nova porta de entrada no Atlântico, com consequências de vária ordem. A futura passagem do Noroeste, ao longo das costas árticas do Canadá e dos EUA competiria com o Canal do Panamá e a passagem do Nordeste, ao longo da costa russa, que competiria com o Canal do Suez. O incremento da navegação no Norte do Atlântico será inevitável. Outras consequências a nível da defesa e segurança parecem surgir.

Porém, há um certo exagero nestas afirmações. Atualmente a passagem de Nordeste apenas permite viagens esporádicas, no máximo dois meses no verão. A passagem de



Noroeste é ainda mais restritiva. Apenas permite viagens experimentais acompanhadas de quebra-gelos.

O ano de 2050 pode ser considerado uma boa estimativa para um oceano Ártico com pouco gelo nos meses de julho, agosto e setembro, se a tendência atual se mantiver. Todavia, a passagem de Nordeste poderá permitir a passagem da navegação regular na próxima década, mas não é certo que assim aconteça. Tudo depende de um conjunto de fatores, entre os quais a neutralidade carbônica apontada para 2050/2060 e as próprias políticas ambientais restritivas da navegação no Ártico

A abertura da passagem do Nordeste tem especial interesse para a China para que sua frota navegue livremente pela área para acesso ao Atlântico, incluindo a do tráfego destinado a portos do Sul. Os trânsitos entre a China e a Europa terão uma redução média de cerca de 40%. Por outro lado, liberta a navegação comercial chinesa da passagem por alguns pontos focais sob controle da Marinha americana, nomeadamente o Estreito de Malaca, condição que a China procura tornear com rotas alternativas. Por isso, a China declarou-se “Estado quase ártico” e publicou uma doutrina para atuar na região, pretendendo criar uma “nova rota polar da seda”.

As disputas sobre o Ártico são cada vez mais relevantes. Estima-se que 30% das reservas não descobertas de gás natural e 15% do petróleo estejam sediadas no Ártico, na sua esmagadora maioria offshore.

Há diferentes grupos de interesses no Ártico. Em primeiro lugar os Estados costeiros: EUA, Canadá, Dinamarca, Noruega e Rússia. Depois, os Estados costeiros mais a Finlândia, Islândia e Suécia, que constituem os oito países com direitos de soberania dentro do círculo polar ártico. Depois, um grupo heterogêneo de Estados, tais como, a China, a Índia, a Coreia do Sul, e vários Estados europeus com fortes interesses nas matérias-primas, investigação, rotas comerciais e infraestruturas no Ártico. (*Arctic yearbook* 2013)

A Marinha dos EUA tem a intenção manifesta de competir com a Rússia e a China pela influência na região ártica devido ao surgimento das novas rotas comerciais, além de planear a reativação de uma base naval nas ilhas Aleutas, (que não ficam distantes da costa russa) onde existiu uma base militar americana entre os anos de 1942 e 1997.

Quanto à Rússia, o país tem desenvolvido seu potencial para atuar na região do Ártico a longo prazo, tendo 17 bases navais e aéreas na região, a par de outras 14 bases não russas, a maioria no Alasca. A China alega que as bases existentes foram construídas sem a sua participação, pelo que não as reconhece.

O degelo do Ártico interessa também à NATO e à União Europeia no quadro da proteção de interesses de segurança e económicos (exploração de petróleo, gás e minerais) de alguns dos membros da NATO (EUA, Canadá, Dinamarca e Noruega) e da União Europeia (Finlândia, Suécia e Islândia). A Aliança ver-se-á certamente envolvida no clima de tensões entre os EUA e a Rússia, nomeadamente sobre o estatuto de águas internacionais que os EUA exigem, mas que a Rússia não aceita, considerando que se encontra dentro da sua ZEE.

e) Disputas existentes no Atlântico

Causadas pela delimitação das fronteiras marítimas

- Entre as Bahamas e os EUA;
- Entre a Costa do Marfim e o Gana;
- Entre a Guiné Equatorial e o Gabão;
- Entre a Guiné Equatorial, os Camarões e a Nigéria;
- Entre a Guiana e Suriname;
- Entre Barbados e Trinidad e Tobago;
- Entre a Colômbia e a Nicarágua.

Causadas por reclamações territoriais

- Disputa em parte do território na Antártida entre a Argentina, o Reino Unido e o Chile;
- Disputa entre vários Estados das Caraíbas e a Venezuela sobre o ilhéu das Aves (375 m de comprimento e nunca mais de 50 m de largura) ocupado pela Venezuela, que reclama a existência de ZEE e Plataforma Continental;
- Disputa territorial entre a Guatemala e o Belize em que a Guatemala reivindica parte do território do Belize e centenas de ilhas e ilhotas.
- O Reino Unido e a Islândia discordam da extensão da plataforma continental das ilhas Faroé, pertencentes à Dinamarca;
- Disputa entre El Salvador e Honduras sobre a ilha de Conejo;
- O degelo do Ártico implica novas delimitações de fronteiras entre Canadá, Dinamarca, Noruega e EUA.

Causadas por soberanias contestadas

- Argentina e Reino Unido sobre as ilhas Falkland (Malvinas) e as ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul;
- Canadá e Dinamarca sobre as Ilhas Hans, no canal Kennedy.

Algumas destas disputas poderão tornar-se problemáticas se degenerarem em conflito (armado ou não).

3. AS QUESTÕES DE DEFESA MILITAR-NAVAL NO ATLÂNTICO

O valor estratégico do mar depende de muitos e variados fatores. Contudo, no essencial, pode ser deduzido através do estudo das vantagens que os Estados podem obter do uso do mar para os seus objetivos políticos. É neste contexto que importa reconhecer o seu valor estratégico.

As questões da defesa no Atlântico podem ser estudadas através da postura das principais alianças ou organizações internacionais com especiais interesses na região e dos países com costa atlântica e, naturalmente, dos países com maior poder naval ou com interesses específicos neste oceano.

a) Pontos-chave:

O Atlântico é o mais pacífico de todos os oceanos no que respeita a conflitos entre Estados, mas podemos descobrir algumas fontes de atrito potencialmente perigosas.

A questão central em termos de defesa militar-naval reside na utilização do Atlântico Norte em caso de crise ou de guerra não nuclear. A guerra nuclear rege-se por outros parâmetros que não vão ser considerados nesta comunicação. Interessa, porém, considerar a permanência no Atlântico de submarinos SSBN que ameaçam os opositores em caso de guerra nuclear, sendo que o mesmo se aplica a outros oceanos.

No essencial, a NATO e os EUA pretendem manter abertas as linhas de comunicação marítimas entre ambas as margens do Atlântico em quaisquer circunstâncias, mas especialmente para que possam ser usadas para o reforço da Europa, constituindo assim uma séria ameaça tudo o que possa contrariar esta pretensão. De acordo com um interessante artigo publicado pela revista *Proceedings* em 2016, assinado pelo VALM US Navy James Foggo III, estamos na iminência de travar a 4ª batalha do Atlântico, cujos contornos ainda não estão bem definidos. A 1ª teve lugar na I Guerra Mundial, a 2ª na II Guerra Mundial e a 3ª durante a Guerra Fria.

Em todos estes conflitos, o principal obstáculo no Atlântico foi a ação dos submarinos inimigos que obrigou a um extraordinário esforço anti-submarino para conseguir os objetivos e, mesmo assim, com grandes perdas materiais e de vidas humanas nas duas Guerras Mundiais. Durante a guerra fria, as despesas com a ação anti-submarina foram elevadíssimas.

O problema agora - na minha opinião de oficial especializado em armas submarinas - é bastante mais sério, porque a qualidade e as capacidades dos modernos submarinos tornam muito mais difícil a sua deteção e as suas armas são incomparavelmente mais eficazes. Os submarinos de propulsão nuclear ou com AIP têm autonomia gigantesca e podem navegar a profundidades elevadas e são bastante silenciosos, tornando praticamente impossível a sobrevivência da navegação mercante sem proteção e muito complicada a sua proteção por escoltas. Mesmo os navios de guerra bem equipados para a guerra anti-submarina correm sérios riscos e isto inclui os próprios porta-aviões.

Passaram 75 anos desde o final da II Guerra Mundial e os primeiros submarinos tinham surgido cerca de 50 anos antes. A sua evolução nestes 75 anos foi enorme e não foi verdadeiramente apreciada em operações reais, assinalando-se apenas o afundamento do Cruzador Argentino General Belgrano por um submarino nuclear britânico, em condições muito particulares.

Embora haja evolução significativa nos equipamentos de deteção e de ataque contra submarinos, o diferencial de capacidades acentuou-se em favor dos submarinos.

A NATO atribui uma importância vital ao controlo do GIUK gap, ou seja, a passagem entre a Groenlândia, Islândia e Reino Unido (ver figura). Trata-se de uma passagem importantíssima para qualquer esquadra russa que pretenda defender os seus interesses mais a sul e que possui profundidades bastante elevadas, propícias para a operação de submarinos. Encontram-se facilmente passagens com mais de 500 metros de profundidade e mesmo bastante mais, em certas áreas.



Também se pretende proteger os cabos submarinos que são essenciais para as comunicações entre as duas margens do Atlântico e entre o Norte e o Sul.

Para a Aliança Atlântica é também vital manter o controlo do Atlântico Norte como um símbolo da ligação atlântica.

Nas últimas duas décadas os aliados retiraram a maior parte dos seus meios navais da área norte e, mais grave, abateram muitos navios sem os substituírem. As capacidades anti-submarinas foram atrofiadas e o foco mudou para operações expedicionárias fora de área.

Entretanto a Rússia foi aumentando o seu poder naval de modo a manter uma presença importante no Atlântico Norte, após muitos anos de ausência. A presença crescente dos submarinos russos no Atlântico Norte, e a possibilidade de haver alguma presença chinesa está a causar sérias preocupações e voltaremos ao assunto mais adiante.

Esperamos que estes riscos sejam bem reconhecidos brevemente, para evitar situações de dificuldade futura, se não forem tomadas as medidas adequadas.

A China parece desinteressada, mas veremos adiante que talvez não seja de ignorar.

Um ponto a reter são as potências nucleares a norte: EUA, UK, França e a presença Russa. A sul não existem, em função dos tratados que declaram a área como zona livre de armas nucleares.

No Sul existe, desde 1986, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que é constituída por 24 Estados, tendo estado praticamente adormecida, mas foi estimulada pelo Brasil a partir de 2007. Todavia, a ZOPACAS não é uma aliança militar.

No Sul apenas existem três Marinhãs organizadas e credíveis: Brasil, Argentina e África do Sul (Argentina está bastante debilitada atualmente e África do Sul passa por uma modernização dos meios, ainda não muito conseguida).

Há também países que têm litoral em dois oceanos, como é o caso dos EUA, África do Sul e Colômbia. Este facto tem consequências na formulação das respetivas estratégias marítimas e provoca menor identidade com o Atlântico.

O Reino Unido tem uma posição privilegiada por dominar um conjunto de posições centradas nas ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, Falklands e Geórgia do Sul / Sandwich do Sul, sendo que a disputa com a Argentina em relação às Malvinas / Falklands ainda constitui o principal foco de tensão. França é outro ator extrarregional, com a sua presença no departamento ultramarino da Guiana, onde se localiza o importante centro espacial de Kourou, que faz lançamentos para a França e para a Agência Espacial Europeia.

As possessões desses dois países são consideradas pela NATO como posições que permitem que o Atlântico Sul possa ser mantido sob controlo, no caso de qualquer eventualidade relacionada com ameaças aos seus interesses na região.

As presenças navais da China e Rússia no Atlântico Sul são modestas e esporádicas, por enquanto. A última visita de navios russos ocorreu em 2008 e incluiu apenas dois navios em exercícios com a Marinha da Venezuela. A última presença chinesa, com três navios, aconteceu em 2013 e incluiu visitas à Argentina e Brasil. Recentemente (2020) foi organizado um exercício naval do Brasil com África do Sul.

b) Os meios

Talvez tenha interesse visualizar uma panorâmica abreviada dos principais meios navais combatentes dos países com maior poder naval e dos países Atlânticos ou muito próximo do Atlântico.

País	Porta-aviões	Navios anfíbios e porta-helicópteros	Cruzador, contra-torpedeiro ou fragata	SSBN	SSN	SSK
EUA	11	29	90	14	38	0
Rússia	1	48	31	12	33	25
China	2	60	127	6	9	15 + 45 SSG
Índia	2	1	20		2	15
Reino Unido	2	5	24	4	3	
França	1	3	22	4	5	
Espanha		3	11			3
Itália	1	4	16			8
Marrocos		1	7			
Argélia		4	8			6
Brasil		6	8			5
Argentina		3	4			6
África do Sul			4			3
Portugal			5			2

Fonte: Jane's Fighting Ships 2019, com aditamentos

Mais adiante faremos uma análise mais específica para cada país.

A panorâmica geral mostra a força dos EUA, o crescimento da Rússia e o investimento fantástico da China.

Atualmente, a China é o país que mais investe no crescimento da esquadra.

c) União Europeia

No que respeita à defesa militar-naval, a UE está dependente do apoio, caso a caso, dos Estados-Membros (E-M), uma vez que não existem forças aeronavais permanentes atribuídas à UE.

A UE pode constituir forças navais para a gestão de crises e outras missões de menor intensidade, em qualquer parte do mundo, de acordo com os artigos 42.º e 43.º do Tratado da UE. Pode-se concluir que a UE se propõe constituir forças navais para intervenção onde e quando necessário para defesa de interesses da União no mar, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. Mas, quaisquer missões assentam nas capacidades fornecidas pelos E-M.

O Conselho pode confiar a realização de uma missão a um grupo de E-M (forças multilaterais, mas no âmbito da UE).

Todavia, as capacidades disponíveis nos países da UE são relativamente limitadas, havendo diferenças gritantes na Europa. Dos 27 membros da União apenas a França tem uma Marinha de grande dimensão, dispondo de porta-aviões e submarinos nucleares. Seguem-se a Itália (porta-aviões ligeiro) e a Espanha (porta-helicópteros grande) com boa capacidade oceânica de superfície e submarinos convencionais. Depois, a Alemanha e a Grécia sem porta-aviões e capacidades semelhantes quanto aos outros meios navais. Finalmente, um grupo de 6 países com alguma capacidade oceânica, embora desigual: Holanda, Portugal, Dinamarca, Suécia, Polónia e Roménia. Dos remanescentes 16 membros, 5 não têm acesso ao mar² e os outros não têm poder naval relevante.

Se falarmos em apoio aéreo, designadamente em aviões de patrulha marítima, a situação não é muito diferente.

Todavia, na frente atlântica propriamente dita, apenas encontramos Portugal, Espanha e França.

Falta capacidade de projeção de força e todos os E-M detentores de Marinhas com componentes oceânicas pertencem também à NATO, com exceção da Suécia, que tem uma capacidade oceânica bastante limitada. Em caso de necessidade, se os países tiverem que optar entre atribuir meios à NATO ou à UE, muito provavelmente vão dar prioridade à NATO, na sua maioria, porque consideram a Aliança Atlântica como eixo estruturante da defesa.

² Áustria, República Checa, Eslováquia, Hungria e Luxemburgo.

Assim, é bastante duvidoso que a UE possa realizar operações navais robustas para defender os seus interesses estratégicos. Quanto à defesa militar-naval, a UE parece ter dificuldade em estabelecer um nível de ambição apropriado.

A constituição de uma Cooperação Estruturada Permanente (CEP), segundo a proposta da ARVP (ou de diversas CEPs), constitui também, mais um ponto de reflexão em termos nacionais. Na realidade não avançou muito e foi prejudicada pelo BREXIT. Contudo, em termos de projetos – os chamados projetos PESCO (*Permanent Structured Cooperation*) – existem alguns com características de defesa: Sistemas semi-autónomos de contra medidas de minas, sistemas não tripulados anti-submarinos, nos quais Portugal participa.

Parece, todavia, ser esta a via que irá ser prosseguida na Europa para garantir exequibilidade à Política Comum de Segurança e Defesa, cuja ação bastante limitada atualmente, como já referido, tem sido influenciada também por diversos condicionamentos políticos, o que têm dificultado a ação coletiva europeia e uma ligação de cooperação mais estreita com a NATO.

A Estratégia Marítima para a Região Atlântica e o respetivo plano de ação não tratam praticamente as questões da defesa militar-naval. De facto, esta estratégia incide sobre o desenvolvimento e o ambiente marinho.

d) NATO

A NATO tem que garantir a liberdade de ação no Atlântico Norte em caso de conflito ou guerra, conforme já referido. A credibilidade da NATO depende disso.

O Conceito Estratégico da NATO de 2010, que ainda se mantém em vigor, bem como as tarefas essenciais a prosseguir pela NATO desde essa altura, centram-se nos seguintes eixos: Defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa.

Relativamente à *Alliance Maritime Strategy*, que se mantém igualmente em vigor desde 2011, traduz o reconhecimento da relevância do domínio marítimo, enquanto fator indispensável para a segurança global.

Assim, a contribuição do poder marítimo para a segurança da aliança é pretendida essencialmente para proporcionar: dissuasão (inclui nuclear) e defesa coletiva, gestão de crises, segurança cooperativa e segurança marítima, sendo que o peso relativo de cada setor dependerá das circunstâncias e dos recursos disponíveis.

Na Cimeira de Gales, em 2014, os aliados aprovaram o plano de operacionalização da Estratégia Marítima, assumindo o compromisso de contribuir para as forças navais permanentes com capacidades credíveis.

O plano pretende revigorar as forças navais permanentes e reforçar a cooperação, coordenação e complementaridade NATO-UE e também intensificar o envolvimento de parceiros e não-parceiros no domínio marítimo, entre outras medidas.

Posteriormente, na sequência da Cimeira de Varsóvia (2016), onde a invasão da Crimeia pela Rússia exerceu uma forte influência na postura da Aliança, foi decidido que a

postura marítima da NATO deveria ser reforçada e estar articulada com uma postura de dissuasão e defesa da NATO também mais robusta, sendo um elemento fundamental na projeção de estabilidade por parte da Aliança. Paralelamente, o reforço da postura marítima iria também contribuir para reforçar o papel da NATO, no seio da comunidade internacional, nas iniciativas de combate ao terrorismo.

A criação do novo *Joint Command Force em Norfolk*, co-localizado com o Comando da 2ª esquadra da Marinha americana (reativada em 2018) responde a estas necessidades.

A NATO mantém as suas forças permanentes - *Standing NATO Maritime Group 1 e 2* e *Standing NATO Mine Countermeasures Group 1 and 2*, que podem atuar em qualquer teatro de operações.

A NATO não hesitará em organizar operações navais no Atlântico se os seus interesses principais estiverem em causa, nomeadamente a presença de meios navais significativos de países não amigos. Mas, isso causaria alguma tensão que deverá ser evitada tanto quanto possível. Deste modo, o formato dessas operações, a surgirem, deverá ser bastante cauteloso.

e) EUA

O acesso a todos os domínios é um objetivo genérico dos EUA no plano militar.

Em termos de dissuasão nuclear, a prioridade número um da Marinha é assegurar a existência de uma força adequada de SSBN, espalhada por várias partes do mundo. A dissuasão convencional será constituída pelos porta-aviões, navios combatentes, submarinos e aviões capazes de ataques precisos a longa distância.

Por outro lado, como força naval hegemónica, pretende manter o controlo do mar e a capacidade de projeção de força, onde e quando necessário. Os 11 porta-aviões são deslocados para efeitos de diplomacia naval ou ação militar.

Para responder a qualquer agressão ou situação de crise, bem como reforçar alianças, refere a doutrina americana:

- Procurar o domínio submarino, especialmente em zonas contestadas;
- Desenvolver sistemas integrados de sistemas não tripulados e sistemas anti-submarinos;
- Usar armas de longo alcance *stand-off*;
- Possuir bases expedicionárias;
- Desenvolver novas armas (*railgun* e outras).

Para os EUA continua a ser de interesse vital que o Atlântico permaneça uma retaguarda segura, tanto mais quanto mais reorientarem os seus meios militares para a Ásia-Pacífico.

A necessidade de equilibrar Pacífico e Atlântico tem sido deixada clara nos documentos de Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, nomeadamente a de 2015 (*The White House*, 2015).

As instalações na Europa são fundamentais para o apoio das forças dos EUA na Europa e nas áreas adjacentes. São também importantes para operações noutras regiões. Mesmo com

a deriva para a Ásia-Pacífico reconhece-se o significado e importância das contribuições da Europa e da NATO. Continuarão a apoiar as forças permanentes da NATO.

A criação do AFRICOM por parte dos EUA mostra interesse na região. A reativação em 2008 da 4.^a Esquadra com responsabilidades no Sul da América (Pacífico e Atlântico) e Caraíbas vai no mesmo sentido.

No que respeita ao Atlântico Sul interessa aos Estados Unidos a manutenção da estabilidade e da segurança, a serem primariamente mantidas pelos Estados da região, desde que assegurada a liberdade de navegação que permita a atuação do poder naval americano quando necessário.

Os exercícios da série UNITAS testam a interoperabilidade com os países sul-americanos, mas têm uma complexidade reduzida.

O mais importante documento dos últimos 20 anos publicado nos EUA sobre Estratégia Naval intitula-se “Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI” (*A Cooperative Strategy for 21st. Century Seapower*), 2007 e revisão em 2015.

Pode ler-se nesse documento que o poder marítimo tem sido, e continuará a ser, a base fundamental do poder e da prosperidade nacional e do prestígio internacional para os Estados Unidos da América. A revisão assenta no legado e nas competências complementares do conjunto constituído pela Marinha-Corpo de Fuzileiros Navais-Guarda Costeira, de modo a promover a prosperidade e garantir a segurança dos EUA. As exigências de um mundo em evolução, e a defesa do povo americano, bem como os interesses nacionais, não poderiam exigir menos.

Na América do Norte e na Europa a NATO continua a ser a aliança mais poderosa e a peça-chave da segurança transatlântica. Em África pretende-se efetuar presença naval com “pacotes” de forças adaptáveis.

Assinale-se ainda a desativação da “*Second Fleet*” (Segunda Esquadra) em setembro de 2011, sob o argumento de que tinha desaparecido a ameaça soviética. Torna-se importante a sua reativação em maio de 2018 e considerada operacional em 31 de dezembro de 2019, conforme atrás referido (NATO). A área de responsabilidade da Segunda Esquadra abrange a região desde o Pólo Norte às Caraíbas e da costa leste dos EUA até cerca de meio do Atlântico.

f) Rússia

A Rússia tem vindo a aumentar as suas capacidades no Atlântico, incluindo a nível nuclear (submarinos). Parece haver uma estratégia de negação de acesso no Atlântico Norte, se necessário.

Os submarinos de ataque russos têm sido detetados a patrulhar com frequência em várias áreas do Atlântico Norte. A Rússia deverá ter cerca de 58 submarinos de ataque, sendo 33 de propulsão nuclear. Só cerca de metade deve estar operacional neste momento. Mas, terá planos para contar com 72 submarinos. Também existem navios espíões e há notícia da construção de “drones” submarinos, capazes de transportar armas nucleares táticas utilizáveis contra portos civis ou bases militares.

A Rússia continua a usar os seus SSBN, naturalmente também no Atlântico por longos períodos de tempo de forma rotineira.

Neste contexto, a NATO encara como um desafio a construção por parte da Rússia de um número importante de submarinos tecnologicamente avançados e militarmente capazes. Estas unidades, concertadas com outros meios militares (por exemplo, bombardeiros estratégicos de longo alcance), poderão, numa situação de crise ou de conflito, colocar em risco a liberdade de ação da NATO, de reforço logístico e de sustentação através das linhas de comunicação marítima, afetando assim a eficácia e a credibilidade da postura de dissuasão e defesa pretendida pela Aliança.

A Marinha russa aposta na sua modernização e também na qualidade. Os novos submarinos são mais rápidos, mais silenciosos e dispõem de armas mais precisas e com maior alcance.

A força de submarinos russa pode afetar as rotas de comunicação marítimas, os cabos submarinos que transportam internet e comunicações, o comércio global e pode ainda atacar cidades europeias sem sair do Atlântico. Evidentemente que se trata de uma questão teórica, mas que terá que ser equacionada em termos de planeamento.

Não podem ser esquecidos os navios de investigação científica usados para fins militares pela Rússia. Existe uma base “secreta” em Olenya Bay na costa do mar de Barents para este tipo de navios, também usada por submarinos nucleares.

g) Reino Unido, França e outros

O poder naval da França e do Reino Unido é importante, sendo irrelevante o BREXIT, porque a NATO e os interesses comuns são mais importantes em termos de defesa. Todavia, o Reino Unido provavelmente não irá participar nas forças da UE, o que as fragiliza.

O Reino Unido tem o problema das Falklands / Malvinas com a Argentina, que parece adormecido, mas que pode ser reativado a qualquer momento. Todavia, a Argentina não tem, nem terá no curto e médio prazo, meios aeronavais capazes de garantir uma nova operação de ocupação das Malvinas.

A França e o Reino Unidos como antigos grandes poderes ditos coloniais na África Ocidental, tal como Portugal, mantêm relações de especial amizade e cooperação com muitos desses países. A Espanha tem interesses similares na América do Sul e Portugal também, relativamente ao Brasil.

h) China

É um caso bastante interessante para estudar. A grande questão é: o que pretende realmente a China? Consegue-se perceber?

O Professor António Telo nas suas investigações concluiu que:

“Todos os poderes globais hegemónicos dos últimos cinco séculos foram simultaneamente os maiores poderes navais do seu tempo. A sua função estruturante na ordem global

desvaneceu-se quando perderam o domínio naval. Os poderes desafiantes procuraram sempre edificar Marinhas que permitissem fazer oposição.”

Afigura-se que estas afirmações se aplicam atualmente à China.

A China, para alcançar a supremacia que pretende, terá que investir fortemente no seu poder naval e é exatamente isso que está a fazer. A China pretende tornar-se um poder naval global e superar os EUA a longo prazo, ascendendo assim à hegemonia.

A China está a investir nas suas Forças Armadas, em especial no reforço da sua esquadra, posicionando-se para disputar a curto prazo a liderança dos EUA no Sudeste Asiático. É o país do mundo que mais investe na Marinha, neste momento. Em 4 anos construiu em navios de guerra o equivalente à Marinha Francesa. Para dar uma ideia aproximada, a China tem investido em cada um dos últimos anos o equivalente ao PIB de Portugal. Há um investimento colossal em estaleiros navais.

Quanto aos principais programas da China, realça-se o seguinte:

- Porta-aviões: atualmente a China possui 2 Porta-aviões. Estima-se que o seu nível de ambição seja possuir 6 porta-aviões. O terceiro Porta-aviões está em construção.
- Submarinos: possui 6 SSBN, 9 SSN, 15 SSK e 45 SSG. Provavelmente a China constrói cerca de 10 submarinos por ano, para acrescentar à esquadra ou substituir outras unidades.
- Cruzadores, Contratorpedeiros e Fragatas: A China continua envolvida num programa robusto de construção de navios combatentes de superfície. Tem cerca de 127 navios combatentes de superfície e está a construir um número indeterminado, tendo como objetivo 500 navios combatentes.
- Navios anfíbios: a China está, também, a construir navios anfíbios. Tem dezenas de navios anfíbios, dada a sua preocupação com as cordilheiras de ilhas no Pacífico e os problemas que levantam outros Estados.

A par do investimento naval, a China faz um grande investimento na área cibernética, não sendo de esperar que tenha fraquezas neste âmbito.

Tem uma base na Namíbia (*Walvis bay*) onde ninguém pode entrar. Na Argentina possui uma base de rastreio de satélites de que pouco se sabe. O objetivo declarado da estação é a observação e exploração pacífica do espaço. Mas o remoto complexo de 200 hectares, opera sem supervisão pelas autoridades argentinas. A base naval da China em Djibouti, um pequeno país no nordeste da África, dispõe de espaços subterrâneos.

Mas, será que a China pretende ter uma presença naval no Atlântico? Quando e porquê?

Em 2017 foi publicado um artigo de investigação, numa fonte oficial, afirmando que a China deve perseguir uma estratégia atlântica sugerindo que deve entrar no atlântico para romper o bloqueio americano e aumentar o espaço estratégico exterior do país.

Simultaneamente, a China apregoa que não tem a ambição remota de se tornar um poder global hegemónico, mas admite que o Atlântico tem grande importância para os seus interesses em áreas distantes.

O certo é que a China procura parceiros em África e na América Latina, nomeadamente uma colaboração estratégica com o Brasil e a Venezuela e também com Granada e Cabo Verde.

No plano científico, a China efetuou os primeiros cruzeiros científicos na Atlântico em 2012 e em 2017 já tinha realizado 46 grandes missões de pesquisa.

Parece agora incontestável que a China tem ambições globais. É bem possível que a China esteja já a operar com submarinos no Atlântico. Não há certezas, mas afigura-se curioso que a China esteja a utilizar, contra os EUA, os grandes conceitos estratégicos de Mahan.

Acresce ainda um controlo geopolítico e cultural de países terceiros a quem empresta muito dinheiro e que não conseguem pagar a dívida.

A China mantém um conjunto alargado de disputas no Mar da China com uma série de países, nomeadamente com Taiwan (problema da reunificação).

Assim, a China

- Ou insere-se no sistema internacional aceitando a liderança dos EUA no comando dos espaços comuns, nomeadamente no mar, e usufrui desse sistema estruturado como se encontra até ao momento.
- Ou desafia os EUA, começando no Mar da China e posteriormente noutros espaços, procurando uma alteração do sistema atual, no sentido de disputar a posição de poder global.

i) Norte de África

No norte da África atlântica apenas encontramos Marrocos com algumas capacidades navais e a Argélia numa posição muito próxima do Atlântico, mas com poder naval bastante limitado. Existe uma capacidade oceânica de superfície razoável, mas sem submarinos por parte de Marrocos e a Argélia tem 6 submarinos da classe Kilo, sendo apenas 2 modernos.

As ambições destes dois países serão certamente muito contidas no que ao Atlântico diz respeito.

j) Portugal

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013 refere o seguinte sobre o Atlântico:

- O Atlântico é um espaço de estabilidade e segurança na política internacional. No Atlântico Norte, as democracias ocidentais formam uma comunidade de segurança única, que constitui um centro de estabilidade indispensável para a ordem internacional. A aliança ocidental é um garante da estabilidade estratégica internacional.
- No Atlântico Sul, os processos de democratização e de modernização revelam uma nova realidade de paz e de progresso, bem como uma capacidade de estruturação de quadros de regulação e cooperação multilaterais, que abre caminho para a consolidação de novas comunidades de segurança. O Brasil é o melhor símbolo dessa mudança na América do Sul.

O CEDN refere o seguinte sobre os recursos marítimos:

- Portugal tem uma posição geográfica específica de articulação intercontinental, por onde cruzam muitas das mais importantes rotas aéreas e marítimas mundiais.
- O mar constitui assim um importante ativo estratégico e, por isso, a exploração dos recursos da plataforma continental torna obrigatória a revisão periódica da Estratégia Nacional para o Mar, perspetivando vetores de ação para que o aproveitamento sustentado do mar venha a constituir uma realidade efetiva, no que é determinante a integração e articulação de várias políticas sectoriais, nomeadamente a diplomática, a económica, a educativa, a científica e tecnológica e a ambiental. Como ativo estratégico, o mar deve estar integrado numa perspetiva ampla de segurança e defesa nacional.

Para o efeito, é necessário:

- Manter uma capacidade adequada de vigilância e controlo do espaço marítimo sob responsabilidade nacional e do espaço marítimo interterritorial;
- Adotar políticas públicas de fomento da economia do mar, em particular de exploração dos recursos marítimos nacionais;
- Promover e incentivar a preservação, aproveitamento e utilização, de modo multidisciplinar, dos recursos marinhos da Zona Económica Exclusiva e da plataforma continental;
- Apostar na formação profissional e superior e na investigação e desenvolvimento na área das ciências do mar;
- Desenvolver uma consciência coletiva sobre a importância do mar como fator de poder nacional.

A defesa militar-naval portuguesa é a missão principal da Marinha que se enquadra na defesa militar da República, de forma integrada, como é usual em qualquer país do chamado Ocidente. Assim, o dever da Marinha é manter um elevado grau de prontidão das forças combatentes. Para isso, torna-se necessário promover os exercícios necessários para testar o material e o treino do pessoal, corrigindo as deficiências e melhorando constantemente a eficácia.

Em complemento, a Marinha participa em missões internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelo Estado português e desempenha outras missões no exterior num quadro autónomo ou multinacional para salvaguardar a vida ou os interesses dos portugueses.

Assim, a Marinha tem meios permanentemente atribuídos à NATO em diferentes graus de prontidão³. Do mesmo modo, são disponibilizados meios para a UE e também para as Nações Unidas, neste último caso para serem empregues em operações de apoio à paz, se necessário. Os meios são constituídos por navios de superfície, submarinos, forças de

³ Tempo máximo de preparação para iniciarem as missões operacionais, de acordo com as suas capacidades.

fuzileiros e destacamentos de mergulhadores (já participaram na SNMCMG1), conforme se encontra antecipadamente estabelecido.

O núcleo combatente da Marinha é constituído por cinco fragatas e dois submarinos convencionais de última geração e cinco helicópteros orgânicos das fragatas. A Marinha, neste momento já não possui um reabastecedor de esquadra operacional e precisa do indispensável apoio da Força Aérea até uma distância considerável do território nacional. A nível de fuzileiros a Marinha dispõe essencialmente de um batalhão ligeiro de desembarque e de um destacamento de ações especiais. Tem ainda alguns destacamentos de mergulhadores (3 componentes operacionais: navios, fuzileiros e mergulhadores).

As capacidades da Marinha portuguesa não são suficientes para executar operações navais autónomas de carácter ofensivo, quando haja oposição, nomeadamente ao nível de submarinos e meios aéreos. No plano defensivo ainda tem capacidades razoáveis.

Para efeitos de dissuasão ou de oposição no quadro da defesa integrada do território nacional torna-se então indispensável poder constituir, no mínimo, uma força naval de dimensão significativa.

Uma das principais vulnerabilidades e de que praticamente não se fala é a existência de uma única base naval e, ainda pior, contendo também no seu perímetro a maior parte das infraestruturas de apoio.

Outras vulnerabilidades conhecidas é a falta do LPD que impede um mínimo de projeção de força (o Navio Polivalente Logístico constitui-se, portanto, como um elemento fundamental sem o qual não será possível efetuar operações conjuntas fora da área normal de operações) e a falta do 3º submarino que implica períodos sem qualquer submarino operacional. De facto, deveríamos ter 4 submarinos para garantir duas unidades operacionais em permanência. Registe-se também que uma força de superfície sem apoio submarino fica extremamente vulnerável. A defesa antiaérea de área deveria ser outra preocupação. Vamos ter que investir certamente em “drones” em larga escala, nos diversos tipos que a tecnologia oferecer e o orçamento permitir.

Não se percebe bem o objetivo a alcançar com a criação, em Portugal, do Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA), apostado no desenvolvimento de capacidades associadas à segurança no espaço Atlântico, com especial enfoque, por um lado, no domínio marítimo, permitindo contribuir para o reforço da afirmação de Portugal como produtor de segurança junto da ONU, da UE, da NATO, da CPLP, da União Africana e da comunidade internacional em geral.

O CeDA, agora rebatizado de *Atlantic Center*, pretende assim constituir-se como um centro de excelência no contexto internacional e, a médio prazo, como centro de excelência NATO, com o objetivo de combater e mitigar as ameaças que no presente afetam o espaço Atlântico.

Pretende ser igualmente uma plataforma de apoio às diferentes iniciativas que promovem a segurança naquele espaço, em especial às tuteladas por organizações internacionais como a ONU, a UE e a NATO.

Talvez seja uma ideia megalómana. Parece difícil que tenha algum sucesso, pois não existe um conceito e missão perfeitamente definidos e exequíveis. Por outro lado, a UE estará frontalmente contra esta iniciativa, como é compreensível.

Paralelamente, já existe, sediado em Lisboa (Instituto Hidrográfico), o NATO *Maritime GEOMETOC COE (Centre of Excellence)*⁴, cuja missão é bastante abrangente e até poderá colidir com o *Atlantic Center*, em parte. Falta ainda conseguir a sua acreditação pela NATO, atrasada face à atual pandemia.

Admite-se que a revalorização estratégica do Atlântico seja benéfica para Portugal, mas os meios navais existentes (ou previsto adquirir) não permitem a visibilidade necessária. Não deve ser esquecido o valor estratégico dos arquipélagos portugueses no Atlântico.

k) Brasil e Atlântico sul

De acordo com Política Naval da Marinha do Brasil as áreas prioritárias coincidem com as indicadas na Política Nacional de Defesa: América do Sul, Atlântico Sul, países da costa Ocidental Africana e Antártida. Merece naturalmente destaque a “Amazónia azul”, ou seja, o conjunto dos espaços marítimos de soberania ou jurisdição nacional e os seus importantes recursos. Por outro lado, a pretensão do Brasil de maior afirmação internacional parece evidente.

Percebe-se que a Marinha do Brasil quer estar presente em todas as áreas relacionadas com a ação do Estado no mar e ainda em outras onde as suas capacidades possam ser aproveitadas. Pretende igualmente assumir uma posição liderante como potência regional no Atlântico Sul. Em termos de cooperação internacional coloca sempre em primeiro lugar a interação com os países Sul-Americanos.

As duas margens do Atlântico Sul têm sido alvo de intensa procura de energia, minérios e produtos alimentares, o que sublinha a sua relevância geo-económica. As reservas do Golfo da Guiné e de Angola e as jazidas de petróleo e gás no *offshore* do Brasil representam um contrapeso aos centros tradicionais de poder no sistema energético internacional.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) integra a Argentina, Brasil e Uruguai na parte americana e praticamente todos os Estados costeiros a sul de S. Tomé e Príncipe na parte africana e alguns a norte, como sejam a Guiné-Bissau e Cabo Verde, num total de 24 Estados. A ZOPACAS fomenta acordos de cooperação, mas não é um espaço de ação conjunta. As suas iniciativas não têm carácter militar. O Brasil aproveita para a sua afirmação estratégica no Atlântico Sul.

Todavia, o Brasil tem uma Marinha importante com alguns porta-helicópteros, 8 navios combatentes tipo fragata e 5 SSK. Tem a ambição de construir submarinos nucleares, mas o programa tem sofrido atrasos. O plano naval é extenso, mas duvida-se que seja cumprido.

⁴ “*The mission of the MGEOMETOC COE is to enhance the transformation efforts in the field of Maritime GEOMETOC to the benefit of the Alliance. Explore battlefield environment in order to optimize the employment of sensors, weapons, targeting, logistics, equipment and personnel*”.

A cooperação marítima entre as Marinhas do Brasil, da Argentina, do Uruguai e da África do Sul tem sido uma realidade através de exercícios navais regulares, mas não existe uma verdadeira cooperação em termos operacionais entre as duas margens do Atlântico Sul.

África do Sul: apesar de ter uma marinha relativamente pequena, os seus principais navios combatentes (4 Fragatas e 3 Submarinos) são do século XXI e têm programas de modernização previstos.

A Argentina tem uma esquadra envelhecida e com fraco investimento na manutenção e modernização.

4. A SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO

Do meu ponto de vista, a segurança do mar deve ser encarada principalmente como um subsistema da segurança nacional. De facto, trata-se de uma importante componente da segurança nacional, especialmente para os países marítimos, mas com características próprias, que lhe conferem esta qualidade de subsistema.

A perspetiva *safety*, que respeita fundamentalmente à prevenção de acidentes no mar e ações subsequentes em caso de sinistro. Trata portanto das regras para a condução segura da navegação, da certificação e inspeção de embarcações, da proteção do meio marinho, da busca e salvamento e outros assuntos relacionados. Envolve uma organização própria e meios permanentemente disponíveis, navais e aéreos. Ocupa-se assim dos riscos normais que derivam da atividade marítima.

A perspetiva *security*, que cuida da proteção contra as ameaças conscientes aos navios, pessoas, instalações e equipamentos ligados às atividades marítimas. Envolve instrumentos de força e medidas para proteger a navegação e os recursos do mar e combater a criminalidade nos espaços marítimos.

Em certos casos existem preocupações nos dois sentidos, como por exemplo na imigração ilegal e a segurança das pessoas no mar.

Nesta exposição vamos tratar somente da *security*, fazendo apenas uma menção genérica ao âmbito da *safety* no Atlântico.

Em termos de *safety*, no Norte a situação oferece confiança aos navegadores, bem como na costa brasileira e na costa sul-africana. Nas restantes regiões a situação é bastante precária em termos de busca e salvamento, face à falta de meios operacionais e de comando e controlo.

Após o término da Guerra Fria e os ataques terroristas do 11 de Setembro, as ameaças transnacionais, tais como o terrorismo, o transporte ilegal de pessoas e/ou material e a pirataria, ganharam especial relevância e passaram a contribuir para a complexidade da segurança marítima.

Pode ler-se no Conceito Estratégico NATO, de 2010: “A instabilidade ou o conflito para além das fronteiras da NATO podem ameaçar diretamente a segurança da Aliança, inclusive através do fomento do extremismo, do terrorismo e das atividades ilegais, tais como o tráfico de armas, narcóticos e pessoas” (NATO, 2010, tradução nossa).

Os problemas de segurança marítima no Atlântico centram-se em África numa forma

geral e no Golfo da Guiné em particular. Isto não invalida que haja uma vigilância e controlo em todo o Atlântico “costeiro” para evitar a degradação da segurança marítima.

A segurança no mar tem que ser permanentemente acautelada, mesmo de forma preventiva, para que a falta de controlo não possa ser aproveitada para se instalarem condições de insegurança que possam ser de difícil e demorada recuperação. É preciso ter presente que a responsabilidade pela segurança marítima continua a pertencer aos países nas respetivas áreas de soberania ou jurisdição nacional. Enquanto a maior parte dos países africanos não dispuser de meios eficazes para fiscalizar e controlar os seus espaços marítimos não se poderá esperar um grau elevado de segurança marítima na costa africana ocidental.

A Norte pode considerar-se que a segurança marítima se encontra controlada, havendo diferenças de país para país, mas dentro de um padrão bastante elevado. Na zona das Caraíbas a segurança marítima tem oscilações não oferecendo boas garantias à navegação.

Na costa africana os problemas segurança, em geral, são muito complicados e a segurança marítima fica particularmente afetada.

De entre os 16 Estados mais fragilizados do mundo encontram-se quatro nesta região: República Democrática do Congo (ex-Zaire), República da Guiné, Nigéria, Guiné-Bissau (*The Fund for Peace*, 2017). A falta de capacidade dos Estados locais revela-se de forma particularmente aguda no caso dos meios navais, que tipicamente não têm sido uma prioridade das forças armadas africanas. Contudo, a Nigéria tem uma Marinha razoável, por comparação com as outras Marinhas africanas, excetuando a África do Sul.

O Golfo da Guiné, como se sabe, apresenta problemas graves de pirataria.

A ação da União Africana tem importância crescente e será mencionada mais adiante de forma individualizada.

Existe ainda o Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++fog) que mobiliza o apoio às organizações regionais relevantes (CEEAC⁵, CEDEAO⁶ e GGC⁷) e aos Estados costeiros e portuários.

A presidência portuguesa do G7++fogg, em 2016, conseguiu alguns resultados concretos em termos de coordenação de estruturas de vigilância na região e na consolidação da cultura da segurança marítima.

A importância crescente das rotas energéticas e comerciais implica a necessidade de cooperação entre os países costeiros do Norte e do Sul, a bem dos interesses comuns.

A ZOPACAS e UA têm vindo a abordar as questões de cooperação no âmbito da segurança e outros relacionados, incluindo a investigação oceanográfica, mas de uma forma relativamente tímida.

⁵ Comunidade Económica dos Estados da África Central.

⁶ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

⁷ Grupo do Golfo da Guiné.

5. AS AMEAÇAS MAIS RELEVANTES, ESPECIALMENTE EM ÁFRICA

a) Previsões

Convirá focar algumas das tendências com implicações para a segurança e defesa identificadas pelo *Strategic Trends Programme Regional Survey Africa out to 2045 (MOD UK)*:

- O crescimento populacional combinado com os impactos das mudanças climáticas particularmente em certas regiões como o Sahel, Nigéria e Grandes Lagos;
- O crescente número de migrantes a nível regional e as consequências acrescidas nas áreas próximas;
- Continuação das desigualdades na distribuição da riqueza;
- A importância da influência da religião, que será certamente explorada para obtenção de ganhos políticos;
- A probabilidade de surgirem conflitos quando as elites não quiserem partilhar o poder e as oportunidades com a classe média;
- A maioria dos conflitos armados tem tendência a não ser internacionalizados;
- O islão radical provavelmente continuará a constituir uma séria ameaça principalmente no Norte, no Sahel e no Corno de África
- Algumas organizações africanas, nomeadamente a UA, tenderão a ser mais eficazes, face à persistência da sua atuação.

Muitas das ameaças emergentes em África são transnacionais (mas nem todas) e tiram partido das dificuldades de respostas eficazes por parte dos Estados. Terrorismo, pirataria, tráfico de drogas, imigração ilegal, roubo de petróleo e pesca ilegal envolvem redes complexas e muitas vezes interligadas com criminosos, grupos armados e extremistas religiosos.

As ameaças transnacionais à segurança dos Estados e das pessoas trouxeram grande instabilidade a vários países de África e devem ser combatidas eficazmente para promover o desenvolvimento.

b) Alterações climáticas

Nenhum continente sofrerá mais com as alterações climáticas do que a África.

De acordo com o Índice de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas de 2015, sete dos dez países que mais sofrem os riscos de serem afetados pelas mudanças climáticas estão na África.

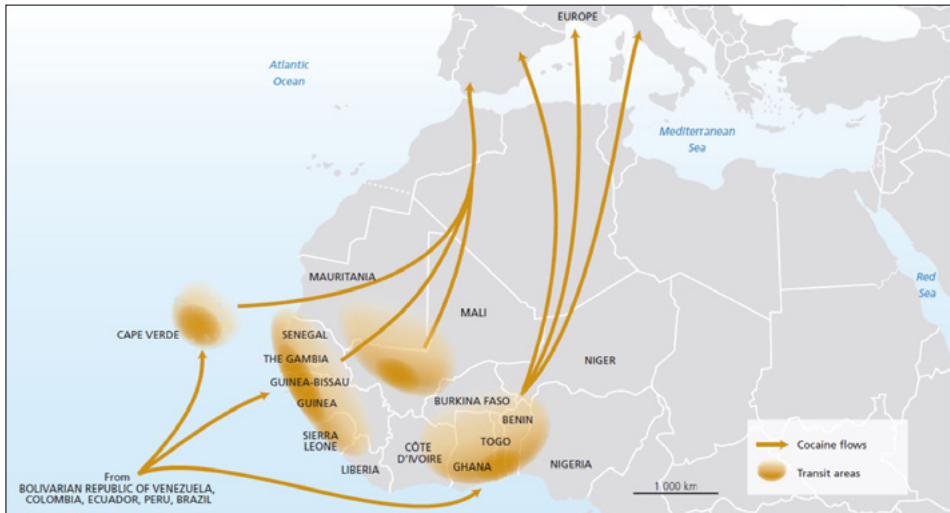
A temperatura está a aumentar em África. Na região nordeste do Saara a temperatura média subiu 2º nos últimos 100 anos e até 2050 pode subir até 3º no norte e sul da África. Isto levará a uma maior escassez de água, que já existe, agravada pelo aumento de população. O deserto do Saara está em lenta expansão.

Os impactos das mudanças climáticas têm o potencial de exacerbar os problemas de segurança nacional e aumentar o número de conflitos internacionais. Os conflitos normalmente ocorrem devido à disputa pelos recursos naturais limitados, solos férteis e água. O acesso a fontes

de água constantes e confiáveis é muito valorizado em várias regiões africanas. No entanto, as mudanças no período e na intensidade das chuvas ameaçam a disponibilidade da água e causam conflitos devido à limitação deste recurso vital.

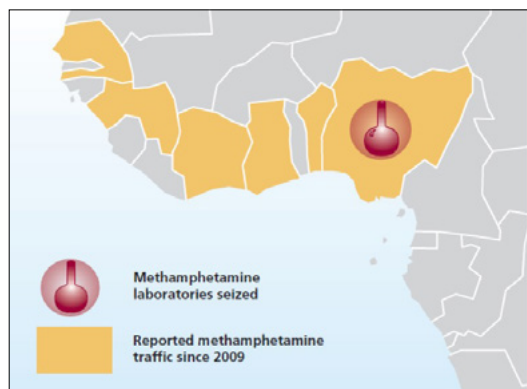
c) Tráfico de drogas

O tráfico e uso de drogas traduz-se numa ameaça à paz e à segurança no continente, pelas consequências negativas para residentes e consumidores e impõe custos para o seu combate. O perigo reside especialmente na ligação entre os cartéis da droga e a corrupção a nível do governo e também com o terrorismo no Sahel e na região do Corno de África.



Fonte: Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment. UNDOC 2013.

O negócio da droga envolve países do ocidente e oriente e centro de África que servem principalmente de trânsito para as drogas provenientes da América do Sul e Ásia, a caminho dos consumidores da Europa e da América do Norte, apesar de algumas drogas serem utilizadas para pagamento a intermediários e mercados internos. Há governos envolvidos no próprio tráfico.



Fonte: Global SMART programme

Em certos casos gera-se violência causada pela repartição de rendimentos da droga. Na Guiné-Bissau, entre 2009 e 2010, ocorreram uma série de assassinatos envolvendo militares e até o presidente, suspeitando-se

que foram despoletados por lutas pelo controle da droga. Também no Mali houve violência entre grupos.

Marrocos é o maior produtor e exportador de haxixe (extraído da cannabis ou marijuana)

Estados fracos e corruptos facilitaram o rápido crescimento e consolidação do crime organizado em África, a partir do princípio do milénio. A instabilidade irá persistir enquanto o problema do tráfico de drogas não for controlado. Os negócios da droga permitem lucros necessários para comprar armas e promover a corrupção, não sendo raros os conflitos entre grupos pelo controlo do negócio. Os investimentos e lavagem de dinheiro faz-se normalmente em países fora do trânsito da droga.

A implementação da Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional (Convenção de Palermo, dezembro de 2000) cujo objetivo é promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional não tem tido o desejável sucesso.

d) Pesca ilegal

Atinge todos os países costeiros, mas ficará descontrolada caso não haja fiscalização com alguma eficácia, como acontece em grande parte da costa africana.

A pesca ilegal assume proporções enormes a nível mundial. Segundo dados publicados pela União Europeia⁸, a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, representa até 30% de algumas pescarias importantes e as capturas poderão triplicar o volume autorizado. Algumas avaliações fidedignas apontam para um comércio que movimenta entre 3 e 10 mil milhões de euros por ano em todo o mundo⁹. As consequências são tremendas, não apenas para a sustentabilidade da pesca, mas também para o ecossistema marinho, devido às capturas acessórias de outros peixes e animais que vivem no mar. Em paralelo, a concorrência com a pesca legal, para além de desleal, produz danos sócio económicos. Recentemente, os furtos em explorações de aquicultura passaram a constituir uma preocupação a ter em conta.

e) Emigração ilegal

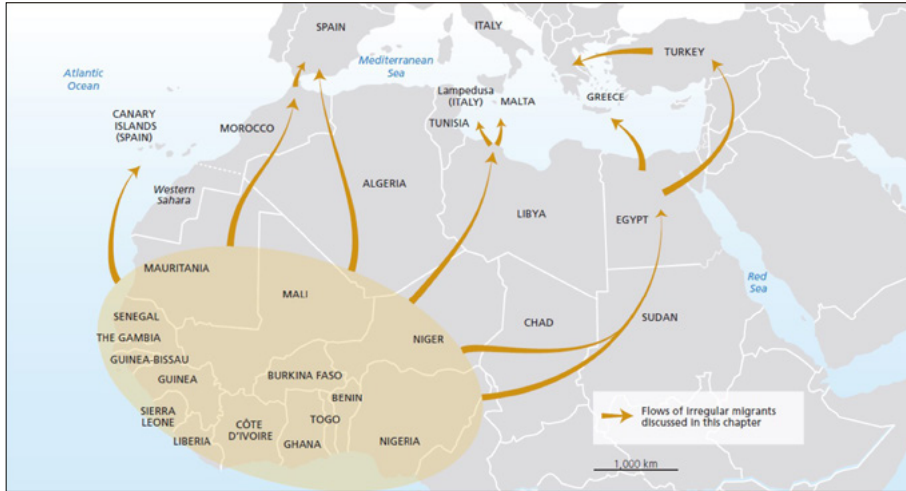
As condições socioeconómicas *vão continuar* a servir de catalisador da emigração durante muitos anos, sendo a Europa um importante destino, face à proximidade geográfica e aos elevados níveis de prosperidade.

No futuro, os traficantes poderão ter acesso a informação tecnologicamente avançada sobre a vigilância e redes eletrónicas o que vai dificultar muito o trabalho das autoridades policiais.

Por outro lado, a legislação e a melhoria das condições em alguns países africanos pode colocar dificuldades ao negócio da emigração ilegal.

⁸ Comissão Europeia, revista “A pesca e aquicultura na Europa”, nº 37, fevereiro de 2008.

⁹ Ibidem.



Fonte: Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment. UNDOC 2013.

Na África Ocidental há 5/6 principais rotas:

- Através das ilhas Canárias
- Através de Ceuta e Melilla
- Atravessando o estreito de Gibraltar para Espanha
- Atravessando o Mediterrâneo na Líbia em direção a Lampedusa e Malta
- Atravessando o Mediterrâneo no Egito para a Grécia
- Através da Turquia

Recentemente, parece estar a instalar-se uma rota entre Marrocos e o Algarve.

Em 2015, de acordo com o Eurostat, 2,7 milhões de cidadãos de países terceiros imigraram para a UE-28. Em 2019 esse número será cerca de 2,2 milhões.

f) Terrorismo marítimo

O terrorismo transnacional reflete as atividades terroristas perpetradas através da infiltração dos seus atores em fronteiras de outros Estados ou que tenham por objetivo alvos estrangeiros no Estado da sua origem e também o simbolismo internacional desses mesmos alvos.

Para além da sua natureza intrínseca, o terrorismo pode ser patrocinado por Estados, ou ser autónomo, como é o caso da Al-Qaeda.

O terrorismo constitui uma das graves ameaças em África, tendo como principais agentes os fundamentalistas islâmicos transnacionais ligados à Al-Qaeda. Dos vários grupos terroristas em atividade, destacam-se os seguintes:

- Boko Haram, cujo significado quer dizer que a educação ocidental (ou não islâmica) é pecado, atua com maior intensidade no Norte da Nigéria, mas também no Norte do Níger, Camarões e Chade,

- Al-Shabab, movimento jovem guerreiro, constituído por milícias que atuam essencialmente na Somália, mas têm algumas ramificações em países próximos, como é o caso do Quênia – lembra-se o massacre na universidade em 2015 e os recentes ataques em Cabo Delgado, Moçambique.
- AQUIM ou AQIM (Al-Qaeda no Magreb Islâmico) que atua de forma mais evidente na Argélia, mas atinge vários países do Sahel. Está ligado ao Movimento para a Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO).

Estes grupos são muito violentos e estão bastante ativos. O Boko Haram tem-se mostrado mais agressivo e tem fidelidade ao Estado Islâmico. Os outros ligam-se à rede da Al-Qaeda.

É muito difícil combater o terrorismo transnacional e, em especial, na maioria dos países africanos, por falta de condições mínimas para o fazer adequadamente. Coloca-se o dilema de combater as causas ou os efeitos. É quase impossível combater as causas, dada a sua complexidade. No contexto do combate aos efeitos existem medidas de caráter defensivo ou anti-terroristas, visando a redução de vulnerabilidades aos ataques. A implementação de sistemas democráticos, o desenvolvimento económico, a proteção de VIPs, a segurança de áreas com muito público, a proteção de infraestruturas, a segurança informática, a inativação de explosivos, são exemplos deste tipo de medidas.

Em qualquer caso, torna-se essencial a ação dos serviços de informações, muito deficientes em África.

g) Pirataria

A pirataria é a maior ameaça para o transporte marítimo nas rotas do oceano atlântico e da África Ocidental em particular. Os atos de pirataria no Golfo da Guiné representam mais de um quarto do total dos ataques reportados a nível mundial. O mar das Caraíbas (ou do Caribe) a norte da América do Sul constitui outro ponto importante da pirataria e ataques à mão armada.

Os dados obtidos do IMB (International Maritime Bureau) indicam o seguinte (inclui os ataques à mão armada contra navios):

PIRATARIA FONTE: IMB	2018	2019	2020
Costa Leste Americana			
México	0	1	4
Panamá	0	1	0
República Dominicana	0	1	0
Haiti	3	2	5
Brasil	4	2	7
Colômbia	1	3	1
Guiana	2	0	0
Venezuela	11	6	0
Total	21	16	17

Costa Ocidental de África			
Marrocos	0	2	0
Benim	5	3	11
Camarões	7	6	0
Costa do Marfim	1	1	3
Gabão	0	1	2
Gana	10	3	9
Guiné	3	2	5
Guiné Equatorial	0	2	3
Libéria	0	2	2
Nigéria	48	35	35
Rep. Dem. de São Tomé e Príncipe	0	1	2
Serra Leoa	0	1	0
Togo	1	3	3
Congo	6	3	3
Rep. Democrática do Congo	1	1	0
Angola	0	0	6
Total	82	66	84
TOTAL	103	82	101

A forma de atuação dos piratas na África Ocidental diferencia-se muito da que ocorre no corno de África onde essencialmente os piratas, com apoio das instituições informais locais capturam navios e tripulação e solicitam um resgate. No Golfo da Guiné, atuam com apoio de diversas instituições e seus funcionários, de forma a obterem localização dos navios, horários, tipo de carga e mesmo, no momento decisivo “fecharem os olhos” e deixarem o navio e tripulação assaltado à sua sorte. Aqui, a carga dos navios, por norma, é roubada e transferida para outros navios, sendo posteriormente armazenada e colocada no mercado internacional, situação que induz a complexidade da operação bem como dos apoios e corrupção das instituições e autoridades locais.

Ultimamente os piratas têm raptado tripulantes de navios mercantes para depois exigirem resgates avultados para os libertar. Em 2020 pelo menos 2 navios de bandeira portuguesa foram atacados e raptados vários tripulantes.

O *Portuguese Navy Shipping Centre* (PNSC) contabilizou 157 ataques em 2019 na região do Golfo da Guiné entre pirataria e AMACN.

Por outro lado, não existem capacidades para impor a lei no mar, nessas áreas.

Alguns países estão no processo de adquirirem navios patrulha e certamente outros se vão seguir nos próximos anos. A tecnologia vai também ajudar a aumentar a vigilância da costa.

A política adotada pela comunidade internacional foi de apoio – *training and capacity building* – em vez de se montarem operações navais locais, já que não existe legitimidade para o fazer porque os Estados da área não abdicam do direito de serem eles próprios a assegurar a vigilância e o controlo das águas sob soberania ou jurisdição nacional. Têm sido feitos alguns exercícios, tais como o OBANGAME EXPRESS e a operação CORYMBE.

h) Ataques cibernéticos no ambiente marítimo

Os ataques cibernéticos a sistemas de informação usados no âmbito marítimo podem ter origem em organizações criminosas, ou terroristas, ou em indivíduos motivados por razões fúteis. A Agência Europeia das Redes e da Informação (ENISA) tem elaborado documentação sobre o assunto, alertando para a falta de consciencialização para o problema e para a necessidade de se adotarem medidas de cibersegurança. Existe um número muito elevado de sistemas, usados por uma miríade de atores nacionais e internacionais, o que torna muito difícil uma abordagem integrada. Os sistemas de controlo, de posicionamento, de comunicação e outros ligados à navegação e às operações portuárias podem ser afetados, com consequências graves.

À medida que a internet se expande em África nota-se um aumento de ataques cibernéticos.

Em 2016 os criminosos fizeram um ataque muito complexo tendo como alvos 10 organizações de 3 países ao longo de mais de um ano. Atacaram bancos, companhias de seguros, governos e outras empresas.

As vigarices com emails levaram a perdas de mais de 2 milhões de dólares em 2016. Nigéria, Quênia, Tanzânia, Gana e Uganda forma os mais atingidos pelo cibercrime.

Os resgates pedidos para restabelecimento de sistemas é um dos crimes usuais dos quais não se sabe muito, face à relutância das empresas em revelarem a extensão dos ataques.

Os crimes praticados internamente são bastante mais frequentes que os de natureza externa. Quer dizer que a ameaça não será transnacional muitas vezes.

Existem problemas com o valor dos sistemas de segurança em função do seu custo e da falta de regulação. Por outro lado, a falta de formação das autoridades policiais e judiciárias para combater este tipo de crime constitui uma dificuldade acrescida.

É possível que estes ataques se possam virar para o ambiente marítimo. É quase certo que tal hipótese se venha a verificar.

A título de exemplo, referem-se dois casos conhecidos e cujas consequências são óbvias:

Em 2017 a empresa dinamarquesa MAERSK sofreu um ciberataque aos seus sistemas que lhe provocou um prejuízo de centenas de milhões de dólares. Houve necessidade de reinstalar 45.000 estações de trabalho e alguns milhares de servidores em todo o mundo.

Em 2019, foi detetada uma mistificação do sinal de GPS em várias zonas costeiras da China.

6. OS INTERVENIENTES MAIS IMPORTANTES

a) UE e a segurança marítima

Para a UE a segurança marítima significa:

O estado do domínio marítimo no qual as leis internacionais e nacionais são respeitadas, a liberdade de navegação garantida, os cidadãos da UE, as infraestruturas marítimas e os recursos são protegidos e os interesses marítimos da UE são salvaguardados. (Conselho da UE 2014)

Constata-se que a atenção dedicada aos assuntos da segurança marítima é bastante recente, tendo surgido na última década. Atualmente, a UE tem um papel importante na coordenação da prevenção de acidentes e de atividades ilícitas e na promoção do Conhecimento Situacional Marítimo que interessa aos países membros. Constitui ainda um polo de difusão de informação que contribui para a manutenção da normalidade da circulação marítima e que se torna relevante no quadro das ameaças conscientes à segurança.

No quadro da implementação de uma vigilância marítima integrada existe o projeto CISE (*Common Information Sharing Environment*) que pretende melhorar e promover a partilha de informações entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima dos Estados-Membros. O sistema beneficia das informações obtidas pelas autoridades, tanto civis como militares, embora provavelmente nem todas as informações sejam facultadas ao sistema. Neste momento ainda não está operacional.

O projeto EUCISE 2020, desenvolvido até 2019, foi o projeto pré-operacional que testou o conceito do CISE Marítimo em larga escala.

A Estratégia de Segurança Marítima da UE (2014 e revista em 2018) cobre o domínio marítimo global para salvaguardar os interesses marítimos próximos e distantes. Procura identificar interesses, ameaças, riscos e as consequentes respostas, sem afetar as competências próprias dos Estados-Membros.

Os principais objetivos são: proteger os interesses europeus contra os riscos e as ameaças no domínio marítimo, estabelecer objetivos políticos, princípios e áreas de apoio comuns e criar um entendimento comum ao nível da União Europeia - Estados-Membros e Instituições Europeias - sobre os interesses europeus no domínio marítimo, bem como sobre os riscos e ameaças que enfrentam, de forma a permitir uma resposta coerente e integrada a esses desafios.

Apela também à melhor coordenação entre todos os intervenientes civis e militares, em atuação autónoma ou em parceria.

Estratégia marítima para a região atlântica (2011) e o respetivo plano de ação (aprovado pela Comissão Europeia, em 13 de maio de 2013) incide especialmente no desenvolvimento sustentável.

Em 2014 a UE adotou uma estratégia para o Golfo da Guiné com quatro objetivos principais: construir um entendimento comum da escala da ameaça no Golfo da Guiné e da necessidade de lhe dar resposta; ajudar os governos regionais a criar as instituições e capacidades necessárias para garantir a segurança e o Estado de direito; apoiar o desenvolvimento de

economias prósperas nos países costeiros; reforçar as estruturas de cooperação entre os países da região para assegurar uma ação transfronteiriça eficaz, tanto em terra como no mar.

A estratégia reconhece também a necessidade de proteger as populações na região do Golfo da Guiné e os cidadãos europeus das ameaças provenientes da região, incluindo a pirataria, o terrorismo e o tráfico de pessoas, drogas e armas. Abrange uma extensão de 6.000 km de costa desde o Senegal até Angola, incluindo as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

A União Europeia fundou a Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM)¹⁰, sediada em Lisboa, que tem desempenhado um papel relevante, particularmente na área da *safety*. Visa especialmente a redução de acidentes marítimos e a poluição marinha, embora também colabore na disseminação da informação sobre movimentos de navios. Registe-se a implementação e a gestão pela AESM da *Safeseanet*, que é um sistema de monitorização de tráfego marítimo e, em especial, do transporte de cargas perigosas e também da *Cleanseanet*, uma rede de vigilância por satélite, que permite a deteção de poluição por hidrocarbonetos e contribui para a identificação dos navios poluidores. A AESM tem também navios fretados, a operar em diversos pontos da costa para prestarem auxílio em caso de acidente de poluição no mar.

Adicionalmente foi criada em 2004 a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX) para coordenar a cooperação operacional entre os Estados-Membros no domínio da gestão das fronteiras externas, realizar análises de risco, acompanhar a evolução da investigação relevante em matéria de vigilância e controlo das fronteiras externas e facultar o apoio necessário no âmbito da organização de operações de regresso de imigrantes ilegais.

Em 2016, a Agência foi alargada e melhorada e passou a designar-se Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira¹¹, alargando as suas funções de controlo da migração à gestão das fronteiras e assumindo uma responsabilidade crescente no combate à criminalidade transfronteiriça.

A FRONTEX é uma agência operacional, contando com mais de 1500 funcionários dos Estados-Membros destacados em permanência por toda a UE. A fim de reforçar a sua capacidade de acompanhamento de circunstâncias novas e sujeitas a uma rápida evolução, o centro de situação da FRONTEX, que é responsável pela vigilância das fronteiras externas, funciona agora 24 horas por dia, sete dias por semana. Quando coordena uma operação conjunta, apoia-se nas guardas de fronteira, nos navios, nas aeronaves e noutros recursos fornecidos pelos países da UE. Está previsto um crescimento gradual até 10.000 agentes em 2027 em que 3.000 serão funcionários da agência e os restantes manterão o vínculo ao Estado de origem.

A Política Marítima Integrada da UE valoriza a vigilância marítima e preconiza a implementação gradual de uma rede integrada dos sistemas de localização de navios. No quadro

¹⁰ <http://www.emsa.europa.eu/>.

¹¹ Mantendo o nome abreviado de FRONTEX, com a mesma personalidade jurídica.

dos projetos PESCO atrás referidos, encontramos um projeto sobre vigilância e proteção marítima e portuária, no qual Portugal participa.

As intervenções da UE no exterior demonstram a preocupação com a normalidade do tráfego marítimo internacional.

O caso da pirataria no Corno de África é bem significativo, já que obrigou à constituição de uma força naval própria (EUNAVFOR) para defender os interesses europeus. A Operação ATALANTA é uma missão desempenhada pela única força naval da UE constituída até hoje, cuja formação data de 2008 e vai estar nas águas da Somália pelo menos até 31DEZ2022. A NATO já se retirou há alguns anos da região da Somália.

Merece ainda referência o programa de apoio ministrando, para o efeito, formação às guardas costeiras e estabelecendo uma rede de partilha de informações entre as autoridades de sete Estados costeiros da África Ocidental: Benim, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Togo (e também com as organizações regionais locais).

A EU tem dinamizado muito especialmente a gestão sustentável dos oceanos e o reforço da investigação e dos dados sobre os oceanos à escala internacional, bem como a criação das condições para uma economia azul sustentável.

Existe um projeto piloto designado por “Presenças Marítimas Coordenadas” recentemente aprovado (janeiro 2021) pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE que servirá para assegurar uma presença marítima constante nas áreas consideradas pelo Conselho como áreas marítimas de interesse. Será inicialmente lançado no Golfo da Guiné e procurará responder aos crescentes desafios securitários na região. Conta com respostas positivas da Dinamarca, Espanha, França e Portugal. A Dinamarca terá uma fragata de novembro de 2021 a março de 2022. Dependendo dos resultados, o projeto poderá depois ser adotado em outras áreas de interesse da UE.

Existe desde 2017 um acordo tripartido entre a *European Fisheries Control Agency* (EFCA), a *European Maritime Security Agency* (EMSA) e a FRONTEX

para definir formas de cooperação, no sentido de apoiar as autoridades nacionais a exercer as suas funções de guarda costeira aos níveis nacional, da União e internacional.

Entre outras, as formas de cooperação abrangem a troca de informação operacional, vigilância, serviços comunicações, planeamento de operações com partilha de meios e treino e trocas de pessoal.

b) União Africana

A União Africana (UA) adotou uma Estratégia Marítima Integrada Africana 2050 (Estratégia-AIM 2050) que pretende consciencializar a sociedade africana para o enorme potencial que o domínio marítimo africano (leste e oeste) tem para criação de riqueza e valoriza, conseqüentemente, a segurança marítima. É necessário que os Estados-Membros da União Africana tenham vontade política para implementar esta estratégia bem como o Plano de Ação que está subjacente à estratégia. Este Plano tem em vista a convergência de uma

grande quantidade de organismos, estruturas e Estados na proteção dos recursos hídricos e os mares do continente africano.

Entre os objetivos da citada estratégia, podem destacar-se alguns que dizem respeito à segurança marítima:

- Garantia da segurança e proteção dos sistemas de transporte marítimo;
- Minimização dos danos ambientais e aceleração da recuperação (resposta), após acontecimentos catastróficos;
- Prevenção dos atos hostis e criminais no mar e incremento da coordenação/harmonização dos procedimentos judiciais contra infratores;
- Proteção das populações, incluindo o património, bens e infraestruturas do domínio marítimo africano, provocados pela poluição marítima e descarga de resíduos tóxicos e nucleares;

Em consequência forem criados:

- O Centro de Coordenação Regional para a Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) em Ponta Negra (República do Congo), que tinha sido um local conhecido por assaltos à mão armada a navios.
 - O Centro Regional de Coordenação de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO) em Abidjan (Costa do Marfim).
 - Centros de Coordenação Multinacional (CMC) localizados em Cotonu (zona E) em Duala (zona D). Luanda vai acolher o CMC da zona A e a cidade da Praia o CMC da zona G.
- Todavia, o nível de proficiência destas organizações não parece ser muito elevado.

c) EUA

Os EUA foram o primeiro país a definir uma estratégia nacional de segurança marítima (2005) - *The National Strategy for Maritime Security*, em parte refletida na *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*.

Os principais objetivos desta estratégia são:

- Impedir ataques terroristas e atos criminosos ou hostis;
- Proteger os centros populacionais relacionados com o ambiente marítimo e infraestruturas críticas;
- Salvaguardar o oceano e aos seus recursos.

As ações estratégicas consequentes são:

- Aumentar a cooperação internacional;
- Maximizar o *domain awareness*;
- Inserir a cultura de segurança nas práticas comerciais;
- Integrar as capacidades governamentais e os interesses comerciais;
- Assegurar a regularidade do transporte marítimo.

Existe uma preocupação muito grande com terrorismo e proliferação de ADM. Apela à cooperação internacional.

Preconiza que o controlo do mar em plena era da globalização, será central, se não mesmo crucial, na manutenção da liderança do sistema internacional.

Para que esse controlo seja efetivo e de acordo com as estimativas efetuadas seria necessário edificar uma Marinha de 1000 navios. Resulta daqui que os EUA perceberam que não a podendo edificar sozinhos e face à situação atual, teriam que enveredar por uma estratégia cooperativa, embora liderada pelos EUA como maior contribuinte líquido desta. Assim, este raciocínio foi também importante para “*A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*”.

No que respeita à segurança marítima esta estratégia inclui alguns dos elementos a seguir descritos.

Para combater o terrorismo, o tráfico ilícito, a pirataria e as ameaças à liberdade de navegação no domínio marítimo:

- Aumentaremos as nossas capacidades de deteção marítima integrada, monitorização e informação, juntamente com as dos nossos aliados e parceiros, visando aumentar o conhecimento mundial sobre o domínio marítimo. Isto implica a exploração dos requisitos de notificação mais restritos do Sistema Automatizado de Identificação para embarcações com deslocamento inferior às 300 toneladas atualmente exigidas, assim como a aplicação de tecnologias inovadoras que reforçam a eficácia contra as ameaças que utilizam pequenas embarcações.
- Consolidaremos o Programa Internacional de Segurança Portuária para garantir ainda mais a integridade e legitimidade de navios comerciais e de carga a transitar nas nossas costas.
- Reforçaremos a nossa interoperabilidade e capacidade para levar a cabo visitas a bordo, tendo em vista a busca e apreensão de substâncias ilegais.
- Aumentaremos a interoperabilidade entre os navios, aeronaves e instalações em terra da Marinha e da Guarda Costeira, em conformidade com a Política Nacional, para maximizar as capacidades de controlo marítimo e segurança marítima.
- Apoiaremos os nossos aliados e parceiros por meio de treino, exercícios e cedência de meios, através de vendas e financiamento militar, com o fim de aumentar a sua capacidade para fazer face aos desafios de segurança marítima.

Assim, conceitos como “segurança cooperativa”, fundamentalmente de carácter multinacional, vêm sendo incentivados pelos Estados Unidos, há alguns anos, como forma de complementar as necessidades relacionadas com a segurança marítima e reduzir os custos de manutenção da segurança global, ao compartilhá-los com atores regionais.

Nessa conjuntura, interessa aos Estados Unidos a manutenção da estabilidade e da segurança no Atlântico Sul, a serem primariamente mantidas pelos Estados da região, desde que assegurada a liberdade de navegação que permita a atuação do poder naval daquele país quando necessário.

O AFRICOM dedica-se a exercer alguma influência na área do Atlântico Sul para melhorar as respostas dos diversos países africanos com reduzidos meios navais.

A “*African Partnership Station*”, essencialmente no Golfo da Guiné, providencia formação e treino e organiza conferências com a UA e outras organizações regionais.

d) NATO

A NATO, em termos operacionais, não se preocupa grandemente com a segurança marítima no Atlântico, embora tenha assumido as chamadas *Maritime Security Operations*. Porém, não se realizaram operações desta natureza no Atlântico.

Assume alguma cooperação com a União Europeia e pouco mais.

e) França

A França exerce uma grande influência na África francófona. Tem acordos de cooperação e presença naval e uma estratégia própria de segurança marítima. Organiza há anos a operação CORYMBE com vários Estados locais e outros convidados (Portugal já participou).

f) Reino Unido

O Reino Unido tem uma estratégia de segurança marítima própria para assegurar o comércio marítimo vital para os britânicos. A *UK National Strategy for Maritime Security* (2014) – tem vários objetivos importantes, tais como a segurança da navegação no plano internacional e garantir a segurança do transporte marítimo com interesse para o Reino Unido.

Exerce uma grande influência política nas ex-colónias. No essencial, faz formação técnico-naval e não esquece a presença naval.

g) China

A nova rota da seda ou a “*Belt and Road Initiative*” é uma espécie de estratégia lançada em 2013 pelo Presidente XI Jinping para acelerar o crescimento económico através de uma extensa rede de infraestruturas de apoio que poderão envolver várias dezenas de países. Haverá certamente uma grande influência nas economias dos países hospedeiros. Corresponde a uma estratégia típica das grandes potências.

A China tem todo o interesse em que haja segurança nas rotas marítimas internacionais, já que exporta para praticamente todo o mundo e em especial para a Europa e os EUA.

A pirataria, especialmente no Golfo da Guiné, preocupa o governo chinês, face ao número de navios mercantes de bandeira chinesa. A China apoia vários países africanos com meios navais oferecidos ou vendidos, ao nível de Lanchas de Fiscalização. Investe também em infraestruturas portuárias.

h) Espanha

Tem uma Estratégia de Segurança Marítima Nacional (2013) que refere brevemente a cooperação internacional.

A América Latina e a África têm grande importância estratégica para a Espanha, no quadro da segurança cooperativa.

i) Rússia

Não parece muito envolvida em termos de cooperação no Atlântico, mas tem interesse na região a nível estratégico.

África do Sul, Argentina e outros

Com fraca relevância exceto nas suas próprias zonas costeiras.

j) Brasil

O Brasil tem uma Marinha capaz de manter a segurança nos seus espaços marítimos com bastante eficácia.

Em termos de cooperação técnico-militar existe um acordo de cooperação de há muitos anos com a Namíbia, país que tem no Brasil o principal fornecedor de material e de treino da sua Marinha de guerra. Seguiram-se uma série de parcerias estabelecidas com países africanos nessas áreas. Outros acordos de foram assinados com Cabo Verde, África do Sul, Guiné-Bissau, Moçambique, Nigéria, Senegal, Angola e Guiné Equatorial, além de exercícios militares conjuntos com Benin, São Tomé e Príncipe e Maurítânia, sem contar os com países já citados. Existem também missões navais brasileiras (Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

A Escola Naval do Brasil tem sido frequentada por alunos da Namíbia, Senegal, Nigéria, Moçambique, Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, entre outros.

k) Portugal

Tem uma organização complexa, mas consegue garantir a segurança marítima na sua zona. Nos seus espaços marítimos as ameaças mais prementes e contínuas são:

- Pesca ilegal;
- Tráficos (drogas e pessoas);
- Poluição marinha.

Contudo, merecem especial ponderação:

- O terrorismo marítimo, nas suas várias formas;
- A segurança cibernética dos sistemas de controlo ligados às atividades marítimas;
- A imigração ilegal pela via marítima.

No âmbito do COMAR funciona o *Portuguese Navy Shipping Centre* que monitoriza um conjunto alargado de ameaças, incluindo a pirataria e AMACN¹².

¹² Ataques à Mão Armada Contra Navios

O DL n.º 159/2019, de 24 de outubro, aprova o regime jurídico da segurança privada a bordo de navios de pavilhão nacional e a Portaria n.º 248/2020, de 20 de outubro estabelece o valor das taxas a cobrar pela aprovação do plano de segurança de transporte, pela prestação de serviços de escolta e certificação do registo de armas e munições embarcadas e desembarcadas.

Curiosamente, Portugal não tem ainda uma estratégia nacional de segurança marítima, tal como existe noutros países de referência, embora seja reclamada por muitos observadores. A reformulação da Estratégia Nacional para o Mar prevê a elaboração de uma estratégia nacional de segurança marítima, o que deve ser aplaudido.

A Cooperação Técnico-Militar com países africanos de língua portuguesa tem já uma grande tradição. A formação é muito acentuada e, em certos casos, tem havido o fornecimento de alguns meios importantes. Em S. Tomé e Príncipe está o Patrulha Costeiro “Zaire” há mais de três anos e julga-se que ficará a pertencer à Marinha daquele país, após mais algum tempo de permanência e formação da respetiva guarnição.

Em 26 de março 2021, foi assinado um acordo entre Portugal e Cabo Verde no sentido de promover a assistência mútua nas operações de busca e salvamento e de desenvolver ações no domínio da segurança marítima, nomeadamente através da presença de meios navais e aéreos, fiscalização conjunta e troca de informações entre os centros com responsabilidade de monitorização e de operações, além do regular ensino e formação militar de alunos Cabo-Verdianos.

Todas estas ações são favoráveis à imagem de país interessado na segurança marítima do Atlântico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

a) Defesa do Atlântico

O Atlântico é palco de disputas não muito visíveis, mas que podem vir a transformar-se em crises com intervenção do poder naval. A presença de submarinos russos no Atlântico Norte terá tendência a aumentar, salvo haja algum tipo de entendimento que parece remoto.

A China poderá ter interesse em manter uma presença submarina no Atlântico, pelo menos, para se afirmar como poder global, num período temporal ainda não definido.

A resposta da NATO implica mais investimento em capacidades anti-submarinas e, muito importante, a realização de exercícios combinados aero-navais. Sem estes, não há resultados mensuráveis.

A União Europeia deveria prestar maior atenção à defesa e segurança do Atlântico, eventualmente através de um plano estruturado de colaboração com a NATO.

Ao que parece os EUA estarão a modernizar os sistemas fixos de deteção de submarinos existentes em vários locais, nomeadamente do GIUK gap.

Segurança no Atlântico

Quanto à segurança, o bom funcionamento do sistema marítimo mundial, depende da segurança no Atlântico, por onde passa grande parte do tráfego marítimo.

Todos os países parecem estar interessados que assim seja, mas as perturbações podem vir de atores que não são Estados. Se a segurança for significativamente afetada haverá intervenções musculadas. Essa probabilidade é muito maior a Sul, com destaque para o Golfo da Guiné.

A cooperação internacional poderá prevenir tal situação.

Por outro lado, a segurança no mar é inseparável da economia do mar, garantindo a confiança para que a exploração do mar e a proteção dos recursos seja uma realidade e confira resistência face aos fatores de perturbação do sistema.

As atuais ameaças transnacionais em África constituem um enorme desafio para o futuro próximo e a médio prazo.

Para combater estas ameaças torna-se necessário um grande empenhamento e colaboração entre os Estados da União Africana, as organizações regionais e o apoio das Nações Unidas e outras organizações internacionais, bem como dos países do ocidente e da União Europeia.

Indispensável uma coordenação de esforços entre Estados e regiões vizinhas, com planos de ação exequíveis.

Finalmente, verifica-se que os conflitos em África envolvem quase sempre um ou mais Estados e um grupo étnico, religioso, terrorista ou associado a outra qualquer forma de crime organizado. Enquanto estes problemas não forem resolvidos não será possível a necessária estabilidade, com reflexos no ambiente marítimo.

b) Portugal

O Atlântico foi a janela de liberdade que engrandeceu Portugal, mas também foi e será uma fonte de preocupações importante. A revalorização estratégica do Atlântico é do interesse de Portugal.

É necessário um planeamento estratégico próprio para a segurança no mar, a par do planeamento de defesa já existente, como forma de contribuir para se encontrar a maior eficiência e eficácia no rumo para os objetivos marítimos do país.

Portugal deve impor-se nos *fora* internacionais como um grande país marítimo e não como um pequeno país continental, gerindo dessa forma no plano externo os diferentes interesses que possui no domínio marítimo, especialmente no seio da União Europeia e da NATO.

Bibliografia:

- Borges, João Vieira, Rodrigues, Teresa Ferreira (Coord.). 2016. *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Cajarabille, Victor Lopo, Ribeiro, António Silva, Marques, António Gameiro, Monteiro, Nuno Sardinha (Coord). 2012. *A Segurança no Mar. Uma visão holística*. Aveiro: Mare Liberum.
- Cajarabille, Victor Lopo, 2016. As responsabilidades do Estado no mar, in *Estratégia* Vol. XXV, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa, 2016
- Carvalho, Virgílio de, A importância do poder naval em tempo de paz, Nação e Defesa, Ano IV, n.º12, outubro-dezembro de 1979.
- Collier, Paul. 2015. "Security Threats Facing Africa and its Capacity to Respond". PRISM Volume 5, nº 2 National Defense University. The Journal of Complex Operations. p. 31-41.
- Correia, A., 2010. *O Mar no século XXI. Contributos para uma análise estratégica aos desafios marítimos nacionais*. Aveiro, FEDRAVE.
- Figueiredo, Eurico de Lima e Monteiro, Álvaro Augusto Dias, O papel do Brasil na segurança marítima do Atlântico Sul, Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.21, n.º1, p.25-62, jul/dez, 2015.
- Garcia, Proença. 2006. "Ameaças Transnacionais e segurança do Estado. Subsídios para o seu Estudo". Negócios Estrangeiros 9.1 março. 339-373.
- Garcia, Francisco M.G.P. Proença. 2017. O espaço do atlântico e os principais desafios à segurança, Revista de Ciências Militares, Vol. V, N.º 2, novembro 2017.
- Guedes, A. M. (2016). Liaisons Dangereuses: Reading and Riding the Winds of Security Risks in the South Atlantic. Em D. Hamilton, "Dark Networks" in the Atlantic Basin (p. 205-235).
- Loy, Jennifer "Russia in the Arctic: Friend or Foe?", *Geopolitical Monitor*, 19 April 2018.
- Maritime security cooperation in the Gulf of Guinea: prospects and challenges. Kamal-Deen Ali (University of Wollongong) 2014.
- Ministry of Defence (MOD UK). 2016. Strategic Trends Programme. Regional Survey – Africa out to 2045.
- Mongiardim, Regina. 2004. *Considerações Sobre o Fenómeno do Terrorismo*. In, *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso*, 411-428. Lisboa: Editora Prefácio.
- Moreira, Adriano (coord). 2004. *Terrorismo*. Coimbra: Almedina.
- Política Naval - Marinha do Brasil (PNMB), promulgado pelo Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior em abril de 2019.
- Rodrigues, Alexandre Reis, Segurança Marítima, Anais do Clube Militar Naval janeiro-junho 2018.
- The Fourth Battle of the Atlantic, By Vice Admiral James Foggo III, U.S. Navy, and Alarik Fritz June 2016 Proceedings Vol. 142/6/1,360.

União Africana. 2012. Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (Estratégia AIM 2050).

United Nations Office of Drug and Crime (UNODC). 2013. Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment.

United Nations Office of Drug and Crime (UNODC). 2013. Transnational Organized Crime in Eastern Africa: A Threat Assessment.

Wiemar, Fernando Eduardo Stuard 2012, A concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil, Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.18, n. 2, p.189-206, jul/dez.

1ª SESSÃO CONJUNTA COM A FUNDAÇÃO OCEANO AZUL

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 13 de maio

Senhor Diretor da Comissão Executiva da Fundação Oceano Azul, Senhores Académicos da Academia de Marinha, Senhores convidados, a todos os presentes dirijo as minhas saudações.

Tendo a Academia de Marinha desenvolvido ao longo dos anos uma teia de protocolos e sessões conjuntas com as outras academias nacionais e instituições culturais congéneres, era sem dúvida uma falha não manter um relacionamento mais próximo com uma Fundação que tem por objetivo último ser um parceiro de referência na sustentabilidade do oceano.

A oportunidade surgiu a partir da boa vontade e altruísmo do Dr. José Soares dos Santos, Presidente do Concelho de Curadores e do Concelho de Administração da Fundação e também do Dr. Tiago Pitta e Cunha, Vogal do Conselho de Administração e Diretor da sua Comissão Executiva, que aceitaram apoiar a edição anual das Memórias da Academia, considerando que constituem um relevante património de trabalhos sobre o mar cuja publicação, nunca interrompida desde 1969, merece ser continuada e garantida.

Manifestaram os referidos responsáveis pela Fundação que esta primeira sessão conjunta constituísse uma homenagem ao Almirante Nuno Vieira Matias, que nos deixou há exatamente onze meses e que integrou o seu Conselho de Curadores desde o início e até à sua morte. Sendo este Conselho responsável pelo plano estratégico da Fundação e constituído por especialistas do oceano que se distinguiram pelo seu trabalho na conservação do mesmo, bem como por académicos de renome internacional, o convite para integrar este Conselho é bem revelador da consideração e estima que sobre o Almirante recaía.

O Almirante Nuno Vieira Matias era um dos “teimosos pela causa do mar”, como ele próprio se classificava, tendo bem consciência de que eram poucos, mas que acreditavam e não desistiam de lutar. E assim foi quando integrou a Comissão Estratégica dos Oceanos criada nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº81/2003, nos estudos para o Hypercluster da Economia do Mar elaborado pela Saer e coordenado pelo Professor Ernâni Lopes em 2009, também quando coordenou com outros notáveis a edição, pela Academia das Ciências de Lisboa, das Políticas Públicas do Mar – para um novo conceito estratégico nacional, em 2010. E a sua luta pela “causa do Mar” foi constante durante os sete anos em que presidiu à Academia de Marinha, de 2009 a 2015.

Foi de novo como curador desta Fundação que se manteve fiel a esta causa, ajudando continuamente a luta pela “causa dos oceanos”, consciente de que são uma componente essencial da biosfera. A importância que atribuía aos oceanos levava-o, naturalmente, a

defender a sua preservação. Entendia que era necessário alterar o comportamento humano e que para tal era necessário conquistar os meios de comunicação social para a causa. Considerava que a luta contra a poluição dos oceanos por descargas de poluentes de origem fóssil, combustíveis ou plásticos, representava uma dimensão e um impacte social comparável a uma Guerra Mundial.

Dos três eixos de ação que norteiam o trabalho da Fundação – literacia, conservação e capacitação, sempre elegeu a conservação como aquele que iria requerer mais energia e empenho. Daí considerar primordial que se incentivasse ou promovesse a observação e a vigilância do Oceano, bem como que a Fundação estendesse os seus projetos a outros Países de Língua Oficial Portuguesa, cobrindo assim uma maior área dos Oceanos.

O Almirante acreditava, não fosse ele um crente, que seria possível e fundamental melhorar a ligação de Portugal com o mar, e aqui entra a Literacia, da população em geral e dos políticos em particular. Durante os cinco anos em que exerceu o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada tudo fez para mostrar que a Marinha tinha uma visão holística sobre a importância do Mar e dos Oceanos – na defesa, na segurança, na ciência, na cultura, nas missões de serviço público, mas que podia fazer muito mais, pois tinha a experiência histórica e o saber estar no mar.

Considerando a Academia de Marinha a justeza desta homenagem e tendo de imediato aceiteado a ideia associando-se a ela, entendi que a melhor forma de o fazer seria fazer-se representar na área da ciência e investigação, tendo o seu membro, Contra-Almirante Carlos Ventura Soares, Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico, não só aceite o repto como fazendo questão de ser o próprio a assumir esta representação com o trabalho que acabaram de escutar, intitulado “Perspetivas sobre o desenvolvimento do conhecimento científico do Oceano para a década 2021-2030”. Aqui fica o meu agradecimento público.

E chegados ao fim, não posso terminar sem uma palavra de agradecimento e incentivo ao Dr. Tiago Pitta e Cunha, paladino defensor de uma ética azul para os Oceanos, da criação de novas áreas protegidas, com respeito permanente pelo ecossistema marinho por contraponto de uma visão antropocêntrica, egoísta ou utilitarista do mar. Completados quatro anos da fundação que dirige, resta-me desejar-lhe boa sorte. Bem-haja pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 13 de Maio de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

RECORDAR BARTOLOMEU DIAS – A “AGUADA DE SÃO BRÁS” NA ATUAL DIAZ BAY

Comunicação apresentada pelo Académico
Miguel Corrêa Monteiro, em 18 de maio

Em 1987 tivemos a honra de receber das mãos do Senhor Presidente da Academia Portuguesa da História, Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão e então primeiro Comissário da Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, o 1º prémio do concurso escolar promovido pela Comissão para comemorar os quinhentos anos da viagem de Bartolomeu Dias.

O significado do prémio, foi salientado pela própria Comissão Nacional ao afirmar que a viagem de Bartolomeu Dias tinha aberto «as portas da Índia» segundo a expressão de Fontoura da Costa, aos navios de Portugal em 1488, e foi um acontecimento que realçou a primazia dos portugueses na descoberta do Mundo, e que evidenciou o carácter científico, a cuidadosa preparação, a definição firme de objetivos e a forma coesa, arrojada e metódica que caracterizou esse projeto nacional ímpar, que foram os Descobrimentos.

O 500º aniversário dessa histórica viagem constituiu uma efeméride relevante destinada igualmente a motivar a participação empenhada da juventude afim de fundamentalmente nela reavivar o orgulho de ser Português e dela tirar lições para o futuro. Contudo, essa participação e os ensinamentos que dela puderam ser extraídos, só poderão constituir um sucesso estimulante para as gerações futuras, se estas forem encorajadas ao amor pelo estudo da História de Portugal, e à defesa do seu ensino nas Escolas.

Recebemos a notícia da atribuição do prémio em fevereiro de 1987, pouco depois de termos entrado por concurso público para o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em consequência daquele facto viajámos para a República da África do Sul a fim de assistirmos à chegada da caravela «Bartolomeu Dias» a Mossel Bay (a Angra de São Brás, que mudou o nome que ostenta atualmente, Diaz Bay, em homenagem ao nosso navegador), integrada no programa dos festejos «Dias 88» que decorreram na cidade do mesmo nome, de 29 de janeiro a 6 de fevereiro de 1987.

*

A decisão de enviar nova frota para procurar a ligação do Atlântico com o Índico, a que D. João II havia de tomar imediatamente depois de ter reconhecido que as duas tentativas de Diogo Cão se concluíram por desilusões, mostra que o rei estava absolutamente convencido de que as duas grandes massas oceânicas se comunicavam. Em todo o caso, é de presumir que o Príncipe Perfeito não esperasse, com a iniciativa então

tomada, para dar seguimento a projetos antigos, que os seus enviados por muito longe que lograssem ir, chegassem até ao Oriente. Com efeito, se tal não estivesse na sua ideia, não teria decerto enviado por terra, quase simultaneamente, Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, e este com a missão expressa de obter informações pormenorizadas sobre os centros indostânicos onde comerciavam as especiarias, tarefa que ele desempenhou de modo satisfatório.

Para pôr em prática a nova tentativa de alcançar aquele objetivo, em que se empenhara a fundo desde o início da década de 1480, o monarca mandou aparelhar uma armada de três caravelas, mas a história só registou o nome de uma, a “São Pantaleão”; esta veio a ser capitaneada por João Infante, e as duas outras tiveram por capitães Bartolomeu Dias, que era igualmente responsável pelo êxito da expedição, e o irmão deste último, Diogo Dias, que o havia de acompanhar como capitão de um navio, integrado na viagem de Pedro Álvares Cabral, e veio a ser o primeiro português a chegar por via marítima à entrada do mar Vermelho.

A navegação destas três caravelas seria entregue a pilotos escolhidos entre os mais práticos e famosos daquele tempo, ou seja, Álvaro Martins, João Santiago e Pêro de Alenquer. É de salientar que pelo menos João Santiago conhecia bem os mares para onde a armada se dirigia, pois fora um dos companheiros de Diogo Cão em uma ou nas duas viagens que este fez, aparecendo o seu nome escrito na célebre inscrição de Ielala.

*

A bibliografia sobre este feito e o marinheiro que a levou a cabo é vasta. Seguiremos aqui a esplêndida síntese de Damião Peres, publicada na sua *História dos Descobrimentos*, bem como outros trabalhos de Gago Coutinho, Luciano Cordeiro, Teixeira da Mota, Armando Cortesão e Luís de Albuquerque.

A incerteza sobre a origem e data de nascimento de Bartolomeu Dias é idêntica a semelhantes dúvidas que existem acerca de outros navegadores. De positivo apenas se sabe que o navegador era escudeiro do rei e que navegou com Diogo de Azambuja até São Jorge da Mina. Com a subida ao trono de João II de Portugal (1481-1495), teve início a construção de uma nova feitoria, destinada a proteger o comércio do ouro que se praticava no litoral. Por conseguinte, talvez a 12 de Dezembro de 1481, ou nos primeiros dias de 1482 (havendo divergência entre as fontes), partiu de Lisboa uma expedição composta por onze navios, sob o comando de Diogo de Azambuja, transportando 600 homens de armas, e uma centena de pedreiros e carpinteiros, juntamente com diversos materiais de construção, nomeadamente pedras de lastro dos navios, pedra lavrada e numerada, assim como gesso e cal.

Na década de 1491-1500, Bartolomeu Dias desempenhou o cargo de recebedor do Armazém da Guiné, tendo encontrado a morte no mar em 1500, quando a embarcação que comandava, integrada na armada de Cabral, foi com mais outras três atingidas por

uma tempestade, quando navegavam em águas do Atlântico Sul. Além disso, sabe-se que viajou para a Mina em 1497, navegando até Cabo Verde juntamente com a armada de Vasco da Gama.

A sua situação de escudeiro contradiz a hipótese proposta por alguns autores de que teria sido um nobre de alta estirpe. Essa ideia surgiu a partir do apelido “de Novais” que lhe é acrescentado numa carta de doação da capitania de Angola a um seu neto, assinada em 1571 pelo rei Dom Sebastião. Mas a data tardia deste diploma deixa dúvidas quanto à razão que levou a esse acréscimo ao nome de um descendente do navegador.

Se o problema da fidalguia do nosso Bartolomeu Dias parece de vez ter sido solucionado pelo facto de estar documentada a sua condição de escudeiro na corte, já, pelo contrário, não pôde até hoje ser feita de modo concludente a distinção entre o navegador e vários homónimos, alguns também ligados a atividades marítimas, que viveram na mesma época.

*

De acordo com as informações de que dispomos, no dia 6 de janeiro de 1488, forte temporal forçara Bartolomeu Dias a afastar-se da costa e a navegar em direção Oeste. Com as suas duas caravelas e uma naveta de mantimentos, lançadas ao mar em agosto de 1486, Bartolomeu voltou a navegar em direção Este, tendo encontrado apenas mar aberto. Foi somente quando se dirigiram para Norte, que descobriram de novo terra firme. Era então o dia 3 de fevereiro de 1488 e Bartolomeu Dias tinha contornado o Cabo sem o ver.

Foi o culminar de um esforço antigo de exploração do litoral africano que começara não muito tempo a seguir à conquista de Ceuta, havendo notícia que o infante D. Henrique ordenou uma viagem de exploração em 1416, esforço que iria ter o justo prémio no grande sucesso obtido por Gil Eanes em 1434, um enorme contributo para a descoberta lenta (de quase sessenta anos), mas segura, do «contorno marítimo da África». A última etapa desta demanda seria protagonizada pela passagem do cabo da Boa Esperança, extremo sul da África, em 1487, por Bartolomeu Dias.

A 8 de dezembro chegou ao *golfo de Santa Maria da Conceição* (a Walvis Bay, na atual Namíbia), já anteriormente cartografado pela expedição de Diogo Cão. Prosseguindo para sul, Bartolomeu iria descobrir a Angra dos Ilhéus, em que teve de suportar um violento temporal que o fez navegar por treze dias à procura de terra. Aproveitou então os ventos vindos da Antártida que sopram no Atlântico Sul, tendo navegado para nordeste, redescobrimo a costa, e a orientação este-oeste e norte do Cabo das Tormentas, a que D. João II chamou da Boa Esperança, de se encontrar o caminho marítimo para a Índia.

Contudo, Bartolomeu Dias só não avançou mais porque a tripulação não aceitou prosseguir, No desejando regressar a Portugal pela linha da costa para oeste. No regresso,

com a costa sempre visível, descobriu o Cabo das Agulhas, o ponto mais a sul do continente, e o Cabo da Boa Esperança, cuja longitude tinha contornado por alto mar na viagem de ida. No regresso colocou padrões de pedra nos principais pontos descobertos: a atual *False Island*, a ponta do Cabo da Boa Esperança, e o Cabo da Volta, chamado hoje Diaz Point. Em dezembro de 1488 estava de novo em Lisboa. Contudo, o seu sucesso não seria recompensado pelo Rei.

As finalidades destas viagens ainda hoje são motivo de alguma controvérsia. Alguns autores defendem que o grande objetivo foi o reconhecimento do litoral africano para se conhecer, de uma vez por todas se a África tinha um fim, e se era possível viajar por mar para a Índia. Para outros, e a hipótese que mais se confirma, o plano oriental só mais tarde iria surgir, no tempo desse rei moderno chamado D. João II, e a sua pragmática e sigilosa política de descobertas marítimas.

Desde a nomeação para liderar a Ordem de Cristo em 1420, até à sua morte ocorrida em 1460, D. Henrique iria ter um papel fundamental nos Descobrimentos, como é referido aliás, pelo cronista Gomes Eanes de Zurara na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Assim, numa primeira fase, a que vulgarmente se chama henriquina, as expedições enviadas à costa africana possibilitaram um reconhecimento do litoral até à serra Leoa. Estas expedições raramente eram constituídas por mais de um ou dois navios, e respondiam diretamente ao infante, tendo havido algumas que foram enviadas pelo rei, bem como por particulares devidamente autorizados para o efeito.

Era costume largarem do Algarve ou do Tejo e tinham por finalidade principal obter o maior número de informações sobre a costa africana desconhecida e plena de mitos. Além das observações de carácter geográfico as expedições procuravam igualmente indagar dos recursos das regiões que exploravam, sobretudo o ouro. Contudo, seria a partir de 1441, que os escravos negros passariam a constituir a principal “mercadoria” que os Portugueses trariam do litoral africano. O combate aos inimigos da fé cristã esteve presente nas expedições que visavam saber mais sobre o mítico reino do Prestes João, ou Etiópia, tendo o infante procurado descobrir uma via marítima que permitisse encontrar esse reino, e celebrar uma aliança.

Na sua maioria as expedições levadas a efeito até 1460, foram levadas a cabo por escudeiros da casa do Infante, tendo sido muito meticulosas e seguindo as recomendações recebidas, pelo que havia preocupação com a recolha de amostras de plantas e de frutos das terras descobertas, bem como de todas as informações possíveis para se dar conta no regresso ao reino.

E se conhecemos os nomes de muitos que tiveram a ventura de regressar, ficamos sem saber quem foram e o número daqueles que nunca voltaram. Contudo, nunca faltaram voluntários para morrer ao serviço do Infante, numa clara demonstração da mentalidade portuguesa da época ainda eivada de fortes raízes medievais.

Uma segunda fase da expansão marroquina, que, entretanto, se limitara à sustentação de Ceuta, iniciou-se com D. Afonso V depois das alterações trazidas pelo desfecho de Alfarrobeira. Assim, o rei de Portugal iria orientar a sua política para a criação de um mítico «Algarve de além-mar» que ficaria como que a fazer parte do reino, apesar da separação imposta pelo mar. E em nome dessa política utópica conquistou em 1458 Alcácer-Ceguer e em 1471 Arzila e Tânger que fora abandonada pelos Mouros em consequência da conquista anterior.

Sob o reinado de D. João II a exploração da costa africana sofreu um novo impulso, havendo alguns autores que defendem que o plano pensado para se tentar atingir a Índia navegando pelo Atlântico Sul, e que esta hipótese nunca teria sido pensada pelo infante D. Henrique. Caberia deste modo ao Príncipe Perfeito a ter decidido enviar uma nova frota destinada a continuar a busca de uma possível ligação do Atlântico com o Índico. Apesar de ter finalmente percebido que Diogo Cão não fora bem-sucedido, como antes se pensara, D. João II continuou determinado no seu projeto, o que é demonstrador da sua crença sobre a passagem do sul da África, apostando igualmente nas informações dos seus enviados por terra ao Oriente, Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã.

Confiante no sucesso dos seus projetos, o Príncipe Perfeito mandou preparar uma nova expedição, liderada por Dias, que capitaneava uma, João Infante, e Diogo Dias, irmão de Bartolomeu, tendo os melhores pilotos da época: Álvaro Martins, João Santiago (que acompanhou Diogo Cão e tem o seu nome escrito em Ielala) e Pêro de Alenquer.¹

A bibliografia sobre o feito de Bartolomeu Dias e o marinheiro que o levou a cabo é muito vasta. É incontornável seguir-se estudos importantes como os realizados por Damião Peres na *História dos Descobrimentos*, bem como trabalhos deixados por Gago Coutinho, Luciano Cordeiro, Teixeira da Mota e Armando Cortesão e Luís de Albuquerque. Aliás, citando este último autor, «A incerteza sobre a origem e data do nascimento de Bartolomeu Dias é idêntica a semelhantes dúvidas que existem acerca de outros navegadores e aventureiros. De positivo apenas se sabe que o navegador era escudeiro do rei; que navegou com Diogo de Azambuja até São Jorge da Mina, e ajudou a tomar a fortaleza; que na década de 1491-1500 desempenhou o cargo de recebedor do Armazém da Guiné; que encontrou a morte no mar em 1500, quando a embarcação que comandava, e ia integrada na armada de Cabral, foi com mais três tragada por uma súbita tempestade, quando navegavam em águas do Atlântico Sul. Além disso, sabe-se que viajou para a Mina em 1497, navegando até Cabo Verde juntamente com a armada de Vasco da Gama».²

¹ Cf. Luís de Albuquerque, “Bartolomeu Dias – A Boa Esperança surge das Tormentas” in *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses (sécs. XV e XVI)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 86.

² Idem, *ibidem*, p. 87.

Sabemos que Bartolomeu Dias foi apenas escudeiro na corte, mas se hoje não existem dúvidas sobre este facto, é muitas vezes difícil distinguir os vários homónimos do navegador, tarefa que se torna ainda mais complexa quando alguns desses estão igualmente relacionados com a atividade marítima e são contemporâneos de Dias, como escreveu Damião Peres e Silva Marques. Refere Luís de Albuquerque que há ainda outros textos com referências a «um Bartolomeu Dias», nomeadamente um alvará de mercê, datado de 21 de junho de 1478.³³

Existe igualmente referência a Bartolomeu Dias em abril de 1499 feita por Álvaro de Caminha, que fora capitão da ilha de São Tomé. Será que se trata do navegador? Sobre a chegada do navegador até o rio do Infante existe a informação fornecida pela carta de *Henricus Martellus Germanus*, datada talvez de 1489, sendo igualmente provável que tenha sido elaborada sobre a carta original, mandada desenhar por Bartolomeu Dias. Alias existe o testemunho de Cristóvão Colombo, em que dá a conhecer que o navegador apresentou tal mapa ao rei, logo após ter regressado a Lisboa, em dezembro de 1488. É uma importante informação que sublinha, não só que a armada tinha regressado ao reino, como a indicação de Bartolomeu Dias ter chegado ao limite sul que almejava.⁴⁴

Curiosamente, a primeira coisa vista pelo descobridor no sul da África foi uma manada de gado pertencente aos Hotentotes que viviam naquela área. Dias chamou ao local Angra de São Brás. Prosseguindo para Leste repararam que a costa infletia cada vez mais para nordeste. Na viagem de regresso avistaram aquele grande e notável Cabo a que Dias chamou das Tormentas mas que seria da Boa Esperança para o rei D. João II. Em dezembro de 1488, as duas caravelas regressaram a Lisboa com a notícia de que tinham estado no Oceano Índico. Agora a «porta» para a Índia estava finalmente aberta!

Dias deixou em terras de África o padrão de São Gregório hoje implantado no átrio da Biblioteca William Cullen, sendo uma das maiores atrações deste estabelecimento de pesquisa documental. A cruz de Bartolomeu Dias atrai muitos visitantes todas as semanas e, certamente, será raro encontrar um monumento nacional nas vizinhanças de uma biblioteca de ensino superior na África do Sul, tão visitado.

Com efeito, fragmentos do padrão erigido pelo navegador português em Kwaaihoek, nos princípios do ano de 1488 estão reconstituídos num monumento que respeita a matriz original e está autenticada com a insígnia da Comissão dos Monumentos Históricos e assinalada com inscrições alusivas nas línguas Portuguesa, Africana e Inglesa. A cruz de Dias foi descoberta em 1938 pelo Prof. Eric Axelson, que

³³ Cf. Idem, *ibidem*. Segundo o autor, «Não é impossível e até provável, que se trate do nosso Bartolomeu Dias. Sabe-se bem que muitos dos navegadores portugueses se encontravam em viagens de vigilância, quando não também corsários, em mares do Norte de África e do Mediterrâneo Ocidental, e ao largo das costas do Reino (...)».

⁴⁴ Idem. *ibidem*, p. 89.

anteriormente pertencera aos quadros docentes da Universidade de Witwatersrand. Este padrão é de facto o original, enquanto as outras cruzes similares existentes na África do Sul são réplicas.

A 3 de Fevereiro de 1488, Bartolomeu Dias acostou próximo de Mossel Bay num promontório cuja configuração aparenta ser uma ilha. Em dezembro de 1937, o Prof. Eric Axelson visitou o local e teve a convicção através da leitura de fontes portuguesas contemporâneas que estava na proximidade do sítio indicado em descrições históricas de 1514. Dois anos depois procedeu a escavações e descobriu blocos de pedra estrangeira, bem como cerca de 5000 fragmentos. Os Professores Leo Fouché e Van Riet Lowe e ainda John Harcus procederam à reconstituição da matriz original juntando os fragmentos dispersos. A Comissão dos Monumentos Históricos garantiu a veracidade da reconstrução do Padrão de São Gregório que ficou implantado na Universidade, como referimos atrás, distinguindo de uma forma muito honrosa a instituição de ensino que tinha apoiado e financiado as escavações que conduziram com muito sucesso, à descoberta da Cruz de Bartolomeu Dias.

O Padrão de S. Gregório, erigido por Bartolomeu Dias em Kwaaihoek, a 12 de março de 1488, cujo original de encontra na Universidade em Joanesburgo, é o mais antigo monumento histórico da África do Sul. Esta importante indicação está contida num Guia do Visitante, que o Prof. Reuben Musiker compilou. Nessa publicação também se pode ler o seguinte: «A cruz de Bartolomeu Dias foi declarada monumento nacional e serve para recordar que a descoberta da África do Sul foi empreendida por exploradores portugueses, 165 anos antes da fixação de Van Riebeeck no Cabo.

A fim de se conservar o padrão original, a Comissão dos Monumentos Históricos confiou-o à Universidade, tendo o mesmo sido descerrado pelo ministro português do Ultramar, Dr. Francisco Vieira Machado, em agosto de 1939. Vários moldes foram feitos do original. Um deles foi erigido em Kwaaihoek e descerrado em 1940, e outro foi oferecido ao Governo de Portugal, e um terceiro foi dado à população da cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), ficando exposto num museu. Em 1948, um fragmento original do Padrão de Bartolomeu Dias foi doado a Portugal. De acordo com o Prof. Eric Axelson, tal como a maioria dos padrões lusos, tinha de altura cerca de 2 metros e havia sido feito com áspera e angular pedra cal branca com dispersos veios róseos. As armas de Portugal e uma inscrição infelizmente ilegível, estava gravada.

O padrão de Bartolomeu Dias está exposto numa importante instituição cultural e educativa, cujo complexo possui 2 bibliotecas centrais e 16 divisões, com 800. 000 volumes, possuindo igualmente 91 incunábulo, recebe anualmente cerca de 6000 títulos de publicações regulares.

A Dr^a Maria Manuela Aguiar, então vice-presidente da Assembleia da República e antiga Secretária de Estado das Comunidades, referiu-se ao acontecimento e ao estado de espírito da Comunidade Portuguesa da África do Sul, sublinhando que Bartolomeu

Dias realizara porventura o maior feito da nossa história marítima, validando décadas de porfiada demanda e marcando o início da era moderna, com o primeiro encontro dos oceanos sulcados pelas caravelas, prestigiando, venturosamente, o encontro dos Homens e das Culturas universais.

Bartolomeu Dias viveu o primeiro momento de esperança na união dos mundos divididos, ao contornar o sul de África, e Vasco da Gama o momento culminante da chegada ao Oriente no caminho aberto por Dias. A Pedro Álvares Cabral estava destinado o achamento oficial da terra, que haveria de ser o Brasil, a imensa futura pátria da língua portuguesa originalmente feita de povos de três continentes – América, Europa e África.

Com sucessos e com erros, Portugal celebrou até ao ano de 2000, uma época áurea da Humanidade, a das Descobertas, que protagonizámos, quando outra prodigiosa época - a da conquista do espaço – se adivinha. E a esperança destinou-se aos jovens, sobretudo eles, no sentido de refletirem sobre o saber, o génio, a coragem e também a tenacidade e o esforço quotidiano, virtudes que tanto aproximam os heróis de quinhentos e os nautas contemporâneos. E que melhor evento para os motivar e fazer sonhar com admiração e confiança nas duas direções – o passado e o futuro – do que a caravela de Dias sulcando as águas de Mossel Bay?

A Comunidade portuguesa da África do Sul soube assim, de forma inexecdível, dar grandiosidade, brilho e sentido da história a esta comemoração. E o facto de existir, forte, enraizada, fiel aos valores humanísticos que são os nossos, nas terras que Bartolomeu Dias e os seus navegadores foram os primeiros europeus a calcorrear, é uma razão mais para saudarmos tão excecional acontecimento, com respeito, amor, saudade e fé, pois comemoramos a saga de um povo tão vivo, audaciosos e fraterno como sempre foi, ainda hoje capaz de aventuras e de sucessos e também de compreensão e solidariedade para com todos os outros povos.

Esta enorme e poderosa comunidade portuguesa que promoveu, com a viagem da caravela «Bartolomeu Dias», um reencontro entre a Europa e a África, um novo abraço entre o passado e o futuro, é ela própria o símbolo vivente da grandeza lusíada».

De facto, sentimos um enorme entusiasmo nos portugueses residentes, em relação às comemorações, e a receção que fizeram aos professores e alunos que também foram a Mossel Bay, foi muitíssimo boa. Contudo, constatámos que houve um certo “mal-estar” em relação à representação oficial de Portugal, que a generalidade da comunidade portuguesa, achou insuficiente dada a sua força económica. Notámos igualmente uma certa tentativa de “lavagem” do regime, na época ainda em sistema de *apartheid*. Sentimos igualmente uma grande curiosidade da população de origem inglesa e Africans sobre os portugueses e a nossa cultura. De facto, assistimos a duas conferências em Mossel Bay, proferidas em inglês por portugueses, com elevada e interessada assistência, intituladas “The Portuguese discoveries and training at sea”, pelo Eng. Luís Lobato, e “Caravel Bartolomeu Dias – Historical Reality”, pelo Contra-Almirante Rogério de Oliveira, a quem

dedico esta comunicação, pois ambos estivemos nas comemorações oficiais, e mais tarde foi um assíduo membro da Academia Portuguesa da História.

No entanto, a comunidade negra e mestiça, alheou-se do acontecimento, mantendo-se à margem, porque não quiseram celebrar o que foi entendido como a chegada do homem branco, pelo que nas praias brancas de Mossel Bay não estiveram presentes quando a caravela chegou, e apenas foi possível ver alguns nas encostas circundantes à Aguada de São Brás e bastante escondidos, observando os acontecimentos.

Foi para nós muito difícil observar a discriminação nos transportes públicos, como autocarros ou comboios, nos restaurantes e nas praias. Como português recém-chegado de Portugal, ficámos muito chocados ao ver que na praia que era reservada a brancos, a chegada da caravela tinha à sua espera apenas brancos, e os negros eram representados por alguns figurantes pintados para atuarem e recrearem o encontro com os tripulantes de Dias! Apesar de tudo, vislumbrámos igualmente sintomas de mudança nas palavras proferidas pelo então presidente Botha, pedindo aos portugueses para não partirem, e chamando a atenção aos seus compatriotas para aprenderem com o exemplo dos nossos emigrantes, no convívio multiétnico e na capacidade e honradez do trabalho por eles desenvolvido na África do Sul.

A expedição de Bartolomeu Dias iria abrir o caminho da esperança da Índia aos Portugueses, que depois foram seguidos por Holandeses, Ingleses e Franceses. Sendo um homem muito experimentado nas coisas do mar, não acreditamos que não tivesse consciência do enorme feito praticado e da sua importância. Contudo, continua a ser estranho que não tivesse havido o reconhecimento real que o navegador merecia de facto, como se ainda houvesse alguma desconfiança em relação à verdadeira dimensão da descoberta de Dias, provocada talvez pela lembrança ainda viva do desapontamento posterior da viagem de Diogo Cão e das suas consequências. O que é facto é que não se conhecem mercês dadas a Bartolomeu Dias, que continuou a realizar viagens, como a que consta ter efetuado no Atlântico Sul, pois sabemos que muitas vezes as expedições tinham como objetivo o estudo do regime de ventos de uma zona marítima, ficando os seus registos em sigilo, tendo eventualmente estado na ilha de São Tomé.

Mas a honra de poder capitanear a primeira armada europeia que chegou à Índia não lhe seria concedida, pois o rei D. Manuel (havendo autores que acham que a escolha foi de D. João II), nomeou antes um fidalgo desconhecedor das questões do mar, segundo a opinião de Luís de Albuquerque, que foi nesta matéria contrária à de Armando Cortesão.

Não sabemos se Bartolomeu Dias terá ficado desapontado por ter sido preterido. A sua reação demonstra eventualmente o contrário, um grande amor pelo mar, um fortíssimo sentido de serviço à Coroa, aliado a um indomável espírito aventureiro, como ficaria demonstrado na viagem possivelmente realizada em 1499 e sobretudo, aquela que iria ter lugar em 1500, integrado na armada de Pedro Álvares Cabral, e onde iria ao encontro da morte e da lenda.

Em homenagem ao malogrado navegador, dedicámos-lhe o seguinte poema que tem por título, “Bartolomeu”:

BARTOLOMEU

Depois
de passada a areia branca
o batel era uma mancha
no mar transparente.

Ao largo esperava a caravela
balançando na vaga breve da tarde
rodeada de gaivotas
de vento e de sal.

O capitão olhava de longe a terra
onde a sede o fizera aportar.
Vista do mar a baía era um abraço de paz
e nas encostas a erva verde prometia o pão.

A marca do seu destino estava ali
ao abrir o caminho dos fumos da
canela e do gengibre!

Quem és tu homem do barrete vermelho?
Qual o sonho que te guia até aqui?
Porque ousas neste mar que era virgem?
Porque matas nesta costa que era bela?

Eu sou Bartolomeu, o cavaleiro das
ondas e cumpro aqui o meu fado
a minha luta, alargo Portugal em nome
do meu rei.

Eu sou aquele a quem hão-de chamar
“capitão do fim”.
Dobrei o assombro deste mar infinito
e aqui ficarei um dia com os meus!

Miguel C. Monteiro (1996)

Referências bibliográficas

- Albuquerque, Luís de, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses Sécs. XV e XVI*, Lisboa, 1987.
- ALBUQUERQUE, Luís de; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (transcrição); BARBOSA, José (bibliografia). *Bartolomeu Dias : corpo documental, bibliografia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1988.
- BARRETO, Luís Filipe. *Viagens de Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã por mar e terra*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.
- CARDOSO, António. *Viagem de Bartolomeu Dias em 1487-88*. Lisboa: Academia de Marinha, 1990.
- Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, Porto: Universidade: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989.
- COUTINHO, Carlos Viegas Gago. *Bartolomeu Dias sua viagem*. Lisboa : Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1946
- FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre Bartolomeu Dias*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987
- FONSECA, Luís Adão da. *Bartolomeu Dias e a génese da modernidade*. Porto: Fundação Engo António de Almeida, 1990
- LOUREIRO, Henrique. *A naturalidade e a família de Bartolomeu Dias: quais foram?*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1926
- PERES, Damião. *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável : a circum-navegação da África Austral por Bartolomeu Dias*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1960.
- PERES, Damião, *História dos Descobrimentos*, 2ª ed., Coimbra, 1960.
- MENDONÇA, Lopes de, *Bartolomeu Dias e a Rota da Índia*, Lisboa, 1898.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal e os portugueses na época de Bartolomeu Dias: resumo e conclusões*. Porto: s.n., 1989
- MOTA, A. Teixeira da, *Bartolomeu Dias, Descobridor do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, 1955.
- MOTA, Avelino Teixeira da. *A viagem de Bartolomeu Dias e as concessões geopolíticas de Dom João II*. Lisboa: s.n., 1958
- Mota, A. Teixeira da Mota, “Bartolomeu Dias e o Valor do Grau Terrestre”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II, Lisboa, 1960, pp.299-309.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO DIA DA MARINHA 2021

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 25 de maio

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

Impossibilitados que fomos de dedicar uma sessão ao Dia da Marinha no ano que passou, é com enorme gosto que o acolhemos para presidir hoje a esta sessão académica em que celebramos o mar pela via cultural, esta tão rica e diversificada que por vezes nos obriga a ter de perguntar: mas onde esteve o mar presente nesta ou naquela sessão, como na de hoje? Mas ele está lá sempre, direta ou indiretamente, através das suas mais diversas manifestações.

Senhores Académicos, senhores convidados

No início da pandemia, logo que em Março de 2020 fomos obrigados a fechar, ouvido o Conselho Académico, foi tomada a decisão de não anunciar sessões enquanto não fosse possível voltar ao mundo presencial. Outras academias seguiram uma via diferente tendo mantido a atividade através de plataformas digitais. Duvidamos do sucesso dessa via para este fim específico, privando o conferencista de ver e sentir quem o escuta e fazendo desaparecer a sempre rica e interessante fase final de interação com a assistência.

Esta decisão teve naturalmente custos que tentámos compensar com a publicação de vídeos das sessões de 2019, até então ainda não publicitados e, este ano, através da criação de sessões adicionais no sentido de tentar que passem para 2022 um mínimo de eventos para as quais já havia compromissos com os palestrantes.

Hoje começaremos por homenagear a figura do “Pintor de Marinha”. Criada em 2005 pelo Despacho nº 39 de 22 de Junho do então Chefe do Estado-Maior da Armada, tem por finalidade premiar todos aqueles cujo talento possa contribuir para o reforço da vocação marítima de Portugal.

Também por Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada com a mesma data, foi designado como primeiro incumbente deste cargo honorífico o Comandante Raul de Sousa Machado, a título póstumo. Pintor, aquarelista, escultor, ilustrador, caricaturista, era uma figura maior das artes plásticas, tendo dedicado aos temas navais o essencial da sua vastíssima obra.

Catorze anos depois, no ano de 2019 e no âmbito das comemorações do cinquentenário da Academia de Marinha, foi decidido “acordar” a atribuição deste título honorífico, tendo o mesmo sido atribuído ao mestre-pintor Correia Pinto, hoje também aqui presente.

Reconhecendo que não faria sentido voltar a esperar mais catorze anos e tendo consciência que existem vários valores nacionais de elevadíssima qualidade que através da pintura poderiam vir a merecer ser distinguidos com o título de “Pintor de Marinha” ajudando, através desta dignificação, a promover o Mar pelas suas mais diversas representações plásticas, decidiu a Academia convocar de novo, este ano, o respetivo júri.

E assim se fez. Fora do concurso da bienal de artes plásticas, cuja exposição será inaugurada a oito de Julho próximo, foram selecionados vários artistas com trabalhos reconhecidamente enquadráveis no espírito do referido despacho inicial, foi constituído um júri que para além dos elementos institucionais envolveu duas personalidades em representação da Academia Nacional de Belas Artes (os Senhores Professores Joaquim Lima Carvalho e Hugo Ferrão), o já referido premiado em 2019 e ainda um oficial de Marinha com reconhecida obra no âmbito da pintura (o Senhor Comandante Mário Alvarenga Rua), este no sentido de garantir o rigor específico a que alguns dos temas náuticos necessariamente obrigam.

E o júri encontrou, por acordo, dois nomes que o Presidente da Academia propôs ao Chefe do Estado-Maior da Armada e que oportunamente serão anunciados. Com esta decisão a pintura de Marinha fica mais rica e irá ser mais estimulada, estou certo. Mas aos homenageados também ficam associadas novas obrigações. Elas passam por continuar a pintar o mar, as costas, os cabos, os navios e cenas da vida a bordo. Peçam para embarcar, pois o título que hoje irão receber vai abrir-vos portas e ajudar a que cheguem onde até hoje os acessos vos estavam dificultados.

Seguidamente, para sessão de hoje, e exatamente por se inserir nas comemorações do Dia da Marinha, convidámos o Senhor Contra-almirante Mário Simões Marques, Comandante da Escola Naval. Fazendo uma rápida incursão pelo seu currículo, direi que é doutorado em Engenharia e Gestão pelo Instituto Superior Técnico/UL e Mestre em Engenharia Informática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNL. Da sua carreira naval destaco a sua especialização em Eletrotecnia, Escola de que mais tarde foi diretor, o ter integrado a primeira guarnição da Fragata “Vasco da Gama”, e ter comandado as Corvetas “Jacinto Cândido” e “António Enes”.

Fora da Marinha, prestou serviço na Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa/MDN, como chefe de divisão, tendo sido representante nacional em múltiplos fora nacionais e internacionais. Foi Oficial de Ligação junto do US Joint Forces Command, em Norfolk, EUA, desenvolvendo atividade no domínio do Concept Development & Experimentation, tendo participado numa grande variedade de projetos internacionais relacionados com Interagência e Comprehensive Approach.

Como oficial general, foi Subchefe do Estado-Maior da Armada e atualmente é o Comandante da Escola Naval como já foi dito, sendo, em acumulação, Coordenador do Atlantic Center (no MDN).

No domínio académico, desenvolveu atividade docente na Escola Naval, é docente convidado do ISCSP/UL, no curso de Pós-Graduação em Crise e Ação Humanitária, e palestrante convidado do Instituto Universitário Militar, no Curso de Promoção a Oficial General.

No âmbito da investigação, tem desenvolvido atividade centrada nos domínios de Sistemas Inteligentes de Apoio à Decisão, Inteligência Artificial, Realidade Virtual e Realidade Aumentada, aplicados à gestão de situações de crise. Foi responsável pelos projetos SINGRAR (Sistema Integrado para a Gestão de Prioridades de Reparação e Afetação de Recursos), em utilização nas fragatas da Marinha Portuguesa, e THEMIS (disTributed Holistic Emergency Management Intelligent System), financiado pela DGRDN/MDN e recentemente concluído. É autor de mais de 50 artigos e capítulos de livros científicos internacionais. É membro efetivo do Centro de Investigação Naval (CINAV).

O tema escolhido pelo Senhor Almirante para a sessão de hoje foi **“Sistemas de apoio à decisão. Enquadramento e relevância”**. Duvido que, na nossa vida, a maioria dos presentes tenha seguido as regras que aqui iremos ouvir, pelo menos em apoio às decisões mais importantes. É verdade que a racionalidade humana tem limites. Mas os maiores limites à decisão são introduzidos por nós próprios quando já temos a decisão tomada na nossa cabeça antes de nela pensarmos cinco minutos que seja.

Que a conferência que se vai seguir seja assim uma boa aula para todos nós. Obrigado Senhor Almirante pela sua disponibilidade.

Bem-haja e boa sorte para a continuação do seu comando.

Academia de Marinha, Lisboa, em 25 de Maio de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO
DIA DA MARINHA 2021

**SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO.
ENQUADRAMENTO E RELEVÂNCIA**

Comunicação apresentada pelo Contra-almirante
Mário José Simões Marques, em 25 de maio

Resumo

A racionalidade humana, muitas vezes associada à inteligência, pode ser vista como a capacidade de tomar as melhores decisões, face a um conjunto de objetivos, atentos o contexto e as restrições. O processo de tomada de decisão permite concretizar uma escolha entre ações alternativas conflitantes, com o propósito de modificar o contexto de modo favorável aos objetivos do decisor. As decisões podem corresponder, por outro lado, a processos de análise ou diagnóstico, que permitem extrair conclusões com base num conjunto de evidências. De um modo geral, os processos de decisão, baseiam-se em modelos lógicos e conceptuais, que podem ser ou não formalizáveis, o mesmo é dizer em conhecimento que pode ser tornado explícito ou que é implícito aos indivíduos. Além disso, tais processos podem ser influenciados por fatores de natureza iminente subjetiva, como a ética ou a cultura. Apesar da existência de uma capacidade inata de reconhecer padrões e de intuir decisões, mesmo em contextos de incerteza, os processos de tomada de decisão humanos padecem de uma vulnerabilidade muito significativa, que corresponde à limitada capacidade humana de reter e processar mentalmente múltiplos fatores em simultâneo. Esta limitação faz com que, pelo crescimento do número de fatores a ponderar, um problema aparentemente simples se transforme muito rapidamente, num problema complicado, senão mesmo num problema complexo. Ao longo da sua história, a Humanidade desenvolveu abordagens científicas que foram tornando explícito o conhecimento associado à tomada de decisão nos mais variados domínios da atividade. O desenvolvimento tecnológico permitiu que as limitações da capacidade de tomada de decisão humana fossem mitigadas através de ferramentas de apoio à decisão. Em particular, o acelerado progresso tecnológico das últimas décadas tem potenciado soluções inovadoras e disruptivas, designadamente nos domínios dos sistemas de apoio à decisão baseados em Inteligência Artificial, que serão abordados, considerando o seu potencial e ameaças, dando ênfase a exemplos do contexto naval.

Exmo. Sr. Almirante Chefe de Estado-Maior da Armada e
Autoridade Marítima Nacional,
Sr. Presidente da Academia de Marinha,
Prezados Académicos,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
A todos endereço uma calorosa saudação.

Como Académicos distintos já afirmaram noutras ocasiões, um convite do Sr. Almirante Vidal Abreu é uma ordem que se cumpre com inegável prazer, apesar do peso que recai sobre os ombros do orador, de prestigiar a Academia, particularmente num evento tão marcante como o da Sessão Solene Comemorativa do Dia da Marinha 2021, e honrar todos os Ilustres Académicos que me precederam nesta tarefa.

Foi, pois, com um misto de orgulho, pela distinção do convite, mas de respeito pelo desafio com que me vi confrontado, que acedi a estar aqui hoje presente e abordar a temática dos Sistemas de Apoio à Decisão, assunto a que me tenho dedicado ao longo da vida, ciente de que todos somos experientes neste domínio, se não do ponto de vista conceptual, forçosamente do ponto de vista pragmático, já que o curso da nossa vida é ditado por um contínuo conjunto de decisões que somos compelidos a tomar, umas vezes de forma muito objetiva e racional, outras vezes de uma forma eminentemente subjetiva e por mera intuição.

Gostaria de, hoje, referir um vulto desta Academia, que todos muito estimamos e recordamos com saudade, o ALM Vieira Matias que, fruto de uma decisão que tomou, ainda na qualidade de Comandante Naval, em 1997, curiosamente na data em que tomou conhecimento da sua nomeação para o cargo de ALM CEMA, viria, por um lado, a determinar o nascimento de um projeto, que conduziu ao desenvolvimento do Sistema SINGRAR, em uso nas fragatas da nossa Marinha, e por outro, a reforçar a minha motivação pessoal para aprofundar o estudo e a investigação no domínio dos sistemas de apoio à decisão aplicados a contextos de crise.

Naturalmente, quando me vi confrontado com o convite para fazer uma exposição em que me foi dada uma significativa latitude para escolher o tema e a orientação a seguir, e tendo abraçado o tema dos “Sistemas de apoio à decisão”, fui eu próprio confrontado com um típico problema de decisão multicritério em que tive de ponderar as opções, os respetivos pros e contras, tendo em vista escolher a abordagem que maximizasse uma função objetivo, neste caso que maximizasse a satisfação da audiência, que se disponibilizou para me ouvir, e cujas legítimas expectativas eu pretendo não ver frustradas, fazendo-o de uma forma que seja suficientemente pertinente para contribuir para a divulgação desta área do conhecimento. No entanto, definir esta função não é linear, já que tenho a consciência que os factores que motivam a satisfação dos elementos da

minha estimada audiência podem ser muito diversos. Mas esta é, também, uma situação comum em ambientes de tomada de decisão em que se pretende alcançar o maior consenso possível relativamente à opção escolhida.

Para ajudar a resolver este problema, recorri a um grande mestre, o Prof. Lotfi Zadeh, um dos cientistas mais notáveis do século XX, criador da Fuzzy Sets Theory¹ e de um grande número de conceitos a ela associados, como a Fuzzy Logic², a Teoria das Possibilidades³ ou o Soft Computing⁴. Zadeh formulou o Princípio da Incompatibilidade⁵, que postula que, quando se analisa um sistema complexo, a capacidade de proferir afirmações que sejam simultaneamente precisas e relevantes sobre tal sistema tende a diminuir até ao ponto em que relevância e precisão se tornam características mutuamente exclusivas.

Ciente deste princípio, e tentando nunca ferir o rigor, vou pugnar por ser essencialmente relevante nesta abordagem de um tema que é razoavelmente complexo. Daí que o subtítulo desta minha exposição seja “Enquadramento e Relevância”.

Ao abraçar este tema, imediatamente veio à minha mente uma conhecida história, passada em finais do sec. XVIII, envolvendo duas proeminentes personagens do mundo científico, o químico Londrino Joseph Priestley (que em 1774 viria a isolar o elemento Oxigénio) e o americano Benjamin Franklin, na altura um reputado cientista já com 66 anos. Reza a história que Priestley terá pedido conselho a Franklin sobre um dado problema, o qual lhe terá respondido em carta datada de 19 de setembro de 1772, onde escrevia que não lhe podia dar um conselho sobre a decisão a tomar, mas sugerindo o método que o próprio seguia quando era confrontado com problemas mais complexos. Escrevia Franklin que, por ser muito difícil ter em consideração, mentalmente e ao mesmo tempo, todas as razões favoráveis e desfavoráveis a uma dada decisão, o que ele fazia era pegar numa folha de papel, onde traçava uma linha vertical dividindo-a em duas colunas, uma dedicada a registar os prós e outra dedicada a registar as razões contra. Andava com essa folha no bolso durante alguns dias e ia registando os motivos pró e contra de que se fosse lembrando. Quando já não se lembrasse de novos motivos relevantes, passava a tentar estimar os pesos respetivos dos diferentes motivos que elencara. Tais pesos permitiam riscar da lista motivos que se compensassem, por exemplo se uma razão

¹ Zadeh L.A. (1965) Fuzzy sets, *Information and Control*, Vol. 8 (3), pp. 338-353

² Zadeh L.A. (1999) *Fuzzy Logic = Computing with Words*. In: Zadeh L.A., Kacprzyk J. (eds) *Computing with Words in Information/Intelligent Systems 1*. *Studies in Fuzziness and Soft Computing*, vol 33. Physica, Heidelberg.

³ Zadeh LA (1978) Fuzzy sets as a basis for a theory of possibility. *Fuzzy Sets Syst* 1:3–28

⁴ Zadeh, L.A. (1994), “Fuzzy Logic, Neural Networks and Soft Computing,” *Communications of the ACM*, 37 (3), pp. 77–84

⁵ (Zadeh 1973) (<https://www.univie.ac.at/constructivism/pub/seized/fuzcom.html>)

contra igualava o peso de duas razões pró, então seriam riscadas as 3. O procedimento era repetido enquanto fosse encontrando equilíbrios. Se passado 1 ou 2 dias, nenhuma nova consideração lhe surgisse, a decisão era tomada em conformidade. Franklin afirmava que via grande vantagem neste método já que, apesar dos julgamentos envolvidos não terem a precisão das quantidades algébricas, quando se considera o panorama geral, o juízo sobre o problema melhora, evitando-se o risco de precipitar a decisão, omitindo passos. Franklin chamava a este método “álgebra moral” ou “prudencial”. O conceito subjacente a este método, que se diz ter sido desenvolvido por Benjamin Franklin, em jovem, ainda hoje é usado e está na base dos métodos de análise multicritério comumente usados no âmbito da Investigação Operacional, que é uma disciplina científica que tenta sistematizar metodologias de tomada de decisão, e de que virei a falar mais adiante.

O que este episódio histórico revela é que, perante alguns problemas, o processo de tomada de decisão pode ser difícil e pode requerer muito tempo de ponderação, tempo de que nem sempre se dispõe.

Ao longo da história da humanidade foi sendo compilada uma plethora de ajudas à decisão, que se têm revestido de muitas formas, por exemplo de modelos físicos e matemáticos, que permitem avaliar o comportamento de sistemas naturais ou mecanicistas, mas também modelos e códigos de conduta filosóficos, éticos e comportamentais, que permitem decidir sobre problemas relacionados com sistemas antropocêntricos e com a vida em sociedade.

No contexto atual, em que já dispomos de alguma sofisticação tecnológica no domínio computacional, e em que os líderes e os decisores são confrontados com um mundo caracterizado pela sua Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade⁶, onde os problemas de tomada de decisão se tornam crescentemente complexos, é cada vez mais frequente procurar apoio à decisão em ferramentas concebidas para este efeito, e que eu aqui vou designar genericamente de Sistemas Inteligentes (SI), na medida que são sistemas que tentam replicar capacidades de raciocínio humano, com a vantagem de não apresentarem algumas das suas limitações.

De facto, apesar da notável capacidade de raciocínio que caracteriza a espécie humana, existem muitos fatores que afetam tal capacidade, como seja, por um lado, o stress, o cansaço ou condições ambientais adversas e, por outro lado, o volume e complexidade da informação a processar, mas também preconceitos ou ideias pré-concebidas, que polarizam e condicionam a análise. Este assunto tem vindo a ser objeto de intenso estudo, particularmente, desde a segunda metade do séc. XX.

⁶ VUCA, na designação inglesa

Uma das referências bibliográficas mais citadas no domínio da Psicologia aborda precisamente esta questão. O artigo “*The Magical Number Seven, Plus or Minus Two: Some Limits on Our Capacity for Processing Information*”, publicado em 1956, na *Psychological Review*, e escrito pelo psicólogo cognitivo George A. Miller, do Departamento de Psicologia da Universidade de Harvard, argumenta que o número de objetos que um ser humano médio pode manter na memória de curto prazo é 7 ± 2 . Naturalmente, este facto constitui uma limitação muito significativa para muitos problemas de tomada de decisão.

Foi também neste contexto que Herbert Alexander Simon⁷ cunhou a expressão “*Bounded Rationality*” (Racionalidade limitada) denotando tais limitações.

De facto, aquele cientista observou que dado um objetivo de otimização, a racionalidade humana (isto é, a capacidade de processamento de informação) enfrenta limites impostos por determinadas condições e restrições, algumas ambientais (por exemplo, risco e incerteza, informação incompleta sobre as alternativas, e complexidade) e outros intrínsecos ao indivíduo (por exemplo, capacidade limitada de compilar informação e de a computar)⁸. Simon introduziu os termos *satisficing* e *optimizing* como rótulos para duas estratégias usadas para garantir o comportamento racional em situações onde a complexidade e a incerteza tornam a racionalidade global impossível. Este autor afirmou que, em tais situações, a otimização torna-se otimização aproximada (ou seja, o conceito de *optimizing*), uma abordagem em que a descrição do mundo real é radicalmente simplificada até ser reduzida a um grau de complicação suficientemente baixo que permita ao decisor aplicar heurísticas conhecidas. Simon observou, por outro lado, que a abordagem *satisficing*, apesar de também visar a simplificação da realidade, a concretiza numa direção diferente, uma vez que retém mais detalhes do mundo real, contentando-se com a identificação, dado um nível de aspiração, de uma decisão satisfatória, ao invés da melhor decisão aproximada. De algum modo a sabedoria popular valida esta teoria, ao afirmar que o “ótimo” é inimigo do “bom”.

Já Tversky e Kahneman⁹ referem que muitas decisões humanas são baseadas em crenças sobre a probabilidade de eventos incertos, e que as pessoas contam com um número limitado de princípios heurísticos que, não obstante serem bastante úteis para

⁷ Economista e cientista político americano. Estudou a tomada de decisões dentro das organizações e é reconhecido pelas teorias de “racionalidade limitada” e “satisficing”. Foi laureado com o Prémio Nobel de Economia (1978) e o Prémio Turing (1975).

⁸ H. A. Simon. Theories of Bounded Rationality. In C. McGuire and R. Radner, editors, *Decision and Organization*, pages 161–176. North-Holland Publishing Company, 1972.

⁹ A. Tversky and D. Kahneman. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. In D. Wendt and C. Vlek, editors, *Utility, Probability, and Human Decision Making: Selected Proceedings of an Interdisciplinary Research Conference*, Rome, 1973, pages 141–162, Dordrecht. Springer Netherlands, 1975.

reduzir a complexidade das tarefas, por serem altamente económicos e geralmente eficazes, podem conduzir a erros graves e sistemáticos. Esses autores reconhecem que mesmo os cientistas mais experientes, quando abordam os problemas intuitivamente, estão sujeitos aos vieses cognitivos que se originam com a adoção de heurísticas de julgamento.

Complementarmente, alguns autores^{10,11,12} observaram que fazer escolhas pode implicar uma sobrecarga cognitiva que prejudica o, sempre necessário, autocontrole (entendido como o conjunto de processos mentais que permitem que as pessoas ignorem os pensamentos, emoções ou comportamentos que conflituam com os objetivos gerais do processo de decisão). Alguns destes autores sugerem mesmo que o autocontrole pode ser visto como um recurso ou energia finita, que se esgota quando as pessoas atingem o seu limite natural, após se terem empenhado em atividades que requerem esforço de controle, conduzindo a um estado designado como esgotamento do ego (“*ego depletion*”). Daí que conhecidas figuras e líderes mundiais reduzam as opções do seu guarda-roupa para evitar terem de tomar mais um conjunto de decisões diariamente.

As decisões humanas são, muitas vezes, afetadas por erros de julgamento sobre a gravidade do contexto e sobre as consequências de determinadas linhas de ação¹³. Frequentemente a análise de desastres marítimos, desastres aéreos e desastres tecnológicos conclui terem havido desvios ao que seria o procedimento e à decisão lógica e adequada, fruto deste tipo de limitações humanas. O naufrágio do Titanic e do Costa Concordia, as explosões nas centrais nucleares de Chernobyl e Fukushima ou a explosão na plataforma petrolífera Deepwater Horizon, são apenas alguns exemplos de desastres resultantes de falhas no processo de decisão. Como referi, o cansaço, a pressão da envolvente, ou a simples monotonia podem conduzir a que o processo de decisão também se torne um fardo demasiado pesado para ser realizado com o necessário discernimento¹⁴.

¹⁰ M. Inzlicht & B.J.Schmeichel. Beyond limited resources: Self-control failure as the product of shifting priorities. In K. Vohs and R. Baumeister, editors, *The handbook of self-regulation: Research, Theory, and Applications* (3rd Edition), pages 165–181, New York, 2016. Guilford Press.

¹¹ K. D. Vohs, R. F. Baumeister, B. J. Schmeichel, J. M. Twenge, N. M. Nelson, & D. M. Tice. Making choices impairs subsequent self-control: A limited-resource account of decision making, self-regulation, and active initiative. *Journal of Personality and Social Psychology*, 94(5):883 – 898, 2008.

¹² R. F. Baumeister, K. D. Vohs, & D. M. Tice. The strength model of self-control. *Current Directions in Psychological Science*, 16(6):351–355, 2007.

¹³ Simões-Marques M., Figueira J.R. (2019) How Can AI Help Reduce the Burden of Disaster Management Decision-Making?. In: Nunes I. (eds) *Advances in Intelligent Systems and Computing*, vol 781, pp 122-133. Springer, Cham

¹⁴ Água P.B., Frias A., Simões-Marques M. (2021) Mental traps behind maritime disasters. In: Nunes I.L. (eds) *Advances in Human Factors and System Interactions. AHFE 2021. Lecture Notes in Networks and Systems*, vol 265, pp 3-10. Springer, Cham.

A boa notícia é que a otimização clássica fornece fundamentos teóricos para desenvolver as ferramentas de apoio à decisão que contribuam para a solução de problemas complexos e de uma forma objetiva.

Importa aqui esclarecer de que se está a falar quando se refere a otimização clássica. Por isso convido a minha ilustre audiência a fazer uma nova viagem no tempo e na história, para a atribulada época da II Guerra Mundial. Como é fácil de imaginar a eficiência de todo o esforço de guerra era essencial, nos mais variados domínios, desde as operações (p.ex., a definição dos locais onde instalar os radares para maximizar a probabilidade de deteção dos aviões envolvidos nos bombardeamentos, melhorando o potencial de sucesso do sistema de defesa aéreo), até aos problemas relacionados com a produção e a cadeia logística que sustentavam o esforço de guerra. Foi a necessidade de obter resposta a este tipo de problemas que levou a que, no Reino Unido, em 1937, se reunissem na *Bawdsey Research Station*, um grupo de cientistas, alguns que viriam a ser laureados com o Prémio Nobel, para resolver o problema da distribuição da rede de radares. Esta iniciativa viria a ser replicada ao longo de toda a guerra, envolvendo milhares de cientistas, muitos deles acompanhando as próprias tropas na linha da frente. Nascia assim a Investigação Operacional (*Operations Research* ou *Operational Research*) como ramo interdisciplinar da matemática aplicada, detentora de um corpo de conceitos e metodologias que tem vindo a robustecer-se desde então, envolvendo modelos matemáticos, estatísticos e algorítmicos.

A este propósito recorde que se assinalaram, em Novembro de 2018, os 50 anos da Investigação Operacional na Marinha, Instituição que foi precursora a nível nacional do emprego deste tipo de metodologias. A Escola Naval teve o privilégio de se associar às celebrações, e de poder contar com um conjunto de distintas individualidades de referência neste domínio, como foi o caso do Exmo. Sr. Cte. Cervaens Rodrigues, distinto Confrade desta Academia, ou os Exmos. Srs. Professores Doutores José Amado da Silva e Carlos Bana e Costa, que serviram na Reserva Naval na fase emergente desta nova disciplina científica e que tiveram carreiras académicas proeminentes ligadas à área.

Apesar de a otimização clássica ter desenvolvido, desde cedo, um corpo conceptual e metodológico que potencia identificar soluções que suportem o apoio para muitos problemas complexos, a sua implementação prática tem esbarrado nos limites da capacidade de computação disponíveis em cada instante. De facto, como Russell e Norvig¹⁵ alertavam, alcançar a racionalidade perfeita (ou seja, garantir sempre que se faz a coisa certa) não é viável em ambientes complicados, porque as exigências computacionais são

¹⁵ S. Russell & P. Norvig. *Artificial Intelligence: A Modern Approach*. Prentice Hall Press, Upper Saddle River, NJ, USA, 3rd edition, 2010.

muito altas e a oportunidade da solução não permite fazer todos os cálculos que seriam necessários para tal feito.

Neste navegar por assuntos relacionados, faria uma rápida digressão pela temática da evolução da capacidade de computação. Em 1965, Gordon Moore antecipava que a complexidade dos componentes electrónicos, com custos de produção mínimos, iria duplicar a cada ano. Esta “profecia”, que viria a ficar conhecida como a Lei de Moore, tem sido revista regularmente, confirmando-se que se mantém razoavelmente verdadeira. Atualmente, o ritmo de duplicação situa-se nos 18 meses, beneficiando de uma miniaturização crescente dos componentes, que se situa na escala de cerca de cinco nanómetros. Apesar de se estar próximo de alcançar alguns limites físicos, a mudança de método de produção de processadores, introduzindo nano tubos de carbono pode permitir escalas na ordem dos 2 nm. Que impactos é que esta evolução teve? Foram múltiplos, por um lado a velocidade de processamento e a capacidade de memória dos computadores tem crescido exponencialmente, potenciando a resolução, em tempo útil, de problemas crescentemente mais complexos. Por outro lado, a utilização de equipamentos com capacidade de computação elevada democratizou-se e tornou-se ubíqua. Em menos de 40 anos evoluiu-se de uma realidade em que os únicos computadores eram grandes *main-frames* que só poucas organizações tinham capacidade de adquirir, para a popularização dos microcomputadores. A maior parte da ilustre audiência lembrar-se-á do surgimento do ZX Spectrum, no início da década de 80, e a vertiginosa revolução que se seguiu, não só com o surgimento de computadores cada vez mais poderosos, o surgimento da internet, complementado com o surgimento de novos tipos de equipamentos, que têm potenciado a computação móvel. Atualmente qualquer smartphone tem uma capacidade de processamento substancialmente superior à de muitos microcomputadores que nos encantariam duas décadas atrás. Mas esta evolução está longe do seu fim, já que a computação quântica é uma nova realidade que está ainda na sua infância e de que apenas se vislumbra o potencial, sendo certo que será um fenómeno transformacional, que irá criar uma miríade de novas oportunidades mas também de grandes desafios.

Regressando ao nosso tema. Apesar de constituir uma limitação significativa, que tem vindo a ser mitigada, a capacidade de computação está longe de ser o único obstáculo com que a otimização clássica se tem deparado, havendo muitos outros, por exemplo, relacionados com a própria formulação dos problemas, principalmente quando há múltiplos objetivos a satisfazer, quando estes são conflitantes e quando há incerteza envolvida.

Daí que, para tentar ultrapassar este conjunto de limitações, tenha sido necessário encontrar abordagens alternativas para implementar os Sistemas Inteligentes, e que vulgarmente se enquadram sob a designação de Inteligência Artificial (IA).

Em primeiro lugar, gostaria de relevar que não existe uma definição globalmente aceite para IA, nem fronteiras claramente definidas sobre o que cabe dentro deste novo domínio científico. Invocando uma vez mais a obra de Russell e Norvig¹⁶, estes autores identificaram múltiplas dimensões que são geralmente consideradas nas definições e abordagens para a IA, tendo observado que uma das facetas em que as definições de IA diferem diz respeito ao referencial de desempenho utilizado para aferir o sucesso dos Sistemas Inteligentes. De facto, um grupo de autores considera como referencial o desempenho humano enquanto outros consideram um desempenho ideal, denominado “racionalidade”. Esta distinção entre desempenho humano e racional, resulta da mera consciência de que o raciocínio humano não é perfeito, muitas vezes sendo afetado pelo erro.

Assim sendo, o desenvolvimento de SI, que apliquem metodologias de IA, constitui uma tentativa de alcançar, num domínio específico do conhecimento, um nível de análise e um desempenho, pelo menos, comparável, mas desejavelmente melhor do que o dos especialistas humanos. Na verdade, os SI podem envolver-se em processos de inferência complexos, necessários para avaliar opções alternativas e oferecer conclusões e conselhos de alta qualidade, bem como explicações sobre os fundamentos que levaram a tais conclusões. O uso de SI pode contribuir para contornar algumas das limitações dos decisores humanos, sendo, portanto, um meio muito promissor de apoio às suas tarefas de tomada de decisão.

No âmbito da IA, existem muitos domínios de estudo que abordam as questões interdependentes que a engenharia do conhecimento trata, relacionadas com a implementação de SI. Exemplos de metodologias alternativas incluem redes bayesianas, redes de Markov, raciocínio baseado em casos, ontologias, raciocínio aproximado (e.g., a lógica difusa) e metaheurísticas (e.g., redes neurais artificiais, *machine learning*, ou algoritmos genéticos). Para a maioria das pessoas, estes nomes, apesar de eventualmente não serem totalmente desconhecidos, dirão muito pouco. Não é intenção explicar aqui em que consistem, antes sim evidenciar a grande dinâmica que caracteriza a investigação neste domínio, usando abordagens muito diversas, para tentar lidar com problemas, também eles muito diversificados. Um exemplo de emprego típico da IA é o reconhecimento de imagem, com aplicações tão distintas como o apoio ao diagnóstico médico na localização de tumores, o apoio à segurança (*safety*) processando imagens de satélite e localizando fontes de poluição, ou no campo da *security*, para identificar comportamentos anómalos que possam ser indiciadores de atividades ilícitas, muitas delas com interesse direto para a segurança marítima.

A conjugação da tecnologia atual com as aplicações de IA abre a possibilidade de novas formas de interação dos utilizadores com o seu ambiente, por exemplo através de

¹⁶ *ibidem*

interfaces comandados por voz ou por gestos e empregando realidade aumentada, onde se sobrepõem a uma imagem real elementos de informação sintéticos que proporcionem apoio ao utilizador na realização de determinadas tarefas.

Apesar da atual realidade, o sucesso da Inteligência Artificial tem tido altos e baixos. O grande entusiasmo inicial arrefeceu, em meados de 70, uma época que ficou conhecida pelo “Inverno da IA”. Fruto de significativos investimentos no início da década de 80, revitalizaram-se as expectativas existentes para esta tecnologia, que acabaram por sair novamente goradas, e o final dos anos 80 e início dos anos 90 acabariam por ficar recordados como o “2º Inverno da IA”. Só a partir do final dos anos 90 o ímpeto inicial viria a ser retomado.

Nos dias que correm, o resultado da aplicação da IA é evidente cada vez que se faz uma consulta na internet, ou cada vez que escrevemos uma mensagem no telemóvel, e somos “ajudados”, por vezes com maus resultados, a preencher ou a corrigir o texto. Mas, no horizonte perfilam-se promessas de uma presença ainda mais persistente, por exemplo, em ambiente industrial, através de *colaborative-robots* (os *cobots*), ou seja, *robots* que colaboram com os trabalhadores na realização de tarefas; ou na vida normal de qualquer cidadão, através de *digital twins*, isto é, de “gémeos digitais” que se encarregam de apoiar os indivíduos na resolução da maior parte dos assuntos que haja a tratar.

Os Sistemas Inteligentes baseados em IA têm, de facto, um importante papel a desempenhar como sistemas de apoio à decisão, uma vez que estas ferramentas são extraordinárias a processar grandes volumes de dados, a correlacionar informação, a aprender e a propor soluções para problemas cuja análise ultrapassa a capacidade humana. Aqui estes sistemas são imbatíveis, apesar de ser muito importante não esquecer que a tomada decisão é uma prerrogativa que cabe aos humanos e de que estes não se devem demitir, ainda que seja apenas para validar o que lhes é proposto por um sistema em que têm total confiança. No extremo oposto, e aqui depende muito da tecnologia que se esteja a considerar, as ferramentas de apoio à decisão, geralmente não conseguem aprender nem propor soluções minimamente fiáveis para problemas em que haja poucos dados, e em que estes sejam incertos, vagos ou incompletos, ao passo que as pessoas conseguem inferir linhas de ação com base na estimativa subjetiva de possibilidades e na intuição. Ou seja, as pessoas e os sistemas inteligentes complementam-se, havendo uma mais-valia evidente para a sociedade humana em tirar partido da tecnologia.

No campo da ficção, são conhecidas obras distópicas ou antiutópicas¹⁷, onde a tecnologia é usada como ferramenta de controlo, por parte do estado, de instituições ou

¹⁷ Distopia - Ideia ou descrição de um país, de uma sociedade ou de uma realidade imaginários em que tudo está organizado de uma forma opressiva, assustadora ou totalitária, por oposição à utopia (<https://dicionario.priberam.org/distopia>).

corporações, ou em que a tecnologia assume, ela mesmo, um papel opressor autónomo, por ter escapado ao controlo humano. Alguns exemplos notáveis são as obras “Admirável mundo novo”, escrita por Aldous Huxley, publicada em 1932; a obra “1984”, escrita por George Orwell, publicada em 1949, ou “Fahrenheit 451”, escrita por Ray Bradbury e publicada em 1953.

A dúvida pertinente é *onde acaba a ficção e começa a realidade*? A resposta é cada vez mais difícil de dar, já que as capacidades tecnológicas aproximam-se a passos largos do que, há relativamente poucos anos, seria considerado como mera ficção.

Por um lado, há que ter em linha de conta o que pode ser considerado como a criatividade das máquinas. Apesar de, geralmente, se considerar que os algoritmos apenas fazem aquilo para que são programados, a realidade é bem diferente, uma vez que existem algoritmos que são concebidos para evoluir autonomamente, podendo tal evolução ocorrer de um modo incompreensível para os humanos. É uma capacidade excitante, mas que contém riscos! ...

Recordo, a título de exemplo que a empresa Facebook, viria a suspender testes de comunicação em língua inglesa que envolviam duas máquinas de IA, por aparentemente estarem a correr mal, já que as mensagens pareciam caóticas. Depois de desligar as máquinas, os cientistas vieram a perceber que as entidades de IA tinham criado a sua própria linguagem, que era incompreensível para os humanos¹⁸.

O setor militar é um domínio onde a corrida pela supremacia tecnológica das potências, torna a fronteira entre a ficção e a realidade particularmente difusa. Exemplo disto é a *Algorithmic Warfare* (ou Guerra Algorítmica), que considera a combinação de IA com sistemas de combate autónomos não tripulados¹⁹. A aplicação destes meios para fazer a guerra, os quais são uma realidade atual, suscita dilemas legais e éticos muito profundos por, potencialmente, porem em causa muitos dos princípios do direito dos conflitos armados, já que altera as relações dos humanos, entre si, e a responsabilidade humana sobre as atividades bélicas. A este propósito salientaria que o Departamento da Defesa dos EUA anunciou, em fevereiro passado²⁰, a adoção de 5 princípios éticos da IA, que são: Responsabilidade (os militares são responsáveis pelo desenvolvimento, projeção e emprego das capacidades IA, assegurando os apropriados níveis de julgamento e cuidado), Equidade (que visa minimizar um indesejado pendor para o emprego de capacidades IA), Rastreabilidade (as capacidades IA devem disponibilizar métodos transparentes e auditáveis aos responsáveis pelo

¹⁸ <https://www.digitaljournal.com/tech-science/a-step-closer-to-sky-net-ai-invents-a-language-humans-can-t-read/article/498142>

¹⁹ Layton P (2018) *Algorithmic Warfare Applying Artificial Intelligence to Warfighting*, Air Power Development Centre, Australia

²⁰ <https://www.defense.gov/Explore/News/Article/Article/2094085/dod-adopts-5-principles-of-artificial-intelligence-ethics/>

seu emprego), Fiabilidade (as capacidades IA devem cumprir padrões bem definidos de segurança e eficácia em todo o seu ciclo de vida), e Governabilidade (as capacidades IA devem realizar funções bem definidas, para as quais foram concebidas, devendo poder ser detetadas e evitadas consequências indesejadas, designadamente através da desativação dos sistemas que demonstrem comportamento anómalo).

De facto, uma das grandes dúvidas que têm sido colocadas, prende-se com o nível de confiança dos utilizadores em relação a sistemas baseados em IA. Por exemplo, o General David Berger, Comandante do *Marine Corps* americano, afirmou que, apesar de haver a necessidade de se ter confiança na IA, por ela poder reduzir a carga cognitiva e a pressão nos operadores e nos decisores, proporcionando-lhes um nível de apoio que melhora a velocidade e a precisão das decisões humanas, tal confiança ainda não existe nos dias de hoje²¹. A solução apontada para ganhar a necessária confiança, passa por assegurar o envolvimento dos futuros utilizadores em eventos de experimentação que validem os sistemas. Aqui faria um breve parêntesis, para salientar a diferença entre “exercícios” e “experimentação”, que por vezes são confundidos. Os exercícios destinam-se a avaliar o cumprimento de padrões desempenho por parte das pessoas, na realização de tarefas em que estas devem ser proficientes. Por seu lado, a experimentação destina-se a avaliar a validade e o mérito de novos conceitos, novas táticas, técnicas e procedimentos. Num caso são as pessoas que são avaliadas, no outro são ideias ou hipóteses de melhoria que são avaliadas.

Na Europa, a Comissão Europeia tem debatido os riscos associados à IA e manifestado a preocupação em criar regras e ações para promover a excelência e a confiança, tendo proposto, em 21 de abril deste ano, um quadro legal²² que estabelece regras harmonizadas sobre a IA, salvaguardando em particular os altos riscos potenciais nos domínios da segurança e dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus e propõe ainda um Plano Coordenado para reforçar a posição de liderança da Europa no desenvolvimento de uma inteligência artificial centrada no ser humano, sustentável, segura, inclusiva e fiável.

De facto, a IA vem sendo desenvolvida há décadas, com evidências de excelentes desempenhos, dificilmente alcançáveis pelo humano comum, em nichos de conhecimento específicos. Poderia dar aqui muitos exemplos de casos de sucesso, desde os épicos jogos de xadrez entre o supercomputador Deep Blue e o campeão mundial Garry Kasparov, nos idos anos de 1996 e 1997; ao controlo dos veículos envolvidos na exploração espacial; ao desenvolvimento de carros autónomos; até aos “AlphaDogfight Trials” realizados em agosto passado, pela DARPA americana, em que um agente de IA confrontou e venceu um experiente piloto de F-16 numa série de 5 combates aéreos simulados²³.

²¹ <https://www.nationaldefensemagazine.org/articles/2021/4/1/marines-lack-trust-in-artificial-intelligence>

²² <https://ec.europa.eu/newsroom/dae/redirection/document/75788>

²³ <https://www.darpa.mil/news-events/2020-08-26>

Se é certo que a IA veio para ficar, não menos certo é que há fortes razões para existir uma postura cautelosa, já que é sabido que os seus algoritmos são facilmente ludibriáveis²⁴, são vulneráveis às ameaças do ciberespaço²⁵, e que o seu desenvolvimento, apesar de requerer algum conhecimento, não exige meios particularmente sofisticados, sendo normal que esta capacidade de desenvolvimento venha a vulgarizar-se, nem sempre para fins legítimos e benéficos para a sociedade, podendo elas próprias constituir uma forte ameaça²⁶.

Nesta exposição, aflorei a ponta do iceberg de um tema em que muito mais haveria a dizer, abordando superficialmente algumas questões que permitem ajuizar sobre a necessidade das pessoas disporem de meios que os ajudem nos seus processos de decisão, sem que, no entanto, se deva alguma vez cair na tentação de substituir o homem e a sua sensibilidade, na análise de impactos que as escolhas e as ações têm; a não ser assim, corre-se o risco de desumanizar a avaliação dos efeitos na sociedade ou, quiçá, de se tornar real o cenário, tantas vezes ficcionado, de que a espécie humana é o elemento a suprimir para garantir o cumprimento um objetivo estabelecido à luz duma “racionalidade ideal”, que não a nossa...

A semana passada assisti a uma interessantíssima apresentação feita pelo jovem filósofo tecnológico britânico Tom Chafield que, advogava que o papel da tecnologia relativamente aos humanos, não é de “competição”, antes sim de “colaboração”, visão que partilho totalmente. Chafield, reconhecendo os riscos inerentes à tecnologia, proferiu uma afirmação que dá muito que pensar: “Os computadores são bons a dar respostas, mas só os humanos são capazes de fazer perguntas ...” Apesar desta ideia ser poderosa e nos dar uma centelha de esperança, eu não estou certo que seja totalmente correta. Mais... a afirmação não deixa de conter também a chave para alguns riscos para que devemos estar atentos: quem faz que perguntas às máquinas? E com que fim?

Caros confrades,

A missão da Marinha, que visa “Contribuir para que Portugal use o Mar” é uma missão complexa, em que no mar, no ar e em terra, hoje, como ao longo dos seus mais de sete séculos de existência, homens e mulheres são chamados a responder, com o seu “*Talant de bien Faire*”, em situações de crises militares e de crises civis, sendo importante que o seu esforço seja aplicado de forma eficaz e eficiente. Para cumprir este desiderato, é importante que os líderes possam contar, no seu arsenal, com ferramentas de apoio à

²⁴ https://www.usni.org/magazines/proceedings/2021/may/sun-tzu-versus-ai-why-artificial-intelligence-can-fail-great-power?mc_cid=8b5ef03c7a&mc_eid=c0518519c0

²⁵ https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/AUPress/Books/B_0161_WRIGHT_ARTIFICIAL_INTELLIGENCE_CHINA_RUSSIA_AND_THE_GLOBAL_ORDER.PDF

²⁶ <https://www.forbes.com/sites/forbesbusinesscouncil/2020/10/13/how-criminals-use-artificial-intelligence-to-fuel-cyber-attacks/?sh=47cd82b55012>

decisão fiáveis. Orgulho-me de poder afirmar que a Marinha tem sabido ser precursora neste domínio e tem tido a capacidade de, internamente ou em parceria, desenvolver ferramentas com características únicas e inovadoras para apoiar a sua nobre missão, p. ex. nos domínios do Conhecimento Situacional Marítimo, na Gestão da Batalha Interna dos navios combatentes, ou no processamento de imagem, para apoio às operações navais e da Autoridade Marítima. Esta tem sido apenas uma das muitas capacidades que se têm conjugado para, ao serviço de Portugal, fazendo face a ventos e marés, se manter a vontade firme, mas também douta e ciente, que nos tem levado, bastas vezes, a navegar “Por mares nunca de outro lenho arados”.

SESSÃO CONJUNTA COM A ANBA

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 1 de junho

Senhora Professora Natália Correia Guedes, mui ilustre Presidente da Academia Nacional de Belas Artes.

Com um ano de interregno relativamente à nossa última sessão conjunta, aqui estamos de novo neste encontro de ciência, arte e amizade para debatermos um tema de interesse comum.

A não realização deste encontro anual em 2020 deve-se, como não é difícil de adivinhar, à pandemia que nos cerca e limita. E porque o cerco ainda se mantém, é minha obrigação agradecer a disponibilidade para esta realização quando tantas dúvidas ainda pairam no ar.

Mais uma vez a sessão realiza-se nas instalações da Academia de Marinha. A senhora Professora sabe bem como estamos sempre disponíveis para a receber. Mas, também quero que saiba que desejamos que as obras de melhoramentos da sua Academia terminem em breve para que se possa, já no próximo ano, praticar a tão desejada alternância.

Também gostamos de usufruir do estatuto de convidado, pois bem sabemos como gosta e sabe receber. Pena temos que, apesar de todo o empenho e determinação que colocou em conseguir a expansão da área que a Academia de Belas Artes hoje ocupa, tenha deparado com uma barreira de falta de vontades em decidir em função do mérito das várias alternativas que se encontravam em jogo.

Senhores académicos, senhores convidados, sejam bem-vindos.

O dicionário define a palavra Design, na sua principal conceção, como a «Disciplina que visa a criação de objetos, ambientes, obras gráficas, ao mesmo tempo funcionais, estéticos e conformes aos imperativos de uma produção industrial».

Arriscando uma interpretação muito pessoal, o Design é assim uma síntese entre forma e a função, pois se a beleza de um objeto é uma preocupação sua, não é única, não se prendendo ao estritamente estético, preocupando-se também com os aspetos funcionais dos mais variados objetos.

O Design desempenha assim o papel de ponte entre o homem e a sua actividade diária, uma vez que os utensílios, veículos e outros objetos por si criados, são-no com o objetivo de facilitar a nossa vida, ou de responder a um desafio ou necessidade específica.

Será nesta vertente que o Design e as Marinhas se encontram e relacionam, uma vez que a vida no mar é repleta de desafios e necessidades a que é obrigatório responder. Assim, desde a conceção dos navios, que precisa de ter em conta fatores como a estabilidade, robustez, habitabilidade e, naturalmente, o fim específico a que se destinam, incluindo todo o seu aprestamento, o Design está sempre presente em muitos dos aspetos da vida no mar.

E assim é desde há séculos, como comprovam as belas figuras do Livro de Traças de Carpintaria de Manoel Fernandes, ou os textos do Livro Primeiro de Architectura Naval, de João Baptista Lavanha, ou os do Livro da Fábrica das Naus, de Fernando de Oliveira.

Esta ligação, entre a Marinha e o Design, pode até ser encontrada dentro das suas instalações, bem perto deste auditório, uma vez que ao olhar pelas janelas da Galeria da Academia de Marinha daremos com os olhos no velho Dique do Arsenal, ou também naquilo que outrora, ao fundo desta mesma Galeria, se designava por Sala do Risco, espaços onde o design estava presente, pois neles se traçavam e construía os navios da Armada.

Assim, se a princípio falar de Design na Academia de Marinha poderia parecer algo deslocado, fica clara a ligação e a naturalidade com que aqui se acolhe este assunto e de como existe uma forte ligação entre o design, neste caso o náutico, a Marinha e a sua Academia.

Mas é tempo de deixar falar sobre o tema que hoje aqui nos trouxe aqueles que já o praticaram, ainda o praticam ou o ensinam. Vamos ouvi-los.

Academia de Marinha, Lisboa, em 1 de Junho de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

PALAVRAS PROFERIDAS NO ENCERRAMENTO DA SESSÃO CONJUNTA AM-ANBA

Palavras proferidas pela Académica
Natália Correia Guedes, em 1 de junho

Com a aproximação que temos vindo a concretizar entre as nossas duas Academias, fomos descobrindo afinidades num vasto oceano a desbravar; de facto, até há seis anos, a Academia Nacional de Belas Artes não embarcava em mares desconhecidos, ficava em terra segura.

Ora o que se constata é que desde os primórdios do ensino das Artes, pelos anos 90 do século XVIII, as Academias Reais que deram origem às nossas¹ percorreram caminhos pedagógicos, em muitos casos tangentes, em que não só disciplinas como a Arquitectura, o Desenho, o estudo da resistência dos materiais, constavam dos *curricula*, como os Professores por vezes eram os mesmos.

Os alunos conviviam nas especialidades: os “carpinteiros de machado”, com os “carpinteiros das naus”, os “escultores” de estatuas urbanas, com os de “figuras de proa”, os Arquitectos e Engenheiros transitavam de obra navegável para outra, algures no Império.

Recorde-se que na fundição da estátua de D. José, trabalharam lado a lado, o escultor Machado de Castro e Bartolomeu da Costa que servira na Armada Guarda Costeira, transitando posteriormente para Artilharia onde seria promovido a Condestável Mor.

Sem as armadas quem transportaria os artistas e artífices para os estaleiros de obras reais de Goa, de Macau ou do Rio? Como se teriam construído Igrejas, Conventos e Paços em Congonhas, ou na Ilha de Moçambique, se não saíssem do reino cantarias já aparelhadas que serviram de lastro às grandes embarcações?

Estas, entre muitas outras, são matérias para novas investigações, que nos motivam a prosseguir.

Hoje as duas Academias, embora dispondo de infra-estruturas desiguais, em consistência estrutural, desenvolvem objectivos que se completam nas áreas histórica, artística e pedagógica. Acresce que a Academia de Marinha, de actividade modelar, se excede em generosidade para com a nossa; recorde-se a oportunidade da exposição sobre Sousa Lopes, o repórter oficial, de paleta na Grande Guerra, que ficaria esquecido se não nos tivessem sido disponibilizados a grande Galeria e os recursos humanos.

¹ Academia Real de Marinha (1779), Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho (1790), Academia de Belas Artes de Lisboa, 1836.

Para esta Sessão convidámos duas personalidades de topo: o designer José Brandão, Professor emérito da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, pioneiro e exímio em *design* gráfico, e o Prof. Rui Marcelino, que desbrava novos caminhos, cujo nome e obra estão associados à especialidade recentemente autonomizada - o design náutico.

As raízes desta arte, remontam a tempos idos, embora ainda não suficientemente destacados. Do século passado, chegou-nos o divertido episódio, ocorrido na década de 50: a guarnição da “Pero Escobar” quando viu esta fragata acabada de construir na base naval perto de Nápoles, ficou de tal modo deslumbrada com a elegância das suas linhas que, na gíria, a baptizou de “Gina”; Lolobrigida, informada por um cônsul italiano, ofereceu ao Comandante uma fotografia com dedicatória².

Estamos gratos aos quatro oradores que, ainda em tempo incerto, prepararam os seus contributos, abrindo horizontes num área tão importante.

Esta foi uma Sessão muito significativa para nós. Representa o resultado da aliança entre uma Academia integrada, por direito próprio, nos objectivos de Defesa Nacional - a Academia de Marinha - a uma outra, a Academia Nacional de Belas Artes, cujos objectivos nunca foram suficientemente reconhecidos nem dotados.

Se o nosso País quer verdadeiramente defender as manifestações de Arte que o distinguem, para que a memória persista, incumbe á Nação promover o seu reconhecimento. Com um olhar profético o nosso Presidente Alm. Francisco Vidal de Abreu tem vindo a reconhecer, a dimensão do valor que gostaríamos de merecer.

A ele são devidos os nossos sinceros agradecimentos.

² MARTINS, Luís Roque - “O Retrato de Gina da “Pero Escobar”, in Revista da Armada, nº364. Lisboa 2003, p.35.

LANÇAMENTO DO LIVRO
“HISTÓRIA DA LIGA NAVAL PORTUGUESA (1900-2020)”

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Palavras proferidas pelo Académico
Luís Macieira Fragoso, em 2 de junho

Cumprimento o Sr. Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, a quem manifesto a minha satisfação por, depois de um interregno de mais de um ano, estar de volta à Academia de Marinha.

Uma saudação muito especial ao C/Alm Doutor Fernando David e Silva, autor do livro que aqui me proponho apresentar, a quem felicito pelo seu doutoramento e pela sua obra. Constitui para mim uma grande honra apresentar este livro de um oficial que ao longo da carreira sempre admirei, e que deixado o serviço ativo, com o mesmo empenho, dedicação e competência abraçou os estudos académicos.

Cumprimento também o co-apresentador, Prof. Doutor João Freire, e

Cumprimento o editor do livro, V/Alm Henrique Alexandre da Fonseca, bem como o coordenador da edição, Comte Orlando Temes de Oliveira, e finalmente uma saudação a todos os presentes

Quando recebi o livro, antes de o começar a ler, confesso que fiquei um pouco perplexo com a sua dimensão, 341 páginas no seu corpo e 97 de apêndices, tendo-me então questionado como uma obra sobre uma instituição que não chegou a durar meio século poderia justificar essa dimensão.

Porém, iniciada a leitura rapidamente me embrenhei no desenvolvimento da história da Liga Naval que, ao serem explicadas as circunstâncias em que os factos iam ocorrendo tendo a instituição como centro, imerge-nos nos desenvolvimentos da complexa história política de Portugal nas primeiras quatro décadas do século XX. Com efeito, a Liga Naval desde a sua criação em 1900 até à suspensão das suas atividades em 1939 atravessou quatro regimes políticos, monarquia, república, ditadura militar e Estado Novo.

Na minha opinião, o autor, teve a arte de tornar aliciante a leitura ao embrenhar-nos na sucessão de acontecimentos protagonizados em especial, por personalidades de grande prestígio no seio da Marinha e que ainda hoje são lembradas por terem, em muitos casos, o seu nome atribuído a vários navios da Armada.

Ao longo de toda a leitura permanentemente me ocorreu o paralelismo entre os factos vividos no início do século XX e aqueles que vivemos na atualidade no que se

refere à forma como Portugal se posiciona em relação ao mar. Sendo certo que a História não se repete há, no entanto, tendências que persistem e uma delas consiste na falta de uma permanente estratégia para o mar. De facto, ao longo dos dois últimos séculos o mar aparece como um desígnio nacional e podemos observar ao longo deste período várias iniciativas algumas sem consequências visíveis, outras traduzindo alguma inflexão no posicionamento do país de alheamento em relação às atividades marítimas.

O fim do século XIX início do século XX, foi muito marcado pela disputa entre as potências europeias relativamente aos territórios africanos que pretendiam colonizar, sendo fundamental para os países com tais pretensões disporem de um Poder Marítimo e Naval que lhes permitisse assegurar uma efetiva ligação entre as colónias e a metrópole. O autor, começa no primeiro capítulo por enquadrar a criação da Liga Naval Portuguesa no movimento que se vivia nos países europeus com pretensões coloniais ou mesmo imperiais que esteve na origem de um processo de rearmamento naval refletindo uma competição e uma crescente tensão que precedeu a Grande Guerra.

A Liga Naval Inglesa constituiu a primeira inspiração para a criação de uma Liga Naval Portuguesa, mas o Lema da Liga Naval acabaria por ser uma adaptação de uma frase do Kaiser alemão Guilherme II, “O Futuro de Portugal Está no Mar” que, temos que concordar, permanece perfeitamente atual.

No contexto do paralelismo entre os desenvolvimentos que levaram à criação da Liga Naval Portuguesa e a realidade atual dos que pugnam pela maritimidade de Portugal, faço a seguinte citação – “ao contrário das Ligas inglesa e alemã que tiveram origem na sociedade civil, a Liga portuguesa foi uma emanção do Clube Militar Naval”- fim de citação, que o mesmo é dizer foi uma iniciativa dos oficiais de Marinha.

A Liga Naval Portuguesa, implantou-se com relativa facilidade a que não terá sido alheia a relevância do desígnio e dos seus promotores que obtiveram a adesão dos poderes públicos, incluindo do próprio Rei D. Carlos, apoio esse consubstanciado numa subvenção do Estado. A ela se associaram para além dos oficiais da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, armadores, industriais e outras personalidades de relevo na economia do país, tendo tido como sede edifícios prestigiosos e com capacidade para ali desenvolver diversas atividades.

Ao longo do livro da História da Liga Naval Portuguesa, perpassa a figura do Comandante António Pereira de Matos, figura determinante na criação vida e ação da Liga Naval Portuguesa, que à data da criação da Liga era apenas Segundo-Tenente, o que não deixa de ser significativo, pela raridade, a importância de um jovem oficial num ambiente onde pontificavam oficiais gerais de Marinha de grande prestígio, o que só pode ter acontecido pelo reconhecido mérito das suas posições. A sua preponderância na Liga foi de tal forma relevante que se pode dizer que a Liga começou com ele e terminou com a sua morte em 1930.

A ocorrência do regicídio constituiu um momento de rutura social e política com consequências muito significativas no devir da Liga Naval que progressivamente se

afastou da sua matriz inicial da promoção do “ressurgimento marítimo” para se envolver nas questões políticas subsequentes à implantação da república, sendo através seu desenvolvimento que o autor desta obra nos leva a conhecer factos e momentos relevantes da História da Primeira República, da Ditadura subsequente ao 28 de Maio de 1926 e da criação do regime do Estado Novo.

Merece também uma referência pela importância que teve à época a publicação regular do Boletim Marítimo, órgão de divulgação e propaganda da Liga Naval, cuja capa foi utilizada, numa iniciativa feliz, para ilustrar a capa deste livro. Nesta ilustração sobressaem dois vapores um de guerra e um mercante. Sobre esta imagem cito o autor “cujas chaminés emitiam aparatosas colunas de fumo negro, símbolo de velocidade e da tecnologia que tudo permitia alcançar” fim de citação. Digo eu, uma imagem que passado mais de um século de poluição agressiva não deixa de escandalizar os nossos espíritos ecologistas.

Ao longo deste muito interessante texto não deixam de passar os vários programas navais que até aos anos trinta foram sendo defendidos e que normalmente não passaram do papel, a começar com o programa de Jacinto Cândido, não executado, e terminando no preconizado por Pereira da Silva e parcialmente concretizado por Magalhães Correia, já no tempo da ditadura e início do Estado Novo.

No tal paralelismo com a atualidade a que aludi no início desta minha intervenção, verifico que atualmente apesar de programas suportados num conjunto de documentos genéticos rigorosamente elaborados e suportados em Lei de Programação Militar, a substituição dos navios e a concretização dos programas que permitam à Marinha de Guerra estar dotada dos meios adequados às Missões estabelecidas, continuam a arrastar-se no tempo, em vários casos nunca se concretizando no todo ou em parte. Em relação à Marinha Mercante a situação não é menos grave sendo o armamento nacional atual uma sombra do que foi no terceiro quartel do século XX, o mesmo se passando com a frota de pesca do Alto.

Esta situação levou a que de novo oficiais das Marinhas de Guerra e Mercante sentissem a necessidade de retomar os objetivos da Liga Naval Portuguesa.

O autor, no capítulo VI, aborda o tema: “A Liga Naval Portuguesa e as suas congéneres na atualidade”, onde se refere a várias Ligas Navais ativas em diversos países, dando naturalmente grande destaque ao ressurgimento da Liga Naval Portuguesa.

Com efeito, em 2009 foi criada a Confraria Marítima Portuguesa, tendo como fins estatutários a promoção e divulgação das atividades relacionadas com o Mar, procurando contribuir para que o Mar seja um desígnio nacional. Esta Confraria que integra além de oficiais das Marinhas de Guerra e Mercante personalidades de diferentes setores ligados à economia do mar, bem como, cidadãos que entendem que “O Futuro de Portugal Está no Mar”, passou a partir de 2019 a assumir-se como continuadora da Liga Naval Portuguesa.

A este propósito, aproveito aqui o ensejo para, neste ambiente académico e de personalidades interessadas na maritimidade de Portugal, prestar a minha homenagem ao,

Vice-Almirante Henrique Alexandre da Fonseca, fundador da Confraria Marítima, editor deste livro, de vários outros focados na temática marítima portuguesa e também da Revista de Marinha, publicação que se tem constituído em repositório do pensamento de todos os que desenvolvem atividades ligadas ao mar, contribuindo de forma muito relevante para a sedimentação de uma cultura marítima, fundamental ao desígnio de virar o país para o mar.

O mar desde sempre foi fundamental como fonte de recursos e elemento de ligação para o comércio e, na atualidade, em que a globalização é um facto omnipresente, tem ainda uma importância acrescida em todos os domínios e por isso, se no início do século XX, era a colonização de África e a sua viabilidade que tornava importante o investimento no mar, agora, não esquecendo que o centro de gravidade ou, mais corretamente o centro geométrico de Portugal está no mar, importa concretizar o desígnio estratégico de transformar um país periférico do continente europeu num país central no mundo através do mar.

Termino, renovando as minhas felicitações ao autor por esta obra de leitura fácil e agradável que, sem dúvida, constitui um importante contributo para o conhecimento das iniciativas que patriotas têm desenvolvido desde o início do século XX para que Portugal volte a entender a importância do mar no seu devir.

Em síntese, um livro cuja leitura recomendo vivamente.

LANÇAMENTO DO LIVRO
“HISTÓRIA DA LIGA NAVAL PORTUGUESA (1900-2020)”

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Palavras proferidas pelo Académico
João Freire, em 2 de junho

Cumprimentos a:

Sr. Alm. Presidente da AM, saudando na sua pessoa todos os membros desta Casa, onde regresso com gosto depois de todos estes meses de afastamento forçado;

Sr. V/alm. Henrique Alexandre da Fonseca que, mais uma vez, nos brinda com um livro que merece ficar nas nossas estantes, honrando as tradições de uma chancela editorial de específica vocação marítima que, talvez com a Parceria António Maria Pereira e as Edições Marítimo-Coloniais, sustentaram o esforço de uma boa literatura onde o mar e o ultra-mar tinham o seu lugar reservado;

Cumprimento também o Sr. Alm. Macieira Fragoso, antigo CEMA, com quem tenho a honra de partilhar esta apresentação;

E apresento as minhas saudações a todos Srs. almirantes, srs. oficiais, senhoras e senhores presentes;

Finalmente – mas como os últimos são muitas vezes, no coração, os primeiros –, dirijo-me ao Sr. C/alm. e Eng^o Fernando David e Silva, meu caro amigo desde há uns anos, a quem felicito por ver chegado este momento, sempre um pouco inquietante, mas sempre finalmente uma bela recompensa para todos os esforços despendidos por quem realiza uma investigação de fundo e a consegue plasmar numas centenas de páginas impressas. Bem-haja!

A história da Liga Naval Portuguesa estava, até agora, por fazer. Também pouco ou nada se conhecia do homólogo movimento que se desenvolveu com rapidez em finais do século XIX em diversos outros países do Ocidente. Entre nós, em obras de história política, referiam-se por vezes (e sempre de maneira fugidia) as “conferências da Liga Naval” nos anos de 1914-15, geralmente associando alguns dos que aí foram perorar com a emergência de posições políticas muito marcadas que apareceram depois ligadas ao Sidonismo, à “monarquia do Norte” ou à Cruzada Nuno Álvares, tudo fenómenos vistos como antecedentes ou prenunciadores da tomada de poder pelos militares em 1926.

Esse vazio encontra-se agora preenchido com o livro do almirante David e Silva, que resulta directamente da tese de doutoramento que apresentou na Faculdade de Letras

da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. António Ventura, também membro desta Academia de Marinha.

Mais do que para serem aqui evocadas, as vicissitudes da Liga Naval são para ser devidamente apreciadas através destas páginas – a que também não é estranho o labor do Comte. Temes de Oliveira e o excelente desempenho da Gráfica Lousanense. De facto, elas ocorreram num período bastante curto mas agitado da vida pública nacional e internacional, pois cabem essencialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Mas o livro, que é muito completo e detalhado, estendeu mesmo a sua abordagem até aos nossos dias, a uma espécie de “renascimento” da Liga em 2009, agora no âmbito da Confraria Marítima – mais uma iniciativa a que está ligado a pessoa do alm. Fonseca.

Pela minha parte, em primeiro lugar, gostaria de chamar a vossa atenção para o paralelismo e interligação que a história da transição do século XIX para o XX nos mostra existir entre um *poder marítimo “soft”* (marinha mercante, pescas, instalações portuárias, construção naval, etc.), um *poder naval “hard”* (seja virado para o objectivo estratégico de dominar um oceano, ou de carácter mais defensivo) e os *projectos coloniais*, que tanto influenciaram as relações internacionais desse tempo.

Ora, é neste quadro que o aparecimento das Ligas Navais em diversos países ilustra e testemunha essa proximidade, ao mesmo tempo que revela a nova *autonomia das sociedades civis nacionais*, proporcionada pelos avanços da Modernidade nos planos económico, social, jurídico e cultural, e acelerada pelas facilidades técnicas de ligações internacionais a partir de meados do século XIX: transportes ferroviários e marítimos mais rápidos e regularizados com a propulsão pelas máquinas a vapor; telégrafo e cabo submarino; correio regular e transferências de fundos; grandes Exposições, Conferências e Organizações internacionais; mais tarde a TSF e a radiodifusão, os balões e aeroplanos, etc.

Tem razão o autor ao chamar a atenção para o facto de Ligas Navais como a Inglesa ou a Alemã terem tido origem em iniciativas próprias da sociedade civil, ligadas a interesses ultramarinos, de comércio-e-navegação ou ainda de alargamento do conhecimento geográfico (com as grandes explorações e travessias africanas ou a descoberta dos polos), enquanto, diferentemente, a Liga Naval Portuguesa surgiu, por homologia, exclusivamente de um núcleo significativo de oficiais da marinha de guerra portuguesa. Porém, este facto, não deixa de se enquadrar numa outra das realizações modernizadoras das sociedades do século XIX: o *associativismo*, de toda a sorte de interesses – económico-financeiros, profissionais, proprietários, culturais, políticos e outros. Ora, o mesmo David e Silva nos lembra a precocidade de, entre nós, ter surgido em 1839 uma Associação Marítima e Colonial e, depois, em 1866, o Clube Militar Naval, tudo iniciativas de oficiais da Armada mas *fora da esfera do Estado*. Como aliás também aconteceu com outras instituições relevantes como a *Revista Militar* ou a Cooperativa Militar. Nenhuma delas foi feita *contra o governo*, mas sim *à margem dele*, embora talvez sempre com o seu beneplácito.

E também não é menos significativo, no plano simbólico, o facto de o nome da Liga portuguesa não ter o prefixo “Real” – Real Liga Naval Portuguesa –, não obstante o patrocínio concedido pelo Rei D. Carlos, que aceitou figurar como “Presidente de Honra”. Mas, além deste facto ter possivelmente resultado do desejo de “neutralização política” da iniciativa, quando se manifestavam já alguns sinais de republicanismo na corporação da Armada, ele testemunha igualmente de um sentido de *autonomia associativa e cidadã* cada vez mais patente nas sociedades em vias de uma modernização social, que acompanhava a industrialização e o desenvolvimento económico.

Escrevi no prefácio deste livro o seguinte:

«O papel das personalidades não é chamado para o primeiro plano, tornando-se mais evidente o das redes sociais de interconhecimento no seio da classe social “média-alta” e das elites nacionais, bem como o aproveitamento de sinergias entre estas iniciativas civis e algumas das estruturas do Estado e das personagens políticas que o animavam no topo, ou vizinhanças, como eram os “homens dos partidos” e a imprensa. O objectivo da Liga Naval era então, de facto, lograr um almejado “ressurgimento marítimo”, num país sem marinha mercante, com uma pesca rudimentar, frota militar a necessitar de urgente renovação, farolagem insuficiente, portos mal apetrechados, construção naval escassa e antiquada, e pesquisa hidro-oceanográfica incipiente. A vasta mobilização de vontades então conseguida, os congressos realizados e as trocas internacionais atestam os bons resultados alcançados nesse primeiro período da sua existência.»

Com efeito, os objectivos originalmente definidos terão sido plenamente logrados na primeira década da existência da Liga com uma expressiva adesão de sócios, o alargamento geográfico da sua implantação (inclusive nas ilhas atlânticas e nas colónias), a publicação do seu *Boletim Marítimo*, a realização em Lisboa do Congresso Marítimo Nacional (em 1903), de um Congresso Marítimo Internacional em 1904, além do Congresso Nacional de Pescarias realizado na Póvoa de Varzim ainda nesse mesmo ano. A Liga Naval esteve também na origem do Festival Marítimo de 1907 em Cascais, foi autora de estudos e projectos de direito internacional marítimo e de rearmamento naval, além de diversas outras iniciativas nacionais ou de representação internacional.

Porém, o autor David e Silva explica nestas páginas como as rápidas e drásticas mudanças da *conjuntura política nacional* afectaram profundamente a vida associativa da Liga: o regime republicano instaurado em 1910, o governo de Afonso Costa em 1913, a Guerra Mundial declarada em Agosto de 14 e outras difíceis circunstâncias domésticas, sobretudo de natureza político-partidária.

O papel do grande animador da Liga Naval – o tenente, depois comandante, António Pereira de Matos – tem aqui composto um perfil bastante completo da sua pessoa e da sua obra. Mas, numa focagem mais biográfica, ele próprio é um filão de pesquisas ainda longe de estar esgotado, sobretudo na perspectiva das suas ideias políticas e sociais, inseridas na sociedade portuguesa, e não apenas nela, dados os intensos contactos internacionais que procurou e alimentou. Segundo se percebe, participou

em diversas movimentações conservadoras, o que não surpreende, dadas as suas convicções monárquicas.

A visão de Pereira de Matos e da Liga Naval acerca da colonização portuguesa daquela época – ele, que também prestou serviço naval em Moçambique e até participou na última grande operação combinada de combate ao tráfico clandestino escravagista no norte de Moçambique em 1903 – é decerto outra perspectiva a explorar.

Este livro lembra, com razão, as preocupações de Matos e de outros (marinheiros e grandes empresários comerciais e tropicais) relativamente à marinha mercante e às carreiras de África. Não é também por acaso que se verifica uma grande proximidade de intenções e sensibilidades entre a Liga e a Sociedade de Geografia de Lisboa; e que o Congresso Colonial, realizado em 1901, tenha servido de modelo organizativo ao Congresso Marítimo que a Liga organizou (no mesmo local) algum tempo depois.

Mas há também o livro que Pereira de Matos escreveu e a acção que desenvolveu junto do então Ministério da Marinha e Ultramar para que vingasse entre nós o seu conceito de “marinha colonial”. De facto, foi já no período da transição do regime político da Monarquia para a República que o mesmo acabou por ser adoptado. Não tanto na vertente operacional – porque, entretanto, a frota das corvetas e canhoneiras mistas tinha esgotado o seu prazo de validade e a Armada entrava quase no “zero naval” no que dizia respeito aos mares longínquos – mas, sim no domínio administrativo, com a clarificação de “quem pagava o quê” nestas matérias orçamentais – entre os governos locais e o “Terreiro do Paço” – quanto ao estipêndio do pessoal e às despesas de operação e manutenção dos navios e equipamentos.

Alguns saberão que fui arguente da tese de doutoramento na Faculdade de Letras de Lisboa que está na base deste livro. Naturalmente, num ou noutro ponto, repeti aqui o que já nessa ocasião tinha referido (embora já o tenha esquecido).

Mas, estando já liberto das condições do debate científico e historiográfico, e não sendo eu historiador mas agora apenas um cidadão interessado na história moderna e contemporânea, posso também dizer que, com este livro, não só se desvendou com pormenor a saga da Liga Naval Portuguesa e alguma coisa do papel desempenhado pelo seu principal protagonista, como, além disso, se disponibilizam preciosas listagens de centenas de pessoas aderentes e de dirigentes desta associação, as quais permitirão novas investigações sobre a história portuguesa do primeiro quartel do século XX. É um “maná” que fica à mercê do interesse que os jovens investigadores não deixarão de explorar. Entre outros temas, o *estudo das elites* nacionais e da *circulação das elites* poderão aproveitar muito deste trabalho do engenheiro David e Silva.

Não me alongo mais.

Os meus agradecimentos pelo convite para participar nesta apresentação, ao autor o meu abraço, e a todos as minhas saudações.

LANÇAMENTO DO LIVRO
“HISTÓRIA DA LIGA NAVAL PORTUGUESA (1900-2020)”

PALAVRAS DO AUTOR

Palavras proferidas pelo Académico
Fernando David e Silva, em 2 de junho

Senhor presidente da AM, Almirante Francisco Vidal Abreu, senhor Almirante Luís Fragoso, ex-Chefe do Estado-Maior da Armada, senhor professor doutor João Freire, professor emérito do ISCTE, senhores Académicos, senhores Oficiais-generais, Senhoras e Senhores,

Senhor Presidente da Academia de Marinha, devo-lhe hoje um duplo agradecimento, pelo acolhimento desta apresentação e pela circunstância de ter integrado o Júri das provas que prestei na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 29 de Janeiro de 2020.

Aos senhores Almirante Luís Fragoso e Professor Doutor João Freire agradeço a generosidade das palavras proferidas. Creio mesmo que não voltarei a ter leitores tão benevolentes.

Ao Editor, representado pelo Almirante Henrique Alexandre da Fonseca, agradeço o interesse cedo demonstrado na publicação do livro, bem como todo o empenho revelado na sua edição. Ao Comandante Orlando Temes de Oliveira, que coordenou a edição, agradeço o companheirismo e espírito de colaboração na viagem que nos conduziu até aqui. Neste contexto, quero ainda lembrar o saudoso Comandante Joaquim Villas-Boas, que tão generosamente contribuiu para a revisão das versões iniciais do texto. Quero ainda exprimir o meu apreço pelo trabalho competente e paciente realizado pela Gráfica Lousanense.

Deve agradecer também a quantos, nas bibliotecas e arquivos, me proporcionaram o acesso às fontes, sem as quais não é possível escrever História. Neste campo é de inteira justiça relevar a contribuição do Arquivo Histórico da Marinha e, em especial, da Dra. Maria Isabel Beato. Pedindo que me relevem das injustiças cometidas com involuntários esquecimentos, devo igualmente agradecer a todos os que me apoiaram, com o preenchimento de lacunas e a disponibilidade para debate.

Numa nota pessoal, quero ainda deixar a minha pública gratidão à minha Mulher que, com sábia paciência e permanente encorajamento, permitiu que esta viagem chegasse a bom porto, saudação especial em que incluo os meus filhos e netos.

A Liga Naval Portuguesa foi criada no contexto do que chamei movimento das Ligas Navais, de que foram precursoras as Ligas inglesa (1894) e alemã (1898), iniciativas da

sociedade civil (cidadãos privados e empresas ligadas às indústrias de defesa e aos interesses coloniais) para influenciar o poder político e a opinião pública quanto à necessidade do rearmamento das marinhas de guerra e do crescimento das marinhas de comércio.

Seguiu-se, na viragem do século, a criação das Ligas francesa, italiana e belga – em 1899, e das ligas portuguesa e espanhola em 1900, a par das que, quase contemporaneamente, foram criadas noutros países da Europa e das Américas.

A Liga Naval Portuguesa teve como primeiro traço distintivo o facto de ter sido fundada a partir de uma deliberação tomada numa Assembleia-Geral do Clube Militar Naval, desenvolvendo-se depois de uma forma inteiramente autónoma. O seu percurso posterior apresentou outras características singulares. De facto, identificamos dois períodos, marcados por propósitos que podemos considerar de certo modo convergentes, mas distintos: o primeiro, entre a fundação e o Regicídio, durante o qual a Liga Naval Portuguesa desenvolveu a sua actividade com o objectivo de promover o “ressurgimento marítimo” do País: realizou congressos, manteve uma actividade editorial de relevo, acolheu reuniões e conferências sobre temáticas ligadas ao Mar, nomeadamente sobre as Marinhas de Guerra e mercante, as pescas e a náutica de recreio. Promoveu a realização de um grande festival marítimo (1907) e criou escolas, uma caixa de assistência a pescadores e o Museu Nacional de Marinha (1909). Estas actividades ficaram marcadas por graus de sucesso desiguais, mas pode dizer-se que não terá ficado mar por lavar na perseguição daquele grande objectivo. A Liga Naval procurou então afirmar-se como representante e mesmo como federadora da globalidade dos interesses ligados ao Mar. Muitas das questões em que se envolveu permanecem sem resposta nos nossos dias. Não porque a História se repita, já que a conjuntura é inteiramente diferente, mas porque certos problemas persistem na longa duração. Porque – na verdade - o Mar já era mais objecto de desejo da retórica política, do que de desígnio nacional.

A morte de D. Carlos e do príncipe-herdeiro em 1908 e a ameaça que pairava sobre o regime, terão levado a Liga ao seu envolvimento na vida política. Primeiro, através da procura de uma conciliação entre monárquicos e republicanos, por via de um debate dos grandes problemas nacionais, num congresso que realizou em Maio de 1910, cujo processo e resultados foram, todavia, rejeitados por grande parte dos republicanos, entre participantes e não-participantes. Depois, já na República, a Liga prosseguiu esse novo objectivo, proclamado como de “ressurgimento nacional”, que procurou desenvolver a par dos propósitos que marcaram os anos iniciais da sua existência. Ligou-se então a movimentos e iniciativas de carácter monárquico e conservador: fundou uma efémera União Patriótica (1913), associou-se aos momentos iniciais do Integralismo Lusitano (1915), fundou uma Liga Nacional (1915-1918) e, ainda em 1918, apoiou a criação da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (desaparecida em 1938). Através destas iniciativas, deixou um contributo para a formação do pensamento que, mais tarde, iria marcar o Estado Novo.

Os objectivos do “ressurgimento marítimo” manifestaram-se de novo em 1930, quando foi chamada a apoiar a propaganda ao programa naval lançado pela Ditadura. Foi nas salas da Liga Naval Portuguesa que o então Capitão-de-Fragata Pereira da Silva proferiu a conferência em que cunhou a expressão “zero naval”, para qualificar o estado da Marinha do seu tempo: “zero naval, que é o mesmo que dizer, para uma nação marítima, uma situação inferior à que nos convém na política internacional”.

Financeiramente debilitada, perdidos os seus espaços de manobra, progressivamente ocupados pela organização corporativa do Estado Novo, a Liga viu-se forçada a suspender a actividade em 1939. Reapareceu em 2009, na Confraria Marítima de Portugal que, uma década mais tarde, incorporou a antiga designação associativa de Liga Naval Portuguesa. Aproveito esta referência para agradecer o seu patrocínio ao livro, bem como para felicitá-la, na pessoa do Almirante António Bossa Dionísio, pela recente passagem do seu 12º aniversário.

O historiador francês Marc Bloch (primeira metade do séc. XX), consagrou a que é talvez a mais sintética e esclarecedora definição de História como a “Ciência dos homens no tempo”. A Liga Naval Portuguesa foi fundada e construída por homens com nome e com rosto. Em referência muito sumária, refiro alguns deles, pela sua dupla relevância: na actividade da Liga, e na sua condição de personagens destacados na vida militar-naval, cívica e cultural do seu tempo. Foi o caso do Capitão-tenente António Pereira de Matos, estudioso das marinhas de guerra, mercante e das pescas, conhecido, mas largamente desvalorizado entre os pensadores do poder marítimo português na primeira metade do séc. XX. Quando era Segundo-tenente, com apenas 25 anos, tinha já publicada uma obra vasta sobre aqueles temas, e foi o criador e grande animador da vida da Liga Naval, na condição de seu secretário-perpétuo, bem como das suas emanações políticas, até à sua morte em 1930.

Do primeiro período da sua existência (1900-1939), evoco os presidentes da Liga Naval Portuguesa, Júlio de Vilhena, António Teixeira de Sousa, Jacinto Cândido da Silva, João de Meneses, Gonçalo de Sousa e Meneses (3º conde de Bertandos) e o Almirante Pedro de Azevedo Coutinho; lembro também membros notórios como foram os Oficiais de Marinha Vicente Almeida d’Eça, João de Azevedo Coutinho, Afonso Cerqueira, Hugo de Lacerda, Jaime Leote do Rego, Ladislau Parreira, Filomeno da Câmara, Álvaro Nunes Ribeiro, José Carlos da Maia e Fernando Pereira da Silva; os oficiais do Exército Aires de Ornelas, Fernando Freiria, Ferrugento Gonçalves e Vasco de Carvalho; os Oficiais da Marinha Mercante João Carlos de Oliveira Leone e Guilherme Augusto Vidal Júnior; os armadores, comerciantes, industriais e profissionais independentes Alfredo da Silva, António José Gomes Netto Júnior, Eduardo Ferreira Pinto Basto, Guilherme Arnaud, Abraão Bensaúde, João Basílio Garraio, João Andressen, Bento Carqueja, Francisco Teixeira de Aguiar, António Sardinha e Alberto Monsaraz. Merece também referência o nome de Sebastião de Magalhães Lima, proeminente republicano que, no início da República, foi vice-presidente da Liga Naval.

O conhecimento do passado transforma-se sem cessar. É por isso que quero reconhecer que o título *História da Liga Naval* subentende apenas a biografia provisória de uma instituição. É, meramente, *uma História*, na medida em que a futura revelação de novas fontes ou a reinterpretação das já conhecidas, irá trazer novas perspectivas sobre aspectos menos bem trabalhados ou ainda obscuros, na actividade da Liga Naval e dos homens que a conduziram por mares raramente tranquilos.

Termino, desejando a todos uma boa e crítica leitura, e agradecendo, reconhecido, a vossa presença.

O ÚLTIMO FÔLEGO REFORMISTA DO SÉCULO XIX: A CARTA DE LEI DE 1 DE SETEMBRO DE 1899¹

Comunicação apresentada pela Prof.^a Doutora
Isabel Graes², em 8 de junho

Resumo: Volvido um século da redacção dos Artigos de Guerra de 18 de Setembro de 1799 e na sequência de um vasto conjunto de textos legislativos que regularam as estruturas judiciárias militares de que cumpre salientar o diploma fontista de 1875, Oitocentos termina com a apresentação daquele que foi o primeiro Código de Justiça da Armada. Resultado de um atento e meticoloso trabalho em que estiveram envolvidas várias comissões legislativas, a Carta de Lei de 1 de Setembro de 1899 correspondeu, destarte, a uma das últimas manifestações reformistas da monarquia constitucional. A autoria da novel medida ficou a dever-se ao terceiro governo progressista presidido por José Luciano de Castro, sendo titulares das pastas da Marinha e do Ultramar, António Eduardo Vilaça e dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, José Maria de Alpoim.

Afora a enunciação da classificação dos diferentes tipos penais aplicáveis ao meio castrense a que acresceu a especificidade da natureza do «dever militar marítimo» que urgia respeitar, o citado diploma evidenciou ainda uma pluralidade de questões nevrálgicas ínsitas à estatuição da estrutura judiciária contemporânea fomentadas pelo ideário jurídico-político coevo, de que é exemplo a existência do foro privilegiado, sendo estes alguns dos aspectos que a reflexão que se pretende expender privilegiará.

Palavras-chave: Código de Justiça da Armada; jurisdição militar; conselho de guerra; tribunal; crime militar

Sumário: Introdução I. O foro militar naval: breves considerações. II. Um código de justiça destinado à Armada. 2.1 As comissões e os trabalhos preparatórios. 2.2 O «novo» diploma. Características. 2.3 As instituições judiciárias destinadas à Armada.

¹ O texto ora apresentado esteve na base da conferência proferida na Academia de Marinha no dia 8 de Junho de 2021. A este respeito deixamos o nosso penhorado agradecimento pelo convite que nos foi dirigido por Sua Excelência, o Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu.

² Doutora em Direito e Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (isabelgraes@campus.ul.pt).

INTRODUÇÃO

Na sequência de um extenso e diversificado conjunto de diplomas que procuraram regular a estrutura e organização das forças militares portuguesas, o legífero optou, num dos últimos momentos legislativos de oitocentos, por codificar a matéria penal, processual e de organização judiciária da armada. Depois de um hiato de exactamente uma centúria, marcado pela redacção dos Artigos de Guerra de 1799 antecedidos pelo Regimento Provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da Armada Real de 1796, era aprovado finalmente o primeiro Código de Justiça da Armada.

A iniciativa então adoptada não se afigura isolada pois fora antecedida por um acervo de pequenas reformas relativas à composição dos órgãos judiciais militares a que acrescem: o modo de classificação das patentes; o trâmite adoptado nas promoções; a regulação das tarifas dos soldos do pessoal da armada; a estruturação do respectivo comando geral e a organização de alguns serviços de que é exemplo a intendência da marinha de Lisboa. No entanto, se recordarmos o ensejo reformista e codificador vigente, a delonga na redacção de um código penal e processual militar não deixa de não causar alguma perplexidade. Entendemos que a explicação jamais poderá estar associada a uma possível inércia ou desinteresse do legislador que desde cedo pugnou pela criação de variadíssimas comissões. Destarte, a feitura tardia dos códigos de justiça destinados, quer às forças militares de terra quer às navais, encontra a sua razão na constante instabilidade político-social sendo apenas no último quartel do século XIX que estes foram aprovados. Se o primeiro é devido à iniciativa de Fontes Pereira de Melo³ que ao malogrado texto de 1820 fez suceder o diploma de 1875 que revia os diplomas de 1763-1765 já profusamente alterados, o segundo esteve associado à figura de António Eduardo Vilaça representante do Partido Progressista que ocupava à época o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar do Governo de José Luciano de Castro.

1. O foro militar naval: breves considerações

Sem pretender estabelecer um excuro histórico que dê a conhecer exaustivamente os lugares em que a matéria relativa à marinha de guerra foi positivada, sabemos que passou a ocupar um lugar constante na legislação portuguesa a partir do reinado de D. Afonso III, sobretudo no que respeita à organização e actuação da guerra naval, datando apenas da governação de D. Afonso IV as primeiras medidas que permitem falar com segurança da edificação da estrutura militar naval. Dos primeiros anos da monarquia portuguesa ficava a menção ao apelido, ao fossado ou a azaria que tinham regulado

³ À altura, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Guerra e da Marinha.

a *ars belli*⁴ e a referência aos cargos de *rector de galeata regis* e do *pretor nauigorum* destacados logo no reinado de D. Afonso Henriques; a que se associou a figura do alcaide⁵, principalmente, durante o governo de D. Sancho I.

Também a consagração do privilégio de foro a nível militar, temática que revestiu a maior importância no quadro oitocentista, encontra-se presente logo nos textos de D. Dinis (1298) em que é reconhecido aos alcaides e arrais das galés permitindo-lhes que não respondessem perante os magistrados comuns. Alguns anos depois, em 1321, o monarca reservava o conhecimento dos crimes de morte e ofensas corporais ao almirante⁶ a quem também eram conferidos poderes administrativos, acrescentando-se, como é dado a conhecer no Livro de Leis e Posturas, ser costume «*aqueles que andam sobre o mar*» elegerem juízes alvedrios⁷. Por sua vez, no início da época oceânica, a par da estatuição dos principais cargos judiciais, a primeira compilação de leis não descurou o tratamento da disciplina dos principais ofícios da guerra, ao consagrar que: «todo o poderio, e conservação da Republica procede principalmente a raiz em virtude de duas coisas, a saber Armas, e Leyx» (Ordenações Afonsinas, I.2). As mesmas Ordenações contemplavam assim o Regimento da Guerra (I.51) que, ao tomar como referência o exemplo das Sete Partidas, regulava a disciplina militar e identificava as penas previstas (I.51.65).

Subsequentemente, vão sendo tomadas outras medidas, como a criação de diversos cargos de que é exemplo, em 15 de Outubro de 1633, a nomeação do bacharel Diogo Bernardes Pimenta, para o desempenho das funções de ouvidor geral da armada. Outrossim assiste-se à formação do Terço de 300 marinheiros criado, em 10 de Fevereiro de 1673, como resposta à «falta de gente de mar» sendo conferido a este colectivo um vínculo trienal, cuja violação determinava a aplicação da pena de morte, caso se ausentassem (VII), «como aqueles que fogem do Exército». Note-se ainda que a tipificação penal do acto de deserção merecera a atenção por parte do autor das Ordenações Manuelinas e Filipinas, respectivamente, no livro V, títulos 98 e 97. Aqui

⁴ Entre as primeiras disposições legislativas militares, encontra-se a determinação de D. Dinis (ou quiçá, de D. Afonso IV) em que se manda publicar o Regimento da milícia dos acoutados e dos besteiros. Tal como ocorria com os demais ofícios, a sua diversidade e complexidade aumentou sobretudo a partir do século XIV, de que cabe salientar o regimento dos besteiros do conto de 1356; as ordens fernandinas de 1377 e o primeiro regimento atribuído ao anadel-mor, em 1397. Contudo, convém não esquecer que a instituição de diversos cargos militares advinha de épocas mais recuadas, como era o caso do alferes-menor ou alferes d'el rei que data do século XII.

⁵ Note-se que ao alcaide era, neste período, conferida competência jurisdicional em sede naval.

⁶ A excepção era dada pelo caso do Porto, em que era mantida a competência à justiça comum, como bem alertam ALBUQUERQUE, Rui de e ALBUQUERQUE, Martim de, **História do Direito Português (1140-1415)**, 11ª ed., Lisboa, Pedro Ferreira, 2004, p. 682.

⁷ Título com a mesma designação, in **Livro de Leis e Posturas**, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1971, p. 110 citada também a p. 85 das **Ordenações de Dom Duarte**, segundo edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, s.l.

se previa a aplicação da pena pecuniária, na razão do quádruplo do valor que fosse recebido em sede de soldo, cumulada com o degredo, bem como a perda dos ofícios e demais privilégios que o infractor detivesse, se «fosse pessoa de qualidade». Era aplicada igual pena a quem aceitasse cargos em outras armadas, dizendo o comentador das Ordenações que com esta solução evitava-se reviver a experiência ocorrida com Fernão de Magalhães. Ainda nos termos da carta régia de 25 de Maio de 1621, determinava-se que o castigo pudesse ser agravado, conforme os tempos e os lugares em que os transgressores se ausentassem.

Chegados a setecentos, ao intensificar-se a especialização dirigida aos órgãos administrativos, de imediato, são visíveis as consequências a nível judiciário. Sem excluir uma organização que respeitou a assunção do duplo grau de jurisdição, o modelo do período moderno foi marcado por uma pluralidade de instituições (juntas e conselhos) em que se encontravam conjugadas múltiplas competências⁸. Se a estrutura ordinária ou comum era constituída pelos tribunais de comarca e pelas Relações, representando a Casa da Suplicação o supremo tribunal do reino; as instâncias especiais contemplavam um conjunto de instituições autónomas, de que foi exemplo o foro militar. Neste sentido foi criado, em Lisboa⁹, no ano de 1640, o primeiro tribunal superior militar, então designado Conselho de Guerra, cujo Regimento lavrado três anos mais tarde (a 22 de Dezembro) atribuiu-lhe uma natureza consultiva, deliberativa e judicial que lhe permitia conhecer dos «delictos militares em desserviço régio» cometidos pelos «generaes e mestres de campo ou outras pessoas de muita qualidade» (§§ 1, 2 e 19).

Porque o decurso da história e a complexidade das funções do Estado então delineadas exigiam que fosse dada uma atenção mais acurada ao estatuto daqueles que lutavam e a quem era devida a segurança e protecção do reino, afora as datas antes enunciadas de 1640 e 1643, entre os marcos legislativos que se impõem mencionar, assume especial importância a medida de 1 de Junho de 1678 associada também ao Conselho da Guerra, assim como a de 19 de Janeiro de 1735 em que é lavrado o Regimento que deveria ser guardado pelos capitães de mar e guerra e demais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade. Neste último diploma era consagrada a proibição daqueles virem a ausentar-se da cidade de Lisboa, abandonarem o navio ou

⁸ Vd. Isabel Graes, **O poder e a justiça em Portugal no século XIX**, Lisboa, AAFDL, 2014, pp. 107-122 e 399-405. Acerca da legislação militar, vd. ANTUNES, José Ricardo da Costa Silva, **Compilação da Legislação Penal Militar Portuguesa**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895 e ALMEIDA, António Lopes da Costa, **Repertório remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar compreendida nos annos de 1317 até 1856**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

⁹ Ou no lugar onde estivesse a corte. Para este órgão tinham sido nomeados dez conselheiros e um secretário (cfe. Decreto de 11 de Dezembro de 1640), a que o legislador de 22 de Dezembro de 1643 fazia acrescentar as figuras de um assessor (que seria sempre um juiz togado, preferencialmente, um desembargador do paço), um promotor de justiça (§1); um porteiro e um contínuo (§8). Por inerência, do Conselho de Guerra faziam parte os Conselheiros de Estado (idem, §5).

de ser embarcada fazenda ou passageiro, sem prévia licença. Para os delitos ali tipificados, designadamente, de deserção, saída não autorizada da embarcação, fomentação de desordem a bordo e motins, prática de lesões corporais (a bordo ou em terra), negligência da vigia pelas sentinelas que se deixavam dormir e demais marinheiros que não cumpriam «o tempo do seu quarto» ou desamparavam o seu posto em momento de combate; estava previsto um conjunto de sanções que compreendiam desde as cominações pecuniárias à pena de morte. Um ano depois, é apresentado o Regimento de 24 de Março destinado à marinha de guerra que, para além de regular a boa ordem e governo dos navios régios¹⁰, classificava como delitos: deixar de ouvir missa, faltar às orações e doutrina sem causa legítima; a prática de blasfémia ou desrespeito aos superiores; a embriaguez; a perda do feto e armas; furto; a entrada no paiol das amarras durante a noite; o desrespeito dos limites de utilização de «luz de azeite»; e o desperdício de mantimentos, para citar alguns exemplos. Entre as penas previstas e também as que eram aplicadas de modo mais recorrente, sobressaíam: a prisão a ferros, a redução no soldo, os castigos corporais e a condenação a galés.

Se a enumeração das diversas medidas adoptadas traduz um factor a não descurar, igual importância deve ser conferida a alguns dos vultos que mais contribuíram para o desenvolvimento da presente temática. Neste contexto, no final de setecentos, é devida uma palavra para o ministério de Martinho de Mello e Castro, estadista que ficou associado à criação do Conselho do Almirantado, assim como ao desenvolvimento concedido à maioria general da Armada, à formação da Auditoria de Marinha e à criação do corpo de oficiais da Armada. Igualmente importante foi o impulsionamento que deu na criação da Academia Real dos Guardas-Marinha que veio a ter lugar em 1 de Abril de 1796.

Em termos comparativos, pela mesma altura e sob a influência do Conde de Lippe, a disciplina e o foro militar aplicado às forças de terra eram consagrados nos diplomas de 1763-1765¹¹ que assim sucediam aos preceitos consagrados no Alvará de 20 de Fevereiro de 1708.

O presente quadro legislativo é mantido, até que, em 15 de Novembro de 1783, ao ser comunicado ao monarca, não existir qualquer regimento, regulamento, ou outra ordem que estabelecesse o modo como deveria proceder-se contra as pessoas do corpo militar da repartição da marinha, que cometessem algum delito, determina-se que o infractor deveria ser processado e sentenciado em conformidade com o disposto no

¹⁰ Cfr. Decreto de 20 de Junho de 1736.

¹¹ A este respeito devem ser compulsados os alvarás de alvarás de 18 de Fevereiro, 15 de Julho, 21 de Outubro todos de 1763, 25 de Agosto de 1764, 4 de Setembro de 1765; assim como nos decretos de 20 de Outubro de 1763, 20 de Agosto de 1777, de 13 de Novembro de 1790. Note-se que não procedemos a uma enumeração exaustiva dos diplomas que foram aprovados e revogados, pois não é este o momento, até porque se trata de um acervo legislativo assaz numeroso e que requer a sua análise em sede própria.

Regulamento das Tropas do serviço de terra, sempre que as disposições deste texto legislativo fossem aplicáveis¹². A resposta transitória antes indicada subsistiu até 1796, altura em que foi redigido o Regimento Provisional de 20 de Junho, encontrando-se a secretaria de estado dos Negócios da Guerra entregue a Luís Pinto de Sousa Coutinho. No mesmo ano (1796), em 7 de Dezembro, ampliava-se a jurisdição do Conselho do Almirantado criado meses antes (25 de Abril de 1795¹³), sendo-lhe reconhecida a competência para julgar em última instância da validade das presas que fossem feitas sobre as nações que estivessem em guerra com a coroa portuguesa¹⁴. Neste contexto, e ainda antes do início do novo século, o alvará de 26 de Abril de 1800, introduziria um *corpus* extenso e detalhado composto por oitenta artigos que contemplava os artigos de guerra de 18 de Setembro de 1799 para o serviço e disciplina da armada real, mandados publicar por resolução da consulta de 25 de Setembro do ano precedente. Entre as soluções legislativas que se apresentaram nos anos seguintes, recordamos a tentativa de redacção de um Código Penal Militar entregue, em 1802, a uma comissão criada expressamente com este propósito. Pese embora tenha sido possível concluir os trabalhos e o monarca tenha aprovado o texto final, a eclosão da revolução de 24 de Agosto inviabilizou a sua entrada em vigor¹⁵.

Em síntese, este foi o legado herdado pelo Vintismo que não hesitou em opor-se-lhe, tendo a assembleia constituinte reclamado amiúde a necessidade de reestruturação da administração da justiça, condição basilar para o estabelecimento de um reino mais estável. No que respeita ao universo militar, reiterou-se a necessidade de elaborar uma codificação penal e judiciária. Todavia, segundo a opinião coeva, para que o objectivo fosse alcançado havia que extinguir um dos problemas «crónicos» do absolutismo, isto é, a jurisdição especial, importando salientar que o polimorfismo judiciário há muito permitira que a excepção se tornasse a regra¹⁶. Em tom de resposta aos clamores e críticas desferidas nas bancadas parlamentares, vemos que o legislador não ignorou a presente

¹² SILVA, António Delgado da, **Collecção da legislação portuguesa, legislação de 1750 a 1762**, Lisboa, Typografia Maignense, 1830, p.346.

¹³ Da sua composição faziam parte, entre outros: um presidente e quatro conselheiros. Cfr. ainda carta de lei de 26 de Outubro de 1796, in SILVA, António Delgado da, **Collecção da legislação portuguesa, legislação de 1791 a 1801**, Lisboa, Typografia Maignense, 1828, pp.214 e 305-313.

¹⁴ SILVA, António Delgado da, **Collecção da legislação portuguesa, legislação de 1791 a 1801**, Lisboa, Typografia Maignense, 1828, p. 335. Relativamente ao regime das presas, vd. Regimento das Armadas, de 18 de Junho de 1704. Por determinação de 26 de Outubro de 1796, foi conferida competência ao Conselho do Almirantado para nomear os conselhos de guerra e «trabalhar nas ordenanças» para a Marinha Real.

¹⁵ A este respeito, vd. GRAES, Isabel, **Código esquecido (O código penal Militar de 1820)**, in e-Slegal History Review, Editorial IUSTEL, Madrid, n.º 31 (2020).

¹⁶ Cfr. SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, **Primeiras linhas sobre o processo civil**, 4ª ed. emendada e acrescentada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, art. I, §XV.

temática. No entanto, a solução, contrariamente ao que seria de esperar, não só não extinguiu todas as formas de jurisdição especial, de que eram exemplo os tribunais eclesiásticos e militares¹⁷; como instituiu novas instâncias, a saber, o Tribunal Especial para os Crimes de Imprensa, o Tribunal de Justiça da Câmara dos Pares e o Tribunal de Verificação de Poderes¹⁸.

Sem que nos alonguemos demasiado a este respeito, importa frisar que, a *vexata quaestio* relativa à existência dos tribunais especiais e, dentre eles, os militares, foi avocada amiúde, ao longo de todo o século XIX¹⁹. Logo nos primeiros anos do período revolucionário, muito embora não fosse desconhecido o entendimento do publicista Bentham que defendia ser «inútil e supérfluo criar tribunais especiais, visto que os comuns pod[ia]m muito bem conhecer de todas as questões»²⁰, o legífero português defendeu que da criação destes órgãos dependia inquestionavelmente a obtenção de uma justiça recta. Por outras palavras, a diversidade de instâncias, ao invés de ser tida como um aspecto negativo, era justificada com o argumento de que só a divisão do trabalho podia conduzir à perfeição. Além do mais, explicava ainda quem defendia a mencionada estrutura, era impossível a um magistrado deter o conhecimento perfeito

¹⁷ Sobre o Supremo Tribunal de Justiça Militar, diz António Fernandes da Silva Ferrão ter «tanta analogia com os juízos especiais a que pertenciam certas causas, em razão da sua natureza, e em conformidade das leis existentes ao tempo da promulgação da carta, como tem o foro excepcional, em razão da natureza das mesmas causas, com o foro excepcional criminal a respeito de certas pessoas, por motivos de utilidade pública. O foro militar é um foro de privilégio, ao qual não diz respeito o §16 do art. 145º da Carta mas o §15 do mesmo artigo determinando que ficam abolidos todos os privilégios, que não forem essencial e inteiramente ligados aos cargos por utilidade pública.» (*in Análise crítica e jurídica demonstrativa da improcedência dos argumentos com que na Câmara dos Senhores deputados da nação portuguesa foi sustentada a proposta de lei regulamentar do §3 do art. 145º da Carta constitucional da monarquia oferecia à Câmara dos dignos pares do reino*, 2ª edição, Lisboa, Typ. do Panorama, 1850, p. 30-49).

¹⁸ Vd. os nossos trabalhos *O Poder e a Justiça ...*, pp. 291-387, *Câmara dos Pares. A construção de um «novo» tribunal*, *in Cuadernos de Historia del Derecho*, Ediciones Complutense, Universidad Complutense, Madrid, vol. 24 (2017), pp. 137-159 e *Sobre a liberdade de imprensa e a efémera tentativa vintista*, *in Revista Teoria e História do Direito* n.º 3, Centro de Investigação Teoria e História do Direito, FCT, FD-UL, Lisboa, 2/2017, edição especial (2018), pp. 135-156.

¹⁹ Recorde-se, *ab initio*, a Ordem da Regência de 4 de Abril de 1821 que determina a manutenção do foro militar para todos os crimes militares. Sobre o Supremo Tribunal de Justiça Militar, dirá António Fernandes da Silva Ferrão ter «tanta analogia com os juízos especiais a que pertenciam certas causas, em razão da sua natureza, e em conformidade das leis existentes ao tempo da promulgação da carta, como tem o foro excepcional, em razão da natureza das mesmas causas, com o foro excepcional criminal a respeito de certas pessoas, por motivos de utilidade pública. O foro militar é um foro de privilégio, ao qual não diz respeito o §16 do art. 145º da Carta mas o §15 do mesmo artigo determinando que ficam abolidos todos os privilégios, que não forem essencial e inteiramente ligados aos cargos por utilidade pública.» (*in Análise crítica e jurídica demonstrativa da improcedência dos argumentos com que na Câmara dos Senhores deputados da nação portuguesa foi sustentada a proposta de lei regulamentar do §3 do art. 145º da Carta constitucional da monarquia oferecia à Câmara dos dignos pares do reino*, 2ª edição, Lisboa, Typ. do Panorama, 1850, p. 30-49).

²⁰ Cfr. DUMONT, E., *De l'organisation judiciaire et de la codification, extraits de divers ouvrages de Jérémie Bentham*, Librairie de Hector Bossange, Paris, 1828, cap.V e MEYER, *Esprit, origine et progrès des juridictions judiciaires*, G. Dufour et Ed. D'Ocagne, libraires, Paris, 1823, tomo VI, cap. 28.

de todos os ramos de jurisprudência, circunstância que só o estudo mais segmentado e apurado permitia²¹.

Ilustrativa da divergência doutrinária que envolveu a referida matéria é a discussão ocorrida na sessão da Câmara dos Deputados de 10 de Agosto de 1860, por altura da apresentação do projecto de Código de Processo Criminal da Armada a que nos referiremos adiante. Igual debate foi replicado, em 1872, por Luciano de Castro que entregou, em 24 de Janeiro, na mesma Câmara, um novo projecto de lei onde podia ler-se que «da extinção do foro privilegiado conviria (...), exceptuar o foro militar, pois que os crimes commettidos pelos membros d'aquella classe, pela sua maior gravidade, demandam mais abreviado processo e mais severa punição. E a essas necessidades da repressão penal melhor acodem os tribunaes, do que os tribunaes communs, onde a aplicação das leis e a distribuição da justiça é mais lenta e menos severa»²². No entanto, o impasse mantinha-se, como se comprova da leitura da exclamação proferida, em 1873, pelo deputado Barros e Cunha que rejeitava que os tribunais militares fossem considerados «desnecessários ou inúteis»²³. Ante a presente defesa, o mesmo orador concluía que verificados os bons resultados apresentados pelos ordenamentos jurídicos francês, espanhol, alemão, belga e holandês que mantinham este tipo de jurisdição especial, Portugal deveria adoptá-lo sem reservas, até porque constituía o único remédio para a morosidade processual. Justificada, mas não isenta de opiniões divergentes, a jurisdição militar seria mantida até 2004.

Contudo, esta não era a única crítica que era tecida, sobressaindo, paralelamente, outras fragilidades no âmbito da estrutura judiciária militar portuguesa. Assim, era referida a carência de independência que assistia aos membros do supremo conselho de justiça militar, uma vez que estavam na dependência directa do executivo que os nomeava; do mesmo modo que se alertava para a necessidade de confirmação superior de todas as sentenças do conselho de guerra, requisito que tolhia a celeridade da acção da justiça. Por último, mencionava-se a notória insuficiência numérica de conselhos de guerra criados a bordo dos navios em viagem ou ancorados em portos coloniais e estrangeiros, ao mesmo tempo que era referida a delonga causada pelo processo ordinário a que estavam sujeitos o julgamento de contravenções e os despachos ou conclusões do conselho de investigação que pronunciavam ou despronunciavam os acusados sem qualquer possibilidade de recurso.

Diante de tais debilidades, a reforma impôs-se, sobretudo, no que tangia à adequação da jurisdição militar ao novo ideário político-jurídico. Sem olvidar os traços mais genéricos

²¹ Relativamente à reforma instituída, em especial, no que respeitou à extinção de alguns órgãos judiciais oriundos do período absolutista, vd. GRAES, Isabel, **O Poder e a Justiça** ..., pp. 111-122.

²² **Diário da Câmara dos Senhores Deputados**, p. 123.

²³ Idem, sessão de 24 de Março de 1873, p. 875. A estas críticas somar-se-ão iguais censuras por altura da discussão do Código de Justiça Militar, verificada na Câmara dos Pares, na sessão de 31 de Março de 1875, em que a manutenção desta jurisdição especial não era tida como um privilégio, mas como «uma necessidade imperiosa para manter sempre e sem interrupção o soldado sujeito ao seu chefe» (p. 217).

que os textos constitucionais de 1822, 1826 e 1838²⁴ reservaram à estrutura castrense, coube ao legislador ordinário detalhá-los. Neste contexto, entre as primeiras medidas tomadas assistiu-se à extinção do Conselho do Almirantado²⁵, *órgão* responsável pelo conhecimento em grau de recurso de todas as causas tocantes à Marinha e Armada, *ex vi* da Lei de 30 de Outubro de 1822²⁶, tendo o Decreto de 1 de Julho de 1834²⁷ procedido à extinção do Conselho da Guerra, após cerca de dois séculos de vigência. Àquele órgão sucedeu o Conselho de Marinha criado em 30 de Outubro de 1822 elevado à categoria de tribunal régio (Real Conselho de Marinha) por decreto de 1 de Fevereiro de 1825. Mais tarde, ser-lhe-ia conferida jurisdição criminal restrita ao conhecimento «em última instância dos factos por que delinquirem indivíduos pertencentes à armada real» (carta de lei de 24 de Março de 1827²⁸). Todavia, as reformas mais urgentes estavam longe de concluídas como é denunciado pela letra do alvará de 11 de Dezembro de 1829, redigido no âmbito do governo de D. Miguel. Segundo a letra deste último diploma, era inegável a desarmonia verificada no âmbito da organização dos conselhos de guerra navais, sobretudo após a publicação do Regulamento de 21 de Fevereiro de 1816. Durante o mesmo período foi criado, *ex vi* do Decreto de 29 de Julho de 1832, o *Tribunal de Guerra e Justiça*²⁹ com competência para conhecer de quaisquer delitos cometidos por militares ou civis contra a ordem pública. Na sua composição contavam-se cinco magistrados e cinco oficiais militares, sendo a presidência entregue ao auditor geral do exército.

No ano seguinte (1833), o Real Conselho de Marinha é substituído pelo Supremo Tribunal de Marinha que recebia as atribuições do anterior, conhecendo em última

²⁴ Cfr. arts. 9º e 103º/VIII da Constituição de 1822; arts. 75º §5, 113º-117º e 145º §§ 9, 15 e 16 da Carta Constitucional e, por último, os arts. 10º, 17º, §3, 20º, 37º/X, 82º/V e 119º-122º da Constituição de 1838. Frise-se que no texto de 1911 não é dedicado qualquer capítulo em particular à força militar, optando o legislador de 1933 por contemplar no título XI a matéria da Defesa Nacional.

²⁵ Cfr. Regimento de 26 de Outubro de 1796 e ainda o Alvará de 7 de Dezembro do mesmo ano, o Decreto de 16 de Maio de 1793 e o Alvará de 31 de Janeiro de 1797.

²⁶ Alteradas estas disposições foi criado um novo Conselho de Marinha, regulada a sua organização e competência. Tendo sido suscitada a observância do disposto no art. 7º do título 3º do Regimento do Conselho do Almirantado de 26 de Outubro de 1796, veio a determinar-se que, o mesmo Conselho se regularia, no que respeita a presas, pelos Alvarás de 7 de Dezembro de 1796, 9 de Maio de 1797 e 4 de Maio de 1805 (cfr. ainda o Decreto de 3 de Outubro de 1823). Elevado este conselho à categoria de tribunal régio e declaradas as atribuições que lhe competem pelo alvará de 1 de Fevereiro de 1825 foi-lhe recomendada a composição constante do Código Penal Marítimo (Decreto de 3 de Fevereiro de 1825).

²⁷ Vide ainda os Decretos de 6 de Maio e de 18 de Setembro de 1833, *in Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas*, Terceira série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, apêndice à 3ª série, p 25.

²⁸ Cfr. ainda alvará de 1 de Fevereiro de 1825.

²⁹ *In Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, Segunda Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, pp. 204-205 e o Decreto de 31 de Julho do mesmo ano, publicado na mesma *Collecção...*, pp. 210-211.

instância de todos os processos-crimes intentados contra indivíduos militares da marinha que, como tais, fossem acusados; bem como julgava em primeira e última instância da validade ou nulidade das presas feitas ou que de futuro se fizessem e de todas as causas que do mesmo facto derivassem ou lhe fossem conexas. Integravam o citado tribunal um presidente (com a patente de oficial general) e quatro vogais, em que dois eram oficiais de marinha e, os demais, magistrados judiciais, servindo um destes de relator. Eram ainda providos um procurador régio e um conjunto de funcionários menores.

Seguiram-se as reformas do Governo da Regência datadas de 1834³⁰ que apresentaram como tribunais militares: o Supremo Conselho de Justiça da Marinha e o Supremo Conselho Superior de Justiça Militar (Decreto de 1 de Julho de 1834), os quais viriam a ser fundidos no Supremo Conselho de Justiça Militar, *ex vi* do disposto no Decreto de 9 de Dezembro de 1836. Doravante «a autoridade judicial militar era exercitada por um tribunal regular militar, que julg[ava] em segunda instância todos os processos do exército e marinha, conservando todos os militares de terra e mar o privilégio de foro e garantias». Este tribunal encontrava-se dividido em duas secções, uma para o Exército e outra para a Marinha, sendo cada uma composta por seis vogais (com a patente de oficiais gerais ou equivalente à graduação mais elevada a depender da força militar), e um promotor militar; e um juiz relator e dois ajudantes para ambas as secções.

A este órgão sucedeu o Tribunal Superior de Guerra e Marinha (1875), designação que seria alterada em 1895, em prol da retoma da nomenclatura anterior (Supremo Conselho de Justiça Militar). Apesar do tom um pouco enumerativo, esta descrição é essencial para a compreensão do caminho seguido pelo legislador oitocentista na construção do modelo judiciário militar dirigido à força naval, a qual evidencia alguns momentos em que aquelas estruturas foram partilhadas pelas duas forças armadas. De resto, a explicação coeva fundava-se na necessária homogeneidade de instrumentos e soluções acenadas pelo legislador, como foi retomado por altura da discussão do diploma de 1899.

Soluções homogêneas e alguma partilha institucional não implicaram a ausência de medidas com vista à organização da estrutura naval que se intensificaram nos anos que antecederam a feitura do diploma de 1899. Assim, foram reforçadas a força naval e as fortificações costeiras, medida potenciada, especialmente, pelos conflitos ocorridos em Moçambique, a partir de 1894. Por sua vez, enquanto as capitânias são alvo de uma reorganização (1892), assiste-se a instalação da Escola Prática de Serviços e Torpedos Navais no vale de Zebro³¹. Pareciam, finalmente, estar reunidas as condições para a elaboração da codificação destinada à Armada, cujos primeiros passos remontavam ao ano de 1825,

³⁰ O Decreto de 1 de Julho de 1834 extinguiu ainda o Conselho Militar de Justiça e a Auditoria Geral do Exército.

³¹ De notar ainda a reorganização militar de 1884 destinada ao Exército, reestruturado, mais tarde, em 1899 (Ordens do Exército n.ºs 9 e 10, respectivamente de 11 e 18 de Setembro) e a criação do presídio militar de Santarém.

ocasião em que o Conselho de Marinha foi incumbido de tratar da composição da ordenança da armada e do Código Penal Marítimo (3 de Fevereiro).

Note-se que a análise do texto de 1899 tampouco deve olvidar um conjunto de resoluções implementadas pelo legislador penalista português que tinham viabilizado o diploma de 1 de Julho de 1867, ou seja, a decretação da abolição da pena de morte para os crimes civis que se associava ao acto de 1852 que tinha posto cobro à pena de morte para os crimes políticos. Por esta altura, o ordenamento jurídico pátrio tinha assistido a inúmeras reformas. Aliás se temos por hábito designar oitocentos como o século dos confrontos não hesitamos em acrescentar-lhe o epíteto de reformador. Nesta sede, recordamos as que tinham compreendido a divisão administrativa e judiciária, de que é exemplo a instituição de um tribunal superior nas províncias ultramarinas com sede em Luanda e a criação do Supremo Tribunal Administrativo. No decurso da década de setenta, sob a iniciativa de António Maria Fontes Pereira de Melo, é aprovado o Código de Justiça Militar (em 9 de Abril de 1875)³² a que já aludimos, a que se seguiu entre outros diplomas, o primeiro código de processo civil (1876). Nos anos subsequentes, sempre sob a inesgotável e incansável sede legiferante, o Parlamento aprovava o segundo Código Penal (1886), o sétimo Código Administrativo (1895) e um novo diploma que regia, uma vez mais, as forças armadas de terra e de mar (1895). Se a enunciação parece longa, não podemos esquecer que mais numerosas foram as propostas de lei que ficaram pelo caminho, como foi o caso do texto de 1886 apresentado por Veiga Beirão em que se previa a sistematização de todas as matérias do foro judiciário em detrimento da existente dispersão de diplomas.

2. Um código de justiça destinado à Armada

2.1. As comissões e os trabalhos preparatórios

Estabelecido este enquadramento histórico, antes de procedermos à apreciação do diploma de 1899, importa dar a conhecer as diversas comissões que foram criadas, desde 1825, com o propósito de redigir um código destinado à Armada.

Neste contexto, citamos as medidas constantes do Decreto de 3 de Fevereiro de 1825 que incumbiu o Conselho de Marinha de proceder à composição da ordenança da armada e do Código Penal Marítimo. Cerca de duas décadas depois, a Portaria de 14 de Março de 1848 remetia, para consulta pelo Supremo Conselho de Justiça Militar, o projecto de artigos de guerra para a armada elaborado por uma comissão formada por: José Xavier Bresane Leite, Isidoro Francisco Guimarães, João Pedro Nolasco da Cunha, Manuel Pereira de Macedo, Lourenço Germack Possollo e Francisco de Borja Pereira de Sá. Dois anos mais tarde (17 de Maio), o referido Conselho recebia uma consulta relativa ao projecto de artigos

³² Vd. *Diário do Governo*, n.º 98. A execução deste diploma seria regulamentada pelo Decreto de 21 de Julho de 1875.

de guerra da armada³³ tendo a secção de Marinha ali instituída dado a conhecer a dispersão da legislação penal militar proveniente de diversas épocas e sobre diferentes objectos, criada «debaixo de certas influências e alteradas segundo as conveniências do tempo». Pela mesma altura, revelava-se, a urgência em criar um código da armada, obra que era há muito reclamada pela «necessidade do serviço e disciplina da armada». Para este efeito, era dado como bom o texto recebido pois apresentava uma «certa classificação metódica da maior parte dos crimes que de ordinário se cometem a bordo dos navios da armada e porque deles via riscada a penalidade bárbara e tirânica de que estavam cheios os antigos códigos militares», estando deste modo, em «harmonia com os princípios da civilização moderna e com os da carta constitucional da monarquia». Pese embora a bondade reconhecida ao texto, criticava-se a imposição de penas capitais em crimes que pelas leis novíssimas já não estavam compreendidos naquela escala, bem como eram salientadas algumas desproporções entre certos delitos e as penas que se encontravam previstas.

Sucedem-se as comissões nomeadas em 21 de Junho de 1875 (Ordenança n.º 13 da armada) e de 22 de Fevereiro de 1881 (Ordenança n.º 4 da armada), esta última com o propósito de organizar um projecto de regulamento disciplinar da armada³⁴. Em 4 de Junho de 1886 e 18 de Fevereiro de 1895 são constituídas novas comissões que recebem a incumbência de redigir um projecto de Código de Justiça militar para a armada e examinar os projectos de código de justiça militar e de regulamento disciplinar para a mesma força militar³⁵. Em especial, esta última comissão deveria atender à abolição completa dos castigos corporais de chibata, sarilhos de armas e outros que ainda se encontrassem em uso a bordo dos navios de guerra da marinha portuguesa³⁶.

³³ São responsáveis por este trabalho: o Barão de Lazarim; Isidoro Francisco Guimarães; Joaquim José de Almeida; José Joaquim Alves; Gaudêncio José da Guerra e Silvino Luís Teixeira de Aguiar e Vasconcelos.

³⁴ Compunham a primeira os conselheiros de estado João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens e José Marcelino de Sá Vargas, o conselheiro António José de Barros e Sá, os contra-almirantes visconde da Praia Grande e Joaquim José de Matos Correia e do capitão-tenente da armada António Maria de Sande Vasconcelos e Carvalho. Da segunda faziam parte o capitão de fragata Manuel Joaquim Ferreira Marques, o auditor geral da Marinha José da Cunha Eça Azevedo e do primeiro tenente Pedro Guilherme dos Santos Dinis. Esta comissão seria dissolvida por portaria de 24 de Novembro de 1883, sendo nomeada por outra portaria da mesma data uma nova comissão composta pelo capitão de mar e guerra Tomás José de Sousa Soares de Andréa, o capitão de fragata Rodrigo Augusto Teixeira Pinha e o auditor geral da marinha José da Cunha Eça Azevedo. Mais tarde, a Portaria de 18 de Maio de 1888 alterava a composição da citada comissão que passava a ser constituída pelos capitães de mar e guerra Rodrigo Augusto Teixeira Pinha e Álvaro António Marciano da Silva, o capitão de fragata Fernando Augusto da Costa Cabral, o auditor da marinha Carlos Augusto Velez Caldeira Castelo Branco e o primeiro tenente Demétrio Cinati.

³⁵ Na sua composição encontramos, no primeiro caso, o conselheiro António Cardoso Avelino, o vice-almirante conselheiro Joaquim José de Andrada Pinto, o auditor da marinha Carlos Augusto Caldeira Castelo Branco e o capitão tenente da armada Pedro Guilherme dos Santos Dinis; e no segundo: o contra-almirante Rodrigo Augusto Teixeira Pinha, o auditor de marinha bacharel António Osório Sarmento de Figueiredo, os capitães de fragata João Augusto Botto e Jerónimo Emiliano Lopes Banhos e o primeiro tenente Francisco Diogo de Sá.

³⁶ Cfr. **Diário do Governo**, n.º 43, de 22 de Fevereiro de 1895.

Dentre todas as iniciativas tomadas, sobressaem os trabalhos desenvolvidos em 1836 e 1857³⁷, ainda que ao final não tenham chegado a ser aprovados. A respeito dos primeiros cumpre referir que deram origem aos *Artigos de Guerra para uso do serviço e disciplina dos navios d'Armada* que foram enviados ao Supremo Conselho de Justiça Militar para revisão e parecer, como referido anteriormente. Todavia, em seu lugar, em 17 de Maio de 1850, este órgão remeteria à monarca um projecto alternativo aprovado meses antes (11 de Janeiro) com a designação: *Projecto de Código Penal para o serviço da Armada*³⁸. Ante as diversas tentativas enunciadas, transcorridos quatro anos da revisão do Código de Justiça Militar de 1875, realizada em 1895, coube, por fim, ao Ministro da Marinha, António Eduardo Vilaça, apresentar um projecto de lei destinado à «prestimosa instituição militar naval»³⁹. O trabalho remetia para o projecto de resposta ao discurso da coroa subscrito por José Maria Rodrigues de Carvalho, Eduardo José Coelho e A. de Serpa Pimentel, em que se esclarecia que as Cortes examinariam no ano em curso alguns projectos «acerca da (...) marinha, cujo progresso [era] uma das mais importantes necessidades para um paiz colonial». Neste contexto, enumeravam-se: «código de justiça da armada, e reorganização da escola pratica de artilheria naval, corpo de engenheiros constructores e machinistas navaes»⁴⁰.

Identificada a necessidade de conferir uma codificação própria⁴¹ às forças militares navais, enquanto a feitura do novo diploma não ocorresse, applicava-se, como até então, o Código de Justiça Militar. Sem excluir a especialidade das infracções cometidas contra o dever militar marítimo⁴² que continuavam a reger-se de acordo com as leis privativas, a assunção da partilha do mesmo diploma era justificada com a similitude imperativa

³⁷ A este último texto que foi encaminhado à monarca, em Janeiro de 1856, e aprovado pela Comissão de legislação em 31 de Agosto de 1857, estão associados também: o Visconde da Granja (António Barreto Ferraz de Vasconcelos) e da qual faziam parte: João da Costa Carvalho, 1º Visconde de Ribamar, Francisco Soares Franco, 1º Visconde de Soares Franco, Domingos Fortunato do Valle, Joaquim José Gonçalves de Matos Correia e Augusto Carlos Sousa Azevedo, 2º Visconde de Algés (cfr. Portaria de 7 de Outubro de 1857).

³⁸ Por discordar do referido texto, António Manuel de Noronha, conselheiro presidente da secção da Marinha, não o assinou, tendo, ao invés, apresentado uma exposição justificativa da sua posição.

³⁹ Câmara dos Deputados, sessão de 19 de Julho de 1899, por altura da apresentação do projecto de lei n.º 93 assente na proposta de lei n.º 22-B apresentada em 18 de Abril do mesmo ano (p. 41 e ss.). Cfr. por todos, Arquivo Histórico Parlamentar, cota: Secção I/II, cx. 623, mç. 549, doc. 39 e código de referência: PT-AHP/CD/DSG/S13/DC3212.

⁴⁰ **Diário da Câmara dos Pares**, sessão n.º 5, de 25 de Janeiro, p.41.

⁴¹ Este era o sentido do parecer elaborado pela Comissão formada por: Frederico Ressano Garcia, Francisco Felisberto Dias Costa, F. J. Machado, Carlos Augusto Ferreira, o Conde de Silves, J. Mathias Nunes, Henrique de Carvalho Kendall e João Catanho de Menezes que desempenhava as funções de relator. Para a citada Junta, a legislação militar vigente era considerada obsoleta e *até oficialmente reconhecida como inexequível*. Segundo o referido relator, há muito que se reclamava a necessidade de uma lei que compendiasse sistemática e metodicamente todos os preceitos atinentes a regular as infracções cometidas por pessoas, que, pela qualidade de militares ou pelas circunstâncias em que se encontravam, fossem consideradas como pertencentes à armada.

⁴² Cfr. arts. 107º a 112.º, 135º 151º e 191º a 198º.

que deveria ser dada às disposições que regiam as duas forças militares, aspecto que tinha sido, igualmente, defendido pela letra da Portaria de 18 de Fevereiro de 1895. Subsidiariamente, para os casos omissos no Código de Justiça Militar do Exército mantinha-se a regra que determinava a aplicação da lei penal ordinária.

Postos em marcha os trabalhos atinentes ao novo projecto de lei (com o n.º 93⁴³), tem lugar a sua apreciação na Câmara dos Deputados (em sessão de 19 de Julho de 1899), sendo enviado no dia seguinte à Câmara Alta que o analisa pouco tempo depois (24 de Julho). Coube a apreciação deste texto à comissão formada por: Luís Fisher Berquó Poças Falcão, presidente, Joaquim Raes de Abranches e Frederico Alexandrino Garcia Ramirez⁴⁴. Submetido a votação, o texto final foi aprovado em 1 de Setembro, recebendo a assinatura de José Luciano de Castro, José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral, Manuel Afonso de Espregueira, Sebastião Custódio de Sousa Telles e António Eduardo Vilaça⁴⁵.

2.2. O «novo» diploma. Características

O enunciado legislativo em apreço é extenso, reunindo um total de 451 artigos distribuídos ao longo de quatro livros que regulam a matéria penal (livro I) e processual penal (livro IV), em que o legislador concede um tratamento atento à formação dos tribunais e autoridades judiciais da armada (livro II) e aos respectivos conselhos de guerra (livro III).

Cotejado o referido texto de 1899 com os projectos apresentados em 1860, são, desde logo, notórias as diferenças estruturais e materiais. Assim, enquanto para a Comissão de 1860, a matéria adjectiva deveria ser separada da substantiva, esta não foi a solução adoptada em 1875, 1895-1896⁴⁶, nem, tampouco, em 1899. Oposto seria, anos mais tarde, o entendimento do autor do texto de 16 de Março de 1911 (Código do Processo Criminal Militar) que consagrou a separação entre a matéria penal, a organização, processo e competência que justificava como: «necessária (...) devido á circunstância de, enquanto não poder reformar-se, completamente, a parte penal militar, visto repousar, em absoluto, no código penal commum e este estar sujeito a uma refundição profunda, que ainda o governo não poude levar a cabo, por se terem anteposto assumptos que mais urgentemente

⁴³ Este projecto assentava na proposta de lei n.º 22-B apresentada também, em 18 de Abril, pelo ministro da Marinha, António Eduardo Vilaça.

⁴⁴ Sobre o texto *sub judice* foi elaborado o parecer n.º 218 da autoria de Fernandes Vaz, Conde de Lagoaça; J. Frederico Laranjo, António Cândido e D. João de Alarcão (relator)

⁴⁵ A sua execução ficou dependente do Regulamento de 11 de Agosto de 1900.

⁴⁶ O texto final de 10 de Janeiro de 1895 é publicado pelo decreto ditatorial n.º 6, sendo confirmado pela Lei de 13 de Maio de 1896.

reclamam solução imediata»⁴⁷. Confrontados com o Código de 1899, os textos propostos em 1860 também se tinham apresentado de modo mais sucinto. Assim, o Código de Processo Criminal da Armada totalizava 95 artigos distribuídos por três títulos, respectivamente com 2, 9 e 6 capítulos que tratavam da competência reconhecida à justiça militar, do foro militar da armada e das provas, pronúncia e prescrição, seguidos das disposições gerais que correspondiam ao art. 95º. Por sua vez, o Código Penal da Armada compreendia um total de 92 artigos distribuídos por seis capítulos onde eram regulados os aspectos gerais e os diferentes tipos penais, a saber: os actos contrários à segurança do estado, honra e dignidade da bandeira nacional (art. 27º-51º⁴⁸); a falta de cumprimento de deveres gerais (art. 52º-67º⁴⁹); os abusos de autoridade (art. 68º-76º⁵⁰); a insubordinação (art. 77º-85º) e as ausências e deserções (art. 86º-92º). Atendendo ainda à *ratio* do projecto de 1860, defendia-se a aplicação do privilégio de foro pessoal, sendo reservada a competência para a instrução dos processos por crimes comuns cometidos por militares à justiça ordinária ou comum, excepto quando aqueles fossem cometidos em quartéis ou a bordo dos navios armados. Tal como fora determinado no citado projecto, o reconhecimento do privilégio pessoal de foro era assegurado pelo legislador de 1899 que atribuía aos conselhos de guerra competência para conhecerem dos crimes de qualquer natureza, salvo os de contrabando e descaminho, cometidos por militares ou outras pessoas pertencentes à Armada⁵¹.

Compulsados os textos de 1896 e de 1899, denota-se a existência de uma clara proximidade (quer formal, quer material), ainda que seja possível identificar algumas diferenças pontuais, como é o caso da maior elasticidade da moldura conferida à pena de reclusão pelo autor do Código de Justiça da Armada que também excluía a pena de não incorporação em

⁴⁷ Coube ao Código de Processo Criminal Militar fundir num só diploma as disposições de processo criminal constantes do Código de Justiça Militar, de 1896, e do Código de Justiça da Armada, de 1899, abolindo, em absoluto, a pena de morte. Meses mais tarde, também o texto constitucional de 1911 determinava que «em nenhum caso» podia ser estabelecida a pena de morte (art. 3º, n.º 22), disposição que rapidamente seria revogada pela Lei n.º 635, de 28 de Setembro de 1916, no decurso da entrada de Portugal no conflito de 1914-1918. Cfr. ainda os arts. 2º, 3º e 59º-A da citada Lei n.º 635 e o art. 8º/11 da Constituição de 1933. Coube ao mesmo diploma de 1911 introduzir o júri na esfera militar (arts. 33º-48º), assim como criar os tribunais para generais (arts. 30º, 35º§2, 39º§3, 44º, 58º§1, 139º, 180º) e expungir os tribunais *ad hoc* e limitar a competência dos tribunais de guerra ao julgamento dos crimes praticados em tempo de guerra com país ou países estrangeiros. Com as devidas adaptações, mantinham-se em vigor os diplomas de 1896 e 1899. Em seguida, o Decreto n.º 11292, de 26 de Novembro de 1925 viria novamente a assimilar a regulação penal e processual penal do exército e da marinha em um mesmo diploma.

⁴⁸ Nesta condição estava previsto, designadamente: a ausência de ataque ou perseguição a inimigo, fuga de combate, dar azo a perda de comboio ou divulgação de notícias desagradáveis, ainda que sem fim criminoso.

⁴⁹ Incluía a perda de navio ou perda do respectivo comando e a omissão de prestação de auxílio.

⁵⁰ Por meio de injúria física ou verbal.

⁵¹ Art. 273º e, no mesmo sentido, o art. 292º do CJM de 1896. Sobre o privilégio de foro no contexto militar, vd. por todos, o Parecer do Procurador-Geral da Coroa e Fazenda, J.B. da Silva Ferrão Carvalho Martens, datado de 26 de Março de 1872, *in* Arquivo Histórico da Procuradoria-Geral do Ministério Público, código de referência: PT/AHPGR/PGR/05/06/07/024.

depósito disciplinar⁵². Entre as penas acessórias são introduzidas: a privação de comando, perda de tempo de serviço, baixa de posto e prisão correcional, esta última aplicada apenas a civis, as quais não encontravam correspondência no texto de 1896.

Contudo, importa não esquecer que a jurisdição militar incidia não só sobre militares, mas também sobre civis como decorre da letra da lei (a saber, a Carta de lei de 25 de Agosto de 1840, o Decreto de 17 de Abril de 1844 e, mais tarde, o Decreto de 2 de Fevereiro de 1891), desde que pertencessem aos corpos militares e, no caso específico do diploma de 1875, na medida em que integrassem o Exército cumprindo atender se o período era de guerra ou de paz. Neste último caso, os tribunais militares ou eram estabelecidos nos corpos militares (regimento, praça ou brigada); ou funcionavam num determinado lugar que compreendia uma área territorial específica. Destarte, sob a alçada dos referidos órgãos, ficava o conhecimento do crime militar que o legislador definia como o «acto que viola algum dever exclusivamente militar ou ofende directamente a segurança ou a disciplina do exército» (art. 2º/1 do diploma de 1875). A este respeito, o renomado penalista oitocentista, Lévy Maria Jordão, explicara, anos antes, na interpretação que dava ao art. 16º do Código Penal de 1852, que aquela qualificação assentava na natureza dos deveres que tinham sido violados. Assim, dizia que para «haver pois crime militar exig[ia] o Código tres cousas: 1ª que o facto offend[esse] directamente a disciplina do exercito ou da marinha (...); 2ª que [fosse] qualificado como tal e punido pela lei militar (...); 3ª que [fosse] cometido por militar ou outra pessoa pertencente ao exercito ou à marinha»⁵³. E concluía o mesmo autor que apesar de a Carta Constitucional conservar apenas o foro privilegiado fundado na natureza da causa, opondo-se, «o espirito (...) a que os tribunaes militares conhe[cesse]m de crimes que [eram] punidos só pela lei geral, (...) a prática t[inha] sido em contrario»⁵⁴.

Deste modo, à semelhança dos diplomas de 1895 e 1896, o legífero de 1899 manteve a classificação de crime essencialmente militar e de crime militar (arts. 1º e 2º) introduzida por aquele texto (Título II, capítulos I e II) e aplicada aos casos de violação de algum dever exclusivamente militar ou ofensa directa da segurança ou da disciplina da armada, classificação que abrangia ainda os actos delituosos praticados em território português e no estrangeiro. Dos primeiros eram exemplo: a traição, espionagem, revelação de segredos de estado e aliciação, a insubordinação, coligação, revolta e sedição militar; cobardia, deserção, os crimes contra o Direito das Gentes; incêndio e destruição de edifícios e objectos militares; a usurpação de uniformes e as violências militares. Recebiam a classificação de crimes militares, as infracções de direito comum, que, em razão da qualidade militar dos

⁵² Ao serem extintas as companhias de correcção pelo regulamento disciplinar, foram criados dois depósitos disciplinares, estando um estabelecido na praça de S. Julião da Barra.

⁵³ Cfr. Aviso de 31 de Maio de 1777.

⁵⁴ *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1853, tomo I, pp. 39-41.

delinquentes, do lugar ou das circunstâncias em que eram cometidas tomavam aquela natureza. Nesta qualidade estavam compreendidas as práticas de falsidade, furto, abuso de confiança e burla, assim como os crimes de direito comum que eram cometidos por militares ou outras pessoas pertencentes ao exército e à Armada. Em termos inovadores, terminada a instrução preliminar e resultando do processo indícios de culpabilidade contra alguma pessoa sujeita à jurisdição dos tribunais da armada, a competência para o devido conhecimento era conferida ao major general da armada ou aos comandantes das divisões navais⁵⁵.

Entre as diversas penas previstas encontravam-se na qualidade de cominações principais enunciadas no art. 18º do Código de Justiça da Armada: a pena capital (aplicada por fuzilamento⁵⁶); a prisão maior celular; a reclusão; o presídio naval; a demissão⁵⁷; a deportação militar (para oficiais inferiores e outras praças); a prisão militar; a privação de comando⁵⁸; e a prisão correccional (que se aplicava apenas a não militares)⁵⁹. Por sua vez, as penas acessórias que podiam ser cumulativamente aplicadas às anteriores, diziam respeito: ao degredo; exautoração; demissão; deportação militar; privação de comando; perda de tempo de serviço⁶⁰; e à baixa de posto⁶¹.

Decalcado do modelo de 1895-1896, o legislador de 1899 avocava duas escalas graduadas que podiam ser aplicadas pelos conselhos de guerra que entendessem dever impor uma pena imediatamente inferior à do crime cometido, caso a lei o permitisse (art. 22º⁶²). Assim, segundo a enumeração relativa à primeira escala, podiam ser cominadas as penas de: morte com exautoração; prisão maior celular por oito anos seguida de degredo por vinte anos com prisão no lugar do degredo até dois anos ou sem ela; prisão maior celular por oito anos seguida de degredo por doze anos; prisão maior celular por seis anos seguida de degredo por dez anos; prisão maior celular por quatro anos seguida de degredo por oito anos; prisão maior celular de dois a oito anos; presídio naval de seis meses a três anos; presídio naval de seis meses a três anos; e prisão militar. No âmbito da segunda escala estabeleciam-se as penas de: morte; reclusão; presídio naval de seis a nove anos; demissão; presídio naval de três a seis anos; deportação militar; presídio naval de seis meses a três anos; e prisão militar.

⁵⁵ Arts. 1º, 2º, 3º e 273º do Código de Justiça da Armada e art. 313º Código de Justiça Militar de 1896.

⁵⁶ Art. 23º caput. A pena de morte em 1899 estava prevista apenas para os casos de traição, espionagem, crimes contra o direito das gentes, insubordinação, coligação, revolta e sedição militar.

⁵⁷ Quando um oficial cometia o crime de furto, roubo, prevaricação, corrupção, falsidade, burla e abuso de confiança, ainda que a pena aplicada pelo tribunal ordinário fosse distinta, estava prevista a aplicação da pena de demissão. Tratando-se de uma praça de pré, era aplicada a pena de baixa de posto.

⁵⁸ Esta pena, assim como a demissão, aplicava-se exclusivamente aos oficiais.

⁵⁹ Arts. 25º-30º e 34º.

⁶⁰ As penas de deportação militar e baixa de posto destinavam-se aos oficiais inferiores e outras praças.

⁶¹ Arts. 19º, 31º e 32º.

⁶² Cfr. art. 15 do Código de Justiça Militar de 1896.

Em geral, a ordem e forma do processo conservavam as regras enunciadas no diploma de 1896, importando apenas salientar duas particularidades. Ou seja, em primeiro lugar, finda a instrução preliminar, os autos eram remetidos, consoante a patente do acusado, ao major general, ao comandante da divisão naval ou ao ministro da marinha que deliberava sobre a formação da culpa. Cabia ao mesmo titular prover aos factos que constituíssem apenas infracções disciplinares e aos crimes comuns e militares que entendessem equiparar a ilícito disciplinar ou determinava que se prescindisse do sumário da culpa no tocante a crimes puníveis com pena de prisão até seis meses, com a particularidade de o despacho da autoridade militar não estar sujeito a qualquer fiscalização. Havendo lugar, a divergência de entendimento entre a autoridade militar e o auditor, a resolução era entregue ao ministro da guerra, sempre que a primeira entendesse que o processo deveria ser arquivado. Em segundo lugar, e em relação à lei processual penal da marinha, a especificidade residia na concessão de poderes mais amplos à autoridade militar, cuja actividade não estava sequer sujeita a fiscalização hierárquica, salvo no caso de desacordo entre o juiz e a autoridade militar referida anteriormente.

2.3. Os órgãos judiciários

É devida ainda uma palavra a respeito dos órgãos judiciários contemplados no diploma de 1899. Atendendo à letra da lei, o exercício da justiça militar era conferida a diversas entidades, a saber: agentes da polícia judiciária da armada; comandantes das divisões navais; major-general da armada; ministro da marinha e ultramar; e, sobretudo, aos conselhos de guerra da armada⁶³ que podiam ser criados extraordinariamente em cada uma das divisões navais, correspondendo a sua composição à do conselho de guerra com sede em Lisboa (arts. 207º e 270º). Complementarmente, encontrava-se prevista a criação de conselhos de guerra auxiliares quando o número de arguidos ultrapassasse o total de vinte, procurando-se assim proceder ao julgamento em separado (art. 234º). Destarte, ao conselho de guerra de marinha competia conhecer dos crimes de qualquer natureza, excepto quando respeitasse aos crimes de contrabando e descaminho de direitos cometidos por indivíduos pertencentes por qualquer título à marinha de guerra, e por outras pessoas, quando fossem cometidos crimes contra a disciplina da armada, segurança de qualquer força naval ou do estado, em conformidade com o disposto no Código de Justiça da Armada e diplomas posteriores (art. 273º).

Tal como nos tribunais militares do exército, era mantida a figura do auditor que correspondia a um juiz togado, sem graduação militar (art. 238º), nomeado trienalmente dentre os juízes de direito de 1ª instância que servissem nas comarcas,

⁶³ Cfr. art. 192º do Código de Justiça Militar. Coube ao diploma de 1911 introduzir os tribunais das forças navais fora dos portos do continente e ilhas adjacentes, e das estações navais do ultramar, bem como o tribunal de marinha (arts. 6º, n.ºs 5 e 6; 16º, 17º, 23º, 122º-129º).

independentemente da classe destas últimas (arts. 239º e 241º). Quer as funções de promotor de justiça, quer as de defensor officioso junto do conselho de guerra de marinha eram desempenhadas por um oficial da armada de patente não inferior a primeiro-tenente, nem superior a capitão-de-fragata; sendo este último nomeado pelo ministro da marinha, a quem competia intervir nos processos em que os acusados não tivessem constituído defensor (art. 251º).

Por razões óbvias, era mantida a solução que distinguia entre as regras de funcionamento em cenário de paz e de guerra. Deste modo, em tempo de paz, estavam sujeitos à jurisdição do Conselho de Guerra de Marinha: os oficiais até ao posto de capitão-de-mar-e-guerra inclusive que estivessem em serviço efectivo da armada, ou em qualquer comissão especial dependente do Ministério da Marinha e Ultramar; os alunos do corpo de alunos da armada; os oficiais inferiores e todas as praças alistadas por qualquer título no corpo de marinheiros da armada e em efectivo serviço; os indivíduos que estivessem nos hospitais e prisões e fossem conduzidos sob custódia da força pública, assim como aqueles que se encontravam em gozo de licença com vencimento ou na inactividade temporária por castigo ou por doença; o pessoal da armada reformado desempenhando comissão de serviço dependente do ministério da marinha, ou com domicílio no quartel da divisão dos reformados ou em tratamento no hospital de marinha; os reservistas quando estivessem em serviço; os prisioneiros de guerra e as pessoas detidas em reféns, uns e outros quando subordinados a alguma autoridade da armada; e os emigrados que por qualquer forma estivessem subordinados a autoridade da armada (art. 274º). Ainda em tempo de paz, encontravam-se sujeitos à jurisdição do mesmo conselho: os acusados de espionagem em assunto que dissesse respeito à armada; os indivíduos acusados, com relação a navio ou força da armada, de tomar parte por qualquer forma nos crimes de sedição, rebelião ou revolta, tornando-se por esta razão co-réus nos mesmos crimes (art. 275º). Em tempo de guerra, para além das situações enumeradas anteriormente, ficavam sob a alçada daquele Conselho: os empregados, operários e trabalhadores em estabelecimentos ou secretarias dependentes do ministério da marinha, por todos os crimes cometidos dentro desses estabelecimentos e secretarias, e pelos que, tendo sido cometidos fora desses estabelecimentos, se relacionassem com o serviço; os indivíduos que cometessem crime de qualquer natureza a bordo dos navios da armada ou ao serviço dela; os fornecedores pelos factos que em relação aos seus fornecimentos fossem puníveis pelo Código de Justiça da Armada e bem assim as pessoas acusadas por adulteração de provisões de boca ou de munições de guerra destinadas a força da armada (art. 276º).

Por último, era mantido o Supremo Conselho de Justiça Militar que julgava em primeira e única instância os oficiais gerais da armada (art. 265º) e, em segunda e última instância, os demais casos (art. 264º). Fazemos notar que ao Tribunal Superior de Guerra e Marinha (1875), designação alterada em 1895 com a retoma da nomenclatura anterior (Supremo Conselho de Justiça Militar), sucede, em 1899, um tribunal com a

denominação de «Conselho de Guerra de Marinha» (art. 220º)⁶⁴ com sede em Lisboa e em cuja composição contava-se um presidente com o posto de capitão-de-mar-e-guerra, um auditor, um capitão-de-fragata, um capitão-tenente, um primeiro-tenente e um segundo-tenente (art. 221º). Para efeitos da sua organização, competência e jurisdição remetia-se para o Código de Justiça Militar do Exército (1896)⁶⁵. De igual forma, era conservada a regra de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça que julgava os recursos de revista interpostos por incompetência da jurisdição militar pelos condenados nos tribunais do exército e da armada (art. 326º Código de Justiça Militar de 1895 e de 1896, disposição que era aplicada, subsidiariamente, à instância naval), assim como conhecia dos conflitos de jurisdição que se estabelecessem entre os tribunais militares do Exército ou da Armada e os tribunais ordinários. O mesmo tribunal podia ainda decidir, nos termos da lei geral, nos casos de sentenças contraditórias proferidas pelos tribunais militares, do Exército ou da Armada e pelos tribunais ordinários, em que um ou mais réus fossem condenados como autores do mesmo crime, de modo que as sentenças, ao invés de se poderem conciliar, constituíam prova da inocência de algum dos condenados (art. 328º Código de Justiça Militar de 1895-1896). Todavia, era negada a possibilidade de interposição de recurso de revista, aos militares ou a quem pertencesse ao Exército (arts. 292º-294º do Código de Justiça Militar de 1896); e a todos aqueles que se encontrassem sujeitos à jurisdição dos conselhos de guerra ou se encontrassem encerrados em praça de guerra ou fortificação investida, situada ou bloqueada (arts. 302º-304º, 315º e 327º do mesmo diploma).

Em resumo, após uma sucessão de reformas específicas que caracterizaram os tribunais militares desde o início do século XIX, em que mais sobressaiu a substituição da denominação adoptada, do que a competência que lhes era reconhecida; assistiu-se, nos últimos meses de 1899, à aprovação do primeiro Código de Justiça da Armada. Pela mão de António Eduardo Vilaça foi carreada, finalmente, a resposta legislativa há muito esperada. Sem que a originalidade tenha sido o traço preponderante, até porque havia sido determinada a proximidade face às soluções constantes do Código de 1896 dirigido ao Exército, o novo texto, ao invés de abrir uma nova época, consolidou a linha de exposição perfilhada pelo legífero oitocentista para o universo militar, de que não foi excepção a previsão da pena capital.

⁶⁴ Na verdade, não mudava apenas a designação do órgão, dado que do cotejo com os diplomas anteriores, verificamos que o supremo tribunal militar de oitocentos passava a deter um conjunto mais restrito de competências daquele que fora reconhecido aos anteriores Conselho de Guerra e ao Conselho de Justiça.

⁶⁵ Os requisitos relativamente aos membros que compunham os órgãos judiciários da Armada eram os mesmos que se destinavam às instâncias do Exército (cfr. arts. 207º e 208º do Código de Justiça da Armada). Igual consideração deve fazer-se, em relação aos impedimentos previstos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

1. Manuscritos:

Proposta de lei 22-B, de 18 de Abril de 1899, in Arquivo Histórico Parlamentar, cota: Secção I/II, cx. 623, mç. 549, doc. 39 e código de referência: PT-AHP/CD/DSG/S13/DC3212.

Parecer do Procurador-Geral da Coroa e Fazenda, J.B. da Silva Ferrão Carvalho Martens, datado de 26 de Março de 1872, in Arquivo Histórico da Procuradoria-Geral do Ministério Público, código de referência: PT/AHPGR/PGR/05/06/07/024.

2. Impressos:

ALMEIDA, António Lopes da Costa, **Repertório remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar compreendida nos anos de 1317 até 1856**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

ALBUQUERQUE, Rui de e ALBUQUERQUE, Martim de, **História do Direito Português (1140-1415)**, 11ª ed., Lisboa, Pedro Ferreira, 2004.

ANTUNES, José Ricardo da Costa Silva, **Compilação da Legislação Penal Militar Portuguesa**, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833, Segunda Série, Imprensa Nacional, Lisboa 1836.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1875, Imprensa Nacional, Lisboa 1876.

Diário da Câmara dos Pares do Reino, sessão n.º 5, de 25 de Janeiro de 1899.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, sessão legislativa de 1872, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

Diário do Governo, n.º 98 de 3 de Maio de 1875.

Diário do Governo, n.º 43, de 22 de Fevereiro de 1895.

DUMONT, E., **De l'organisation judiciaire et de la codification, extraits de divers ouvrages de Jérémie Bentham**, Paris, Libraire de Hector Bossange, 1828.

FERRÃO, António Fernandes da Silva, **Análise critica e jurídica demonstrativa da improcedência dos argumentos com que na Câmara dos Senhores deputados da nação portugueza foi sustentada a proposta de lei regulamentar do §3 do art. 145º da Carta constitucional da monarchia oferecia à Câmara dos dignos pares do reino**, 2ª edição, Lisboa, Typ. do Panorama, 1850.

GRAES, Isabel, **O poder e a justiça em Portugal no século XIX**, Lisboa, AAFDL, 2014. ISBN 960-693-900-779-7.

, Isabel, **Câmara dos Pares. A construção de um «novo» tribunal**, in Cuadernos de Historia del Derecho, Madrid, ISSN 1133-7613, Ediciones Complutense, Universidad Complutense, vol. 24 (2017), pp. 137-159.

, Isabel, **Código esquecido (O código penal Militar de 1820)**, in e-Slegal History Review, Madrid, ISSN 1699-5317, Editorial IUSTEL, n.º 31 (2020), RI §422127.

, Isabel, **Sobre a liberdade de imprensa e a efémera tentativa vintista**, in Revista Teoria e História do Direito n.º 3, Centro de Investigação Teoria e História do Direito, FCT, FD-UL, Lisboa, 2/2017, edição especial (2018), pp. 135-156.

JORDÃO, Lévy Maria, **Commentario ao Codigo Penal Portuguez**, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1853.

Livro de Leis e Posturas (LLP), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1971.

MEYER, **Esprit, origine et progrès des juridictions judiciaires**, G. Dufour et Ed. D'Ocagne, libraires, Paris, 1823.

Nunes, João Andrade, **O foro militar português no século XIX**, Lisboa, AAFDL, 2019.

Ordenações Afonsinas, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1998-1999.

Ordenações de D. Duarte, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, s.l.

Ordenações do senhor rey D. Manuel, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1797.

Ordenações e leis do reino de Portugal, recopiladas per mandado del rei D. Filippe o primeiro, 11ª ed., segundo a nona, Coimbra, 1824, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1847.

SILVA, António Delgado da, **Collecção da legislação portugueza, legislação de 1750 a 1762**, Lisboa, Typografia Maignense, 1830.

, António Delgado da, **Collecção da legislação portugueza, legislação de 1791 a 1801**, Lisboa, Typografia Maignense, 1828.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, **Primeiras linhas sobre o processo civil**, 4ª ed. emendada e acrescentada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834.

Breve nota curricular do autor:

Professora associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tem leccionado principalmente nas áreas da História do Direito, História do Pensamento Jurídico, História da Justiça e Direito Romano. Doutora (2012) e mestre em Direito (2002) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. As suas principais áreas de investigação integram a História da Justiça, História do Direito e a História do Pensamento Jurídico.

Jurista do Tribunal de Contas (1996-2018), advogada, membro de diversos projectos internacionais de investigação e de conselhos editoriais de revistas científicas. Coordenadora do projecto de investigação «Dicionário do Almirantado Português», estabelecido entre a Academia de Marinha, o Arquivo Histórico de Marinha e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1.10.2019-1.10.2024); Coordenadora e investigadora-responsável do projecto de investigação celebrado com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas relativo ao tratamento arquivístico da documentação do Fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (2017-2019).

Autora de diversos artigos e monografias. Oradora em colóquios e conferências nacionais e internacionais. Organizadora de congressos, conferências e seminários de natureza científica nacionais e internacionais.

O BERGANTIM REAL.
EMBARCAÇÕES DE GALA DA CASA REAL PORTUGUESA
(1619-1818) – HISTÓRIA, MODELOS E TIPOLOGIAS

Comunicação apresentada pelo Prof. Doutor
Nuno Saldanha, em 15 de junho

*“Quem, algum dia, quizer fazer a história da velha sumptuosidade portuguesa,
tem de consagrar um capítulo dos mais extensos às galés e bergantins de gala
dos nossos reis nos séculos XVII e XVIII.”*

Ilustração Portuguesa, 1906

1. O ESTADO DA QUESTÃO

Portugal tem o privilégio de possuir uma das mais singulares coleções de embarcações reais de gala do mundo. Trata-se de um conjunto ímpar de seis exemplares, originais do século XVIII, e inícios de Oitocentos, que se mantiveram em uso até meados do século XX, vindo a integrar, em 1962, o acervo do Museu de Marinha, em Lisboa¹.

Paradoxalmente, apesar de se tratar dos únicos casos sobreviventes de embarcações setecentistas, na maior parte dos casos, a informação existente é bastante inferior ao que se sabe sobre outros navios entretanto desaparecidos.

Não obstante a sua importância, e o cuidado que tem sido concedido á sua preservação, excetuando os textos de Inácio de Vilhena Barbosa, António Marques Esparteiro, ou Alberto Cutileiro², esta extraordinária coleção não tem merecido por parte dos estudiosos a atenção que merece, assim como sucede com a história global das embarcações reais de gala, ao longo da Idade Moderna.

¹ Não podemos deixar de expressar os nossos agradecimentos, a Augusto A. Salgado, pela proposta de apresentação desta comunicação à Academia de Marinha; à 1º Tenente Ana Tavares, do Museu de Marinha, pela assistência, disponibilidade, e facilidades no acesso ao acervo desse museu; assim como a António Costa Canas, Sandra Costa Saldanha, Ana Paula Correia, e Sílvia Ferreira, pelas informações prestadas.

A estas se pode acrescentar a construída no Brasil quando da permanência da corte no Rio de Janeiro, conhecida como Galeota de D. João VI, ou Galeota Imperial, e que ali se mantém ainda hoje.

² Vejam-se os trabalhos de BARBOSA, I. de Vilhena, “Bateis, Galés, Bergantins, Galeotas e outras embarcações de gala dos nossos reis”. *Arquivo Pittoresco, Semanário Ilustrado*, vol 10, Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1866; CUTILEIRO, Alberto. “A Vida Faustosa das Galeotas Reais”, Centro de Estudos da Marinha. Lisboa, 1972; CUTILEIRO, Alberto. *As Galeotas Reais*, Lisboa: Inapa, 1998; ou ESPARTEIRO, António Marques. *Plaquete histórica das Galeotas e Bergantins Reais*. Lisboa: Ministério do Ultramar, Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações, 1965.

São várias, e de diversa ordem, as dificuldades que se apresentam a quem se propuser estudar o assunto. A primeira é a grande lacuna no que diz respeito às fontes documentais, mormente sobre a sua construção e autorias.

A solução tem passado por recorrer a fontes indiretas, iconográficas ou literárias. No primeiro caso, destacam-se as gravuras ou pinturas com “vistas de Lisboa”, ou ainda representações de eventos em que estiveram presentes, mas onde a incapacidade técnica, ou a “liberdade artística”, contrasta muitas vezes com a realidade, sofrendo frequentemente simplificações, desproporções ou desajustamentos de escala. No segundo, estão os relatos escritos desses mesmos eventos, na sua maioria, descrevendo as festas e solenidades de entradas régias, casamentos da família real, ou receções a altos dignitários estrangeiros. Contudo, estas descrições, muitas delas publicadas na época, são demasiado lacónicas e imprecisas. Como refere Sydney Anglo³, “*as procissões das embarcações são geralmente ignoradas, e as festas aquáticas tendem paradoxalmente a ficarem submersas pelos espetáculos que decorrem em terra*”. Note-se, no entanto, que enquanto os arcos triunfais, e outras estruturas, assim como os fogos de artifício, tinham um carácter efémero, as embarcações perduravam por vários anos, servindo em muitas outras ocasiões.

Por um lado, não existindo documentação para as que ainda subsistem, geralmente, quando há descrições, não sobreviveram as embarcações. Por outro, elas nem sempre são concordantes (sobretudo no tocante ao número de remos e remadores, por exemplo), mesmo quando se trata de narrativas coetâneas.

Outra dificuldade com que nos deparamos, é a questão da terminologia usada para caracterizar este tipo de embarcações, sujeita a frequentes ambiguidades - bergantim, galeota, fusta, batel, canoa, barca - e com evidentes diferenças consoante os países – falua (Esp.), cannot (Fran.), barge (Ing.), bucintoro, peota, burchio (Ital.)⁴, Kayıği (Tur.)⁵, Koenigsloep (Hol).

As designações mais utilizadas em Portugal, são bergantim (ou bargantim, bragantim, brigantim) galeota, ou saveira. A primeira, para o período aqui tratado, parece-nos a mais correcta, sendo a que consta da maioria dos textos, dos séculos XVI a XVIII.

³ ANGLO, Sydney Anglo. “The Tames en Fête”. In SHEWRING, Margaret (Ed.), *Waterborne Pageants and Festivities in the Renaissance*. London and New York: Routledge, 2016, p. 268

⁴ No entanto, estes termos podem referir-se a tipologias distintas de embarcações, muitas vezes, resultado do próprio desconhecimento do narrador. Embora o *Bucintoro* possa atingir grandes dimensões (35 m c 42 remos e 162 remadores), muitos outros exemplos, sobretudo fora de Veneza, são bastante mais simples, podendo referir-se a embarcações de apenas 4 remos, ou mesmo sem nenhum meio de autopropulsão. A *Peota*, é um tipo de barco a remos e com vela, usado em Veneza para regatas ou recreio, tinha decoração vistosa e era conduzido por 8 remadores fantasiados. Podia ter um *terzo* (*tiemo* ou *temo*), uma câmara envidraçada ou uma *imperialla*, semelhante a um coche de luxo, uma caixa coberta de couro, fechada por tecidos. O *Burchio burchio*, *burchiello* era uma barca fluvial de fundo chato, para navegação nas lagoas, com dois mastros. A grande diferença deste tipo de embarcações venezianas, relativamente às galeotas e bergantins de recreio, era o facto destas últimas terem quase sempre a sua câmara à ré, e não a meia-nau.

⁵ O Museu Naval de Istambul, para além do magnífico exemplar de uma galé do século XVI (Tarihi Kadirga), possui um conjunto de catorze embarcações de gala imperiais, já dos séculos XIX e XX, com ou sem câmara, de sete a dez remos por bordo, designadas “Saltanat Kayıği”, que se traduz por “caïque do sultão”.

No entanto, a partir de certa data, o termo podia gerar alguma confusão, dado que “bergantim” se referia também a outro tipo de navio com características bastante diferentes, que se desenvolve no século XVIII, de alto bordo, para viagens de longo curso, cada vez mais voltado para o uso de velas (pano redondo) e onde os remos tendem a desaparecer.

Creio ter sido essa a razão porque, nos finais de Setecentos e inícios do século XIX, com D. João VI, se generaliza a designação de galeota (ou galiota), em sua substituição. Note-se, por exemplo que, numa descrição de 1793, o que hoje conhecemos como Bergantim Real era denominado “galeota de vidros”, enquanto as galeotas eram os “bergantins da Casa Real”⁶.

Esta evolução do bergantim, acompanha a tendência geral do declínio dos grandes navios a remos do Mediterrâneo, em favor da tipologia das naus e fragatas à vela.

Com exceção da República de Gênova e o Reino da Sardenha (ou a norte, da Rússia e Suécia), em meados do século XVIII, as principais nações do sul europeu tinham abandonado as antigas galés, que já não podiam fazer concorrência aos navios de guerra de vela. Em 1718, a marinha da República de Veneza tinha-as abandonado como unidades de combate, a favor de uma marinha à vela. A França dissolveu o seu *corps de galères* em 1748, e a Espanha rapidamente fez o mesmo⁷.

Como referia Nicholas Rodger, “*This is part of a general view of gunnery, tactics, and warship design in the sixteenth century, according to which a naval revolution took place which replaced an obsolete type, the galley, with an obviously superior design, the sailing ship, armed with heavy guns on the broadside.*”⁸.

Terminologia à parte, o facto é que, desde o início da monarquia, as embarcações reais de gala fizeram recurso dos mais diversos tipos de barcos, que apenas se distinguiam pelos luxuosos ornamentos com que eram adornados por ocasião das várias festividades, geralmente amovíveis e de carácter provisório, como toldos, cortinas, franjas, tapeçarias e algum mobiliário, para o que também concorria o faustoso vestuário de passageiros e remadores.

O presente trabalho, longe de ambicionar ser um estudo exaustivo sobre o assunto, demasiado vasto, deve ser entendido como um contributo para futuros desenvolvimentos. Interessou-nos, em primeiro lugar, listar os diversos tipos de fontes que possam contribuir para o conhecimento das embarcações de gala da Casa Real (ou próximas dela), tentando esboçar um inventário dos exemplares construídos nos séculos XVII e XVIII, através da documentação manuscrita, impressa, iconográfica, e material, mormente através da análise tipológica dos modelos sobreviventes.

⁶ PIRES, António Caldeira. *História do Palácio Nacional de Queluz*, Vol. 2, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 222.

⁷ ANTONICELLI, Aldo. “From Galleys to Square Riggers: The modernization of the navy of the Kingdom of Sardinia”. *The Mariner’s Mirror*, 102:2, Routledge, 2016, p.153. Embora a “Escuadra de Galeras de España” só venha a desaparecer em 1802.

⁸ RODGER, Nicholas A.M., “The Development of Broadside Gunnery 1450-1650”. *The Mariner’s Mirror*, 82:3, London, Aug. 1996, p. 301.

2. O SÉCULO XVII

2.1. Antecedentes (1571-1619)

Seria uma tarefa difícil saber-se qual terá sido o primeiro exemplar de uma embarcação de gala portuguesa da Idade Moderna. É certo que se conhecem diversos testemunhos de referências a embarcações ornamentadas, até porque, na sua maioria, mesmo as galés de guerra, eram adornadas. Disso nos dá notícia Azurara, por exemplo, na descrição da chegada da esquadra portuguesa a Lisboa, por ocasião do cerco castelhano de 1384: “enchendo já a maré, surgiu a frota de Portugal [...] Vinham cinco naus adiante [...] Depois destas cinco naus vinham as galés todas juntas, pavesadas e apenduadas, e trás as galés vinham doze naus”.

Este tipo de galés e galeotas decoradas, com paveses, flâmulas, galhardetes e pendões, manteve-se ao longo da Idade Moderna, como se pode ver numa iluminura da *Leitura Nova* de D. Manuel (Livro IV, Além Douro) de 1513, numa outra da genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal, 1530 (c.), ou na “Galera ou bergantim do Tronco dos Reis da Hungria e da Borgonha”, uma das ilustrações do conhecido *Livro de Mari-nharia, O Manuscrito de Praga*, compilado entre 1557 e 1568¹⁰. (Fig.1)



Fig.1

Como referia Pedro Fondevila Silva, no Mediterrâneo, as esquadras de galés, naquela altura, eram a expressão do poder naval de reinos e repúblicas, que se manifestava na decoração e luxo dessas embarcações, especialmente nas “Capitanas e Reales”, cuja popa é adornada com uma profusão de esculturas e talha dourada¹¹. Ainda nos

⁹ Sublinhado nosso. LOPES, Fernão, (e Azurara). “133. Como algumas Naus de Portugal pelejaram com as de Castela, e foram tomadas três dos Portugueses e morto o bom do Rui Pereira.”. *Chronica de El-Rei D. João I*, vol. II, Lisboa: Escriptorio, 1897, p. 180.

¹⁰ Manuscrito existente na Biblioteca do Museu Nacional de Praga, República Checa. Edição de Artur Teodoro de Matos e João Manuel Teles e Cunha, Lisboa, EPAL/CEPCEP, 2009.

¹¹ ANM. Colección Vargas Ponce. Tomo 10 B, ms. 82 bis, doc. 72., SILVA, 2018: 352.

inícios do século XVIII, em Espanha, se referia à obrigatoriedade dos adornos, a propósito da construção das galés:

*“será de la obligación del asentista tener proveidas las Galeras de todo lo perteneciente a ornamentos de Popa, según las clases de ellas, como tambien los que le tocara de flamulas, estandartes y pavesadas y renovar las pinturas quando lo necesitaren”*¹².

O primeiro registo que possuímos de uma embarcação de gala de grande porte, construído expressamente para um importante festejo, data de 1571, ao tempo do rei D. Sebastião, por ocasião da solene “Entrada do legado papal” em Lisboa, o cardeal Alexandrino Miguel Bonello.

Trata-se de um majestoso evento público, na tradição dos grandes Festivais Aquáticos que se generalizam a partir do Renascimento, um pouco por todas as principais cortes europeias¹³, transformando a perceção do quotidiano por parte do público, num evento extraordinário. Eles fortaleciam o orgulho cívico e nacional, reivindicando o domínio do mar e do território, e permitiam explorar a vida criativa e prática do espaço de atuação. Como referido, são precisamente estas festividades aquáticas que estão na origem da construção da maioria das embarcações de gala da corte.

Assim, no dia 3 de dezembro, fazia-se finalmente a travessia do Tejo da real comitiva. De acordo com a descrição do evento:

*“Os familiares passaram em seis barcas toldadas de veludo, ou tapetes finos, com muitas bandeirolas variadas, e o legado e demais prelados em outra que era pintada de vermelho e toldada de damasco da mesma côr, com uma quantidade ainda maior de semelhantes bandeirolas; e n’outra, toldada de velludo encarnado e verde, D. Constantino de Bragança com varios fidalgos portugueses.”*¹⁴.

Até aqui, nada parece ser novo, mantendo-se o tipo de decoração que se usava desde a Idade Média. No entanto, a embarcação principal do evento, era um “Bucentauro”¹⁵, á semelhança do de Veneza:

“Teríamos andado obra de uma légua quando aferrou connosco uma barca grande do feitio do Buccentauro de Veneza, pintada e toldada do mesmo modo, na qual entrou o legado com todos os seus, e D. Constantino com lodos os fidalgos de sua companhia. Á pôpa havia um docel de têla

¹² SILVA, D. Pedro Luis Fondevila, *Evolución y Análisis de las Galeras de los Reinos Peninsulares (Siglos XII-XVIII). Construcción, Dotación, Armamento, Aparejos y Táctica*, [Tesis Doctoral], Universidad de Murcia/ Facultad de Letras, 2018.

¹³ Sobre este assunto, veja-se a importante coletânea, SHEWRING, Margaret (Ed.). *Waterborne Pageants and Festivities in the Renaissance. 1450-1700*. London & New York: Routledge, 2013.

¹⁴ HERCULANO, Alexandre. “Archeologia Portuguesa. 1571. IV. Passagem do Tejo”. *O Panorama*, serie 2 vol 5, Lisboa, 1842, pp. 211-212

¹⁵ Nesta época, refere-se naturalmente ao Bucentauro de 1526, construído no reinado de Doge Andrea Gritti, que se tornou no modelo para sucessivas versões do navio. Tinha duas pontes e 42 remos, e foi adornado com figuras de leões com uma escultura da *Justiça* na proa.

d'ouro, e debaixo delle uma cadeira de brocado d'ouro para o legado, estando tudo defronte forrado de finos pannos de Flandres, e cobertos de tapetes os escabellos em que se assentavam os prelados, bem como o pavimento da popa, e até o da proa. Pelo que parecia que não estavam em uma barca, mas sim em magnífica e bem ornada sala. Os bordos della estavam cheios de ramos de louro, e por cima esvoaçavam bandeiras de damasco verde e amarelo. A galeota, para que por extrema velocidade não corresse algum risco, posto que o vento fosse de feição não trazia véla, mas vogava com remos a compasso, e rebocada por dez bergantins pintados de vermelho.”.

Note-se a dificuldade do narrador, no tocante à definição da embarcação, que tanto é referida inicialmente como “barca grande”, e depois, como uma “galeota”, sem vela, rebocada por dez bergantins. Em sintonia com as referidas festividades aquáticas, tratava-se de um enorme cortejo, seguido por “dez barcas variamente pintadas e ornadas”, ao som de “pifanos, trombetas, adufes, timbales e outros instrumentos, com cantores e bailarinos vestidos á mourisca, os quaes bailavam com garbo”, que causavam considerável efeito perante a numerosa assistência: “Esta gente rodeando a galeota, e fazendo seus cumprimentos deleitavam-nos muito.”.

Infelizmente, e diversamente do que sucedeu noutros países, não conhecemos nenhuma representação deste acontecimento, das embarcações referidas, ou da sua origem.

Nos inícios do século XVII, em 1619, Lisboa assistirá a outro grandioso espetáculo náutico nas águas do Tejo, por ocasião das entradas solenes de Filipe II (Filipe III de Espanha).

O episódio foi registado pelo, recentemente nomeado, cronista-mor do reino, João Baptista Lavanha, autor do célebre tratado *Livro Primeiro de Architectura Naval*. Para além da extensa descrição da *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II*¹⁶, publicada em Madrid, em 1622, a obra é acompanhada de uma representação do desembarque, em grande formato, desdobrável, desenhada pelo pintor régio Domingos Vieira, e gravada por Iom Schorquens. (Fig.2)



Fig.2

¹⁶ LAVANHA, João Baptista, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal e rellação do solene recebimento que nelle se lbe fez / S. Magestade a mandou escrever por Ioão Baptista Lavanha sev Coronista Mayor*. Madrid: por Thomas Iunti, Impressor del Rei N. S., 1622.

Este acontecimento foi igualmente figurado numa interessantíssima pintura, divulgada em 2008¹⁷, de autor anónimo, datada de 1619. Pertencente ao acervo do Castelo de Weilburg (Alemanha), permite-nos observar, a cores, o majestoso panorama das vistosas e engalanadas treze Galés Reais (nove de Espanha, e quatro portuguesas)¹⁸. (Fig.3)



Fig.3

Chegariam ao estuário do Tejo a 22 de junho, trazidas do Puerto de Santa Maria, por D. Afonso Portocarrero, marquês de Vila Nova de Fresno, e General de Portugal.

No dia 29 de junho, saindo de Belém, o rei deslocou-se finalmente à capital, por entre inúmeras embarcações decoradas com galhardetes, flâmulas e toldos, e outras com cenas alegóricas, figuras da mitologia clássica, peixes e seres fantásticos.

Malgradamente, ofuscados pelo vislumbre do festival aquático proporcionado pelas galés filipinas, que se destacavam pela “grandeza, traça e ornamento”, sobretudo pela Galé Real que vogava pela força da sua chusma de 600 remadores, tanto Domingos Vieira, como o autor anónimo da pintura do Castelo de Weilburg, esqueceram o bergantim que primeiramente transportou Filipe II a Lisboa, referido no texto de Lavanha: “*O dia de Corpus passou el Rei e seus filhos a Lisboa em hum Bergantim riquissimamente ornado, para ver encuberto das varandas da Rua nova a Procissão*”.

¹⁷ Por Andreas Gehlert em 2008: “Uma esplêndida vista de Lisboa no Castelo de Weilburg, Alemanha”, publicada na revista *Monumentos* (2008, dez.), e depois estudada mais extensamente em “The Weilburg painting showing the Lisbon entry of 1619 in its historical and pictorial context”, *Revista de História da Arte*, 11, Instituto de História da Arte - FCSH/UNL, 2014.

¹⁸ Sabemos também que o mesmo Domingos Vieira Serrão, em fevereiro de 1623, se deslocou a Madrid para entregar a Filipe IV duas telas com representações das entradas régias, com molduras em pau-santo. Veja-se SERRÃO, Vítor. 2006. “Pittura senza tempo em Coimbra, cerca de 1600: as tábuas de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão na sacristia da Igreja do Carmo”. *Monumentos*, Vol. 25, Lisboa: DGPC, 92-107.

Já em 1867, Vilhena Barbosa chamava a atenção para este bergantim, de cuja origem não tinha notícia, mas cuja execução atribuía ao período em que Filipe I residira em Portugal, sugerindo ainda que pudesse ter sido mandado vir de Espanha para seu serviço. (BARBOSA, 1866: 66).

No entanto, de acordo com a documentação encontrada, cremos tratar-se muito provavelmente do bergantim do vice-rei de Portugal, Diego de Silva y Mendoza, conde de Salinas, 1.º marquês de Alenquer (Duque de Francavilla entre 1592 e 1596), mandado fazer expressamente para esta ocasião (“*Se fabricou en el año de 1619*”). Embora não saibamos, uma vez mais, como seria exatamente a embarcação, ela era decorada com esculturas, e não apenas com ornamentação provisória, de acordo com os registos de pagamento aos escultores Vicente Gonçalvez e Adão Vedman, que ali trabalharam¹⁹. Talvez tenha sido desenhado pelo próprio João Baptista Lavanha, atendendo às semelhanças com os modelos por ele reproduzidos no seu *Livro Primeiro de Architectura Naval*. (Fig.4)

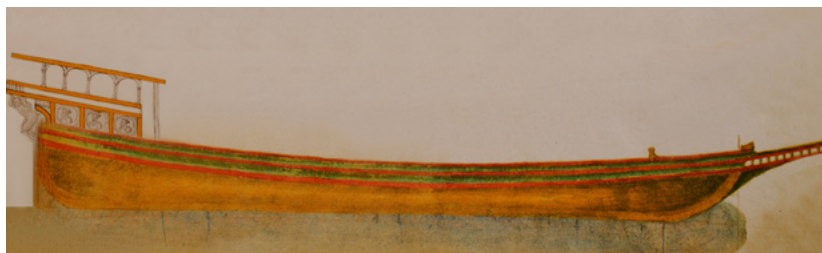


Fig.4

Este será, assim, o primeiro bergantim de gala real executado em Portugal no século XVII, de que se conhece registo.

Decorreria quase meio século, já depois da subida ao trono dos Bragança, até voltarmos a encontrar notícia de outra embarcação similar, diga de nota.

2.2. *Aqua Triumphalis* – Catarina de Bragança (1662)

A segunda metade de Seiscentos foi bastante rica em eventos de Corte. No espaço de pouco mais de uma dúzia de anos, entre 1662 e 1687, o Tejo assistiu à realização de diversos espetáculos fluviais, quase todos associados ao casamento de reis e princesas, ao embarque e Entradas Régias. Em 1662, o matrimónio de D. Catarina de Bragança com o rei de Inglaterra Carlos II; em 1666, o de Afonso VI com Maria Francisca de Saboia;

¹⁹ ANTT, Lisboa, Corpo Cronológico, Parte II, Maço 340 – 1620-1650. “Parte 2 Maço 340, N.º 57768, Lembrança porque consta carregar-se em Receita a Adão Vedman Escultor 200 Reales a conta da obra que fizera em o Bergantim que fabricou neste Reyno por ordem do Marquez de Alanquer”; “Parte 2ª Maço 340, Doc. 133. N.º (ilegível) Lembrança porque consta carregar-se em Receita as Vicente Gonçalvez Escultor 200 Reales a conta da obra que fizera em o Bergantim que se fabricou em Lisboa por ordem do Marquez de Alanquer”.

e em 1687, o de Pedro II com Maria Sofia Isabel de Neuburgo. Todos eles foram alvo de pomposos festejos de demorada e custosa preparação, perfeitos exemplares da festa barroca, para os quais se organizaram os costumados cortejos fluviais, que precederam as encenações efémeras na cidade, com arcos triunfais, colunas, obeliscos, teatros, touradas e fogos-de-artifício.

Não obstante as extensas narrativas que originaram, as fontes literárias aludem mais ao efeito do que à forma, o que é sintomático da sensibilidade barroca.

Em abril de 1662, D. Catarina, filha de D. João IV, e irmã de D. Afonso VI, rainha da Inglaterra embarca na esquadra inglesa no cais de Lisboa, depois de vários dias de celebrações, com touradas no Terreiro do Paço, receções e Arcos Triunfais pela cidade²⁰. Era o primeiro grande festival fluvial após a Restauração.

Lamentavelmente, não se conhecem muitas descrições do cortejo náutico, ou tão completas como as que se fizeram em Londres, celebrando a chegada da rainha, como o conhecido *Aqua Triumphalis* de John Tatham²¹.

Sobre o bergantim real em que D. Catarina embarcou, António Caetano de Sousa²² apenas refere as “ricas armações de veludo e sedas”, “magnificamente preparado” e tolhado, dando maior atenção às embarcações em que a mesma se deslocou, de Brentford a Putney, e dali para Londres.²³

Por seu lado, Luís de Menezes, conde de Ericeira, menciona laconicamente o “*bar-gantim, que custosamente lhe estava prevenido*”, aludindo às “*várias faluas, e gondolas bem adereçadas*” em que se embarcou a comitiva, com “*grande numero de barcas se repartirão musicas, danças, e instrumentos*”²⁴.

²⁰ Veja-se, por exemplo, a descrição dos festejos em MACEDO, António de Sousa de, *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento de la Serenissima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Serenissimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segundo deste nombre: y todo lo que sucedió hasta embarcarse para Inglaterra*. Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1662. Sobre o assunto ver FLOR, Susana Varella. “Que las riquezas del mundo parecian estar alli cifradas”: Catherine of Braganza’s wedding festivities in the context of the portuguese restoration (1661-1662). *Archivo Español de Arte*, LXXXVIII, 350, Abril-Junio 2015, pp.141-156

²¹ TATHAM, John. *Aqua triumphalis, being a true relation of the honourable the city of Londons entertaining Their Sacred Majesties upon the river of Thames and welcoming them from Hampton-Court to White-Hall expressed and set forth in severall shews and pageants the 23. day of August, 1662 / written by John Tatham, Gent.* London: Printed for the author by T. Childe and L. Parry ..., 1662.

²² SOUSA, A. Caetano de. *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé*. Tomo VII, Lisboa: na regia officina Sylviana, e da Academia Real, 1740, p. 296.

²³ Aquele que foi descrito por John Evelyn como “*an antique-shaped open Vessel, covered with a State or Canopy of Cloth of Gold, made in form of a Cupola, supported with high Corinthian Pillars, wreathed with flowers, festoons, and Garlands*”.

²⁴ MENEZES, Luís de. *Historia de Portugal restaurado, em que se dá noticia das mais gloriosas acções assim politicas, como militares, que obrarão os portuguezes na restauração de Portugal, desde o anno de 1662, até ao anno de 1668*. Parte Segunda, T.IV, Lisboa: Off. Ignacio Nogueira Xisto, 1759, p.51.

António de Sousa Macedo, descreve-o como,

“hum bergantin dorado y pintado com excelência; su toldo de riquíssima tela carmezie, y oro, aforrado en damasco del mismo color, y oro; vanderas del mismo damasco com las Armas Reales en oro; diezyocho remeros vestidos de escarlata, com passamanes de plata; y el patrón, de damasco carmezie com la misma guarnicion”.

Este, era seguido por outro bergantim de dezasseis remeiros, para as “Damas y Damas de honor”, e de outros vinte e quatro, para os Conselhos e Tribunais²⁵, e muitas outras barcas, para músicos, dançarinos e clarins. (MACEDO, 1662: fol. 31)

Sabemos que todos os cerimoniais obedeceram a um protocolo previamente estudado, como se de uma encenação teatral se tratasse, na qual, mesmo os gestos aparentemente espontâneos, eram previamente determinados. Felizmente conhecemos esse “Programma das formalidades”, que chegou até nós, graças à recolha documental feita por Francisco de Barros e Sousa, e Rebello da Silva²⁶. Nele encontramos uma das descrições mais completas dos eventos, e correspondente protocolo de Estado. Apesar de não ser muito útil no tocante ao bergantim real, fala-nos das diversas gôndolas fornecidas pelo Provedor dos Armazéns, que se incluíam no cortejo, também mencionadas por Ericeira.

O “retratista” oficial das cerimónias, foi o pintor de origem neerlandesa Dirck van der Stoop, ou Dirk Stoop (Thierry ou Rodrigo Stoop, c. 1610-1680), que chegara na



Fig.5

²⁵ Os Conselhos e Tribunais, eram “ o Conselho de guerra, o Senado da Camara de Lisboa, o Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Mesa da Consciencia, o Conselho Ultramarino, e a Casa da Supplicação”, os quais, “hão de ir cada um em seu barco , mandando-o tomar, e ornando-o por sua conta; e irão seguindo o bergantim. A Camara terá preparado quantidade de barcas, que fará pintar, e empavesar: e em cada uma irá sua dança, folia, ou chacota, fazendo cada uma o que costuma.”

²⁶ “Programma das formalidades, que se haviam de seguir no dia da despedida e embarque da senhora Infanta D. Catharina, Rainha de Inglaterra” ANTT, Mss. de S . Vicente, T . 20, pp. 290-304. SANTARÉM, M. Francisco de Barros e Sousa, REBELLO DA SILVA, L. Augusto. *Quadro elemental das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal: com as diversas potencias do mundo, desde o principio do XVI século da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias*. T. Decimo Setimo. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1859.

comitiva de Lord Montagu, o qual criou, para além de diversos retratos e importantes telas com vistas de Lisboa, duas séries de gravuras, num total de dezasseis, que constituem um inédito testemunho iconográfico das celebrações. A primeira série, de oito gravuras, representa algumas vistas da capital, enquanto as outras, retratam diversos momentos das festividades, tendo sido publicadas em bilingue (português e inglês), e em alemão. Aquela que nos interessa em particular, intitula-se “The manner how her Ma.tie. Dona Catherina jmbarketh from Lisbon for England / Vista de Lixboa e cumo rainha da gran Bretan se Embarquo per Englaterra”. (Fig.5)

Em 1707, seria publicada pelo gravador holandês Jacobus Baptist, uma versão francesa, na obra de Juan Alvarez de Colmenar, *Les delices de L’Espagne et du Portugal...*²⁷, com o título “Embarquement de la Princesse de Portugal Cathérine Epouse de Charles II Roi d’Angleterre”. Como se pode observar, trata-se de uma cópia invertida da imagem de Stoop, bastante simplificada, mas que permite uma visualização mais clara do assunto, demasiado confuso no original.

Parece-nos evidente, ao observarmos as várias pranchas, que Stoop deu maior prioridade aos eventos, personagens e embarcações inglesas, com diferenças bem patententes nas representações dos cortejos fluviais do Tejo e do Tamisa, os quais, segundo as descrições, não foram muito distintas na extensão e pompa correspondentes. A representação do bergantim em que D. Catarina embarca, parece bastante mais pobre do que as descrições conhecidas. (Fig.6)

Efetivamente, idêntico cortejo teve lugar no Tamisa, após a chegada da rainha D. Catarina a Inglaterra, numa solene entrada em Londres, conhecida como *Aqua Triumphalis*, da qual Dirk Stoop fez uma imagem pormenorizada do cortejo e das diversas



Fig.6

²⁷ COLMENAR, Juan Alvarez de, *Les delices de L’Espagne et du Portugal: ou l’on voit une description exacte des antiquités, des provinces, des montagnes, des villes, des rivières, des ports de mer (...)*, Tomo V, Leide, Pierre Vander Aa, 1707, p. 934.

embarcações - as reais, a do Lord Mayor, das corporações, membros da corte, etc. - que nos podem dar uma imagem aproximada do que teria sido o Cortejo do Tejo, anterior à partida da rainha.

Um pormenor em especial, destaca-se na imagem do embarque da rainha. Tanto o conde de Ericeira, como o “Programma das formalidades” se referem às gôndolas que constituíam o desfile náutico. É certo que a responsabilidade dos preparativos para o embarque da rainha foi entregue ao genovês António Maria Conti, o controverso favorito do rei. No entanto, a gravura de Stoop, não figura nenhuma, nem se conhecem quaisquer registos de gôndolas no Tejo, pelo menos até aos finais do século XIX (quando o rei de Itália, Vítor Emanuel II, ofereceu uma gôndola à sua filha D. Maria Pia, rainha de Portugal), nem tão pouco de outro tipo de embarcações típicas, como as peotas e burchios. Contudo, elas aparecem na *Aqua Triumphalis*, (Fig.7) precisamente acompanhando o bergantim real onde se desloca D. Catarina, como previa o protocolo do “Programma das formalidades”, acima referido. Isto poderá resultar, de uma confusão ou “liberdade artística” do autor (embora presente, as pranchas finais foram naturalmente realizadas depois dos eventos, a partir de apontamentos), sendo ainda de admitir que a referência a gôndolas, seja utilizada apenas como sinónimo de barca ou bergantim.



Fig.7

2.3. O mais excelente, e admiravel teatro, que conhece o Universo

Em 2 de Agosto de 1666, teve lugar a primeira entrada de uma princesa real em Lisboa, por ocasião do casamento de Afonso VI com Maria Francisca de Saboia.

Não querendo discorrer sobre os imponentes festejos, já tratados por diversos estudiosos²⁸, para o tema aqui abordado, importa-nos destacar o bergantim e respetivo cortejo, que serviu para transportar a rainha da nau capitânia, da esquadra que a trouxera de França.

²⁸ Vejam-se, sobretudo, os trabalhos de Ana Cristina Cardoso Gomes e Ana Paula Rebelo Correia em PEREIRA, João Castel-Branco (Coord.). *ARTE Efêmera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Como habitualmente, as descrições preocupam-se sempre mais com o efeito, que com a forma, não fornecendo muita informação sobre as características morfológicas das embarcações.

Tanto Caetano de Sousa, como o conde de Ericeira, são coincidentes na sua descrição, o que leva a crer que este último terá copiado o primeiro:

“Acompanhado do Infante D. Pedro, embarcarão em um bergantim entalhado, e dourado, e soberbamente adereçado com cortinas, e almofadas de brocado carmesim, franjados de ouro e prata, com trinta remeiros vestidos de damasco carmesim, guarnecido de galões de ouro e prata. ...seguiu-se o bargantim do Infante, e outros, que fazião agradável, e vistoso o acompanhamento. Assim, que chegou o bargantim del Rey à Capitania, em que a Rainha vinha embarcada, que estava com os de mais navios da Armada Franceza, empavezados, e ornados de famulas, e galhardetes de diferentes cores.” (SOUSA, 1740: 394)

Luíz de Menezes é um pouco mais detalhado, aludindo a outras embarcações do cortejo:

“Seguia ao bergantim d’ElRey outro do Infante não inferior no adereço, a falúia do Veador da Fazenda muito luzida, a do Provedor dos Armazens, e outras dez, as mais dellas com trumbetas, que fazião agradável consonancia. [...] representando-se todo este custoso, e luzido espetáculo no sitio de Belém, o mais excellente, e admiravel theatro, que conhece o Universo;” (MENEZES, 1759: 451).

Alberto Cutileiro transcreve ainda a passagem de outro manuscrito anónimo (de paradeiro desconhecido), onde se descrevem as cerimónias, e que acrescenta também o bergantim do conde de Castelo Melhor, *“de oito remeiros, vestidos de escarlata bem guarnecida, bem toldado, e com vários galhardetes, acompanhado de três faluas cada uma a seis remos, vestidos de escarlata”*. Também é mais completo na forma como descreve o Bergantim Real, atestando ter sido feito expressamente para aquela ocasião:

“todo curiosamente pintado, com a popa e outras obras de relevo coberto de ouro; toldado de brocado de ouro e branco, forrado de chamalote encarnado e prata, com cortinas do mesmo brocado e forro; franjado de ouro, almofadas do mesmo, com estandarte de damasco carmesim, franjado de ouro, e no meio as armas Reais em ouro. Estava tudo alcatifado e semeado de flores. Vogavam trinta remeiros vestidos de damasco carmesim, com passamanes de ouro e prata, e remos pintados de vermelho, verde e ouro. O patrão, vestido de veludo carmesim, com pelote todo coberto dos ditos passamanes; quatro trombetas com vaqueiros de veludo verde, apassamados de prata, e calções de escarlata. E também ia o patrão-mor da Ribeira, vestido de tela encarnada com passamanes da mesma sorte, todos com meias de seda, sapatos brancos, e tinham seus barretes do mesmo que eram os vestidos.”;

Segue-se o bergantim do infante D. Pedro:

“pintado e dourado, com toldo de brocado encarnado franjado de ouro, com cortinas de tela encarnada; tinha vinte e quatro remeiros, vestidos de escarlata, com passamanes de prata; o patrão com vestido e pelote de damasco encarnado, coalhado de passamanes de ouro e prata; e quatro trombetas vestidos de veludo verde com passamanes de prata”;

Assim como das outras embarcações do cortejo:

“Seguiam oito faluas: uma do Vedor da Fazenda da repartição dos armazéns; outra do Provedor dos mesmos armazéns, ambas com seus toldos novos, e cada uma com oito remeiros e seu patrão, vestidos de escarlata; outra do Guarda-mor da Casa da Índia com seis remeiros; outra do Patrão-mor da Ribeira; e mais quatro que se fizeram e ornaram para esta ocasião. [...]”

Além destas, havia outras *“faluas, barcos e batéis de particulares sem conto”* (CUTILEIRO, 1998:119-120)

Repare-se, uma vez mais, na importância atribuída ao traje dos remeiros e ocupantes, que também contribuíam para o aparato e fausto das embarcações de gala.

2.4. *Aurea Navis* – O Barroco triunfante

Apenas onze anos depois, em 1687, tiveram lugar em Lisboa outras importantes festividades, agora por ocasião do segundo casamento de Pedro II, com Maria Sofia de Neuburgo. O soberano havia desposado, entretanto, a sua cunhada, em 1666, de quem enviudara em 1683. Uma vez que Maria Francisca já estava em Portugal, não houve lugar às pomposas cerimónias habituais. O novo matrimónio de D. Pedro possibilitava, desta feita, a oportunidade de usufruir da sua festa, para a qual não se pouparam esforços nem despesas. Este, efetivamente, seria um dos mais luxuosos festejos a que Lisboa assistiria no século XVII.

Sobre o evento publicaram-se diversas obras, estudadas por vários investigadores, que descrevem as festividades, assim como os aparatos efémeros, Arcos Triunfais e fogos-de-artifício. Para o que nos interessa, destacam-se sobretudo os textos de Caetano de Sousa, de António Rodrigues da Costa²⁹, e Manuel de Leão³⁰, assim como dois códices ilustrados, da autoria de João dos Reis (Johan Koenig)³¹, e de Luís Nunes Tinoco³².

A grande novidade deste cortejo, no tocante às embarcações de gala da coroa portuguesa, é a referência a um bergantim de câmara fechada, e envidraçada, o que é inédito.

²⁹ COSTA, António Rodrigues da. *Embaixada que fes o Excellentissimo Senhor Conde de Villar-Maior (hoje Marques de Alegrete) ao Serenissimo Principe Philippe Guilhelmo Conde Palatino do Rhim. Conduçam da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas, & applausos, com que foi celebrada sua felix vinda, & as augustas vodas de Suas Majestades / escrita... por Antonio Rodrigues da Costa*. Lisboa: na officina de Miguel Manescal, 1694.

³⁰ LEÃO, Manuel de. *Triumpho Lusitano, applausos festivos, sumptuosidades regias nos augustissimos desposorios do inclito D. Pedro II com a serenissima Maria Sofia Izabel de Baviera, monarchas de Portugal, por Manuel de Leão*, Bruxelas, 1688.

³¹ BNL A.T./L. 317. REIS, João dos, 1639-1691, S.J. *Copia dos reaes aparatos e obras que se ficeram em Lixboa na occasiam da entrada e dos desposorios de Suas Majestades: Imago Ulyssae exultantis in adventu Ser[enissi]mae Portugalliae Reginae Mariae Sophiae / depicta et repraesentata manu et penicillo P. Joannis a Regibus S.J. Potent[is]mi Regis Lusitaniae mathematici*. [c. 1687]

³² Biblioteca da Ajuda Ms. 52-VIII-37. TINOCO, Luís Nunes. *A Pheniz de Portugal Prodigioza em seus nomes D. Maria Sofia Isabel Raynha Serenissima & Sr^a Nossa*. c.1687. Existe outra versão deste manuscrito, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, mais completo, que inclui um texto sobre a Pintura. BGUC Ms. 346.

É verdade que, em 1618, por ocasião do casamento de Jorge Lencastre com Ana Dória Colonna, na solene entrada que fez em Setúbal, se refere uma galeota “feita de novo para trazer esta senhora cercada de vidros cristalinos”³³, mas parece ser original a sua utilização pela Coroa, até porque se privilegiava a ideia de que os soberanos deviam “ver e ser vistos”, privilegiando assim as camarinhas abertas.

No relato das celebrações de 1687, segundo Caetano de Sousa (SOUSA, 1740: 49), e repetido por Vilhena Barbosa (BARBOSA, 1866: 75):

“Embarcou el-rei no paço de Corte-Real em hum bargantim muy rico, e de custosa fabrica, entalhado, e dourado, a camera toda guarnecida de vidraças crystallinas, com toldo, e cortinas de setim de ouro, e carmesim, cadeiras, almofadas, e alcatifa do mesmo, com vinte e dous remeiros vestidos ao uso Africano de escarlata, e galoens de ouro. O Patrão vestia de brocado encarnado com a mesma guarnição, e o Patrão mór de pano custosamente guarnecido de ouro, com o Estandarte Real ricamente bordado com as Armas Reaes: hião os Trombetas na proa do bargantim com trombetas de prata, e bandeirollas com as Armas Reaes bordadas. Acompanhavaõ a El Rey os Grandes do Reyno, [...], indo todos com os vestidos cobertos de ouro, e prata, tão magníficos, que esgotavam o primor da arte.”

O mesmo é, aliás, confirmado por António Rodrigues da Costa, a propósito da ida do rei à nau capitânia, onde se encontrava a rainha, que nos presenteia com uma relação de grande detalhe, onde não falta o habitual cuidado na exposição do vestuário:

“O bergantim era de tão rica, e custosa fabrica pelo entalhado, e dourado, e mais adornos, que bem podia por em esquecimento os que celebra a antiga fama, com que Cleopatra pretendia fazer sustentação da opulência do Egypto, e admiração á grandeza Romana. Cobria a sua circunferencia, da popa á proa, huma rica talha dourada, e nos dous lados da popa se vião duas tarjas das armas Reais de Portugal, e das eleitoraes Palatinas, as quaes sustentavam duas airoas, e brilhantes figuras. A camara era também dourada com vidrassas cristalinas; o toldo, e cortinas erão de cetim de ouro carmesim com franjas de ouro, e a cadeira, almofadas, e alcatifa do mesmo; os remos erão vinte dourados, e pintados, e os remeiros quarenta vestidos ao uso Africano de escarlata com passamanes de prata, o patrão de brocado encarnado com os mesmos passamanes; e o patrão mór de pano custosamente guarnecido de ouro; os chapéus, e garavatas correspondiam no asseio, e custo aos vestidos. O Estandarte do bergantim, que levava as armas Reaes era ricamente bordado de ouro, e prata, e as trombetas de prata com bandeirolas com as armas Reaes bordadas e com cordões, e borlas de ouro, ocupavam a proa do bergantim.” (COSTA, 1694: 126-127)

³³ Veja-se a *Relação da chegada, entrada, e festas de casamento da Princeza D Anna d’Oria, com o Duque de Torres Novas...* He feyto pelo chronista do Reyno João Baptista Lavanha em 12 de Julho de 1618. BPAL, ms, 51-IX-8 *Do governo de Portugal*, T. fl. 165-173 (copia séc. XVIII) António-Paulo Ubieto Artur, 1991. No relato da sua chegada a Setúbal, a 10 de Agosto de 1618 refere: “A capitânia Real era composta por 30 bancos e trouxe por sua vez 6 galiotas da mesma idade e do mesmo tamanho e mesmas feições com popa lavrada e por fora de marceria, e relevo, tudo dourado por dentro de várias madeiras e marfim, tudo feito de novo para trazer esta senhora cercada de vidros cristalinos contra o vento e para a vista, com cortinas de ouro e seda, com que se encobriam quando não queriam ver nem ser vistas.” Este assunto foi recentemente tratado pela investigadora Maria João Pereira Coutinho em comunicação apresentada à Academia de Marinha no dia 20 de abril de 2021, intitulada “De Génova a Setúbal: Mar e Festas no casamento de D. Ana Dória com D. Jorge de Lencastre”.

O Bergantim Real era precedido por outros 24, “*todos custosamente pintados e ader-sados de toldos de seda de diferentes cores, com grande numero de remeiros vestidos à proporção do mais*”.

Além do Real, o mesmo autor descreve o bergantim do conde de Ericeira, cujo luxo não estaria muito aquém do de D. Pedro:

“que vinha em hum bergantim, excelentemente entalhado, e dourado com columnas torcidas no toldo de cor de nogueira com ramos de ouro, tecto, cortinas, e almofadas de damasco carmisim com franjas; os remeiros com casacas e calções de pano com passamanes de seda. Em a poupa que era dourada se via a Fama de hum lado com a sua trombeta, de que pendia huma bandeirola com as armas dos Meneses da Familia do Conde, e a outra mão da fama sustentava huma cadeia dourada, que passava ao outro lado a prender a Fortuna à roda com que a pintão. A bandeira do bergantim que lhe toca pelos privilégios de Vedor da fazenda da Repartição do mar, era de damasco branco, com as armas reais bordadas de seda.” (COSTA, 1694: 121-122)

Outro interessante relato dos aparatos, e do bergantim real, deve-se a Manuel de Leão, no seu *Triumpho Luzitano*, de 1688. Depois de se dedicar à Ponte e ao grande Arco Triunfal, começa por se referir ao “*Celebrado Tejo que nesse Dia se cubrio de empavezados Navios, toldadas chalupas, pintados Barcos, embandeiradas Lanchas equipados Botes*”, do rio que “*de mil douradas Poupas se guarnecel muyto mais aparecel a guarnição das Naos, que a cor do Rio;*” assim como aos “*Vários vistosos Bargantins em que toda a Nobreza foy acompanhando a fua Magestade*”, elogiando a riqueza dos seus ornamentos e trabalhos em talha das popas, “*os Bargantins andavão, sem desdouro, / todos cubertos de Ouro, / todos nadando em Prata.*” (LEÃO, 1688: 61-63). A longa descrição do Bergantim Real ocupa nove páginas (Ramo XXX a Ramo XXXIV), constituindo assim, a maior que se conhece, de uma embarcação de gala da Coroa portuguesa. Apesar do interesse, dada a sua extensão, limitar-nos-emos a enumerar os títulos dos diferentes capítulos: “*Pintura do Bargantim Real, descrevese a Camara de Poupa donde avia oito janellas que servião de molduras a oito Cristalinos Vidros cercados de preciosas Carmezis Cortinas de borcado de Ouro com franjas do mesmo*” (XXX); “*Levantavase na Poupa hum fermozissimo Estandarte de Damasco verde com franjas largas, Senefas em quadro, & no meyo as Armas Reais tudo bordado de Ouro*” (XXXI); “*Adornava-se o remate do esporão com hum Marinho Bucefallo donde montava hum soberbo Neptuno arremeçando hum tridente, tudo dourado*” (XXXII); “*Equipavase o Real Bargantim com vinte & quatro Remeiros vestidos de Velludo encarnado com guarnição de largos Galoens de Prata*” (XXXIII); “*No Castêllo de Proa, quatro Trombetas com Roupoes de Velludo verde cubertos de passamanes de Prata, varias Plumagens nos chapeos alternavão sonorosos Clarims*” (XXXIV).

O seu texto, embora poético, é de grande importância. Por um lado, permite especificar e confirmar alguns aspetos, nomeadamente o número de janelas envidraçadas (8). Por outro, é o único que se refere à proa, com o seu Neptuno segurando um tridente, montado num hipocampo. Assinale-se a associação de Manuel Leão entre o rei D. Pedro e Neptuno: “*o Português Neptuno, PEDRO Invicto, / a Thetis Alemaã, MARIA Augusta;*” (LEÃO, 1688: 63)

Não obstante, mantém-se a confusão quanto ao número de remeiros, que diz serem 24 (em 12 bancos), em contradição com os 22 de Barbosa, e os 40 de Rodrigues da Costa. Um aspeto bastante curioso, é ficarmos a saber que os remeiros dos bergantins reais eram apelidados de “Manueis d’Alfama”, antecedendo assim os famosos “Algarves”, que lhe viriam a ocupar o lugar no século XVIII e, portanto, naturais ou residentes naquela zona da cidade.

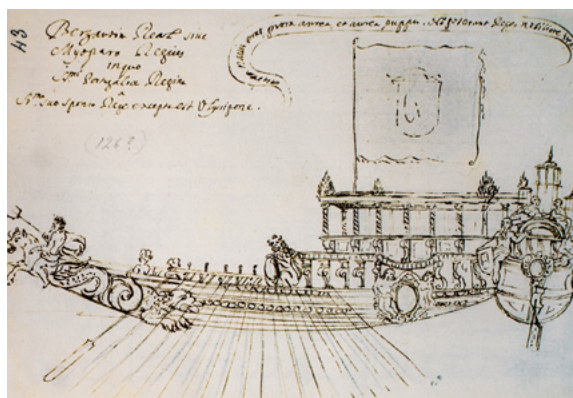


Fig.8

Deste evento, para além dos textos referidos, se elaboraram também duas obras profusamente ilustradas, que não chegaram a ser publicadas, de João dos Reis e de Luís Nunes Tinoco. Trata-se de dois exemplares extraordinários, repletos de informação de extrema importância sobre os festejos, e as decorações efémeras, como sobre a cultura e simbólica do Barroco. De certo modo, o códice de Luís Nunes Tinoco, parece ser um projeto para o que se veio a concretizar, figurado no manuscrito de João dos Reis. E isso é evidente na famosa imagem do Bergantim Real, *Aura Navis*, que é apenas desenhado no fólio 29 do álbum de Tinoco, (Fig.8) mais acabado, e colorido, no fólio 43 de João dos Reis.(Fig. 9)

Ambos apresentam o mesmo cabeçalho latino “*Bergantim Real ou Galera Real, no qual a Sereníssima Rainha de Portugal foi recebida pelo Rei, seu Sereníssimo esposo, em Lisboa*”; e a mesma filacteria com a legenda subscrita “*Era um Navio de ouro, proa de ouro e popa de ouro. Não poderia o Rei ter passeio mais nobre.*”³⁴. Na versão final, depois do cabeçalho, um anjo ostenta um medalhão com as armas de Maria Sofia de Neuburgo e, outros dois, seguram a referida filacteria.

A imagem parece confirmar o que se refere na maior parte das descrições presentes nestes textos. Todavia, existem algumas disparidades significativas. Como sabemos, é habitual os artistas nem sempre respeitarem a escala ou a proporção das embarcações, nomeadamente nas que possuem remos, ora reduzindo, ora ampliando o seu número. Na imagem,

³⁴ “*Aurea Navis Erat, Prora Avrea, & Avrea Puppis. Non Poterant Reges nobiliore vehi* “. A frase final é uma adaptação de um epigrama dedicado a César, retirada da *Acta Sanctorum*.

vemos apenas 19 remos por banda, o que, tendo em conta o sistema *a scalocio*, com dois remadores por remo, não somaria o total referido por Sousa e Leão, embora próximo dos 40, indicados por Costa. Além do mais, metade do lugar dos remeiros está demasiado á ré, ladeando a tribuna que circunda a câmara, o que não parece viável.

Por outro lado, o desenho não representa uma câmara fechada, como seria suposto, nem envidraçada, com as oito janelas enumeradas por Leão. Mesmo que os intercolúnios fossem envidraçados, resultaria num total de 12 (6 por banda). De facto, a câmara da ilustração de João dos Reis, parece corresponder à do bergantim do conde de Ericeira, segundo o texto de Rodrigues da Costa: “*excelentemente entalhado, e dourado com columnas torcidas no toldo*”.

Este cortejo é um perfeito exemplo, não só do novo esplendor do Barroco, como do auge que atingiu durante o reinado de D. Pedro II³⁵, mormente no tocante à Marinha, perfeitamente a par das recomendações do ministro de Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert, defendendo que a grandiosidade dos soberanos dependia, tanto da quantidade e poder dos seus navios, como da pompa e beleza dos seus ornamentos. Este conceito, manter-se-á válido até meados do século XVIII, mesmo para as naus da Armada.



Fig.9

Rodrigues da Costa, não só o testemunha, ao referir-se aos navios da Armada que estavam no porto de Lisboa, como atribui ao rei essa responsabilidade:

“Estavam os navios da Armada Real desta Coroa [...] tremolando brandamente as bandeiras, flamulas, e galhardetes de que se ornavão, e junta esta fermosa pompa bellica com a riqueza das poupas, e proas destes navios soberbamente entalhados, e dourados, fazião huma vista não menos agradável que magestosa, [...] assim pela opulência com que estão ordenadas, como pela sua fabrica, que tem apurado o ultimo primor da arte por maravilhosa direcção de S. Majestade”. (COSTA, 1694: 121-122)

³⁵ A magnífica armada que, na Primavera de 1682, partira para Saboia, para o projetado casamento da princesa D. Isabel Luísa Josefa de Bragança com o duque Vitor Amadeu, é disso um bom exemplo. Vilhena Barbosa considera mesmo que o bergantim, usado no casamento com Sofia de Neuburgo, teria sido construído para as solenidades de D. Isabel (BARBOSA, 1866: 75), e que teria sido novamente utilizado em 1708, para a chegada de D. Mariana Vitória, por ocasião do seu matrimónio com D. João V, o que carece de confirmação documental.

3. O SÉCULO XVIII

3.1. Entrada de Carlos III (1704)

A partir de finais de Seiscentos, e inícios do século XVIII, assiste-se a um progressivo desenvolvimento da definição de um tipo de embarcações de gala que, com raras exceções, substituem o hábito de recorrer a simples adaptações com decorações improvisadas, de embarcações de várias espécies, como sucedia anteriormente. Embora derivadas das galés, surge, assim, aquilo que podemos designar como o “bergantim de gala”, de acordo com a designação atribuída na época.



Fig.10

Diversamente ao que sucede com as embarcações do século XVII, que desapareceram, ou que nem sequer deixaram qualquer testemunho visual, o século XVIII irá produzir, e legar-nos, um importante conjunto que, ainda hoje, se constitui como uma das mais importantes coleções de embarcações de gala reais do mundo.

O primeiro grande espetáculo fluvial do século XVIII, teve lugar por altura da solene “Entrada do Arquiduque Carlos”, (Fig10) pretendente ao trono de Espanha, em Lisboa, em março de 1704. Nessa ocasião, o rei D. Pedro, deslocou-se num

“bergantim todo ornado de huma bella talha dourada com a Camera guarnecida, e toldo de tela encarnada, e por dentro na mesma forma com duas cadeiras da mesma tela, com vinte e quatro Remeiros vestidos de grãa guarnecidos de prata, e o Estandarte Real soberbamente bordado.”
(Sousa, 1740:529-530).

Acrescenta o cronista, que *“Todos os bargantins estavam toldados de varias sedas com os Remeiros vestidos de encarnado: o mar estava todo coberto de barcos, e diversas embarcações, que fazião uma fermosa vista...”*

Segundo outro relato, de Tristão da Cunha de Ataíde, conde de Povolide, ia D. Pedro,

*“El-Rei Nosso senhor em um magnífico bergantim doirado, com vidros cristalinos, com 24 remos e os remeiros vestidos de veludo carmisim, com chapas de prata nos braços com as armas de Portugal lavradas e bordadas no estendarte.”*³⁶

Dadas as afinidades das descrições deste bergantim, julgamos tratar-se do mesmo que o soberano utilizou em 1687, e que se manteve em funções até ao reinado seguinte.

3.2. D. João V (1706-1750)

Seria de esperar que no tempo de D. João V fossemos surpreendidos com o surgimento de vários exemplares de assinalável ostentação, como sucedeu com os coches de gala. Até à data, porém, não encontramos testemunhos significativos dessa riqueza.

Segundo refere Pinheiro Chagas³⁷, no grande lago da Tapada Real de Vila Viçosa, navegava um bergantim, do qual não se conhece qualquer descrição, nem tão pouco o seu destino.

As primeiras grandes festividades públicas do seu reinado, foram naturalmente as desenvolvidas por ocasião da chegada de Mariana de Áustria a Lisboa, para o casamento com o jovem D. João V, a 28 de outubro de 1708.

Do bergantim usado para ir buscar a nubente, conhecem-se três descrições.

A primeira, é de Francisco de Santa Maria:

*“[ElRey] Ao entrar no bergantim Real, que era de riquíssima fabrica, e adornos preciosos... A este acompanhavam outros muitos com toldos de ricas sedas, e telas, com grande numero de remeiros luzidamente vestidos, em que hião os grandes, e senhores principaes da Corte.”*³⁸

A segunda, é de Caetano de Sousa, que refere o seguinte:

*“Ao entrar no bergantim Real, que era de huma admiravel, e rica escultura, dourado, e forrado de tela encarnada com grandes guarnições, e franjas, e os Remeiros vestidos da mesma côr, agaloados de ouro, lhe deu a mão o Conde de Villa-Verde, Vedor da Fazenda, por preeminencia do seu cargo.”*³⁹ (SOUSA, 1741: 58).

³⁶ ATAÍDE, Tristão da Cunha de, 1º Conde de Povolide. *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V: Memórias históricas de Tristão da Cunha de Ataíde*. Lisboa: Chaves Ferreira, 1990, p. 156.

³⁷ CHAGAS, Pinheiro, *Archivo Pittoresco*, Lisboa, 1866, p. 44.

³⁸ SANTA MARIA, Francisco de. *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia abreviada de pessoas Grandes e Cousas Notaveis de Portugal*, vol.3, Lisboa: Officina de Domingos Gonsalves, 1744, pp. 248-249

³⁹ SOUSA, A. Caetano de (C.R.). *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fê*. Tomo VIII, Lisboa: na regia officina Sylviana, e da Academia Real, 1741, pp. 58, 59. 61.

Por fim, a de Cunha Ataíde, o único que se refere a uma camarinha fechada e envidraçada, o que nos leva a suspeitar tratar-se novamente do mencionado bergantim de D. Pedro II:

“Ja El-Rei Nosso Senhor... em um magnífico bargantim em que não se via mais que oiro e cristalinhos vidros. Todos iam com grandes galas e muitos diamantes, e os remeiros e trombetas ricamente vestidos, e assim outros bargantins com muitos títulos e nobreza”. (ATAÍDE, 1990: 209).

O segundo momento assinalado por um grande cortejo náutico, ocorre a propósito do duplo consórcio dos príncipes das coroas de Portugal e Espanha, em 1729, com o célebre episódio da “Troca das Princesas” no Caia. Numa ponte-pavilhão em madeira, construída sobre o rio-fronteira, em janeiro de 1729, os reis, D. João V de Portugal e Filipe V de Espanha, entregaram as suas filhas, com toda a pompa. D. Maria Bárbara tornar-se-ia rainha de Espanha, enquanto D. Mariana Vitória governaria ao lado de D. José I.

Por ocasião do regresso da Corte a Lisboa, vinda do Montijo, a 12 de fevereiro, teve lugar o pomposo e numeroso cortejo, para o qual foi feito um novo e luxuoso bergantim, aquele que, aparentemente, terá sido o primeiro deste reinado:

“Embarcação no bergantim real, que novamente se havia fabricado com grande custo, e ao mesmo tempo, que ElRey mandou vogar o seu bergantim, o fizeram trinta escaleres, em que hião os Grandes, e Senhores da Corte, e Familia da Casa Real; e como não erão bastantes, estavam promptos mais duzentos barcos, dos que naveção pelo Tejo, todos empavezados com bandeiras e galhardetes de diversas cores”... “o bergantim Real seguido daquella vistosa comitiva de embarcações chegou defronte da Bica do Sapato, todos os navios, que estavam surtos no Rio, largarão grande numero de bandeiras, flamulas, e galhardetes, e o Castelo de S. Jorge de Lisboa deu a primeira salva, o que fizeram todos os navios...”. (SOUSA, 1741:299)

Também o Abade de Castro, na sua descrição, exalta a riqueza e esplendor do mesmo:

“Veio costeado à parte da marinha o Regio Bergantim, em que vinhão as Magestades, Principes e Altezas: era este o mais formoso e rico que tem sustentado o caudaloso Tejo:... todo era dourado e lavrado com bem ordenada talha, obra de extremado artificio e riqueza... se poderia regular por prodigalidade o muito que em sua fabrica e adorno se dispendeu: levava arvorado o Estandarte Real; todo elle mais parecia um custoso e imperial palácio, do que Bergantim.”.

Vilhena Barbosa, que cita este trecho, acrescenta que a obra de talha era feita por “José de Almeida, Félix Vicente e Silvestre de Faria, famosos entalhadores, e a pintura de Lourenço da Silva Paz, Pedro Antonio Quillard e outros” (BARBOSA, 1866: 76).⁴⁰

Tendo em conta que o pintor da “Casa das Obras dos Paços da Ribeira”, Lourenço da Silva Paz, já tinha falecido em 1718, podemos facilmente entender que estas atribuições de autoria não passam de fantasias.

⁴⁰ O mesmo trecho é depois repetido em Vilhena Barbosa, “Galés e Bergantins de Gala dos nossos reis”. *Ilustração Portuguesa*, 2 Série, nº 28, Lisboa: Empreza do Jornal O Seculo, 3 Set 1906, pp. 143-146.

A única figuração deste bergantim, parece ser uma representação do cortejo, num silhar de azulejos (c. 1746-48) conservado no claustro do convento de S. Francisco, em S. Salvador da Baía. (Fig.11) Retratando a entrada dos monarcas, provavelmente de reconstituição ficcional, esta embarcação é muito semelhante à figurada na parte inferior direita da gravura de Pierre A. Quillard, “*Lançamento ao mar da nau Lampadoza*”, de 1727.



Fig.11

Como se verifica, o cortejo era composto por centenas de embarcações, algumas delas apenas adornadas para a ocasião, mas outras, feitas expressamente para a ocasião, como o comprova Cunha de Ataíde, no seu registo de 5 de março de 1728: “*E 6ª feira, 5, de manhã passou o Embaxador (Marquês de los Balbazes) para Aldeia Galega nos bargantins que por ordem de Sua Magestade, lhe tinha mandado por prontos, o vedor da Fazenda da Repartição dos Armazéis*”. (ATAÍDE, 1990, 430)

Muito provavelmente, o exemplar que se encontra atualmente no Museu de Marinha, conhecido como “Galeota de D. João V” ou “Galeota Grande”, (Fig.12) será uma das “*sete galeotas guarnecidas de ricos estofos, cobertas de toldos debruados a galão rico dourado*”, que, segundo Frei José da Natividade, foram mandadas construir.

As duas últimas décadas do reinado são praticamente omissas no tocante a cortejos aquáticos, ou à descrição de bergantins reais, apesar das inúmeras referências a passeios e deslocamentos do rei e família no seu bergantim⁴¹.



Fig.12

⁴¹ Veja-se, por exemplo, Luis Mattoso: “Os Reys, Principes, e Infantes, logram boa saúde, e se divertem muitas vezes nos exercícios da casa, e picaria dos cavallos. S. Mag. foy hontem no seu Real bergantim pelo rio ate a Bellem, donde veyo por terra para o paço.”. MATTOZO, Luiz Montez, *Anno Noticioso, Folheto de Lisboa*, manus., vol. 1, fol.278, 11 de junho de 1740.

3.3. Os bergantins de D. José (1750-1777)

No reinado de D. José, embora as descrições sejam bastante raras, o que se deve naturalmente ao facto de não terem tido lugar os grandes cortejos fluviais do passado, temos notícia da construção de, pelo menos, quatro embarcações deste tipo.

Uma delas, é a “Galeota Pequena”, também chamada “Galeota D. José”, (Fig13) exemplar que ainda hoje se encontra no Museu de Marinha, mas da qual pouco sabemos, para além de conjecturas acerca da sua autoria e colaborações.

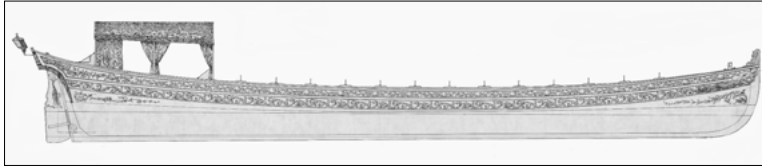


Fig.13

Outra, era a chamada “Galeota da Coroa”, entretanto desaparecida. Conhecida por ter uma coroa de talha dourada sobre a camarinha, era rica de estofos e pintada de vermelho e ouro. Segundo Manuel Pinto da Fonseca, Cabo das Galeotas Reais (c. 1834), possuía uma rica baixela e puxadores das portas em prata, roubados pelos franceses quando da ocupação de Lisboa. Por essa altura (1830), encontrava-se no telheiro da Junqueira, muito arruinada, devido à falta de verba para a sua conservação. Cremos tratar-se da que aparece figurada no extremo esquerdo das imagens do embarque da família real para o Brasil, em 1807 (como nas de Henry Léveque, *Partida da Família Real*, 1812), (Fig. 14) e novamente, por ocasião do regresso de D. João VI a Lisboa, em 1821.



Fig.14

Por fim, embora sejam bergantins reais, também existiam duas embarcações da Alfândega de Lisboa, das quais apenas subsiste uma, a do Inspetor, conservada no Museu de Marinha.

3.4. O “Bergantim Real” (1780)

Do reinado de D. Maria I, subsistem ainda dois magníficos exemplares. O mais pequeno; é a “Galeota Carlota Joaquina”, também conhecida como “Dourada Saveira” (ou Saveira Dourada), mandada construir por D. Maria em 1790 para a sua nora. Segundo refere Pinto da Fonseca, foi feita para Dona Carlota

“se distrair em passeios no rio e para a condução a Pedrouços. Foi riscada pelo Capitão de Fragata da Arma de Marinha João de Sousa Palher. É movida por catorze remadores algarves e leva um cabo proeiro e hum patrão de manobra quando monta a vela latina em seu mastro. Esta galeota foi muito usada pella senhora Infanta regente D. Isabel Maria”.

Neste caso, parece comprovar-se a autoria do construtor João de Sousa Palher, e a obra de talha ao mestre Manuel Ferreira. Esta é também a primeira embarcação do género em que está comprovado o uso de vela, como se nota pela descrição citada.

Outra embarcação deste tipo, entretanto desaparecida, era a “Galeota Mexeriqueira” (designação que no século XVIII se referia a embarcações pequenas - *curvetas, ou mexeriqueiras – que serviam de avizos, e descobrirem o Mar*), usada pelas pessoas ao serviço do Paço, quando acompanhavam a Família Real. Apresentava um friso de talha dourada na cornija da camarinha, mantida em varões de madeira torneada, a imitar colunas, e movida por 14 remadores.

O melhor exemplar deste período, é o famoso “Bergantim Real”, fabricado por vontade da soberana por ocasião do duplo casamento do príncipe D. João com Carlota Joaquina, e de D. Maria Ana Vitória com D. Gabriel, em maio de 1784. (Fig15)



Fig.15

Estamos, sem dúvida, perante o mais importante e luxuoso exemplo das nossas embarcações de gala da coroa, e o único de camarinha fechada que subsistiu até aos nossos dias, mantendo-se em funções até 1957 (durante 173 anos!), quando da visita da rainha Isabel II de Inglaterra a Portugal.

Só o trabalho de ouro ascendeu a mais de 200 000 reis, sem contar com o trabalho de assentamento. A autoria do risco está atribuída a Torcato José Clavina; a talha e



Fig.16



Fig.17

esculturas, a Manuel Vieira; e as pinturas, a Pedro Alexandrino de Carvalho, nomeadamente a do painel exterior da camarinha. (Fig.16) Contudo, esta última atribuição levanta-nos bastantes dúvidas, face à obra conhecida deste artista, bem como ao facto da pintura do painel não ser uma composição original, mas uma transposição da conhecida obra de Louis de Boulogne, o Jovem, “Neptuno e Anfitrite”. (Fig.17) Posteriormente gravada por Louis Desplaces, em 1718, foi, aliás, muito popular ao longo do século XVIII, utilizada recorrentemente por diversos pintores decoradores, em leques, mobiliário, ou mesmo em painéis de coches, e berlindas, como o que pertence à Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa⁴². Trata-se provavelmente de uma obra do pintor Luís Batista, ou de Eusébio Lopes, que dirigia na época as pinturas dos escaleres na Ribeira das Naus.

Parece também ser esta a que foi usada em 1793, quando da vinda das princesas marroquinas a Queluz (26 julho), como se depreende pela seguinte descrição:

*“No cais estava a galeota de vidros, dois bergantins da Casa Real, cinco escaleres da Ribeira e um da nau Santo António que estava fundeada defronte do cais. Estava tudo pronto para o desembarque das Princesas, de sua família e comitiva... logo a flotilha se dirigiu para os navios, indo a galeota e os bergantins para as Princesas, e as restantes embarcações para a restante comitiva.”*⁴³

Como vimos, numa descrição de 1793, este exemplar era denominado “galeota de vidros”, dado que os bergantins eram as outras embarcações mais pequenas, pelo que, a designação mais correta, seria a de “Galeota Real”.

⁴² Agradecemos a Ana Paula Correia esta informação, que identificou a gravura utilizada para aquela decoração.

⁴³ PIRES, António Caldeira. *História do Palácio Nacional de Queluz*, Vol. 2, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 222.

3.5. As galeotas de D. João e o Brasil

Aquela que parece ter sido a última embarcação construída no século XVIII, entretanto desaparecida, foi a “Galeota Grande /A Real”, por volta de 1793, já durante a Regência de D. João. O Cabo das Galeotas Reais descrevia-a como “muito rica de ornamentos na camarinha de vidrinhos de Veneza, tendo na proa a figura de Anfitriote em talha dourada. Também ela, era movida por 58 algarves, com cabo proeiro e patrão quando montava a vela”.

Com a presença da Corte portuguesa no Brasil (1808-1821), teve lugar, pela primeira vez na América, um conjunto de cerimónias da família real, e a consequente necessidade de embarcações de Gala da Corte.

Isto não quer dizer que não houvesse embarcações de gala naquele território, anteriores à chegada da Família Real. Efetivamente, temos notícia da sua existência, através de uma interessantíssima carta, logo em 1739, do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei D. João V, a propósito de um bergantim de 24 remos, mandado fazer pelo governador do Rio de Janeiro.

Este documento é de particular importância, não só porque é o primeiro testemunho conhecido que atesta a presença deste tipo de embarcações no Brasil, como também porque aponta para a existência de legislação régia sobre o controlo do luxo, e da regulação da tipologia das embarcações de gala, usadas por individualidades externas ao foro régio.

O Provedor queixa-se de que o Governador havia construído, sem autorização daquela Provedoria, um bergantim de 24 remos com talhas douradas, e luxuosamente decorado, para seu uso pessoal, contrariando assim a ordem régia para que os governadores daquela capitania fizessem apenas uso de um modesto escaler de 8 remos, com toldos e almofadas de pano ordinário, nas suas saídas para o mar⁴⁴.

Sabemos que algumas das embarcações usadas terão ido para o Brasil a partir de Lisboa. Segundo Vilhena Barbosa, referindo-se às que existiam no seu tempo (1866): “São desse tempo [D. Maria I] e do tempo de D. João VI, os exemplares que ainda hoje existem na Azinheira... Muitos d’elles foram com D. João VI para o Brazil e lá ficaram, como os côches.”. (BARBOSA, 1906: 146)

Outras, foram naturalmente construídas no Rio de Janeiro. Efetivamente, em agosto de 1811, o Almirante Infante D. Pedro Carlos, dá notícia das intenções do

⁴⁴ “Dou conta a Vossa Magestade de que tendo uzado até o presente os Governadores desta Capitania para as suas saídas ao mar de hum Escalcr ordinário de oito remos com toldos e almofadas de panno ordinário, o Governador Jozé da Sylva Paes mandou fazer para seu uso hum Bergantim de vinte e quatro remos com talhas doiradas por toda a banda, toldo franjado de panno berne de quatro mil reis o Covado, forros de nobreza, Carapuças dos remeiros com suas Chapas de prata; ascendia esta despeza por orçamento em mais de três mil Cruzados, de que não posso dar acento individual por haver o dito Governador mandado fazer pelas suas ordens vocaes dadas aos executores das obras sem intervenção minha”. AHU – ACL_CU_017, Cx 31, D. 3305.

Príncipe Regente D. João, de ali mandar construir uma galeota Real, que deveria ser feita à semelhança da que ficara em Lisboa:

*“que o Príncipe Regente, meu muito Amado Tio, tem muitos desejos de fazer construir aqui huma Galiota para a sua Real Pessoa, em tudo igual a Galiota que tinha em Lisboa; porém sendo as Madeiras deste Paiz excessivamente pezadas para semelhantes Construções como bem sabeis, hé de absoluta necessidade que dahi venhão todas as peças á excepção da quilha, Cadaste, e Roda de proa, e que seião de Pinho. Devem igualmente vir os remos, e mastreação e as Formas tiradas da Galiota grande, que lá ficou”.*⁴⁵

No entanto, na resposta de outubro, o parecer unânime da Junta da Fazenda ia no sentido de enviar um dos exemplares que ali permanecera, por uma questão de maior facilidade, menor despesa, e porque os mesmos estavam sem qualquer utilidade:

“aqui deve sahir para aquella Corte a sobredita Galiota Real que aqui ficou; visto que o mesmo Deputado Almirante, hé de igual sentimento pelos exames a que tem procedido; e que com grande facilidade e comodo se pode conduzir, resultando desta deliberação a prompta execução das Reaes Ordens sem a maior despesa da nova Construção; visto que a sua consistência actual; e forma são idênticas, e análogas àquela Determinação; que alliaz ficando aqui se hirá arruinando pelo decurso do tempo, sem uso, debaixo da guarda e Tilheiro onde existe;”

A mesma ideia, é reiterada em carta de novembro seguinte:

“se fez representado no Governo o Expediente de mandar huma das Galiottas de S. A. Real em lugar das Madeiras para se fazer huma de novo como quer o Serenissimo Sor Infante D. Pedro Carlos, por Carta datada do Rio de Janeiro em 11 de Agosto deste anno: precisa-se da sua Determinação para se tratar com anticipação dos arranjos necessários para o seu transporte, e preparo; pois estou na idea de a remeter pala Nau S. Sebastiam, por consequência rogo a V. Ex.^a haja de promover este negocio com a brevidade possível.”

Infelizmente a documentação é omissa sobre o resultado final. No nosso entender, cremos que acabou por se optar pelas duas soluções, a do envio, e o da construção nova. De facto, ali seriam construídas, pelo menos, duas galeotas.

A primeira, é a conhecida “Galeota D. João VI” (depois sucessivamente renomeada como Galeota Imperial/ República/ Iate Quinze de Novembro), que presentemente se encontra em exposição no Espaço Cultural da Marinha, pertencente ao Museu Naval do Rio de Janeiro, talvez datável de 1818⁴⁶. (Fig18)

⁴⁵ 22 de outubro de 1811. CONSULTA da Junta da Fazenda Real da Marinha, ao príncipe regente [D. João], sobre as madeiras pedidas do Rio de Janeiro, para a construção de uma galeota no Arsenal do Rio de Janeiro. AHU -ACL_CU_017, Cx. 263, D. 18070.

⁴⁶ Ao contrário do que se tem afirmado, esta não é muito provavelmente a que se encontra figurada no conhecido quadro de Debret, representando o *Desembarque de D. Leopoldina, a 5 novembro 1817*, por ocasião do seu casamento com D. Pedro, como se pode notar pelas óbvias diferenças das proporções, e da sua camarinha.



Fig.18



Fig.19

A outra, era a “Galeota Sinhazinha”, construída na Ilha das Cobras do Rio de Janeiro, e que veio para Lisboa com D. João VI, em 1821. De grande riqueza, com a camarinha coberta de talha dourada, tinha na proa uma deusa da Abundância, com uma cornucópia. Talvez se trate da que foi utilizada por D. Miguel, quando da sua chegada a Lisboa, em 22 de fevereiro de 1828, (Fig19) ou uma das que se encontra representada na imagem de Jean-Baptiste Debret, figurando o *Desembarque de D. Leopoldina no Rio de Janeiro*, por ocasião do seu casamento com o infante D. Pedro, a 5 de novembro de 1817. (Fig.20)

Embora de forma bastante sucinta, ela é descrita no rol das festividades:

*“No dia seguinte à da sua chegada, depois do meio-dia, aproximou-se do arsenal da marinha uma galeota, esculpida e dourada, remada por cem homens e transportando da Real Quinta da Boa Vista, Sua Magestade e os infantes e, depois de embarcar a rainha e as princesas – D. Maria Francisca Benedita, a tia de D. João, e as infantas D. Maria Teresa, D. Isabel Maria, D. Maria da Assunção e D. Ana de Jesus Maria.”*⁴⁷.



Fig.20

⁴⁷ OBERACKER JR., Carlos H., *A Imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época: Ensaio de uma biografia*, [Lisboa]: Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 113.

Dois meses antes, face às necessidades crescentes da Corte, eram pedidos a Lisboa, 200 remadores algarves para as galeotas reais do Brasil, que vão chegando entre 1818 e 1820, por não se considerarem adequados para o serviço, os índios usados nos escaleres:

*“requerendo 200 algarvios para remadores das galeotas reais, serviço para o qual não estão aptos índios, que costumam remar nos escaleres; os mesmos deverão seguir nos navios de guerra e na falta desses nos de comércio; informando que se deverá dar igualmente passagem às famílias dos que assim desejarem.”*⁴⁸

Lista do envio de Algarves de Lisboa para o Rio de Janeiro

1818		
data	número	navio
23 janeiro	6	<i>D. Miguel Forjaz</i>
6 março	6	<i>Coroa</i>
24 março	42	<i>Ásia Grande</i>
28 maio	7 ⁴⁹ + 5	<i>Caridade / Comerciante</i>
8 junho	6	<i>Feliz Vencedor</i>
13 junho	4 + 2 ⁵⁰	<i>Voluntário (bergantim) / Elsa</i>
11 julho	4	<i>Novo Paquete</i>
24 julho	6	<i>Felicidade</i>
29 setembro	6	<i>Lusitano (bergantim)</i>
14 dezembro	40	<i>Princesa do Brasil</i>

Deste total de 133 remadores, devem-se acrescentar mais 34, dado que em fevereiro de 1818 se refere faltarem apenas 166 dos 200 algarves pedidos, perfazendo assim o total de 167.

1820		
data	número	navio
8 agosto	6	<i>Treze de Maio (correio)</i>
25 agosto	6	<i>S. Nicolau Augusto</i>
20 setembro	8	<i>Ulisses</i>

Seria precisamente o filho de D. João, D. Miguel, quem mandaria fazer a última das galeotas de corte portuguesa, construída no Porto, em 1831, e que ficaria conhecida

⁴⁸ 1817, setembro, 6, Rio de Janeiro. OFÍCIO do [secretário de estado da Fazenda e presidente do Real Erário no Rio de Janeiro e secretário de estado interino da Marinha e Ultramar], Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, ao [governador do Reino, secretário de estado da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e Guerra em Portugal], D. Miguel Pereira Forjaz [Coutinho]. AHU_CU_017, Cx. 278, D. 19412.

⁴⁹ Dos 12 Algarves destinados a embarcar no *Caridade*, apenas foram 7, tendo os restantes 5 ido mais tarde, em 13 de junho, por o navio ter partido, entretanto.

⁵⁰ Para além de António José Cunana, os outros cinco remadores, eram os que deviam ter ido em maio no *Caridade*, naturais de Tavira, Faro e Ferragudo: Manuel Gomes Marim, Manoel Pereira, Manoel Ricardo, Manoel do Rio e Manoel Gomes.

como “Galeota Doiradinha”, ou “Escaler do Ministro”, por ser posteriormente usada pelo Ministro da Marinha. O projeto era do construtor Manuel Luís dos Santos, e a decoração de Manuel da Fonseca Pinto Carneiro. Era o fim das grandes embarcações de gala da Corte portuguesa. Os seus sucessores limitar-se-iam a usar as galeotas e bergantins dos seus antepassados, ou à simples adaptação de outro tipo de barcos.

Quando da viagem de D. Carlos aos Açores, em 1901, por exemplo, converteu-se um escaler da Alfândega, da segunda metade do século XVIII, numa Galeota Real, hoje em exposição no Museu Angra Heroísmo. Este “Bergantim Real”, foi recuperado por Manuel Coelho Baptista de Lima, então presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, que o salvou de uma destruição certa, em 1949, quando estava para ser vendido pela Fazenda Pública a um particular, estando dispersa a respetiva palamenta, a câmara da popa, e as bandeiras da Monarquia, usadas nos séculos XIX e XX.

Embora fora do âmbito cronológico e geográfico deste trabalho, também está documentado o uso deste tipo de embarcações na Índia. Embora se desconheça exatamente por quem ou quando foi feito, está documentada a existência de um bergantim de 9 remos por banda, utilizado pelo Governador e Capitão Geral da Índia, D. Manuel de Portugal e Castro, no primeiro quartel do século XIX, representado numa pintura de José Maria Gonçalves (*Tirte, Lavagem dos Gentios*, c. 1820), feita em Goa. (Fig. 21)

4. MODELOS E TIPOLOGIA

O protótipo das embarcações reais de gala foi naturalmente a galé (*galera*), e as suas versões de menor dimensão. Para além do comércio e da guerra, as galés foram usadas para fins exclusivamente cerimoniais por governantes, aristocracia e altos dignitários, em diversos estados. No início da Idade Moderna, elas gozavam de um prestígio e estatuto bem superior aos navios à vela, em grande parte fruto da recuperação da cultura clássica do Renascimento. Como refere José Pissarra, “*Em termos de pompa e estado, nenhum navio do século XVI [...] podia competir com esses longos aríetes, cobertos de cores e ouro, que*



Fig.21

*uma multidão de remadores [...] fazia, em cadência, desfilar por entre as armadas*⁵¹. Mesmo quando a sua tipologia é progressivamente substituída pelo navio redondo, ela mantém-se precisamente como embarcação de aparato.

As fontes documentais e iconográficas, curiosamente, são bastante mais generosas para o século XVI, que para o século XVIII, nomeadamente no que concerne à tratadística. A título de exemplo, podemos mencionar o *Livro náutico* (LN) de autoria desconhecida⁵², ou o célebre *Livro de traças de carpintaria* (LTC) de Manuel Fernandes⁵³, que se dedicam às galés, galeotas e bergantins. Dada a proximidade cronológica de ambos, não se evidenciam diferenças assinaláveis, quer no tocante às dimensões como à sua morfologia.

A galé de 24 bancos do LN, possui 36 metros de comprimento (192 remadores *a scalocio*, quatro por remo), enquanto a do LTC é um pouco maior, com 44 metros (não indica o número de remadores, mas dá-nos a medida da boca, de 5,4 m, que lhe dá um rácio extraordinário de 8,2:1. Ambas possuíam mastros, grande e traquete de vela bastarda no LN, e apenas um grande, sem indicar o tipo de vela, em Manuel Fernandes⁵⁴.

Também ambos dão exemplos de uma galeota de 18 bancos, tendo a do LN 27 m de comprimento, 36 remos, cerca de 144 remadores *a scalocio*, com grande e traquete. A do LTC é, mais uma vez, ligeiramente maior, com 33,4 m de comprimento (25,5 de quilha) e 4,6m de boca, com um rácio de 7:1. Tal como para a galé, é apenas referida a existência de um mastro. Terá sido este modelo, que serviu para as seis galeotas de 18 bancos, mandadas fazer por D. Luís de Ataíde, 3.º conde de Atouguia, como Vice-Rei da Índia, como consta do inventário dos navios que deixou em 1571 ao seu sucessor, D. António de Noronha⁵⁵.

Quanto ao bergantim, as diferenças residem similarmente nas dimensões. O LN menciona um de 14 bancos, com 21 metros de comprimento e 4 metros de boca, com um rácio de 5:1 (30 remos), e o LTC (designado bergantim real), de 9 bancos, com apenas 15m por 2,9 m, mas mantendo o mesmo rácio (5:1).

⁵¹ PISSARRA, José Virgílio. “Navios de Remo”. In DOMINGUES, Francisco Contente (coord). *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar. 1500-1668*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp. 99-100.

⁵² ANÓNIMO, *Livro Nautico ou meio pratico de construção de navios e galés antigas*. [Manuscrito], c.1580-1590. BNL, códice 2257.

⁵³ FERNANDES, Manuel. *Livro de traças de Carpintaria com todos os Modelos e medidas para se fazerem toda a navegação, assi d'alto bordo como de remo, traçado por Manoel Frz oficial do mesmo officio*, 1616.

⁵⁴ No mesmo livro também se indicam as medidas para uma Galé Real, com 48 m, e uma outra, de 30 bancos, que atingia os 52,2 metros de comprimento. Na parte das ilustrações, surge-nos outra galé, de 27 bancos, mas cujas medidas (e proporções), ali indicadas por uma escala de petipé de 50 Palmos (?), não têm qualquer correspondência com as indicadas no texto, o que leva a crer, na opinião de Francisco Contente Domingues, que essa parte da obra não será autógrafa.

⁵⁵ BNL ALC. 308. “Sumário das naus, galés e outras embarcações da carreira da Índia”, *Documentos de várias tipologias, relativos à história portuguesa, sobretudo do reinado de D. Sebastião* [manuscrito], fol. 146v., c. 1501-1650. Para o estudo das embarcações a remos naquela região veja-se MATOS, Jorge Semedo de. “Velas e remos no Poder Naval português do Índico: primeiro quartel do século XVI”. *Revista de História das Ideias*, Vol 30, Coimbra, 2009, pp. 293-313.



Fig.22

A grande vantagem do tratado de Manuel Fernandes, é o de ser profusamente ilustrado, embora as medidas e proporções nem sempre estejam de acordo com o texto. No entanto, constituem um documento precioso e único, com exemplos rigorosos (ou, pelo menos, não-artísticos) do que deveriam ser as galés, galeotas e bergantins de finais do século XVI e inícios de Seiscentos. No caso da galé e da galeota, as imagens reproduzem mesmo um precioso exemplar de projeto de decoração das mesmas, da câmara e da popa, com arcadas clássicas de arco romano, *tondi*, e a escultura de um fauno. (Fig.22)

Embora tendendo a desaparecer, sobretudo como navio de guerra, a galé ainda subsiste nalgumas zonas do norte e sul da Europa, mesmo no século XVIII, como vimos, nas frotas do Báltico, da Rússia e da Suécia, ou no Mediterrâneo oriental, por exemplo. Serão em especial as suas versões mais modestas, próximas da *galera sutil*, como a galeota e o bergantim, as que irão caracterizar as embarcações de aparato da coroa portuguesa. No entanto, as suas diferenças estão para além das simples dimensões, constituindo-se de facto num modelo que, embora derivado, desenvolverá características específicas.

A partir de finais de Seiscentos, assiste-se a um progressivo desenvolvimento da definição de um tipo de embarcações de gala que, com raras exceções (o citado bucentauro de D. Sebastião, ou da *Aura Navis* de D. Pedro II), tendem a substituir o hábito de recorrer a simples adaptações com decorações improvisadas, de embarcações de várias espécies. Surge, assim, aquilo que podemos designar como o “bergantim de gala”, de acordo com a denominação da época, não obstante, em finais de Setecentos, pelas razões expostas, o termo bergantim ser preterido em favor de galeota.

Vejam as principais características deste tipo de embarcação, através da análise dos modelos sobreviventes, das descrições, ou de representações dos que desapareceram. (Fig.23)

A primeira diferença notória, relativamente aos navios do século XVI, é a sua proa redonda, mais próxima dos navios à vela, abandonando a pronunciada forma elíptica tradicional, e a abolição do esporão (que podia atingir os cerca de 6 m na galé). Por vezes o peito do beque é ligeiramente pronunciado avante, como se verifica no chamado “Bergantim Real”, (Fig.24) servindo sobretudo de suporte á figura de proa, como sucede

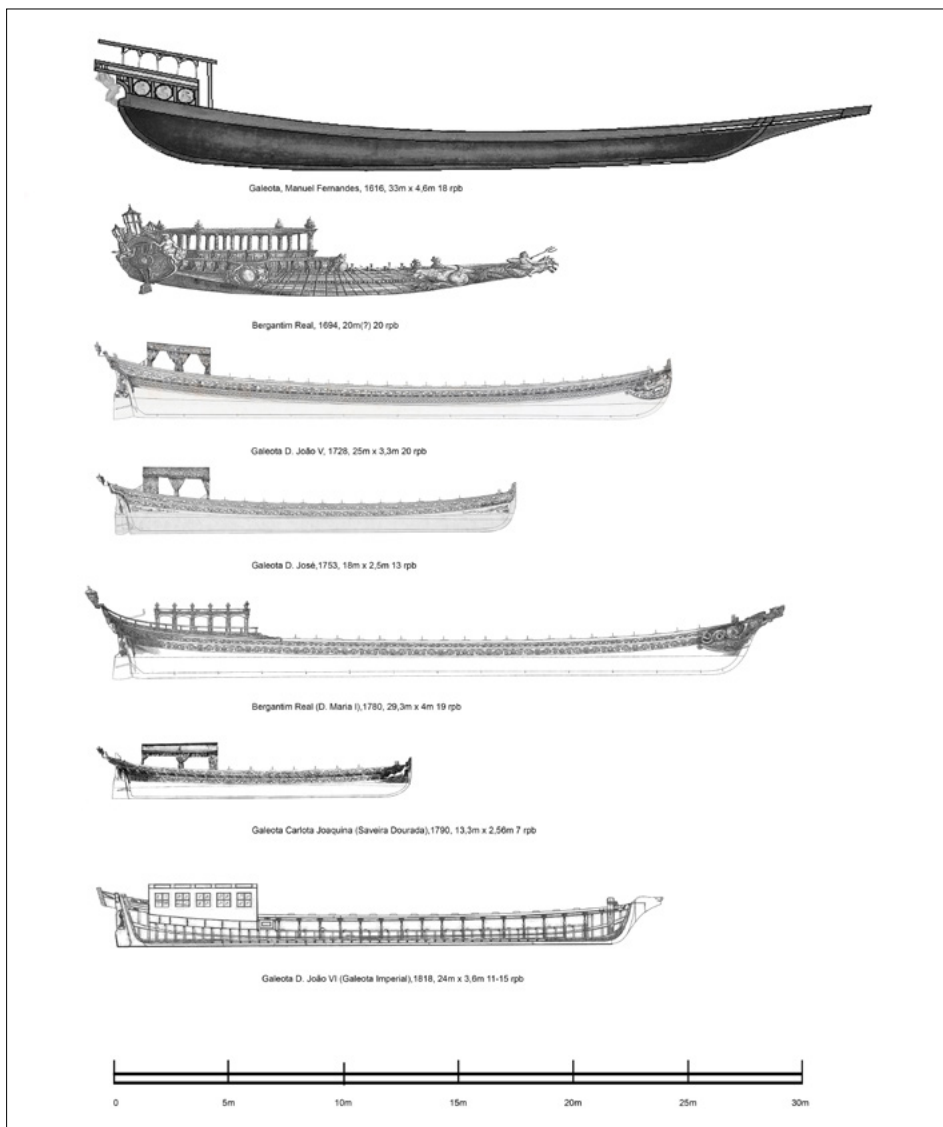


Fig.23

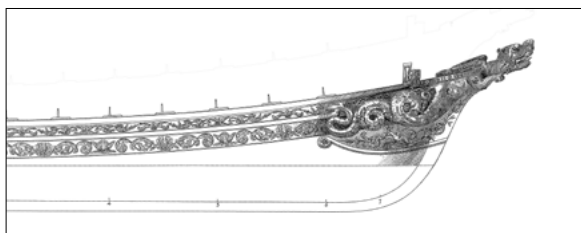


Fig.24

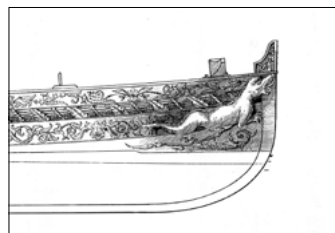


Fig.25

na “Royal Barge”, construída por William Kent para o Príncipe de Gales, em 1732. De qualquer modo, não se encontra em posição horizontal, paralelo à água, nem atinge as dimensões do antigo esporão.

De salientar que as embarcações portuguesas privilegiam sempre a forma sobre o ornamento, onde a decoração tende a respeitar e a submeter-se ao design da estrutura, evitando os exageros dos conjuntos escultóricos patentes, por exemplo, nos modelos italianos, sobretudo na proa. Daí que se prefira o baixo-relevo, à escultura de vulto, mormente na figura de proa, que não é saliente, como se evidencia na galeota de Carlota Joaquina. (Fig.25)

O sistema de propulsão, em alguns casos, continua a ser misto, com remos e velas. Efetivamente, sabemos que alguns exemplares ainda possuem as enoras onde se encaixavam os mastros (ligeiramente à vante da meia-nau, e à proa), e a sua existência está documentada na Dourada Saveira, e na Galeota Grande “A Real” (já desaparecida)⁵⁶. Contudo, o recurso à vela deveria ser muitíssimo raro, dado não se conhecerem muitos registos iconográficos ou literários da sua utilização. Uma exceção, é o painel de azulejo, atualmente na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em Lisboa, procedente da Quinta do Palácio dos Chavões, em Vila Chã de Ourique (Cartaxo). Datável do terceiro quartel do século XVII, ali se figura um pequeno bergantim de lazer, movido por três remadores, com o seu mastro e verga em posição oblíqua, própria de vela bastarda. (Fig. 26)

Os remos assentam em forquetas sobre as toleteiras, desaparecendo o clássico sistema da *apostis*, que se projetava exteriormente ao casco. Nos modelos mais pequenos,



Fig.26

⁵⁶ Segundo refere Manuel Pinto da Fonseca, “leva um cabo proeiro e hum patrão de manobra quando monta a vela latina em seu mastro”, a propósito daquelas duas embarcações. Também se encontra um outro exemplo na célebre gravura da chegada de D. Fernando de Saxe Coburgo em Lisboa, a 8 de abril de 1836.

não vão além dos sete remos/bancos por banda, podendo ir até aos vinte, nas embarcações maiores, no sistema *a scalocio*, movidos por dois ou três remadores. (BARBOSA, 1866: 82)

Quanto às suas dimensões, podem oscilar entre os 12 e os 30 metros de comprimento, e os 2,5 e os 4 metros de boca, com rácios entre os 5:1 e os 7,5:1. As medidas mais pequenas são naturalmente para as embarcações mais ligeiras, as quais precisamente receberam outras designações tipológicas, como *saveira* ou *escaler*.



Fig.27

uma pintura figurando um *Triunfo de Neptuno e Anfitriete*, copiada de uma gravura de Charles Dupuis (1685-1742), segundo um original de Louis de Boulogne (1654-1733), conforme vimos.

Para além da câmara, era na sua popa elevada, no guarda-patrão, e na proa, que convergiam as maiores atenções decorativas, e a riqueza da talha dourada. O casco, acima da linha de água, era pintado com frisos decorativos e dourados. (Fig.27)

Os temas não são muito variados, apresentando folhagens, grinaldas e concheados, elementos da flora, fauna e imaginário marítimo, como sereias, dragões marinhos ou golfinhos (que usualmente decoram os lemes e as pás dos remos), figuras da mitologia clássica

A câmara (ou camarinha) está sempre colocada à proa, na sua maioria constituída apenas por um toldo sobre suportes, ou por uma câmara fechada, com janelas e portas envidraçadas.

Deste último tipo, apenas o “Bergantim Real” e a “Galeota D. João VI” subsistiram até aos nossos dias. De notar que o sistema mais simples, de toldo, não se justificava apenas por uma questão de poupança de recursos, mas como uma opção que tinha naturalmente em conta o propósito de uma embarcação de aparato, de “ver e ser visto”. Era aqui que se concentrava a parte mais importante da decoração, com esculturas, baixos-relevos, talha dourada, colunas torneadas, pinturas ornamentais e figurativas, espelhos, galões entretecidos de fios de ouro, prata ou seda, veludos, damascos e ricas tapeçarias.

O único exemplar sobrevivente, e o mais rico, com pinturas figurativas, é o “Bergantim Real” que, para além do seu interior, possui no exterior da câmara, voltada a ré,

(Neptuno, Anfitrite, Vénus, Abundância, cariátides) e, evidentemente, os símbolos régios, o dragão da Casa de Bragança (proa), e os escudos reais (painel da popa, guarda-patrão, topo e interior da câmara).

Também as camarinhas possuíam um luxuoso mobiliário e diversos objetos em prata, como é o caso do referido bergantim, ou da desaparecida “Galeota Sinházinha”, construída no Brasil ao tempo de D. João VI, da qual Manuel Pinto da Fonseca referia o seguinte: “o mobiliário rico que a decora é de tão pesada madeira que o cadeirão real a custo se move”. Ou da “Galeota da Coroa” que “É muito rica de estofos e é toda pintada de vermelho e ouro. Possuía rica baixela de parta batida que os franceses roubaram e até os puxadores das meias portas da camarinha que eram em prata levaram.”.

Embora não faça obviamente parte da decoração das mesmas, não podemos esquecer o rico traje dos famosos remadores (os “Manueis d’Alfama” e os “Algarves”), com as sua vistosas jaquetas e barretinas com chapas em prata ostentando o escudo real, (Fig.28) bem distintos da chusma dos cativos, condenados e *buonavoglie* das antigas galés.

Esta tipologia e características estão naturalmente de acordo com a sua função específica, de recreio e aparato (e também de transporte ocasional), bem distintas das necessidades das embarcações concebidas para serviço militar, ou transporte de mercadorias.



Fig.28

A ACTIVIDADE NAVAL PORTUGUESA NA RESTAURAÇÃO SEGUNDO AS PRIMEIRAS FONTES PERIÓDICAS [1640-1668]

Comunicação apresentada pelo Prof. Doutor
Eurico Gomes Dias¹, em 22 de junho

Palavras-chave: Restauração; Marinha Portuguesa; Imprensa Periódica; História; Historiografia.

Resumo: em 5 de Dezembro de 1641 começaria a publicação das *Gazetas da Restauração* [ed.: Eurico Gomes Dias, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006], as quais são vulgarmente conhecidas como «o primeiro jornal português», revelando, desde os primeiros dias, o seu imenso poder de intervenção social e política. Neste sentido, as *Gazetas da Restauração* consideraram-se fontes históricas de primeira importância para compreender as manifestações sociais, políticas, militares e diplomáticas que envolveram Portugal logo após 1640.

Possuidoras de inúmeras informações acerca das acções, composição e manutenção do Exército português, registaria uma perspectiva muito fidedigna sobre as operações militares portuguesas e europeias na Guerra dos Trinta Anos [1618-1648], o arrastado conflito internacional onde as Guerras da Restauração se inscreveram perifericamente. Assim sendo, foram igualmente descritas as actividades navais portuguesas e europeias, tanto nas nossas costas como nos teatros de operações noutras latitudes, nomeadamente no Brasil, em Angola e no oceano Índico e até no Mar da China.

Quinze anos após o estioar do primeiro periódico correntemente conhecido como a *Gazeta da Restauração*, surgiria, na mesma linha de expressão, o famoso *Mercurio Portuguez* [1663-1667], da autoria e orientação de D. António de Sousa de Macedo, estadista dedicado à causa da Restauração e cujos escritos formam o seu volumoso manancial informativo. Além de ser um órgão periódico, dito ‘oficial’, o *Mercurio Portuguez* [ed.: Eurico Gomes Dias, vols. I-II, INCM/CEPESE, Lisboa, 2010] foi, na sua essência, um ‘tributo’ ao Soldado português, esse elemento anónimo que foi o suporte cimeiro da nossa independência.

No âmbito da emergente imprensa periódica nacional [e até internacional], abriu-se aqui um precedente justificativo da necessidade de publicação destas fontes históricas. Também aqui se verificará as condicionantes internas e externas da Guerra da Restauração

¹ Professor Auxiliar com Agregação no ISCPSP [Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa] e Investigador Integrado do ICPOL – o Centro de Investigação do mesmo Instituto. Académico Correspondente na Academia Portuguesa da História.

[1640-1650], sob os prismas noticiosos evocados – nomeadamente de natureza bélica marítima –, culminado o final dos conflitos com a assinatura do Tratado de Lisboa [13 de Fevereiro de 1668].

Abstract: on December 5, 1641, the publication of *Gazetas da Restauração* [ed.: Eurico Gomes Dias, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006] began, which are commonly known as «the first portuguese newspaper», revealing, since the first days, its immense power of social and political intervention. In this sense, *Gazetas da Restauração* considered themselves historical sources of prime importance to understand the social, political, military and diplomatic manifestations that involved Portugal after 1640.

Possessing innumerable information about the actions, composition and maintenance of the Portuguese Army, they would record a very trustworthy perspective on Portuguese and European military operations in the Thirty Years War [1618-1648], the long-drawn-out international conflict where the Wars of Restoration were peripherally inscribed. Therefore, portuguese and european naval activities were also described, both on our coasts and in theatres in other latitudes, namely in Brazil, Angola and the Indian Ocean and even in the China Sea.

Fifteen years after the extinction of the first periodical currently known as *Gazetas da Restauração*, the famous *Mercurio Portuguez* [1663-1667] appeared, in the same line of expression, authored and supervised by D. António de Sousa de Macedo, statesman dedicated to cause of the Restoration and whose writings form its voluminous source of information. In addition to being a periodic organ, known as ‘official’, the *Mercurio Portuguez* [ed.: Eurico Gomes Dias, vols. I-II, INCM/CEPESE, Lisbon, 2010] was, in essence, a ‘tribute’ to the portuguese soldier, that anonymous element that was the mainstay of our independence.

Within the scope of the emerging national [and even international] periodical press, a precedent was set here to justify the need to publish these historical sources. Here, too, the internal and external constraints of the War of Restoration [1640-1650] will be verified, under the aforementioned news prisms – namely of maritime warfare – culminating the end of the conflicts with the signing of the Treaty of Lisbon [February 13, 1668].

Keywords: Restauration; Portuguese Navy; Periodical Press; Historiography.

1. Os princípios da imprensa periódica portuguesa

A imprensa periódica desenvolveu-se em Portugal, assim como em qualquer ponto da Europa², em resultado da convergência de três condições fundamentais³: o avanço técnico da tipografia, a abertura de novas linhas de comunicações terrestres/marítimas, assim como o interesse público pela divulgação de *notícias*. Assim, aquando o início dos conflitos da Restauração [1640-1668] surgiram as primeiras *Gazetas*, denominadas identicamente como *Gazetas da Restauração*⁴ [1641-1647/8?]. Posteriormente, seguiu-se a edição do segundo periódico referente ao «ciclo da Restauração»⁵, ou seja, o *Mercurio Portuguez*⁶ [1663-1667], tendo ambos sido editados por nós, embora necessitem já de edições revistas e actualizadas.

Desde os primórdios da imprensa periódica, ou se preferirmos, do jornalismo nacional, subsistiu uma afinidade profunda entre cronistas e periodistas e/ou *jornalistas*, assim como *escritores* e/ou *leitores*⁷, sendo que, por vezes, tais ofícios se fundiam: vejamos os casos de Fr. Francisco Brandão⁸ [1601-1680], um dos presumíveis redactores das *Gazetas*⁹, à época o cronista-mor do Reino; ou, noutro tempo mais próximo, Alexandre Herculano¹⁰ [1810-1877], primeiro redactor de *O Panorama*¹¹ [1837-1868], igualmente ainda o mais celebrado dos nossos historiadores. A História da imprensa periódica, e/

² TENGARRINHA, José – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*, Temas & Debates/ Círculo de Leitores, Lisboa, 2013, pp. 47-49.

³ TENGARRINHA, José – «Imprensa», in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO, vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, 2002, pp. 470-497.

⁴ DIAS, Eurico Gomes – *Gazetas da Restauração (1641- 1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, (edição transcrita), introdução de João Luís LISBOA e prefácio de Armando Marques GUEDES, «Biblioteca Diplomática», Série A, n.º 6, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006; *A Gazeta da “Restauração”: primeiro periódico português – uma análise do discurso*, coordenação de Jorge Pedro SOUSA, «Estudos em Comunicação», Livros LabCom, Covilhã, 2010.

⁵ *Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração (extractos da Gazeta e do Mercúrio Português)*, selecção, prefácio e notas de J. E. Moreirinhas PINHEIRO, CML, Lisboa, 1971; SOUSA, Jorge Pedro & TEIXEIRA, Patrícia – *Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração” (1641-1647) e o Mercúrio Português*, Editora Media XXI, Porto, 2015.

⁶ DIAS, Eurico Gomes – *Olhares sobre o «Mercurio Portuguez» [1663- 1667]. Transcrição e Comentários*, vols. I- II, INCM/CEPESE, Lisboa/Porto, 2010.

⁷ ALVES, José Augusto dos Santos – *O Poder da Comunicação. A História dos Media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Casa das Letras, Lisboa, 2005.

⁸ BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, introdução de António da Silva RÊGO e notas de António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, INCM, Lisboa, 1976 [fac-símile da 1.ª edição da Officina de Paulo Craesbeek, 1650], p. XIII.

⁹ FIGUEIREDO, Fidelino – *Historia da Litteratura Classica. 2.ª Epocha: 1580- 1756 (continuação) e 3.ª Epocha: 1756- 1825*, Portugália Editora, Lisboa, 1922, pp. 177-178.

¹⁰ BAPTISTA, Jacinto – *Alexandre Herculano Jornalista*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.

¹¹ *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, vols. I-XVIII, I-V Séries, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, 1837-1868.

ou da Comunicação num sentido científico mais actual, conserva-se teimosamente um campo de estudos insuficientemente estudado na sua amplitude e profundidade, não obstante possuímos um universo de títulos periódicos incomensurável¹², não esquecendo uma vetusta tradição jornalística fortemente arraigada na nossa Cultura contemporânea.

Segundo os estudos historiográficos mais antigos, entretanto, ultrapassados, entendia-se que a imprensa periódica portuguesa se tivesse iniciado com a publicação de duas *relações* [1626-1627] escritas por Manuel Severim de Faria¹³ [1583/4-1655], então chantre da Sé de Évora, o que não correspondia aos pressupostos funcionais do jornalismo, mesmo nos seus primórdios. Assim, a *Relação Vniversal do que succedeo em Portugal, & mais Prouincias do Occidente, & Oriente*¹⁴ [1626-1627], impressas em Braga, não detinham as três condições operacionais do jornalismo¹⁵: uma periodicidade preestabelecida e uma continuidade editorial, ainda que detivessem alguma encadeação entre si. Ainda dentro destas incoerências historiográficas, o mesmo ocorreria com o ‘compêndio’ *Noticias de Portugal*¹⁶ [1655], também de Manuel Severim de Faria, o qual, e durante muito tempo, impeliu numerosos estudos em equívoco, quiçá julgando unicamente pelo seu título.

Tal como em qualquer época, os antagonismos motivados pela informação e a contra-informação, tal como da espionagem e contra-espionagem¹⁷, eram constantes na imprensa periódica europeia, assumindo-se como autênticas *arenas* onde a mentira e a verdade batalhavam, tal como sempre acontecerá. Aquando a nossa Restauração, a irregularidade editorial das inúmeras *folhas, relações e panfletos* manuscritos¹⁸ e impresos que circulavam não respondiam às reivindicações de um público-alvo circunscrito

¹² *O Pensamento Jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*, coordenação de Jorge Pedro SOUSA, vols. I-II, «Estudos em Comunicação», Livros LabCom, Covilhã, 2010.

¹³ *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*, introdução de Joaquim Veríssimo SERRÃO, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974; FARIA, Manuel Severim de – *Discursos Vários Políticos*, introdução, actualização e notas de M.^a Leonor Albergaria VIEIRA, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2001.

¹⁴ *A génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*, coordenação de Jorge Pedro SOUSA, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2007.

¹⁵ TENGARRINHA, José – «Imprensa», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 470-497.

¹⁶ FARIA, Manuel Severim de – *Noticias de Portugal...*, introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço VAZ, Edições Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria, Lisboa/Évora, 2003.

¹⁷ CORTÉS CORTÉS, Fernando – *Espionagem e Contra-Espionagem numa guerra peninsular (1640-1668)*, «Horizonte Histórico», Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

¹⁸ *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731); Vol. II (1732-1734)*, por João Luís LISBOA, Tiago dos Reis MIRANDA e Fernanda OLIVAL, Edições Colibri, Lisboa, 2005; DUARTE, Lígia Gaspar – *O correr da pena nas Gazetas Manuscritas. A identidade das formas (1735-1738)*, «Cadernos de Cultura», n.º 4 [2.ª série], Húmus/CHC, Lisboa, 2012.

e sequioso¹⁹, ainda que crescente, o qual desejava seguir os acontecimentos militares, políticos e diplomáticos da Guerra dos Trinta Anos²⁰ [1618-1648].

As Guerras da Restauração²¹, o conflito entre Portugal e Espanha terminado o domínio filipino, iniciaram-se com D. João IV²² [1604-1656] e só terminarão no reinado de D. Afonso VI²³ [1643-1683], embora o poder estivesse sob o controlo político de D. Pedro II²⁴ [1648-1707], o qual abriu o caminho para o Absolutismo régio, seguindo os modelos europeus vigentes²⁵. Ainda hoje estão para conhecer e rever os incontáveis combates por quatro continentes, especialmente árduos perante as ambições inglesas²⁶, francesas²⁷ e holandesas²⁸ nos territórios brasileiros, angolanos e asiáticos, arrastando-se as operações militares terrestres e marítimas por quase três décadas, as quais forçaram o nosso país a esforços hercúleos para as manter²⁹.

Tratou-se de uma façanha epopeica em virtude das fragilidades estruturais a todos os níveis e resultantes de 60 anos de ocupação espanhola³⁰, justificadas, fundamental-

¹⁹ CUNHA, Alfredo da – «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV, ACL, Lisboa, 1941, pp. 15-16.

²⁰ BONNEY, Richard – *A Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648. Os Bourbon e os Habsburgo disputam a Europa*, «Grandes Batalhas», n.º 15, Osprey Publishing, Londres, 2010.

²¹ COSTA, Fernando Dóres – *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004; LOUSADA, Abílio Pires – *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*, 2.ª edição, «*Dialectica Belli*», n.º 1, Instituto de Estudos Superiores Militares/Fronteira do Caos Editores, Lisboa, 2012.

²² MELO, D. Francisco Manuel de – *Tácito Português. Vida, Morte, Dittos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*, prefácio e leitura do manuscrito por Raul RÊGO, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1995; COSTA, Leonor Freire & CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*, «Reis de Portugal», vol. XXI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006; SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. João IV, o Restaurador*, «Reis de Portugal», n.º 21, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2010.

²³ XAVIER, Ângela Barreto & CARDIM, Pedro – *D. Afonso VI*, «Reis de Portugal», vol. XXII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006; LOURENÇO, Paula Marçal – *D. Afonso VI, o Vitorioso*, «Reis de Portugal», n.º 22, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2010.

²⁴ LOURENÇO, M.ª Paula Marçal – *D. Pedro II*, «Reis de Portugal», vol. XXIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007; FÁRIA, Ana Maria Leal de – *D. Pedro II, o Pacífico*, «Reis de Portugal», n.º 23, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2010.

²⁵ *The Princely Courts of Europe. Ritual, Politics and Culture under the Ancien Régime (1500-1750)*, edited by John ADAMSON, Seven Dials, Londres, 2000.

²⁶ WERNHAM, R. B. – *The expedition of Sir John Norris and Sir Francis Drake to Spain and Portugal (1589)*, Aldershot, Londres, 1988.

²⁷ DAHER, Andréa – *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

²⁸ RATELBAND, Klaas – *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana. Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*, revisão crítica, prefácio, apontamento biográfico e notas acrescentadas de Carlos PACHECO, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 2003.

²⁹ GUIMARÃES, Victorino – «As Finanças na Guerra da Restauração (1640-1668)», separata da *Revista Militar*, [s. n.], Lisboa, 1941.

³⁰ VÁSQUEZ CUSTA, Pilar – *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*, tradução de Mário Matos e LEMOS, «Coleção Saber», n.º 204, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.

mente, pela inexistência de forças armadas organizadas, nomeadamente de cariz nacional³¹. Num outro sentido, essas longas campanhas militares foram patrocinadas por missões diplomáticas enviadas pela Coroa portuguesa³² junto de Paris³³, Londres³⁴ e a Santa Sé³⁵, assim como as Províncias Unidas³⁶ e a Suécia³⁷, em busca do reconhecimento internacional. Os conflitos luso-espanhóis, ainda que se situando numa *orla periférica* da Guerra dos Trinta Anos, tal como a Guerra Civil inglesa³⁸ [1642-1651], p.e., procuravam sustentar uma legitimidade perante as conversações que motivaram o famoso Tratado de Vestefália³⁹ [Partes I & II, Münster e Osnabrück, 24 de Outubro de 1648]. Esse mesmo documento fundacional do Direito Internacional nem sequer considerava a nossa cisão política de Espanha⁴⁰, pese ainda ser pouco conhecido na sua originalidade documental, mas que está a ser estudado por nós.

A Restauração aparenta ainda ser uma época algo *nebulosa* em termos historiográficos e literários⁴¹, pelo que analisar estas contendas permanece um desafio. Viveram-se momentos terríveis, extensamente traumáticos, os quais assinalaram indelevelmente toda a segunda metade do século XVII. Do ponto de vista estritamente historiográfico, basta desfolharmos um simples manual escolar, uma síntese ou um qualquer compêndio de História de Portugal e vejamos, pasme-se, a enorme *amnésia* social e o *esquecimento forçado* a que foram votados dois períodos históricos cruciais: 1580-1640 e, em sucedâneo, o 1641-1668,

³¹ BORGES, Emília Salvado – *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Colibri, Lisboa, 2015.

³² FARIA, Ana Leal da – *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815. Com Atlas, Biografias e Roteiro de Fontes*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.

³³ MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, vol. I, 2.ª edição revista e aumentada, Tribuna da História/IDN, Lisboa, 2006, pp. 197-214.

³⁴ MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*, 3.ª edição, «Colecção Saber», n.º 213, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2000, pp. 76-84.

³⁵ OLIVEIRA, P.º Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», n.º 11, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, pp. 195-197; DIAS, Eurico Gomes – «A intervenção de D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, no arranque da diplomacia portuguesa da Restauração», in *Revista Científica*, ESECD- IPG, n.º 7, Guarda, 2008, pp. 9-48.

³⁶ MACEDO, D. António de Sousa de – *Razam da guerra entre Portugal, e as Províncias Unidas dos Países Baixos...*, Oficina de João Álvares de Leão, Lisboa, 1657.

³⁷ PRESTAGE, Edgar – *As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670*, tradução de A. Gonçalves RODRIGUES, Edições Gama, Porto, 1943.

³⁸ SMITH, David – *Olivier Cromwell. Política y Religión en la Revolución Inglesa (1640-1658)*, tradução de Isabel BENNASAR e Miguel MORÁN, «Temas de Historia», n.º 6, Akal Ediciones, Madrid, 1999.

³⁹ BRASÃO, Eduardo – «A Acção Diplomática de Portugal no Congresso de Vestefália», separata dos *Anais*, vol. VII, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1942.

⁴⁰ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, tradução de Ângela Barreto XAVIER e Pedro CARDIM, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

⁴¹ ANDRADE, Luís Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, «Minerva-História», n.º 21, Edições Minerva Coimbra, Coimbra, 2001.

para não referir, inclusive, os finais desse mesmo século XVII⁴². É como se, de algum modo, a nossa História andasse de ‘mãos dadas’ entre a glória e a desgraça, querendo a própria História esquecer o opróbrio que incorreu na perda da independência após a aventura funesta de Alcácer-Quibir⁴³ [1578] e os longos 60 anos da dominação espanhola⁴⁴.

Continuam por estudar pormenorizadamente as avultadas campanhas de apagamento e imposição cultural, em que não faltaram a pilhagem e a destruição documental nos nossos acervos e tombos. A própria língua portuguesa seria altamente preterida face a uma Espanha no seu apogeu imperial, então a vivenciar o seu *Siglo de Oro*⁴⁵ [séculos XVI-XVII]. Dever-se-á acentuar a tónica nessa mesma no *trauma* e no *esquecimento*, sem omitir o desconhecimento a que foi votada uma parte substancial da nossa História Pátria, a qual importa reparar. Vulgarmente, entende-se que o período da Restauração compreenderia um acontecimento isolado ou uma série de pequenos eventos em que a nossa situação política teria ficado quase imediatamente resolvida. Aliás, essa convicção será uma consequência, diríamos, dessa mesma omissão cultural e, principalmente, de uma iniciativa historiográfica, a qual, na sua generalidade, obedeceu a propósitos e desígnios superiores – veja-se, ainda nos nossos dias, as querelas em redor da manutenção/reposição dos feriados nacionais, como o 1.º de Dezembro e o 5 de Outubro, com todas as implicações implícitas ou ambíguas que ambos encerram⁴⁶. Estamos [ainda] muito longe de atingir a verdade histórica total.

A *nossa* Restauração deverá ser entendida, em sentido amplo, como uma consequência da Guerra dos Trinta Anos, a qual assolou toda a Europa e as possessões ultramarinas de todos os seus intervenientes⁴⁷, mas cujas dinâmicas político-militares reflectiam um plano geoestratégico perfeitamente enquadrado numa lógica moderna de transcontinentalidade⁴⁸. Assim, forçados a uma forma moderna de “fazer a guerra”, sem esquecer as movimentações diplomáticas um pouco por toda a Europa, a luta pela independência e a soberania nacionais seria ganhas a muito custo. Coincidentemente, a “nossa Guerra dos

⁴² HERMANN, Christian & MARCADÉ, Jacques – *A Península Ibérica no século XVII*, tradução de Rui Cabral BACELO, «Fórum da História», n.º 38, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2002.

⁴³ VEIGA, Carlos Margaça – *Perda da Independência. De Alcácer-Quibir aos Açores (1578-1583)*, «Batalhas da História de Portugal», vol. VIII, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.

⁴⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O tempo dos Filipes em Portugal (150-1668): estudos históricos*, Edições Colibri, Lisboa, 1994.

⁴⁵ GARCÍA CUETO, David – *Seicento Boloñés y Siglo de Oro Español*, Centro de Estudios Europa Hispánica, Madrid, 2007.

⁴⁶ ANDRADE, Luís Oliveira & TORGAL, Luís Reis – *Feriados em Portugal: tempos de memória e de sociabilidade*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2012.

⁴⁷ *Grande História Universal. A Contra-Reforma. A Guerra dos Trinta Anos*, vol. XIV, coordenação de Pedro CARDIM, tradução de João de LISBOA e Fernanda REIS, Ediclube, Alfragide, 2006.

⁴⁸ ESPÍRITO SANTO, Gabriel – *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração, 1640-1668*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, Lisboa, 2009.

Trinta Anos” – pois este conflito durou sensivelmente 28 anos⁴⁹ –, decorreu na Europa, nas Américas, em África e na Ásia, assumindo uma proporção global, o que era algo então único na História Universal. Acresce que estes conflitos foram os mais devastadores da História até à Primeira Guerra Mundial [1914-1918], onde o carácter “mundial” é aceite em toda a sua extensão.

2. A primeira fase do «ciclo da Restauração»: as *Gazetas* [1641-1647/8?]

A imprensa periódica portuguesa surgiu ao tempo das crispções sociais, políticas e militares originadas pela Restauração, demonstrando, desde a primeira hora, uma intervenção político-ideológica vinculada por parte da Coroa. A primeira dessas publicações detém o título, como então era habitual, de *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, sendo igualmente conhecidas por *Gazetas da Restauração* ou, sobriamente, por *Gazetas*. Afirmou-se como uma ferramenta indispensável ao estabelecimento da nova dinastia de Bragança, a qual desejava apresentar-se na plenitude dos seus direitos legítimos no panorama nacional e internacional, ao mesmo tempo que fomentava os objectivos políticos da Coroa e a alma patriótica⁵⁰.

A escolha por um estudo desta natureza prendeu-se, então, com o intuito de colmatar uma lacuna documental e crítica na historiografia diplomática, militar e jornalística através da publicação integral das *Gazetas da Restauração*. Pretendemos, deste modo, focar a utilidade destas fontes periódicas para a historiografia, nomeadamente na vertente histórico-naval⁵¹. A autoria cabal das *Gazetas* continua a ser desconhecida, embora existam indícios que sugiram o cronista Fr. Francisco Brandão, já citado, mas também o poeta Manuel de Galhegos⁵² [1597-1655] e o escritor João Franco Barreto⁵³ [1600-*c.*1670], tendo havido quem propusesse o próprio D. João IV, o que não é verosímil.

⁴⁹ VALLADARES, Rafael – *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680)*, prefácio de Joaquim Romero MAGALHÃES e tradução de Pedro CARDIM, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2006.

⁵⁰ “O objectivo principal destas gazetas antigas era dar noticias da guerra com Castella; continham, além disso, as novidades occorridas nos paizes estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os obitos das pessoas notaveis, e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos. Quanto aos successos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos, o exaggerar as perdas alheas e encobrir as proprias; data esta usança em Portugal do anno do Senhor de 1640 ou 1641.” HERCULANO, Alexandre – «Origem das gazetas em Portugal», in *O Panorama*, vol. II, 1.ª série, ft. 48, 31 Março 1838, pp. 101-102.

⁵¹ SANTOS, Nuno Valdez dos – *Apontamentos para a História da Marinha Portuguesa. A Época da Guerra da Restauração (1640-1668)*, Academia de Marinha, Lisboa, 1991; PEDROSA, Fernando Gomes – *O Declínio do Poder Naval Português. A Marinha, o Corso e a Pesca nos inícios do século XVII*, CMC, Cascais, 2009.

⁵² MARTINS, Heitor – *Manuel de Galhegos: um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*, Tipografia Cisial, Anadia, 1964.

⁵³ GAMA, Eurico – *A ortografia da Língua Portuguesa de João Franco Barreto: curiosidades linguísticas*, Editorial Império, Lisboa, 1967.

As *Gazetas da Restauração* compreendem um conjunto de 38-39 números editados entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647 ou, como defendemos, até meados de 1648, publicadas sempre em Lisboa, primeiramente na *Officina* de Lourenço de Anvers e na *Officina* de Domingos Lopes Rosa, alternando com a *Officina* de António Álvares. Contudo, muito recentemente surgiu um novo número da *Gazeta*, o qual se julgava perdido, após termos consultado todos os acervos que possuem estas colecções, sempre incompletas: trata-se do número referente a Dezembro de 1646/Janeiro de 1647, o qual anunciamos pela primeira vez ao público.

A venda das *Gazetas* iniciar-se-ia em meados de Dezembro de 1641, mas passados poucos meses seriam suspensas por força da Lei de 19 de Agosto de 1642, devido “em razão da pouca verdade de muitas notícias e do mau estilo de todas elas”⁵⁴. Submetida às leis de censura estabelecidas por Filipe II de Portugal, e apesar desta legislação existir desde as *Ordenações Filipinas* [1603], seria reaproveitada para regular a proliferação crescente de *folhas volantes* e *relações*, aplicando-se a Lei de 29 de Janeiro de 1643, especificando que “não se imprimiam livros sem licença d’El-Rei”⁵⁵.

Podemos localizar os seus primeiros leitores entre os elementos instruídos da aristocracia cortesã e da burguesia lisboeta. A sua periodicidade, anunciada no primeiro número, prometia uma tiragem mensal. Deste modo, as *Gazetas*, esperadas em datas previamente fixas, criaram os primeiros hábitos de leitura jornalística tal como os conhecemos. Estas *Gazetas* detinham uma circulação restrita a certos círculos sociais, não sendo destinadas ao público geral, atendendo a que analfabetismo grassava em mais de 90% da população.

Aqui foram publicados traslados de cartas pontifícias, assim como as notícias de «milagres» e devoções religiosas, as inovações do armamento e da logística militar terrestre e naval, mas também as rixas e as execuções, entre outros eventos enumerando cerca de 4000 referências a individualidades, instituições e localidades. Importava noticiar, em especial, as acções das forças militares portuguesas nas nossas fronteiras e os combates por toda uma Europa em convulsão, paralelamente às actividades das nossas embaixadas em defesa da Restauração.

Por entre estas as páginas esquecidas destes periódicos são inúmeras as notícias de natureza naval, não focando apenas as actividades da nossa Armada, mas as acções de corso e pirataria de outras forças navais nas nossas costas, mas igualmente noutras latitudes. Não seria esquecida a importância crucial da nossa construção naval, inclusive

⁵⁴ PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *As Leis de Imprensa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1901.

⁵⁵ Não obstante, existiu um cuidado com a verdade noticiosa, como se depreende de várias passagens, entre as quais: “O que na *Gazeta* do mes passado se diße de França, que cõ as presentes guerras se paßavão muytas necessidades, he falso & parece foy informação de peßoa mal intencionada, & pouco affecta as cousas deste, & daquelle Reyno” Cf. *Gazeta do mes de Julho de 1643*, n.º 19, f.º 6v.º

em terras brasileiras, da mesma forma como se relataram numerosas batalhas e refregas no mar, assim como o relato das rotas de comboios navais, as perdas de vidas humanas em naufrágios, os prisioneiros e resgates de cativos no mar, etc. Não deixa de ser curioso que a primeira notícia a ser editada na nossa imprensa periódica fosse sobre uma temática naval, a qual atesta a importância da nossa actividade militar nos mares, como aqui transcrevemos, em conjunto com outras transcrições documentais adiante:

*

“PELEIIOV a armada de Olanda com huma esquadra da armada Real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Duquerque: durou a pendencia mais de vinte, & quatro oras; foise a pique hum galeão dos Castelhanos, & ficarão alguns destroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde està aguardando aque elRey nosso Senhor lhe de socorro para sair otra vez a atemorizar os portos de Andaluzia. [...] Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o Piloto que não se atreuia a sair sem lhe dare mais gente do mar; inquietarãose os soldados, & foy necessário acodir o General Antonio Telles de Menezes, & alguns Senhores q o acôpanharam na jornada de Cadiz & depois de tudo quieto prenderão tres soldados, que foraõ os cabeças, & a todos três os enforçarão⁵⁶.”

*

“Veyo da Ilha de São Miguel auiso, de que hua esquadra de nauios nossos, que anda segurado os portos da Ilha Terceira, tomàra huma nao de guerra Castelhana, que leuaua para a Fortaleza trezentos homens de socorro, com muita poluora, munições, armas, mantimentos, & outros petrechos de guerra, & q os da fortaleza havião gastado a mayor parte da munição, & que estão hoje tão faltos de mantimentos, que por razão do biscoito ser podre, lhes deu o mal de loanda, & que hiaõ morrendo huns de fome, & outros de doença, de modo que já não haviã mais que 150. homens⁵⁷.”

*

“Foi hu nauio do Brazil leuado de hua rigurosa tempestade a demandar o porto de Caminha, & ao entrar apertou cô elle o vento de maneira q foi descaindo para à parte de Galiza, junto à villa da Guarda; & depois de se reder ao impeto das ondas, encalhou tão perto da Fortaleza, & dos reductos dos Gallegos, q lhe atirãrão quatorze peças, e lhe disparãrão mil, & tantos mosquetes, se lhe fazere outro dano mais q rôperelhe as vellas. Os nossos de Caminha vendoo em tão grande aperto atirãrão à fortaleza 24. peças, & a descortinarão toda pella parte do rio, & metendolhe algus pelouros pellas torneiras lhe descaluagãrão muitas peças; & foi tão grande o destroço, q lhe fizerão, q depois em 24. horas não atirou senão sò duas peças; pello q os nossos entendendo q estaua já desmantelada, & com muita gente morta, se meterão em barcos, & foraõ a bordo do nauio, & cô muita preça o descarregarão até q nadou, & o trouxerã para dentro do porto, & affirmase, que lhe achãrão setecetas & tantas balas de artilheria, & de mosquetes⁵⁸.”

*

⁵⁶ *Gazeta, em que se relatam as nova toda, que ovve nesta Corte, e que vieram de varias partes no mês de Novembro de 1641*, Officina de Lourenço de Anvers, Lisboa, Dezembro 1641, f.º 2.

⁵⁷ *Gazeta do Mes de Dezembro de 1641*, Janeiro 1642, f.º 2v.º-3.

⁵⁸ *Gazeta do Mes de Dezembro de 1641*, Janeiro 1642, f.º 4.

“Veyo hua nao de Inglaterra cõ ceto, & tantos soldados Portugueses, hus q de Ceilaõ foraõ prisioneiros a Olãda, e outros, q se sairão dos presidios de Frandes. [...] A S. Thome chegou noua deste successo por dois barcos de Angola: & o Governador Manoel Quaresma Carneiro (como soldado velbo, & de tanta experiecia) despejou logo a cidade de toda a gente inhabil para a guerra, entrincheirouse; reparatio a infantaria; preparou a fortaleza de tudo o q lhe era necessario, & esperou cõ grande valor. Neste mesmo tepo foi a aquelle porto desgarrada hua nao de Castelhanos cõ 24. peças, & muita infantaria, a qual sabio de Cadis para a India Oriental. Arribaraõ sobre ella duas naos, q alli estauão, hua de França, outra de Portugal, & enuestiraõ na por hu, & outro bordo, dizendolhe a Frãcesa q amainasse por elRey de França, & a Portuguesa por elRey de Portugal: ella se preparou para a defensa, e as duas a começáraõ a canhonear, atê q a metêraõ a pique; mas aproueitiãraõse de tudo quanto leuava, principalmente da artelharía, q com ella guarneceo o Governador os baluartes das trincheiras⁵⁹.”

*

“El Rey Felipe mandou passar algua gente de guerra das fronteiras para os portos de mar da costa de Andaluzia, por razão da armada de Olanda, que està ao presente nesta cidade esperando por tempo, para sair em companhia da esquadra de Portugal, que està já auiada, de que he General Tristaõ de Mendoça⁶⁰.”

*

“A segunda sesta feira foy elRey nosso Senhor á Relação: propuserãolhe o caso do Meirinho da armada, & do Escriuão que furtarãõ hua quantidade de barris de poluora. SabIo o Meirinho condenado à morte: & o Escriuão, por constar que não teue culpa, sabio solto, & liure. A treze enforcarãõ o Meirinho, & puserãolhe a cabeça no terreiro de são Paulo. [...] Por via de hum nauio do Norte, o qual tomou o porto do Fayal, & veio a Viana, se sabe que os nossos da Ilha terceira estão com grandíssimos desejos de entrar na fortaleza à escala vista; & já o intentarãõ; mas por ser a fortaleza muito alta, & as escadas virem curtas, não estam senhores della⁶¹.”

*

“Antonio de Saldanha vai por General da esquadra que està para dar à vella com o primeiro tempo. [...] Na ribeira das naos se fabricaõ duas fragatas à maneira das de Dunquerque para andarem na armada. [...] Foy elRey N. Senhor á banda d'ale a ver os galioes. [...] Chegou á vista das penhas da Arrabida hua fragata de Dunquerque, donde andauão prisioneiros algus Portuguezes, & hũ delles se laçou ao mar, & se q o alcãçasse nenhua bala, de muitas que lhe a tirãraõ, foi nadando atê, que o recolheo hua tartaranha, & o botou em terra⁶².”

*

“A dezoito sabio o General Antonio de Saldanha com a esquadra que vai de socorro á Ilha terceira⁶³.”

*

⁵⁹ *Gazeta do Mes de Dezembro de 1641*, Janeiro 1642, f.ºs 4v.º-5.

⁶⁰ *Gazeta do Mes de Dezembro de 1641*, Janeiro 1642, f.º 8v.º

⁶¹ *Gazeta do Mes de Janeiro de 1642*, Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, Fevereiro 1642, f.º 1v.º

⁶² *Gazeta do Mes de Fevereiro de 1642*, Officina de Lourenço de Anvers, Lisboa, Março 1642, f.º 2, f.ºs 3-3v.º

⁶³ *Gazeta do Mes de Março de 1642*, Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, Abril 1642, f.º 3v.º

“A noue se fez à vela o galeão S. Bento, que vai para a India Oriental; & elRey nosso Senhor o foi ver, & assistio no mar até que sahio de foz em fora. [...] Sahirão algumas embarcações com artilheria, & gente de guerra a buscar o galião, que já está acabado na Cidade do Porto. Arribarão por causa de hum temporal, & estiueram em Cascais até q lhes fez tempo: & tornarão a sahir. [...] Veyo hua carauella da Ilha Terceira com auiso de como já là era chegado o General Antonio de Saldanha⁶⁴.”

*

“VIERAM algumas naos de França, as quaes trouxeraõ muitos soldados Portuguezes, que militaõ por elRey Dom Felipe nas praças de Catalunha. [...] Estão declarados os Capiteas da armada Real, que se vai aprestando para sahir este veraõ, que consta de famosos galeoes do Estado. A onze do mes se benzerão as duas fragatas que se fabricaraõ na ribeira das naos. Dixe missa o Bispo Capelão môr, & deu por nome à maior Sam Ioão Baptista, & à mais piquena Sam Theodosio, em graça do nome de Sua Magestade, & do Principe nosso Senhor. [...] A quatorze deste mes se botou ao mar a fragata Sam Ioam Baptista, obra já do Marques de Montaluão: ouue grande concurso de gente na ribeira das naos: veyo el Rey nosso Senhor da sua quinta de Alcantara na gondola Real com o Serenissimo Principe Dom Theodosio, & assistiram ambos até que a fragata adornada de ramos, flores, bandeiras, & galhardetes acabou a carreira, rompendo as aguas com airoso impeto, & grandíssima alegria de todos⁶⁵.”

*

“Veyo de Goa á Ilha Terceira hua naueta, & outra de Onor à Ilha de sam Miguel. Daõ algumas nouas da India, entre as quais dize, que já em todas aquellas praças ficaua aclamado el Rey nosso Senhor. Dom Aluaro de Biuro, Mestre de Campo Castelhana, & Governador da Fortaleza S. Felipe Monte do Brasil da Ilha Terceira, foy para Castella em huma nao Ingreza (q sahio deste porto a buscar o Conde de Villa Franca, em companhia do General Antonio de Saldanha) com elle foram os mais dos Castelhanos rendidos, & muitos delles ficarão em terra seruindo a el Rey nosso Senhor⁶⁶.”

*

“Depois de acabado o galeão Bom Iesu de Portugal, que se fabricou na cidade do Porto, quizeram mandalo para esta Corte com a infantaria, que da qui foy para sua guarniçam: porem faltoulhe maré, & vento depois de sahir, de maneira que se vio em riguroso aperto, & lhe foy necessário meterse outra vez no Porto. Dahi a poucos dias sahio em mais oportuna occasiam; & a dezasete entrou nesta Corte⁶⁷.”

*

“De Lisboa aos 13. de Setembro. CHegou a este porto a 29. de Agosto a frota da Bahía de todos os Sanctos, & hua naveta da Índia muyto rica: em a qual veyo o Rey das Ilhas de Maldiva, que são huas Ilhas do mar Indico, que começando nos baixos de Padua, vão entestar na terra Iaoa, & costa da Sunda. E tambem veyo o Principe de Arrecão, & Chetigão: Dos quaes Principes, & seus Estados daremos mais copiosa relação na futura Gazeta do corrente⁶⁸.”

*

⁶⁴ *Gazeta do Mes de Abril de 1642*, Maio 1642, f.ºs 2-2v.º

⁶⁵ *Gazeta do Mes de Mayo de 1642*, Junho 1642, f.ºs 1-1v.º

⁶⁶ *Gazeta do Mes de Ivnho de 1642*, Julho 1642, f.º 5.

⁶⁷ *Gazeta do Mes de Ivllho de 1642*, Agosto 1642, f.º 1v.º

⁶⁸ *Gazeta do Mes de Ivllho, e Agosto de 1644. De Novas fora do Reyno*, Setembro 1644, f.º 6-v.º

“De Amstardão. Chegarão nouas de América q as nossas naos hauião tomado a fortaleza, & a Ilha de S. Martinho nas Indias de Castella, juto á Ilha de S. Christouão E q 800. Portuguezes có ajuda dos Índios se hauião leuantado côtra os Castelhanos em as Ilhas de Portouello: & o mesmo se escreue de Madrid cuja Corte toda está pasmada de seu grande atreuimeto. Chegarão a este porto dous nauios de Guiné, & traze etre outras ricas mercancias 1600 marcos de ouro, & muytos detes de marfim. E se esperaõ outros muytos da mesma terra⁶⁹.”

*

“Huã embarcação nossa, q por aquellas partes chamão cho, em aqual hião somete tres Portuguezes Europeos, q eraõ o Capitào, o Piloto, & D. Christovão de Almeida, q estava para entrar em a viagem do Japão por capitão mòr, & os mais eraõ filhos de Macao, q havião dexado a Loba, se encontrou com outra embarcação de Olandeses, q vinhaõ da Cochinchina, para entrar em Sião, onde te hua requissima feitoria: & se travou entre ambas de parte a parte hua perfiada briga, em a qual se pelejou com muyto valor, atè que morreraõ todos os Olandeses, excepto 6. que escaparaõ semivivos, & entre elles hum Portugues, que com elles andava laçado⁷⁰.”

*

“De Marselha aos 3. de Setembro. Não se pode com palauras explicar o grande praser, & alegria, que tiemos em toda esta Prouincia com sabermos da chegada da esquadra Portuguesa a Toulon, pella qual auia alguns dias se esperaua conforme os correys, & cartas, que auia da Rainha, & com sua chegada esperamos grandes successos a nossas armas pella fortaleza de seus nauios, & belicosa soldadesca que nelles vierão os quaes juntos com o valor Frances nos prometem auentajadas victorias, nem se pode esperar menos da união dos Lirios de França com as quinas Portuguesas. Foi o General da armada Portuguesa Dom João de Menezes, com toda sua gente festejado com todo o aplauso que se pode imaginar, & em particular lhes mostrou especial beneuolencia o senhor Arcebispo d'Aix irmão do Cardeal Mazarino, & o Marichal de Lamilherè General de nossa armada conforme as ordens, que tinha recebido da Rainha. E o dito General da esquadra Portuguesa com os principaes officiaes da guerra forão chamados aos conselhos da mesma guerra, & nelles forão tratados com a diuida honra a tão valentes, & afamados soldados. Todos juntos, com numero de quarenta & oito nauios nossos de alto bordo, desoito galês, & os sette da esquadra Portuguesa determinão partir aos sette deste mez de Setembro, & vão com tanto segredo, que se não pode alcançar o termo, fim, & derrota que leuão⁷¹.”

3. Outras folhas noticiosas do «ciclo da Restauração» [1643-1662]

Notoriamente *instrumentalizadas*, devem ser compreendidas como utensílios políticos cujo controlo se mostrou forçoso manter, dado que estas publicações encerravam, na sua essência, a génese do poder da opinião pública que emergiria gradualmente⁷². Apesar das suas discrepâncias, estes periódicos permanecem fontes históricas fundamentais para a compreensão da Restauração, ainda que historiograficamente pouco utilizados.

⁶⁹ *Gazeta do Mes de Janeiro de 1645. De Novas fora do Reyno*, Fevereiro 1645, f.º 2.

⁷⁰ *Gazeta do Mes de Agosto de 1645. De Novas fora do Reyno*, Setembro 1645, f.º 5v.º

⁷¹ *Gazeta do Mes de Setembro, e Outubro de 1646. De Novas fora do Reyno. Entre as qvae se da conta da chegada da esquadra Portuguesa a França, com outras circunstancias tocantes a ella...*, Outubro 1646, f.ºs 4-4v.º

⁷² TENGARRINHA, José – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, MinervaCoimbra, Coimbra, 2006.

Contudo, terminada a edição das *Gazetas* em Setembro de 1647 ou, como defendemos, em meados de 1648, abrir-se-á um certo hiato até 1663, com a fundação do *Mercurio Portuguez*. No entanto, neste intermédio foram publicados outros *periódicos*, ou *folhas* noticiosas, entre os quais: *Le Mercure Portugais* [1643]; o *Mercurius Ibernicus* [1645]; a *Gazeta do Parnaso Prologetica* [1649]; a *relaçam*, dita ‘terceira’ e ‘quarta’ [1662], onde também se podem encontrar notícias dedicadas à guerra naval.

O *Le Mercure Portugais*⁷³ foi uma das publicações mais enigmáticas desta época e, ao mesmo tempo, da menos conhecidas. Editado nos inícios de 1643, desconhecemos quem fossem o[s] seu[s] verdadeiro[s] autor[es], embora se possa apontar Manuel Fernandes Vila Real⁷⁴ [1608-1652], agente régio português em França, o qual seria depois sentenciado à morte pelo Santo Ofício. O *Le Mercure Portugais* foi um periódico editado em Paris com o móbil de divulgar a nossa Restauração. Dotado de um privilégio de impressão concedido por Luís XIII de França [1601-1643], deu-nos conta dos primeiros acordos diplomáticos franco-portugueses. Apresentava-se também como um panegírico a D. Vasco Luís da Gama⁷⁵ [1612-1676], 5.º conde da Vidigueira e 1.º marquês de Nisa, nosso embaixador extraordinário em Paris, sendo reservado quase exclusivamente à Corte francesa.

Seguiu-se o *Mercurius Ibernicus*⁷⁶, de apenas um número, saído do prelo a 13 de Fevereiro de 1645. Não se conhece o seu autor, embora fosse português e/ou residente em Portugal. Todo o seu conteúdo foi redigido em castelhano, susceptível de ser utilizado com arma de contra-propaganda. Editado num formato «in-quarto», em 8 fólios, foi publicado na *Officina* de Domingos Lopes Rosa, editor da primeira *Gazeta* e um dos nossos impressores mais conceituados. O intuito principal do *Mercurius Ibernicus* foi anunciar os acontecimentos “prodigiosos” ocorridos na Irlanda ocupada pelas tropas protestantes inglesas, apelando-se a uma intervenção divina a favor das facções católicas irlandesas, dando notícias de movimentações navais de ambos os lados da contenda.

Existem inúmeras questões em aberto nos primórdios da nossa imprensa periódica: um deles refere-se à existência, ou não, de um periódico intitulado *Gazeta do Parnaso Prologetica*⁷⁷. Editado provavelmente nos meados de 1649, em Lisboa, não são conhecidos outras referências de estudo, a não ser o que nos transmitiu Augusto Xavier da

⁷³ DIAS, Eurico Gomes – «A contribuição do *Le Mercure Portugais* para o movimento periódico português e para a construção de História de Portugal», in *ArtCiência.Com, Revista de Arte, Ciência e Comunicação*, n.º 0, 2005.

⁷⁴ VILA REAL, Manuel Fernandes de – *Epítome Genealógico do Eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu e discursos políticos sobre algumas acções da sua vida*, edição de António Borges COELHO, Caminho, Lisboa, 2005.

⁷⁵ *Cartas de El-Rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Nisa) embaixador em França*, vols. I- II, Academia das Ciências, Lisboa, 1940-1942.

⁷⁶ DIAS, Eurico Gomes – *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*, prefácio do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, Caleidoscópio, Lisboa, 2017, pp. 54-58.

⁷⁷ «*Gazeta do Parnaso Prologetica*», in *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, ACL, Lisboa, Manuscrito, f.ºs 47-47v.º

Silva Pereira [1838-1902] no seu inédito *Dicionário Jornalístico Portuguez*, igualmente estudado por nós. A julgar pela autoridade daquele bibliófilo, tratava-se apenas de um panegírico dedicado a D. João IV, mas lapso de outras matérias.

Segue-se uma *relaçam*, dita ‘terceira’ e ‘quarta’⁷⁸, noticiando as vitórias portuguesas sob o comando do mestre-de-campo general D. Sancho Manuel de Vilhena⁷⁹ [c. 1610-1677], 1.º conde de Vila Flor, ocorridas entre as praças-fortes de Almeida e Cuidad Rodrigo. Referindo explicitamente o terceiro e o quarto números de uma *relação* no seu frontispício, sugere ter havido um primeiro e segundo números. Ter-se-ão perdido, encontram-se em algum acervo ou catalogadas deficientemente? Esta *relação*, cuja autoria permanece desconhecida, teve uma ampla divulgação, editada pouco antes do *Mercurio Portuguez* por Domingos Carneiro, impressor lisboeta. Com um preço unitário de 6 réis [em formato «in-quarto», com 6 fólhos], os seus exemplares foram taxados a 22 de Agosto de 1662. Contudo, esta *relação* mais não é do que o registo das operações militares terrestres e marítimas, possuindo um carácter panegírico consagrado a D. Sancho Manuel de Vilhena.

4. A segunda fase do «ciclo da Restauração»: o *Mercurio Portuguez* [1663-1667]

O «ciclo da Restauração» iniciou-se, portanto, com as *Gazetas da Restauração*, referente ao governo de D. João IV, e terminou com o *Mercurio Portuguez*, divulgando as acções do governo de D. Afonso VI [1643-1683]. Reporta-se, principalmente, à etapa final e mais relevante do conflito, o qual determinaria a nossa independência perante Espanha. Assenta fundamentalmente numa *trama* entre três individualidades principais: o débil e instrumentalizado D. Afonso VI; o ambicioso D. Luís de Vasconcelos e Sousa⁸⁰, o escrivão da puridade, equivalente à figura de «primeiro-ministro»; e, num outro vértice, o Doutor D. António de Sousa de Macedo⁸¹, Secretário de Estado, o principal mentor deste periódico.

D. António de Sousa de Macedo, igualmente um dos «Conjurados de 1640», abraçou a causa da Restauração e foi embaixador plenipotenciário em Londres e, a partir de 1650, nos Países Baixos. Nomeado Secretário de Estado [1662] por D. Afonso VI, quando

⁷⁸ «Relações e outros papeis impressos publicados durante os reinados dos Reis D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, em grande parte dos denominados das campanhas da Restauração de Portugal», in *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, vol. XVIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906, p. 209.

⁷⁹ «D. Sancho Manuel de Vilhena», in *Os Generais do Exército Português. Da Restauração às Invasões Francesas*, coordenação de Alberto Ribeiro SOARES, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003, pp. 158-159.

⁸⁰ BLACK, Luísa – *Um escrivão da puridade no Poder: o Conde de Castelo Melhor (1662-1667)*, vols. I-II, dissertação de mestrado em História Moderna, [versão policopiada], FLUL, 1990.

⁸¹ «D. António de Sousa de Macedo», in *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, por João Manuel Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, vol. VI, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1912, pp. 1084-1087.

do governo do 3.º conde de Castelo Melhor, dirigiu a partir de então e até finais de 1666, o *Mercurio Portuguez*, órgão noticioso “oficial” da causa independentista nacional. Durante largo tempo, foi considerado como o “primeiro jornalista português”, embora tal expressão deva ser usada com a maior prudência. No primeiro número do *Mercurio Portuguez*, queixava-se amargamente da falta de *jornais*, o que demonstra que não se terá publicado nenhum periódico nessa época entre nós.

Apesar de todos os esforços, foi igual e veemente criticado pelo P.^e António Vieira⁸², talvez igualmente cioso de perder a sua influência pública da sua parenética. Convém não esquecer, ainda no ímpeto da promoção da independência nacional, a importância do *sermão* no púlpito das igrejas, inclusive quando posteriormente impresso. Com o progresso do pensamento estratégico militar, o apoio das *opiniões públicas* tornou-se progressivamente crucial para a sustentação do moral e motivação social, daí o recurso gradual a *auscultações de opinião* e os inúmeros relatórios sobre o andamento das tropas em teatro de operações terrestres e navais. Derivado ao interesse pela *notícia*, o *Mercurio Portuguez* denunciou igualmente uma ânsia por “*estar informado*”, pese a esmagadora maioria iletrada da população portuguesa.

Após o fecho compulsivo do *Mercurio Portuguez* [Julho 1667], movido pela defesa militante da causa restauracionista, fecha-se um período de *implementação jornalística*, encerrado quase instantaneamente com o governo de D. Pedro II [1648-1706], o *Pacífico*. Só volvido quase meio século surgiria um periódico com características idênticas ao *Mercurio Portuguez* e faria sobressair a sua voz pública: a *Gazeta de Lisboa*⁸³ [<1715]. Transcrevemos, seguidamente, algumas notícias sobre a actividade bélica naval portuguesa em vários locais, na mesma senda que a primeira *Gazeta* o houvera feito, e onde se poderão retirar informações utilíssimas para a nossa historiografia:

*

“Trabalhase com toda a applicação nas fortificações das Praças necessarias em todas as fronteiras, & no concerto de todos os nauios da Armada Real, para que se não percaõ, & se possuão aparelhar promptamente quando conuenha, & além do Galeão que se està acabando na Ribeira das naos, se trata de fazer logo seis fragatas novas, de que duas estão já no estalleiro⁸⁴.”

*

⁸² “O *Mercurio* redigido por um homem tão habil, por um politico tão consumado, como era o auctor da *Lusitania Liberata*, teve grande voga; mas parece [que] não escapou ao fado de todos os diarios politicos. O P.^e Vieira o taxava de pouco veridico e, o que mais é, de impolitico e de mal escripto. Se aqui andavam odios de Corte não o diremos nós, ainda que no-lo possa fazer crer o serem estes dois grandes escriptores de bandos contrarios na questão entre D. Affonso 6.º e o usurpador seu irmão.” RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha – «Origem das gazetas em Portugal. III», in *O Panorama*, 1.ª série, vol. II., ft. 48, 31 Março 1838, p. 102.

⁸³ BELO, André – *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

⁸⁴ *Mercurio Portuguez, com as novas do mez de Agosto de 1663*, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, 1663, f.ºs 1v.º-2.

“Em vinte e noue deste Dezembro entrou neste porto de Lisboa hum barco longo de Castella tomado pella nossa fragata que se fez nos mezes passados, a qual ficou no mar continuado a guarda que faz nesta Costa, de que não sòmente afugenta os Galegos, mas tambem visitou todos os nauios mercantis que encontrou das partes do Norte (e foraõ muitos,) e achando que eraõ amigos, lhes deu boa viagem; diligencia que se farà melhor com as mais fragatas, de cuja fabrica se trata, e hua já està quasi feita na Ribeira das naos de Lisboa, e jugará trinta e seis peças⁸⁵.”

*

“Aos 22. sahio do Porto de Lisboa a armada da Companhia geral do Comercio, de q foi por General Iorge Furtado de Medoça, para conduzir a frota do Brasil⁸⁶.”

*

“Aos 14. q foi a I. oitaua da Páscoa á tarde fez hua bisarra mostra, e exercicio militar no terreiro do Paço (estãdo S. Mag. e o senhor Infante vedo de hua janela) o terço da Armada Real, de que he Mestre de Campo Simão de Vascócelos e Sousa; sahio todo com casacas verdes forradas, e guarnecidas de amarello; a do Mestre de Campo, e officiaes, e alguns soldados erão mais custozas, conforme ao cabedal de cada hum, mas as cores as mesmas; assi o erão tambem as bãdeiras, e a pintura das caixas, e certo que fazião a vista mais alegre que se pòde imaginar. Aos 16. passou a Aldeagalega, e na mostra q abi se fez se achãrão mil cento e trinta praças, e marchou para o exercito. [...]

Aos 19. pella manhã sairão deste Porto hu galeão, e hu bõ nauio para a India cõ o Capitão mòr Bernardo de Mirãda Heriques; leuão mais de seis cetos homes; mais de trezentos mil cruzados de mercadores, e quererã Deos darlhes boa viagem.

Aos 20. entrãrão no Porto de Lisboa dez nauios Estrangeiros na mesma marè; quatro delles de Italia, carregados de sedas, e outras fazendas riquissimas.

Em 23. se principiou na Ribeira das naos outra fragata de guerra das seis que haõ de andar sepre nesta Costa, e se lhe poz nome de S. Iorge, cuja festa celebraua a Igreja nesta dia, e assi se estaõ fabricando na Ribeira das naos de Lisboa quatro embarcações de guerra juntamente (cousa que nunca se vio nella) que saõ esta fragata, e outra Santo Antonio, e outra São Bernardo, e o Galeão, que està ja para se lançar ao mar S. Pedro de Alcantra, e em todas trabalhão mais de trezentos homes todos os dias⁸⁷.”

*

“Pello mar nos fez Deos o mesmo fauor neste mez. As nossas fragatas de guerra cõboyãrão cõ segu-rãça as carauellas, e outras embarcações q nauegauão de hus de nossos portos a outros; afugentãrão os Cossarios, e duas pequenas ousãrão hir esbõbardear alguns portos de Galiza, fãzede cõcorrer a sua defesa (como se tiuerão sobre sy hua grande armada) infantaria, e caualleria, e deixandoos assi cõ aquelle terror se forão a outra parte lançar gete em terra, donde tomãrão gados de q se proueràõ be, e puderão tomar mais se quiserão. E em 12. deste mez as duas fragatas S. Joseph, e o Sacrameto metêrão em Lisboa hu nauio de 14. peças q nauegaua de Biscaya para Cadiz com 36. homes, carregado de ferro lourado, fardos de roupas, e outras fazendas, q tudo valia mais de ses-senta mil cruzados. Notouse entrar esta preza em Lisboa em dia da solemnidade do Corpo de Deos

⁸⁵ *Mercurio Portuguez, com as novas do mez de Dezembro de 1663, 1664, f.º 4v.º*

⁸⁶ *Mercurio Portuguez, com as novas do mez de Janeiro do Anno de 1664, f.º 9v.º*

⁸⁷ *Mercurio Portuguez, com as novas do mez de Abril do Anno de 1664, f.ºs 2-2v.º, 3v.º-4.*

que os Castelhanos imaginauão serlhes sempre feliz, & ja no mez de Nouebro mostramos piamete como este fauor do Ceo se passaua a Portugal; & he digno de reparo, ser aquelle dia a vespera de S. Antonio Insigne Portuguez, q não deixará de interceder por sua patria; ao que se ajuntou que naquella sua vespera se poz a primeira vez na sua Casa de Lisboa huma alampada de prata que el-Rey nosso Senhor lhe mandou fazer por graças da victoria o anno passado no Ameixial, & a dotou com o azeite necessario para sempre.

No vltimo dia deste mez meterão as ditas nossas fragatas no Porto de Lisboa desesete carauellas, & quatro nauios vindos de Entre Douro, & Minho, com carga de pão, vinho, sumagre, & outras fazendas, & juntamente hua boa preza de Castella⁸⁸.”

*

“Pello mar continuáraõ as nossas fragatas prezas, por que em seis deste mez trouxerão hua considerauel de fazendas de Castelhanos.

Aos noue se lançou ao mar a fragata Sam Bernardo, que joga trinta & seis peças de artilheria, & he a quarta das seis que se determináraõ fazer; nas duas se està trabalhando na mesma Ribeira das naos de Lisboa. Tanto que esta se lançou ao mar, logo, logo, sem passar hum quarto de hora, se poz no lugar de que ella sabio a quilha que estaua preparada para hum barco longo, que se vai obrando, porque se determina que andem tambem alguns em companhia das fragatas, & já outro que se comprou anda no mar.

Aos doze deste se fez em Lisboa outra fundição de dez peças de artilheria de bronze, & assi se vai fazendo cada mez hua fundição, com o que por todas as vias se trabalha com grande diligencia, que he máy da boa ventura, com que Deos nos vai fauorecendo⁸⁹.”

*

“Aos 2. deste saio do Porto de Lisboa o Galeão S. Thereza com 50. peças de artilheria, & 400. & tantas praças, & em sua companhia a fragata noua S. Bernardo de 36. peças, a ajuntarse com as tres fragatas, que já andauão no mar, Sacramento, Conceição, & S. Joseph, & com o barco armado, que as acõpanha. Foi no Galeão S. Thereza por governador Antonio de Freitas da Sylua, pessoa do conhecido valor que não he necessario inculcar.

Aos 3. se lançou da Ribeira das naos de Lisboa ao mar o pataxete que nella se fez com nome de N. Senhora da Piedade, he de 40, para 50. tonelladas, com dez peças pequenas, & quatorze remos, porque não passe mez em que se não lance ao mar embarcação de guerra, & tenhamos mezadas destas embarcações. Esta (que he hum pensamento na velocidade) se fabricou daquelle porte por mais accomodada a render os barcos de piratas, que, por pequenos, se coze com a terra; & se metem em partes aonde embarcações maiores não podem chegar. [...]

Neste mez se cõseguio o q ha muitos annos pediraõ os tres Estados juntos em Cortes, & aconselhauão todos os Conselhos, & Tribunaes; q foi tomar S. Mag. por sua conta os effeitos, & administração da cõpanhia do Comercio gèral do Brasil. Aos interessados em grãdes quantias, deu S. Mag. satisfação em juro de vinte o milhar, assentados nos direitos do tabaco, obrigando tambem os direitos do comboy da mesma companhia. Aos outros interessados em partidas pequenas se comprou a dinheiro as açoes; bus, & outros se acomodaõ com muito boa vontade. Deste modo se acrescetaõ ás redas Reaes 500. mil cruzados cada anno, pouco mais ou menos. Isto se applica a gastos da Armada Nual; & cõ os effeitos q já avia para ella, & para seus materiaes, & para as naos da India, ficarà o maritimo com oitocentos para nouecentos mil cruzados de cõsignação fixa

⁸⁸ Mercurio Portuguez, com as novas do mez de Junho, do Anno de 1664, f.^{os} 12v.º-13.

⁸⁹ Mercurio Portuguez, com as novas do mez de Julho do Anno de 1664, f.^{os} 12-12v.º

*cada anno; com o que (álem das applicações extraordinarias, quando seja necessario) facilmente se proseguirá o intento de nos fazermos muito poderosos no mar*⁹⁰.”

*

“Entre tanto nos dous dias de 19. & 20. chegou a este Porto a Frota do Brasil, com o seu General Jorge Furtado de Mendonça, trouxe trinta mil caxas de açúcar, mais de doze mil quintaes de pao Brasil; do tabaco, & courama não se sabe ainda a quãtidade, q he muita, ale de outras fazedas, & veio cõ ella outro nauio de guerra, que se despedio de Lisboa, depois de sabido o Conde de Atouguia com sete, & este a encôtrou; a maior parte diuidida em duas esquadras, & vieraõ outros nauios soltos, por causa de hua grandissima tormenta de Nordeste, que a sessenta, ou setenta legoas da costa a separou, hauendo nauvegado de Pernambuco até allí com bonança. Veio em sua companhia a nao nossa Senhora de Casabè de Baçaim, capitão Francisco Rangel, que vinda da India tomou no Brasil o Porto da Bahía. Veio mais repartida pellos nauios de guerra a fazenda, que à mesmo Bahía chegou de Moçambique da nao de Dom Fernando Manoel, que vindo da India ha annos, tinha ficado no dito Porto de Moçambique, & veio tambem a fazenda de outra naueta, em que da India chegou ao Brasil o Capitão Mõr Luis de Mendonça Furtado, que vltimamente foi hum dos Governadores da India por successão. Com o que tudo esta Praça mercantil, & todo o Reyno está com a alegria que se pôde considerar.

*Despacharaõse carauellas a buscar a nossa Armada, com auiso ao Conde General de que era chegada a Frota, para que se pudesse recolher; mas antes de lhe chegarem o tinha elle sabido por hum nauio q mandou visitar (como a outros muitos que encontrou de varias nações) & se recolheo ao Porto de Lisboa em 26. deste mez. Seja Deos por tudo muito louuado*⁹¹.”

*

“Em os 3. deste mez se lâçou ao mar o pataxo Santos Martyres de Lisboa de 60. toneladas, & armado de 8. peças de 4. & 6. liuras, & 60. Homes de mar, & guerra, Capitão Ruy Vãs Pinto de Sã, sabio aos 25. em copanhia de outro pataxo mais pequeno, chamado N. S. da Piedade, de q era Capitão Ioaõ Martins Gãdauel, a cõboyar ao Porto certas munições, & outras carauellas de particulares. Aos 30. ás 4. horas da tarde, 3. legoas da barra do Porto, auistãrão 4. nauios de piratas de Castella. Os nossos dous pataxetes, postas em saluo as carauela (q foraõ amanhecer na dita Cidade) ainda q se puderão retirar de força tanto maior, fizerão gala de a esperar. Chegarão os 4. & se se disparar peça de hua nem de outra parte, o melhor q vinha diãte, abalroou o nosso pataxo Santos Martyres. Estauão os nossos preuenidos de maneira, q cõ artificios de fogo de cima das gaeas, & de todas as partes lhe abrazaraõ a maior parte da gete, & o clauaõ já por redido, quãdo sobreuerão os outros tres, q pello outro lado, popa, & proa, se atracaraõ cõ o vecedor. Defediase elle cõ valor incriuel; mas morto (segundo as nouas que vieraõ o Thenente.

E logo o Capitão Ruy Vãs Pinto, depois de 2. horas de peleja, não puderaõ mais substitir os poucos contra tâtos. Neste tepo (se poder antes, em rezaõ dos mares, & dos vetos) entrãdo já a noite chegaua o outro pataxete mais pequeno a socorrer o cõpanheiro, pore vieraõse a elle tres dos inimigos, ficãdo o quarto, cõ o q já se achaua tomado. Allí começou nouo cõbate, porque o nosso Pigmeo marítimo não reparou em se por cõ todos às bõbardadas; até q, cedido a temeridade ao discurso, se foi retirãdo sepre em peleja, & os inimigos seguindoõ até a meia noite q era be clara. Na madrugada entrou no Porto, passado o costado, criuadas as velas, rotos os mastros, quebradas

⁹⁰ *Mercurio Portuguez, com a recuperação da Praça de Arronches. E os mais successos deste Mez de Setembro do Anno de 1664, f.º 6-7.*

⁹¹ *Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Novembro do Anno de 1664, f.º 7-v.º*

as vergas, ferida a gete, tendose a marauilha hauer escapado. He muito de notar q o nauio q ficou cõ o nosso redido, se achaua tâbe em tal estado, q puderão sair do nosso 4. Portuguezes no batel, se auer que lho impedisse, & vieraõ ao Porto. Fora esta occasião muito para estimar pello esforço, & bizzarria cõ q os nossos se ouueraõ, se não perdêramos (se he q são mortos como se diz) o Capitão Ruy Vãs Pinto, soldado moço, das esperanças q este successo mostra, & o seu Thenete, q tabe tinha grãde valor, & alguns valentes cõpanheiros; mas ficou seruindo de q os inimigos nos muitos mortos que tiueraõ, & proezas que viraõ em dous barcos, entedaõ o que haõde achar em qualquer embarcação maior. [...]

Fabricamos de nouo hu galeão, & 4. fragatas, & 2. pataxos de guerra, & se fica trabalhando na Ribeira do ouro do Porto em hu grãde galeão, & na Ribeira de Lisboa em hua famosa fragata, que se acabaraõ muito breuemente, & temos cortadas madeiras para logo se começarem quatro fragatas. Corremos os mares com as ditas nossas fragatas, afugentado os piratas, fazendo prezas sobre os inimigos, visitando, & fomentando os nauios, & comercio dos amigos.

Finalmente recolhemos a nossa Frota do Brasil, & o que nos veio da India Oriental, fugindo a Armada inimiga, & desistindo com a noticia da nossa, do inteto com que sahio a esperar a dita Frota do Brasil⁹².”

*

“As chuuias, & tempestades que houue neste mez com nunca vista continuação, impediram toda a acção de guerra; sómente as fragatas S. Bernardo, & Conceição não deixaõ de andar no mar, porque (como já dissemos) das fragatas de guerra, que se fizeraõ, & fazem para correr a costa, sempre haõ de andar nella algumas veraõ, & inuerno, em qualquer tempo⁹³.”

*

“Na nossa fragata do nome do mesmo Sancto entrou o Capitão Niculao de Plessis no porto de Lisboa aos 14. deste mez. Auia cursado os mares de Cadis, Gibaltar, & Málaga com grande terror daquella costa. Era cousa graciosa ver as prayas cubertas de caullaria, & gente miliciana cõ medo de hua só fragata com bãdeira Portuguesa, como se fora hua Armada muito grossa. Meteo a pique os barcos pequenos que pode alcançar com a artilheria. Tomou quatro embarçaõens mayores, hua carregada de trigo, as tres das mercadorias que costumãõ cõmerciarse entre aquelles portos, & os visinhos; mas todos perdeo com varias tormentas, que neste anno continuarão cõ mayor força que em outros. O sentimento destas perdas fez que o Capitão se atreuesse a entrar sem bandeira no porto de Malaga, & dentro delle tomou hu nauio Biscainho que estaua já carregado por Castelhanos para Ostende. Sahio a pesar da artilheria da terra: & na volta encontrou cinco nauios Amburgueses, que dos portos de Andaluzia conduziãõ a Cadis soldados vindos de fora de Espanha. Deulhes cassa, mas puderão escapar pella muita distancia que leuauão, ainda que a nossa fragata, sendo de trinta & seis peças, he hum pensamento em velocidade. Ficou atrás hum nauio Portuguez que leuauão consigo desaruorado, q por hua tormenta o hauer posto naquelle estado, o auião tomado piratas, sendo elle da Frota que nos chegou do Brasil; este tomou, mas já sem carga. Com elle, & com a preza feita em Malaga (que he de valor cõsiderauel) entrou neste rio de Lisboa. Depois de cinco dias tornou a sair para a costa do Norte, leuando em sua companhia, carauellas que auia para os portos daquella parte até Viana.

Aos 30. deste mez partio de Lisboa a Capitania da Companhia do Commercio com vinte & tantos nauios marchantes para o Brasil, & hum dia destes partirà outro de guerra; & do Brasil

⁹² Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Dezembro do Anno de 1664, f.^{os} 2v.^o-4v.^o

⁹³ Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Fevereiro do Anno de 1665, f.^{os} 1v.^o-2.

virã também o galeão chamado Padre Eterno que se faz no Rio de Ianeiro, & he o mais famoso baxel de guerra que os mares jámais virão; & comboyarão em frota os nauios que ouuer naquelle Estado com o fauor de Deos⁹⁴."

*

"Aos dezeseis largarão ancora do Rio de Lisboa para a India o Galeão São Pedro de Alcantara, em que foi por Capitão Mór Dom Noutel de Castro, & a nao nossa Senhora dos Remedios de Cassabê, que vltimamente tinha vindo da mesma India com a frota do Brasil, em que foi por Capitão Francisco Rangel Pinto; forão estas embarcaçoens bem carregadas, & leuãrão a mais luzida gente que se embarcou ha muitos annos, ficando muita contra sua vontade, que se não quiz receber; que sempre a India teue fortuna de sobejar para ella gente voluntaria. A fragata São Bernardo, Capitão o Caualleiro Niculao de Plessis as acompanhou até setenta, ou oitenta leguas, & voltando, achou nesta costa hum pataxete Gallego, sem pessoa alguma, nem outra cousa mais que quatro peças, & algumas armas; entendose ser de piratas, a que Deos castigou, entregandoos a algum Turco, que leuou a gente, & deixou o casco, fugindo com pressa, vendo a fragata, que todauia o naõ vio; de alli trouxerão os nossos o pataxo ao porto de Cezimbra, donde veo a Lisboa, & forão na volta de Vianna, & do Porto, para dar comboy às carauellas daquella parte para esta⁹⁵."

*

"No Algarue, apareceo a Armada de Castella; constaua de vinte & hum nauios; a Capitania muito bom baixel, outros seis ou sete de bastante porte; os mais eraõ pequenos; sahio a esperar a sua frota de Indias, & por bizarrria se quis mostrar naquella Costa, andando tres ou quatro dias em voltas, á noite para o mar, & nas manhaãs sobre a terra. O Conde de Auintes Governador daquelle Reyno, ainda que não tinha que recear de taõ pouco poder, com tudo por satisfazer à bizarrria dos seus soldados, lhe deu mostra pellas prayas de parte da cauallaria, & infantaria com que se achaua, que com clarins o conuidaua a desembarcar, mas a Armada desaparaceo. A este porto de Lisboa chegãrão as fragatas S. Bernardo, & a fragata San Iorge com o trigo que na boca do Estreito tomãrão de Castelhanos em hum nauio Genouez, que largãrão pello ser. E tambem trouxerão hua charrua Amburgueza, que achãrão junto desta costa deseparada de gete que no batel fugira para terra, imaginando que as nossas fragatas eraõ de Turcos; & dentro de poucos dias chegou aqui o Capitão com a sua gente, a quem tudo se restituiu⁹⁶."

*

"Em vinte deste começou a entrar no porto de Lisboa a Frota do Brasil, trouxe quarenta nauios de carga; vieraõ mais em sua companhia duas boas nauetas da India Oriental, & repartida por alguns nauios, a fazeda da nao da India N. Senhora do Populo, cujo casco se ficou côcertando na Bahia. Veio nesta Frota aquelle famoso Galeão que Saluador Correa de Sã & Benauides, sendo Governador do Rio de Ianeiro fabricou naquelle porto; o maior nauio que ha hoje, ne se sabe que houuesse nos mares; trouxe tres mil caixas, & mais de quinhentos fechos de açucar, alem de outras muitas fazendas, só como lastro, vindo desocupado como vasio, & competindo à vella com a mais ligeira fragata.

Tiuemos neste mez hum successo de grande sentimento; & foi, que depois de recolhida a Frota do Brasil, ficando no mar sinco fragatas nossas (que tinhaõ hido a esperãla, & a recolhêrão) &

⁹⁴ *Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Março do Anno de 1665, f.ºs 11v.º-12v.º*

⁹⁵ *Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Abril do Anno de 1665, f.ºs 3-3v.º*

⁹⁶ *Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Julho do Anno de 1665, f.ºs 5v.º-6.*

andando alimpando a costa de piratas, se queimou a fragata S. Bernardo, dando por desastre o fogo no payol da poluora, que logo a fez voar, sem de duzentas pessoas que leuaua de mar, & guerra, se saluare mais que sinco, ou seis nos bateis que acudirão das outras fragatas que estauão à vista. Com este lastimoso caso entre tâtas felicidades, parece que nos quis Deos lembrar que não somos izentos de infortunios, para que saibamos merecerlhe liurarnos delles. ElRey nosso Senhor fez logo dizer mil Missas pellas almas dos que allí morrêrao, & depois continuarao mais; seja Deos com tudo louuado, & as tenha em sua gloria⁹⁷.”

*

“Portugal, cujo Principe, & ministros, tratando da sua conseruaçam com igual cuidado na sua defenza, que os seus inimigos na sua côquista, para a mesma Primavera poderà o Minho, & a Guadiana dar nouas ao Oceano de dous numerosos exercitos, em quanto o Tejo lhas communicar de huma grande armada; constaram aquelles de mais de vinte & quatro mil infantes, & de noue mil caualllos, & esta de catorze galeoens de alto bordo, & dez fragatas mais pequenas, que ordinariamente nauégam estas costas de Portugal. Nesta fôrma começa na Europa o anno de 1667⁹⁸.”

*

“Porq as Armas Portuguesas luzissem ao mesmo tepo no Mar, assi como resplâdecião na Terra, mandou S. Magestade, q Deos guarde preparar hua Armada pera q guardando as maritimas costas de seu Reyno, ficassem as bocas das barras dos portos desempedidas de Cossarios, pera podere entrar por elas livremente as embarcações q ve de suas Conquistas, & dos Reynos estranhos, q saõ o mais sustancial alimento das Monarquias. Foi eleito por seu General Pedro Iaquez de Magalhaes, cuja eleição não somente a aprovarão todos, mais ainda a festejarão, por cõcorrerem em sua pessoa cõ superabundância todos os requisitos pera hu taõ sublime cargo. Sabio pois a dez do presente constando de dez embarcações, 8. grandes, & 2. pequenas. A saber a Capitana Real, q era o Galeão N. Senhora da Iuda, levava 60. peças de bronze, 900. homes entre soldados, & marinheiros, fora muita gente reformada, aque o General dava sua meza cõ esplêndida magnificencia, & generosidade. Seu Capitaõ de Mar, & guerra Simão de Miranda, Almiranta Real o Galeão Sacrameto cõ outras 60. peças de brõze, & 824. praças, seu Almirante Francisco de Brito Freire, & Capitaõ de Mar, & guerra Francisco Mãi. A Fragata a Rainha Santa Izabel Fiscal da Armada, cõ 52. peças 432. homes: Capitaõ de Mar, & guerra Alvaro Dias, a quem por perito em muitos idiomas, chamão o sete linguas. A fragata N. Senhora da Piedade, q jugava 50. peças hia guarnecida com 350. soldados, ale da gente do mar, q era muita, & boa: seu Capitaõ Antonio Luis de Meneses, Coutinho, da Camara. A Fragata S. Ioseph cõ 44. peças, & 320, homes soldados, & marinheiros; governavaa Diogo Ramires. A fragata São Iorge cõ 26. peças, & 212. pessoas de mar, & guerra, entregue a Ruhi Vaz Pinto. A Fragata Sacramento, q tinha 20. peças, & levava 156. home à ordem de Francisco Rebelo Home. A Fragata S. Thereza cõ 18. peças, & 136. pessoas, a que superaua como oficial superior João Rodrigues de Sequeira. E ainda q esta foi a levar o Inviado de Portugal a França, não fes là tanta demora, q não deixasse de cubrir a costa desde Lisboa atê Viana; assi na ida, como na vinda: incorporandose depois cõ o grosso da Armada. Estas forão as 8, embarcações grãdes: as pequenas, 2. Caravelas de aviso guarnecidas de todo o necessario pera este ministerio. Esta breve, se be robusta Armada foi tão formidavel ao Castelhana, q trazedo em seus mares outra ao mesmo tepo de maior numero de baxeis; pois se teve por noticia certa

⁹⁷ *Mercurio Portvguez com as novas do Mez de Outvbro do Anno de 1665, f.ºs 5v.º-6.*

⁹⁸ *Mercurio Portvguez com as novas do Anno de 1667, Officina de João da Costa, Lisboa, Janeiro 1667, f.º 4.*

constar de 14. a saber 10. de guerra, & 4. de fogo (artificio de q se valeo a fraqueza cõtra o valor) sempre se andou desviando dela, não obstante a visinhança, & união q fas o Oceano entre os golfos de Castela, & Lusitania, temendo cobarte entre cõrados pretextos os maritimos estragos às mãos da Portuguesa gete⁹⁹.

*

5. Considerações Finais

O encerramento compulsivo deste periódico em meados de 1667, ao fim de quase 5 anos de edição, marcou a queda de D. Afonso VI em desgraça¹⁰⁰, sendo derrubado por seu irmão D. Pedro II. Este golpe palaciano¹⁰¹ levaria ao afastamento e exílio do 3.º conde de Castelo Melhor, assim como do Doutor D. António de Sousa de Macedo. Devido às discordâncias entre a rainha D.^a Maria Francisca de Sabóia¹⁰² [1646-1683] e D. António de Sousa de Macedo, o *Mercurio Portuguez* seria suspenso, sendo decretada a exoneração do cargo de Secretário de Estado. A partir do início de 1667 teve outro redactor, ainda anónimo, que a investigação bibliófila nunca conseguiu desvendar. Era agora o tempo de impor um novo modelo de governação, de cariz abertamente absolutista, e estabelecer apressadamente uma paz efectiva com Espanha¹⁰³, promulgada a 13 de Fevereiro de 1668, com a mediação de Inglaterra, igualmente a ser estudado por nós.

A cidade de Lisboa foi, indubitavelmente, o cenário altamente privilegiado de todos estes acontecimentos, ainda que se divulgassem notícias do reino, das nossas colónias e de toda a Europa, embora em menor quantidade face às *Gazetas da Restauração*. Assim, o *Mercurio Portuguez* forneceu o relato mais fidedigno das suas acções do Governo português, onde se evidenciaram os sucessos¹⁰⁴ nas batalhas do Ameixial [8 Junho 1663] e de Montes Claros [17 Junho 1665], entre outros enlances, assim como as dificuldades de governação em tempo de guerra, mas igualmente das muitas derrotas e desaires, num claro exemplo de isenção e verdade *jornalística*.

⁹⁹ *Mercurio Portuguez com as novas do Mez de Julho de 1667*, Officina de António Craesbeeck de Mello, Lisboa, Julho 1667, f.ºs 4-4v.º

¹⁰⁰ RIBEIRO, Mário de Sampaio – *A destronação de El-Rei D. Afonso V e a anulação do seu matrimónio: 1667-1668*, «Estudos de crítica histórica», n.º 1, [s. n.], Lisboa, 1939.

¹⁰¹ MATTOS, Gastão de Mello de – «O sentido da crise política de 1667», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, «Ciclo da Restauração de Portugal», vol. VIII, AHP, Lisboa, 1944.

¹⁰² DÓRIA, António Álvaro – *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683)*, Civilização, Porto, 1944.

¹⁰³ *Tratado de Paz, entre los Serenissimos, y Poderosissimos Principes D. Carlos II. Rey Catholico, y D. Alonso VI. Rey de Portugal...*, Officina de Miguel Manescal, Lisboa, 1668.

¹⁰⁴ ESPÍRITO SANTO, Gabriel do – *Restauração. Batalhas do Ameixial e de Montes Claros (1640-1668)*, «Batalhas da História de Portugal», vol. IX, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.

Ao fim de quase 28 anos de pressões militares nas fronteiras nacionais e combates ferozes por todo o império ultramarino, o nosso país reafirmaria a sua independência¹⁰⁵. As acções militares, além das enormíssimas dificuldades ultrapassadas, tinha conseguido alcançar a maioria dos seus objectivos, não permitindo a ocupação militar de Portugal, nomeadamente reconquistando e mantendo grande parte dos seus domínios ultramarinos. Todavia, nunca será demais esquecer que a Restauração tudo deveu ao Soldado português¹⁰⁶, esse componente anónimo que cimentou o sustentáculo da nossa soberania reconquistada. Foi uma época perturbada e que permanece pouco conhecida da nossa historiografia, mas o efectivo militar, tanto na componente terrestre como marítima, foi a face [in]visível de todos os esforços para a segurança e a permanência de Portugal.

¹⁰⁵ «Elementos Bibliográficos para a História das Guerras chamadas da Restauração: 1640-1668», separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, n.º 2, coordenação de Martinho da FONSECA, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927; OLIVEIRA, M.^a Francisca de – *O segundo período das Guerras da Restauração: 1657 a 1668*, tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUL, [versão policopiada], Lisboa, 1940.

¹⁰⁶ FREITAS, Jorge Penim de – *A Cavalaria na Guerra da Restauração. Reconstrução e evolução de uma força militar (1641-1668)*, Prefácio, Lisboa, 2005; *Idem – O Combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamentos dos militares ao serviço da Coroa portuguesa, 1640-1668*, Prefácio, Lisboa, 2007.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

Cartas de El-Rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Nisa) embaixador em França, vols. I- II, Academia das Ciências, Lisboa, 1940-1942.

Gazeta em que se relatam as novas todas, que ouve nesta Corte e que vieram de varias partes..., Officina de Lourenço de Anvers [et al.], Lisboa, 1641-1647.

Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731); Vol. II (1732-1734), por João Luís LISBOA, Tiago dos Reis MIRANDA e Fernanda OLIVAL, Edições Colibri, Lisboa, 2005.

Le Mercure Portugais, ou relations politiques de la fameuse révolution d'Etat arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sebastien jusques au couronnement de D. Iean IV. à present regnant, por François de GRÉNAILLE, Chez Antoine de Sommaville e Augustin Courbé [Salle des Merciers, na *École de France*], Paris, 1643.

Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal & Castella, por D. António de Sousa de MACEDO, [et al.], Officina de Henrique Valente de Oliveira [et al.], Lisboa, 1663-1667.

Mercurius Ibernicus. Que relata algynos casos notables, que sucedieron en Irlanda, despues que tomó las armas por defender la Religion Catholica. Con una breve noticia del Estado prezente de aquel Reyno, Officina de Domingos Lopes Rosa, Lisboa, 1645.

O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, vols. I-XVIII, I-V Séries, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, 1837-1868.

Tratado de Pazas, entre los Serenissimos, y Poderosissimos Principes D. Carlos II. Rey Catholico, y D. Alonso VI. Rey de Portugal..., Officina de Miguel Manescal, Lisboa, 1668.

Obras de Referência

Diccionario Bibliographico Portuguez, vol. XVIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906.

Diccionario de História de Portugal, direcção de Joel SERRÃO, vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, 2002.

Os Generais do Exército Português. Da Restauração às Invasões Francesas, coordenação de Alberto Ribeiro SOARES, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vols. I-XIII, Manuscritos, ACL, Lisboa [s. d.]

Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico, por João Manuel Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, vol. VI, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1912.

Estudos

«Elementos Bibliográficos para a História das Guerras chamadas da Restauração: 1640-1668», separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, n.º 2, coordenação de Martinho da FONSECA, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1927.

A Gazeta da “Restauração”: primeiro periódico português – uma análise do discurso, coordenação de Jorge Pedro SOUSA, «Estudos em Comunicação», Livros LabCom, Covilhã, 2010.

A génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628), coordenação de Jorge Pedro SOUSA, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2007.

ALVES, José Augusto dos Santos – *O Poder da Comunicação. A História dos Media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Casa das Letras, Lisboa, 2005.

ANDRADE, Luís Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, «Minerva-História», n.º 21, Edições Minerva Coimbra, Coimbra, 2001.

ANDRADE, Luís Oliveira & TORRAL, Luís Reis – *Feriados em Portugal: tempos de memória e de sociabilidade*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2012.

BAPTISTA, Jacinto – *Alexandre Herculano Jornalista*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.

BELO, André – *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

BLACK, Luísa – *Um escrívão da pureza no Poder: o Conde de Castelo Melhor (1662-1667)*, vols. I-II, dissertação de mestrado em História Moderna, [versão policopiada], FLUL, 1990.

BONNEY, Richard – *A Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648. Os Bourbon e os Habsburgo disputam a Europa*, «Grandes Batalhas», n.º 15, Osprey Publishing, Londres, 2010.

BORGES, Emília Salvado – *A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*, Colibri, Lisboa, 2015.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, tradução de Ângela Barreto XAVIER e Pedro CARDIM, Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, introdução de António da Silva RÊGO e notas de António Dias FARINHA e Eduardo dos SANTOS, INCM, Lisboa, 1976 [fac-símile da 1.ª edição da Officina de Paulo Craesbeeck, 1650].

BRASÃO, Eduardo – «A Acção Diplomática de Portugal no Congresso de Vestefália», separata dos *Anais*, vol. VII, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1942.

CORTÉS CORTÉS, Fernando – *Espionagem e Contra-Espionagem numa guerra peninsular (1640-1668)*, «Horizonte Histórico», Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

COSTA, Fernando Dores – *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

COSTA, Leonor Freire & CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*, «Reis de Portugal», vol. XXI, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.

CUNHA, Alfredo da – «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV, ACL, Lisboa, 1941.

DAHER, Andréa – *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial, 1612-1615*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

DIAS, Eurico Gomes – «A contribuição do *Le Mercvre Portugais* para o movimento periódico português e para a construção de História de Portugal», in *ArtCiência. Com, Revista de Arte, Ciência e Comunicação*, n.º 0, 2005.

– «A intervenção de D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, no arranque da diplomacia portuguesa da Restauração», in *Revista Científica*, ESECD- IPG, n.º 7, Guarda, 2008.

– *Gazetas da Restauração (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*, (edição transcrita), introdução de João Luís LISBOA e prefácio de Armando Marques GUEDES, «Biblioteca Diplomática», Série A, n.º 6, Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2006.

– *Olhares sobre o «Mercurio Portuguez» [1663- 1667]. Transcrição e Comentários*, vols. I- II, INCM/CEPESE, Lisboa/Porto, 2010.

– *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*, prefácio do Professor Doutor Jorge Pedro Sousa, Caleidoscópio, Lisboa, 2017, pp. 54-58.

DÓRIA, António Álvaro – *A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-1683)*, Civilização, Porto, 1944.

DUARTE, Lúcia Gaspar – *O correr da pena nas Gazetas Manuscritas. A identidade das formas (1735-1738)*, «Cadernos de Cultura», n.º 4 [2.ª série], Húmus/CHC, Lisboa, 2012.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel – *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração, 1640-1668*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio, Lisboa, 2009.

– *Restauração. Batalhas do Ameixial e de Montes Claros (1640-1668)*, «Batalhas da História de Portugal», vol. IX, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.

FARIA, Ana Leal da – *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815. Com Atlas, Biografias e Roteiro de Fontes*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.

– *D. Pedro II, o Pacífico*, «Reis de Portugal», n.º 23, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2010.

FARIA, Manuel Severim de – *Discursos Vários Políticos*, introdução, actualização e notas de M.ª Leonor Albergaria VIEIRA, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2001.

– *Notícias de Portugal...*, introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço VAZ, Edições Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria, Lisboa/Évora, 2003.

FIGUEIREDO, Fidelino – *Historia da Litteratura Classica. 2.ª Epocha: 1580- 1756 (continuação) e 3.ª Epocha: 1756- 1825*, Portugália Editora, Lisboa, 1922.

FREITAS, Jorge Penim de – *A Cavalaria na Guerra da Restauração. Reconstrução e evolução de uma força militar (1641-1668)*, Prefácio, Lisboa, 2005.

– *O Combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamentos dos militares ao serviço da Coroa portuguesa, 1640-1668*, Prefácio, Lisboa, 2007.

GAMA, Eurico – *A ortografia da Língua Portuguesa de João Franco Barreto: curiosidades linguísticas*, Editorial Império, Lisboa, 1967.

GARCÍA CUETO, David – *Seicento Boloñés y Siglo de Oro Español*, Centro de Estudios Europa Hispánica, Madrid, 2007.

Grande História Universal. A Contra-Reforma. A Guerra dos Trinta Anos, vol. XIV, coordenação de Pedro CARDIM, tradução de João de LISBOA e Fernanda REIS, Ediclube, Alfragide, 2006.

GUIMARÃES, Victorino – «As Finanças na Guerra da Restauração (1640-1668)», separata da *Revista Militar*, [s. n.], Lisboa, 1941.

HERCULANO, Alexandre – «Origem das gazetas em Portugal», in *O Panorama*, vol. II, 1.ª série, ft. 48, 31 Março 1838.

HERMANN, Christian & MARCADÉ, Jacques – *A Península Ibérica no século XVII*, tradução de Rui Cabral BACELO, «Fórum da História», n.º 38, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2002.

LOURENÇO, M.ª Paula Marçal – *D. Pedro II*, «Reis de Portugal», vol. XXIII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007.

– *D. Afonso VI, o Vitorioso*, «Reis de Portugal», n.º 22, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2010.

LOUSADA, Abílio Pires – *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*, 2.ª edição, «*Dialectica Belli*», n.º 1, Instituto de Estudos Superiores Militares/Fronteira do Caos Editores, Lisboa, 2012.

MACEDO, D. António de Sousa de – *Razam da guerra entre Portugal, e as Provincias Vnidas dos Paizes Baxos...*, Oficina de João Álvares de Leão, Lisboa, 1657.

MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, vol. I, 2.ª edição revista e aumentada, Tribuna da História/IDN, Lisboa, 2006.

MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*, 3.ª edição, «Colecção Saber», n.º 213, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2000.

MARTINS, Heitor – *Manuel de Galhegos: um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*, Tipografia Cisial, Anadia, 1964.

MATTOS, Gastão de Mello de – «O sentido da crise política de 1667», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, «Ciclo da Restauração de Portugal», vol. VIII, AHP, Lisboa, 1944.

MELO, D. Francisco Manuel de – *Tácito Português. Vida, Morte, Dittos e Feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*, prefácio e leitura do manuscrito por Raul RÊGO, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1995;

Notícias Históricas de Lisboa na Época da Restauração (extractos da Gazeta e do Mercúrio Português), selecção, prefácio e notas de J. E. Moreirinhas PINHEIRO, CML, Lisboa, 1971.

O Pensamento Jornalístico Português: das origens a Abril de 1974, coordenação de Jorge Pedro SOUSA, vols. I-II, «Estudos em Comunicação», Livros LabCom, Covilhã, 2010.

OLIVEIRA, M.ª Francisca de – *O segundo período das Guerras da Restauração: 1657 a 1668*, tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUL, [versão policopiada], Lisboa, 1940.

OLIVEIRA, P.º Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», n.º 11, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.

PEDROSA, Fernando Gomes – *O Declínio do Poder Naval Português. A Marinha, o Corso e a Pesca nos inícios do século XVII*, CMC, Cascais, 2009.

- PEREIRA, Augusto Xavier da Silva – *As Leis de Imprensa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1901.
- PRESTAGE, Edgar – *As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670*, tradução de A. Gonçalves RODRIGUES, Edições Gama, Porto, 1943.
- RATELBAND, Klaas – *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana. Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*, revisão crítica, prefácio, apontamento biográfico e notas acrescentadas de Carlos PACHECO, «Documenta Historica», Vega, Lisboa, 2003.
- RIBEIRO, Mário de Sampaio – *A destronação de El-Rei D. Afonso V e a anulação do seu matrimónio: 1667-1668*, «Estudos de crítica histórica», n.º 1, [s. n.], Lisboa, 1939.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha – «Origem das gazetas em Portugal. III», in *O Panorama*, 1.ª série, vol. II., ft. 48, 31 Março 1838.
- SANTOS, Nuno Valdez dos – *Apontamentos para a História da Marinha Portuguesa. A Época da Guerra da Restauração (1640-1668)*, Academia de Marinha, Lisboa, 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O tempo dos Filipes em Portugal (150-1668): estudos históricos*, Edições Colibri, Lisboa, 1994.
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *D. João IV, o Restaurador*, «Reis de Portugal», n.º 21, Academia Portuguesa da História/QuidNovi, Lisboa/Matosinhos, 2010.
- SMITH, David – *Olivier Cromwell. Política y Religión en la Revolución Inglesa (1640-1658)*, tradução de Isabel BENNASAR e Miguel MORÁN, «Temas de Historia», n.º 6, Akal Ediciones, Madrid, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro & TEIXEIRA, Patrícia – *Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração” (1641-1647) e o Mercúrio Português*, Editora Media XXI, Porto, 2015.
- TENGARRINHA, José – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, MinervaCoimbra, Coimbra, 2006. – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2013.
- The Princely Courts of Europe. Ritual, Politics and Culture under the Ancien Régime (1500-1750)*, edited by John ADAMSON, Seven Dials, Londres, 2000.
- VALLADARES, Rafael – *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680)*, prefácio de Joaquim Romero MAGALHÃES e tradução de Pedro CARDIM, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2006.
- VÁSQUEZ CUSTA, Pilar – *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*, tradução de Mário Matos e LEMOS, «Colecção Saber», n.º 204, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- VEIGA, Carlos Margaça – *Perda da Independência. De Alcácer-Quibir aos Açores (1578-1583)*, «Batalhas da História de Portugal», vol. VIII, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2006.
- Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*, introdução de Joaquim Veríssimo SERRÃO, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974.

VILA REAL, Manuel Fernandes de – *Epítome Genealógico do Eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu e discursos políticos sobre algumas ações da sua vida*, edição de António Borges COELHO, Caminho, Lisboa, 2005.

WERNHAM, R. B. – *The expedition of Sir John Norris and Sir Francis Drake to Spain and Portugal (1589)*, Aldershot, Londres, 1988.

XAVIER, Ângela Barreto & CARDIM, Pedro – *D. Afonso VI, «Reis de Portugal»*, vol. XXII, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “FUZILEIROS. 400 ANOS DE MEMÓRIAS”

Palavras proferidas pelo Académico
Paulo Santos, em 24 de junho

Sua Excelência Senhor Almirante Francisco Vidal Abreu, Presidente da Academia de Marinha, Exmo. Senhor Almirante Novo Palma, Vice-Chefe de Estado Maior da Armada, Exmos. Senhores Almirantes, Exmos. Senhores Comandantes do Corpo de Fuzileiros e da Escola de Fuzileiros, Exmos. Senhores Fuzileiros, Minhas Senhoras e meus Senhores, Prezados Amigos.

Os dois autores têm muita Honra e muito Prazer na vossa presença na apresentação na Academia de Marinha do Livro “Fuzileiros. 400 anos de Memórias”.

Agradecem em primeiro lugar à Academia de Marinha, por ter acolhido este evento e ter apoiado o seu livro. Congratulam o Comandante Rocha e Abreu, Fuzileiro e Académico, reconhecido especialista da História da Marinha e dos seus Fuzileiros, pela excelente apresentação que fez do livro agradecendo também o interesse e o entusiasmo com os quais tem acompanhado este projecto.

Irei agora abordar alguns pontos que considero pertinentes quanto à estrutura, conteúdo e intento deste trabalho.

Em Primeiro lugar, os autores consideraram que era um dever imprescindível, preparar para dia 18 de abril de 2021, dia da comemoração dos 400 anos da criação do Terço da Armada da Coroa de Portugal, um livro de homenagem ao Corpo de Fuzileiros, às suas remotas origens e aos seus gloriosos antepassados.

Quando em junho do ano passado, me comprometi com o Gabinete de sua Exa. o CEMA em preparar, para 18 de abril de 2021 um livro sobre a longa história dos Fuzileiros, ficou bem claro que este não seria uma tese universitária. Seria um contributo de dois autores materializado num livro de divulgação destinado aos Fuzileiros e à suas Famílias, ao público em geral, e aos amantes da história da Marinha e da História Militar de Portugal.

Este livro não constitui, portanto, um trabalho de redação meramente académico, mas sim um documento de cariz afincadamente visual, contando pela imagem ou mais exatamente a partir de mais de 696 memórias visuais (reproduções de pinturas, gravuras, desenhos, fotografias, reprodução de armamento), alguns dos momentos da longa história dos Fuzileiros e da Marinha de Portugal. O livro reveste, portanto, um formato de “álbum de fotografias”, conjunto iconográfico que poderá contribuir para que a memória persista.

Segundamente, 400 anos, constituem sem dúvida um período longo, pois estamos hoje perante uma força de Marinha, das mais antigas da Europa. Um período muito respeitável,

para o qual infelizmente, as fontes, documentos e informação escasseiam à mediada que nos afastamos da atualidade. Nesse sentido, os autores consideraram importante proceder a uma resenha histórica e cronológica, constituída por 7 capítulos de enquadramento da longa história dos “Homens do Fuzil”. Seguidamente, procederam a uma demorada investigação iconográfica cruzando as suas bases de dados pessoais, revisitando, seleccionando e validando todas as outras fontes e documentos que reproduziram (Estou me a referir a imagens pertencentes ao Arquivo Histórico e à Biblioteca da Marinha, ao Museu de Marinha/Coleção Seixas; às fotografias oficiais cedidas pelo Estado Maior da Armada, pelo o Corpo e pela Escola de Fuzileiros, pela Revista da Armada, e finalmente para o período da Guerra de Africa a fotografias de arquivos pessoais cedidas por Fuzileiros veteranos). Dessa cuidada pesquisa, julgo que resultaram algumas novidades iconográficas que irão ser detalhadas pelo coautor José Manuel Cabrita.

Quero agora justamente louvar o trabalho incansável e minucioso do coautor deste livro, o meu Amigo José Manuel Cabrita com que tenho vindo a colaborar desde há 4 anos e que aceitou o desafio desta investigação, num período particularmente conturbado, e não obstante todas as limitações vigentes. Julgo que conseguimos, juntos, levar a bom porto este projecto.

Na contracapa do livro figura a pergunta: “O que fará dos Fuzileiros portugueses um tropa de elite tão especial”. As imagens e os textos que acompanham esta longa viagem confirmam sem dúvida que a história, as memórias individuais e coletivas, os combates, homenagens, condecorações e outros símbolos recolhidos e patentes nesta publicação, fazem dos Fuzileiros militares de eleição.

Mas é particularmente a extraordinária dimensão humana e militar desta “Família” que sem marcaram os dois autores, ao longo do estudo e das observações que conduziram durante 10 meses. Estou a falar do espírito de camaradagem único e singular; da abnegação e do sentido de missão e de cumprimento das tarefas atribuídas, constantes na história dos Fuzileiros e das forças da Marinha Portuguesa, suas antepassadas. Estou a falar das missões e intervenções dos Fuzileiros, hoje em Portugal e pelo Mundo por exemplo no âmbito das missões nacionais e internacionais que lhes são atribuídas. Também me estou a referir às Guerras de África, ontem, e às ações conduzidas pelos Destacamentos de Fuzileiros Especiais e pelas Companhias de Fuzileiros. Mais longe no tempo, estou a recordar há duzentos anos a Brigada Real de Marinha e seus combates no Mediterrâneo ou nas fronteiras do Brasil e finalmente há 400 anos a defesa dos territórios, costas, fortalezas do Império e dos navios e arsenais da Armada pelos Terços da Coroa de Portugal.

Não me alongarei muito mais, reiterando e manifestando mais vez e publicamente os agradecimentos dos autores à Marinha, à Academia de Marinha e a sua Exa. O CEMA e ao seu Gabinete, pela confiança que depositaram neste projecto reafirmando o imenso privilégio que os dois autores tiveram em prestar esta tão justa homenagem aos Fuzileiros, à Marinha e a Portugal.

Tenho dito

UMA OBRA PORTUGUESA DE MARINHA, DE CLAUDE JOSEPH VERNET OU A CONTRIBUIÇÃO DE CLAUDE-JOSEPH VERNET À “PINTURA DO MARQUÊS DE POMBAL”

Comunicação apresentada pelo Académico
Paulo Santos, em 29 de junho

O olhar dos artistas franceses sobre Portugal ou mais precisamente um conjunto de acontecimentos políticos, sociais, económicos e clericais envolvendo Lisboa e o Mundo marítimo e mercantilista português em meados do século XVIII encontra-se registado numa obra de pintura, monumental e singular. A obra, um óleo sobre tela, de formato pouco habitual, foi executado “a quatro mãos” e assinado em Paris, por dois pintores régios Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet, destacados e talentosos artistas da sua época, emblemáticos da Escola de Pintura Francesa da segunda metade de mil e oitocentos.

A pintura é conhecida com o título o «O Marquês de Pombal expulsando os Jesuítas» ou “O Marquês de Pombal e a Reconstrução de Lisboa” ou eventualmente



Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet
“O Marquês de Pombal expulsando os Jesuítas”: 1766-1767 (230 cm X 340 cm) (Câmara Municipal de Oeiras).

“O Retrato do Marquês de Pombal” (outro título que lhe é atribuído) ⁽¹⁾. De facto, a questão das várias denominações atribuídas à pintura remete para a interpretação incompleta que ao longo dos tempos tem sido feita da obra.

Certo é que este quadro se impõe como verdadeira obra-prima da retratística europeia de meados do século XVIII. Propõe uma imagem de Pombal, o famoso estadista, em 1767, ainda Conde de Oeiras e figura principal de uma cena de relevante significado político e económico, e marcada dimensão marítima.

I. A Pintura de Marinha no século XVIII e o olhar de Claude-Joseph Vernet.

Várias razões fazem da pintura da coautoria de Van Loo e de Vernet, e destinada ao mercado português, uma obra excepcional do seu tempo.

Em primeiro lugar, sem dúvida, a notoriedade internacional dos dois mestres pintores que a executam. Por um lado Louis-Michel Van Loo (1707-1771) que goza de uma brilhante reputação de retratista de várias cortes da Europa (tendo sido durante 15 anos pintor titular do Rei Filipe V de Espanha e de sua corte e depois pintor do Rei de França, Louis XV), e por outro lado Claude-Joseph Vernet, (1714-1789), já na qualidade de “Pintor de Marinhas do Rei de França”, Louis XV.

Estamos a falar, portanto de uma pintura a “4 mãos”, colaboração de dois consagrados artistas da escola francesa. São de facto pouco comuns no século 18, as pinturas assinadas por dois artistas o que assinala à primeira vista, o carácter muito particular (para não dizer excepcional) da obra que se conheça, a única pintura conjunta dos dois mestres.

Mas quem foi afinal Claude-Joseph Vernet?

Nasce em Avignon em 1714, Claude Joseph Vernet, filho segundo de um “decorador de apartamentos, de portas e de coches”. Inicia-se na arte do desenho muito cedo, com 5 anos, aprendendo com vários pintores-decoradores do círculo do seu pai. Após ter trabalhado com os Mestres Jacques Vialy e Philippe Sauvan, aos 20 anos, Claude-Joseph efetua com o apoio do Marquês de Caumont e do Conde de Quinson - figuras de destaque da nobreza de Avignon - uma viagem até Roma, para aprendizagem das artes da antiguidade e o estudo dos grandes Mestres. A estadia de Vernet em Itália será longa: permanecerá cerca de 18 anos em Roma, descolocando-se pela Península Italiana. (de 1734 a 1753). Terá por mestre Adrien Manglard, pintor francês de paisagens e de marinhas bastante activo em Itália, ele próprio seguidor do célebre Claude Gelée, conhecido por “O Lorrain”, ou influenciado por mestres italianos tais como Salvatore Rosa, conjunto de

¹ “Triunfo do Barroco”, Fundação das Descobertas, Centro Cultural de Belém. Catálogo de Exposição, Lisboa, junho de 199, p.273 e “Triomphe du Baroque”, Catalogue d'Exposition, Palais des Beaux-Arts de Bruxelles, du 19 Septembre au 29 Décembre 1991. Europalia 91-Portugal, Bruxelles, 1991, p.316.

pintores que iniciaram em finais do século XVII em Itália, uma nova escola de pintura de paisagens e de marinhas muito ligadas à memória da História da antiguidade.

Em 1743, 9 anos após a chegada a Itália, Vernet é admitido na celebre Academia de São Lucas, em Roma. Em Itália, as temáticas das Marinhas de Vernet inspiram-se na ideia de paisagens e de portos da antiguidade clássica, marcados pela observação e a imitação da natureza. São pinturas atmosféricas compostas por céus trovejantes e mares tempestuosos ou bonançosos embelezados por navios. São também pinturas a óleo frequentemente animadas por personagens do Mediterrâneo Oriental, mercadores levantinos (O chamado gosto de Oriental “à Turca” ou “à Grega”) ⁽²⁾. Essas temáticas e efeitos de estilo, muito apreciados pelo mercado europeu, são dadas a conhecer a abastados viajantes e clientes por via do “Grand Tour” jornadas pelos portos, sítios e monumentos da antiguidade do Mediterrâneo. Esses itinerários, iniciados por volta de 1750, vão marcar o século das Luzes. Têm por destino inicial a Península Italiana, nomeadamente Nápoles, a pretexto da redescoberta de Herculanium e dos tesouros da antiguidade. Têm por fito aprimorar a educação clássica das elites europeias, mormente inglesas e francesas.

Em Itália, Vernet casa com Virgínia Parker, de nacionalidade irlandesa e filha de um Comandante da Royal Navy, ao serviço da Marinha Pontifical. Essa aliança familiar contribuirá seguramente para o reforço da notoriedade comercial do pintor junto a um mercado cosmopolita europeu. Com efeito, o mestre francês vende as suas pinturas ao gosto das “Veduttas”, “Capricci” e tempestades, mas também vistas de mar ou de terra, das costas de Nápoles ou dos jardins de Tivoli. Os seus clientes são o Rei e a corte



Obra de Claude-Joseph Vernet (“Naufágio”)
 Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Espólio da Coleção da Rainha D. Carlota Joaquina
 (Museu Nacional de Arte Antiga)

² “O Gosto à Grega, Nascimento do Neoclassicismo em França, 1750-1775”, Catálogo de Exposição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, Lisboa, p.143, p.144 e p.145.

de Nápoles, o Duque de Saint-Aignan, embaixador de França em Roma, membros da nobreza romana, mas também e mormente clientes de origem britânica e francesa de passagem por Itália. Simultaneamente, Vernet conforta o seu prestígio internacional, executando encomendas para aristocratas do Norte da Europa, ingleses, holandeses, suecos e austríacos. Por seu lado, o Rei da Prússia encomenda-lhe pintura. O mesmo faz Catarina, Imperatriz da Rússia.

Em Roma que Vernet realiza várias encomendas para uma destacada figura da nobreza francesa, personalidade que virá a ser determinante na sua carreira. Refiro-me ao influente Conde Vivandière (Irmão de Madame de Pompadour) e futuro de Marquês de Marigny, que estadia em Roma de 1749 a 1751, privando e travando com Claude-Joseph Vernet, o que virá a ser uma profícua e longa amizade.

De regresso definitivo a Paris em 1753, Vernet coloca-se justamente ao serviço de Marigny, doravante Director Geral e Ordenador dos Edifícios do Rei de França, Luís XV. O artista continua a exercer a sua grande arte, a pintura de marinhas. Essa especialidade fá-lo ingressar, em 1753, na Academia Real de Pintura e de Escultura de França levando o a expor com regularidade nos Salões de Paris, garantindo-lhe fama e sucesso.

Ora, é justamente em 1754, que Vernet recebe uma importante encomenda de pintura do Rei de França, por via de Marigny, para realizar 24 Obras monumentais (com um formato padrão de 165cm X 263cm), dedicadas aos “Mais belos Portos do Reino” e ...” para dar a conhecer a sua Marinha aos Franceses”, numa época conturbada em que França trava uma Guerra contra Inglaterra. As obras são destinadas a figurar na Galeria de pintura do Palácio Real do Louvre ⁽³⁾.

Tornando-se artista Itinerante, acompanhado pela Família e por ajudantes e respeitando um caderno de encargos extremamente preciso, Vernet vai durante 11 anos retratar 15 Portos de França. Começa a sua longa jornada artística pelo Mediterrâneo: Marseille (1754, 2 pinturas), Bandol (1754), Toulon (1754-1755, 3 pinturas), Antibes (1756), Sete (1756-1757). Vernet prossegue o seu périplo artístico pelos portos da costa atlântica de França. Retrata Bordeaux (1758-1759, 2 pinturas); Bayonne (1760-1761, 2 Pinturas), Rochefort (1762) e finalmente La Rochelle (1762). Exausto pela obra titanica (14 pinturas monumentais), Vernet abandona em 1762 a encomenda dos Portos de França para regressar a Paris. É nesse momento um pintor celebre e amplamente reconhecido: acede ao título de “Pintor de Marinhas de Sua Majestade”. Tentando cumprir encomenda Régia, Vernet terminará ainda em 1765, a pintura do Porto de Dieppe, no Mar do Norte, não dando, contudo, continuidade ao restante do contrato.

³ Conisbee, Philip, « Musée de la Marine : Palais de Chaillot, Paris : «Joseph Vernet, 1714-1789», Palais Chaillot, Exposition du 15 Octobre 1976 au 9 Janvier 1977, Editions des Musées de la Marine, Palais Chaillot, Paris, 1976 p.19.

II. A génese da pintura portuguesa: uma encomenda invulgar

A tela portuguesa apresenta dimensões muito consideráveis, mais precisamente, 230cm de altura por 340cm de comprimento. A título comparativo, os Portos de França, obra-prima de Vernet têm um formato padrão de 165cm X 263cm.

A invulgar pintura portuguesa constitui um hino iconográfico à glória de Sebastião José de Carvalho e Mello, Secretário de Estado de D. José I. A tela não foi pintada não em Lisboa, mas sim integralmente em Paris, entre 1766 e 1767. A data de feitura da pintura, situa-se 11 anos após o megassismo de 1 de novembro de 1755. A essa data, a Cidade de Lisboa encontra-se ainda em pleno bulício de reconstrução, obras que se irão prolongar por pelo menos ainda por mais 10 anos, pelo menos até à colocação da Estátua Equestre do Rei D. José I na Praça do Comércio, a e sua posterior inauguração a 6 de junho de 1765, pela ocasião do sexagésimo primeiro aniversário do Rei.

A génese e a encomenda da “Pintura Portuguesa” de Van Loo e de Vernet informa com pertinência a respeito dos laços artísticos existentes na altura entre o mercado português, e França e seus artistas. Desvenda por outro lado importantes relações e redes comerciais tecidas a partir de Lisboa. A vários títulos, podemos de facto falar de uma encomenda muito particular.

Um aspecto extremamente interessante da obra, reside justamente na sua transação. É essencial assinalar que a encomenda foi feita a partir de Lisboa, por dois influentes e abastados negociantes e banqueiros estrangeiros instalados na capital a partir de 1736. O suíço, David Purry (originário de Neuchâtel) e o seu sócio, o Conde Inglês Gerard de Visme, eram em 1766 ambos protegidos e inquilinos de Pombal em Lisboa a quem alugavam o Palácio de família dos Carvalho e Mello, na Rua Formosa (Actualmente Rua do Século).

Os dois homens, tinham acesso a partir do início da década de 1750, aos grandes contratos e monopólios da Coroa Portuguesa, nomeadamente o Pau Brasil e os Diamantes⁽⁴⁾. No caso dos diamantes do Brasil, os dois sócios detiveram um monopólio extremamente rentável, de 1753 a 1761. No que respeita à exclusividade do comercio do Pau Brasil, os dois mercadores agiam, a partir de 1757 na qualidade de “contratadores” para Lisboa procedendo à posterior reexportação da matéria-prima para os mercados de corantes no Norte da Europa. Os negócios eram realizados por via de uma firma comercial de um banco instalados em Lisboa, mas sediados em Londres, a companhia Purry, Mellish and de Visme, com sucursais em Marselha, procuradores e negociantes atuando na Alemanha e na Rússia. Purry e de Visme eram também armadores de navios e credores da Coroa e do Rei de Portugal, num momento de premente necessidade de capitais para

⁴ Araújo, Agostinho, Rui Marques: “Das riquezas do Brasil, aos gastos e gostos de um Suíço em Lisboa, David Purry, um amigo de Pombal (1709-1786), em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, 1ª serie, volume 2, Porto, 2003. p.123.

reerguer uma cidade devastada pelo Terremoto. Atuavam igualmente na qualidade de agentes ultramarinos, tirando rendimentos do comércio do cacau e do comércio de escravos, sendo os dois principais acionistas da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão fundada em 1755 e extinta em 1778.

As datas da encomenda e de realização da pintura (1766-1767), revestem grande importância para a sua compreensão e significado, pois correspondem a um período em que Purry e de Visme estavam a restabelecer a sua fortuna fiduciária e imobiliária em Lisboa, fortemente obliterada pelo Terremoto de 1755. A década de 1760, corresponde igualmente a um período em que os interesses da Companhia do Grão e Maranhão e de outros investimentos dos dois negociantes colidiam claramente com os interesses económicos da Companhia de Jesus, nomeadamente em Terras do Brasil. Assim podemos de facto entender a encomenda da pintura em Paris, objecto de obsequio e de opulência num contexto de favores comerciais e financeiros recíprocos existentes entre Pombal e os dois poderosos negociantes e banqueiros, David de Purry e Gerard de Visme.

Mas vejamos em primeiro lugar a soberba e majestosa moldura dourada a ouro fino, e sobreposta pelo Braço da Família Carvalho e Melo e pela Coroa Condal de Pombal. A moldura obedece propositadamente ao estilo neoclássico “à Romana”. Sabemos que Vernet escolhia muito cuidadosamente as molduras para as suas obras, como no caso do Portos de França: molduras com “...formas quadradas, sempre na moda, do mesmo modo que os bordos à Romana...”.⁵ Atente-se que no caso da pintura destinada a Portugal, a moldura, muito provavelmente de feitura portuguesa, demonstra essa mesma preocupação de sobriedade.

A cartela de cerca de 1 metro de comprimento, aposta na moldura informa que o quadro não é dedicado a Sebastião José, mas que foi propositadamente oferecido a Henrique José, seu filho primogénito. Na cartela lê-se a seguinte legenda: “Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Conde de Oeiras; Henrique José de Carvalho e Mello (portanto filho do Marquês) para ficarem perpétuas neste lugar a Memória e a Imitação DE SEU EXCELENTÍSSIMO PAI (em letras Capitais), ofereceram e erigiram com amor e veneração, David Purry et Gerard de Visme, este MONUMENTO (em letras Capitais), no ano de 1767”. É certamente apreciável a habilidade política e diplomática da dedicatória, de agrado, lisonjeira, velada e por procuração.

Quanto à pintura da tela foi realizada, em Paris, muito provavelmente no Ateliers de Van Loo e no Atelier de Vernet, que residia nas “Galerias do Louvre” com sua Família. Louis-Michel Van Loo, amigo de Vernet regressara a Paris em 1765, vindo de Londres onde permanecera um ano. Em Inglaterra estabeleceu contactos muito uteis que

⁵ Conisbee, Philip, «Musée de la Marine: Palais de Chaillot, Paris: «Joseph Vernet, 1714-1789», Palais Chaillot, Exposition du 15 Octobre 1976 au 9 Janvier 1977, Editions des Musées de la Marine, Palais Chaillot, Paris, 1976, p.19.



Cartela: *Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet “O Marquês de Pombal e a Reconstrução de Lisboa” ou “O Marquês de Pombal expulsando os Jesuítas”* (Câmara Municipal de Oeiras).

partilhou com seus amigos⁶. Temos notícia, na correspondência de Claude-Joseph Vernet (7) que em janeiro de 1766, recebeu por parte de um cliente anônimo inglês uma encomenda. Refere Vernet: “Para o Sr (...) Inglês, um quadro de quatro pés de largura, sobre dois e meio de altura, com o tema ao meu critério, encomendado dia 14 de janeiro de 1766, pelo Senhor Foley, banqueiro inglês, e prometido o mais rapidamente que possa”.

Sabemos que foi com grande surpresa que D. Vicente de Sousa Coutinho, Ministro Plenipotenciário de Portugal na Legação em Paris teve conhecimento da sumptuosa encomenda privada de Purry e de Visme realizada por via de um agente banqueiro em Paris, junto aos dois celebres artistas parisienses. D. Vicente de Sousa Coutinho terá escrito esse propósito em outubro de 1766, informando Pombal (8). Refere-se Sousa Coutinho em ofício a Pombal: “Um destes dias veio a minha casa, um dos banqueiros de Paris, o qual me disse que um dos seus correspondentes de Lisboa o encarregara de mandar fazer aqui, por um dos mais celebres pintores o retrato de V. Exa., e que lhe havendo escolhido Monsieur Van Loo, me pedia fosse ver se estava semelhante e que desse o meu parecer sobre os atributos de que se havia de ornar o painel para melhor caracterizar o Herói”(9). Confirma-nos José Augusto Franca no seu livro “Lisboa Pombalina e o Iluminismo”, que de facto Pombal testemunhou grande interesse relativamente à pintura. (cito França) “De qualquer maneira, sabemos que ele (*O Marquês*) se interessou pelo progresso do trabalho” (10).

⁶ Lagrange, Léon : “Joseph Vernet et la peinture au XVIIème siècle », Librairie Académique, Paris, 1864. (Nota nº 220), p.345.

⁷ Lagrange, Léon : “Joseph Vernet et la peinture au XVIIème siècle », Librairie Académique, Paris, 1864. (Nota nº 220), p.345.

⁸ Araújo, Agostinho, Rui Marques: “Das riquezas do Brasil, aos gastos e gostos de um Suíço em Lisboa, David Purry, um amigo de Pombal (1709-1786), em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, 1ª série, volume 2, Porto, 2003, p.123. e Sousa Viterbo: “Notícia de alguns pintores portugueses, e outros que, sendo estrangeiros, residiram e exerceram a sua arte em Portugal”, 3ª série, Academia da Ciências de Lisboa, 1911, pp.103 e 104.

⁹ Araújo, Agostinho, Rui Marques: “Das riquezas do Brasil, aos gastos e gostos de um Suíço em Lisboa, David Purry, um amigo de Pombal (1709-1786), em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, 1ª série, volume 2, Porto, 2003, p.123.

¹⁰ França, José Augusto: Lisboa Pombalina e o Iluminismo (1966, 1977, 1983). Inclui “Lisboa Pombalina” e a “Estética do Iluminismo” (1994), pp.263 e.264.

Assim, se pode entender que a composição da tela tenha obedecido a um cenário iconográfico externamente preciso e rigoroso, baseado em troca de correspondência. Ora nem Van Loo nem Vernet tiveram a ocasião de se deslocar a Lisboa. Ambos receberam em Paris, enviadas da capital portuguesa instruções, esboços e cartões muito pormenorizados (muito certamente aguarelas a cores). Os autores portugueses desses esboços não são de menor importância e é justo referenciá-los, pese embora os seus desenhos e estudos, seguramente numerosos, se terem infelizmente perdido em França. Foram os dois mestres portugueses António Joaquim Padrão (1731-1771) e seu aluno João Silvério Carpinetti (1740(?) -1803). Segundo o historiador de arte, Fernando Pamplona, é Carpinetti o autor dos «esboços da Marinha de Belém», que serviram de base ao trabalho de Claude-Joseph Vernet ⁽¹⁾. Apesar de não se conhecer o paradeiro da documentação enviada para França, chegou-nos, contudo, uma gravura portuguesa, a água-forte aberta por Carpinetti, datada de 1759 e dedicada a Pombal, Secretário de Estado do Comércio. A gravura tem o interesse de apresentar grandes semelhanças com os traços da figura de Pombal retratada por Van Loo.

A grande pintura dedicada a Pombal incluindo a sua cena de Marinha, pode ser considerada no seu tempo como um verdadeiro bem de luxo, seguramente de valor monetário considerável. Dispomos de uma informação interessante quanto ao montante de uma transação correspondente ao pagamento e uma pintura durante o período que nos interessa. Com efeito, no seu livro de “Correspondência” ⁽²⁾, Claude-Joseph Vernet



Pormenor do retrato do Marquês de Pombal por Van Loo e gravura de João Silvério Carpinetti, datada de 1759 (Câmara Municipal de Oeiras e colecção particular)

¹¹ Pamplona, Fernando, «Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal» (4ª Edição Atualizada), Livraria Civilização Editora, Lisboa, 2000, Volume V, p.341.

¹² Lagrange, Léon: “Joseph Vernet et la peinture au XVIIème siècle », Librairie Académique, Paris, 1864. (Nota nº 137), p.365.

registava: “Em finais de abril de 1768, recebi do Senhor Van Loo 2.400 libras, que somadas às 1.200 libras que já tinha recebido, representava a quantia de 3.600 libras, pelo preço de uma pintura representando uma paisagem e uma marinha (Paisagem Ribeirinha) de grandes dimensões, pelo Sr. Boyd de Londres”. Sabemos também que na sua primeira fase italiana e já num período de notoriedade internacional, Vernet pintava e vendia para França, por volta de 1750, duas telas de Marinha de 130cm por 75cm por cerca de 2.000 Libras francesas da época, ou seja, o equivalente de “Um Coche sem os seus cavalos”. Temos assim uma ideia do valor comercial da obra destinada ao mercado português pintada por Van Loo e Vernet, atendendo à notoriedade e à cota dos dois Mestres pintores e às dimensões da tela.

No que concerne a temática, ou mais exatamente, as temáticas da obra, estamos de facto perante um trabalho monumental pouco comum; simultaneamente pintura de interior e de exterior, retrato de Homem de Estado e arquétipo de encenação do poder. A obra, verdadeiro “manifesto ideológico”, e nesse sentido também “Um Monumento” (segundo etimologia do grego *Mnemosynon* e do latim *monere*: lembrar/aconselhar/alertar) ocupa um lugar de destaque na pintura europeia do século XVIII. Inscresse-se tanto na tradição da pintura de paisagem como na exigência retratística e iconográfica pombalina. De facto, a mensagem iconográfica, política e panfletária, faz apelo aos artifícios do “Barroco à Romana” «classicismo de transição», que triunfa em Lisboa com o “Gosto Pombalino”, estilo despojado, voluntariamente em oposição aos contornos e à “frivolidade” do Rococó.

III. A cena marítima de Belém pintada por Vernet. Composição e temática. A anatomia da obra.

Detalhando a contribuição de Vernet ao quadro do Marquês de Pombal, é relevante considerar que o “Pintor das Marinhas” do Rei de França, executa o trabalho português aproximadamente um ano após ter terminado o quadro de Dieppe, último da temática dos Portos de França, trabalho datado de 1765. Esta cronologia permite, além da notoriedade e da experiência adquiridas pelo Vernet através da série dos «Portos de França» permite-nos colocar a obra portuguesa de um ponto técnico e estético. Justamente, o conteúdo figurativo muito preciso da vista de Belém, mas também claramente factual e histórico, não se inspira de uma cena idealizada de um porto da antiguidade, tão pouco de uma cena de tempestade ao natural ou de um naufrágio, como em muitas obras italianas do pintor das décadas de 1730-1750 ou como em obras posteriores pintadas por Vernet a partir de 1767, na última fase da sua vida artística. A Obra portuguesa situa-se mais claramente na continuidade dos «Portos de França» oferecendo um olhar pormenorizado e detalhado sobre uma cidade marítima: Lisboa, empório atlântico em reconstrução após 1755.

A pintura centra-se claramente na personagem de Pombal, sentado numa cadeira de braços e numa postura quási régia. O Homem de Estado ocupa parte de uma sala, ou eventualmente de uma varanda (observe-se o pavimento ladrilhado com pedras a cores) tal um palco propositadamente colocado numa posição sobranceira ao Tejo e à parte Ocidental de Lisboa, espaço ao qual se acede por meio de uma escada monumental. Trata-se de uma das poucas fantasias da pintura, contudo de importante simbolismo; pois a escada, elemento decorativo e arquitetónico abre uma perspetiva sobre Belém numa encenação pictórica e teatral da paisagem, tendo por pano de fundo um céu de contornos dramática.

Pombal retratado por Van Loo, mostra da mão, a sua obra à posteridade. O trecho marítimo da obra, pintado por Vernet ocupa o lado direito do quadro (5) e (5bis). Esse espaço pictórico de aproximadamente 90cm por 70cm), reveste, uma grande importância iconográfica. O panorama de Belém compõe de facto um verdadeiro “quadro no interior do próprio quadro”, pelo seu formato e pela unidade da temática (cena marítima delimitada dum ponto de vista geográfico, pela Barra do Tejo, pelo Bairro marítimo de Belém e animada por navios e personagens).

Na pintura com destino a Portugal, misto de retrato, pintura histórica e de paisagem, inteiramente à glória do Marquês de Pombal, as mensagens iconográficas estão estruturadas em torno de dois grandes temas.

A primeira grande mensagem da obra reverte para a reconstrução de Lisboa após terramoto, triunfo da razão e da arte sobre a natureza, após o cataclismo do dia 1 de novembro de 1755. A tela propõe uma vista da parte ocidental da cidade, o bairro ribeirinho de Belém, de facto poupado pelo terramoto. Dá igualmente indícios quanto à reconstrução em curso do centro da cidade de Lisboa, por volta de 1766/1767, período em que foi pintado o quadro. Por exemplo, na tela, o renascimento e a protecção das artes é referenciada pelo modelo da estátua equestre do Rei D. José, imagem do poder supremo, miniatura colocada



O Marquês de Pombal expulsando os Jesuítas”. Cena pintada por Van Loo e cena pintada por Vernet (Câmara Municipal de Oeiras).

à esquerda de Pombal, num plano mais alto, mas também mais afastado. Estamos perante o desenho da maquete dourada e ainda não definitiva de Estatua Equestre, seguramente pintada em Paris e colocada na tela a partir de esboços do modelo em cera revestida a folha de ouro, oferecido a Pombal pelo grande e virtuoso escultor lisboeta Joaquim Machado de Castro. O presente da maquete ao Conde de Oeiras terá sucedido em data desconhecida, mas anterior a 1766/1767, data da feitura da pintura. Esse facto é aliás confirmado pela representação do Cavalo do Rei Dom José espezinhando um leão (segundo ideia e projecto iniciais do Arquitecto Engenheiro Militar Eugénio dos Santos) ⁽¹³⁾. Quanto à esta-



«Praça do Comercio» (“La Statue Equestre sera dans le milieu de cette place”) e Arsenal Real da Marinha (“Chantier pour la construction des vaisseaux du Roi”), Pormenores (Câmara Municipal de Oeiras).



“Arsenal que faz frente à Ribeira das Naus”, Pormenor (Câmara Municipal de Oeiras).

tua definitiva, será como sabemos erguida em 1775, com modificações, ou seja, nove anos após a conclusão da pintura de Van Loo e de Vernet.

Na pintura a temática das obras e projetos para a Cidade de Lisboa é também fortemente sugerida pelos planos de pormenor da cidade baixa e pelos alçados dos edifícios de traço Pombalino, conforme sugerem as plantas do Cartulário que espreitam, colocadas na pintura de forma intencionalmente descurada, mas, contudo, legíveis pelo espectador. A título de exemplo referimos, o mapa que espreita, colocado por baixo do braço direito do Marquês ou as plantas e pormenores de arquitetura judiciosamente dispostas pelos autores da pintura, aos pés do Estadista e num tamborete. Essas peças dão ao publico preciosas informações

quanto à feição futura da Cidade Marítima na qual o Tejo e as suas ribeiras permanecem como epicentros da vida marítima do Reino. Reconhecemos assim adjunto à Praça do Comercio o traçado do projecto do Arsenal Real da Marinha (com Legendas em Francês: “Chantier pour la Construction des Vaisseaux du Roi”) e o desenho do alçado principal do “Arsenal Que Faz Frente à Ribeira das Naus”, futuro Arsenal Real da Marinha ou na extremidade da tela, do lado direito o desenho das arcadas e andares nobres projetados para a Praça do Comércio. É de facto importante não esquecermos que o plano de obras para a reconstrução de Lisboa aprovado por Pombal dava com efeito prioridade à reconstrução de

¹³ “O Virtuoso Criador, Joaquim Machado de Castro 1731-1822”, Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arte Antiga, 18 de maio - 30 de setembro de 2012, p.118 e p.121.

uma Marinha, sustentada por um Arsenal Real, reedificado segundo traça do Engenheiro Militar e Arquitecto Eugênio dos Santos. Relembramos que, duas semanas após o desastre de 1755, Pombal ordenava a reconstrução do Arsenal Real da Marinha, por Alvará de 14 de novembro. Julgamos que poderão ser atribuídas a Claude-Joseph Vernet as reproduções dos mapas e plantas Pombalinas de Lisboa, atendendo à sua especialidade e mestria, tanto no desenho de topografia como no de arquitetura

A segunda mensagem do quadro é dada a conhecer por Vernet na cena marítima de Belém que pinta, temática com um forte conteúdo político e anticlerical. De facto, o movimento da mão de Pombal dirige o olhar do espectador para área da tela que abarca a outra mensagem política da pintura. Verdadeiro manifesto político, panfletário e didático. remete para a desnaturalização e expulsão dos Jesuítas de Lisboa, de Portugal e dos domínios da Coroa, ordenada por Pombal, a 3 de setembro de 1759 e posterior cumprimento físico da ordem a 16 de setembro de 1759. A cena pintada à moda de uma miniatura, representa os padres da Companhia de Jesus de chapéu e batina preta, em fila no embarcadouro de Belém, cabisbaixos, escoltados e guardados por militares em armas e dirigindo-se para o degredo. A cena é pintada com minúcia e extraordinários pormenores figurativos. É possível por exemplo reconhecer a postura ameaçadora da população ou distinguir os detalhados uniformes dos militares, precisamente os dos Regimentos da Armada Real (ou da Corte), Forças da Marinha incumbidos da proteção do Rei ⁽¹⁴⁾.



Cena de Belém, pintada por Vernet (Conjunto)
(Câmara Municipal de Oeiras).



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor.
Expulsão dos Jesuítas, embarque na frente do pontão de Belém (Câmara Municipal de Oeiras).



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor.
Expulsão dos Jesuítas, Padres acompanhados debaixo de armas, na retaguarda do pontão de Belém (Câmara Municipal de Oeiras).

¹⁴ Regulamento de Uniformes de 7 de abril 1764 (Arquivo Histórico Militar).

Na narrativa iconográfica podemos também acompanhar do olhar os escaleres que transportam os religiosos da Companhia de Jesus sempre debaixo de guarda para os navios fundeados no Tejo, na altura de Belém. Pormenor marítimo muito interessante, as três principais embarcações representadas por Vernet correspondem perfeitamente aos riscos e às armações de navios de alto bordo do século XVIII. As bandeiras desses navios



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor. Escaler transportando os Jesuítas para os navios fundeados no Tejo (Câmara Municipal de Oeiras).



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor. Navios estrangeiros fundeados no Tejo (Câmara Municipal de Oeiras).

informam quanto à sua origem e destino prováveis: por exemplo a Península Italiana e os Estados Pontificais - nomeadamente Civita Vecchia, o Porto de Roma, ou noutras latitudes, os ancoradouros Protestantes da Europa do Norte. Assim, em primeiro plano, distinguimos uma nau italiana com a bandeira de Génova. O segundo navio é uma “Fluyt”, característico navio de comércio com pavilhão dos Países-Baixos. No terceiro navio batem as cores do Reino da Suécia. As fontes da época ⁽¹⁵⁾ confirmam aliás, que no dia 16 de setembro de 1759, cerca de 250 Jesuítas desnaturalizados foram deportados de Lisboa, nomeadamente a bordo do “*Ragusa*”, navio italiano fretado para o efeito que zarpu de Lisboa rumo a Génova e a Civita Vecchia, na companhia de outros navios. Nestes pormenores, afirma-se a arte de Claude Joseph Vernet. Transparece por um lado, o profundo conhecimento do artista quanto aos navios do seu tempo, seus riscos e as suas armações, técnicas de um confirmado pintor de marinhas. Por outro lado, está presente na pintura uma discreta mensa-

gem política e diplomática, que não oculta, sugerindo por exemplo, os destinos dos Jesuítas expulsos de Portugal e dos seus domínios.

No trecho do panorama de Belém da autoria de Vernet, predomina o estilo figurativo impondo-se a observação do real, simultaneamente relato e descrição de um

¹⁵ Brazão, Eduardo: «Pombal e os Jesuítas», em O Marquês de Pombal e o seu tempo, Tomo I, Revista de História das Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1982, p.354.

acontecimento histórico. A composição é pretexto para a difusão de várias mensagens políticas e socioeconómicas, testemunho de uma época e de seus acontecimentos. Enquanto decorre a expulsão dos Jesuítas, a vida económica, política e religiosa continua nas Ribeiras de Lisboa: dois exemplos; o primeiro: uma procissão prestes a entrar na Igreja de Nossa Senhora da Natividade sugerindo a submissão da Igreja ao Estado; o segundo: a estiva de pequenas embarcações de carga ou de cabotagem abicadas no Cais de Belém, apenas interrompida pela expulsão dos Jesuítas. À distância, outros pequenos navios de pesca de armação latina encontram-se puxados com suas artes no areal de Belém, frente aos Jerónimos.

Ainda que relativamente circunscrita no espaço pictórico da tela, a cena marítima de Belém não deixa de transmitir uma mensagem económica sobre Lisboa, o comércio e o mercantilismo em meados do século XVIII, temas mediatisados pela mestria topográfica do Mestre pintor Claude-Joseph Vernet. O estilo e temática da cena de Belém realizada por Claude-Joseph Vernet, a pequenos toques e com pormenores miniaturistas, remete para repertório muito conciso e já utilizado pelo artista nos «Portos de França». Nos pontões de Belém, rodeando os Jesuítas que partem para o degredo, deixando Lisboa, coexiste uma população ligada ao mar suas actividades. As mercadorias, toneis e fardos são descarregados de pequenas embarcações. Vêem-se mercadores tratando de negócios, pormenores temáticos seguramente comparáveis aos dos «Portos de França», nomeadamente à obra dedicada por Vernet a Marselha «Interior do Porto de Marselha, visto do Edifício do Relógio do Parque» pintura datada de 1754⁽¹⁶⁾ ou ao panorama de Bordéus “Vista de uma parte do Porto e da Cidade de Bordéus, tirada



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor.
Praia de Belém e Mosteiros dos Jerónimos
(Câmara Municipal de Oeiras).



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor.
Palácio Marialva (Câmara Municipal de Oeiras).

¹⁶ «Autour de Claude Joseph-Vernet, la marine à voile, de 1650 à 1890», Musée de Beaux-arts de Rouen, éditions Anthèses, 1999. p.112.

do lado das Salineiras”, datada de 1758-1759 (17). É, contudo, evidente que os elementos e referências à economia marítima da cena de Belém composta por Vernet são menos abrangentes dos que os dos Portos de França. Não nos podemos esquecer que o pintor não se deslocou a Lisboa, não recolheu e esboçou pormenores “ao vivo”, mas que compôs a cena marítima em atelier, em Paris. Também é muito provável que as directivas de cariz iconográficas e político enviadas de Lisboa a Vernet, tenham sido extremamente precisas não deixando ao artista, espaço para fantasias.

A vista ribeirinha de Belém, do Tejo e da sua Barra, faz apelo a uma técnica de “pintura topográfica” que dá grande enfoque à paisagem (neste caso construída) e ao natural.

Na cena são reconhecíveis a Praia de Belém que nessa época se estendia até ao pé do Mosteiro dos Jerónimos, conjunto arquitetónico relativamente pouco danificado pelo terremoto de 1755. Os edifícios da Igreja de Santa Maria de Belém e do Mosteiro dos Jerónimos, são pintados numa perspetiva em diagonal, muito ao estilo da «Vista do Porto de Rochefort» (18) pintada pelo Mestre parisiense em 1762.

Na representação de Belém avistamos também o recinto e o corpo principal do vasto Palácio Marialva, e um pouco mais afastado, sempre ao longo do Tejo, a cúpula de Igreja e Convento do Bom Sucesso, outras construções que sobreviveram ao terramoto de 1755. Mais distante figura a celebre Torre de Belém, guardando a entrada do Tejo e muito esfumado, no horizonte avistamos o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca, vulgo Bugio. Constitui outra curiosidade desta obra, uma Esquadra da Armada Real Portuguesa, colocada por Vernet, na defesa da Barra do Tejo, de vigia na enseada de São José de Ribamar (hoje na altura de Algés). Esta representação de navios de alto bordo poderá sugerir o “a defesa e o policiamento Naval” da Barra de Lisboa durante a “operação militar” de expulsão dos Jesuítas, ou eventualmente a proteção da Barra perante a eminente ameaça de Corsários Argelinos ou Europeus.

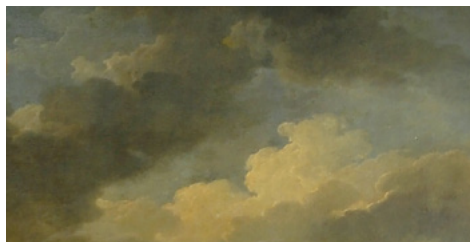


Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor. Torre de Belém, Bugio, São José de Ribamar e São Julião da Barra (Câmara Municipal de Oeiras).

¹⁷ «Musée de la Marine: Palais de Chaillot, Paris: «Joseph Vernet, 1714-1789», Palais Chaillot, Exposition du 15 Octobre 1976 au 9 Janvier 1977, Editions des Musées de la Marine, Palais Chaillot, Paris, 1976.p. 80.

¹⁸ «Musée de la Marine: Palais de Chaillot, Paris: «Joseph Vernet, 1714-1789», Palais Chaillot, Exposition du 15 Octobre 1976 au 9 Janvier 1977, Editions des Musées de la Marine, Palais Chaillot, Paris, 1976.pp. 86, 87, 89.

Quanto às cores e à luz da pintura, o extenso céu de Lisboa que compõem o pano de fundo da pintura e da paisagem, simultaneamente ameaçador e bonançoso, marca o conjunto do panorama de Belém. A composição das condições meteorológicas e dos efeitos de luz, o claro-escuro, são testemunhos da excelência da arte de Claude-Joseph Vernet. Formam um espetáculo dramático e cheio de emoção, no registo “da estética do sublime e do belo” chancela da pintura do século XVIII, tão apreciada pelo publico.



Cena de Belém pintada por Vernet. Pormenor. Ceu (Câmara Municipal de Oeiras).

IV. Uma pintura simbólica e panfletária: o poder e a perenidade da iconografia e da mensagem política

A mensagem iconográfica do quadro “O Marquês de Pombal expulsando os Jesuítas” foi largamente difundida, contribuindo para o seu carácter “panfletário”, verdadeiro manifesto político no qual a imitação a memória e o exemplo do Marquês são os temas centrais.

De facto, a difusão da imagem contribuiu sem dúvida para a sua perenidade: damos por prova o uso recorrente da mesma, desde o século XVIII:

Primeiro na sua época, por via de uma gravura a água-forte, da autoria de Jacques-Firmin Beauvarlet (1731-1797), outro célebre artista parisiense do século XVIII, igualmente titular de privilégios régios e membro da Academia Real de França. Tal como para a tela, a encomenda da gravura foi feita em Paris, pelos dois negociantes de Lisboa, David de Purry e Gérard de Visme, logo após receção do quadro. Confirma-nos a legenda da gravura: que os autores “L. Vanloo et J. Vernet Pinxerint”-“Beauvarlet Fecit”.



Sebastião Josepho Carvalho Melio – Marchioni Pombalio” Gravura de Jacques-Firmin Beauvarlet – 1768 (67 cm X 79 cm) (Colecção particular).

São conhecidas três edições dessa estampa. A primeira data de 1768 (67cm X 79cm). Representação muito fiel, acompanha a pintura e apresenta uma grande qualidade de desenho e de impressão. Uma nova edição da gravura, datada de 1772 foi objeto de pequenos retoques seguindo as diretrizes de uma carta original, enviada de Lisboa pela firma Purry, Mellish and de Visme a Firmin Beauvarlet acerca das modificações a efetuar na gravura (*) (carta que se encontra em Lisboa na Coleção do Arquitecto José Lico, Lisboa). Alguns desses retoques prendem-se justamente com o fundo da cena marítima pintada por Vernet e foram realizadas «segundo as últimas perspectivas da Barra e do Convento» (os Jerónimos). Essas interessantes informações relativas à atualização da obra, informam quanto à atenção dada no seu tempo às transformações e à iconografia marítima da capital portuguesa.

A terceira edição da estampa, data de 1838 (e posteriores) e corresponde a um trabalho português anónimo e de menor dimensão e qualidade.

O vetor de divulgação iconográfica do tema da pintura de Van Loo e de Vernet por via da gravura, contribuiu seguramente para o seu enorme sucesso. De facto, temos de recordar que a pintura, propriedade privada do Marquês e dos seus descendentes, esteve resguardada, na residência de Lisboa e depois no Salão Nobre do Palácio de Oeiras, mas sempre na posse da Família Carvalho e Melo, longe dos olhares do público. As gravuras viajaram pelo mundo, conhecendo também uma forte procura interna. Foram assim muito difundidas, suscitando numerosas cópias de estilo académico ou mesmo popular, de qualidade bastante variável, contribuindo para uma ampla divulgação da iconografia de Pombal e da sua ação.

Conhecem-se inclusivamente reproduções pintadas na época ou posteriores (séculos XIX e XX). São geralmente cópias sobre tela de dimensão reduzida e de qualidade inferior ao original e realizadas a partir da gravura de Beauvarlet a pedido de clientes portugueses. Outras cópias mais raras foram pintadas no oriente, em Macau, executados por exemplo sobre tela ou sobre seda. Conhecem-se ainda outras cópias muito invulgares, pintadas sobre vidro (exemplo da coleção do Alfarrabista Tarcísio Trindade).

Mais perto de nós em pleno século XX, vários testemunhos iconográficos surpreendentes atestam da “Perenidade da Imagem e da mensagem”: da pintura de Van Loo e de Vernet.

Primeiro podemos considerar o exemplo da Pintura “O Marquês de Pombal examinando os planos de reconstrução de Lisboa”, propriedade da Câmara Municipal e exposto no Palácio Pimenta /Museu de Lisboa. Sem dúvida o autor, o célebre pintor Português Miguel Ângelo Lupi, quando em 1883 realiza a tela, terá tido em mente a obra de Vernet e de Van Loo, conforme indica a postura do Marquês, sentado à mesa de trabalho, a examinar peças do cartulário, mas desta vez num cenário rodeado pelos seus assistentes.

Outro exemplo do uso contemporâneo da Iconografia de Pombal e da cena de Belém é nos dada pela ocasião da Primeira República e da questão anticlerical então vigente. Nesse contexto, dois postais satíricos publicados em 1910 representam “ocupando o lugar” do Marquês de Pombal, o novo Homem providencial do seu tempo: Afonso Costa, Ministro da Justiça e dos Cultos, responsável pela expulsão dos Jesuítas em 1910. A decisão



“A Expulsão dos Jesuítas a 10 de outubro de 1910” - Postais Satíricos (Coleção particular).

foi fundamentada no decreto de 8 de outubro de 1910, que no primeiro artigo estipula: *“Continua a vigorar como lei da República Portuguesa a de 3 de setembro de 1759, promulgada sob o regime absoluto, e pela qual os Jesuítas foram tidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que efectivamente fossem expulsos de todo o país e seus domínios para neles mais não poder entrar”* (19). Desta vez nas imagens em Belém os navios estrangeiros do século XVIII foram substituídos pela Marinha da República. No cais de Belém, os Marinheiros Republicanos de 1910 tomaram o lugar dos Militares dos Regimentos da Armada Real, de 1769.

Incontestavelmente a iconografia contemporânea acaba por demonstrar a extraordinária perenidade da imagem e do retrato do glorioso Marquês e da sua ação reformadora segundo a pintura de Van Loo e de Vernet. Podemos falar de representação pictórica universal do Consulado de Pombal, e de verdadeiro impacto dessa imagem e da sua marca deixadas na nossa memória e imaginário coletivos: um “Monumental Manifesto”, conforme propósito original da pintura.

A esse propósito, dois exemplos. o primeiro é constituído por um painel de azulejos datado de 1995, da autoria da pintora Menez, hoje colocado num dos átrios da estação Marquês de Pombal, na linha Azul do Metropolitano de Lisboa e que retoma o retrato de Van Loo. O segundo exemplo é o de uma imagem retirada de um filme de curta animação da autoria de Jorge Ribeiro, produzido em 2012 por encomenda do Município de Oeiras, sobre a vida do Marquês de Pombal. Destinado a um público das escolas, essa animação inclui uma referência contemporânea à pintura de 1766-1767e que continua a figurar no Salão Nobre dos novos Paços do Concelho de Oeiras, actual Gabinete de Sua Exa. o Presidente da Câmara Municipal.



Jorge Ribeiro. Desenho animado “A vida do Marquês de Pombal” (Câmara Municipal de Oeiras, 2012)

¹⁹ Diário do Governo nº 4/1910, Série I de 1910.10.10.

Bibliografia

Araújo, Agostinho, Rui Marques: "Das riquezas do Brasil, aos gastos e gostos de um Suíço em Lisboa, David Purry, um amigo de Pombal (1709-1786), em Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, 1ª série, volume 2, Porto, 2003.

Arlaud, Pierre : «Catalogue raisonné des estampes gravées d'après Joseph Vernet», Avignon : Rullière-Libeccio. - 1976.

Archibald, EHH: "Dictionary of Sea Painters", Antique Collectors' Club, First Edition, Woodbridge, Suffolk 1980

«Autour de Claude Joseph-Vernet, la marine à voile, de 1650 à 1890», Musée de Beaux-arts de Rouen, éditions Anthèses, Rouen, 1999.

Brazão, Eduardo: «Pombal e os Jesuítas», em O Marques de Pombal e o seu tempo, Tomo I, Revista de História das Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1982

Conisbee, Philip, «Musée de la Marine: Palais de Chaillot, Paris: «Joseph Vernet, 1714-1789», Palais Chaillot, Exposition du 15 Octobre 1976 au 9 Janvier 1977, Edition des Musées de la Marine, Palais Chaillot, Paris, 1976.

Dargent G. : «À propos de "marines" du XVIIIe siècle au Musée des Beaux-Arts de Lyon, le maître et l'élève: Adrien Manglard et Joseph Vernet», In Archives de l'art français, n° 25, 1978.

França, José Augusto: Lisboa Pombalina e o Iluminismo (1966, 1977, 1983). Inclui "Lisboa Pombalina" e a "Estética do Iluminismo" (1994).

Lagrange, Léon : "Joseph Vernet et la peinture au XVIIème siècle », Librairie Académique, Paris, 1864.

"Les peintres du roi. 1648-1793", Musée des Beaux-Arts de Tours (18 mars-18juin 2000), et Musée des Augustins, à Toulouse (30 juin - 2 octobre 2000), Catalogue, Editions de la Réunion des Musées Nationaux, Paris, 2000.

Luckhurst, Gerald: "Gerard de Visme and the introduction of English Garden in Portugal" (1782-1793), Revista de Estudos Anglo-portugueses, n°20, Fundação para Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2011.

Manoeuvre, Laurent ; Rieth, Eric, "Le Vernet et les Ports de France », Anthèse Editeurs, 1994.

Meco, José: «O Recheio desaparecido do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras», Publicado em Encontros de História e Património I - Diálogo em Noites de Verão, 2006-2007, Oeiras, Espaço e Memória- Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras, 2007.

"O Gosta à Grega, Nascimento do Neoclassicismo em França, 1750-1775", Catálogo de Exposição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, Lisboa.

"O Virtuoso Criador, Joaquim Machado de Castro 1731-1822", Catálogo de Exposição, Museu Nacional de Arte Antiga, 18 de maio - 30 de setembro de 2012, Lisboa.

Pamplona, Fernando, «Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal" (4ª Edição Atualizada), Livraria Civilização Editora, Lisboa, 2000.

Roland-Michel, Marianne : «Le paysage au XVIIIe : théorie, enseignement, sa place dans la doctrine académique». In le paysage en Europe du XVIe au XVIII. Paris : RMN, 1994.

Saldanha, Nuno: «L'idée de la Nature dans les idées esthétiques du XVIIème siècle», dans «Jean Pillement et le Paysagisme au Portugal au XVIIIème siècle», Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva, Lisbonne, 1997.

Santos Paulo : «Le Marquis de Pombal expulsant les Jésuites. Une Œuvre portugaise de Claude-Joseph Vernet», le Chasse-marée, des Bateaux et des Hommes, n° 210, Septembre 2008, Douarnenez.

Santos Paulo: “Uma Obra portuguesa de Claude-Joseph Vernet: as referências marítimas do quadro do Marquês de Pombal”, Revista da Armada, n° 424, novembro de 2008, Lisboa.

Sousa Viterbo: “Notícia de alguns pintores portugueses, e outros que, sendo estrangeiros, residiram e exerceram a sua arte em Portugal”, 3ª serie, Academia da Ciências de Lisboa, 1911.

“Triunfo do Barroco”, Fundação das Descobertas, Centro Cultural de Belém. Catálogo de Exposição, Lisboa, junho de 1993.

“Triomphe du Baroque”, Catalogue d'Exposition, Palais des Beaux-Arts de Bruxelles, du 19 Septembre au 29 Décembre 1991. Europalia 91-Portugal, Bruxelles, 1991.

Outras Fontes

Regulamento de Uniformes de 7 de abril 1764 (Arquivo Histórico Militar); Alvará de 3 de setembro de 1759 “dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios”; Decreto com força de lei de 8 de outubro de 1910. que promulga que “*serão expulsos do território da República todos os membros da chamada Companhia de Jesus*” (*Fundação Mário Soares, Maria Barroso e Diário do Governo n° 4/1910, Série I de 1910.10.10.*

A ESTRATÉGIA DA MARINHA PARA AS GUERRAS DE ÁFRICA (1961-1974)

Comunicação apresentada pelo Mestre
José Manuel Maia, em 6 de julho

RESUMO

Depois da II Guerra Mundial algumas nações atlânticas criaram uma organização defensiva – *North Atlantic Treaty Organization* ou NATO – da qual Portugal foi um dos fundadores, com base no interesse estratégico que era reconhecido aos Açores. Esse facto traduziu-se num enorme progresso para a Marinha que recebeu diversos tipos de navios e de novas tecnologias, mas também para a aprendizagem de novos procedimentos operacionais. Porém, a II Guerra Mundial também conduziu a uma onda libertadora dos territórios coloniais das diferentes potências e esse movimento a que se chamou “ventos de mudança”, foi um alerta para Portugal que tratou de fazer alterações constitucionais, passando a designar o seu *Império Colonial* e as suas *colónias* referidas na Constituição de 1933, pela designação de *Ultramar* e *províncias ultramarinas*, mas essa alteração não teve substância.

Quando em 1955 se reuniu a Conferência de Bandung e as chamadas nações não-alinhadas reclamaram o direito dos povos colonizados à autodeterminação e independência, Portugal passou a estar sob grande pressão internacional. Nesse mesmo ano foi admitido como membro das Nações Unidas, enquanto internamente se começaram a formar movimentos reivindicando o direito das colónias portuguesas à autodeterminação e independência. A pressão internacional, sobretudo nas Nações Unidas, a pressão interna feita pelos embrionários movimentos de libertação e até a oposição ao regime de Salazar, eram indícios suficientes para alertar que um conflito armado estava no horizonte.

A Marinha, dada a sua natureza operacional, e como resposta às exigências da guerra de guerrilha que se aproximava nos seus territórios africanos, teve necessidade de se adaptar ao cenário que se desenhava, que diferia substancialmente das doutrinas que por via da NATO vinha absorvendo. Era necessário conhecer o cenário operacional, preparar pessoal e integrar os meios navais necessários para o cumprimento das missões que lhe viriam a ser atribuídas e, ao mesmo tempo, continuar com a participação activa na NATO, por interesse militar mas sobretudo político. Assim se preparou a Marinha para cumprir os seus objetivos previamente estabelecidos: dominar as linhas de comunicação marítimas costeiras e fluviais, apoiar os outros ramos das Forças Armadas e as populações com a sua capacidade de transporte e projetar forças militares em terra.

Quando em Março de 1961 começou a luta armada em Angola, pode afirmar-se que a Marinha se tinha atempadamente preparado para cumprir as suas missões.-

Palavras-chave: África; Guerra Colonial; Descolonização; Marinha.

ABSTRACT

After World War II some Atlantic nations created a defensive organization - North Atlantic Treaty Organization or NATO - in which Portugal was one of the founders, based on the strategic interest that was recognized to the Azores. This has translated into tremendous progress for the Navy, which has received various types of ships and new technologies, but also for learning new operating procedures. However, World War II also led to a liberating wave of the colonial territories of the different powers and this movement called "winds of change" was a warning to Portugal that made constitutional changes, designating its Colonial Empire. and their colonies referred to in the 1933 Constitution by the designation of Overseas and Overseas Provinces, but this change was not substantiated.

When the Bandung Conference met in 1955 and the so-called non-aligned nations claimed the right of the colonized peoples to self-determination and independence, Portugal came under great international pressure. That same year was admitted like member of the United Nations, while internally began to form movements claiming the right of the Portuguese colonies to self-determination and independence. International pressure, especially at the United Nations, internal pressure from the embryonic liberation movements and even opposition to the Salazar regime, was sufficient evidence to warn that armed conflict was on the horizon.

Given its operational nature, and in response to the demands of the approaching guerilla war in its African territories, Navy had to adapt to the outlook, which differed substantially from the doctrines it was absorbing through NATO. It was necessary to know the operational scenario, to prepare staff and to integrate the naval resources necessary for the fulfilment of the missions that would be assigned to it, and at the same time to continue the active participation in NATO, for military but above all political interest. This is how Navy was prepared to fulfill his goals. to master coastal and river maritime communication lines, to support other branches of the armed forces and populations with their carrying capacity, and to deploy military forces on land.

In March 1961 when the armed struggle began in Angola, it can be said that the Navy had prepared itself in time to carry out its missions.

Keywords: Africa; Colonial War; Decolonization; Navy.

INTRODUÇÃO

Passaram 60 anos sobre o início da guerra em Angola que depois se estendeu a outros territórios ultramarinos e que, no seu conjunto, a História regista como as Guerras de África (1961-1974).

Falar deste conflito é lembrar, não só, a forma como os militares da Marinha encararam os *ventos de mudança* que sopravam por grande parte do planeta, mas também, toda uma geração que deu o seu melhor ao serviço da Marinha, pois entre 1961 e 1974, durante cerca de 13 anos, foram mobilizados quase um milhão de portugueses, morreram mais de uma dezena de milhares de militares e foram consumidos recursos que eram necessários ao desenvolvimento do país.

Porém, o objetivo primordial deste ensaio não é falar de nomes nem de protagonistas, mas sim de um nome coletivo que ultrapassa gerações. É da Marinha que me refiro.

A Marinha, dada a sua natureza operacional, e como resposta às exigências da guerra de guerrilha que se aproximava nos seus territórios africanos, teve necessidade de se adaptar ao cenário que se desenhava, que diferia substancialmente das doutrinas que por via da NATO vinha absorvendo. Era necessário conhecer o terreno, preparar pessoal e integrar os meios navais necessários para o cumprimento das missões que lhe viriam a ser atribuídas e, ao mesmo tempo, continuar com a participação ativa na NATO, por interesse militar, mas sobretudo político. Foi com este propósito que a Marinha se preparou para cumprir com sucesso os seus objetivos previamente estabelecidos: dominar as linhas de comunicação marítimas costeiras e fluviais, apoiar os outros ramos das Forças Armadas e as populações com a sua capacidade de transporte e projetar forças militares em terra.

Quando em março de 1961 começou a luta armada em Angola, pode afirmar-se que a Marinha se tinha atempadamente preparado para cumprir as suas missões, honrando sempre o seu lema: *Honrai a Pátria que a Pátria vos contempla*.

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

No final da II Guerra foi criada a NATO¹, uma aliança militar em que Portugal foi convidado a participar como país fundador, embora tivesse sido neutral durante a guerra e fosse dirigido por um governo não democrático. Porém, o interesse estratégico que era reconhecido aos Açores pesou mais.

*São nove ilhas que, aos olhos das grandes potências, dão importância ao extremo ocidental da Península, pois este soube encontrar do lado do Atlântico a profundidade estratégica que lhe estava vedada do lado do continente. É por sua causa que o país é o único regime não democrático convidado a integrar a NATO e que as suas posições aberrantes, as suas susceptibilidades, o seu orgulho à flor da pele, as bizarras teorias jurídicas com sabor do século passado e tudo o resto é tolerado.*²

¹ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou *North Atlantic Treaty Organization (NATO)*.

² António José Telo, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, 1996, p. 131.

Com a entrada na NATO, concretizada em 4 de abril de 1949, foram alteradas as prioridades estratégicas portuguesas aos níveis nacional e internacional, com base nos pressupostos daquela aliança. Depois, perante a pressão internacional, nos anos 1950, verificou-se um conjunto de mudanças, mais nominais do que substantivas, que levaram a que a política ultramarina portuguesa perdesse credibilidade internacional.

Sopravam, então, os chamados “ventos de mudança” e sucederam-se muitas independências, primeiro na Ásia e depois na África, mas enquanto a generalidade das nações europeias optava pela independência das suas colónias, Portugal resistia e nem aceitava discutir esse assunto, pois argumentava que esses territórios que passaram a ser designados por *províncias*, eram parte integrante de uma pátria pluricontinental.

No final da II Guerra Mundial apenas havia três estados independentes em África, enquanto Portugal detinha soberania sobre diversos territórios considerados constitucionalmente como *colónias*. Nesse quadro de mudança, o governo inglês tomou a decisão de conceder a independência a todas as colónias que o desejassem, a Bélgica seguiu-lhe o exemplo, tal como a França relativamente às colónias africanas. A Indonésia lutou numa guerra contra o ocupante colonial e libertou-se da Holanda, enquanto Portugal decidiu resistir e teve de se preparar para uma guerra de guerrilha, desencadeada por movimentos de libertação com o apoio de grande parte da comunidade internacional.

Apesar de Portugal ter apressadamente procedido em 1951 a uma revisão constitucional, a sua posição política relativamente às suas colónias, foi uma simples operação de cosmética, pois pretendia-se apenas iludir a realidade perante a comunidade internacional. As “colónias” passaram a denominar-se “províncias ultramarinas” e o “Império Colonial” foi rebatizado, passando a designar-se “Ultramar”.

O despontar dos vários movimentos nacionalistas africanos reunidos na Conferência de Bandung³, bem como os avisos dos seus aliados na NATO, as reivindicações

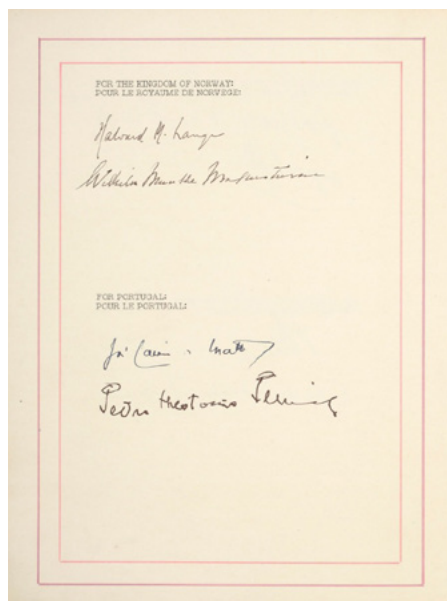


Fig. 1 – Assinatura da adesão de Portugal à NATO em Washington, por José Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
Foto: NATO

³ Conferência de Bandung foi o nome com o qual ficou conhecido historicamente o encontro nesta cidade indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955 e que reuniu os líderes de 29 estados asiáticos e africanos, responsáveis pelos destinos de 1350 milhões de seres humanos

da oposição democrática interna e de algumas elites coloniais e, também, as atividades anticoloniais dos estudantes provenientes do Ultramar, no âmbito das atividades da Casa dos Estudantes do Império, foram um sério aviso para o governo português.

Quando no mesmo ano de 1955 Portugal se tornou membro das Nações Unidas, começou logo a enfrentar uma enorme hostilidade dos países que formavam o bloco afro-asiático e o bloco soviético, que condenavam a política colonial portuguesa, sem sequer conseguir ter um apoio contínuo e empenhado dos seus aliados da NATO.

Estes contextos foram suficientes para que a Marinha percebesse que se aproximavam novos desafios operacionais, bem diferentes daqueles a que respondia com a sua integração na NATO, onde alguns dos seus membros apoiavam abertamente os movimentos de libertação africanos.

Porém, as cosméticas alterações constitucionais de 1951 não produziram o efeito desejado. A perspetiva anticolonial das duas grandes potências mundiais – Estados Unidos da América e União Soviética - a reação intransigente do regime do Estado Novo à discussão e a uma eventual mudança da sua perspetiva colonial e as continuadas posições antiportuguesas da Assembleia Geral das Nações Unidas, serviram para criar um quadro de grande hostilidade internacional contra Portugal que estimulou as forças nacionalistas dos territórios coloniais, o apoio dos países vizinhos e a luta contra a presença portuguesa em África.

O facto de Portugal não ter alinhado nesta onda de descolonização nem ter dado atenção aos “ventos de mudança”⁴, levou a que, a partir de 1961, tudo corresse mal ao governo português e que esse ano de 1961 tivesse ficado na nossa História recente como “*o annus horribilis de Salazar*”:

- 1.º o presidente John Kennedy passou a apoiar os movimentos de libertação angolanos, de que resultou o início da sublevação armada em Angola e, no fim do ano, a União Indiana invadiu e anexou a Índia Portuguesa;
- 2.º a imprensa internacional e a opinião pública, quer nos Estados Unidos, quer na Europa Ocidental, começaram a tomar posições contrárias à intransigência portuguesa e à natureza não democrática do regime de Salazar;
- 3.º as acusações contra o regime que governava o país acentuavam-se e, só no ano de 1962, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou seis Resoluções condenatórias ou desfavoráveis a Portugal;
- 4.º nenhum dos parceiros da NATO apoiou abertamente Portugal e, pelo contrário, apoiaram os movimentos de libertação que se formaram nas colónias portuguesas;
- 5.º a Assembleia-Geral da ONU foi sempre hostil às posições portuguesas e condenou sempre o colonialismo português, defendendo o direito à autodeterminação

⁴ John P. Cann, *A Marinha em África*, Academia de Marinha, 2014, p. 23.

e independência das colónias portuguesas, nomeadamente através da Resolução 1542 (XV) de 15 de dezembro de 1960;

6.º acentuou-se o isolamento internacional do Estado Novo e atingiu-se o ponto mais crítico dessa política quando Salazar proferiu a célebre frase “orgulhosamente sós”.

O desafio africano aproximava-se! Desta forma, a defesa intransigente da política colonial do Estado Novo conduziu Portugal, entre 1961 e 1974, a três teatros operacionais no continente africano e a três conflitos militares simultâneos.

A Armada começou a preparar-se atempadamente para os novos desafios e para combater as eventuais guerrilhas que vieram a aparecer em três territórios coloniais: Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964).

Porém, esse desafio não era estranho à tradição naval portuguesa, pois a Marinha sempre tivera uma íntima relação com o Ultramar e, até 1910, estava enquadrada num Ministério da Marinha e Ultramar⁵.

Havia algumas das províncias ultramarinas que eram ou tinham sido recentemente governadas por oficiais de Marinha. Além disso, mais de duas dezenas de oficiais prestavam serviço nas missões hidrográficas e mais de três dezenas eram governadores de distrito ou capitães dos portos no Ultramar. Porém, a tradição naval não era suficiente para enfrentar o desafio e, por isso, a viragem para África implicou uma profunda reorganização da Armada.

Outros sinais das preocupações da Armada com o futuro previsível, encontram-se na criação da Reserva Naval, ainda em finais de 1957, cujo primeiro curso teve início em 1958, a par de um aumento significativo do número de vagas para a Escola Naval, a partir do mesmo ano. A criação dos Fuzileiros cuja primeira unidade desembarcou em Angola ainda em 1961, mostrou a importância dada à projeção de poder do mar para a terra, bem como da percepção de que a guerra se iria travar essencialmente em terra.⁶

2. MEDIDAS ESTRATÉGICAS DA MARINHA PARA O CONFLITO

No início dos anos de 1960, Portugal incluía a sua soberania sobre um enorme espaço colonial constituído pelo arquipélago de Cabo Verde, a Guiné Portuguesa, as ilhas de S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, o Estado da Índia, Macau e Timor.⁷

⁵ José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa - Nove Séculos de História*, Lisboa, 2010, p.491.

⁶ Nuno Vieira Matias, «O planeamento e o emprego do poder marítimo nacional», *Actas do Seminário “A Marinha em África (1955-1975) – Especificidades”*, Lisboa, 2014, p. 23.

⁷ No dia 18 de dezembro de 1961 as Forças Armadas da Índia invadiram os territórios do Estado da Índia (Goa, Damão e Diu). Este acontecimento tem sido objeto de muitas descrições e interpretações, mas não se enquadra no tema do presente texto.

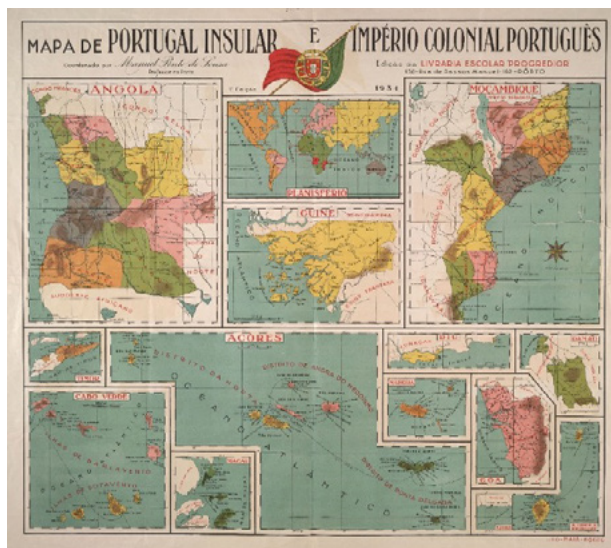


Fig. 2 – Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português.
Edição da Livraria Escolar Progredior, Porto, 1934.

Assim, quando no dia 15 de março de 1961, aconteceram os massacres do norte de Angola em que foram assassinadas centenas de pessoas, as forças de desembarque dos poucos navios que se encontravam em Angola intervieram e deram importante apoio às populações do litoral angolano.

Então, a Marinha mobilizou-se imediatamente para Angola e adotou as seguintes linhas estratégicas para a sua intervenção:

- 1.º Contribuir como primeira prioridade para a defesa do Ultramar;
- 2.º Exercer as missões tradicionais da Marinha no controlo e fiscalização das águas em todo o território nacional;
- 3.º Manter todos os compromissos navais no âmbito da NATO.

Para cumprir esses objetivos, tornou-se necessário o planeamento e a execução de um vasto e muito disperso conjunto de ações e de infraestruturas, que se estendeu aos teatros operacionais de Angola e, depois, da Guiné e de Moçambique.

Alguns exemplos podem ser enunciados desde já:

A encomenda e a construção em estaleiros nacionais de várias dezenas de lanchas de fiscalização e de desembarque:

- 1.º A recriação dos Fuzileiros e a preparação, ao longo dos anos da guerra, de mais de seis dezenas de Destacamentos de Fuzileiros Especiais que foram ativos participantes em operações em todas as frentes.
- 2.º A criação, entre 1960 e 1962, de onze estações e cerca de 60 postos radionavais disseminados por todos os territórios ultramarinos;

- 3.º A instalação de Serviços de Assistência Oficial em vários portos, a intensificação dos levantamentos hidrográficos e a melhoria da sinalização marítima;
- 4.º O transporte de unidades navais para o Lago Niassa e para o Leste de Angola, uma “epopeia” que está devidamente registada em diferentes documentos públicos;
- 5.º A criação da Base Naval de Metangula e de um importante núcleo populacional, nas margens do Lago Niassa;
- 6.º A criação de um outro núcleo populacional chamado Vila Nova da Armada, no sueste de Angola, ou nas “terras do fim do mundo”;

Foi “um salto no desconhecido”⁸, segundo a expressão usada por John P. Cann, um militar e académico americano que se dedicou ao estudo das campanhas portuguesas em África, porque implicou um enorme esforço na preparação dos homens e na logística.

A preparação da Marinha para este conflito pode ser considerada um bom exemplo da articulação dos muitos instrumentos necessários para edificar o que hoje denominamos de “capacidades”. Essa articulação só foi possível porque existiu uma visão, uma estratégia e uma política integrada para o uso do mar e porque a Marinha foi encarada pelo Estado como uma prioridade na mobilização de Portugal para a guerra.

3. AS GRANDES ALTERAÇÕES ORGÂNICAS E OPERACIONAIS DA MARINHA

Baseado nas experiências francesa e inglesa, enfrentou-se um autêntico desafio, já que não havia experiência na utilização de meios navais (lanchas de fiscalização, lanchas de desembarque e botes de borracha) para operar em águas interiores e no emprego da infantaria da Marinha, especialmente para uma guerra de guerrilha.

Para responder às novas exigências que os conflitos resultantes da ação da guerrilha conduzida pelos movimentos de libertação, a Marinha sofreu algumas alterações orgânicas e operacionais cujas linhas de orientação estratégica foram as seguintes:

- 1.º Criação dos novos Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima;
- 2.º Criação do Quadro de Oficiais da Reserva Naval;
- 3.º Reforma dos cursos tradicionais da Escola Naval;
- 4.º Aquisição de meios navais e criação das estruturas de apoio;
- 5.º Criação do Instituto Hidrográfico;
- 6.º Ampliação da Rede Radiotelegráfica da Armada;
- 7.º Recriação dos Fuzileiros na Armada.

⁸ John P. Cann, *A Marinha em África*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.75.

Analisemos, seguidamente, cada uma destas linhas de orientação estratégica e a forma como foram desenvolvidas.

3.1 Criação dos novos Comandos Navais e Comandos de Defesa Marítima

Foi através do Decreto-Lei n.º 41.057 de 8 de abril de 1957 que se criaram em Angola e Moçambique os novos Comandos Navais e, também, os respectivos Comandos de Defesa Marítima. Mais tarde, pelo Decreto-Lei n.º 41.990 de 3 de dezembro de 1958, foi também criado o Comando Naval de Cabo Verde e Guiné, bem como os respetivos Comandos de Defesa Marítima.

Desta forma, a Armada concentrava em si funções militares e de autoridade marítima, ficando esses comandos dotados de autonomia com vista a uma maior eficácia e rapidez na execução das missões que lhes seriam atribuídas.

As suas missões consistiam no controlo e fiscalização das costas, na criação de linhas de apoio tático e logístico do litoral, na activação das vias fluviais dos diversos territórios e das suas áreas operacionais específica e, de uma forma mais geral, conter possíveis infiltrações de guerrilheiros e assegurar a realização de missões de natureza anfíbia.⁹

Este decreto é mais um elemento que comprova que, já nos finais da década de cinquenta, Portugal tomava medidas mais recomendadas contra possíveis confrontos em África que se avizinhavam.

3.2 Criação do Quadro de Oficiais da Reserva Naval

Prevendo-se um substancial aumento da necessidade de oficiais subalternos, foi criada, por Decreto-Lei nº41.399, de 26 novembro de 1957, a Reserva Naval (RN) para a categoria de Oficiais, uma medida inovadora que conseguiu, com pleno êxito, colmatar a acentuada carência de oficiais subalternos oriundos da Escola Naval. Este diploma definia claramente o âmbito do que seria a RN.

*Constituída por indivíduos que, frequentando ou tendo frequentado cursos das escolas superiores tecnicamente adequados aos serviços e especialidades da Armada, tenham nela prestado serviço militar e recebido, de acordo com as suas habilitações literárias, instrução que lhes permita servir como oficiais, em caso de mobilização”.*¹⁰

Depois, através da Portaria do Ministro da Marinha¹¹ foram estabelecidas as condições do recrutamento e prestação de serviço dos reservistas da RN e, em agosto de 1958, a Escola Naval recebia o primeiro Curso Especial de Oficiais da Reserva Naval (CEORN)

⁹ António José Telo, «A prioridade a África (1959-1974)», Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p.478.

¹⁰ Decreto-Lei nº41.399 de 26 novembro de 1957, Artigo 1º, Capítulo I.

¹¹ Portaria nº16.714, de 27 de maio de 1958.

que, anos depois alterou a sua designação para Curso de Formação da Oficiais da Reserva Naval (CFORN).

Até 1975, as missões da Marinha estendiam-se por um vasto espaço geográfico e o país confrontava-se com uma situação de guerra nos seus territórios da Guiné, Angola e Moçambique, bem como de especial vigilância em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Por isso, para além da habitual presença em Macau e Timor, mais de natureza simbólica do que militar, a Marinha mantinha uma ativa participação nas operações militares, designadamente nas suas componentes operacionais e logísticas, já que os referidos territórios tinham uma importante e extensa fronteira marítima.

A carência de Oficiais aumentou substancialmente e foi na RN que a Marinha encontrou a solução que melhor se adequava às suas necessidades específicas. Os Oficiais da Reserva Naval estavam equiparados aos do Quadro Permanente no desempenho de cargos e missões de elevada responsabilidade militar, por vezes desconfortáveis, complexas e de elevado risco.

Muitos deles como comandantes de Lanchas no distante Lago Niassa, na complexa teia fluvial dos rios da Guiné, nas correntes do rio Zaire e nas tormentosas monções do Canal de Moçambique. Outros, integrando os Destacamentos e Companhias de Fuzileiros, atuando nas mais adversas condições e suportando constantes flagelações e terríveis emboscadas nas matas e nos rios africanos.

Entre 1958 e 1974 a Marinha incorporou 1712 oficiais da Reserva Naval. A sua elevada preparação técnica e académica traduziu-se num enriquecimento global da Marinha, com especial destaque para as áreas do ensino, da investigação e da gestão, onde o seu contributo em termos de conhecimento e inovação foi relevante e justamente reconhecido.¹²

3.3 Reforma dos cursos tradicionais da Escola Naval

Até 1956, a entrada na Escola Naval (EN) era efetivada através da frequência e aprovação de cursos preparatórios militares ministrados nas Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, cuja base de ingresso assentava na conclusão de todas as disciplinas, designadamente as Matemáticas Gerais, a Física Geral, a Geometria Descritiva e o Desenho Rigoroso, isto é, o 1º ano era realizado numa das três Faculdades de Ciências antes mencionadas e os restantes três anos do curso de natureza técnico-naval decorriam na Escola Naval.

A reforma foi iniciada em 1958 com a entrada em exercício do novo regulamento da EN, e tendo em vista a introdução de novas tecnologias de elevada importância estratégica, caso das Comunicações, que são apenas um exemplo, face às exigências da NATO.

¹² Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, *O Anuário da Reserva Naval 1958-1975*, Lisboa, 1992, p.11.

Assim, os cursos ministrados na EN passaram a ter maior abrangência, sendo a admissão feita por concurso logo após a conclusão do ensino secundário, passando o número de alunos graduados como cadetes, de cerca de doze para cerca de sessenta.

3.4 Aquisição de meios navais e criação das estruturas de apoio

A entrada de Portugal na NATO e o progressivo enquadramento português na organização possibilitaram o reequipamento material e o início da modernização da Marinha, mas desde logo ficou claro que os meios navais adquiridos apenas poderiam ser utilizados no âmbito das missões NATO e que, portanto, não poderiam ser utilizados nas áreas ultramarinas portuguesas.



Fig. 3 – Fragata *Hermenegildo Capelo* - classe Comandante *João Belo*.
Foto: Revista da Armada

Porém, em 1958 já o comandante Saturnino Monteiro considerava que os nossos seis avisos estavam “velhos e cansados” e defendia a sua substituição por um tipo de navio que designou por *canhoneira*, “com mil a mil e quinhentas toneladas, cerca de oitenta metros de comprimento”, que deveriam estar preparadas para transportar um helicóptero e acrescentava que seriam necessárias oito unidades.¹³ Porém, como da ideia à sua concretização decorre muito tempo, só em 1970 foi incorporada no efetivo dos navios da Armada a corveta *João Coutinho*.

Em Dezembro de 1960 também foi assinado “um contrato para a construção de duas fragatas da classe *Dealey* em Portugal”, sendo que “os encargos destas construções serão suportados em partes iguais pelos governos americano e português”.¹⁴ A fragata *Almirante Pereira da Silva* veio a ser construída nos estaleiros da Lisnave, na Margueira, tendo sido lançada à água em 1963 e incorporada no efetivo dos navios da Armada em Dezembro de 1966, isto é, seis anos depois da assinatura do contrato de construção.

¹³ Armando da Silva Saturnino Monteiro, “Canhoneiras para o Ultramar”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LXXXVIII, Lisboa, 1958, pp. 491-495.

¹⁴ Manuel Pereira Crespo, “Fragatas da classe Dealey”. In *Anais do Clube Militar Naval*, Volume XCI, janeiro-março, 1961, p. 112.

Ainda em relação aos meios oceânicos a Marinha dispunha de algumas fragatas do tempo da Segunda Guerra Mundial, pelo que em 1964 foi contratada em França a construção de quatro fragatas da classe *Comandante João Belo* e, depois, a construção em estaleiros espanhóis e alemães de dez corvetas da classe *João Coutinho* e da classe *Baptista de Andrade*, algumas das quais cumpriram missões no Atlântico Sul e no Índico ocidental.¹⁵

Porém, devido à necessidade de ajustar os meios navais às condições hidrográficas e operacionais dos territórios africanos, foi desenvolvido um vasto programa de construção de vários tipos de lanchas, sobretudo no Arsenal do Alfeite e nos Estaleiros Navais do Mondego.

Em cerca de 15 anos, a Marinha de Guerra Portuguesa mandou construir 56 lanchas de fiscalização, 36 pequenas [classe Bellatrix, classe Júpiter, classe Alvor, classe Albatroz e outras] e 20 grandes [classe Argos e classe Cacine], na sua esmagadora maioria destinadas a ser utilizadas nas colónias, embora algumas delas já não tenham chegado a prestar serviço durante a guerra colonial. [...] No total, foram construídas entre 1961 e 1976, as últimas das quais só ficaram prontas após a descolonização, 97 lanchas, das quais 26 LDP, 65 LDM e 6 LDG.¹⁶

A maioria destas unidades navais foram agrupadas em esquadrilhas, designadamente na Esquadrilha de Lanchas da Guiné, na Esquadrilha de Lanchas do Zaire e na Esquadrilha de Lanchas do Lago Niassa, mas algumas dessas unidades navais também estiveram atribuídas a alguns Comandos da Defesa Marítima¹⁷.

Para além das fragatas, dos avisos e corvetas, a Marinha foi servida por navios-patrolhas, lanchas de fiscalização e lanchas de desembarque, verificando-se que nos três teatros de operações africanos, não perdeu qualquer unidade naval em combate ou por acidente, nem há qualquer registo de não ter cumprido as suas missões, apesar de ter tido uma ativa presença nas águas costeiras e nas bacias hidrográficas.¹⁸



Fig. 4 – Lancha desembarque grandes (LDG) *Cimitarra*
Fonte: Cortesia do Comandante Adelino Rodrigues da Costa

¹⁵ Adelino Rodrigues da Costa, «As guerras do fim do Império (1961-1974)», in António Costa Canas (coord.), *História da Marinha Portuguesa – Viagens e Operações Navais (1824-1974)*, Lisboa, 2020, pp. 295-296.

¹⁶ João Falcão de Campos, citado por Adelino Rodrigues da Costa, *op. cit.*, p.296.

¹⁷ Adelino Rodrigues da Costa, *op. cit.*, p.289.

¹⁸ *Ibidem*, p. 449.

Os primeiros meios navais adquiridos para fazer face à situação de confronto que se desenhou, sobretudo depois da contestação antiportuguesa nas Nações Unidas, foram as lanchas da classe *Antares*, adquiridas na Inglaterra e que em 1959 passaram a servir na Índia Portuguesa.¹⁹

Seguiu-se a encomenda das lanchas de fiscalização da classe *Bellatrix*, cujas três primeiras unidades foram deslocadas para Angola ainda no 3º trimestre do ano de 1961.

Simultaneamente foi estudado um plano de modernização faseado de novas construções, bem como a aquisição de navios adaptados ao Ultramar e, ainda, outros que permitissem manter a participação nas atividades da NATO, para o que foi constituída a Direcção das Construções Navais onde convergiram as capacidades dos engenheiros construtores navais da Marinha.

O êxito da ação da Marinha assentou no projeto e construção de meios navais de características e em número adequados (muitos desses meios foram projetados e construídos em Portugal), nomeadamente nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, no Arsenal do Alfeite e nos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz.

Assim surgiram as lanchas de fiscalização grandes (LFG) da classe *Argos*, as lanchas de desembarque grandes (LDG) da classe *Alfange*, outras lanchas de fiscalização pequena (LFP) e muitas dezenas de lanchas de desembarque médias e pequenas (LDM e LDP).

Mais tarde, surgiram os navios-patrolha da classe *Cacine* e as corvetas da classe *João Coutinho* que motivaram o mais ambicioso plano da Armada para este período e marcavam uma inovação neste campo. Pretendia-se que fossem aptos para missões de apoio à navegação costeira e que pudessem ser polivalentes para diversos cenários.

No que diz respeito às lanchas de fiscalização e de desembarque foram praticamente todos fabricados em Portugal a partir de planos preparados pela Direcção de Construções Navais ou, em casos excepcionais, pela utilização sob licença de planos estrangeiros.



Fig. 5 – LFP *Antares* no norte de Moçambique.
Fonte: Cortesia do Comandante Adelino Rodrigues da Costa

¹⁹ Uma destas lanchas, o N.R.P. *Vega* então comandado pelo 2º Tenente Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo, veio a ser afundada em combate no dia 18 de dezembro de 1961 nas águas de Diu.

As indicações sobre a quantidade de navios e embarcações utilizadas na guerra são díspares, mas é possível criar o seguinte padrão:

- 4 fragatas da classe *Comandante João Belo*;
- 6 corvetas da classe *João Coutinho*;
- 10 lanchas de fiscalização grandes (LFG) da classe *Argos*;
- 10 navios-patrolha da classe *Cacine*;
- 23 lanchas de fiscalização pequenas de diferentes classes;
- 6 lanchas de desembarque grandes (LDG);
- 52 lanchas de desembarque médias (LDM);
- 22 lanchas de desembarque pequenas (LDP).

A gestão operacional destas unidades era assegurada pelos Comandos Navais e Comandos da Defesa Marítima e, em especial, pelas Esquadrilhas de Lanchas da Guiné, do Zaire e do Lago Niassa.

Outra vertente operacional relevante foi a criação de unidades de mergulhadores sapadores, assim como a criação de Serviços de Assistência Oficial (SAO) em várias localizações, providos de meios oficiais e de planos inclinados para docagem dos navios.

3.5 Criação do Instituto Hidrográfico

No sentido de contribuir de forma decisiva para as operações da Marinha foi criado o Instituto Hidrográfico, pelo Decreto-Lei n.º 43.177 de 22 de setembro de 1960.

Assim, se reuniam num só organismo as atividades hidrográficas até então dispersas pelo Ministério da Marinha e pelo Ministério do Ultramar, racionalizando os recursos disponíveis. Esta área de elevada importância iria contribuir para o levantamento hidrográfico das águas interiores, no assinalamento marítimo das costas, portos e barras do Ultramar, elaborando cartas hidrográficas de elevado rigor, tornando-se essencial para o apoio das operações militares, do tráfego marítimo civil necessário ao desenvolvimento da economia dos territórios e no apoio logístico ao esforço de guerra.



Fig. 6 – O navio hidrográfico *Pedro Nunes*.
Foto: Arquivo da Revista da Armada

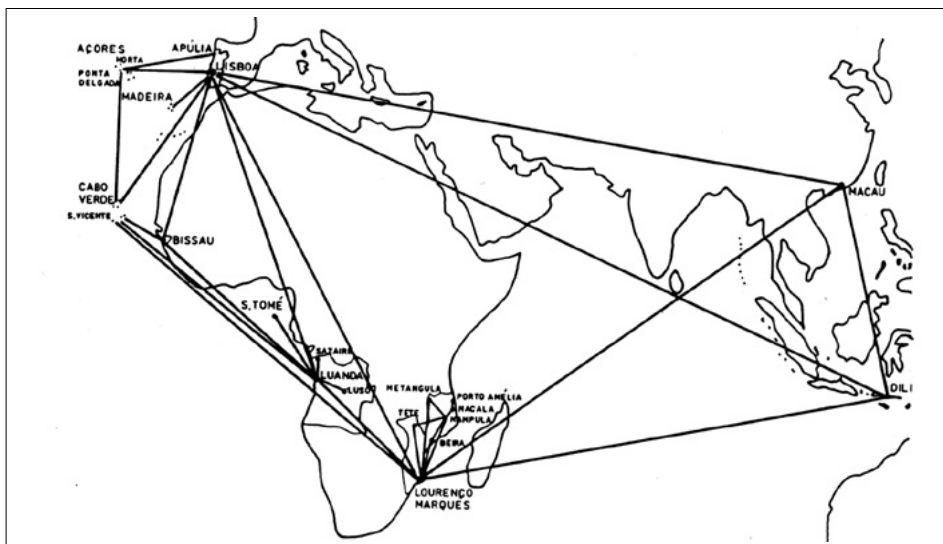


Fig. 7 – Rede Radiotelegráfica da Armada em 1973.
 Fonte: Revista da Armada

Foram criadas algumas missões hidrográficas, designadamente a Missão Geo-hidrográfica da Guiné que integrava o navio hidrográfico NH *Pedro Nunes*, a Missão Hidrográfica de Angola e S. Tomé, que integrava o NH *Carvalho Araújo*, e a Missão Hidrográfica de Moçambique que dispunha do NH *Almirante Lacerda*.²⁰

O trabalho realizado por estas Missões permitiu o levantamento hidrográfico ou a atualização das cartas já existentes, ficando quase completa a cobertura cartográfica das águas africanas sob jurisdição portuguesa, incluindo por exemplo, os rios da Guiné, o curso do rio Zaire ou o lago Niassa.

Daí resultou a publicação de cartas de navegação que foram essenciais para o cumprimento das missões da Marinha.

3.6 Ampliação da Rede Radiotelegráfica da Armada

No início da segunda metade do século XX ainda faltava estabelecer as comunicações navais com o Ultramar, até essa data asseguradas pelos CTT.

Em 1954 entraram em funcionamento os Postos Radiotelegráficos das Capitânicas de Luanda e de Lourenço Marques e o Posto Radionaval de Nova Goa.

A Direção de Eletricidade e Comunicações (DSEC), entre 1960 e 1973, conseguiu edificar a única rede estratégica de radiocomunicações autónoma, com cobertura mundial,

²⁰ Aguilar *et al*, *A Marinha na Investigação do Mar – 1800-1999*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001, p. 30.



Fig. 8 – Estação Radionaval de Luanda.
Foto: Revista da Armada

de que Portugal alguma vez dispôs. A partir de 1960 foram criadas as primeiras estações radionavais no Ultramar, designadamente em Macau, Luanda, Santo António do Zaire, Lourenço Marques, Nacala e Beira. Outras estações e postos radionavais se seguiram e, até 1973, tinham sido instaladas 14 estações radionavais e 60 postos radionavais.²¹

Foi um esforço técnico e logístico notável que permitiu pôr em funcionamento e assegurar a manutenção de todos estes polos de comunicação, muitos deles a trabalhar 24 horas por dia a milhares de milhas de distância de Lisboa.²²

Toda esta rede de comunicações constituiu uma peça imprescindível para a operacionalidade dos meios navais, garantindo de forma independente e sustentada a capacidade de comando e controlo das unidades da Marinha espalhadas pelos diferentes teatros operacionais, mas também e por vezes, serviu os outros ramos das Forças Armadas e até os Comandos-Chefes e os Governos Ultramarinos.²³

3.7 Recriação dos Fuzileiros na Armada

Foram as características hidrográficas da Guiné Portuguesa, constituída por pântanos e uma rede fluvial enorme, que levou a equacionar a necessidade de criar uma força de infantaria de Marinha – os Fuzileiros – especializada para as operações anfíbias.

A decisão da recriação dos Fuzileiros foi tomada em 1960, quando o Ministro da Marinha era o CALM Fernando Quintanilha e o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) era o VALM Sousa Uva. Nesse ano foi decidido que os Fuzileiros seriam concebidos à

²¹ José Luís Leiria Pinto, *Actas do Seminário "A Marinha em África (1955-1975) – Especificidades"*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p. 55-56.

²² *Ibidem*, p. 53.

²³ José Luís Leiria Pinto, «As comunicações na Marinha», in *Revista da Armada*, Lisboa, Marinha Portuguesa, agosto 2010, p.24.

imagem da doutrina inglesa e, assim, foram enviados quatro militares para frequentar o curso de fuzileiros na *Royal Navy*, entre 22 de agosto e 30 de setembro de 1960.²⁴

No entanto, só a 24 de fevereiro de 1961, foi recriada a Classe de Fuzileiros na Marinha para Sargentos e Praças e, posteriormente, para Oficiais. O primeiro curso iniciou-se no Verão de 1961 e a cerimónia da entrega das boinas azul-ferrete aos primeiros fuzileiros aconteceu no Alfeite no dia 18 de outubro de 1961.

*Na Base Naval do Alfeite os primeiros fuzileiros-navais receberam ontem as suas insígnias e exibiram-se em exercícios perante o ministro da Marinha. [...] procedeu-se à entrega das boinas. A primeira foi a do primeiro-tenente Metzener, seguindo-se as do tenente Caeiro Rego [sic], sargento enfermeiro Nunes, sargento fuzileiro especial Encarnação e, sucessivamente, a todas as praças*²⁵.

Ainda em 1961, foi criada a Escola de Fuzileiros e surgiram os Fuzileiros Navais e os Fuzileiros Especiais, destinando estes pela sua superior preparação para combate aos Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE).

No dia 10 de novembro de 1961 partiu para Angola a primeira unidade de fuzileiros e, até 1974, a Marinha preparou e destacou para Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde, mais de uma centena de unidades de fuzileiros.

Até 1974 foram formadas e seguiram para os diferentes teatros de operações africanos, cerca de seis dezenas de Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE), mais de quatro dezenas de Companhias de Fuzileiros Navais (CF) e cerca de duas dezenas de Pelotões Independentes de Fuzileiros (PIF) e tinham como principal tarefa a guarda e defesa de instalações navais e povoações aquarteladas.

De facto, os DFE seriam uma força mais especializada a ser empregue em operações mais complexas. Estes teriam como tarefas: executar ações de assalto com projeção do meio aquático para o meio terrestre – operações anfíbias –, a partir das lanchas de desembarque, executar patrulhas ofensivas, ações de sabotagem e ações de neutralização na guerra de contraguerrilha.

Às unidades de fuzileiros era atribuído um número identificativo que, nos casos dos DFE existiram de 1 a 13 e, no caso das CF, existiram de 1 a 11. Assim, por exemplo:

*Foram formados cinco DFE1 (Angola 61-63, Moçambique 64-66, Moçambique 67-69, Angola 69-71 e Guiné 72-74) e foram formados quatro CF1 (Angola 62-64, Angola 66-68, Moçambique 69-71 e Angola 72-74). Cada unidade de fuzileiros criava o seu guião específico como símbolo não oficial da unidade, que pretendia conferir-lhe uma identidade única e exclusiva, por vezes associada a uma divisa que tinha uma função unificadora do espírito de grupo.*²⁶

²⁴ O *Command Course*, foi frequentado no Infantry Training Centre Royal Marines, pelo 2º tenente Pascoal Rodrigues e pelos marinheiros oriundos da classe de monitores, Santos Silva, Batista Claudino e Santos Santinhos. Todos concluíram o curso e receberam a boina verde dos *Royal Marines*.

²⁵ *Diário de Notícias*, edição de 19 de outubro de 1961.

²⁶ Adelino Rodrigues da Costa, *op. cit.*, p.296.



Fig. 9 – Os quatro militares que concluíram o curso dos *Royal Marines*.
Foto Museu do Fuzileiro

Pela natureza das suas tarefas, os DFE são associados, maioritariamente, ao teatro de operações da Guiné, mas também ao leste de Angola e aos distritos moçambicanos de Cabo Delgado, Niassa e Tete, isto é, tiveram ativa participação nas três frentes da guerra em África.

Os DFE eram unidades com cerca de 80 homens, as CF eram formadas por cerca de 140 homens e os PIF eram constituídos por 43 elementos, pelo que o número total de fuzileiros, incluindo oficiais, sargentos e praças, que integraram as diferentes unidades de fuzileiros que serviram em Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde, terá sido superior a dez mil homens.²⁷

Essas unidades tiveram um comportamento operacional de grande destaque em todas as frentes de guerra e participaram num leque muito variado de operações, tendo o seu valor militar sido reconhecido pela generalidade das Forças Armadas.



Fig. 10 – Visita do Ministro da Marinha, CALM Pereira Crespo, ao DFE 2 - Guiné - Natal de 1973. Foto: Revista da Armada

²⁷ *Ibidem*, p. 297.

O historial das unidades de fuzileiros, os seus trabalhos e os seus feitos na guerra de África foram profundamente estudados pelo CFR Luís Sanches de Baêna, que juntou à sua experiência de guerra uma enorme capacidade de pesquisa, de que resultou um notável estudo e uma obra de referência para a Marinha.²⁸

O destaque de ações militares e de desempenhos individuais ou de grupo das unidades de fuzileiros nos teatros operacionais africanos, conduz sempre à injustiça de omitir outras tantas ações que ficaram por publicitar.

Os Fuzileiros, no entendimento do Ministro da Marinha, Almirante Pereira Crespo²⁹, e do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Roboredo e Silva³⁰, eram necessários e fundamentais para a capacidade anfíbia da Marinha.

4. OS TEATROS DE GUERRA

4.1 Angola

Angola fica situada na costa ocidental de África entre as latitudes 4° 22' S e 18° 02' S e tem uma superfície de 1 246 700 km², dos quais 7270 km² pertencem ao enclave de Cabinda, que se situa ao norte do território.

Relativamente às suas fronteiras, a fronteira terrestre tem uma extensão de 4837 km, tocando nos territórios da República do Congo (ex-Congo Francês), da República Democrática do Congo (ex-Congo Belga), da República da Zâmbia (ex-Rodésia do Norte) e da República da Namíbia (ex-Sudoeste Africano). Quanto à sua fronteira marítima, a costa angolana é pouco recortada e com uma extensão de 1481 km.

De realçar que este território angolano é, não só atravessado pelas bacias hidrográficas de dois grandes rios, o rio Zaire e o rio Zambeze, mas também por outros rios como o Quanza e o Cunene.³¹

Após a II Guerra Mundial as independências dos territórios vizinhos do Congo Francês (Brazzaville) e do Congo Belga (Léopoldville) que sucederam em 1960, tal como a da Rodésia do Norte (Lusaka), que aconteceu alguns anos depois, foram determinantes no apoio aos movimentos de libertação angolanos, que por sua vez deram início ao conflito em Angola, em março de 1961. Este conflito armado desenvolveu-se em três teatros de operações descontínuos, respetivamente no Norte de Angola, no enclave de Cabinda e no Leste e Sueste de Angola.

²⁸ Luís Sanches de Baêna, *Fuzileiros - factos e feitos na guerra de África 1961 / 1974*, 4 volumes, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006.

²⁹ Manuel Pereira Crespo (1911-1980), foi ministro da Marinha entre 1968 e 1974. Foi o último ministro da Marinha, dado que a estrutura militar saída da Revolução de 25 de Abril extinguiu o cargo.

³⁰ Armando Júlio Roboredo e Silva (1903-1987), exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) desde 1963 a 1970.-

³¹ *Síntese Monográfica de Angola*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1972.

De realçar que, a evolução da guerra e a atividade operacional e política de cada um dos movimentos – MPLA, UNITA e FNLA –, bem como as suas áreas de atuação em território angolano estiveram sempre condicionadas pelos apoios que recebiam dos países vizinhos.

Com os escassos meios de que então dispunha localmente, a Marinha cooperou com as autoridades na defesa de algumas localidades do litoral através das forças de desembarque dos navios. Uma notícia publicada no *Diário de Notícias* de 18 de maio de 1961, faz referência à atividade da Marinha durante o período de emergência que se seguiu aos acontecimentos de 15 de março.



Fig. 11 – Angola

Fonte: *Fuzileiros 400 anos de memórias*

Unidades e forças da Marinha de Guerra têm desenvolvido intensa actividade na luta contra os terroristas e na defesa das populações.

[...] agindo isoladamente, ou em colaboração com civis, com o Exército e a Força Aérea, forças da Marinha, entre muitas outras missões efectuadas em terra, têm organizado defesas de localidades, realizando surtidas a zonas suspeitas montados serviços de patrulha, etc.

Unidades navais vêm desempenhando, também, assinalados serviços no fornecimento de géneros alimentícios, armas e munições às populações das localidades ribeirinhas, bem como no transporte de contingentes do Exército e da Força Aérea, e de prisioneiros terroristas. Em diversas ocasiões foram efectuadas operações de desembarque de forças de Marinha [...].

Os acontecimentos em Ambriz e Ambrizete, no início das acções terroristas verificadas na Zona Norte de Angola, não tiveram consequências mais graves, mercê do auxílio que foi possível dar àquelas povoações por mar, com os navios-patrulhas da Marinha de Guerra.³²

A presença das unidades navais em alguns locais da costa angolana, como Luanda e Nóqui, no curso superior do rio Zaire, tal como as forças de desembarque dos navios que atuaram em terra, nomeadamente no Ambriz, Ambrizete, Sazaire e Cabinda, foram um importante contributo no apoio à segurança das populações e à recuperação da confiança abalada pelos trágicos acontecimentos ocorridos no norte de Angola a partir do dia 15 de março de 1961.³³

³² *Diário de Notícias*, edição de 18 de maio de 1961.

³³ Adelino Rodrigues da Costa, *op. cit.*, p.380.

No longo período decorrido entre 1961 e 1974, em que a Marinha foi chamada a intensa atividade operacional em Angola, estiveram envolvidas, ocasionalmente ou em permanência, algumas unidades oceânicas, cerca de três dezenas de unidades navais médias ou pequenas e quase quatro dezenas de unidades de fuzileiros (17 DFE e 22 CF).

Face à guerra, a Marinha terá mobilizado cerca de seis mil militares para prestarem serviço em Angola no período considerado.

As operações militares em que a Marinha teve participação em Angola foram muito diversas, mas integraram-se nas principais linhas da sua missão que passavam por:

- 1.º A fiscalização e atuação nas águas territoriais e interiores a fim de negar a sua utilização ao inimigo;
- 2.º O transporte e apoio às Forças Navais, Terrestres e Aéreas que dele necessitassem nas zonas em que o transporte terrestre fosse mais demorado, difícil ou inconveniente;
- 4.º A intervenção em operações isoladas ou conjuntas em terra, a fim de neutralizar ameaças bem definidas e localizadas;
- 5.º A proteção e apoio ao tráfego marítimo local e a garantia da sua regularidade e continuidade.³⁴



Fig. 12 – Posto de vigilância no rio Zaire - Angola
Foto: Academia de Marinha

Em outubro de 1964 a Rodésia do Norte tornou-se independente sob a direção de Kenneth Kaunda e adotou o nome de República da Zâmbia, passando a apoiar alguns dos movimentos de libertação, sobretudo o MPLA. Assim foi aberta a Frente Leste de Angola, para onde a Marinha transferiu unidades de fuzileiros e algumas lanchas de desembarque pequenas. Os rios Lungué-Bungo, Zambeze, Cuando e Cuito, bem como

³⁴ Leonel Cardoso, “A Marinha em Angola, 1961-64”. In *Anais do Clube Militar Naval*, 1964, p. 270.

as bases de Lungué-Bungo, Chilombo, Lumbala, Rivungo e Vila Nova da Armada tornaram-se os pólos da actividade naval no Leste de Angola.³⁵

Quando surgiu a revolução do dia 25 de abril de 1974 a situação militar em Angola estava controlada pelas Forças Armadas Portuguesas e os movimentos armados tinham perdido a atividade. O território de Angola tinha tido um desenvolvimento económico significativo e as suas cidades tinham-se modernizado.

Nessas circunstâncias, os três movimentos que tinham lutado contra a presença portuguesa em Angola e que estavam perante a iminência de uma derrota militar, tiveram um novo alento e procuraram obter vantagens políticas nas negociações com as autoridades portuguesas.

Não foi fácil o processo negocial, porque cada um dos movimentos apresentava ideários e poderes negociais bem diferentes, refletindo a situação internacional e a disputa entre as duas superpotências mundiais.³⁶

4.2 Guiné

A Guiné Portuguesa, que após a sua independência adotou o nome de República da Guiné-Bissau, faz fronteira a norte com a República do Senegal e, a leste e sul, com a República da Guiné, também conhecida como Guiné-Conacri.



Fig. 13 – Guiné-Bissau
 Fonte: *Fuzileiros 400 anos de memórias*

Este território distribui-se entre os paralelos 12° 20' N e 10° 52' N e tem 36 125 km² de superfície, com uma parte continental e uma parte insular, tendo uma extensão de cerca de 705 km na sua fronteira terrestre e de cerca de 160 km na sua fronteira marítima.

³⁵ Assinala-se que durante as guerras nas três frentes, a Marinha só perdeu um oficial em combate e foi exactamente no Leste de Angola. Tratou-se do Subtenente FZ RN António Apolónio Piteira que faleceu no dia 2 de Junho de 1973, durante uma emboscada feita pelo MPLA na picada entre o Chilombo e a Lumbala.

³⁶ *Ibidem*, p.388.

A sua geografia é essencialmente plana e o território é recortado por rios e rias rodeados de mangais e palmeirais, enquanto a parte insular é constituída por cerca de duas dezenas de ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós.³⁷

Os principais rios navegáveis que atravessam o território guineense têm os nomes de: Cacheu, Mansoa, Geba, Buba, Tombali, Cumbidjá e Cacine.



Fig. 14– O binómio navio-fuzileiro em ação no teatro de operações da Guiné. Desembarque na Ilha de Como. Fonte: Academia de Marinha

Entre 1961 e 1974, a Marinha foi chamada para atuar na intensa atividade operacional na Guiné, onde estiveram envolvidas cerca de quatro dezenas de unidades navais (LFG, LDG, LFP, LDM e LDP), três dezenas e meia de unidades de fuzileiros (24 DFE e 11 CF) e de diversas unidades e serviços. A Marinha terá assim mobilizado cerca de dez mil militares para prestarem serviço na Guiné neste período.

As operações militares em que a Marinha teve participação foram as seguintes:

- 1.º Fiscalização e atuação nas águas territoriais e interiores, incluindo os rios e canais navegáveis, a fim de negar a sua utilização ao inimigo;
- 2.º Transporte e apoio às forças navais, terrestres e aéreas, que dele necessitassem, a fim de poderem ser ocupadas e mantidas posições nas ilhas ou nas zonas em que o transporte terrestre fosse mais demorado, difícil ou inconveniente;
- 3.º Intervenção em operações isoladas ou conjuntas em terra, sempre de curta duração e nas áreas ribeirinhas, a fim de neutralizar ameaças bem definidas e localizadas;
- 4.º Assegurar a proteção e apoio ao tráfego marítimo local a fim de garantir a sua regularidade e continuidade.³⁸

³⁷ *Guiné - Pequena Monografia*, Agência-Geral do Ultramar, 2ª edição, Lisboa, 1967.

³⁸ António José Telo, *op. cit.*, p. 592.

Também é de referir a importância operacional que a unidade de mergulhadores sapadores teve na Guiné, designadamente na identificação, remoção e desativação de minas e outros engenhos explosivos, na execução de trabalhos oficinais submarinos e na recuperação de armas e outros objetos caídos no fundo dos rios.

A dureza da guerra na Guiné teve o seu ponto crítico em Maio de 1973, considerada a prova mais dura a que as forças portuguesas foram sujeitas nos três teatros de operações, depois do PAIGC ter passado a dispor de mísseis antiaéreos *Strella* que anularam ou diminuíram a supremacia aérea portuguesa. Por vezes é usada a expressão “o inferno de maio de 1973”, durante o qual se verificou o cerco de Guidage, o assalto a Guileje e a batalha de Gadamedal, de que resultou o abate de vários aviões, além de 63 mortos e 269 feridos nas tropas portuguesas.³⁹

Foi o mais difícil e complicado teatro de operações dos portugueses em África, referiu António José Telo. Não é simples fazer um balanço da guerra na Guiné.

Nele, a guerrilha contava com condições ideais, num pequeno território menor que o Alentejo, rodeado de bases seguras por dois dos três lados (o terceiro era o oceano), com vegetação densa e coberto de rios e zonas alagadas, com um dos piores climas de África para os europeus. Foi igualmente o teatro onde se concentrou o maior número de meios navais em termos de fuzileiros e lanchas, embora sem nunca se ter apostado por completo numa estratégia militar de inspiração naval que visasse a interdição dos dispositivos logísticos inimigos como objetivo prioritário, tal como a Armada pretendia.⁴⁰

4.3 Moçambique

Moçambique fica situado na costa oriental de África entre as latitudes 10° 27' S e 26° 52' S e tem uma superfície de 784 032 km.

O seu território tem uma configuração alongada e estende-se pela orla do oceano Índico desde a foz do rio Rovuma até à ponta do Ouro numa extensão de 2795 km, enquanto a sua fronteira terrestre se confronta com seis países: a norte com a Tanzânia, a noroeste com o Malawi e com a Zâmbia (ex-Rodésia do Norte), a oeste com o Zimbabwe (ex-Rodésia do Sul), a sueste com a República da África do Sul e a sul com a Swazilândia.⁴¹

A sua rede hidrográfica é constituída por parte do lago Niassa, com soberania partilhada, com a Tanzânia e com o Malawi e pelos rios Rovuma, Lúrio, Zambeze, Save e Limpopo, entre outros.

O início da guerra no território de Moçambique aconteceu em setembro de 1964 e foi o mais tardio dos teatros de operações africanos em que Portugal esteve envolvido militarmente.

³⁹ Adelino Rodrigues da Costa, op. cit., p. 347.

⁴⁰ António José Telo, op. cit., p. 595.

⁴¹ *Síntese Monográfica de Moçambique*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1971.



Fig. 16 – Porto Amélia – Aquartelamento de fuzileiros
Fonte: Academia de Marinha

- 2.º O transporte e apoio às Forças Navais, Terrestres e Aéreas que dele necessitassem nas zonas em que o transporte terrestre fosse mais demorado, difícil ou inconveniente;
- 3.º A intervenção em operações isoladas ou conjuntas em terra, a fim de neutralizar ameaças bem definidas e localizadas.⁴³

Especificamente, as funções principais foram as seguintes:

- 1.º Assegurar dispositivos de contenção nas fronteiras marítimas a partir das bases de Porto Amélia e Metangula, a fim de evitar infiltrações inimigas no território nacional;
- 2.º Assegurar a fiscalização do curso superior do rio Zambeze e, em especial, a área da futura bacia de Cahora Bassa;
- 3.º Cooperar com as restantes forças militares ou outras na contenção das ações de guerra no litoral e nas margens dos rios navegáveis, a fim de restabelecer a paz no território moçambicano.⁴⁴

Embora muitas das atividades operacionais em que a Marinha participou estejam descritas em diferentes monografias, verifica-se que a Armada assegurou uma presença ativa nas três frentes da guerra moçambicana, ou seja, em Cabo Delgado, no Niassa e em Tete, nomeadamente com pequenas unidades navais, nos comandos da defesa marítima, nas estações radionavais e com unidades de fuzileiros (19 DFE e 12 CF), um envolvimento de mais de cinco mil homens entre 1964 e 1974.

⁴³ Adelino Rodrigues da Costa, *op. cit.*, p.407.

⁴⁴ *Ibidem*, p.408.

CONCLUSÃO

As guerras que ocorreram em Angola, na Guiné e em Moçambique, resultaram essencialmente das aspirações dos movimentos de libertação que reivindicaram a autodeterminação e a independência dos seus territórios nos termos da Carta e das Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O General António de Spínola escreveu no seu livro *Portugal e o Futuro*, publicado algumas semanas antes da revolução do 25 de Abril de 1974, que “podemos assim chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável”, salientando que “às Forças Armadas apenas compete criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, as únicas susceptíveis de pôr termo ao conflito”.⁴⁵

Ainda, segundo o general Spínola, as forças da ordem podem sempre perder uma guerra subversiva, mas jamais a ganharão pela simples razão de que não é no seu campo que se centra a construção da vitória. Pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar, é aceitar, de antemão, a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capacidades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição.

As Forças Armadas criaram as condições para que o poder político encontrasse soluções, mas a sua intransigência ditou a sua derrota política e levou à queda do regime.

Para a Marinha, dos três teatros de operações, de longe o mais complexo e difícil, onde a ação da Marinha foi considerada da maior relevância, especialmente a nível operacional e estratégico, já que cerca de 80% de toda a movimentação de pessoal e material se fazia via fluvial foi, sem dúvida, a Guiné.⁴⁶

Os Meios Navais, os Fuzileiros e o Quadro de Oficiais da Reserva Naval, foram estrategicamente considerados as medidas decisivas para que a Marinha pudesse cumprir com sucesso os seus objetivos previamente estabelecidos. Dominar as linhas de comunicação marítimas, costeiras e fluviais, apoiar o Exército e a população com a sua capacidade de transporte por via aquática e projetar força em terra, através da poderosa combinação das Lanchas de Fiscalização (LF) e Lanchas de desembarque (LD) com os Fuzileiros e dar assistência médica, imprescindível nas condições extremamente negativas em que se vivia, foram missões que merecem enaltecimento.

A Marinha chega assim a 1974, após um esforço intenso em África, com um conjunto de meios que somavam 190 unidades, relativamente modernos e que lhe permitiam cumprir razoavelmente as missões atribuídas.

⁴⁵ António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, p. 45.

⁴⁶ José Luís Leiria Pinto, *Memórias 2014*, Lisboa, Academia de Marinha, 2016, p.209.

Tal como afirmou John P. Cann no seu livro *A Marinha em África*:

*Entre 1961 e 1974, a Marinha portuguesa executou ou contribuiu para a execução de todas estas missões, adaptou-se bem à guerra que teve de travar e tornou-se uma eficiente Marinha de águas interiores. Aprendeu bem com a prática e refinou continuamente a sua abordagem, (...). O que torna esta evolução ainda mais notável é o facto de a Marinha portuguesa não só ter aprendido a travar com êxito uma nova guerra, como tê-lo feito ao mesmo tempo que assumia compromissos adicionais no seio da NATO, (...). Para uma Marinha em vias de desenvolvimento cujo âmbito se estendia do empenhamento no Atlântico Norte às operações em zonas muito dispersas de África, foi uma proeza verdadeiramente assinalável.*⁴⁷

Termino com uma citação do Almirante Nuno Vieira Matias, *in actas do seminário “A Marinha em África (1955-1975) – Especificidades”*, publicada pela Academia de Marinha.

“Os Portugueses foram os primeiros europeus a chegar a África e os últimos a partir. Ficou lá a marca de Sagres e a vida de muitos Portugueses”.

⁴⁷ John P. Cann, *A Marinha em África*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014, p.73.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- AGUILAR, Teixeira et al, in *A Marinha na Investigação do Mar (1800-1999)*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2001.
- ANTUNES, José Freire, *Kennedy e Salazar – O leão e a raposa*, 9ª edição, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.
- BAËNA, Luís Sanches de, *Fuzileiros - factos e feitos na guerra de África 1961 / 1974*, 4 volumes, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006.
- CANN, John P., *A Marinha em África*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014.
- CARDOSO, Leonel, “A Marinha em Angola, 1961-64”, in *Anais do Clube Militar Naval*, 1964.
- COSTA, Adelino Rodrigues da, e MACHADO, Manuel Pinto, *O Anuário da Reserva Naval 1958-1975*, Lisboa, Edição dos autores, 1992.
- _____, *Dicionário de Navios & Relação de Efemérides*, 2ª Edição, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006.
- _____, “As guerras do fim do Império (1961-1974)”, in António Costa Canas (coord.), *História da Marinha Portuguesa – Viagens e Operações Navais (1824-1974)*, Lisboa, Academia de Marinha, 2020.
- CRESPO, Manuel Pereira, *Porque perdemos a guerra*, Lisboa, Edições Abril, 1977.
- MATIAS, Nuno Vieira, «O planeamento e o emprego do poder marítimo nacional», in *Actas do Seminário “A Marinha em África (1955-1975) – Especificidades”*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, “Canhoneiras para o Ultramar”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo LXXXVIII, Lisboa, 1958, pp. 491-495.
- NOGUEIRA, Franco, Salazar, Volume V, A Resistência (1958-1964), Porto, Livraria Civilização Editora, 1984.
- PEREIRA, José António Rodrigues, «Estado Novo», in *Marinha Portuguesa nove Séculos de História*, Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2010.
- PINTO, José Luís Leiria, «Lançamento do livro *A Marinha em África*», in *Memórias 2014*, Lisboa, Academia de Marinha, 2016.
- _____, «As comunicações na Marinha», in *Revista da Armada*, Lisboa, Marinha Portuguesa, agosto, 2010.
- _____, «As comunicações na Marinha dos primórdios a 1975», in *A Marinha em África – Especificidades*, Lisboa, Academia de Marinha, 2014.
- RAMOS, José de Aires Gomes, “Por mares nunca de antes...”, in *Anais do Clube Militar Naval*, Tomo, Tomo XCVI, Lisboa, 1966, pp. 291-309.
- RIBEIRO, António Silva, e SILVA, Jorge Moreira da, “Índia – manobra estratégica, Diplomática e Naval”, in *Revista da Armada*, Edição nº 348, Lisboa, dezembro, 2001.
- SALEMA, José Mexia, *Nem a Pátria sabe – a Marinha na guerra de Angola (1961-1963)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1985.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, «O fim do império e as guerras da descolonização», in *História Militar de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017.

TELO, António José, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

TELO, António José, “A prioridade a África (1959-1974)”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

_____, «A Armada nas guerras de África 1961-1974», in *História da Marinha Portuguesa – Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

VALE, António Júlio Malheiro do, “Mortos da Marinha nas guerras do Ultramar – II”, in *Revista da Armada*, Edição nº 211, Lisboa, junho, 1988.

_____, “As Lanchas de Desembarque na Guerra do Ultramar”, in *Revista da Armada*, Edição nº 129, Lisboa, junho, 1982.

_____, “Mortos da Marinha nas guerras do Ultramar”, in *Revista da Armada*, Edição nº 202, Lisboa, agosto, 1989.

Síntese Monográfica da Guiné, Agência-Geral do Ultramar, 2ª edição, Lisboa, 1967.

Síntese Monográfica de Moçambique, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1971.

Síntese Monográfica de Angola, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1972.

ANEXOS FOTOGRÁFICOS

Anexo I – Alguns dos navios que participaram nas operações em África



LFG Sagitário



LFG Orion



LFP Júpiter



Navio-tanque Sam Brás



Corveta Honório Barreto



LDM 311

ANEXOS FOTOGRÁFICOS

Anexo II – Aspecto da actividade dos Fuzileiros



Em operações



Niassa - Esquadilha de Lanchas de apoio aos DFE



A bordo da LDG *Cimitarra*



Desembarque no cais de Bissau



Patrulhamento no rio Geba



Patrulhamento no rio Zaire

INAUGURAÇÃO DA XVI EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 8 de julho

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional

De novo o temos entre nós, desta vez para presidir a mais uma sessão solene da Academia de Marinha, esta com a interessante característica de ter uma grande presença, claramente maioritária, de não académicos. Devia ter ocorrido em 2020, já que era norma que acontecesse nos anos pares. A pandemia tudo veio baralhar e nós apenas tentamos que ela não nos baralhe totalmente. Por isso aqui estamos, rompendo com a comodidade de mais um adiamento. Por isso agradecemos a sua presença, Senhor Almirante, que assim prestigia esta exposição, a XVI de Artes Plásticas da Academia de Marinha, estando presente na sua inauguração.

Senhor Almirante, Chefe da Casa Militar do Senhor Presidente da República

Senhor Almirante, Vice-chefe do Estado-Maior da Armada

Senhores Almirantes e Senhor Diretor da Comissão Cultural da Marinha

Senhora Dra. Isabel Guerra, em representação do Presidente da Estrutura de Missão para as comemorações da 1ª. Viagem de Circum-navegação

Senhores patrocinadores desta exposição.

Senhores artistas participantes, seus familiares e amigos.

Senhores Académicos, Senhores Convidados.

Estas Exposições de Artes Plásticas organizadas pela Academia de Marinha têm o firme propósito de trazer mais uma vez à lembrança de todos o tema da maritimidade de Portugal.

A maritimidade continua a ser e será sempre um tema central das atividades desta Academia, e lembrá-lo através das artes é uma forma de tornar o tema mais apelativo, pela cor e pela forma, já que é forçoso que a ligação ao mar de Portugal seja assumida por um cada vez maior número de portugueses.

Bem sabemos que é uma procura constante da civilização humana aquela que nos leva em busca da elevação e da grandeza, tanto em nós, como naquilo que nos rodeia. Esta procura não se liga apenas à elevação de fenómenos estéticos, mas também aos intelectuais e espirituais, como parte da experiência humana.

Essa elevação, uma síntese entre o maravilhoso e o tenebroso, capaz de nos cativar e aterrorizar, costuma identificar-se com o Sublime, uma grandeza para além de qualquer possibilidade de medida ou imitação.

O Mar, como elemento primordial da vida, reúne muitas das características que identificam o Sublime, sendo uma força sem medida que inspira tanto temor como admiração naqueles que o contemplam ou sulcam.

Como tal, é sem surpresa que o Mar seja fonte inesgotável de inspiração para artistas que, por ele influenciados, criaram incontáveis obras permeadas por essa grandeza e força, por esse misto de admiração e temor.

Num país que se diz de vocação marítima como Portugal, onde o Mar tem na história e cultura um papel central, é de todo natural que o encontremos na produção artística, sendo incontáveis as evocações e referências a ele e ao seu significado para o povo português, na pintura, na escultura, na modelística e em muitas outras áreas como a medalhística.

O Mar inspirou e deveria continuar a inspirar Portugal de forma indelével. Chamando ontem os navegadores e marinheiros a explorarem os oceanos e a descobrir terras longínquas, ou prometendo-nos hoje em dia a esperança de uma economia azul, sustentada e diferenciada, o Mar é um aspeto incontornável da vida nacional, embora tão esquecido das suas prioridades estratégicas.

O concurso de 2021, que esteve na base desta exposição, dedicado à “grande viagem” e a Fernão de Magalhães, embora não como tema obrigatório, despertou o interesse de apenas 25 participantes, número que a pandemia certamente condicionou, pois foi substancialmente menor que em edições anteriores continuando, no entanto, a envolver artistas consagrados, amadores já com provas dadas e principiantes, que se apresentaram com 53 trabalhos de pintura, 7 de escultura e 1 de modelismo.

A todos os que concorreram, a Academia de Marinha agradece a sua participação e colaboração nesta iniciativa. Mas se o número de concorrentes diminuiu, a qualidade dos trabalhos manteve-se, o que levou o júri a atribuir, para além de dois primeiros prémios, mais cinco menções honrosas, distribuídas pelas várias modalidades – pintura, escultura e modelismo.

Quero, naturalmente, agradecer a todos os que integraram o júri para a seleção das obras premiadas, bem como das expostas, que passo a nomear:

Contra-almirante Luiz Roque Martins – Vice-presidente para a Classe de Artes, Letras e Ciências da Academia de Marinha.

Comodoro José Croca Favinha – Diretor do Museu de Marinha.

Professor Escultor António Jacinto Vidigal – em representação da Academia Nacional de Belas Artes.

Professor Pintor Hugo Ferrão – em representação da Academia Nacional de Belas Artes.

Capitão da Marinha Mercante António Marques da Silva, especialista em modelismo.

Dr. Paulo da Silva Santos – Secretário da Classe de Artes, Letras e Ciências da Academia de Marinha, que secretariou.

Muito obrigado a todos, e muito especialmente aos que, não sendo nossos académicos, colaboraram neste júri.

Permitam-me também um agradecimento especial a todos aqueles que, na retaguarda, tornaram possível esta exposição, os homens e mulheres da Academia e do Museu de Marinha, distinguindo aqui o nosso Secretário-Geral e o Diretor do Museu de Marinha e, muito naturalmente, os principais responsáveis por este concurso e pela organização da exposição, os Senhores Contra-almirante Luiz Roque Martins e Dr. Paulo da Silva Santos.

Que esta iniciativa deixe a todos, concorrentes, premiados ou não, e público em geral, um sentido de realização são os desejos do Presidente da Academia de Marinha.

Mas há que reconhecer que esta exposição, à semelhança das anteriores, só foi possível graças aos louváveis patrocínios das Tintas Hempel através da sua Directora-Geral Comercial para Portugal, Senhora Eng^a Leonor Corte Real, e do seu Director Comercial para a Área Marítima, Senhor Eng^o Carlos da Maia, bem como da Lusitania - Companhia de Seguros, S.A, através da sua Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Maria Manuela Rodrigues. A ambas as empresas a Academia de Marinha deixa aqui o seu reconhecimento.

Agora é tempo de distinguir aqueles que o júri considerou dignos de tal merecimento. Muito obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 08 de Julho de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA PORTUGAL

Comunicação apresentada pelo
Dr. Henrique Monteiro, em 13 de julho

Senhor presidente da Academia de Marinha, minhas senhoras e meus senhores, entre os quais vejo aqui alguns amigos antigos que saúdo, em especial, se me permitem.

É para mim uma honra estar aqui. Sem Marinha, Portugal não era Portugal, nem talvez fosse sequer um país. Fomos e somos moldados pelo mar, e é no mar que nos encontramos.

Posso ser suspeito para o dizer, e deixem-me dar, como testemunho, esta historietta: sou de uma família em que abundavam os marinheiros; avô, primos, afilhados do meu avô, de tal maneira que uma das histórias preferidas acerca da minha meninice é quando eu tinha três anos, ou pouco mais, ter dito, à janela da nossa casa na Avenida da República, quando a Marinha passou em desfile, “olha, tantos adrianos”. É que o meu avô chamava-se Adriano e foi combatente na Grande Guerra (Cunene), sendo padrinho de inúmeros voluntários, que, como era da tradição, levavam o nome do padrinho. Assim, além do meu avô, os marinheiros que via lá por casa eram todos, ou quase, Adriano, os primos, os parentes mais afastados, os afilhados dos meus avós.

Minhas senhora e meus senhores,

Há, como se intuí no que disse, quando vos cumprimentei, uma razão para Portugal ser um país marítimo. Poderíamos aventar várias hipóteses, nenhuma delas sendo falsa ou ridícula. Por exemplo, as feitorias que os Fenícios, e mais tarde a sua colónia de Cartago, colocaram na nossa costa. Terão eles deixado, com os seus entrepostos, o gene que os fez navegar – conta-se – até ao território que é hoje a Inglaterra? Não sei, mas é certo que nos deixaram marcas, muito para além dessas feitorias, nomeadamente as deusas Astarte e Tanit os seus santuários nos promontórios e no cume de montes, onde ainda temos tantas Virgens, com tantos nomes diferentes, que vêm de tempos imemoriais muito antes das invasões de Tariq e das suas tropas berberes.

Para quem não estuda História, ou qualquer outra disciplina que se relacione com grandes ciclos, é bom dizer que estamos a falar de mais de mil anos antes da formação de Portugal. E se perguntarem: o que têm esses tempos tão recuados a ver com o que se passaria no séc. XIV e XV ou até na atualidade, a resposta deve ser dada com paciência e pedagogia. Na verdade é o mesmo que perguntar que tem D. Dinis a ver com os Descobridores. Ora, neste caso, conseguimos duas vertentes que nos levam à epopeia marítima: o célebre pinhal de Leiria, feito para conter areias, mas de onde sai a indispensável

madeira para as naus; e a nomeação em 1312 de Manuel Pessanha, provavelmente de origem genovesa, para 1º Almirante de Portugal. Pessanha, como em todos os bons projetos, com objetivos claros e não de curto prazo, teve por primeira tarefa construir docas. Sem elas não há navios em terra, nem préstimo para os que andam no mar.

Ou seja, a História é uma sucessão de factos, em que decisões tomadas têm consequências boas ou más. Hoje em dia discute-se muito os acontecimentos do passado com os olhos do presente, algo que é profundamente errado.

Imaginem que o Presidente da República nomeava para Chefe do Estado Maior da Armada um italiano, ou um belga, apenas porque queria o melhor, ou dos melhores que existiam no mundo que ele conhecia... Seria bizarro. Porém, no séc. XIV não existia a ideia de nação tal como ela se apresenta hoje e que – no fundo – vem das revoluções de 48 do séc. XIX, algo portanto com pouco mais de 170 anos, numa história que, no que diz respeito a Portugal tem quase 900, e no que diz respeito ao território que ocupa, nem podemos definir.

Seriam os Iberos navegantes? E quando se miscigenam com os celtas (esses eram, sem dúvida), privilegiariam o campo ou o mar? Dos Fenícios já falámos; quanto aos Romanos, chegam-nos por terra mas também por mar. As primeiras grandes indústrias conserveiras (por exemplo em Troia, Grândola, e no Algarve, em Ossónoba), eram romanas. As ânforas seladas, em particular, quais latas de sardinha, contendo não só peixe que passara pela salga, como o precioso *garum*, condimento de grande sofisticação, eram objeto de vasto comércio. O *garum* ou garo, era feito de sangue, vísceras e de outras partes selecionadas do atum ou da cavala, misturadas com peixes pequenos, crustáceos e moluscos esmagados; tudo isto era deixado em salmoura durante cerca de dois meses, ou então aquecido artificialmente. Este produto era exportado para várias partes do Mediterrâneo. Há notícias de exportação de garo para Atenas, existência de numerosos vestígios de fábricas detetados no litoral mediterrânico da Península Ibérica, além das já mencionadas no Atlântico, provam um nítido crescimento desta indústria conserveira. Em Roma, o garo foi um produto de luxo, chegando a atingir o preço de 1 000 denários por apenas 6,5 L de garo (uma ânfora).

A vocação do Ocidente europeu para o mar é, assim, evidente desde os tempos mais remotos. E, se na Alta Idade Média pouco sabemos sobre o que foi feito, salvo que continuaram as invasões bárbaras. Estas, na realidade, mais não são do que imigrações de povos assolados por outros (como os Hunos, que surgem no século IV na Europa, provenientes da Ásia) ou por razões de que raramente se fala, como as climáticas.

Os hunos causaram a migração de Ostrogodos, Visigodos, Alanos, Burgúndios, Suevos, Vândalos e muitos outros povos germânicos, para o Império Romano então em decadência. Mas também por razões climáticas – há quem fale de um arrefecimento nas zonas Norte da atual Alemanha e Sul da Suécia, incluindo a península da Dinamarca, de onde muitos era oriundos; mas há quem diga, pelo contrário que foi o considerado

‘Período Quente Romano’ que provocou um degelo que inundou as terras e impediu a agricultura, principal meio de subsistência.

Não entrando agora na questão do clima, embora não esquecendo que o mar é, juntamente com o Sol, o grande regulador do nosso ambiente e, sobretudo da temperatura do planeta, refiro apenas que esses povos teriam as suas artes de pesca e de navegação, embora pouco delas se saiba.

Um pouco mais tarde (e estas formas de medir o tempo são terríveis, porque passamos 200 e 300 anos com a expressão um pouco, como se das invasões napoleónicas até hoje tivesse passado uma semana), os viquingues, já no século VIII, iniciaram a sua expansão, que durou basicamente até ao século XI (Portugal nasceu, como se sabe, em meados do século XII). Curiosamente o termo viquingue é uma designação que refere o comércio ou pirataria, e não o povo. De tal modo, o anglo-saxões chamavam-lhes dinamarqueses; os francos, nórdicos ou dinamarqueses, também; os irlandeses, pagãos ou estranhos (estrangeiros) e na europa oriental, Rus. Esta designação tem uma importância que perdura, pois foram os viquingues que navegaram não só pelos mares (a América do Norte teria sido alcançada por eles, nas terras mais setentrionais, e da Gronelândia nem há dúvidas), navegavam também pelos rios. Chegaram a Constantinopla e daí, através do Mar Negro pelo rio Dniepre chegaram a Kiev, que tomaram, através do seu comandante ou príncipe Oleg, fundando o que mais tarde se chamará Rus (ou Rússia) de Kiev. Perante a invasão mongol de 1223, a organização social e política do Rus ganha preponderância em Moscovo, de onde parte, mais tarde, a conquista do império Russo.

Até na Rússia, pois, temos a influência de navegadores.

Voltando a Portugal, que por essa altura se tinha autonomizado do Imperador de Leão e de outros reinos peninsulares, cedo se compreende que a expansão para Sul, onde dominavam os muçulmanos desde o século VIII, é bem vista mas está delimitada claramente pelo Guadiana (D. Afonso Henriques compreendeu-o quando tentou cercar Badajoz). Portugal ia ganhando, assim, a forma que hoje tem. A saída só poderia ser o mar, tendo, para mais, um passado de navegação que vai dos fenícios à abordagem dos viquingues, fosse para a pirataria ou para o comércio.

O mar é o desígnio português e desde cedo, desde a conquista definitiva do Algarve, no reinado de Afonso III. Não é por acaso que é o seu filho (o primeiro varão do segundo casamento com Beatriz de Castela) D. Dinis que nomeia Pessanha, o primeiro Almirante português.

Vou passar pelo período da Expansão e Descobrimientos, que é o mais conhecido, cantado, versegado e descrito. Só queria lembrar que a época de glória foi também de sofrimento e de transcendência daqueles homens. Olhar para trás e pensar que os navios eram como os de hoje; que as cartas marítimas eram como as de hoje e as comunicações como as de hoje é uma estultícia a que se pode mesmo dar o nome de imbecilidade. Vários caem nela. Uns por mero jogo político, querendo transformar os descobridores

e navegadores em simples escravagistas negreiros, como se a história fosse tão simples; outros por manifesta ignorância, pretendendo que tudo foi fruto de conspirações e acordos secretos.

A Expansão portuguesa obedeceu a uma estratégia: criar uma alternativa muito mais econômica à rota da seda e das especiarias de Oriente. Algo que é mais atual do que parece. Com ela, a par, vai a Fé o Império dilatando-se como diz Camões, mas sabemos que esse efeito colateral – como mais tarde o do transporte de escravos – jamais foi o fulcro da empresa.

Sobre as dificuldades desses tempos, muita literatura existe. Mas deixem-me destacar um livro que, por acaso, apresentei no Museu de Marinha, da autoria do meu querido amigo e professor de medicina Germano de Sousa: “História da Medicina Portuguesa Durante a Expansão”. É um livro da chamada ‘pequena história’ que diz mais do que muitas teses sobre aqueles tempos. “A medicina e a doença embarcada”, como descreve o autor, é um retrato fidelíssimo da coragem, da aventura e do sofrimento de milhares de portugueses dessa época que, sem o pretender, desmente as falsas imagens que hoje se têm espalhado.

Bem se sabe que esta época terminou, essencialmente, com a destruição da nossa frota pelos ingleses (melhor seria dito pelo inexperiente, mas importante, duque de Medina-Sidónia que de um galeão português conduziu toda uma armada ao desastre). Como se sabe, devido aos seus problemas nos Países Baixos, Felipe II quis invadir a Inglaterra em 1588, escassos oito anos depois de perdermos a causa da independência de Espanha; a armada depois de cinco navios afundados no Canal da Mancha causarem 600 mortos, decidi rumar a Norte e contornar a Grã Bretanha passando a Oeste da Irlanda. Aí, uma tempestade destruiu 51 navios e provocou cerca de 20 mil mortos. Dos 108 navios mercantes e 131 navios de guerra, menos de metade conseguiu refúgio; dos 30 mil homens, menos de um terço sobreviveu.

A decadência portuguesa e espanhola face a uma Inglaterra triunfante com Francis Drake, inicia-se e aprofunda-se; os espanhóis que vinham de uma das mais importantes vitórias navais (a Batalha de Lepanto, contra os Otomanos) não queriam acreditar no que lhes acontecia. Os portugueses, que com Espanha dominavam os mares, estavam sob o domínio dos reis de Madrid

Os holandeses, como retaliação, atacam as nossas colónias, nomeadamente no Brasil, na costa de África e no extremo-oriental (Indonésia). Quando em 1640 começamos a recuperar a independência, *Britania rules the waves* e nós éramos uma sombra do que houvéríamos sido. A custo recuperamos posições no Brasil e em África, ao mesmo tempo que nos batemos contra os exércitos espanhóis durante 28 anos, com o apoio dos franceses e dos holandeses. Os primeiros, através de um acordo com o então todo poderoso Richelieu, a 1 de junho de 1641, que nos obrigava a manter a guerra com Espanha; os segundos através de um tratado no mesmo ano, em Haia; ainda em 1642 haveríamos de firmar

acordo com os ingleses, tendo sempre Madrid sob mira. Só com o fim da Guerra dos 30 Anos, em 1648, a situação de cerco a Espanha termina. É bom saber-se que a Restauração não foi apenas atirar um nobre pela janela e que o país, até 1668 não teve sossego...

O ciclo do ouro do Brasil, no séc. XVIII poderia ter provocado um renascimento da armada, mas apesar da vitória sobre os turcos, no cabo de Matapão, junto à Grécia, em que Portugal combateu junto com a República de Veneza e os Estados Papais, além da Ordem de Malta, sob o comando do almirante Lopo Furtado de Mendonça, não mais teríamos o domínio no Atlântico e no Índico que havíamos conhecido.

Depois das Invasões francesas e da Guerra Peninsular, apesar da importância das armadas liberal e absolutista no desfecho da contenda (ver revista da Armada, Julho último), no final do séc. XIX já Eça escrevia numa das suas Farpas, postumamente compiladas em 'Uma Campanha Alegre', que Portugal não tinha navios que comunicassem com as suas colónias. Chega a propor que se vendam e, acrescenta, que sobre o Estado da Índia lhe ocorre melhor ideia, que seja oferecido.

A República, que rebatizou todos os navios em NRP, também não foi um exemplo de desenvolvimento da Marinha. Apesar de dois presidentes que eram almirantes (Mendes Cabeçadas e Américo Tomás) e alguns primeiros-ministros (Fontes Pereira de Melo, que foi da Academia de Guardas-Marinha e ainda combateu os miguelistas na armada, só depois passando para o Exército; os almirantes Ferreira do Amaral e depois Pinheiro de Azevedo), o facto é que as colónias ficaram sempre desprotegidas e a Armada foi declinando.

A guerra colonial, do ultramar, de África, como lhe queiram chamar, acabou por distorcer ainda mais o equilíbrio das nossas Forças Armadas. O exército (havia um almirante que me dizia com graça que "só sabem ocupar terreno") cresceu a um ritmo várias vezes superior ao dos outros ramos, aliás constituídos por voluntários e não por circunscrição.

O pós 25 de Abril e a descolonização seria a altura ideal para reformular o conceito e o peso específico de cada arma nas FFAA. Mas pouco ou nada se fez. O Exército continuou, a meu ver com meios humanos a mais e meios logísticos a menos, ao passo que a Armada e a Força Aérea quase sem meios nenhuns.

E por que razão tudo isto é importante?

Em primeiro lugar porque a maior parte do nosso país é submersa pelo mar. Pode parecer estranho, mas é assim desde que há ZEE e ainda mais quando a extensão da plataforma continental se torna um facto.

Portugal ocupa quase metade do Atlântico Norte e não tem meios de fiscalizar quem lá anda, quanto mais de afirmar a sua soberania.

A plataforma corresponde a 2 400 000 km² para além da ZEE, que em si já é imensa. A discussão decorre na ONU, mas há trabalho a fazer no reconhecimento da plataforma, e está a ser feito por uma estrutura de missão, num levantamento e esforço científico inédito que não se via desde o tempo de D. Carlos.

De qualquer modo, Portugal deixou-se, politicamente, mudar de local. De Atlântico, membro fundador da Aliança Atlântica, decaiu para o Clube Med, onde estão Grécia, Itália, Espanha e que no conjunto são referidos por PIGS (o P é de Portugal). Esta situação resulta de uma outra: a estagnação do nosso crescimento económico nos últimos 20 anos e a progressiva ultrapassagem a Portugal, em termos de parâmetros económicos, de países saídos de ditaduras comunistas, ou outros, como Chipre e Malta, que nunca se destacaram pelo desenvolvimento.

A importância do mar, vemo-la todos os dias, a todas as horas; está inscrita na nossa História, sobretudo quando a nossa História era central no mundo. A importância dos nossos portos, sabemos-la, e é triste que não tenhamos feito mais nessas áreas (recordem Pessanha que começou pelas docas, porque sem elas não pode haver armada, nem navios). A importância política e económica de Portugal só pode ter futuro no mar. E isto, apesar de ser repetido, pelo menos, há mais de 20 anos, raramente levou a um pensamento estratégico condizente: embora europeus e fortemente europeus (sou, pessoalmente, europeísta convicto e penso que o caminho da adesão foi o melhor), não podemos compactuar sem reservas com ideias como a autonomia estratégica da Europa face aos EUA, que resulta numa espécie de desmembramento da NATO e, menos ainda, na famosa rota da seda que o presidente chinês Xi Jinping quer retomar.

Portugal tem de se afirmar como Atlântico. Nesse aspeto, por muito que gostemos de ser mediterrânicos em função do clima e das praias, seria bom termos presentes os tais 2 400 000 km² de mar, os Açores e a Madeira, a nossa costa ocidental (e mesmo Sul, que também não é no Mediterrâneo) e recordar que somos, sobretudo, Atlânticos. Como a Dinamarca, a Holanda e a Irlanda, por exemplo, países que seriam mais inspiradores do que a Grécia e o Sul de Itália. Ao mesmo tempo, temos de opor os nossos portos e infraestruturas ao NordStream, com que a Rússia quer abastecer a Alemanha e por via dela toda a Europa de gás, e também, beneficiando, como, aliás já estamos, do alargamento do Canal do Panamá, conseguir uma alternativa à rota da seda, sobretudo ferroviária, à mais eficaz via marítima.

Para isso, o posicionamento de Portugal tem de estar de acordo com uma estratégia clara e partilhada. E ela passa por desenvolver, por todos os meios, as potencialidades do mar para a nossa política, para a nossa economia e para a nossa soberania. Desde logo, não é difícil descortinar a importância da Armada nesta estratégia. Ela devia ser o eixo estruturante das nossas FFAA (do mesmo modo que Portugal devia privilegiar, mesmo em termos desportivos, os desportos náuticos e aquáticos, a exemplo do sucesso que fomos tendo, penso eu, saberão melhor, com as viagens da Sagres). Um país de marinheiros não pode resultar neste que temos. O Cluster do mar deve ser essencial e obsessivo.

Desde logo isso implica a defesa acérrima da centralidade da Europa em ligação com o eixo atlântico e os EUA (e NATO); essa centralidade, quanto mais afastada da Alemanha e do Leste, melhor para nós, como é óbvio. Uma ligação forte ao Reino Unido, o nosso mais antigo aliado, mesmo depois do Brexit. E, como complemento, a manutenção

dos fortes laços com Cabo Verde, que faz a ligação do Atlântico Sul e com o Brasil, em primeiro lugar e a América Latina, participando nós nas cimeiras Ibero-atlânticas.

Bem sei que, por razões políticas, os governos de Portugal e Espanha estão relativamente tolhidos para falar da Nato. Mas ainda assim, todos aqueles que podem e têm voz devem reafirmar a Aliança Atlântica como fundamental para a defesa e preservação da nossa cultura liberal-democrática e civilização. De salientar que o próprio primeiro-ministro referiu recentemente, numa entrevista, que os países do centro europeu estão demasiado centrados no Continente e, embora, referisse sobretudo o Atlântico Sul e o Brasil e América Latina como interesses estratégicos europeus, pareceu-me um passo no bom sentido.

Tentar, erroneamente e sem sucesso previsível, tornar a Europa um polo autónomo na geostratégia mundial, como têm defendido certos dirigentes europeus, é um passo em falso. Na guerra fria entre os EUA e a China, que se desenvolve e tem tendência a agravar-se, esta pequena península da Eurásia não subsiste (para mais, depois do Brexit) sem um aliado forte que seja portador, no essencial, da mesma cultura e civilização.

Ter o mar como desígnio, a aliança atlântica como parceiro privilegiado da Europa, o Reino Unido como aliado, o enorme mar português e o que dele for possível extrair, como contribuinte para a riqueza nacional, é uma das formas – talvez a mais importante – de concretizar uma nova era de crescimento económico, que contrarie os últimos 20 anos de estagnação. Para tal, há que fazer investimentos e parece-me óbvio que um deles é na Armada. Portugal sem uma Armada que seja a sua extensão no mar que lhe pertence, afirmando não só a sua soberania, como vigiando-a e, ao mesmo tempo, recordando ao mundo o passado que temos – e nos orgulhamos por ter dado novos mundos ao mundo – não poderá passar por aquilo que Eça de Queirós referia a propósito da nossa carência de navios: [cito]

“Ora neste caso a marinha pode ser dispensada. Para expressar o nosso sentimento basta que o governo remeta às colónias, pelo vapor da carreira, um bilhete contendo uma saudade roxa, uma mecha dos seus cabelos, e estes dizeres meigos:

- Colonia ! Lembro me de ti com pungente mágoa, definho nos teus ardores ... Lembra-te de mim, meu bem ... Olha de lá a lua, que eu de cá também a olho com alma em ti. Pensando nos teus encantos dou largas ao salgado pranto.- Até à morte, o teu Fiel amante, o ministro e secretario dos negócios da marinha e ultramar, Gouveia e Mello.” [fim de citação]

Hoje em dia, o Gouveia e Melo mais conhecido anda a tratar – e bem - da vacinação (e permita-se que o homenageie pelo seu zelo e rigor), mas meus caros amigos, se substituirmos colónia por ZEE ou plataforma continental, não andamos muito longe desta ironia do genial escritor.

E para que a nossa relação com o mar não se torne platónica, é necessário consumá-la. Para isso, necessitamos de alguém que, tal como Pessanha entenda: docas, portos, navios e armada.

Muito obrigado.

SESSÃO SOLENE DE ATRIBUIÇÃO DO PRÊMIO “ALMIRANTE TEIXEIRA DA MOTA”

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 21 de setembro

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional

É um gosto para a Academia de Marinha recebê-lo mais uma vez nesta sua casa para presidir a uma sessão académica em que se procederá à atribuição de um dos seus três prémios institucionais. Por isso o saudamos pela honra que nos concede.

Mas esta é também uma boa oportunidade para manifestar a V.Exa., em nome de todo o Conselho Académico, a solidariedade institucional que bem merece pela forma leal, ética, profissional e de profundo respeito por cada um como vem conduzindo os destinos da nossa Marinha. E, bem a propósito, porque os tempos são de forte borrasca, ocorre-me evocar o poema a “Mensagem” de Fernando Pessoa através de dois dos últimos versos de “O Mostrengo” sobre o domínio do mar português: “Manda a vontade que me ate ao leme” pois “Aqui ao leme sou mais do que eu”.

Senhores Académicos, Senhores Convidados, sejam bem-vindos.

A sessão de hoje teve início com o reconhecimento público do trabalho desenvolvido durante seis anos pelo Senhor Comandante Valente Zambujo como Secretário-Geral desta Academia e que, apenas por razões familiares, nos irá deixar no final deste ano académico. Estou certo que todos os académicos, bem como aqueles que seguem de perto as nossas atividades, reconhecem a sua entrega, empenho, dedicação, honestidade de processos e lealdade com que abraçou esta causa. Não será esquecido e esta casa ainda muito espera dele. Muito obrigado Senhor Comandante Zambujo.

Seguir-se-á a entrega do Prémio “Almirante Teixeira da Mota/2020” que deveria ter-se realizado, como habitualmente, em Março do ano seguinte, 2021. Tal não foi possível por razões de todos conhecidas e cá estamos hoje, na primeira sessão depois das férias, evitando assim mais um adiamento de um ano para transmitir um sinal de esperança para que se volte a acreditar que voltaremos à antiga normalidade.

Este prémio encontra-se regulado pela Portaria n.º 28/2016, de 17 de Fevereiro, destinando-se a incentivar e a dinamizar a pesquisa e a investigação científica na área das Artes, Letras e Ciências ligadas ao Mar e às Marinhas.

É concedido em anos alternados e constituído por um diploma e por uma quantia pecuniária no valor de 5.000€, podendo a ele concorrerem cidadãos nacionais e estrangeiros que apresentem trabalhos originais nos referidos domínios.

O patrono deste prémio - Almirante Teixeira da Mota – foi um insigne oficial da Armada, denodado investigador da história e ciências marítimas, tendo prestado altos serviços à Marinha e à Nação e alcançado visível notoriedade além-fronteiras nos referidos campos de investigação, designadamente nas áreas da navegação, cartografia e etnografia, tendo sido o segundo Presidente da Academia de Marinha.

Ao prémio de 2020 concorreu um número significativo de obras, 12, cobrindo um alargado leque de matérias, tendo sido constituído um júri para as apreciar. Para além dos tradicionais quatro elementos do Conselho Académico, o júri incluiu dois membros da nomeação do Presidente, os académicos CALM Fernando David e Siva e a Professora Alexandra Pelúcia, para além dos representantes da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa, respetivamente o Professor Alberto Martins e Almirante António Silva Ribeiro. A todos agradeço o seu concurso para este fim, o que muito veio valorizar a decisão e o prémio atribuído.

Os trabalhos foram analisados no seu valor intrínseco e na sua valoração relativa. Após prolongada troca de impressões, o júri deliberou, por unanimidade dos presentes, atribuir o prémio “Almirante Teixeira da Mota/2020 ao trabalho “Cristóvão Colombo o Genovês, o meu Tio por afinidade” do nosso académico Professor Luís Filipe Reis Thomaz.

Da acta da segunda reunião do júri extraio o seguinte: “A atribuição do prémio decorre, no entender dos membros do júri, da extraordinária qualidade literária, científica e técnica da obra. Trata-se, com efeito, de um trabalho que assente num enorme corpo documental, fruto de uma metodologia irrepreensível e de uma extraordinária qualidade discursiva, se eleva a um patamar de eleição, encerrando definitivamente a polémica em torno da nacionalidade de Cristóvão Colombo.

Toda a obra se encontra alicerçada num notável trabalho de pesquisa bibliográfica e documental na linha, aliás, do que o Autor sempre nos habituou nos seus múltiplos trabalhos, a isso aliando uma extraordinária qualidade do seu discurso, o que permite aos seus leitores fruir com prazer o desenrolar das matérias. Como o próprio autor refere, trata-se de uma “obra exaustiva e didática que não se destina ao grande público nem tão pouco apenas ao universo dos especialistas, mas às classes cultas do nosso país que não dispunham [até à data], de nenhuma obra completa e séria sobre Colombo”.

Considerou ainda o Júri que, pese embora a problemática em torno da nacionalidade do navegador tenha vindo a ser objeto de estudo ao longo dos anos por uma panóplia muito variada de Historiadores e curiosos, esta obra se afigura como profundamente inovadora e exaustiva, extraordinariamente bem documentada, esclarecedora e erudita. O seu longuíssimo texto, de cerca de 700 páginas, com 1777 notas de rodapé, encerra definitivamente, no entender do Júri, a discussão que se vinha arrastando.

A obra agora galardoada de Luís Filipe Thomaz, prestigiado historiador e professor, porventura um dos maiores especialistas vivos da História da Expansão Portuguesa, comumente reconhecido tanto em Portugal como no estrangeiro, em especial na sua vertente oriental marca, no momento da sua retirada (anunciada pelo próprio há não muito tempo à comunidade científica), o fecho de uma carreira científica a todos os títulos notável a que, como o próprio já reconheceu, faltava apenas a edição de um LIVRO, este livro, que representa o coroar do seu trabalho enquanto historiador e professor universitário com uma carreira de mais de cinquenta anos”.

A este propósito, umas breves notas sobre o CV abreviado do premiado que tomei a liberdade de ainda abreviar mais, embora se mantenha ainda longo. Fez os estudos secundários no Colégio Militar e os superiores na Faculdade de Letras de Lisboa, onde se licenciou em História em 1965, com uma tese sobre “Os Portugueses em Malaca no século XVI”. Frequentou o curso de Filologia Clássica na Faculdade de Letras de Coimbra, mas não concluiu a licenciatura por ter sido mobilizado para Timor, para onde se oferecera, durante o seu serviço militar (1967-72); a partir daí pôde, no gozo de licença, visitar Malaca, a Indonésia, Singapura, a Tailândia, Macau, Hong Kong e as Filipinas.

De regresso a Portugal reingressou na Faculdade de Letras como docente, tendo sido assistente da Prof^a Virgínia Rau, do então Comandante Teixeira da Mota e do Prof. Veríssimo Serrão. Membro do antigo Centro de Estudos de Marinha desde 1973, por proposta do Alm. Sarmento Rodrigues, é atualmente o mais antigo membro vivo da Academia de Marinha que lhe sucedeu.

Graças a uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian pôde estudar em Paris durante quatro anos, frequentando a École Pratique des Hautes Études, a École des Hautes Études en Sciences Sociales, o Institut National des Langues et Civilisations Orientales, a Universidade de Paris III e o Institut Catholique, onde obteve diversos diplomas de estudos orientais.

Regressado à pátria, ensinou na Faculdade de Letras de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa, que em 2002 lhe conferiu o doutoramento honoris causa. Foi professor visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na École Pratique des Hautes Études, IV secção, na Universidade de Bordéus, na Universidade Nacional da Malásia, na Universidade da Ásia Oriental (Macau) e na Universidade de Santa Cruz (Brasil). Participou em numerosos colóquios e congressos, nomeadamente nos sucessivos Seminários Internacionais de História Indo-Portuguesa, a partir de 1978. Proferiu numerosas conferências em diversas localidades de Portugal e ainda em mais quatro continentes.

Depois da sua aposentação da função pública transitou para a Universidade Católica Portuguesa, onde organizou o Instituto de Estudos Orientais, de que foi diretor por três triénios (2002-2011), após o que se dedicou apenas à investigação. É autor de nove livros, um deles premiado em 1995 com o “Prémio Dom João de Castro” da Comissão dos Descobrimentos, outro com o Prémio Auguste Logerot da Sociedade de Geografia de

Paris, e outro ainda com o Prémio de Ensaio 2019 do Pen Club de Portugal; é também autor de cerca de 250 artigos publicados em Portugal e no estrangeiro.

Fala sete línguas, compreende a escrita de mais seis e assume ter apenas rudimentos de outras seis. Deste elenco fazem parte, apenas a título de exemplo o grego clássico, o latim, o sânscrito, o mandarim, o japonês, o persa moderno e o árabe literal.

Voltando ao tema que nos traz aqui hoje, o júri decidiu ainda atribuir uma menção honrosa ao trabalho “A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas”, da autoria da Doutora Nina Vieira Portugal Azevedo, pelo carácter inovador da abordagem ao tema da baleação no Brasil durante a época Moderna, que resultou da conjugação multidisciplinar de diversas Ciências do Mar com vários campos da História.

Embora o regulamento do Prémio não o contemple, o Júri considerou que os trabalhos da autoria de três concorrentes, nomeadamente os Guarda-marinha EN-MEC Gonçalo João Dias de Paiva, o Guarda-marinha EN-AE Hilário Filipe Rocha Araújo e o Guarda-marinha EN-MEC Rui Nuno Pereira Pinto da Costa, eram merecedores de uma palavra de estímulo à continuação dos seus trabalhos de investigação, face à potencialidade manifestada nas três obras apresentadas.

E é tudo. Em breve será dada a palavra ao premiado que nos irá apresentar a sua obra. Mas não posso terminar sem agradecer ao autor, nosso membro emérito, o ter oferecido à Academia de Marinha o original desta sua obra que, com enorme orgulho, editámos e hoje apresentamos.

Muito obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 21 de Setembro de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

SESSÃO SOLENE DE ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO
“ALMIRANTE TEIXEIRA DA MOTA”

**“CRISTÓVÃO COLOMBO O GENOVÊS,
O MEU TIO POR AFINIDADE”**

Comunicação apresentada pelo Académico
Luís Filipe Reis Thomaz, em 21 de setembro

Exm^o Senhor Chefe do Estado Maior da Armada,
Exm^o Senhor Presidente da Academia de Marinha,
Prezados Confrades,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Agradecendo a vossa presença aqui neste momento começo por dizer quão feliz me sinto por ter sido agraciado com o Prémio Almirante Teixeira da Mota, que além de ter outrora sido aluno de meu Pai na Escola Naval foi, por assim dizer, meu mestre — não porque tenha sido, por meu turno seu aluno, mas por ter iniciado a minha carreira universitária como seu assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, assistindo pontualmente às suas “aulas teóricas” em que muito aprendi, tanto em matéria de factos históricos como de metodologia, para além de ministrar as “aulas práticas” que me incumbiam, dedicadas à leitura e comentário de fontes históricas.

Quando, jovem alferes, recebi pela primeira vez um louvor, explicou-me meu Pai, já capitão-de-mar-e-guerra com muitos anos de serviço, que devia exprimir ao oficial que mo deu o meu contentamento, mas o não devia agradecer como um favor, já que isso equivaleria a pôr em causa o seu sentido da equidade e da justiça. O mesmo faço desta feita, para não ensombrar a imagem de imparcialidade e julgamento crítico do júri que decidiu atribuir-me o prémio. Resta-me, pois, apenas agradecer a presença do Exm^o Chefe de Estado Maior da Armada e de todos os que houveram por bem acompanhar-me nesta sessão solene e prometer que os não aborrecerei com arrazoados demasiado longos e desnecessários.

A presente obra nasceu de uma polémica em que me envolvi, há já sete anos, com os partidários das teorias do “Colombo Português”, absolutamente despidas de fundamento documental, como poderão verificar os que se derem ao trabalho de ler o livro, em que enumero 119 provas históricas da sua genovesidade — em cujo conto não entram os testemunhos de numerosos cronistas dos séculos XV a XVII, em número de 93, sendo

15 lígures, 52 italianos de outras proveniências e estrangeiros de várias nacionalidades os outros 26, com o que, em vez de 119 seriam 212. Antes do último quartel do século XIX não só não existe um único documento que ponha em dúvida a sua origem genovesa ou pelo menos italiana, como nenhum historiador a questionou — tirante apenas dois, por evidente chauvinismo: em 1682 o britânico Charles Molloy, que numa apostila marginal do seu *De Jure Maritimo et Navale*, insinuou acerca do navegador, sem contudo apresentar da sua afirmação qualquer prova, *born in England but resident at Genua*; e quinze anos mais tarde o advogado francês Jean Colomb que, embora sem explicar por que elos intermédios, se proclamou descendente do descobridor da América, que seria por conseguinte francês. Foi nas vizinhanças do quarto centenário da viagem descobridora do nosso genovês, celebrado em 1892, que aqui e além se começaram a emitir teses fantasistas sobre as origens do descobridor, ora pintado como grego, francês ou polaco, ora como extremenho, galego ou catalão, súbdito por conseguinte dos Reis Católicos.

Digamos desde já e de uma vez por todas, que as teses que o apresentam como espanhol são de todas as emitidas as mais absurdas e inteiramente insustentáveis. De facto, Colombo celebrara a 17 de Abril de 1492 com os Reis um contrato, as *Capitulações de Santa Fé*, pelo qual os soberanos se comprometiam a nomeá-lo vice-rei e governador das terras que descobrisse a título vitalício e hereditário. Ora em 1500 foi destituído e trazido a ferros para Castela, e à sua morte em 1506 seu filho não foi nomeado para lhe suceder. Perante a recusa de Fernando *o Católico*, ao tempo regente de Castela em nome de sua filha Joana *a Louca*, em empossá-lo D. Diego Colón pediu licença ao Rei para pôr a questão em tribunal, ao que o soberano anuiu. Daí se seguiram os chamados *Pleitos Colombinos*. Ora tanto a primeira sentença, dada em Sevilha a 5 de Maio de 1511, como a seguinte, dada na Corunha em 1520 foram favoráveis aos Colombos, reconhecendo às *Capitulações* o carácter de contrato sinalgmático, o que pressupõe que era dado por provado que o Almirante Velho era estrangeiro, não tendo com a Coroa senão uma relação contratual, pelo que aquelas não tinham o carácter de doação majestática, de soberano a súbdito, revocável pelo primeiro *ad nutum*. Ora é evidente que nenhum tribunal se atreveria a dar sentença contra a Coroa, se os direitos da outra parte não estivessem bem provados!

Chegam-me por vezes às mãos os artigos que, com regularidade lunar, um catalão chamado Albardaner, mês após mês, dá à luz, insistindo em que o descobridor do Novo Mundo era catalão, uma das incontáveis glórias arrebatadas à Catalunha pela aleivosia de Castela. O mal albardado folhetim — que tenta pintar Colombo como um herói da resistência catalã aos Trastámaras, que agindo como corsário ao serviço de Renato de Anjou, candidato ao trono de uma Catalunha independente, terá tentado arrebatá-lo a Fernando *o Católico* uma galera — tem tanta semelhança com a realidade como a história de *Roque Santeiro* ou d'*O Bem-Amado*, pois cada episódio se estriba no precedente e o primeiro deles se arrima a um passo de uma carta de Colombo que, sem fornecer pormenores, alude ao episódio; mas foi o próprio Albardaner quem, talvez por distração,

publicou um documento que invalida toda a história, pois prova que a galera não pertencia a Fernando, futuro soberano de Aragão († 1516), mas a seu primo e homónimo Fernando, rei de Nápoles († 1496).

Das obras desse Albardaner fazem os apóstolos do Colombo português larga propaganda, esquecendo que se o descobridor era catalão era tão pouco português como no caso de ser genovês...

Entre as provas da portugalidade de Colombo, para além do facto de misturar no seu castelhano vocábulos portugueses (o que, após dez anos em Portugal, não parece milagre algum), tem sido sobretudo apontado o facto de ter dado à ilha em que viria a reinar Fidel de Castro o nome de Cuba, supostamente tirado do da vila portuguesa da Cuba, no Alentejo, onde teria vindo ao mundo, na seqüência dos amores do infante D. Fernando, filho del-rei D. Duarte e pai do futuro D. Manuel I, com uma filha de João Gonçalves Zarco. Ora sucede que, por um lado, nem a Cuba fazia parte do ducado de Beja de que D. Fernando era senhor (pois se limitava, além de Beja de que tirava o título, às vilas de Moura e Serpa, a primeira doada por seu irmão D. Afonso V, juntamente com Beja em 1453, a segunda em 1458) nem, por outro lado, foi Colombo quem deu à ilha o nome que ainda usa: escutou-o da boca dos nativos nas Lucaias ou Bahamas, e logo arrebitou as orelhas pensando se não estaria perante o Cipango de Marco Polo a que os índios houvessem subtraído uma cedilha. Refere-o uma boa meia dúzia de vezes no seu *Diário* antes de atingir a ilha; e quando finalmente a alcançou, tirou-lhe o nome que usava para lhe dar o de “Ilha Joana”, em honra do herdeiro das Coroas de Castela e de Aragão, o príncipe D. João, que haveria de se finar em 1497 sem ter subido ao trono. E na sua pena, jamais o nome de *Cuba* volta a ocorrer.

Foi com este pormenor que entrei na discussão, em artigo publicado na *Brotéria* em Outubro de 2014. Seguiu-se um outro, que publiquei na mesma revista em Janeiro de 2016, também sobre a toponímia supostamente portuguesa da região antilhana, que, consistindo quase exclusivamente em hagiotopónimos, tanto poderia provar que o seu autor era natural da Cuba, como de Génova ou de Nijni Novgorod. Foi em seguida que decidi alargar um pouco a investigação e publicar numa revista especializada, os *Anais de História de Além-Mar*, de que fora um dos fundadores, um artigo de maior fôlego e índole mais científica. Foi então que em defesa da sua dama saiu à liça um certo Engenheiro Branco — que com alguns colegas de mester, também historiadores desportivos, forma uma espécie de *Desordem dos Engenheiros* procurando, mas em vão, rebater os meus argumentos, e pretendendo que em História não há certezas e que para interpretar a sua subjektividade nata tanto valem os préstimos de um engenheiro como os de um historiador.

Não cabe aqui resumir os trâmites da polémica, de que cada um se pode inteirar lendo os textos que foram publicados. Limite-me por isso a assinalar que é dupla a desvantagem em que se encontram os historiadores desportivos. Por um lado, ignoram muitas vezes as regras da metodologia e da crítica histórica, esgrimindo com frases isoladas

arrancadas ao seu contexto e usadas com pretexto para contradizer o texto. Argumenta-se, por exemplo, com uma frase extraída da biografia paterna redigida por D. Hernando Colón, que apenas chegou a nós na integridade do seu texto em versão italiana publicada em Veneza em 1571, conquanto Frei Bartolomeu de las Casas tenha podido utilizar o texto original castelhano, hoje perdido, de que faz numerosas transcrições. D. Hernando afirma aí, de facto, que se não sabe ao certo em que lugar preciso nasceu seu progenitor; explica, porém, na mesma frase que alguns o dizem nado na própria Génova, outros em Coguleto, outros em Nervi e outros em Savona, o que tudo eram lugares da República de Génova, que de 1421 a 1436 e de 1454 a 1499 esteve sujeita ao ducado de Milão. Como em Placência da Lombardia, parte do mesmo ducado, havia Colombos de cepa nobre, seu filho, que foi a alma dos *Pleitos Colombinos* a que aludimos já, e a quem por conseguinte convinha insinuar que a seu pai não faltava nobreza para ser vice-rei, põe também a hipótese de que tenha ali nascido; mas acaba por confessar que para bem se informar se deslocou a Coguleto a interrogar os velhos da terra; mas infelizmente não achou quem de sua família se lembrasse...

Seja como for, D. Hernando jamais põe em dúvida que seu pai fosse lígure, ou em última hipótese lombardo — por conseguinte, indubitavelmente italiano.

O outro *handicap* dos historiadores desportivos é a falta de cultura histórica que lhes permita integrar convenientemente cada testemunho no seu devido contexto. Brandem-me, por exemplo, freqüentemente o argumento da incompatibilidade entre a afirmação de Colombo de que navegou desde os 14 anos de idade (ou seja, desde c. 1465) e um documento de 1472 que o diz ainda laneiro em Génova; tratar-se-ia por isso necessariamente de duas pessoas diferentes. Ignoram assim que na Ligúria do século XV o mester de marinheiro não constituía uma profissão autónoma, exercida a tempo inteiro por um corpo definido de indivíduos. A república não possuía uma marinha de guerra: a defesa das suas costas e a escolta dos seus vasos de comércio era cometida à *Compagna*, que era uma entidade corporativa, mantida pelo armadores dos seus portos e remunerada com o produto das suas presas, a que todo o genovês de mais de 16 anos e menos de 70 era por lei obrigado a prestar juramento de obediência, comprometendo-se a acorrer a seu serviço sempre que requisitado. Se o mester de laneiro fosse incompatível com as expedições marítimas, só haveria em Génova tecelões de menos de 16 anos ou de mais de 70...

A minha intervenção nesta interminável polémica ter-se-ia provàvelmente ficado pela resposta à tréplica do Eng^o Branco se, no regresso de Goa em Fevereiro de 2019, não tivesse no aeroporto de Paris onde mudei de avião, apanhado uma gripe e um princípio de pneumonia, a que se seguiu um ano depois a epidemia de *Covid*. Fechado à força em casa, tive ganas de escrever. Fui escrevendo; e o resultado imprevisto foi o volume de mais de 900 páginas que ora tendes sob a vista. Quase sinto remorsos de ter agredido o público com tamanho tijolo intelectual...

Em construção civil chamam aos tijolos maciços, sem furos, “tijolos-de-burro”. No caso vertente fica ao esclarecido critério do leitor atribuir ao autor a classificação zoológica que mais adequada lhe pareça.

Seja como for, o resultado final foi uma biografia completa de Cristóvão Colombo, quiçá a mais completa das que se escreveram até aqui, pelo menos em língua portuguesa — pelo que me não arrependo do tempo que nela gastei. É, pelo menos, uma biografia atualizada, pois leva em conta não apenas a documentação de há muito conhecida mas também três achados recentes que em certos aspetos confirmam o que das outras vezes disse, e noutros permitem rever algumas afirmações mecanicamente repetidas pela historiografia tradicional, mas que perante a nova documentação recentemente revelada podem e devem ser revistas.

A descoberta mais sensacional foi a de um copiadador, contendo dez documentos da autoria do descobridor, que apareceu à venda num alfarrabista em Tarragona em 1985, e que o governo espanhol adquiriu e depositou no *Archivo de Indias*, em Sevilha. Entre esses documentos contam-se: a versão original da Carta aos Reis Católicos de 4 de Março de 1493 a participar-lhes o seu descobrimento, que contém pormenores que não constam da carta a Luís de Santángel, de 15 de Fevereiro, a primeira notícia da América a circular impressa (em Barcelona logo em Abril de 1493); as relações da segunda, terceira e quarta viagens do descobridor ao Novo Mundo, apenas parcialmente conhecidas por transcrições posteriores; e diversas cartas e memoriais que aclaram pontos obscuros da vida do Almirante ou acrescentam ao que se já sabia interessantes pormenores. É sobretudo sobre o que à segunda viagem concerne que a documentação reachada permite rever o que habitualmente se escrevia.

Outra descoberta que se pode qualificar de sensacional é a do processo levantado a Colombo por Frey Francisco de Bobadilla, cavaleiro de Calatrava e primeiro governador das Índias nomeado pela Coroa, que exerceu funções de 1500 a 1503; achado em 2005 no *Archivo General de Simancas*, onde jouvera durante meio milénio entre outros maços de processos, dele consta um testemunho claríssimo da identidade entre Cristóbal Colón e Cristoforo Colombo, de que voltaremos a falar.

E temos, finalmente, em Junho de 2019, escrito já o meu livro até metade, a descoberta em Toledo, no *Archivo Histórico de la Nobleza*, de duas cartas de D. João II ao Rei Católico sobre a primeira viagem colombina e a questão entre os dois reinos que daí se seguiu, datadas ambas de Maio de 1493. As cartas encontram-se no fundo do condado de Villagonzalo, incorporado no arquivo em 2010; embora o título de Conde de Villagonzalo apenas em 1705 tenha sido outorgado a Francisco Maldonado Rodríguez de las Varillas, senhor de Villagonzalo, o fundo inclui numerosos documentos provenientes de diversos morgadios detidos desde o século XV por vários ramos da família Maldonado. Com toda a probabilidade as duas cartas estiveram em poder do Dr. Rodrigo Maldonado de Talavera (1456-1517), membro do Conselho Régio dos Reis Católicos e reitor

da Universidade de Salamanca, onde mandou construir a Capela Talavera e a Casa das Conchas, que foi um dos negociadores quer do Tratado das Alcáçovas, em 1479, quer do de Tordesilhas, em 1494, e um dos membros da junta que examinou o projeto de Colombo. Numa das duas cartas D. João II refere-se ao descobridor simplesmente como *dom Christouam, vosso almirante*; mas na outra designa-o por *dom Christouam Colombo vosso almirante*. Não se conhece assim nenhum documento anterior às *Capitulações de Santa Fé*, de Abril de 1492, em que ocorra a forma que o descobridor em seguida adôtu: *Colón*. Pelo menos a primeira dessas cartas foi conhecida de Jerónimo de Zurita (1512-80), que na sua *Historia del Rey Don Hernando el Católico: de las Empresas y Ligas de Italia*, transcreve quase literalmente alguns dos seus passos — o que, diga-se de passagem, prova a sua autenticidade. É, contudo, provável que dentro em breve os nossos *cubistas* descubram qualquer pretexto, quiçá uma cagadela de mosca fora da área destinada a tal efeito, para as declararem falsas visto não chamarem ao Almirante *Colón*...

Foi ao examinar cuidadosamente toda a documentação de cuja existência tive conhecimento que vim a descobrir que Cristóvão Colombo era à 15^a geração, meu parente por afinidade — em rigor primo por afinidade, já que sua mulher, Filipa Moniz, era sobrinha de meu decapenta-avô, D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, que viveu amantizado com a minha decapenta-avó, Branca Dias Perestrelo, irmã de Bartolomeu Perestrelo (c. 1384-1457), capitão-donatário da ilha de Porto Santo e sogro de Colombo. Dado que nos separam catorze gerações e que Cristóvão Colombo, se fosse vivo, contaria no momento em que escrevo 569 anos, prefiro contudo tratá-lo, mais respeitosamente, por tio, como em muitas famílias se faz aos primos de uma ou mais gerações acima. Deu aquela senhora ao *castíssimo* arcebispo com quem vivia nada menos que sete filhos, o que, com um outro que houvera já, ao que parece numa irmã sua, perfaz oito ¹.

Estas diligências historiográficas levaram-me a visitar a obra que constitui a bíblia dos nossos *cubistas*: o livro de Mascarenhas Barreto *O Português Cristóvão Colombo, agente secreto do rei D. João II*, Referendo, Amadora, 1988. Recordo ainda a sessão da Academia de Marinha em que, a convite do saudoso Almirante Rogério de Oliveira, fez o autor neste mesmo auditório a apresentação da sua obra: a sala regurgitava de gente; o autor, excitado, abandonara o seu ambão para se passear de cá para lá à boca da cena, pelo que eu, mudo como um rato, receei seriamente que na sua agitação se precipitasse lá para baixo ou engolisse o microfone; uma senhora oriunda da ilha de Santa Maria proclamava-se mais

¹ Aproveito este ensejo para corrigir uma gralha que ocorre a p. 20 do livro, no quadro genealógico que mostra a minha relação com Colombo: a data do falecimento aí atribuída a meu tetravó Fernando Luís Leite de Sousa Noronha é na realidade a do falecimento de seu pai, José Leite de Sousa e Castro — sem o que não poderia ter gerado em 1831 a minha trisavó Antónia Joana Francisca Leite de Sousa Noronha, a não ser que a minha tetravó Mariana Elisa de Saldanha e Lemos, que não consta ter casado segunda vez, a tivesse concebido fora de matrimónio. Para a má fama da família bastava o decapenta-avô arcebispo, com suas duas amantes e seus oito bastardinhos...

apta que qualquer pessoa presente a discutir o assunto, por ter sido Santa Maria a primeira terra do Velho Mundo escalada no regresso pelo descobridor; e enquanto um senhor de proecta idade chorava como uma Madalena, revoltado com a falta de patriotismo dos portugueses, que havendo uma investigadora polaca que asseverava a pés juntos que Colombo era português, se mostravam reticentes em inscrever mais essa no rol das glórias nacionais, um outro pedia que se arranjasse uma verba para fazer vir a Portugal, “o maior espírito do nosso tempo”, Umberto Ecco, para dirimir a questão...

Embora me não conhecesse pessoalmente, o autor teve a gentileza de, por intermédio de nosso comum amigo Henrique Barrilaro Ruas, me oferecer um exemplar da obra — gentileza que não esqueço e por que quedo imensamente grato. O livro ensinou-me pouco, mas fez-me refletir muito.

No entanto, como diziam os Antigos, *amicus Plato, sed multo magis amica veritas*, “Platão é amigo, mas muito mais amiga é a verdade”. É por isso que a minha gratidão para com Mascarenhas Barreto me não pode impedir de dizer o que da sua obra penso: é do pior que sobre história se escreveu em Portugal desde os tempos de Frei Bernardo de Brito, uma espécie de caldeirada, em que, sem parecer ter lido nem sequer por alto a maior parte da documentação atinente ao célebre descobridor, caldeia tudo quanto a favor da sua identificação com tal ou tal personagem se tem escrito; e, sem parecer dar conta da incompatibilidade entre a maioria das teorias emitidas, chega finalmente a uma conclusão perfeitamente absurda. Houvera quem tivesse avançado que Colombo seria português, quem sugerisse que era judeu, quem aventasse que seria espião de D. João II e mesmo quem imaginasse que era de sangue real, meio-irmão del-rei D. Manuel I. Pois bem: o Zarco-Colón de Mascarenhas Barreto é tudo isso ao mesmo tempo!

Numa série de quatro artigos publicados na revista *Armas e Troféus*, Luiz de Mello Vaz de São Payo deu-se ao trabalho de discutir e corrigir 359 dos seus erros e incorreções — que vão desde imaginar o Conde D. Henrique (que faleceu em 1112) muito familiar dos Templários (ordem que apenas surgiu em 1118), a atribuir ao nosso arcebispo D. Pedro de Noronha uma terceira avó, D. Cecília Colonna, e por conseqüência também um terceiro avô (Rodrigo Anes de Sá, marido de D. Cecília), para além dos dois que possui o comum dos mortais, que no caso vertente eram os reis D. Fernando de Portugal e Henrique II de Castela. Infelizmente, porém, o marquês de S. Paio faleceu, antes de redigir o seu quarto artigo, em que se propunha dar a Barreto o xeque-mate, com o que a sua série de artigos se transformou numa espécie de *sinfonia incompleta*...

Para não repetir o que dissemos já sobre o topónimo *Cuba*, limitar-me-ei a anotar o que diz das relações entre Colombo e Vasco da Gama, que, não se sabe com que fundamento, julga primos entre si: Colombo, agente secreto de D. João II, estivera já no Novo Mundo antes do descobrimento oficial; teria no entanto, ordens expressas de seu real primo e patrão para não tocar o continente americano antes de os portugueses terem chegado à verdadeira Índia, e por isso nas suas duas primeiras viagens se contentara com

descobrir ilhas. Com a chegada de Vasco da Gama a Calecut, o caso mudava, porém, de figura, e Salvador-Cristóvão Zarco-Colón pôde enfim partir para a Venezuela na sua terceira viagem, em 1498. Só que, como o Gama chegou ao Malabar a 20 de Maio e Colombo partiu para a América a 30, há que supor que o seu ilustre parente o preveniu por telegrama ou por *e-mail*: “caro primo: podes ir que eu já cá estou”!

Algumas das afirmações do autor parecem extraídas das *Lições do Tonecas*: tal é o caso da asserção de que o infante D. Henrique doou em 1450 (*sic*) a ilha de Porto Santo a João Gonçalves Zarco (*sic*), doação que viria a ser confirmada a 15.XI.1445 (*sic!*) por D. Duarte (*sic*) — que falecera a 9.IX.1438 — nobilitando-o ao mesmo tempo com o título de Câmara (*sic*)! Ora nem a doação do Porto Santo data de 1450, nem foi feita a Zarco, nem D. Duarte tinha o costume de, profeticamente, mesmo antes de serem feitas, confirmar do outro mundo as doações que se haviam de fazer nos reinados dos seus sucessores, nem há nenhuma carta de D. Afonso V datada de 9.VII.1460 a confirmar a nobilitação de Zarco com o imaginário título de *Câmara*. *Câmara*, como é bem sabido, não é um título mas um apelido, que advinha ao seu detentor de ter estabelecido residência em Câmara de Lobos — razão por que nos documentos mais antigos, nomeadamente na carta de brasão que lhe foi concedida por D. Afonso V a 4.VII.1460 (e não em 1445 nem em 1450) é designado por *João Gonçalves da Câmara de Lobos*.

Deixando Zarco em paz e regressando a Colombo, pode em boa lógica perguntar-se por que motivo, antes do testamento de 1498, se não declara genovês em nenhum dos documentos que redigiu e chegaram até nós. A razão parece-nos simples: o futuro Almirante das Índias e antepassado dos duques de Verágua trabalhara de facto, na sua juventude, na oficina de tecelagem de seu pai, cardando a lã. Ora, devido a um preconceito herdado da Antiguidade greco-romana, quando todo o trabalho manual era feito por escravos, o exercício de artes mecânicas — ao contrário da agricultura e do comércio, pelo menos dentro de certas condições — era considerado servil e, por conseguinte, incompatível com o acesso à nobreza e às ordens militares. Não admira que D. Cristóvão procurasse, por isso, ocultar, ou pelo menos não ventilar demasiado, as suas veras origens.

É interessante notar que ainda em 1806 — nas vésperas, portanto, da revolução liberal — nos seus *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, Luiz da Silva Pereira Oliveira, ao tratar dos modos de aquisição de nobreza, considerava ao lado do sangue, dos “Ofícios da República”, das ciências e graus académicos, e do exercício da agricultura, “a nobreza civil proveniente do commercio e sua útil profissão”; mas notava:

Os Cavalleiros, ainda quando são filhos de officiaes mecanicos, adquirem Nobreza pela Dignidade da Milicia ou Cavalaria. Não são, porém, recebidos em Portugal ás Ordens Militares se não os que provarem Nobreza em si, seus pais e avós.

É contra este pano de fundo que se recorta a violenta diatribe de D. Hernando Colón contra o bispo Giustiniani que nos seus *Anais da República de Génova* afirmava que tanto

Cristóvão Colombo como seu irmão Bartolomeu exerceram na oficina paterna o mister de cardadores de lã, embora reconhecendo que fizeram alguns estudos na sua mocidade:

Pelas quais palavras manifesta cousa é que ele não exerceu arte mecânica ou manual, pois ele próprio diz que [Cristóvão Colombo] empregou a puerícia em aprender as letras e a juventude na arte navegatória e na cosmografia, e a sua idade adulta nos descobrimentos. De modo que o mesmo Giustiniani é convicto de falso historiador e se dá a conhecer por inconsiderado, ou parcial, ou malévolo conterrâneo, pois que falando ele de uma pessoa assinalada e que tanta honra trouxe à sua pátria, de que o mesmo Giustiniani se fez cronista e escritor de suas histórias, ainda que os pais do Almirante tivessem sido pessoas vis, era mais honesto que ele fálasse das suas origens com aquelas palavras que outros autores em tal caso usam, dizendo humili loco seu a parentibus pauperrimis ortus [“saído de lugar humilde ou de pais paupérrimos”], que pôr palavras injuriosas, como no dito Saltério ele pôs, transcrevendo-as depois na sua crónica e chamando-lhe falsamente mecânico...

Note-se bem que D. Hernando não reponta por o bispo de Nebbio — que reconhece como “conterrâneo” de seu pai, que com o seu descobrimento “tanta honra trouxe à pátria comum”, *scilicet*, a Génova — dizer o descobridor saído de parentes paupérrimos, mas tão somente por afirmar que exercera artes mecânicas!

Encarniçam-se os nossos *cubistas* contra o testamento colombino de 1498 — de que, de facto apenas subsiste uma minuta, cuja autenticidade é, porém, provada por uma nota no verso, do punho do próprio Almirante: *no valga esta escritura y valga otra que yo hize el año de 1502 a primero d’Abril en el Monasterio de las Cuevas de Sevilla, que tiene fray D. Gaspar [Gorrício]* — buscando todos os subterfúgios para o declarar espúrio. Há que reconhecer que a súbita genevofilia de que o texto faz prova se não coaduna facilmente com o comportamento anterior de Colombo; mas, como todo o documento, há que enquadrá-lo nas condições em que foi redigido: D. Cristóvão, alvo já de uma sindicância ordenada pelos Reis, que o obrigara a vir a Espanha a justificar-se, tentara em vão, desde 1496, regressar às suas Índias, sem contudo conseguir vencer as más vontades de muitos, nem a inércia dos monarcas, pelo que é lógico que buscasse angariar apoios na sua pátria de origem. E se tais razões lhe assistiam já em 1498, mais fortes as sentia em 1500, após ter sido destituído das suas funções de vice-rei, preso e trazido a ferros para a Península. Daí a verdadeira “operação de charme” que então lançou na Ligúria, doando aos pobres de Génova o dízimo de todas as suas rendas, ao mesmo tempo que se aproximava do embaixador genovês na corte espanhola e por seu intermédio enviava à Senhoria luxuosos códices com públicas-formas notarialmente autenticadas de todos os privilégios que recebera dos Reis, na vã esperança de que o governo genovês intercedesse a seu favor.

O Colombo humilhado e ofendido de 1498 e sobretudo de 1502 não era já o mesmo Colombo ufano que em 1493 se passeava ao lado de Fernando o *Católico* pelas ruas de Barcelona!

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.
Todo o mundo é composto de mudança...*

Camões compreendeu-o há mais de quatrocentos anos. Só os nossos engenheiros da *Desordem* teimam em o não querer entender, parecendo atribuir às pessoas a rigidez monolítica das pontes de cimento armado...

Acuado, se bem percebemos, pela documentação que em meus artigos eu aduzira, esmerou-se o Engenheiro Branco a engenhar uma engenhosa teoria, segundo a qual teria sido Giovanni di Antonio Colombo, ou João António Colombo, a espalhar em Espanha e nas Antilhas o boato de que D. Cristóvão era filho de um tecelão genovês. João António era, na realidade um primo direito do descobridor, que perante um notário de Génova celebrara com seus dois irmãos contrato para em nome dos três vir a Espanha *recuperar* uns dinheiros da algibeira do primo enriquecido; este, porém, sem ao que parece abrir os cordões à bolsa, persuadiu-o a acompanhá-lo ao Novo Mundo, na viagem de 1498. Tratar-se-ia, segundo Branco, de um impostor, que não achara maneira de viajar para a América senão apresentar-se como primo do Almirante. Apenas fica por explicar por que motivo este, em vez de um xuto no traseiro lhe deu o comando de uma nau...

Tampouco se compreende então por que razões terá em 1496 Bartolomeu Colombo (encarregado do governo da Espanhola na ausência de seu irmão que viera Espanha a justificar-se perante os Reis) mandado arrancar a língua a duas mulherzinhas que haviam dado com ela nos dentes, afirmando exatamente o que — segundo Branco apenas dois anos mais tarde — seria propalado pelo pseudo-primo João António, a saber, que o Almirante era na realidade filho de um mesteiral genovês. E que dizer de sete outros documentos, redigidos três em Espanha, três em Itália e um em Inglaterra, que antes do regresso de João António, o *Boatário*, das Antilhas afirmam ser o descobridor da América natural de Génova?

Fiquemos, porém, por aqui na polémica, não fique quem não leu ainda o livro com a ideia de que este se resume a uma mera diatribe acerca da naturalidade de Colombo: longe disso, procura ele, como adiantámos já, constituir uma biografia crítica e detalhada do célebre descobridor. Nela recapitulamos o que, embora milhentas vezes dito, não carece de correção mas é impossível omitir numa biografia circunstanciada do primeiro Almirante das Índias, para além do que corrigimos, à luz da documentação recentemente revelada, uma série de detalhes que necessitam ser revistos.

Dedicámos particular atenção à análise das técnicas de navegação e da ciência náutica de Colombo, empreendendo a decifração de um esquema da esfera do mundo, por ele desenhado ou pelo menos copiado, que consta de uma das páginas em branco de um dos livros que lhe pertenceram. O debuxo, que foi já dito constituir um testemunho do alto nível científico e cultural do descobridor, está na realidade, completamente errado, como demonstramos pela cuidadosa análise trigonométrica que empreendemos e é impossível resumir aqui. Basta dizer que coloca os trópicos a $11^{\circ} \frac{1}{4}$ do equador e os círculos polares a outro tanto dos polos, em vez dos $22^{\circ} 30'$ que na realidade distam.

Embora não seja imputável a Colombo, dedicámos idêntica atenção ao engenhoso processo imaginado pelo cosmógrafo catalão Mossen Jaume Ferrer para situar

rigorosamente a raia de Tordesilhas, sugerida aos Reis por Colombo e por aqueles ao Papa, que acabou por ser aceite em princípio, mas deslocada para o meridiano que se situa a meio caminho entra as ilhas de Cabo Verde e as ilhas descobertas pelo Almirante em 1492 — já que é, tirante erros de pormenor, matematicamente correto, está intimamente ligado às viagens colombinas e à história portuguesa, mas não era, tanto quanto sabemos, conhecido entre nós.

No que toca ao saber do descobridor, verificámos que a maioria das suas observações astronómicas deixam bastante a desejar, e que das latitudes que calculou (sempre pela Polar e em terra) apenas uma, em todos os seus escritos, está correta. Apresenta, aliás, para a mesma localidade cálculos divergentes, sem dar conta de que ao transmiti-los aos Reis, se, como era bem possível, eles os mandassem submeter aos seus cosmógrafos, se desacreditaria a si mesmo como nauta rigoroso. A afirmação de Gonzalo Fernández de Oviedo em como foi ele o introdutor em Castela da navegação astronómica deve, pois, ser aceite *cum grano salis*.

O desastre sobrevém quando das suas observações tenta retirar conclusões mais latas, do foro da cosmologia: além de imaginar que o aspeto do céu varia não só com a latitude mas também com a longitude, chega ao ponto de concluir que a Terra não podia ser, como toda a gente dizia, *grosso modo* esférica, descontada apenas a orografia: teria a forma de uma pera, mais afilada num hemisfério que no outro. Assim se explicaria a presteza com que da costa de Pária, na Venezuela, gånhou a Espanhola: o mar seria nessa zona a descer...

Resulta claro que, como em 1495 registou Michele de Cuneo, seu companheiro na segunda viagem ao Novo Mundo, Colombo era um homem de surpreendente intuição náutica e meteorológica, mas não sabia navegar por latitudes, como ao tempo faziam já os portugueses: navegava à maneira mediterrânica medieval pelo processo do rumo e estima, usando a bússola e, quando a havia, a escala do mapa, sem jamais registar uma única determinação de latitude no mar. Além disso parece ignorar inteiramente o método de determinação da latitude pela observação do sol ao meio-dia, a que não faz a mínima referência, limitando-se a usar o *Regimento do Norte*, baseado na observação da Ursa Maior e da Polar. Pudemos confirmar a intuição náutica que lhe credita Cuneo por dois ou três episódios, passados na terceira e na quarta viagem do Almirante, que seria moroso descrever aqui. Daí a conclusão do capítulo que dedicámos a este ponto: “chegados assim ao cabo desta digressão pela arte náutica de Colombo não sabemos com que mais pasmar: se com a sua monumental ignorância do céu, se com a sua genial intuição do mar, se com o êxito surpreendente que surtiu na Terra a combinação das duas...”

Quanto aos seus conhecimentos de latim, cremos ter amplamente demonstrado, por uma análise gramatical cuidadosa do que nesse idioma deixou escrito, que leria quiçá sem dificuldades a suave língua de Virgílio, mas a escrever cometia erros de palmatória — como aliás seria de esperar de um autodidata.

Julgando-se nas Índias (que parece não distinguir claramente da China), Colombo crê a cada passo ter topado com especiarias, madeiras aromáticas e plantas medicinais do Velho Mundo, que a Europa importava do Oriente, mas ausentes do Novo Mundo. Tentámos identificar caso a caso as plantas que provavelmente o terão induzido em erro, bem assim como as espécies desconhecidas na Europa com que topou, como é o caso do maiz, da mandioca, do tabaco, do ananás, etc. A nossa prezada amiga Maria Cândida Liberato, *in illo tempore* investigadora do Centro de Botânica do trágicamente falecido Instituto de Investigação Científica Tropical, fez o favor de rever cuidadosamente as nossas classificações botânicas, corrigindo-as quando necessário e acrescentando-lhe os seus autorizados comentários, que, quer para evitar mexer num texto já paginado, quer para que o seu generoso trabalho fique bem delimitado, preferimos ajuntar como nótula autónoma, ao fim do nosso texto.

Como adiantámos já, a documentação recentemente revelada permite tanto rever alguns pontos obscuros da epopeia colombina como corrigir afirmações mecanicamente repetidas pela historiografia tradicional, mas que finalmente se revelam de correção duvidosa. Deixando de lado pormenores de somenos importância, limitar-nos-emos a focar dois pontos.

Um é o do extremo ocidental atingido por Colombo na exploração da costa meridional de Cuba, no decurso da sua segunda viagem. Há que começar por notar que o Almirante tinha todo o interesse em demonstrar que não atingira apenas ilhas desconhecidas, supostas jazeres a leste das costas orientais do Cataio, ou seja, da China, mas o próprio litoral do continente asiático. Esta concção reflete-se no planisfério de Piri Reis datado de 1514, confessadamente copiado dum protótipo desenhado pelo próprio Cristóvão Colombo — que Piri Reis apreendeu num navio espanhol que capturou — em que Cuba (identificável pelos topónimos que ostenta) aparece inteiramente fundida com o continente asiático, de que nem sequer constitui uma península. Não nos chegou o *Diurnal*, ou seja, o diário de viagem, de Colombo, mas tão somente a sua carta-relatório aos Reis. Ora nesta — que na sua crónica dos Reis Católicos Andrés Bernáldez transcreve fielmente — os factos parecem baralhados, fora da ordem cronológica por que se terão passado, como resulta claro da incoerência geográfica que resulta do relato. Essa desordem levou a um certo descrédito da relação de Bernáldez, que por exemplo o almirante Morrison, preferiu deixar de lado. O achado da carta de Colombo mostra que é a este e não ao probro cura de Los Palacios que se deve a confusão, que tem todo o aspeto de ser propositada.

O descobridor deve ter atingido a extremidade ocidental de Cuba e penetrado no golfo de Guanahacabibes, na contracosta — o que provava à saciedade que a sua “ilha Joana” era de facto uma ilha e não parte do continente. Daí as medidas que tomou para abafar essa constatação.

Por um lado, na carta aos Reis em que transcreve parcialmente o *Diurnal*, interverteu os factos, mas deixou o gato escondido com o rabo de fora: embora inseridos entre episódios passados no golfo de Batabanó, na costa meridional da ilha, aparecem na carta trechos

em que se afirma que viam a leste as montanhas do “Quersoneso do Evangelista” (identificável com a Península de Guanahacabibes), ou seja a cordilheira de Guaniguanico, o que só é possível a quem tenha dobrado o Cabo Santo António e passado à contracosta. Por outro lado, ainda no golfo de Batabanó, num momento particularmente difícil da expedição, em que foi necessário safar com cabrestantes os navios enleados em angustos estreitos entre caios arenosos, mandou lavar um auto em como não haviam atingido o extremo de Cuba (o que naquele momento não era mentira alguma); esta não seria, por conseguinte, uma ilha. Como do próprio auto consta, avisou nessa hora os deponentes de que se viessem a desdizer as suas declarações pagariam uma coima de 10.000 maravedis por cada vez que o afirmassem, além de que lhes seria cortada a língua; e sendo grumetes ou pessoas de baixa sorte seriam, além de deslinguados, açoutados com cem açoutes. E a um abade de Lucerna, que por prazer quisera acompanhar a expedição — o primeiro turista no Novo Mundo! — não autorizou a regressar a Espanha, não fosse espalhar aí a crença na insularidade de Cuba que persistia em negar, o que obrigou os monarcas a intervirem e ordenarem que lhe fosse facultado embarque. Na esteira de Las Casas, os manuais de história afirmam, ao invés, que o Quersoneso do Evangelista era a Isla de los Pinos, que cerra a sul o golfo de Batabanó, e que, por conseguinte, foi essa ilha o *terminus* da exploração colombina, o que é desdito por uma leitura atenta carta do descobridor aos Reis.

Um outro ponto em que importa corrigir os manuais é o episódio da batalha da Vega Real, que se teria travado a 27 de Abril de 1495, em que Colombo teria desbaratado cinco batalhões de índios, e que marcaria o início da conquista da Espanhola pelos espanhóis. Na realidade a carta do Almirante a seus amos deixa claro que, pròpriamente falando, na Vega Real se não chegou a travar batalha alguma, embora houvesse cerca de 15.000 índios postados para o combate — pois à aproximação do vice-rei com seus cavalos e cães, debandaram espavoridos para *las agras sierras*, pelo que apenas se registaram escaramuças esporádicas. A verdadeira batalha em que foram destroçados cinco batalhões de índios e capturado o irmão do cacique Caonaobó (o caudilho da resistência que Colombo lograra já aprisionar à traição) feriu-se na Vega de Maguana e não na Vega Real, não entre o vice-rei e as forças dos irmãos do cacique prisioneiro, mas com as de Hojeda, e por certo muito depois de 27.III.1495 — pois entre meados de Fevereiro, em que o Almirante ficara outra vez operacional após a enfermidade que o acometera ao regressar de Cuba e essa data não é possível ter havido tempo para todas as andanças e manobras que ele esmieuça na sua missiva. O testemunho do próprio D. Cristóvão, que teria todo o interesse em arrogar-se da vitória, parece ser concludente.

No que respeita à terceira viagem, as recém-descobertas cartas de Colombo invalidam que, como afirma na sua crónica Gonzalo Fernández de Oviedo e na sua esteira López de Gómara, que visivelmente fundem a terceira viagem colombina com a de Hojeda no ano imediato, tenha o Almirante explorado todo o litoral venezuelano até o Cabo da Vela, no extremo leste da atual Colômbia.

Se as cartas de Colombo nos permitem rever certos detalhes mal contados das suas quatro expedições, proporcionam-nos por outro lado, momentos de intenso prazer estético, pois contêm trechos de grande vivacidade que ao mesmo tempo revelam a fina sensibilidade e a notável capacidade descritiva do autor. Já no *Diário da Primeira Viagem*, conhecido de longa data através da transcrição de Frei Bartolomeu de las Casas, avultava pela frescura, que recorda a da carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, a descrição do desembarque nas Lucaias e dos primeiros contactos com os índios.

A carta de 26 de Fevereiro de 1494 contém outro trecho de antologia: a descrição da visita que lhe fez a bordo um cacique da Jamaica, acompanhado das suas filhas e da sua corte, que é uma das melhores páginas de etnografia do Almirante das Índias.

E no relato da quarta viagem — até aqui apenas conhecido através de uma tradução italiana publicada na época, de que resta apenas um exemplar e é por isso geralmente designada por *Lettera Rarissima* — avulta a descrição do horrível temporal, que colheu a pequena armada ao largo da costa do Panamá, recheada de hipérbolos que evocam o fim do mundo e recordam a linguagem do profeta Habacuc. Na sua biografia do pai, a quem acompanhou nesta viagem, D. Hernando reproduz este belo texto, acrescentando-lhe de sua lavra alguns comentários, como testemunha ocular que foi do acontecimento; foi daí que Las Casas e mais tarde Antonio de Herrera, impressionados com a sua beleza, transcreveram integralmente o trecho.

O mesmo fazemos no nosso livro, em que inserimos numerosas citações, umas por môr de exatidão, para que não restassem dúvidas sobre os exatos termos em que se exprimem as fontes que utilizámos, outras por razões estéticas. De uma maneira geral traduzimos as citações cujo original era redigido em latim, francês antigo ou italiano, mas deixámos na língua em que as achámos as redigidas em castelhano, que a qualquer português são acessíveis. Excèncionalmente, porém, vertemos também na língua de Camões as que pela sua extensão, pelo seu carácter técnico ou por razões literárias nos pareceu conveniente traduzir. Tal é o caso do segundo texto que acima mencionámos.

Grosso modo o mesmo critério adotámos para os excertos que damos de fontes mais tardias, permitindo-nos desde já chamar a atenção do leitor para a descrição de um furacão devida a Girolamo Benzoni, verdadeira peça de antologia, que traduzimos a p. 598.

Do conjunto da obra resultará, assim o esperamos, uma imagem realista da personalidade e da obra do descobridor do Novo Mundo.

Em nossa opinião Colombo está longe de ser um santo. Se de longa data sempre houve quem assim pensasse, a publicação do processo que lhe foi movido dissipa todas as dúvidas. Leia-se a tal propósito o capítulo que intitulámos “O primeiro ditador da América Latina”.

Seja-nos permitido que insiramos aqui com um breve considerando, inspirado em Las Casas. Se Colombo era, de facto, um homem simples e ignorante, há que conceder-lhe o benefício da dúvida e admitir que em *error y ceguedad caía por ignorancia*; podemos

mesmo acreditar, com o santo bispo de Chiapas, *que la intinción del Almirante, simplemente considerada, sin aplicalla a la obra, sino supuesto su error y ignorancia del derecho, era rectísima*. Se, pelo contrário, possuía a cultura teológica, a educação e a formação moral de cavaleiro de Cristo que lhe empresta Mascarenhas Barreto, o seu comportamento para com Rodrigo de Triana, as suas atitudes para com os índios, a sua ditadura na Espanhola, a sua subserviência para com Roldán, a forma fementida como tentou a anulação dos salvo-condutos que lhe dera, os estratagemas a que recorreu para deitar a mão tanto a Caonaobó como ao *quivián* de Verágua, e tudo o mais de que se pode inteirar quem tenha paciência para ler o livro até ao fim, fariam dele, sem apelo nem agravo, um homem abjeto e execrável...

Seria um super-homem, como os que concebia Nietzsche, acima dos ditames da moral? Não o cremos. E isto pela mesma razão por que tampouco cremos que os seus marinheiros tenham visto em Cuba e no Panamá pègadas de grifos, como ele pretende em suas cartas: é que, tal como grifos, na Natureza não existem super-homens, mas só homens, cada qual com suas virtudes, cada qual com seus defeitos. Que lhe ergam estátuas ou que lhas derribem, pouco importa. Aparentemente, os europeus que graças à sua viagem pioneira se puderam transmudar para as Américas e aí melhorar as suas condições de vida, têm todas as razões para lhe quedarem gratos e lhas erguerem; e os índios sobeja razão para lhas derribarem...

Como homem que era, Colombo deu ao Velho Mundo o Novo e à Espanha um império. Isso lhe basta. Foi, pois, com toda a justiça que no seu túmulo fizeram gravar: *A Castilla y a León, nuevo mundo dio Colón*.

Resta-me agradecer a todos vós a paciência com que me escutastes; e desejar a cada um que a leitura desta obra lhe seja tão instrutiva como distrativa. Por isso nos esforçá-mos, quanto em nosso poder cabia!

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA REVISTA DA ARMADA

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 14 de outubro

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

Saúdo-o com o gosto de sempre em mais uma presença na Academia de Marinha, desta vez para tornar solene a comemoração dos 50 anos da Revista da Armada, mostrando de novo a importância que dá às manifestações culturais da Marinha.

Não se trata de uma sessão conjunta já que a Direção da Revista da Armada apenas nos questionou sobre a possibilidade de realizar as suas comemorações nas nossas instalações, a que naturalmente anuímos. Mas não só aceitámos como imediatamente nos quisemos associar a esta festa que é de todos os que servem a Marinha e daí estas minhas palavras.

Cinquenta anos constituem uma já longa vida, com mudanças que refletem as várias linhas de pensamento dos seus diretores e as orientações superiores, o que certamente será abordado nas intervenções que se seguirão. Mas é sem dúvida uma efeméride que merece ser comemorada.

Recordo que no 15º aniversário da Revista da Armada, o CALM Malheiro do Vale, na nota de abertura à edição de julho de 86 descrevia da seguinte forma o trabalho realizado pela Revista: *«Falamos-lhes da evolução do material; falamos-lhes dos camaradas, das suas vidas e das suas mortes; falamos-lhes da nossa riquíssima história; mantemos vivo o humor naval, que tem o sabor da água salgada; avivamos-lhes a saudade do mar, das terras por onde andaram, dos navios e até, imagine-se, dos maus bocados que passaram e das coisas desagradáveis, próprias da profissão. As saudades dos marinheiros abrangem tudo isso»*.

Estreando-se a 8 de julho de 1971, data em que então se comemorava o Dia da Marinha, a Revista procurava colmatar uma lacuna perceptível no seio da Armada, a falta de uma publicação própria, que servisse transversalmente toda a corporação, e que, citando o despacho de criação *«pudesse ser lido com agrado pelos nossos oficiais, sargentos e praças, podendo contribuir para fortalecer o espírito de corpo»*. Para tal, eram todos exortados a contribuírem com conteúdos, numa experiência que se queria colaborativa.

Se no início, a maioria dos contributos pertenciam à própria comissão de redação, a colaboração foi rápida a espalhar-se por toda a organização, sendo muitos os contributos que preencheram as páginas da publicação, de maneira mais ou menos regular.

Começando a sua edição em plena guerra de África, este facto é patente na publicação, através de rúbricas como «a Pátria honrai», destinada a publicar os nomes de militares

da marinha agraciados com a Ordem da Torre e Espada ou com as Medalhas de Valor Militar ou da Cruz de Guerra. Destaque também para a rubrica «Ultramar», que familiarizava todos os leitores com os territórios ultramarinos, particularmente os africanos.

Desde o seu início a sua ligação à cultura tem sido vincada através de rubricas que promovem particularmente a história e cultura naval, começando com a secção de «Ciências, Artes e Letras» e prosseguindo essa tradição através de crónicas e artigos dedicados, ou através da sempre pronta disponibilização de espaço na edição para colaborações vindas da área Cultural da Marinha.

«Simples, acessível, atraente e simpática, nela se encontra em dosagem equilibrada um repositório da vida naval, um recordar de feitos e heróis, um vade-mécum de normas indispensáveis, uma informação sobre noções complementares, um conjunto de esclarecimentos úteis, uma pequena enciclopédia de leves conhecimentos de cultura geral, um pouco de recreio e certa dose de bom humor» excerto da análise realizada pelo grupo de trabalho incumbido pelo MFA de apreciar as diferentes publicações emitidas pelos três ramos.

Partes da Publicação mantêm-se inalteradas, como o «Quarto de Folga», que se tornou mais curto, mas persiste, ou as «notícias pessoais», que apenas deixaram de anunciar os casamentos.

Outras rubricas, como aquelas dedicadas à filatelia, à numismática ou à medalhística vieram e foram com o avançar dos tempos e dos interesses, hoje com um pendor mais virado para a estratégica, para a história, as operações navais, sem nunca esquecer o lazer e as pessoas, as que fazem da Marinha o que ela é.

O que acabaram de ouvir foi apenas uma pequena introdução às comemorações a que a Academia não podia deixar de se associar. Mas é imperioso que oiçamos os convidados de hoje e o seu Diretor a darem-nos a sua visão, necessariamente muito mais completa, sobre o que foi, é e virá a ser a nossa Revista. Parabéns à Revista da Armada.

Muito obrigado.

Academia de Marinha, Lisboa, em 14 de Outubro de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA REVISTA DA ARMADA

15 ANOS NA REVISTA DA ARMADA

Palavras proferidas pelo Académico
Luiz Roque Martins, em 14 de outubro

Confesso que durante toda a minha vida na Marinha, nunca me tinha passado pela cabeça ser um dia Director da Revista da Armada.

No entanto e para total surpresa minha, naquele mês de Outubro de 1998, o então Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Vieira Matias, nomeou-me Director da Revista da Armada, cargo de que tomei posse em 21 de Outubro.

Ao assumir estas novas funções na Revista da Armada, a minha preocupação foi ter sempre presente o objectivo principal apontado pelo seu fundador, o Almirante Manuel Pereira Crespo, e que era contribuir para o fortalecimento do Espírito de Corpo que sempre caracterizou a nossa Marinha e ao qual estão ligadas as virtudes e as tradições navais, e que ao mesmo tempo possa ser lida com agrado pelos nossos oficiais, sargentos e praças.

Neste sentido, interiorizei que era cada vez mais importante a divulgação da informação e planear de forma equilibrada um conjunto de crónicas, ensaios, reportagens, entrevistas, notícias, contos, efemérides, fotografias, passatempos, anedotas, caricaturas, etc, mantendo sempre como pano de fundo o Mar, a Marinha e toda uma Cultura Naval envolvente.

A equipa encarregada de fazer a Revista foi sempre muito pequena, mas muito eficaz, tendo como chefe da redacção o CMG Vaz Ferreira, redactora a então Ten. Alexandra de Brito e secretários da redacção, sucessivamente, os Sargentos Gaspar Lopes, Pires Afonso e Mário Carvalho, além do pessoal do secretariado.

Mas hoje, o que quero salientar aqui é recordar os principais e notáveis colaboradores neste período de 15 anos.

Para facilidade de exposição vou dividir este espaço por capítulos e assim:

No “Ponto ao Meio Dia” posso dizer que colaboraram praticamente todos os almirantes. Nele era descrita a caracterização dos respectivos organismos e perspectivas da sua evolução. Também por vezes, era aqui que se desenvolviam temas de real interesse para a Marinha.

O capítulo seguinte diz respeito à “Doutrina e Estratégia”, e aqui há que referir em primeiro lugar, a colaboração do Almirante António Sacchetti com mais de meia centena de artigos, incluindo 16 da rubrica “Reflectindo”, onde evidenciou o seu superior saber e inteligência, a par de uma permanente atenção à realidade do País e do Mundo. À sua

experiência, sensatez, integridade moral e amor à Marinha se ficou a dever escritos de incontestável valor.

Também neste capítulo há que mencionar o Almirante Silva Ribeiro, que escreveu uma centena de artigos, em que para além da doutrina e estratégia abordou a hierarquia da Marinha e compilou um conjunto de 12 textos sobre “As Virtudes Militares”, destinado aos cadetes da Escola Naval, para além da série sobre “Reflexão Estratégica”.

De referir ainda nesta área, a colaboração do Comandante Sardinha Monteiro, que se iniciou na Revista com artigos da área da Navegação e que depois enveredou pela Estratégia, com cerca de uma dezena de textos e onde o seu trabalho sobre Julian Stafford foi premiado. Escreveu ainda trabalhos sobre a “Sagres”, navio que comandou de 2011 a 2013.

No capítulo a seguir que designarei “Organização e Política Naval”, vou considerar a colaboração do Comandante Serra Brandão que em cerca de uma vintena de artigos nos mostrou a panorâmica internacional com ênfase no Direito do Mar.

Não posso deixar de mencionar aqui um comentário que pedi ao Comandante Serra Brandão aquando do centenário da implantação da República.

Nesta área incluo também o Almirante Lopo Carajabille, que escreveu artigos sobre a Directiva de Política Naval, as capacidades da Marinha, vários aspectos da organização, nomeadamente os conceitos de Marinha Equilibrada e Marinha de Duplo Uso, as vantagens proporcionadas pelos submarinos e também a análise da condição militar e as especificidades das Marinhas.

São de destacar os artigos “Os fins reais e os fins declarados das organizações” que foca as distorções que se observam na actuação real das organizações, e “Uma experiencia falhada” que descreve a péssima experiencia canadiana de integração das Forças Armadas e ainda “Os equívocos da condição militar” que explica como deve ser entendida a condição militar.

Integro ainda neste capítulo o Comandante Dias Correia com os seus 25 artigos, sempre interessantes, por trazerem uma perspectiva nova e antecipada sobre alguns temas que hoje estão na ordem do dia, nomeadamente, as “Alterações Climáticas”.

Incluo também aqui o Dr. Costa Diogo, Jurista, que em cerca de uma quinzena de artigos abordou matérias relacionadas com o Direito Internacional, o Direito do Mar, o Direito Marítimo Aplicado, o Direito Administrativo e a Geopolítica. É também da sua autoria a série direccionada para o Direito do Mar e Direito Marítimo que tem continuado na Revista.

Dedicou-se também à História Constitucional e História de Portugal, à evolução institucional e funcional da Autoridade Marítima, nomeadamente sobre o exercício do multi-secular cargo de capitão do porto.

No capítulo “História e História da Marinha” sobressai a obra imensa e de grande qualidade do Comandante Semedo de Matos. Assim em 196 Revistas escreveu a história da Marinha, numa página por cada revista, cobrindo o período de antes dos descobrimentos até ao fim da dinastia de Aviz, conjunto notável que merecia já estar editado em livro.

Para além desta obra escreveu mais de 100 textos de inegável valor de que destacamos:

- “Quinhentos anos depois da viagem de Álvares Cabral” (Mai/2000)
- “O Índico Português, o amanhecer do Império” (Dez/2000)
- “As lágrimas portuguesas pela tragédia do Aquidaban” (Mai/2002)
- “A última exposição da Comissão dos Descobrimentos” (Jul/2002)
- “A cidade portuguesa de Mazagão” (Dez/2004)
- “D. Carlos – O Rei, o Artista, o Homem de Ciência” (Fev/2008).

Ainda neste capítulo é justo salientar os trabalhos do Comandante Guilherme Conceição e Silva sobre a Marinha do sec. XVII, “A última missão do Bergantim Real” de que ele foi membro da guarnição e os artigos sobre o início da Guerra do Ultramar.

Também o Comandante Encarnação Gomes passou a escrever nesta área da Revista pequenos, mas muito curiosos textos sobre dados históricos, todos eles relacionados com o mar, que denominou “Vigia da História”, fruto de uma longa investigação de há mais de 50 anos em arquivos e bibliotecas e hoje com mais de uma centena de títulos publicados.

Completam este núcleo os trabalhos do Dr. Ortigão Neves com cerca de meia centena de artigos de várias áreas e ainda os textos do Alm. David e Silva e dos Comandantes Rodrigues Pereira e Carlos Valentim.

No capítulo seguinte apresento dois autores com uma obra imensa e extremamente apelativa. Refiro-me aos Comandantes Estácio dos Reis e António Manuel Gonçalves .

A obra do Comandante Estácio dos Reis eu intitulava-a de “Náutica e História da Náutica”, se bem que ele abordasse muitos outros temas nos quase 200 artigos que publicou na Revista da Armada.

Muito importante foi tudo o que ele escreveu sobre astrolábios e a persistência para que o Museu de Marinha passasse a guardar a riquíssima coleção que hoje possui. O mesmo se diga de outros instrumentos náuticos e do nónio.

Dos muitos artigos por ele escritos deixo aqui uma referência aos seguintes:

- “Sistema métrico decimal”
- “Do nascimento da meteorologia náutica”
- “As escalas dos instrumentos náuticos”
- “Os relógios de sol”
- “A conquista da longitude” e
- “O Dique da Ribeira das Naus”.

Curiosa a forma como se referia ao “acaso” ou “Serendipidade”.

Quanto ao Comandante António Manuel Gonçalves que escreveu 110 artigos que englobou no título “À Bolina pela História” e onde descreve a história da navegação à vela , os veleiros históricos portugueses e as regatas internacionais, a que há a acrescentar a série a “Sagres e os seus Irmãos” e “Lugres do Gelo, Cisnes dos Oceanos” e ainda “Setting Sail”,

versando a evolução dos veleiros e a navegação à vela. Publicou ainda outros artigos sobre referências geográficas e 10 biografias.

Mas sobre vela e navios de vela julgo que teria esgotado a matéria.

Entrando depois no capítulo das “Biografias” retive dois autores – o Contra-Almirante Leiria Pinto e o Comandante Moreira Silva, se bem que sobre biografias se tenham debruçado muitos dos autores já aqui mencionados.

Assim o Almirante Leiria Pinto publicou uma vintena de biografias sobre marinheiros ilustres dos sec. XIX e XX, nomeadamente os que se distinguiram nas áreas científica e cultural, aquando da implantação da República, nos conflitos mundiais e no pós 25 de Abril como Chefes de Estado-Maior da Armada.

É autor também dos 26 textos sobre os “Navios da República” desenhados pelo “Pintor de Marinha” Lemos Gomes e de artigos relativos a Expansão Portuguesa no Oriente, ao Património Cultural da Marinha e a Timor Português, de que foi o último Capitão dos Portos e Comandante da Defesa Marítima.

Quanto ao Comandante Jorge Moreira Silva, ele é autor de 67 textos, dos quais 12 biografias de marinheiros ilustres e 31 crónicas bimensais que denominou “Divagações de um Marujo” relatando e comentando episódios pitorescos da sua vida de marinheiro. Destas crónicas é justo destacar as 6 referentes à missão do NRP “Hermenegildo Capelo” em Timor de Janeiro a Julho de 2000.

No capítulo a que chamarei de “Entretenimento” não posso esquecer o Comodoro Dr. Luís Bronze (DOC), com o seu conto naval que intitulou “Historias da Botica” e posteriormente “Novas Histórias da Botica”, que no conjunto perfizeram uma centena de artigos e onde o autor expressou numa extrema beleza um singular sentimento humano. Recordo aqui o artigo “O Perigoso Fuzileiro” que com uma belíssima ilustração do Comandante Sousa Machado teve imensa repercussão na Marinha.

Também neste capítulo deixo uma palavra para a Ten. Médica Ana Cristina Pratas que começou neste período a sua rúbrica “Saúde para Todos” e hoje com quase uma centena de artigos já descreveu a maior parte das doenças que nos podem afligir.

E ainda uma palavra para o Almirante Nunes Marques que com a sua rúbrica “Joguemos o Bridge” acompanhou estes anos da Revista e que no seu conjunto já dá para um verdadeiro “Tratado”.

Deixei propositadamente para o fim o Comandante Raul Sousa Machado, fundador da Revista da Armada, onde colaborou permanentemente durante 34 anos até ao seu falecimento.

Foi um artista muito completo, pois trabalhou todas as disciplinas das Belas Artes excepto a Arquitectura, mas foi na ilustração que mais se salientou.

Não se pode esquecer a capa da 1ª Revista e toda uma série de ilustrações onde o seu traço inconfundível e uma enorme simplicidade preencheram mais de 700 páginas da Revista.

A figura do “Cabo Pézinhos”, criação do Almirante Malheiro do Vale, mas a que ele deu expressão, ficará para sempre na nossa memória.

O seu falecimento em 2005 constituiu para a Revista da Armada uma perda irreparável. Ainda em 2005 a Marinha nomeou-o “Pintor de Marinha” a título póstumo.

Aproveito este momento para deixar uma saudação especial a outros três ilustres colaboradores da Revista da Armada entretanto falecidos e a quem a Revista muito ficou a dever

*Almirante António Sacchetti
Comandante Serra Brandão
Comandante Estácio dos Reis.*

De referir ainda a utilização da contra capa, que logo no início do meu mandato à frente da Revista da Armada passou a divulgar peças do património artístico, científico e literário existentes nos organismos da Marinha acompanhadas por uma descrição adequada e que envolveram um total de 51 obras.

De seguida a contra capa apresentou as seguintes séries:

- Faróis de Portugal – 34
- Setting sail – 14
- Instalações da Marinha – 20
- Navios da República -15
- Navios Hidrográficos – 31
- 100 anos dos submarinos em Portugal – 5

Que terminou com a minha saída da Revista.

Em complemento quero ainda mencionar as obras levadas a efeito nas instalações da Revista em 2006, que eram muito exíguas e não satisfaziam os parâmetros necessários de conforto, funcionalidade e segurança.

O projecto de modernização dirigido pela Direcção de Infraestruturas concretizou-se com a expansão do Arquivo e da Biblioteca e seu reequipamento e o reordenamento dos espaços envolvendo a totalidade dos gabinetes da Direcção, da Redacção, da Secretaria e das Instalações de Apoio.

Hoje passados 15 anos constitui uma obra de referência.

E agora, mesmo para terminar, não posso deixar de referir as duas grandes exposições levadas a efeito na “Casa da Balança”.

A primeira que contemplou “35 Anos /400 números” apresentou em 14 expositores as melhores obras publicadas na Revista da Armada até então, agrupadas por temas e que aquando da inauguração contou com a presença dos seus autores.

A segunda exposição abordou “O Traço inconfundível do Comandante Sousa Machado” e nela estiveram expostas grande parte das obras do grande artista, numa organização conjunta da Revista da Armada e da Comissão Cultural da Marinha na altura dirigida pelo Almirante Vilas Boas Tavares.

Apresento ainda uma série de imagens significativas que me parecem oportunas:

- A Marinha Portuguesa nos céus de Nova York
- O lançamento à água do Albert Leo Sclagether
- A Sagres no Canal de Corinto
- A Esquadra em exercícios
- Esquadilha de Helicópteros
- Tridente atravessa Atlântico
- Fuzileiros Portugueses em Paris
- Um salva-vidas só com mulheres
- O regresso de África
- Quadro do Alm. Marquês de Niza enriquece Museu de Marinha
- O Retábulo da Capela de S.Roque
- O retrato de Gina da “Pero Escobar”

E assim ao fim de 15 anos à frente da Revista da Armada, de dirigir 166 números e de trabalhar com 5 Almirantes Chefes de Estado-Maior da Armada, achei que estava na altura de passar o testemunho, o que veio a acontecer em 21 de Novembro de 2013.

Na cerimónia esteve presente o Matias, o Almirante Vieira Matias, que me deu um sentido abraço e me disse – Roque há 15 anos não me enganei!

Por fim, o meu agradecimento a todos quantos comigo colaboraram.



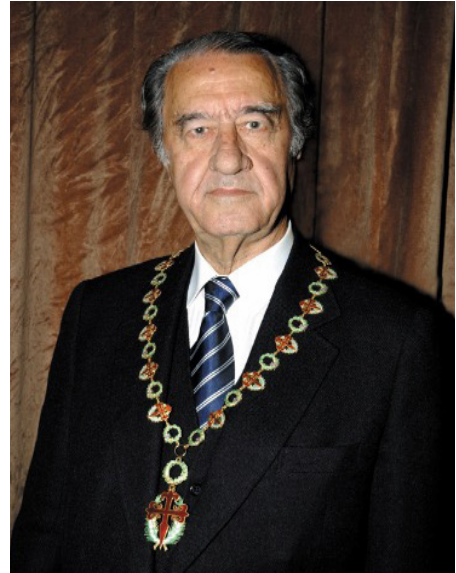
Comandante Sousa Machado



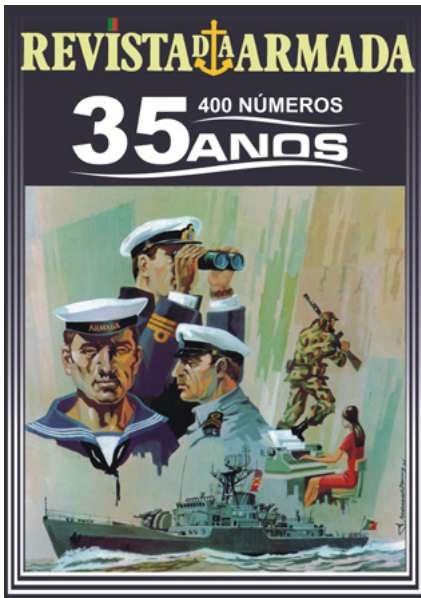
Almirante Sacchetti



Comandante Serra Brandão



Comandante Estácio dos Reis



- QUADRO DA EXPOSIÇÃO**
- A REVISTA DA ARMADA E A SUA GÊNESE
 - A REVISTA DA ARMADA E A HISTÓRIA DA MARINHA
 - CALM Malheiro do Vale
 - CTEN Alexandre da Fonseca
 - CTEN Rodrigues da Costa
 - CMG Sousa Mendes
 - SAJ Manuel C. Hora
 - A REVISTA DA ARMADA E O CONTO NAVAL
 - VALM Silva Braga
 - CTEN Mx Luis Bronze
 - CTEN J. Moreira Silva
 - A REVISTA DA ARMADA E AS CIÊNCIAS, ARTES E LETRAS
 - CMG Oliveira Lemos
 - A REVISTA DA ARMADA E AS BATALHAS E COMBATES DA MARINHA PORTUGUESA
 - CMG Armando Saurnino Monteiro
 - A REVISTA DA ARMADA, E A ANTOLOGIA DO MAR E DOS MARINHEIROS
 - CFR João Cristóvão Moreira
 - A REVISTA DA ARMADA E OS INSTRUMENTOS NÁUTICOS
 - CMG Estácio dos Reis
 - A REVISTA DA ARMADA E OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES
 - CFR FZJ. Semedo de Matos
 - A REVISTA DA ARMADA E A MARINHA DA VELA
 - CTEN António Manuel Gonçalves
 - A REVISTA DA ARMADA E AS NOVAS TECNOLOGIAS
 - CFR ECN A. Lopes Moreira
 - CTEN A. Dias Correia
 - CTEN J. Sardinha Monteiro
 - A REVISTA DA ARMADA E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO
 - VALM António Sacchetti
 - Comandante EH. Serra Brandão
 - CMG Silva Ribeiro
 - A REVISTA DA ARMADA E O COMANDANTE SOUSA MACHADO
 - A REVISTA DA ARMADA E O INQUÉRITO 2004
 - OS PRÉMIOS DA REVISTA DA ARMADA
 - OS DIRECTORES DA REVISTA DA ARMADA
 - OS 34 VOLUMES DA REVISTA DA ARMADA

REVISTA DA ARMADA
Expansão e Remodelação das Instalações

A antiga instalação da "REVISTA" em multietapas e não satisfaziam os parâmetros necessários de conforto, funcionalidade e ergonomia.

O projecto de expansão e remodelação foi baseado por ordem do IFAE (I.F.A.E.), desenvolvido em dois lotes, a primeira referente à expansão do espaço e biblioteca e a segunda referente à remodelação do espaço e rearranjo do mobiliário de acordo com a realidade da gestão da Direcção, Redacção, Secretaria e Instalação de Apoio.

Essas intervenções baseou como primeiro um objectivo comum: renovar para melhor e com a qualidade e modernidade das instalações da Revista da Armada.

Diferenciou-se inicialmente algumas linhas mestras estruturais da obra baseou a todo o plano de intervenção a possibilidade das zonas estruturais de forma a promover a acústica e a natural, ao mesmo tempo, de forma a manter as espaços, a ventilação de ar condicionado e um conjunto de parâmetros críticos e funcionais que contribuíram ao estado de saúde das instalações. Desta forma, as espaços adquiriram uma maior regularidade promovida a circulação e permeabilidade.

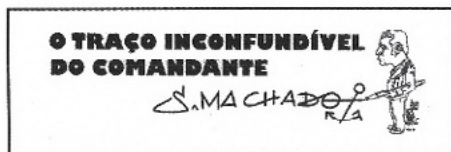
O espaço de organização pública comete agora com as suas utilizações áreas de sua transparência, permitindo para instalação de um conjunto de espaços de trabalho emular a eficiência de um espaço, mantendo os seus valores significativamente no âmbito de saúde do ambiente.

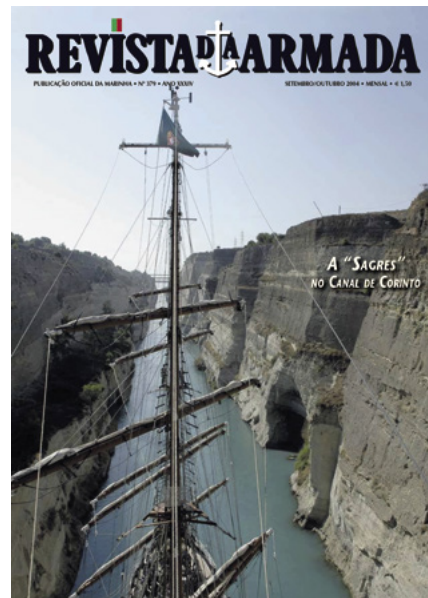
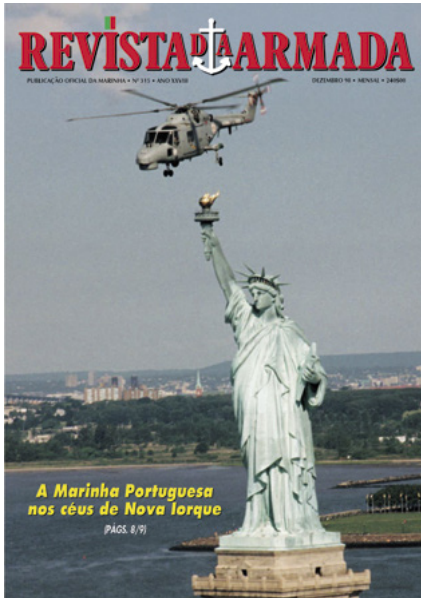
Porém de saúde do ambiente, a RA dispõem ainda de um sistema de Ar condicionado, instalação de ar condicionado, instalação de um sistema automático de detecção de incêndios.

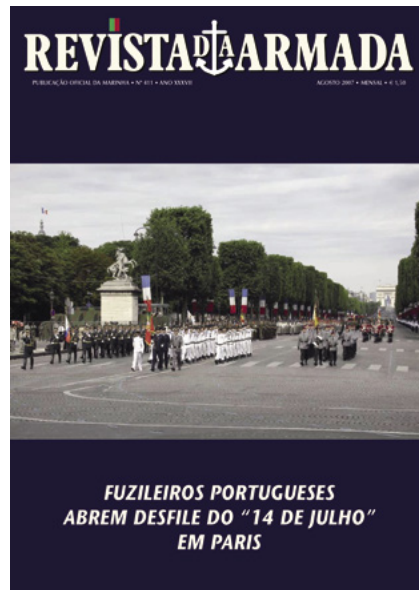
O sistema de projecto foi desenvolvido essencialmente ao apoio da Marinha e eficiente coordenação na execução das actividades e áreas entre as áreas de RA, DE, OTIC, UNICOM e empresa adjunta, com o IFAE & BURET.

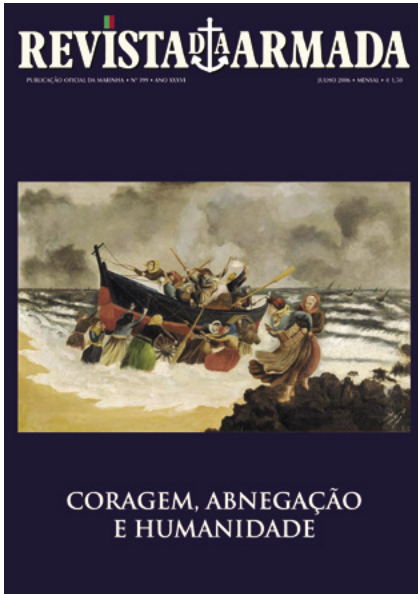
18

18 ACESSO 2004 - REVISTA DA ARMADA









O *TRACTADO DE LAS DROGAS* DE CRISTÓVÃO DA COSTA UM MARCO INDELÉVEL NA HISTÓRIA DA BOTÂNICA

Comunicação apresentada pela Académica
Teresa Nobre de Carvalho¹, em 2 de novembro

Introdução

Cristóvão da Costa publicou, em Burgos, em 1578, *Tractado de las Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus plantas debuxadas al bivo por Christoval Acosta medico y cirurjano que las vio ocularmente*. Neste volume, o físico português reuniu as mais actualizadas notícias sobre as drogas, especiarias e produtos utilizados na medicina, culinária ou produção têxtil. Amplamente baseada na obra do médico português Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia* (Goa, 1563) o tratado de Costa revelava, no entanto, uma novidade absoluta na Europa de Quinhentos: a ilustração feita “ao vivo” das plantas asiáticas ali descritas. Este aperfeiçoamento, do qual Costa não prescindiu e que considerou o mais inovador contributo do seu tratado, trouxe, pela primeira vez à Europa, as imagens das plantas Orientais desenhadas “ao vivo” por testemunhas oculares. Esta motivação de Costa teve evidentes consequências políticas e científicas. Se, por um lado, possibilitou, ao mundo ibérico, uma mais clara apropriação daquele espaço ultramarino, por outro, actualizou e complementou a informação de cariz científico então em circulação. Atendendo a que esta última nos parece uma perspectiva menos explorada, mas nem por isso menos relevante, com o presente ensaio pretendemos contribuir para clarificar de que forma, naquele final da década de 1570, o *Tractado de las Drogas* constituiu um marco indelével na construção do saber botânico à escala global.

Palavras-chave: Botânica asiática; Garcia de Orta; ilustração botânica; matéria médica asiática; impérios ibéricos; circulação do saber

¹ Investigadora integrada do CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. Este artigo teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da Bolsa de Pós Doutoramento FCT (SFRH/BPD/119899/2016)
orcid.org/0000-0002-5294-4068

VIDA E OBRA

De ascendência judaica, sabe-se muito pouco sobre a vida de Cristóvão da Costa/ Cristobal Acosta y Boaventura (c. 1525-c.1594).² Alguns autores situam a sua terra natal no Norte da África, outros atribuem-lhe a origem em Cabo Verde, provavelmente de alguma das ilhas do Barlavento do arquipélago. Para outros ainda, a forte presença de famílias de cristãos-novos em Ceuta e Tãnger, propiciada pelo privilégio de D. Manuel I datado de 1509, faz supor que tenha sido para ali que se dirigiram os seus pais.

Dos seus estudos, apenas podemos afirmar que cursou medicina e cirurgia. A sua fluência em castelhano permite-nos supor que frequentou universidades espanholas. Partiu a 7 de Abril de 1568 para Oriente, como *físico* ou cirurgião da armada que levou para Goa o Vice-Rei da Índia, D. Luís de Ataíde (g. 1568-1572) e que ali aportou a 10 de setembro do mesmo ano.³ Segundo conta, Costa conheceu Garcia de Orta em Goa.⁴ Durante a sua permanência na Ásia participou nas expedições e campanhas organizadas ou comandadas pelo governante. Da passagem do médico por terras orientais pouco se pode precisar. Têm sido referidas peregrinações à longínqua China, Pérsia, Damasco, Jerusalém ou Cairo. Das palavras de Cristóvão da Costa não se lhe consegue estabelecer um percurso definitivo. Registamos, no entanto, que em 1569 acompanhou Martim Afonso de Miranda na esquadra que atravessou o Mar do Malabar com o objectivo de

² Sobre o médico, ver: OLMEDILLA Y PUIG, Joaquin, **Estudio historico de la vida y escritos del sabio médico, botânico y escritor del siglo XVI, Cristóbal de Acosta**, 1899; PAOLI, Umberto, “Cristobal Acosta e le sue opere” *Archeion*, 19 (1937): 317-347; FRIEDENWALD; Harry, **Jews and Medicine**, 1944, 2 vols.; SEIDI, Jacob, “The relationship of Garcia de Orta’s and Cristobal Acosta’s Botanical works” *Actes du VII Congrès International d’Histoire des Sciences*, (Paris, 1955); COSTA, Cristóvão da, **Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais**, 1964: V-XV; BARRETO, Luís Filipe, “Da medicina renascentista: o lugar de Cristóvão da Costa na leitura dos *Colóquios* de Garcia de Orta”, *Prelo* 6 (1985): 51-69; RODRIGUEZ NOZAL, R. e GONZÁLEZ BUENO, A., **Tratado de las Drogas de Cristóbal de Acosta (Burgos, 1578): Utilidad comercial y materia medica de las Indias Orientales en la Europa renascentista**, 2000; CARVALHO, Teresa Nobre de, “Imagens do mundo natural asiático na obra botânica de Cristóvão da Costa”, *RC-Revista de Cultura*, 20 (2006): 28-39 ou PARDO TOMAS, Jose, “East Indies. West Indies: Garcia de Orta and the Spanish treatises on exotic materia medica” in Palmira Fontes da COSTA (ed.) **Medicine, Trade and Empire: Garcia de Orta’s Colloquies on the Simples and Drugs of India in Context**, 2015: 195-212.

³ Jaime Walter adiantou a possibilidade da existência de laços de parentesco entre de Cristóvão da Costa e D. Luís de Ataíde. O estudioso apontou, como provável, que Cristóvão da Costa fosse “familiar do donatário e alcaide-mor da vila [de Peniche], D. Luís de Ataíde” e ali desempenhasse a sua actividade clínica. COSTA, **Tratado**, 1964: VIII. Sobre D. Luís de Ataíde, ver: PEREIRA, António Pinto, **História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde**, 1987.

⁴ “Encontrei nas Índias Orientais com o Doutor Garcia de Orta, médico português e varão grave, de raro e peregrino engenho...” COSTA, **Tratado**, 1964: XXVII. Alguns elementos sugerem que Garcia de Orta terá morrido no 1º semestre de 1568 pelo que, este desfasamento cronológico torna pouco provável este encontro. No entanto, Costa conviveu, seguramente, com a herança intelectual do médico português que muito admirou e que não se cansou de enaltecer. Assim, ao longo do *Tratado*, Costa não se coibiu de se referir a Garcia de Orta como “Doutor Orta”. Convém recordar que nos seus estudos médicos, Orta apenas tomou o grau de “Licenciado” pelo que esta alusão ao “Doutor” deve ser considerada como uma deferência de Costa em relação ao médico português e uma clara afirmação da autoridade de Garcia de Orta no contexto ibérico.

o libertar dos muitos navios piratas que ali se posicionavam. No âmbito desta missão, desembarcou em Cranganor – junto ao rio Mangate – onde foi feito prisioneiro, o que o impediu de viajar até Bengala.⁵ No entanto, em final de 1569 desempenhava funções no Hospital Real de Cochim tendo, nesta ocasião, tratado o Rei de Cochim. Em 1571 estava de volta a Goa, onde D. Luís de Ataíde lhe apresentou o pau-de-maluco e, meses mais tarde, encontrava-se em Tanor, onde desenhou o espódio. Daí regressou a Cochim, onde, como testemunha no capítulo do turbite, embarcou na viagem de regresso ao Reino. Parece-nos que todas estas deambulações asiáticas dificilmente permitiriam a deslocação, a que muitos se referem, até à longínqua China.

A análise das imagens que incluiu no *Tractado de las Drogas* pode-nos ajudar a colmatar esta falta de dados. As suas representações de algumas plantas, como as do cravinho e da noz-moscada, provenientes dos longínquos arquipélagos das Molucas e de Banda, que para se alcançar a partir de Goa ou Cochim obrigavam a demoradas travessias marítimas, não parecem testemunhar o mesmo realismo pictural que as imagens do tamarindo, da árvore-triste ou do caju.⁶ Podemos admitir que, ao contrário destas últimas que admirou nos jardins de Goa e Cochim, Costa nunca observou as valiosas árvores das especiarias nas suas remotas ilhas de origem. Já o facto de ter desenhado “como testemunha de vista” os duriões, frutos perecíveis e incapazes de suportar longas travessias, nos leva a admitir a sua deslocação até Malaca, região onde estes frutos abundavam. De qualquer modo, durante a sua expedição oriental, Costa deverá ter realizado amplas deslocações que lhe permitiram reconhecer a flora local.

Supõe-se que, em 1572, o médico acompanhou o Vice-Rei na sua viagem de regresso ao Reino. Apesar de não termos dados concretos, parece-nos provável que tenha participado no cortejo festivo que acompanhou D. Luís de Ataíde, desde a sua chegada ao Tejo até à Igreja de S. Domingos.⁷

Anos mais tarde, em Abril de 1576, Cristóvão da Costa assinou contrato por três anos com o Senado de Burgos – cidade do Norte de Espanha que o acolheu como médico municipal. A clareza dos seus diagnósticos e a sua vasta prática clínica, asseguraram a sua

⁵ Nos paratextos do *Tractado de las Drogas*, Juan Costa, catedrático de Salamanca, aludiu à “dureza de tristes cativos que o médico padeceu na África, na Ásia e na China”. Estes referências, assim como as inscritas no poema da autoria de Don Pedro Manrique, parecem ter servido de mote para narrativa aventurosa da vida de Costa que, anos mais tarde, foi divulgada através da versão italiana do *Tratado* (Veneza, 1585), obra que teve ampla difusão na Europa e a que nos referiremos mais adiante.

⁶ COSTA, *Tratado*, 1964, 18, 22, 42, 134 ou 214.

⁷ Sobre a eventual permanência de Costa no Oriente, ver: LOUREIRO, Rui Manuel, “Algumas notas sobre os herdeiros intelectuais de Garcia de Orta (1563- 1596): Clusius, Fragoso, Costa e Linschoten” em: Luís Filipe BARRETO e Maria de Fátima REIS (org.) *Garcia de Orta. Ciência, Religião e Cultura*, 2021: 47-82.

contratação durante quase uma década.⁸ As razões da translação geográfica, de Portugal para o país vizinho, estão ainda por esclarecer, mas talvez Juan Costa y Béltran tenha tido alguma influência nessa mudança.⁹ Este erudito, regente da cátedra de Retórica da Universidade de Salamanca, animou Costa a publicar o *Tractado de las drogas, y medicinas de las Indias Orientales, com sus plantas debuxadas al bivo* (Burgos, 1578).

Numa carta preliminar que dirigiu ao leitor, o académico deixou bem claro o esforço que teve que desenvolver para convencer Cristóvão da Costa a publicar o seu trabalho.¹⁰ Dos momentos finais da sua vida temos pouca informação. Aparentemente, em meados da década de 1580, recolheu-se numa vida de reflexão e solidão.¹¹ Terá morrido por volta de 1594, depois de ter dado à estampa dois novos volumes.

Da autoria de Cristóvão da Costa conhecem-se 3 tratados

Tractado de las Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus plantas debuxadas al bivo por Christoval Acosta medico y cirujano que la vio ocularmente
(Burgos: Martin de Victoria, 1578)

Tratado en loor de las mugeres, y de la Castidad, Onestidad, Constançia, Silencio, y Justicia: Con las muchas particularidades, y varias historias. Dirigido a la Serenissima Señora Infanta Donna Catalina d'Austria.
(Veneza: Giacomo Cornetti, 1592)

Tratado en contra, y Pro de la vida solitaria. Con otros dos Tratados, uno de la Religion, y Religioso. Otro contra los hombres que mal viven. Dirigidos al Rey Don Phelippe Nuestro Señor.
(Veneza: Giacommo Cornetti, 1592)

⁸ Segundo Jaime Walter, Costa estabeleceu-se em Burgos, a “exercer clínica livre, começando por adquirir fama, de fazer boas curas, especialmente do mal de urina e carnosidade e outras enfermidades extraordinárias” COSTA, **Tratado**, 1964: XI-XIII, Sobre a sua contratação, ver ainda: PARDO TOMAS, Jose, “East Indies. West Indies: Garcia de Orta and the Spanish treatises on exotic materia medica” 2015: 195-212.

⁹ A instabilidade política que se vivia em Lisboa poderá ter levado Costa a sair do Reino em direcção a Salamanca, onde talvez conhecesse sábios ou eruditos. Rui Loureiro sugeriu que Costa se dirigiu a Burgos, aceitando o desafio de algum dos agentes que Simon Ruiz mantinha em Goa. Este banqueiro e empreendedor de Medina del Campo, que centralizava uma ampla rede comercial e detinha interesses nos negócios das Índias, estava também implicado nos projectos tipográficos burgaleses. Não é impossível que tenha antecipado o imenso interesse que, para a sua rede mercantil, uma obra como a que Costa tinha em preparação. Sobre Simón Ruiz, ver: NAVARRO GARCIA, Luis, **El Hospital General de Simón Ruiz en Medina del Campo: Fabrica y Idea**, 1998; PINTO, Sara Maria Costa, *A Companhia de Simón Ruiz: análise espacial de uma rede de negócios no século XVI*, Dissertação de Doutoramento, 2012; PULIDO SERRANO, Juan, **Más que negocios: Simón Ruiz un banquero español del siglo XVI entre las penínsulas ibérica y italiana**, 2017; CASADO ALONSO, Hilario (coord.), **Simón Ruiz y el mundo de los negocios en Europa en los siglos XVI y XVII**, 2017; LOUREIRO, Rui Manuel, “Algumas notas sobre os herdeiros intelectuais de Garcia de Orta (1563- 1596): Clusius, Frago, Costa e Linschoten” 2021: 47-82.

¹⁰ “Pareceu-me (consultando-me sobre a obra) tão mal este encolhimento [de Costa], que o importunei, fatiguei, movi e forcei, a que vencendo o temor o seu bom zelo, quebrasse este gelo, e depositasse nas tuas mãos [leitor] a limpidez da sua intenção, a qual te oferece envolvida no fruto desta obra.” COSTA, **Tratado**, 1964, XXXI.

¹¹ Sobre estes últimos anos da sua vida levantam-se várias questões. Ver, em particular, a leitura de CARVALHO, José Adriano de Freitas, “Da arte de fazer ermitão e de construir ermitérios. As fontes literárias e iconográficas do *Tratado en contra y pro de la vida solitaria* (Veneza, Giacomo Cornetti, 1592) de Cristobal Acosta” *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, nº2 (2005): 297-326.

Cristóvão da Costa referiu-se ainda a outra obra:

*“Libro de la vida solitaria y Religiosa de mugeres, y de las monjas descalças del mnasterio de la consolación de Madrid, y otro del Amor Divino, con otro del Amor Natural y Humano, y un discurso del Amor que las irracionales tienen unas y otras, y de lo que devemos a cada una dellas. Con unos dialogos dictos Theriacales...El volumen, offerecci...la bella sobre las bellas, Infanta Donna Isabel d’Austria.”*¹²

Apesar de alguns autores lhe atribuírem outros textos, não se encontrou, até hoje, qualquer volume da sua autoria. No entanto, o próprio Cristóvão da Costa revelou aos seus leitores ter em preparação um outro livro de cariz mais amplo: “procurarei oferecer-te outro tratado maior e mais copioso, com o resto de mais ervas, frutos, aves e animais assim terrenos, como aquáticos, que naquelas partes e na Pérsia, e na China há, não debuxadas ao natural até agora, e muito pouco de eles escrito com outras particularidades e curiosidades, que, porventura te darão mais contento.” (XXVIII)¹³

De facto, ao longo do *Tractado de las Drogas*, o médico referiu-se, por várias vezes, à redação de um outro livro que teria entre mãos “de todas as plantas, frutos aves e animais daquelas partes da Ásia.”¹⁴ Esta alusão a uma obra de tão amplo espectro leva-nos a admitir que Costa, mais do que se limitar à flora medicinal da Índia, teria recolhido material suficiente para a composição de um volume dedicado à natureza asiática. Este, por um motivo que o autor não esclareceu, acabou por nunca sair a público. De qualquer modo, parece claro que o objectivo do levantamento de notícias relativas à flora e à fauna conduzido, no Oriente, por Cristóvão da Costa seria bem mais amplo. Teria ele em mente a edição de uma História Natural da Índia?¹⁵

A obra em análise no presente ensaio, *Tractado de las Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus plantas debuxadas al bivo por Christoval Acosta medico y cirujano que la vio ocularmente*, é um volume no qual, ao longo de cerca de 450 páginas, Costa descreveu as principais drogas, especiarias e recursos naturais das Índias Orientais. (Figura 1)

Neste seu *Tractado*, as plantas e frutos descritos, foram acompanhados por cerca de meia centena de figuras, desenhadas à vista por Costa ou, esboçadas por um artista local sob a sua directa supervisão. Um dos aspectos inovadores das suas ilustrações decorre do facto de cada um dos desenhos ocupar a totalidade da folha. Este modelo gráfico, apenas comparável ao que Leonard Fuchs inscreveu em *De Historia Stirpium* (Basileia, 1542), revela a importância que Costa atribuiu à construção da imagem enquanto elemento descritivo do

¹² COSTA, *Tratado*, 1964: XIV.

¹³ COSTA, *Tratado*, 1964, XXVII.

¹⁴ COSTA, *Tratado*, 1964: 281

¹⁵ Poder-se-á estabelecer um paralelo entre o trabalho de prospeção conduzido na Nova Espanha por Francisco Hernández (1570-1577) e o levantamento realizado por Cristóvão da Costa?

mundo vegetal.¹⁶ As diferenças de estilo entre várias ilustrações incluídas no *Tratado*, mais do que a diversa perícia de desenhadores e entalhadores, sugerem que Costa recorreu a vários pintores.¹⁷ Algumas imagens, como a da canela (p. 3), da pimenta (p. 12), do pau-da-china (pp. 51-52) foram, provavelmente, da sua autoria. Outras, poderão ser atribuídas a artistas locais. Assim, e tomando apenas alguns exemplos, o traço das plantas como o tamarindo (p. 42), as maçãs-da-índia (p. 74), os ambares (p. 192) ou o caju (p. 214), contrasta com o esboço das plantas de datura (p. 56), de negundo (pp. 181-182), erva-de maluco (p. 218) ou banguê (p. 246) e com o das poderosas ilustrações da bananeira (p. 46), jaca (p. 168) ou carcapuli (p. 242).

Esta disparidade de estilos aponta para uma colecção de desenhos realizados por diversas mãos, que Costa parece ter usado para ilustrar a sua obra. Deste modo, os testemunhos que reuniu no seu *Tratado* poderiam não se limitar à sua própria experiência de campo. Assim, para “dar a ver” à Europa a imagem de muitas plantas asiáticas, o médico parece ter contado com a colaboração daqueles que, ali residentes ou no desempenho de funções nas mais recônditas regiões do Oriente, lhe terão enviado desenhos, amostras ou plantas secas.¹⁸ De regresso à Europa, desenhadores e gravadores europeus poderão ter procurado conciliar alguns dos desenhos de plantas com modelos gráficos dos tratados botânicos então em circulação.¹⁹ Desta forma, e apesar de não ter visto algumas das plantas na sua região de origem, o



Figura 1 – O *Tratado de las Drogas* (Burgos, 1578) trouxe à Europa as primeiras imagens impressas das plantas das Índias Orientais desenhadas “ao vivo”. (BNP RES 4055 P)

¹⁶ *De Historia Stirpium* (Basileia, 1542) marcou um ponto de viragem na história da ilustração botânica. No final do volume, atestando a relevância atribuída às cerca de 500 imagens que incluiu no livro, Leonart Fuchs não prescindiu de representar os artistas responsáveis pelas ilustrações: A. Meyer (que desenhou as plantas à vista); H. Füllmaurer (que as desenhou nos blocos de madeira) e V. Speckle (que esculpiu as imagens e imprimiu as ilustrações).

¹⁷ A participação de diferentes artistas foi também notada por ZUPANOV, Ines, “From description/verbal to pictorial visualizations: Appropriating nature in the Portuguese Empire in Asia (16th-17th centuries)” in: Urte KRASS (ed.) *Visualizing Portuguese Power. The Political use of images in Portugal and its Overseas Empire (16th-18th century)*. 2016: 261-288.

¹⁸ Sobre a representação “ad vivum” ver: SWAN, Claudia, “Ad vivum, naer het leven, from the life from the life: defining a mode of representation” *Word & Image*, 11, 4 (1995): 353-372 ou MASON, Peter, *The lives of images*, 2001: 55-79.

¹⁹ Sobre esta hipótese, ver: ZUPANOV, Ines, “From description/verbal to pictorial visualizations: Appropriating nature in the Portuguese Empire in Asia (16th-17th centuries)” 2016: 277-9.

físico proporcionou aos seus leitores uma imagem, tão precisa quanto possível, da flora oriental. Esta modalidade de prospeção da natureza, que contava com a colaboração de informadores locais ou de agentes da Coroa em funções no terreno, reflectia o modelo de construção do saber médico-botânico asiático que Garcia de Orta consolidou a partir de Goa.²⁰

As questões que o *Tratado das Drogas* nos coloca são:

quão oportuna seria, naquele final da década de 1570, a publicação, em Burgos, de uma obra dedicada aos recursos naturais da Ásia? Que informações circulavam na Europa sobre aqueles recursos? Em que contexto político eram difundidas? Como seria recebido o texto de um médico português que publicava em castelhano, o saber sobre as riquezas naturais do mundo oriental?

O CONTEXTO

Se recuarmos até à década de 1540, e recordarmos os escritos de Pier Andrea Mattioli (1501-1577), um dos mais destacados comentadores da obra de Dioscórides, constatamos que, na sua opinião, o novo saber relativo às drogas e especiarias do Oriente deveria ser coligido, autorizado e difundido pelos médicos portugueses.²¹ Nos circuitos eruditos europeus era assim aceite que, a recolha, tratamento e actualização dos dados de cariz médico-botânico relativos a produtos provenientes das Índias Orientais, estava nas mãos de agentes da Coroa lusitana.

Até à década de 1550, coube, de facto, a feitores, vedores, mercadores, boticários, médicos e missionários ao serviço de D. Manuel, D. João III ou dos Governadores e Vice-Reis da Índia, a tarefa de coligir e assentar notícias sobre as origens, preços, utilizações, propriedades, rotas de difusão e mercados de distribuição da maioria dos produtos orientais. Alguma desta informação circulava amplamente, em muitas das praças portuguesas; outra, atendendo a sua maior relevância estratégica, era mantida em sigilo.²²

²⁰ Sobre esta modalidade de construção do saber, ver: CARVALHO, Teresa Nobre de, *O mundo natural da Ásia aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinbetistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013; CARVALHO, Teresa Nobre de, “Local knowledge in Portuguese words; oral and manuscript sources of *Colloquies on the Simples* by Garcia de Orta” *Host*, 8 (Fall 2013): 13-28; LOUREIRO, Rui Manuel, “Information networks in the Estado da Índia, a case study: Was Garcia de Orta the organizer of the *Codex Casanatense 1889*?” *Anais de História de Além-Mar* 13 (2013): 41-72.

²¹ Sobre este comentário, ver CARVALHO, Teresa Nobre de Carvalho, **Os desafios de Garcia de Orta. Colóquios dos Simples e Drogas da Índia**, 2015:165-237.

²² Sobre este tema ver, entre outros: PINA, Luis de, “As ciências na História do império colonial português (séculos XV-XIX)” *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 1945; ANDRADE, António Banha de, **Novos Mundos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos dos Portugueses**, 1972, 2 vols.; LACH, Donald, **Asia in the making of Europe**. 1956-1977, 4 vols.; 109-147; CARVALHO, Teresa Nobre de, “Local knowledge in Portuguese words: oral and manuscript sources of the *Colloquies of the Simples* by Garcia de Orta” *Journal of History of Science and Technology*, 8 (Fall 2013): 13-28; CARVALHO, Teresa Nobre de, **Os desafios de Garcia de Orta. Colóquios dos Simples e Drogas da Índia**, 2015: 59-90; Sobre a relevância da presença de médicos portugueses nos espaços extra-europeus, ver: JORGE, Ricardo, “La médecine et les médecins dans l’expansion mondiale des Portugais” *Actes, conférences et communications – III Congrès International d’Histoire des Sciences*, Lisboa, 1935; GAITONDE, P.D., **Portuguese pioneers in India. Spotlight on Medicine**, 1983.

Com a crescente circulação de agentes das casas comerciais europeias e a publicação de colectâneas de relatórios, sumas, cartas e registos recolhidos por agentes portugueses, como a obra da autoria de Giovanni Battista Ramusio (Veneza, 1550) ou de textos de cariz científico como as *Ennarrationes* de Amato Lusitano (Antuérpia, 1553) muita da informação recolhida no Oriente (ou testada na Europa) passou a circular, sem que uma autoridade médica residente no Oriente a sancionasse.

Neste sentido, a publicação, em português, em Goa, em 1563, da obra de Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas e cousas medicinais da Índia*, revelou-se tão oportuna como indispensável. O volume reuniu, em algumas dezenas diálogos, todo o saber relativo às drogas, especiarias e produtos asiáticos, coligido e testado por Garcia de Orta ao longo dos seus quase 30 anos de vivência oriental. Sem nos determos na análise desta obra de valor inquestionável para a ciência quinhentista, importa, no entanto, realçar o imenso interesse que este volume despertou na Europa.²³

Desde 1563, até à edição da obra de Cristóvão da Costa, foram publicadas duas obras baseadas no tratado de Garcia de Orta. Para além de uma fonte de inspiração comum, um outro aspecto aliava estas duas obras: a assinatura do privilégio. Esta pertencia a Filipe II, Rei de Espanha e atestava o interesse com que o monarca castelhano acolhia as notícias sobre os recursos naturais das Índias de Portugal.²⁴

As versões de *Colóquios dos Simples* a que nos referimos são:

a) *Aromatum & Simplicium..* (Antuérpia, 1567)

Da autoria de Clusius, um dos mais destacados botânicos do seu tempo, esta versão latina da obra de Orta resultou do entusiasmo do botânico e do empenhamento do tipógrafo de Antuérpia, Christoph Plantin, que arriscou na publicação de um volume ilustrado. Pela primeira vez, as imagens das especiarias e drogas do Oriente à venda no mercado de Antuérpia foram alvo de notícia impressa numa obra que lhes foi integralmente dedicada.

²³ Sobre Garcia de Orta e a sua obra, ver: FICALHO, Conde de, **Garcia da Orta e o seu tempo**, 1896; CARVALHO, Augusto da Silva, Garcia d'Orta: Comemoração do quarto centenário da sua partida para a Índia em 12 de Março de 1534 (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934): 61-246; ZUPANOV, Ines, "Botanizing in Portuguese India: Between Errors and certainties (16th-17th centuries)" em: Anabela MENDES (ed.) **Garcia de Orta and Alexander von Humboldt. Across the East and West**, 2009: 21-30; LOUREIRO, Rui Manuel, "Information networks in the Estado da Índia, a case study: Was Garcia de Orta the organizer of the *Codex Casanatense 1889?*," *Anais de História de Além-Mar* 13 (2013): 41-72; PIMENTEL, Juan e SOLER, Isabel, "Painting naiked truth: The *Colóquios* of Garcia da Orta (1563)" *Journal of Early Modern History*, (2014): 101-120; CARVALHO, Teresa Nobre de Carvalho, **Os Desafios de Garcia de Orta**, 2015:91-164; BRENTJES, Sonja, "Issues of Best Historiographical Practice: Garcia da Orta's *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da India* (Goa, 1563) and Their Conflicting Interpretation", em: Helge WENDT (ed.) **The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World**, 2016: 95-137.

²⁴ Sobre a representação dos espaços imperiais pelos monarcas ibéricos, ver: PIMENTEL, Juan, "The Iberian vision: Science and Empire in the framework of a universal monarchy, 1500-1800" *Osiris*, 2nd series, vol. 15, (2000): 17-30.

A tiragem de 1250 exemplares teve ampla procura, ates- tando, assim, o valor que esta informação, de cariz científico e de relevância comercial, alcançava na Europa. (figura 2) Atendendo a que a 1ª edição se esgotou, uma 2ª edição foi posta a circular em 1574.²⁵

b) Discurso de las Cosas Aromaticas (Madrid, 1572)

Da autoria de Juan Fragoso, médico da corte de Filipe II e que havia publicado, em 1566, *Catalogum medicamentorum*. Em *Discurso de las Cosas Aromaticas* Fragoso criou uma releitura da obra de Orta. Abandonando a forma de diálogo e deixando cair a autoria das observações, a obra de Fragoso, em tudo o que respeitava à flora asiática, seguia de perto a obra ortiana.²⁶ Para os itens descritos por Orta estabeleceu, sempre que possível, um paralelo com produtos provenientes da Índias Ocidentais. Deste modo, Fragoso procurou valorizar, aos olhos dos seus leitores, os usos e qualidades das drogas e produtos americanos que, tal como os artigos asiáticos podiam ser utilizados na medicina, na alimentação ou na produção têxtil.²⁷



Figura 2 – Pau-de-canela em Clusius, *Aromatum et Simplicium* (Antuérpia, 1567 e 1574) Até à publicação do *Tractado de las Drogas*, as imagens das plantas da Ásia em circulação na Europa limitavam-se à representação de produtos comerciais observados nos mercados de Antuérpia. (BNP RES 4108 P.)

²⁵ Sobre Clusius e a adaptação da obra de Garcia de Orta por este botânico flamengo há uma vasta bibliografia. Ver, entre outros: EGMOND, Florike, **The world of Carolus Clusius. Natural History in the making, 1560-1610**, 2010; EGMOND, Florike; Paul HOFTIJZER, and Robert VISSER, **Carolus Clusius: Towards a cultural history of a Renaissance naturalist**, 2007:125-155 ; LOPES, Maríla dos Santos, “A revelação das plantas: Garcia de Orta, Carolus Clusius e as espécies asiáticas na Europa” *Revista de Cultura*, Macau, 20 (2006): 28-39 ou LOUREIRO, Rui Manuel, “Algumas notas sobre os herdeiros intelectuais de Garcia de Orta (1563- 1596): Clusius, Fragoso, Costa e Linschoten”, 2021: 47-82.

²⁶ Sobre Juan Fragoso e a sua obra, ver: FRESQUET FEBRER, José Luis, **Juan Fragoso y los «Discursos de las cosas aromáticas, árboles y frutales...» (1572)**, 2001. CARVALHO, Teresa Nobre de, “O olhar abrangente de Juan Fragoso sobre o mundo natural exótico” *Revista Oriente* (2004): 27-43; CARVALHO, Teresa Nobre de, “A apropriação de *Colóquios dos Simples* por dois médicos ibéricos de Quinhentos” in Palmira Fontes da COSTA e Adelino CARDOSO (org.) **Percursos na História do Livro Médico (1450-1800)**, 2011: 59-72; PARDO TOMAS, Jose, “East Indies, West Indies” 2015: 195-212 ou LOUREIRO, Rui Manuel, “Algumas notas sobre os herdeiros intelectuais de Garcia de Orta (1563- 1596): Clusius, Fragoso, Costa e Linschoten” 2021: 47-82.

²⁷ Juan Fragoso recorreu a diferentes critérios para pôr, lado a lado, produtos das duas Índias. Deste modo, comparou o uso do banguê e do betre nas Índias orientais com o do tabaco e coca no Novo Mundo; confrontou a utilidade dos produtos extraídos do coco asiático com os retirados a figueira do inferno; igualou as qualidades da raiz-da-china às da salsaparilha; cotejou o gengibre asiático e o gengibre verde que chegava das Américas; emparelhou as propriedades da pimenta indiana às da “pimenta de las Índias” (*Capsicum*); pôs a par as qualidades dos bezoares da Pérsia e os extraídos dos animais peruanos; comparou as propriedades do turbit com as da Raiz de Mechoacan, incluiu novos produtos com reconhecidas qualidades terapêuticas como os “piñones indicos”, as “avelanas purgativas” e as “havas de Cartagena” e de “Santo Domingo”. A obra foi vertida para latim por Israel Spach, *Aromatum, fructuum, et simplicium aliquot medicamentorum ex India utraque...*(Estrasburgo, 1600). Esta edição permitiu a sua mais ampla difusão nos meios científicos europeus.

No entanto, Filipe II, tal como Carlos V e as elites destacadas no Novo Mundo, há muito que patrocinavam a recolha de notícias sobre os produtos naturais ultramarinos.²⁸ Em relação ao espaço americano, esta, está bem patente na encomenda de *Historias Naturais*, que trouxessem a público uma descrição preliminar da natureza americana²⁹; no patrocínio da edição de monografias sobre a utilidade dos seus produtos³⁰ ou no apoio a obras que sancionassem saberes e práticas locais e habilitassem os castelhanos ali destacados a tirar partido das tradições e saberes dos povos nativos.³¹

Também o patrocínio de Filipe II, à expedição conduzida por Francisco Hernández (1570-1577)³² e o projecto de levantamento sistemático de informações relativas ao mundo natural americano, que, a partir de finais da década de 1570, se estabeleceu com

²⁸ Sobre o empenho da monarquia castelhana no levantamento e tratamento de notícias sobre a natureza dos espaços imperiais, ver: GOODMAN, David, **Power & penury. Government, technology and science in Phillip II's Spain**, 1988: 209-260; BLEICHMAR, Daniela, "Books, Bodies and Fields: Sixteenth Century Transatlantic Encounters with New World *Materia Medica*", em: Londa SCHIEBINGER e Claudia SWAN, **Colonial Botany. Science, commerce and Politics in the Early Modern World**, 2007: 83-99; BARRERA, Antonio, "Knowledge and empiricism in the Sixteenth Century Spanish Atlantic World" em: Daniela BLEICHMAR, Paula de VOS, Kristin HUFFINE, Kevin SHEEHAN (eds.) **Science in the Spanish and Portuguese empires, 1500-1800**, 2008: 219-232. Sobre a bioprospecção, registo e o domínio dos espaços imperiais, Ver, GROVE, Richard, **Green Imperialism, Colonial Expansion, tropical Islands Edens and the origins of environmentalism: 1600-1860**, 1996; SCHIEBINGER, Londa, **Plants and empire. Colonial bioprospecting in the Atlantic world**, 2004 ou SPARY, Emma, "Of nutmegs and botanists: the colonial cultivation of botanical identity" in: Londa SCHIEBINGER e Claudia SWAN, **Colonial Botany. Science, Commerce and Politics in the Early Modern World**, 2007: 287-303.

²⁹ Destes trabalhos de bioprospecção resultaram relatórios e obras como as publicadas por Gonzalo de Oviedo (1535) ou Lopez de Gomara (1544). Ver: PARDO TOMAS Jose e LÓPEZ TERRADA Maria Luz, **Las primeras noticias sobre las plantas americanas en las relaciones de viajes y cronicas de Indias (1493-1553)**, 1993; LÓPEZ PIÑERO, Jose Maria, (dir.) **Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla**, 2002, 4 vols, entre outros.

³⁰ Tal foi o caso dos diferentes volumes – 1565, 1569 e 1574 - que constituíram a *Historia Medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales*, da autoria de Nicolas Monardes. Sobre Nicolas Monardes e sua obra, ver: OLMEDILLA Y PUIG, Joaquin, **Estudio historico de la vida y escritos del sabio medico español del siglo XVI Nicolas Monardes**, 1897; ALVARÉZ LÓPEZ E., "Nicolas Monardes y los botanicos europeos del siglo XVI" *Las Ciencias* 14 (1949): 139-149; GUERRA, Francisco, **Nicolas Bautista Monardes. Su vida y su obra (1493-1588)**, 1961; LÓPEZ PIÑERO, Jose Maria, "Las nuevas medicinas americanas en la obra (1565-1574) de Nicolas Monardes" *Asclepio*, 42, 1 (1990): 3-67, PARDO TOMAS, Jose, "East Indies, West Indies: Garcia de Orta and the Spanish Treatises on Exotic *Materia Medica*", 2015: 195-212.

³¹ Foi o caso da *Opera medicinalia* de Francisco Bravo (Mexico, 1570) ou da *Summa y recopilacion de cirugía* (Mexico, 1578) de Alonso López de Hinojosos e do *Tractado breve de Medicina* (Mexico, 1579) da autoria de Fr Augustin de Farfán.

³² Sobre a expedição de Francisco Hernández ver, entre outros: VAREY, Simon, CHABRÁN, Rafael e WEINER, Dora B. (eds.) **Searching for the secrets of nature: The life and works of Dr Francisco Hernández**, 2000; LÓPEZ PIÑERO e PARDO TOMAS, Jose, **La influencia de Francisco Hernández (1512-1587) en la constitucion de la Botanica y materia medica modernas**, 1996; PARDO TOMAS, Jose, "Francisco Hernández (1515?-1587). Medicina e Historia natural en el Nuevo Mundo", *Los Orígenes de la Ciencia Moderna. Seminario "Orotava" de Historia de la Ciencia-* Ano XI-XII, (2002) : 215-244;

as *Relaciones Geograficas de las indias*, proporcionavam um conhecimento mais cabal dos recursos naturais americanos.³³

No entanto, as plantas da Ásia interessavam a Coroa castelhana. Na verdade, desde a década de 1550, que se ensaiava o transplante de plantas asiáticas para o território americano com o propósito de ali produzir especiarias, nomeadamente: cravo, canela, pimenta, gengibre ou tamarindo. Esta missão, sempre envolvida em grande sigilo, era conduzida por elites destacadas no Novo Mundo. Para tal, agentes da Coroa empenharam-se na localização e recolha de sementes e propágulos de plantas asiáticas. As exigências agro-ecológicas das espécies orientais, que não encontraram paralelo no Novo Mundo, levaram ao insucesso de muitas destas tentativas de aclimação.³⁴

Finalmente, a instalação dos espanhóis em Manila e a criação, a partir da finais da década de 1560, de uma carreira regular entre Manila e Acapulco, abriu os mercados asiáticos aos castelhanos, a troco da prata de Potosi e de outros produtos de interesse regional.³⁵ Esta nova carreira comercial, que permitiu a troca, entre as Filipinas e o México, de saberes, práticas e produtos naturais a um ritmo sem precedentes, trouxe um renovado interesse da Coroa filipina relativamente às especiarias, drogas e produtos do Oriente.

Assim, em 1578, uma obra como a de Cristóvão da Costa, tinha, no império espanhol à sua espera, um amplo leque de leitores interessados.³⁶

³³ Sobre o amplo programa de levantamento de informações sobre o Novo Mundo, ver: MUNDY, Barbara, **The mapping of New Spain: indigenous cartography and the maps of the Relaciones Geograficas**, 2000; PORTUONDO, Maria, **Secret Science. Spanish Cosmography and the New World**, 2009.

³⁴ Sobre este tema, ver: FRENKEL, Omri Bassewitch, *Transplantation of Asian Spices in the Spanish Empire 1518-1640: Entrepreneurship, empiricism and the Crown*. PhD thesis, McGill University, Montreal, 2017.

³⁵ Sobre as transferências culturais e humanas proporcionadas pelo Galeão de Manila, ver: RUIZ GUTIERREZ, Ana, **El Galéon de Manila (1565-1815); Intercambios culturales**, 2012; CALVILLO UNNA, Tomás, (coord) **En torno al Galeón Manila Acapulco**, 2019; SALES COLIN, Ostwald, **El movimiento portuario de Acapulco. El protagonismo de Nueva España en la relacion con Filipinas, 1587-1648**, 2000; BONIALIAN, Mariano A., **La America española: entre Pacífico y el Atlántico. Globalización mercantil y economía política, 1580-1840**, 2019.

³⁶ Uma obra ilustrada sobre a botânica dos mundo ultramarino tinha também uma enorme relevância estratégica e política já que, como afirmou Belting “To imagine an empire is primarily a visual act, but to convey this vision to a larger audience, and, moreover, requires skilfull use and manipulation of various media that frame and support the imperial iconological project.” Apesar desta não nos parecer ser a prioridade de Cristóvão da Costa ao abraçar este projecto editorial, verificamos que a visualização e reconhecimento (e cobiça) dos recursos do espaço imperial pode ter sido uma das consequências da publicação do *Tractado*. Remetemos o leitor interessado em conhecer esta perspectiva para a análise do texto de BELTING, Hans, “Image, medium, body: a new approach to iconology” *Critical Inquiry* 31 (Winter 2005): 302-319 discutido por Ines Zupanov no artigo acima citado.

TRACTADO DE LAS DROGAS (BURGOS, 1578)

Com um privilégio por 6 anos assinado por Filipe II (S Lourenço, Escorial, 15/9/1577), *Tractado de las Drogas* foi dedicado ao “ilustre Senado de Burgos”. O empreendimento da obra foi largamente aplaudido e encorajado pelo Dr Juan Costa, catedrático de Salamanca, pelo religioso D. Pedro de Manrique³⁷ e pelo Bachelor Alóso González de la Torre.³⁸

Como Costa inscreveu no frontispício do *Tratado das Drogas*, o volume retomava muita da informação difundida pelo médico português.³⁹ Recorde-se que, em *Colóquios dos Simples*, o próprio Garcia de Orta, através do interlocutor “Orta” havia prometido a “Ruano”, o seu interlocutor castelhano:

“**ORTA:** Eu vos prometo que, se Deus me der dias de vida, que não deixe de escrever todos os anos um correctório que emende o que disse, se houver que emendar; e, se fordes morar a Castela, lá o podeis saber, porque a quem o eu escrever, lhe escreverei que vo-lo mande.”⁴⁰

Nos planos de Garcia de Orta estava, por isso, o envio, ainda que num futuro incerto, de notícias que complementassem a obra que, em 1563 publicava em Goa. Talvez por isso, a insistência de Cristóvão da Costa em aludir ao encontro com o médico, fosse sinal desta “passagem de testemunho” estabelecida entre Orta e Costa.

No entanto, para o Dr. Juan Costa, a obra de Cristóvão da Costa apresentava um interesse acrescido face à de Garcia de Orta. Segundo escreveu, embora relativamente às plantas e drogas do Oriente

“se deva muito à diligência do Doutor Garcia de Orta, que a trabalhou com muita curiosidade, mas eu conferi a sua obra com esta e a achei tão outra que poderemos dizer, que Orta só esboçou as primeiras linhas, e que Costa pôs as cores vivas: pois pôs em perfeição o que ele havia começado.”⁴¹

Cristóvão da Costa, por seu lado, apontou dois aspectos em *Colóquios dos Simples* que, do seu ponto de vista podiam comprometer o impacto da obra: em primeiro lugar, por ser escrita em forma de diálogo e, em segundo, por apresentar muitos erros

³⁷ D. Pedro de Manrique, n. 1553-4; cursou Artes e Teologia; ordenado em 1573-1574, foi prior dos conventos agostinhos de Toledo, Segovia e Pamplona; Foi Bispo de Tortosa, Vice Rei da Catalunha e Arcebispo de Saragoça.

³⁸ Alonzo Gonzáles de la Torre, membro de uma família tradicional de Burgos; o seu nome surge ligado à Universidade de Salamanca a partir de 1588, como responsável pelas disciplinas de Matemáticas.

³⁹ “no qual se verifica muito do que escreveu o Doutor Garcia de Orta”

⁴⁰ ORTA, Garcia de, *Colóquios dos Simples*, 2017: 100

⁴¹ COSTA, *Tratado*, 1964: Carta do licenciado Juan Costa, catedrático de Retórica na Universidade de Salamanca, ao curioso leitor

tipográficos.⁴² No entanto, para Costa, faltou em *Colóquios dos Simples*, “uma perfeição substancial”: o desenho das plantas.⁴³

Na verdade, desde 1530, circulavam na Europa tratados médico-botânicos, herbários e volumes botânicos profusamente ilustrados. Na falta de um léxico científico apropriado, os estudiosos socorreram-se das imagens para trazer realismo às descrições das plantas. Obras como as de Otto Brunffels, *Herbarum vivae eicones* (Estrasburgo, 1530); Hieronymus Bock, *New Kreütter Büch* (1539) ou de Leonard Fuchs, *De Historia Stirpium* (Basileia, 1542) dotaram a narrativa botânica de novas ferramentas descritivas. Nas décadas seguintes, verificou-se um crescente investimento de tipógrafos, investidores e estudiosos na publicação de herbários, Histórias naturais e tratados médico-botânicos profusamente ilustrados.⁴⁴ Estes volumes permitiram verificar a imensa diversidade do mundo vegetal então conhecido. Apesar de ter deixado Lisboa em 1534, Garcia de Orta teve acesso a numerosas destas obras então publicadas na Europa.⁴⁵ No entanto, para a construção da imagem da flora da Ásia que veiculou em *Colóquios dos Simples*, Orta optou por prescindir do suporte gráfico. Cristóvão da Costa, por seu lado, não concebeu a possibilidade de criar uma nova descrição da flora asiática que não facultasse aos seus leitores uma imagem das plantas, realizada por uma testemunha ocular.

Classificado por alguns como um instrumento de “apropriação” da natureza, o esboço das plantas constituía também, uma forma de facultar aos leitores uma percepção do mundo

⁴² “a obra [Colóquios dos Simples] trata de diversas medicinas, e plantas e outras coisas pertencentes à saúde humana, assim também trata de outras que são inúteis, e sem algum proveito para ela: sendo-lhe forçoso tratá-las por seguir o estilo de diálogos; acontecendo que os que falam se distraem e saem fora do que toca ao seu principal propósito, não se deixando de falar a cada passo muitos erros, que embora a boa fama e autoridade do autor nos persuadam não ser seus, mas sim descuido dos impressores (que naquela cidade de Goa, onde ele escreveu, não se acham tão limados como por estas partes) não deixam de causar moléstia e dar enfado aos que os lêem.” COSTA, *Tratado*, 1964: XXVII

⁴³ “Faltou também outra perfeição substancial à obra, que são as pinturas, e debuxos das plantas, de que trata: que ocupado o Doutor Orta em outras coisas mais graves, e que mais deviam importa-lhe, deixou de inseri-las nela.” COSTA, *Tratado*, 1964: XXVII e XXVIII.

⁴⁴ Sobre a evolução do uso da imagem na construção do conhecimento botânico, ver, entre outros: ARBER, Agnes, *Herbals. Their origin and evolution. A chapter in the history of Botany 1470-1670*, 1912: 52-146; OGILVIE, Brian, *The Science of Describing. Natural History in Renaissance Europe*, 2006: 139-209; SWAN, Claudia, “The uses of realism in Early Modern Illustrated Botany” em: Jean GIVENS, Karen REEDS e Alain TOUWAIDE (eds.) *Visualizing Medieval Medicine and Natural History, 1200-1500*, 2006: 239-249; FINDLEN, Paula, “Natural History” in: Katharine PARK and Lorraine DASTON, *The Cambridge History of Science*, 2008: vol 3: 435-468; KUSUKAWA, Sachiko, *Picturing the book of nature: Image, text and argument in sixteenth-century human anatomy and medical botany*, 2012: 98-177 ou EGMOND, Florike, *Eye for detail. Images of plants and animals in Art and Science, 1500-1630*, 2012.

⁴⁵ Sobre a possível biblioteca de Garcia de Orta, ver: LOUREIRO, Rui Manuel, “Garcia de Orta e os *Colóquios dos Simples*: observações de um viajante sedentário”, em: Anabela MENDES e Gabriel FRAGOSO (eds) *Garcia de Orta e Alexander van Humboldt: Errâncias, Investigações e Diálogo entre Culturas*, 2008: 135-146.

natural da Ásia distinta daquela que circulava na Europa.⁴⁶ Esta perspectiva euro-cêntrica, que descrevia uma natureza “exótica” e longínqua retirava à flora da Ásia (como à de África, Brasil ou Novo Mundo) a possibilidade de ser observada e percebida segundo os mesmos critérios com que se analisava a botânica europeia. Tal divergência de análise, herdada e aprofundada desde a Antiguidade, impossibilitava uma descrição da biodiversidade à escala global. Aparentemente, para Costa, importava inverter esta perspectiva.

Como atestou:

“Parecendo-me a mim que nesta nossa nação seria aquele livro de grande proveito, se se desse notícia das coisas boas que nele há, mostrando com os seus exemplos e figuras, para melhor conhecê-las, e que isto só o podia fazer quem ocularmente com os seus mesmos olhos os houvesse visto e experimentado: zeloso do bem desta terra, com a caridade que ao meu próximo devo, **deliberei tomar este trabalho, e debuxar ao vivo cada planta, extraída com a raíz**, além de muitas outras coisas, que eu vi...”⁴⁷

Esta prioridade na publicação de uma obra ilustrada estava, no entanto, dependente da existência de oficinas tipográficas, desenhadores e entalhadores capazes de levar a cabo tal empresa. Havia, por isso, que encontrar uma tipografia que pudesse cumprir esta exigência. Em Burgos, os Junta estavam há muito associados aos trabalhos de edição de textos.⁴⁸ As ligações desta família a agentes e oficinas em Lião e Veneza contribuía para fazer fluir produtos, notícias e negócios por estas regiões da Europa. Convém salientar que a obra de Cristóvão da Costa foi particularmente bem acolhida pelos botânicos e boticários de Lião e Veneza.⁴⁹ O convite do Senado de Burgos para trabalhar como médico da cidade e a consequente translação de Costa e sua família, de Lisboa para aquela cidade espanhola, mais do que a uma oferta de emprego interessante, poderia, assim, estar conectada com a evidente motivação do médico em publicar

⁴⁶ Em finais da década de 1570, as imagens da natureza da Ásia que circulavam na Europa eram os produtos comerciais do Oriente incluídos na obra de CLUSIUS, *Aromatum & Simplicium*, 1567.

⁴⁷ COSTA, *Tratado*, 1964: XXVIII (confrontando com o original castelhano, optei por substituir “mimosos olhos” por “mesmos olhos”)

⁴⁸ Sobre a tradição editorial burgalesa, ver: MOLL, Jaime, “Platino, los Junta y el Privilegio del Nuevo Reza-do”, *Simposio Internacional sobre Cristobal Plantino*, 1990: 9-23; DELGADO CASADO, Juan, *Diccionario de impresores españoles (siglos XV-XVIII)*, 1996, vol.II.; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto, *Los mundos del libro, Medios de difusión de la cultura occidental en las Indias de los siglos XVI-XVII*, 2001 e, em especial, VALLADARES, Mercedes, *La imprenta en Burgos (1501-1600)*, 2005 e GARCIA RÁMILA, Ismael, “Algunas nuevas noticias sobre la imprenta en Burgos” *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos y de la Institución Fernán González de la Ciudad de Burgos*, XXIX (1950): 25-38;

⁴⁹ O tema da recepção da obra será retomado mais adiante. No entanto, assinala-se, desde já, a difusão da obra através das oficinas de Lião e Veneza. Para além da versão italiana da autoria de Francesco Ziletti, *Tratatto di Cristoforo Acosta*, publicada, em 1585 e 1589, em Veneza (na qual o texto e as imagens foram integralmente reproduzidos), referimo-nos à edição do tratado de Jacques Dalechamps, *Historia Generalis Plantarum*, Lião, 1587 (que teve uma versão francesa, *Histoire Générale des Plantes*, igualmente publicada em Lião, em 1615, da autoria de Jean de Moulins) e a obra de Antoine Colin, *Histoire des Drogues* (Lião, 1602, 1619). Todos estes textos de cariz médico-botânico se referiram expressamente à autoridade de Cristóvão da Costa.

um volume ilustrado dedicado à flora medicinal da Ásia. Na verdade, em Portugal, atendendo a outras prioridades editoriais, Costa nunca poderia almejar tal realização.

O *Tractado de las drogas* está dividido em 68 capítulos. Nestes, as drogas, especiarias, frutas e produtos asiáticos são analisados com o detalhe possível.⁵⁰ Para a criação da sua obra, Cristóvão da Costa recorreu aos mais actualizados métodos de construção de saber médico-botânico. Conjugou para tal, práticas usadas, na Índia, por Garcia de Orta e testadas e consolidadas, em Sevilha, por Nicolas Monardes com metodologias aplicadas, desde meados do século, por médicos e botânicos europeus.

Para localizar, reconhecer, recolher e desenhar as plantas, contou, certamente, com a ajuda de informadores, ervanários, tradutores, intérpretes e, provavelmente, de artistas locais. A recolha de exemplares e de partes de plantas permitiu-lhe observar, de forma mais atenta, os detalhes morfológicos e assim, descrever, com maior riqueza de pormenores, as plantas asiáticas. Nas suas detalhadas descrições abundavam pormenores da morfologia vegetal que escaparam ao olhar dos anteriores observadores da natureza indiana. A observação directa das plantas permitiu-lhe, assim, estabelecer o primeiro registo gráfico da flora asiática que a Europa testemunhou. (Figura 3) Para tal, desenhou as plantas “à vista”.⁵¹

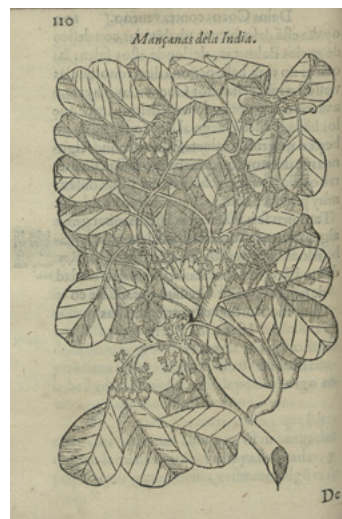


Figura 3 – A atenção à natureza observada por parte de Cristóvão da Costa levou-o a representar, sobre os ramos da árvore das maçãs-da-Índia, as pequenas formigas aladas responsáveis pela produção do lacre (BNP RES 4055 P)

⁵⁰ Da canela; Da pimenta; Da noz-moscada; Do macer; Do pavate; Da galanga; Do tamarindo; Da figueira-das-índias; Do pau-da-china; Da datura; Da avelá-índica; Da palmeira e do seu fruto; Dos cocos contra veneno; Das maçãs-da-Índia; Do lacre; da canafistula; Das cubebas; Do fólio-índo; Do cate; Da pedra-bezoar; Dos sândalos; Do espiquenardo; Do esquinanto; Do aloés; Do âmbar; Da árvore-triste; Do amomo; Dos duriões; Do anacardo; Da erva-viva; Da erva-mimososa; Da cânfora; Das carambolas; Do açafraão-das-índias; Do gengibre; Da jaca; Dos jambolões; Dos jambos; Das jangomas; Dos mirabólanos; Do negundo; Do nimbo; Do ruiubarbo; Dos âmbares; Do espódio; Do turbitto; Dos pinhões-de-maluco; Das mangas; Dos charaméis; Do caju; Da erva-de-maluco; Do pau-de-maluco; Do pau-de-cobra; Do pau-de-cobra; Da moringa; Do ananás-bravo; Do ananás; Do sargaço; Do carcapuli; Do banguê; Da assa-fétida; Do cálamo aromático; Do cardamomo; Do costo; Do maná; Do anil; Do ópio.

⁵¹ Por vezes, nos desenhos do *Tratado*, Costa incluiu, numa mesma ilustração, as várias estruturas da planta em análise. Com este modelo de representação, então usual nos herbários quinhentistas, pretendia-se revelar ao estudioso, através de um único desenho, os diferentes órgãos da planta. Em casos como o da pimenta, cravo, noz-moscada ou pinhões-de-maluco, Costa ilustrou, na mesma figura, a planta e o fruto utilizado. Noutros casos, como na gravura do tamarindo, datura, jambo, nimbo, âmbares, mangas, charameis ou moringa optou por representar flores e frutos em simultâneo. Esta “paragem do instante” ficou particularmente patente no capítulo das “maçãs-da-índia”. Nesta representação, para além da observação pormenorizada da morfologia da árvore, Costa atestou a presença, sobre os seus ramos, de “formigas aladas”, insectos responsáveis pela produção do lacre. COSTA, *Tratado*, 1964: 73-75. Note-se que já anteriormente, André Thevet tinha representado uma árvore do Brasil na qual ilustrou a presença de moscas. THEVET, André, *Singularitez de la France Antartique*, 1557: cap. 51.

Algumas plantas foram desenhadas na natureza:

“Espódio ...o vi tirar da sua cana onde se engendra e num bosque pequeno de Tanor debuxei esta árvore ou cana à sombra dela própria em Novembro, ano do Senhor de mil quinhentos e setenta e um..”⁵²

Nas suas descrições abundam pormenores da morfologia vegetal indiana. Este olhar de quem desenha, proporcionou o registo de cada espécime, no qual não prescindiu da alusão a números, formas, texturas, cores, sabores e aromas. Recorde-se, por exemplo, o caso da “árvore-triste”, planta pela primeira vez referida por Garcia de Orta:

“Esta árvore deita muitos ramos delgados, e divididos por ordem com nós de um espaço a outro: e de cada nó saem duas folhas, uma para cada parte, do tamanho da folha da ameixoeira, ou abrunheiro: muito branda como a da sálvia pela parte silvestre; e coberta de um véu branco: e pela doméstica mais verde, e algum tanto áspera, e não é tão recortada ao redor como a do abrunheiro, nem com tantas veias. Sai de cada pé da folha um pezinho, com cinco cabecinhas pequenas na ponta: e cada cabecinha tem quatro folhinhas pequenas em redondo, e de dentro de cada cabecinha saem cinco flores, uma de cada folha, e outra no meio: as quais de dia estão muito fechadas e recolhidas, e em anoitecendo se abrem. Estas cabecinhas deitam de si umas muito formosas flores brancas, do tamanho e parecer da flor da laranjeira: mas são mais subtis, mais formosas, e mais aromáticas. O pé desta flor é mais vermelho que amarelo: e serve este pé naquelas partes, para tingir o guisado com ele, como se faz com o açafraão ordinário. Tem-se da gente desta terra por cordial, mas amarga um pouco, que eu o provei colhido da árvore, e no comer, sempre se acha um pouco de amargor.”⁵³

Algumas das figuras que apresentou no tratado – como as das folhas de canela, pimenta ou raiz-da-china, por exemplo - indiciam que Costa terá criado o seu próprio herbário de plantas secas. (Figura 4) Esta prática permitia-lhe guardar as folhas e as ervas extraídas com raiz – como as de pavate, galanga, datura, aloés, erva viva, erva-de-maluco, moringa, ananás bravo ou banguê - que, posteriormente, poderia confrontar com imagens de albuns ilustrados e assim, com maior segurança, estabelecer comparações e analogias entre espécies vegetais.⁵⁴ (figura 4)

A sua passagem pelo Hospital Real de Cochim permitiu-lhe estabelecer importantes pontes entre saber textual e tradição local. Deste modo, ao colocar face a face o

⁵² COSTA, *Tratado*, 1964: 195.

⁵³ Cristóvão da Costa, *Tratado*, 1964, 133. Esta pormenorizada descrição da “árvore-triste” contrasta com a que dela foi apresentada por Orta: “ Certo que é muito de maravilhar de dar as flores de noite e não de dia. Não tomeis trabalho em me dizer a grandura e feição do árvore, pois vejo ser de tamanho de uma oliveira e ter as folhas como da [a]meixoeira” ORTA, Garcia, *Colóquios dos Simples*, 2017: 80

⁵⁴ Sobre o uso de imagens no *Tratado* de Costa ver, em particular, ZUPANOV, “From description/verbal to pictorial visualizations: Appropriating nature in the Portuguese Empire in Asia (16th-17th centuries)” 2016: 261-288.

conhecimento das plantas asiáticas veiculado pelos tratados médico-botânicos sancionados pelas escolas médicas europeias, com os saberes e práticas testemunhados pelos físicos locais, reconfigurou o saber em circulação tornando mais rico e diverso o arsenal terapêutico à disposição dos físicos e boticários portugueses. Foi desta forma que trouxe para a farmacopeia portuguesa da Índia, o uso de plantas como os pinhões-de-maluco, os charaméis, o cajú, a erva-de-maluco, o pau-de-maluco, a moringa, o ananás bravo ou o carcapuli, entre outros. (figura 5) Desta forma, os diálogos que manteve com os agentes locais e a auscultação das suas tradições possibilitou o registo, difusão e preservação de uma memória colectiva, especialmente no respeitante a saberes sobre doenças, mezinhas e plantas indianas.⁵⁵



Figura 4 – Descrita por Garcia de Orta, a Raiz-da-China (pau-da-China) proporcionava uma mezinha mais promissora do que a salsaparrilha americana. O primeiro desenho da planta deveu-se a Cristóvão da Costa (BNP RES 4055 P)

Importa realçar o destaque que Costa deu ao contributo destes sábios e agentes locais, ao listá-los junto das outras fontes de informação textuais:

Estes são os autores de que neste tratado se faz menção além de outros muitos médicos e bons letrados, [...] como são os médicos arábios, persas, turcos, corações, brâmanes, chinas, canarins, decanins, malabares, jogues, japoneses, dachéns, malaios, bengalas, guzarates, cambaiases, pitagóricos, baneanos, rumes e outros de outras nações e com muitos destes hei comunicado ...⁵⁶

Para além da circulação no meio científico, também a proximidade das elites políticas lhe facultou o acesso a novidades. A sua

⁵⁵ Apesar de Costa ter comunicado novidades sobre as aplicações e usos locais de algumas plantas asiáticas, tendo assim contribuído para integrar o saber local na literatura científica europeia, o presente ensaio não analisa esta vertente. Sobre a medicina de cariz híbrido em prática no espaço asiático, ver: MATHEW, K.S., “The Portuguese and the study of medicinal plants in India in the sixteenth century” *Indian Journal of History of Science*, 32, 4, (1997): 369-376; PEARSON, Michael, “Hindu medical practice in Sixteenth Century Western India: Evidence from Portuguese sources.” *Portuguese Studies*, 17 (2001): 100-113; WALKER, Timothy, “Acquisition and circulation of medical knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire” in Daniela BLEICHMAR *et al.* (eds.) *Science in the Spanish and Portuguese empires, 1500-1800*. 2008: 247-270; D’CRUZ, Sharon, “Documenting the medical-botanical traditions of India: the *Coloquios* of Garcia de Orta.” Em: Anabela MENDES e Gabriela FRAGOSO (org.) *Garcia de Orta and Alexander von Humboldt. Across East and West*. 2009: 45-58.

⁵⁶ COSTA, *Tratado*, 1964: XLVIII

presença ao lado do Vice-Rei nas diferentes campanhas que este comandou e o desempenho de prática clínica no Hospital de Cochim parecem ter dado a Costa acesso a informação inovadora recolhida com a ajuda de agentes da Coroa. Esta sua integração na rede de circulação de notícias de relevância estratégica, permitiu-lhe incluir no *Tractado de las Drogas* saberes sobre a flora da Ásia, desconhecidos no tempo de Garcia de Orta, como foi o caso do pau-de-maluco que lhe foi apresentado por D. Luis de Ataíde.⁵⁷

Para cada produto, Costa ordenou os temas seguindo sempre a mesma lógica. Começando por uma descrição da planta e uma alusão ao modo de propagação, revelou depois a sua origem geográfica. Deveu-se de seguida, longamente, sobre os seus usos locais e as aplicações que o portugueses lhe atribuíam. Aludiu, então, às qualidades dos produtos, classificando-as de acordo com os princípios galénicos (quente, frio, húmido, seco). De seguida, fez uma revisão da informação nos textos em circulação e destacou as novidades explanadas por Orta. Finalmente, em algumas das plantas, incluiu uma descrição gráfica.⁵⁸

Plantas ou produtos que Costa não viu, evitou desenhar. Tal foi o caso do turbite, que não tendo observado, optou por seguir a informação difundida por Orta.⁵⁹ No entanto, antes



Figura 5 – De origem americana, o cajú foi levado para a Índia pelos marinheiros portugueses. Segundo Costa, os cajueiros cresciam nos pomares de Cochim. O *Tractado de las Drogas* é também um fiel testemunha da transferência inter-continental de plantas que ocorreu à escala global no século XVI e da unidade do mundo vegetal que Costa descrevia. (BNP RES 4055 P)

⁵⁷ COSTA, *Tratado*, 1964: 221-224. Relativamente a esta nova mezinha é de realçar o paralelo da sua descrição com a que Garcia de Orta fez da raiz-da-china ou da pedra de porco-espinho. Para destacar a relevância destas novas mezinhas, Orta referiu que lhe foram apresentadas por homens da elite política portuguesa. Esta entrada de novos produtos na narrativa médico-botânica através de interlocutores de elevada estirpe sugere a premência da aceitação e adoção deste novo produto e da sua entrada nos circuitos económicos. Sobre estes produtos, ver: ORTA, *Colóquios dos Simples*, 2017: 327-337 e 389-399.

⁵⁸ Costa, no seu *Tratado das Drogas*, incluiu desenhos da canela, pimenta cravo, noz moscada, macer, pavate, galanga, tamarindo, figueira-das-índias, pau-da-china, datura, avelá índica, maçãs-da-índia, aloés, árvore triste, duriões, erva-viva, erva-mimososa, carambolas, açafrao-das-índias, gengibre, jaca, jambos, negundo-macho, negundo-fêmea, nimbo, âmbar, espódio, pinhões-de-maluco, mangas, charameis, caju, erva-de-maluco, pau-de-cobra, pau-de-cobra (I), moringa, ananás-bravo, ananás, sargaço, carcapuli, banguê e cálamo aromático. No *Tratado do elefante*, apresentou duas figuras de elefantes.

⁵⁹ “Se bem que por outro lado se me faz molesto escrever de coisas que eu não visse, e examinasse, como foi este turbite...cujá planta eu não vi, e por isso não debuxo.” COSTA, *Tratado*, 1964: 199.

de reproduzir estas notícias, confirmou-as com um brâmane que lhe assegurou a veracidade dos conteúdos expostos por Orta:

“Verdade seja que estando eu em vésperas de partida para Espanha na cidade de Santa Cruz de Cochim na Índia, e faltando-me tempo para mais o especular mostrei o capítulo do turbitto do Doutor [Orta] a um brâmane médico muito bom letrado a seu modo, e muito curioso e muito bom simplicista, e lendo-o muito despaço (devagar?) e perguntando-lhe e pondo-lhe algumas dúvidas, me disse que me afirmava estar tudo muito bem dito e que tudo o que do turbitto dizia era verdade.”⁶⁰

A atitude de Costa e a sua autoridade enquanto testemunha de vista, inspirou confiança nos leitores europeus. A partir de 1578 a Europa passou a dispôr de uma galeria de imagens e de textos credíveis que permitiam “ver” e saber dar uso à flora medicinal do Oriente. Esta revelação das plantas da Ásia teve impacto na forma como os europeus perceberam e deram uso ao mundo vegetal asiático. Dali não chegariam cuidadosamente acondicionados apenas drogas raras, especiarias exóticas e produtos de luxo. Antes, seriam originárias plantas com troncos, raízes, ramos, flores, folhas e frutos que, a par das já descritas na Europa, fariam parte de um mundo vegetal conhecido à escala global.

A recepção europeia de *Tractado de las Drogas*

A obra teve uma recepção diversa. Do Norte da Europa, Clusius, surpreendido com as evidentes imprecisões de observação, advertiu os seus leitores para a falta de rigor das descrições da bananeira, tamarindo, galanga ou cravo. A sua versão latina do *Tractado de las Drogas*, incluiu apenas alguma informação que considerou pertinente.⁶¹ O pequeno volume recuperou as novidades veiculadas pelo *Tractado* mas, numa manifestação de desagrado, Clusius eliminou todas as ilustrações do tratado de Costa (à excepção da imagem da árvore do cravo que foi o alvo de duras críticas).⁶² Na verdade, para uma testemunha de vista, como Costa alardeava ser, as suas imagens das plantas índicas contradiziam as descrições e os exemplares que Clusius observava em Antuérpia.

⁶⁰ COSTA, *Tratado*, 1964: 199-200.

⁶¹ COSTA/ Cristobal Acosta, *Aromatum & medicamentorum in Orientali India nascentium liber..* 1582. Tal como tinha feito relativamente à obra de Garcia de Orta, Clusius reordenou os capítulos. Para tal, agrupou as plantas de acordo com a parte que era utilizada na farmacopeia: gomas, cascas, folhas, frutos, etc. Nesta versão latina que publicou em 1582, teceu alguns comentários e integrou informação “nova” relativa ao aloés, ópio, lacre, cânfora, maná, tabaxir, elefante (marfim), canela, sândalo, bétele, macis, macer, coru, pavate, cravo, pimenta, avelá índica, palma índica, mirabolanos, tamarindo, cassia solutiva, anacardo, cajú, espiquecardo, ruibarbo, raiz-da-china, açafraão, galanga, gengibre, pau-de-cobra (imagem), pau-de-maluco, moringa, bezoar, negundo, nimbo, jaca, durião, figo-da-índia, mangas, ananás, ananás silvestre, carcapuli, carambola, jambo, jambolão, jangomas, âmbare, datura, bangue, erva-viva, erva-mimoso, pinhões-de-maluco, chameis, erva-de-maluco ou sargaço. É de realçar que, na edição de 1593, Clusius reviu esta edição e recuperou outros dados do *Tractado*.

⁶² Sobre as críticas de Clusius à obra de Costa, ver: OGIIVIE, Brian, *The Science of describing*, 244-248.

Em Veneza, no entanto, a recepção da obra de Costa foi totalmente diversa. Atribuída a Francesco Ziletti, a versão italiana saída dos prelos venezianos, apresentou uma tradução fiel do texto do médico português. Tal como no volume original, cada imagem ocupou a página inteira, não partilhando espaço com descrições textuais. Devido aos melhores meios técnicos da tipografia italiana, as ilustrações venezianas, apesar de invertidas, revelaram-se mais nítidas e claras do que as originais burgalesas.⁶³ Talvez pela pertinência das suas observações e pela credibilidade que lhe inspiraram as ilustrações, a descrição da flora asiática do Tratado de Costa não passou despercebida a Jacques Dalechamps (1513-1588), médico e botânico francês que se formou em Montpellier e exerceu medicina em Lião. De entre as obras que publicou, no presente contexto, salienta-se *Historia Generalis Plantarum*, uma história em dois volumes na qual reuniu muito do saber médio-botânico então em circulação. Volume amplamente ilustrado, apesar de por vezes criticado pela pouca resolução das imagens, incluiu descrições textuais e gráficas da flora europeia e extra europeia. Neste tratado, pela primeira vez, a flora da Ásia, do Novo Mundo, do Levante e do Brasil surgiu reunida num capítulo amplamente ilustrado e dedicado ao mundo vegetal “peregrino”. Para ilustrar esta flora extra-europeia, o botânico adoptou imagens incluídas nos tratados de Clusius, Cristóvão da Costa, Petro Pena, Mathias de l’Obel, Pier Andrea Mathioli, Nicolas Monardes ou André Thevet.⁶⁴ Para além dos textos e imagens das plantas descritas no Brasil, Egípto e Novo Mundo, em relação às Índias Orientais, Dalechamps recuperou ainda, num curto anexo ilustrado, trechos e ilustrações da versão latina de *Colóquios dos Simples* divulgada por Clusius no *Aromatum & Simplicium* e também do *Tractado* de Costa.⁶⁵

⁶³ COSTA/ Cristoforo Acosta, **Della Historia, natura et virtu delle droghie medicinale...** 1585. A obra teve uma nova edição em 1589.

⁶⁴ Petro Pena & Mathias de l’Obel, *Stirpium adversaria nova*, (Londres, 1570); Pier Andrea Mattioli, *Commentarii in sex libros Pedacii Dioscoridis Anazarbei de Materia Medica...*, (Veneza, 1565); Nicolas Monardes, *Historia Medicinal de las Indias Occidentales* (Sevilha, 1574) e André Thevet, *Singularitez de la France Antartique*, (Paris, 1557)

⁶⁵ “Historiae omnium plantarum liber decimus octavus In quo describuntur & ad vivum depinguntur Planta Peregrina” DALECHAMPS, Jacques, **Historia Generalis Plantarum**, 1586: fls.1749-1922 onde incluiu imagens da árvore-triste (1852); pavate (1863); tabaxir (1863); negundo (1867); moringa (1866); nimbo (1867); jaca (1868); durião (1869); mangas (1870); ananás silvestre (1871); carambolas (1872); jambos (1872); maçãs-da-Índia (1873); âmbar (1874); pinhões-de-maluco (1874); charameis (1875); gengibre (1892); galanga (1894); pau-de-cobra (1911-2); datura (1913); banguê (1914); erva-viva (1915); erva-mimosa (1916); pau-de-maluco (1917); sargaço (1918), entre outras recuperadas do *Tractado* de Cristóvão da Costa. No *Appendix Historiae Generalis Plantarum: Continens imagines quarundam rariorum & paucis cognitatum...* Dalechamps recuperou textos e imagens extraídas do *Tractado* de Costa, entre as quais, relativas à canela (2); macer (3); noz-moscada (5); cravo (5); pimenta preta (6); avelá índica (7); palma e elefante (mas retirou o elefante) (8); tamarindo (9); raiz da China (10); açafraão (12); bananeira (12); ananás (12) e carcapuli (13). Esta familiaridade com as imagens do tratado burgalês sugere a facilidade de contacto entre as tipografias de Martin de Victoria e a de G. Rovillium, em Lião. Convém salientar que muitas das imagens do tratado de Costa publicadas em Veneza, em 1585, estavam, tal como as de Lião, invertidas em relação ao modelo original. Daí se depreende que ambas as edições se basearam em exemplares impressos em Burgos. Saliente-se, finalmente, por parte dos gráficos de Lião, o respeito pela autoria dos trabalhos de ilustração do volume burgalês que, no caso do desenho da pimenta, os levou a optar por manter a assinatura semelhante à do desenho original. Ver: Costa, **Tratado**, fl.19 e Dalechamps, *Historia Generalis Plantarum*, Vol. II, *Appendix*, fl. 6)

Em 1587, menos de uma década após a publicação do *Tractado*, a natureza extra-europeia passou a integrar uma obra integralmente dedicada ao registo, análise e descrição do mundo vegetal, à escala global.⁶⁶ O mesmo olhar sobre a unidade da flora à escala panetária foi sugerido, anos mais tarde, por Caspard Bauhin (1560-1624) em *Pinax Theatrum Botanicum*. Publicado em Basileia, em 1623, recuperou a análise de toda a flora até então descrita.⁶⁷ Autor de uma vasta obra, este médico e botânico de origem helvética procurou estabelecer um sistema de classificação do mundo vegetal. Para tal propôs uma nomenclatura binomial que foi posteriormente aperfeiçoada. Em muitos dos grupos que identificou, nos quais reuniu plantas que se assemelhavam pela morfologia, assinalou o contributo de Cristóvão da Costa (que conheceu através da versão latina de Jacques Dalechamps).

Nos inícios de Seiscentos, numa fase em que o léxico botânico já se considerava suficientemente sólido, as descrições textuais do mundo vegetal puderam prescindir de imagens. No entanto, para tal ser possível, no caso da flora ultramarina, o trabalho de prospecção, inquérito e validação da informação conduzido, décadas antes, nas Índias, Brasil e Levante por Garcia de Orta, Cristóvão da Costa, Nicolas Monardes, André Thevet, Pierre Pena ou pelos informadores locais, revelou-se crucial. Sem o seu contributo, os trabalhos de caracterização, nomenclatura e classificação da flora à escala planetária propostos por Caspard Bauhin dificilmente teriam tido lugar.

Para este botânico, mais do que as fronteiras políticas, as rotas comerciais ou as grandes opções estratégicas, era a morfologia das plantas que determinava a sua ordenação.⁶⁸ Para esta leitura, tão diversa daquela que vigorava na Europa em meados do século XVI, muito contribuiu o testemunho de Cristóvão da Costa e o seu *Tractado de las Drogas*.

⁶⁶ Também em Lião, foi publicado em 1602, por Antoine Colin, *Histoire des Drogues, espisceries et certains medicaments simples qui naissent es Indes* Privilegiando os interesses e preocupações deste boticário de Lião, o volume debruçou-se, sobretudo, sobre a utilidade medicinal das plantas e mezinhas descritas pelos médicos ibéricos. Os conhecimentos então recolhidos por Colin permitiram-lhe corrigir alguns erros então em circulação. Esta obra que reutilizou muitos dos blocos gravados usados na *Historia Generalis* de Dalechamps, merecerá um estudo mais aprofundado num outro trabalho. Teve uma segunda edição em 1619 intitulada: *Traité de Christophle de la Costa [...] des drogues et medicaments quei naissent aux Indes*.

⁶⁷ Os “teatros” estavam, na altura muito em voga: Andreas Vesalio, *De Humana corporis Fabrica*, 1543 e Abraham Ortelius, *Theatrum orbis terrarum*, (Antuérpia, 1570) foram apenas dois dos testemunhos deste olhar global sobre a realidade.

⁶⁸ A título de exemplo tomem-se os Livro XI e XII do *Pinax*, no qual se encontram muitas das espécies vegetais descritas por Costa. Divididos em diversas Secções, ali se agrupavam plantas de origens diversas (das Índias, à África e Europa). Seguindo critérios que Bauhin considerou serem reveladores de similitude morfológica, o mundo vegetal foi visto como um todo – tal, afinal, como num verdadeiro teatro botânico.

Referências

- ALVÁREZ LOPEZ, E., “Nicolas Monardes y los botanico europeos del siglo XVI” *Las Ciencias* 14 (1949): 139-149.
- ANDRADE, António Banha de, **Novos Mundos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos dos Portugueses**, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972, 2 vols.
- ARBER, Agnes, **Herbals. Their origin and evolution. A chapter in the history of Botany 1470-1670**, Cambridge: Cambridge University Press, 1912.
- BARRERA, Antonio, “Knowledge and empiricism in the Sixteenth Century Spanish Atlantic World” em: Daniela Bleichmar, Paula de Vos, Kristin Huffine, Kevin Sheehan (eds.) **Science in the Spanish and Portuguese empires, 1500-1800**. Stanford: Stanford University Press, 2008: 219-232.
- BARRETO, Luís Filipe, “Da medicina renascentista: o lugar de Cristóvão da Costa na leitura dos *Colóquios* de Garcia de Orta”, *Prelo* 6 (1985): 51-69.
- BELTING, Hans, “Image, medium, body: a new approach to iconology” *Critical Inquiry* 31 (Winter 2005): 302-319.
- BLEICHMAR, Daniela, “Books, Bodies and Fields: Sixteenth Century Transatlantic Encounters with New World *Materia Medica*”, em: Londa Scheibinger e Claudia Swan, **Colonial Botany. Science, commerce and Politics in the Early Modern World**, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2007: 83-99.
- BONIALIAN, Mariano A. **La America española: entre Pacífico y el Atlántico. Globalización mercantil y economía política, 1580-1840**, Mexico: El Colegio de Mexico, 2019.
- BRENTJES, Sonja, “Issues of Best Historiographical Practice: Garcia da Orta’s *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia* (Goa, 1563) and Their Conflicting Interpretation”, em: Helge Wendt (ed.), **The Globalization of Knowledge in the Iberian Colonial World**, Berlin: Edition Open Access / Max Planck Institute for the History of Science, 2016: 95-137.
- CALVILLO UNA, Tomás, (coord) **En torno al Galeón Manila Acapulco**, San Luis Potosi, El Colegio San Luis, 2019.
- CARVALHO, Augusto da Silva, “Garcia d’Orta: Comemoração do quarto centenário da sua partida para a Índia em 12 de Março de 1534” (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934);
- CARVALHO, José Adriano de Freitas, “Da arte de fazer ermitão e de construir ermitérios. As fontes literárias e iconográficas do *Tratado en contra y pro de la vida solitaria* (Veneza, Giacomo Cornetti, 1592) de Cristobal Acosta” *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, nº2 (2005): 297-326.
- CARVALHO, Teresa Nobre de, “A apropriação de *Colóquios dos Simples* por dois médicos ibéricos de Quinhentos” in Palmira Fontes da Costa e Adelino Cardosos (org.) **Percursos na História do Livro Médico (1450-1800)**, Lisboa: Edições Colibri, 2011: 59-72.
- CARVALHO, Teresa Nobre de, “Imagens do mundo natural asiático na obra botânica de Cristóvão da Costa”, *RC-Revista de Cultura*, 20 (2006): 28-39.
- CARVALHO, Teresa Nobre de, “Local knowledge in Portuguese words: oral and manuscript sources of the *Colloquies of the Simples* by Garcia de Orta” *Journal of History of Science and Technology*, 8 (Fall 2013): 13-28.

- CARVALHO, Teresa Nobre de, “O olhar abrangente de Juan Fragoso sobre o mundo natural exótico” *Revista Oriente* (2004): 27-43.
- CARVALHO, Teresa Nobre de, *O mundo natural da Ásia aos olhos do Ocidente. Contribuição dos textos ibéricos quinhetistas para a construção de uma nova consciência europeia sobre a Ásia*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.
- CARVALHO, Teresa Nobre de, **Os desafios de Garcia de Orta, Colóquios dos Simples e Drogas da Índia**, Lisboa: Esfera do Caos, 2015.
- CASADO ALONSO, Hilario, (coord.), *Simón Ruiz y el mundo de los negocios en Europa en los siglos XVI y XVII*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2017.
- COSTA, Christophle de la, **Traité de Christophle de la Costa [...] des drogues et médicaments qui naissent aux Indes**. Lião: Jean Pillelotte, 1619 [1602].
- COSTA, Cristóvão da, **Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais**, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar 1964.
- COSTA/ACOSTA, Cristobal, **Aromatum & medicamentorum in Orientali India nascentium liber..**, Antuérpia, 1582.
- COSTA/ACOSTA, Cristoforo, **Della Historia, natura et virtu delle droghe medicinale...**Veneza, 1585.
- D’CRUZ, Sharon, “Documenting the medical-botanical traditions of India: the Coloquios of Garcia de Orta.” In Anabela Mendes (org.) **Garcia de Orta and Alexander von Humboldt. Across East and West**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009: 45-58.
- DALECHAMPS, Jacques, **Historia Generalis Plantarum**, Lião: Rovillium, 1586-1587.
- DELGADO CASADO, Juan, **Diccionario de impresores españoles (siglos XV-XVIII)**, Madrid: Arco/Libros S.L., 1996, vol.II.;
- EGMOND, Florike, **Eye for detail. Images of plants and animals in Art and Science, 1500-1630**, Chicago: Chicago University Press, 2012.
- EGMOND, Florike, **The world of Carolus Clusius. Natural History in the making, 1560-1610**, London: Pickering & Chatto, 2010.
- EGMOND, Florike; Paul HOFTIJZER, and Robert VISSER, **Carolus Clusius: Towards a cultural history of a Renaissance naturalist**, Amsterdam: Edita KNAW. 2007.
- FICALHO Conde de, **Garcia da Orta e o seu tempo**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.
- FINDLEN, Paula, “Natural History” in: Katharine PARK and Lorraine DASTON, **The Cambridge History of Science**, Cambridge: Cambridge University Press, 2008: vol 3: 435-468.
- FRENKEL, Omri Bassewitsch, *Transplantation of Asian Spices in the Spanish Empire 1518-1640: Entrepreneurship, empericism and the Crown*. PhD thesis, McGill University, Montreal, 2017;
- FRESQUET FEBRER, José Luis, **Juan Fragoso y los «Discursos de las cosas aromáticas, árboles y frutales...» (1572)**. Valencia: Fundación Marcelino Botín / Universitat de València, 2001.
- FRIEDENWALD, Harry, **Jews and Medicine**, Baltimore, 1944, 2 vols.
- GAITONDE, P.D. **Portuguese pioneers in India. Spotlight on Medicine**, Bombay: Popular Prakashan, 1983.

- GARCIA RÁMILA, Ismael, “Algunas nuevas noticias sobre la imprenta en Burgos” *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos y de la Institución Fernán González de la Ciudad de Burgos*, XXIX (1950): 25-38.
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto, **Los mundos del libro, Medios de difusión de la cultura occidental en las Indias de los siglos XVI-XVII**, Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2001.
- GOODMAN, David, **Power & penury. Government, technology and science in Philip II's Spain**, Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- GROVE, Richard, **Green Imperialism, Colonial Expansion, tropical Islands Edens and the origins of environmentalism: 1600-1860**, Canberra: Australian National University, 1996.
- GUERRA, Francisco, **Nicolas Bautista Monardes. Su vida y su obra (1493-1588)**, Mexico: C. Fundadora de Fierro y Acero, Monterrey, 1961.
- JORGE, Ricardo, “La médecine et les médecins dans l'expansion mondiale des Portugais” *Actes, conférences et communications – III Congrès International d'Histoire des Sciences*, Lisboa, 1935.
- KUSUKAWA, Sachiko, **Picturing the book of nature: Image, text and argument in sixteenth-century human anatomy and medical botany**, Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- LACH, Donald, **Asia in the making of Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 1956-1977, 4 vols.
- LÓPEZ PIÑERO, Jose Maria, (dir.) **Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla**, Salamanca: Junta de Castilla Y León; Consejería de Educación y Cultura, 2002, 4 vols.
- LÓPEZ PIÑERO, Jose Maria, “Las nuevas medicinas americanas en la obra (1565-1574) de Nicolas Monardes” *Asclepio*, 42, 1 (1990): 3-67.
- LOPES, Marília dos Santos, “A revelação das plantas: Garcia de Orta, Carolus Clusius e as espécies asiáticas na Europa” *Revista de Cultura*, Macau, 20 (2006): 28-39.
- LÓPEZ PIÑERO Jose Maria e Pardo Tomas, Jose, **La influencia de Francisco Hernández (1512-1587) en la constitución de la Botánica y materia médica modernas**, Valencia: Universitat de Valencia, 1996.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Algunas notas sobre os herdeiros intelectuais de Garcia de Orta (1563-1596): Clusius, Fragoso, Costa e Linschoten” em: Luís Filipe BARRETO e Maria de Fátima REIS (org.) **Garcia de Orta. Ciência, Religião e Cultura**, Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2021: 47-82.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Garcia de Orta e os *Colóquios dos Simples*: observações de um viajante sedentário”, em: Anabela MENDES e Gabriel FRAGOSO (eds) **Garcia de Orta e Alexander van Humboldt: Errâncias, Investigações e Diálogo entre Culturas**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008: 135-146.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Information networks in the Estado da Índia, a case study: Was Garcia de Orta the organizer of the *Codex Casanatense 1889*?” *Anais de História de Além-Mar* 13 (2013): 41-72.
- MASON, Peter, **The lives of images**, Londres: Reaktion Books Ltd, 2001
- MATHEW, K.S., “The Portuguese and the study of medicinal plants in India in the sixteenth century” *Indian Journal of History of Science*, 32, 4, (1997): 369-376.
- MOLL, Jaime, “Platino, los Junta y el Privilegio del Nuevo Rezado”, *Simposio Internacional sobre Cristóbal Plantino*, Madrid. 1990: 9-23.

- MUNDY, Barbara, **The mapping of New Spain: indigenous cartography and the maps of the Relaciones Geograficas**, Chicago: University of Chicago Press, 2000
- NAVARRO GARCÍA, Luis, **El Hospital General de Simón Ruiz en Medina del Campo: Fabrica y Idea**, Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998.
- OGILVIE, Brian, **The Science of Describing. Natural History in Renaissance Europe**, Chicago: Chicago University Press, 2006.
- OLMEDILLA Y PUIG, Joaquín, **Estudio historico de la vida y escritos del sabio médico, botánico y escritor del siglo XVI, Cristóbal de Acosta**, Madrid, 1899.
- OLMEDILLA Y PUIG, Joaquín, **Estudio historico de la vida y escritos del sabio medico español del siglo XVI Nicolas Monardes**, Madrid: Her. de M. Hernández, 1897.
- ORTA, García de, *Colóquios dos Simples*, ed. coord. Carlos Fiolhais e Jorge Paiva. Círculo de Leitores, 2017
- PAOLI, Umberto, “Cristobal Acosta e le sue opere” *Archeion*, 19 (1937): 317-347.
- PARDO TOMAS, Jose e Maria Luz LÓPEZ TERRADA, **Las primeras noticias sobre las plantas americanas en las relaciones de viajes y cronias de Indias (1493-1553)**, Valencia: Instituto de Estudios Documentales y Históricos sobre la Ciencia, 1993.
- PARDO TOMAS, Jose, “Francisco Hernández (1515?-1587). Medicina e Historia natural en el Nuevo Mundo”, *Los Orígenes de la Ciencia Moderna. Seminario “Orotava” de Historia de la Ciencia- Año XI-XII*, (2002) : 215-244.
- PARDO TOMAS, Jose, “East Indies. West Indies: Garcia de Orta and the Spanish treatises on exotic materia medica” in Palmira Fontes da COSTA (ed.) **Medicine, Trade and Empire: Garcia de Orta’s Colloquies on the Simples and Drugs of India in Context**. Farham: Ashgate, 2015: 195-212.
- PEARSON, Michael, “Hindu medical practice in Sixteenth Century Western India: Evidence from Portuguese sources.” *Portuguese Studies*, 17 (2001): 100-113.
- PEREIRA, António Pinto, **História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde**, ed. Manuel Marques Duarte. Lisboa: IN – CM, 1987.
- PIMENTEL, Juan, “The Iberian vision: Science and Empire in the framework of a universal monarchy, 1500-1800” *Osiris*, 2nd series, vol. 15, (2000): 17-30.
- PIMENTEL, Juan e SOLER, Isabel, “Painting naiked truth: The *Colóquios* of Garcia da Orta (1563)” *Journal of Early Modern History*, (2014): 101-120;
- PINA, Luis de, **As ciências na História do império colonial português (séculos XV-XIX) “Anais da Faculdade de Ciências do Porto**, Porto: Imprensa Portuguesa, 1945.
- PINTO, Sara Maria Costa, *A Companhia de Simón Ruiz: análise espacial de uma rede de negócios no século XVI*, Dissertação de Doutoramento, Porto: FLUP, 2012.
- PORTUONDO, Maria, **Secret Science. Spanish Cosmography and the New World**, Chicago: Chicago University Press, 2009.
- PULIDO SERRANO, Juan, **Más que negocios: Simón Ruiz un banquero español del siglo XVI entre las penínsulas ibérica y italiana**, Iberoamericana Editora Velvuert, 2017.

- RODRIGUEZ NOZAL, Raúl e GONZÁLEZ BUENO, Antonio, **El Tratado de las Drogas de Cristóbal de Acosta (Burgos, 1578): Utilidad comercial y materia medica de las Indias Orientales en la Europa renascentista**, Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 2000.
- RUIZ GUTIERRES, Ana, **El Galéon de Manila (1565-1815); Intercambios culturales**, Granada: Ed. Alhulia, 2012.
- SALES COLIN, Ostwald, **El movimiento portuario de Acapulco. El protagonismo de Nueva España en la relacion con Filipinas, 1587-1648**, Plaza Y Valdez, 2000.
- SCHIEBINGER, Londa, **Plants and empire. Colonial bioprospecting in the Atlantic world**, Harvard University Press, 2004.
- SEIDI, Jacob, "The relationship of Garcia de Orta's and Cristobal Acosta's Botanical works" *Actes du VII Congrès International d'Histoire des Sciences*, Paris, 1955.
- SPARY, Emma, "Of nutmegs and botanists: the colonial cultivation of botanical identity" in: Londa SCHIEBINGER e Claudia SWAN, **Colonial Botany. Science, Commerce and Politics in the Early Modern World**, University of Pennsylvania Press, 2007: 287-303.
- SWAN, Claudia, "Ad vivum, naer het leven, from the life from the life: defining a mode of representation" *Word & Image*, 11, 4 (1995): 353-372,
- SWAN, Claudia, "The uses of realism in Early Modern Illustrated Botany" em: Jean GIVENS, Karen REEDS and Alain TOUWAIDE (eds.) **Visualizing Medieval Medicine and Natural History, 1200-1500**, Aldershot, Ashgate, 2006: 239-249.
- VALLADARES, Mercedes, **La imprenta en Burgos (1501-1600)**, Madrid: Arco/Libros S.L. 2005.
- VAREY, Simon, CHABRÁN, Rafael e WEINER, Dora B. (eds.) **Searching for the secrets of nature: The life and works of Dr Francisco Hernández**, Stanford: Stanford University Press, 2000.
- WALKER, Timothy, "Acquisition and circulation of medical knowledge within the Early Modern Portuguese Colonial Empire" in Daniela BLEICHMAR *et al.* (eds.) **Science in the Spanish and Portuguese empires, 1500-1800**. Stanford: Stanford University Press, 2008: 247-270.
- ZUPANOV, Ines, "Botanizing in Portuguese India: Between Errores and certainties (16th-17thc.)" em: Anabela MENDES (ed.) **Garcia de Orta and Alexander von Humboldt. Across the East and West**, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009: 21-30
- ZUPANOV, Ines, "From description/verbal to pictorial visualizations: Appropriating nature in the Portuguese Empire in Asia (16th-17th centuries)" in: Urte KRASS (ed.) **Visualizing Portuguese Power. The Political use of images in Portugal and its Overseas Empire (16th-18th century)**. Zurich-Berlin, Diaphanes, 2016: 261-288.

1ª SESSÃO CONJUNTA COM A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha,
Almirante Francisco Vidal Abreu, em 3 de novembro

Senhora Professora Manuela Mendonça, ilustre Presidente da Academia Portuguesa da História,

Senhores membros de ambas as academias aqui presentes, Senhores convidados, a todos cumprimento.

A Academia Portuguesa da História é uma velha e respeitável senhora. A Academia de Marinha é apenas uma jovem de meia idade. E como tantas vezes sucede e só elas são capazes de fazer, decidi fazer uma proposta, honesta (estas senhoras de meia idade só sabem fazer propostas honestas), dirigida à velha senhora.

Há tantos anos que as duas academias trabalhavam juntas, sempre com um bom entendimento entre os respetivos presidentes, só que não existia uma realização anual conjunta como a Academia de Marinha já vinha praticando com outras academias ou instituições congéneres de índole cultural, com ou sem protocolos firmados.

Aceite a proposta, foi dada a primazia à Academia Portuguesa da História para que nela se realizasse a primeira sessão conjunta, bem como para a escolha da data e do tema. Razões várias levaram em que tudo se invertesse e, por isso estamos hoje aqui. Quanto ao tema, recaiu como se sabe na “Evocação do bicentenário da Revolução de 1820”.

Foi feliz esta escolha não só pela proximidade temporal com o evento (assim a sessão se tivesse realizado em 2020, como projetado), como também pelo paralelismo que se pode estabelecer entre o que lhe deu origem e alguns aspetos da situação que se estava e continua a viver em Portugal.

De facto, perdida entre os revoltos acontecimentos da primeira metade do século XIX, a Revolução de 1820 tem passado despercebida no imaginário coletivo dos portugueses, talvez pelo facto dos seus eventos apenas em parte se assemelharem à tradicional imagem de uma revolução, tumultuosa e violenta.

Bloqueado num contexto de severa crise, o Portugal deste início de século via-se a braços com numerosos problemas, sociais, económicos, políticos e institucionais, entre os quais se destacavam a ausência da corte e a sua condição de protetorado britânico, que levam ao nascimento de grupos e sociedades que, conspirando contra a regência, planeavam a “regeneração” do país.

Os seus objetivos eram trazer de volta o rei da “colónia” brasileira, restituindo os centros de decisão ao reino, a libertação nacional face a uma administração inglesa cada vez mais ressentida e a convocação de cortes onde se pudesse elaborar uma constituição nacional.

Essa visão será consagrada pelos pronunciamentos militares do Porto, a 24 agosto de 1820, e mais tarde de Lisboa, a 15 de setembro do mesmo ano, iniciando-se assim o designado «Triénio Liberal», de onde nascem o primeiro texto e a primeira ordem constitucional portuguesa e a ideia da Nação como agente político, que luta pela sua independência, e garante de legitimidade.

A Revolução de 1820 é assim um ponto de partida, a primeira pedra de uma derrocada, mas também de uma construção, que se estendeu pelos 30 anos seguintes, permeados por guerras civis, instabilidade e lutas constitucionais, saldando-se na total refundação social, económica, política e institucional do país.

Num momento de extrema dificuldade, onde as respostas são escassas e as dúvidas múltiplas, os exemplos que 1820 nos dá são essenciais para fazer frente aos momentos que se avizinham.

Alicerçados na crença de que Portugal é capaz, face ao bloqueio e à incerteza, de se regenerar, devemos encarar o futuro com a esperança que permeia os mais elementares símbolos nacionais, e que permeou também o pensamento daqueles que há dois séculos ousaram levantar-se por um Portugal livre e moderno.

Se até ao Verão do ano passado 1820 era data desconhecida da maioria dos portugueses, antes e depois do 24 de Agosto de 2020, fomos inundados com artigos nos jornais, entrevistas a historiadores e jornalistas, mesmo peças nos vários canais de televisão. Palavras como “vintismo”, “vila-francada”, “patuleia”, “sinédrio” e nomes como Fernandes Tomás, Ferreira Borges e Siva Carvalho, passaram a aparecer recorrentemente até nos jogos de palavras cruzadas.

Já passou mais de um ano e como a memória vai ficando cada vez mais curta, será sempre bom recordar este tema marcante da vida nacional. Por isso não posso deixar de agradecer aos dois oradores convidados os contributos que hoje nos irão apresentar. E estou certo que eles que nos irão trazer novidades. Os nossos parabéns antecipados.

Muito Obrigado.

Lisboa, em 3 de Novembro de 2021

O Presidente

Francisco Vidal Abreu, Almirante

1ª SESSÃO CONJUNTA COM A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

**PORTUGAL E O BRASIL SOB O EMBATE DOS IMPERIALISMOS.
O PAPEL DO MINISTRO DA MARINHA D. RODRIGO DE
SOUSA COUTINHO NA IDEACÃO E CONSTRUÇÃO
DO REINO UNIDO DE PORTUGAL E BRASIL¹**

Comunicação apresentada pelo Académico
José Viriato Capela, em 3 de novembro

Palavras chave: D. Rodrigo de Sousa Coutinho; Marinha; Comércio Internacional; Portugal-Brasil; Reformismo; Liberalismo.

Key words: D. Rodrigo de Sousa Coutinho; Navy; International trade, Portugal-Brazil; Reformism; Liberalism.

Resumo: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, é o mais esclarecido homem político e governante da sua geração de 1790. Com ele, sob a sua governação e doutrina (com grande influência de Adam Smith) faz-se em Portugal a evolução do Reformismo ao Liberalismo, na viagem, do Rei e da Monarquia, entre Portugal e o Brasil (1808-1812). No quadro da sua maior ação política, a Marinha e o Comércio devem volver-se os principais suportes da Economia do Estado e Soberania Nacional.

Abstract: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, count of Linhares, was the most enlightened politician and ruler of his generation of 1790. With him, and under his government and doctrine (with the major influence of Adam Smith), the evolution of Reformism to Liberalism was carried out in the journey of the King and the Monarchy, between Portugal and Brazil (1808-1812). In the framework of his major politics, the Navy and the Trade should become the main supports of State Economy and National Sovereignty.

Do ponto de vista político, a viagem de Portugal entre o Absolutismo e o Liberalismo, na passagem do século XVIII para o XIX, faz-se por sob os embates e partilhas do Mundo pelos Imperialismos britânico e francês, que atingem o seu ponto alto nas campanhas de

¹ Este texto resulta de uma intervenção do autor na Academia de Marinha, a 3 de Novembro de 2021, no quadro da sessão cultural conjunta da Academia de Marinha e Academia Portuguesa da História em “A evocação do bicentenário da Revolução de 1820”.

conquistas napoleónicas e expansão marítima inglesa. Tal decorre, em grande plano, do desenho pluri-continental da Monarquia e Império colonial português².

O nosso embaixador em Londres, Domingos de Sousa Coutinho, de horizonte privilegiado, em carta de 10 de maio de 1807 a G. Canning, Secretário dos Negócios Estrangeiros britânico em Lisboa, regista bem o sentido destes imperialismos no que diz respeito a Portugal: a ânsia indomável dos interesses do “sistema mercantil inglês” em se apoderar dos domínios portugueses, o Brasil, mas também de portos nas ilhas atlânticas, na África e na Ásia. E refere, expressivamente, que “a lógica do expansionismo mercantil inglês – que responde *pari passu* à expansão territorial francesa - punha em causa o sistema colonial, tal como a unidade do Império Português”.³

Esta disputa e concorrência pelo território português ultramarino, que o embaixador fixa num dos seus momentos mais altos vem, como é sabido, dos primórdios da constituição dos domínios portugueses em África, no Oriente e no Brasil. Agora, perante novos assaltos por finais do século, os governantes mais ilustrados retomam com novo vigor os programas pombalinos de defesa ultramarina, adaptados aos novos tempos e armas dos concorrentes. De facto, a revolução americana (1778) e a revolução francesa (1789), soltando os ventos da Independência das colónias e das Revoluções, haveriam de colocar Portugal e os seus domínios ultramarinos, à cabeça o Brasil, de algum modo, no centro dos dois anticiclones, na Europa e na América.

Evoca-se neste quadro a figura maior de D. Rodrigo de Sousa Coutinho – Conde de Linhares – que, como Ministro do Estado dos Negócios e da Fazenda, em Portugal, de 1796 a 1801, Conselheiro de Estado e Ministro da Guerra e dos Negócio Estrangeiros, no Brasil (1808-1812), melhor visualizou entre 1790 e 1812 as novas realidades do Estado e Política portuguesas, o novo quadro internacional dos seus domínios ultramarinos e se constitui em figura de referência política e doutrinária para os políticos e governantes mais esclarecidos da sua Geração.

Sobre a sua ação, luzes e clarividência política de *Homem de Estado* vai o essencial escrito na grande obra que lhe dedicou Andrée Mansuy-Dinis Silva⁴. Ele é, seguramente, em Portugal e depois no Brasil, o construtor dos maiores esteios com que o Estado e a Monarquia Portuguesa então se têm de dotar, para conservar independentes e unidos os seus territórios, a força e lustre da Monarquia e do Soberano. Os seus programas em Portugal, de levantamento

² Alexandre Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise de Antigo Regime Português*. Edições Afrontamento, Porto, 1993. António José Telo – «A Península nas guerras globais de 1792-1815» in *A Guerra Peninsular. Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia*. Tribuna, 2005, pp. 297-327.

³ *Política, Administração, Economia e Finanças Públicas Portuguesas (1750-1820)*. Com estudos introdutórios de José Viriato Capela. ICS, Univ. do Minho, Braga, 1993, pp. 83-95.

⁴ Andrée Mansuy-Dinis Silva – *Portrait d'un Homme d'Etat: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812, II L'Homme d'Etat. 1796-1812*. Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris, 2006.

de uma *nova Fazenda* e construção de uma *nova Marinha* (neste caso também na continuidade do Ministro Melo e Castro) vão intimamente ligados ao ponto central da proteção da nossa navegação e comércio por sobre a “debacle” das companhias monopolistas do Estado mercantilista pombalino e mais larga abertura dos mares e das colónias ao comércio “livre” e internacional. Leitor de Adam Smith e outros economistas da nova Escola do Liberalismo económico, assimila em toda a extensão as ideias de que o *mais livre e extenso comércio*, funda a mais livre *sociedade civil e política*, ultrapassando o mero quadro da análise do desenvolvimento económico⁵. É, por isso, um ilustrado reformista que transporta essas ideias à formulação e construção da nova Sociedade, Administração e Finanças Públicas que quer configurar no maior poder do Estado e da Monarquia, em Portugal e no Brasil.

O reforço e modernização da Marinha e do seu Ministério, é eixo central na governação de D. Rodrigo, por onde passa, ao tempo, também e em grau especial, a modernização do aparelho de Estado, a valorização do seu corpo militar e artes da construção naval e de marear, para suporte à navegação atlântica portuguesa, o conhecimento, a descrição e valorização dos domínios coloniais, à cabeça, o Brasil.⁶ Com ele, a afirmação do poder naval português persegue de novo os horizontes mundiais do século XV-XVI, depois da quebra nos séculos XVII e XVIII, pela concorrência holandesa e inglesa. Agora o acrescentamento do nosso poderio naval mundial faz-se com o reforço dos pilares português e brasileiro, articulando mais extensamente a construção naval, a navegação mercantil com a militar e inserindo-os no quadro do novo imperialismo marítimo inglês com quem Portugal e Brasil terão necessariamente de participar para se situar de novo no centro do poderio comercial e naval mundial.⁷

É esse o particular influxo da sua presença na Governação, logo no período inicial de 1796 a 1801, que sempre se compagina e suporta na construção de um forte Erário e Finanças Públicas, incluindo aí as do Departamento da Marinha, construído com bases nos modernos institutos fiscais, de contribuições mais justas e distribuídas, pelas mais alargadas camadas sociais, incluindo agora os isentos e privilegiados, na consolidação do crédito e dívida pública com as primeiras desamortizações e resgates de Património público e real⁸. E com a passagem ao Brasil, em 1808, o estadista do Erário e da Marinha, sobe aos patamares políticos do

⁵ Como refere Vitorino Magalhães Godinho, a propósito dos Fisiocratas franceses setecentistas e dos Clássicos ingleses de Adam Smith e Stuart Mil e Stanley Jevons, passando por Ricardo: “no campo económico é que se traçou o primeiro modelo de explicação dos factos sociais e humanos”: “Em torno da ciência” in *Ensaíos e Estudos. Compreender o mundo de hoje*. vol. II, Nova Universidade. Sá da Costa Editora, 2010, pág. 235.

⁶ Sérgio Campos Matos, Luís Aguiar Santos – «A Marinha e a Cultura histórica em Portugal: entre tradição e modernidade (Séculos XIX e XX) in *Revista de História das Ideias*. Fac. Letras da Univ. Coimbra, vol. 29, 2008, pp. 431-469.

⁷ Francisco Contento Domingues – *Os navios do mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, 2004.

⁸ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. «Reflexões políticas sobre o meio de restabelecer o crédito público. 1799» in *Política, Administração, Economia e Finanças Públicas Portuguesas (1750-1820)*... o.c., pp. 277 e ss.

Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, que ganham relevo na construção do novo Brasil e no novo quadro das relações exteriores portuguesas, no que será agente muito ativo⁹.

Com a abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional em 1808 e o Tratado de 1810 com os ingleses abre-se, como é sabido, um *novo tempo* ao comércio, à navegação, à economia portuguesa, expresso no fim do pacto colonial e na quebra das receitas do comércio ultramarino. E logo aos destinos de Portugal, desde Quatrocentos profundamente imbricados ao império marítimo e colonial. Poder-se-á dizer que tais medidas e tratados não são mais do que a expressão da presença e domínio inglês no comércio externo português e no Brasil, de há muito nele instalado e reforçado pós 1800. É um facto. Mas não há dúvida, todos o reconhecem, que ele significou como que uma rutura com o *modelo* da condução política do comércio, que tinha ganho sob Pombal a sua mais desenvolvida configuração colonial e mercantilista, nos termos em que põe fim à *relação colonial* com os domínios ultramarinos e Brasil, e abre caminho ao fim do período áureo do modelo da economia e da estrutura do Estado de Antigo Regime, suportado no comércio exterior e nas receitas das alfândegas.¹⁰ D. Rodrigo tem a mais ampla compreensão das novas realidades geo-políticas e económicas de Portugal e seu Império para o qual entende ser necessário procurar novos meios adentro dos novos quadros políticos e económicos internacionais. E por isso considera tal evolução inevitável. E já não equaciona os seus efeitos, nem as respostas – como os seus mais radicais adversários em política e economia, – a partir da Metrópole e proteccionismo metropolitano, mas agora desde 1808-10, a partir do Brasil, o novo centro da Política da Coroa e Monarquia. E daí quer dar o maior impulso ao comércio internacional e metropolitano português. Conforme o exprime, de modo o mais claro, ao referir, em postulado da doutrina da *Riqueza das Nações*¹¹, que o crescimento do comércio no Brasil, estimularia o de Portugal e sua economia. E sempre, em convicção forte, a de que a força e ganhos da Navegação e Marinha se sobreporiam e contraporiam às perdas dos direitos e pautas alfandegárias, decorrentes do abandono das políticas protecionistas e mercantilistas do passado.¹² E tudo se conjugando para sustentar e dar mais força e meios à Coroa e Monarquia Portuguesa na nova Política e Economia Mundial.

⁹ Vide, também, Marquês do Funchal – *O Conde de Linhares. Dom Rodrigo Domingos António de Sousa Coutinho*. Lisboa, 1908.

¹⁰ Vitorino Magalhães Godinho – «Finanças e estrutura do Estado» in *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão). Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971; Sandro Sideri – *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Edições Cosmos, 1970. Oliveira Martins – *Política e Economia Nacional*. Porto, 1885 (II. *O Comércio marítimo português*, pág. 203 e 22.

¹¹ Adam Smith – *Riqueza das Nações*. Fundação Calouste Gulbenkian (tradução e notas de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão Aguiar, vol. I, 1981

¹² André Mansuy-Dinis Silva – *Portrait d'un homme d'Etat...o.c.*, 2006; *Idearium. Antologia do Pensamento Português*. José Acúrsio das Neves. Com um estudo biográfico de José Calvet de Magalhães. Edições VI, Lisboa, 1946.

Assim o exprime nos termos os mais claros em carta a José Bonifácio de Andrade e Silva, agora já balanceado no maior desenvolvimento do Brasil e seus povos, de 26 de abril de 1810, no imediato ao Tratado, para melhor fixar os seus objetivos, que diz vão ao encontro dos brasileiros: “Sobre o seu Brasil, pode estar descansado. São grandes os seus destinos e o melhor dos Príncipes tem feito a seu respeito tudo o que era possível fazer em tão pouco tempo. Liberdade de comércio, e mais amplo, debaixo dos princípios os mais liberais; direitos das alfândegas muito moderados, sendo os maiores 24% e uma terça parte remetida a favor da navegação e propriedade nacional. Nenhum privilégio exclusivo. Declaração que não haverá Inquisição no Brasil, feita no Tratado com a Grã-Bretanha. Permissão do estabelecimento de todas as manufaturas. Introdução de todas as culturas preciosas e que o Brasil ainda não possuía. Abertura de todas as comunicações interiores do Brasil...”. Sem embargo de acrescentar relativamente a Portugal, o que sublinhamos: “O que S.A.R. tem também ordenado a favor de Portugal não há-de deixar de o elevar a um maior grau de felicidade que antes possuía e a emancipação do Brasil há-de ser-lhe muito útil, não obstante tudo o que inquieta os visionários que seguem os princípios do sistema mercantil e que talvez é a causa de se não terem executado as Reais Ordens que tanto bem teria feito ao Reino”.¹³ Refere-se, naturalmente, às *Instruções* de 1810 que vão ditas (A. Silbert) como resposta aos críticos dos efeitos do Tratado¹⁴. E antes o dissera, com não menos força e convicção, em carta ao Príncipe Regente de 16 de Agosto de 1809: «Portugal há-de ganhar mais com o aumento que há-de ter o Brasil depois dos liberais princípios que V.A.R. mandou estabelecer, do que antes ganhava com o sistema restrito colonial que existia. Portugal há-de ser sempre o *depósito natural* dos géneros do Brasil e o depósito há-de ser muito maior (sublinhado nosso). Portugal há-de ter melhor e maior consumo para as suas produções e fábricas do que antes tinha. E finalmente o exemplo do sucedido em Inglaterra depois da separação dos Estados Unidos que Smith predisse, há-de também verificar-se em Portugal.»¹⁵ Eis todo o horizonte do programa de D. Rodrigo no Brasil. E os princípios e ideias de que a articulação de Portugal à economia inglesa haveriam também de mobilizar Portugal, e de que Portugal e Lisboa devem volver-se o depósito privilegiado dos produtos brasileiros para distribuir pela Europa, são agora programas e horizontes os mais fortes, uma vez consumada a independência do Brasil (1822), em especial o de sempre querer retomar as relações com a antiga colónia, e fazer de Portugal um parceiro mais favorecido no comércio com o Brasil.

A oposição ao Tratado de 1810 é a expressão da política e doutrina tradicional portuguesa da condução da política económica, como sabemos. Doutrinária, porque navega nos

¹³ Citado em José Luís Cardoso – «A Guerra Peninsular e a economia do Império Luso-brasileiro» in *Guerra Peninsular. Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia*. Tribuna, 2005, pp. 239-255.

¹⁴ Albert Silbert – *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Livros Horizonte, Lisboa, 1972; Idem – *Les invasions françaises et les origines du Libéralisme au Portugal*, Coimbra, 1980.

¹⁵ José Luís Cardoso – *A Guerra Peninsular...o.c.*. 2005.

velhos quadros do mercantilismo – protecionista, próprias às Monarquias Absolutas que se opõem ao Liberalismo. De política económica, porque entende que Portugal não está em condições de estabelecer contratos em pé de igualdade com as poderosas Nações mercantis, com quem sempre perderá. E logo emergirá, aquando da discussão do texto do Tratado de 1810 e mesmo até, no imediato, à abertura dos portos, a posição dos que lhe são contra e propõem a defesa do pacto colonial, pela atualização dos velhos tratados com a Inglaterra, do tempo de Cromwell e de Methuen (1703), em consonância com a doutrina tradicional e com os interesses das duas grandes praças mercantis portuguesas, - Lisboa e Porto - do grosso dos comerciantes e negociantes que vivem do comércio ultramarino. E a escola e doutrina tradicional protecionista ganhará novo alento pós Restauração Monárquica de 1815, e adentro da polémica entre protecionistas e livre-cambistas, que estará aí para durar pelo século XIX, muitas vezes extremada entre liberalismo político e protecionismo económico¹⁶.

No quadro e ideário de uma certa compaginação entre Absolutismo e Liberalismo, não é demais sublinhar as posições de Acúrsio das Neves,¹⁷ – escritas desde o Levantamento Nacional de 1808 e sob o impacto da abertura dos portos (em 1808), do Tratado de 1810 e no centro da Revolução de 1820, – que melhor fará a síntese económica das doutrinas do liberalismo, desenhadas à medida das nossas circunstâncias com um quadro político tradicional-conservador que aproveite das antigas instituições, tudo o que servir, sem embargo de verberar, fixando-lhe os limites, «a nefanda Revolução de 1820». ¹⁸ É ideário e programa que podemos ligar a D. Rodrigo (morto em 1812) e seguir em outros seus mais próximos discípulos ligados à ideia do Grande Império Luso-Brasileiro e Africano (1815), o do grupo dos integracionistas portugueses com Solano Constâncio, Saldanha da Gama, Ambrósio Joaquim dos Reis, Hipólito da Costa, Azeredo Coutinho¹⁹. Mas também, certamente, com o dos que no Brasil avançaram para a Independência, os seus fundadores, José Bonifácio Andrade e Silva e José da Silva Lisboa²⁰.

Com a passagem e assento da Coroa, tribunais Superiores e ministérios ao Brasil, que está a transformar a Colónia em centro de governo político do Reino e a abertura dos portos e livre comércio a suportar o seu rápido crescimento, Portugal está, de facto, a ficar à margem do centro político e económico do Império. E abrindo-se aí aos novos horizontes do

¹⁶ Miriam Halpern Pereira – «Absolutismo, reformismo e nacionalismo. As negociações para substituir o tratado de 1810» in *Ler História*, nº 12. Idem – *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.

¹⁷ José Acúrsio das Neves – *Idearium. Antologia do Pensamento Português...o.c.*, Lisboa, 1946, pág. 108.

¹⁸ De facto, Acúrsio das Neves não é absolutamente adepto do Liberalismo económico, a qualquer preço, como o não é do Absolutismo Político, como muitas vezes se extrema o seu pensamento em Economia e Política: *Idearium. Antologia do pensamento Português*. José Acúrsio das Neves...o.c., 1946.

¹⁹ José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho – *Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*. Lisboa, 1794.

²⁰ Istvan Jancsó (org) – *Independência. História e Historiografia*. Editora Hucitec, Fapresp, São Paulo, 2005.

Liberalismo económico, cujos efeitos se vislumbram na formulação política que se quer dar ao governo no Brasil, é com suspeição e repulsa que a Metrópole recebe os projetos e planos de reformas políticas, económicas, sociais e institucionais para de algum modo melhor os ligar ao governo no Brasil e manter a unidade e fidelidade da Nação à monarquia. Provocam, de facto, grande discussão nas reuniões do Conselho de Estado, no Rio de Janeiro, ao longo de 1808, as propostas aí levadas, sobre textos de D. Rodrigo, para as reformas de Portugal e a organização da comunicação política da Junta Revolucionária do Porto, de 1808, que na sequência dos Levantamentos nacionais, se erige em Governo Supremo e Provisional das Províncias do Norte e logo do Reino, à margem dos Governadores de Lisboa. Abre-se aí o maior confronto político e doutrinário, na discussão do texto das *Instruções* a enviar ao Presidente e Junta do Porto, entre as posições antagónicas, as que comumente associamos aos seus líderes, António José de Araújo, Conde da Barca e Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares. O primeiro, associado ao “partido francês” e políticas económicas protecionistas, o segundo, ao partido inglês e políticas económicas livre-cambistas.

Convém, neste ponto, e no que diz particularmente respeito às reformas políticas, económicas e sociais inscritas nas sobreditas *Instruções* vertidas na carta de lei de Janeiro de 1809, dizer das grandes continuidades e filiação com as propostas de reformas políticas e institucionais que em Portugal se abrem por finais do século XVIII sob o Reformismo e Ilustração, à volta da discussão da reforma das Ordenações, da Inquisição, das Ordens Religiosas, do Ensino e Instrução pública e de Reformas sociais e de outros planos da Política e Governação²¹. E no plano socioeconómico e político da administração e governo dos territórios e dos povos, que nestas *Instruções* ganharão particular relevo, as propostas que vão sendo feitas por magistrados e políticos do Reformismo Ilustrado, em relação com os escritos políticos e económicos da Academia Real de Ciências (1789...), que em grande medida têm o consentimento e suportam a Cultura política da governação mariana e se publicam com o apoio e autorização real. Mas tirando as aplicações parcelares de reforma levadas a cabo para a administração pública com a extinção das donatarias (com o reforço do Direito português em relação com aquela discussão à volta da reforma das Ordenações²²) e também para as Finanças e Erário por sob a ação de D. Rodrigo, alguns planos para o Ensino e Instrução públicas, mal acabadas reformas para o Exército e também para a Marinha, todas elas soçobriariam ou ficariam suspensas ou adiadas de 1808 em diante. Em que termos se retomarão? Aí está um problema histórico pertinente no sentido de seguir como reformas tomadas ou ideadas em tempo de reformismo ilustrado josefino e mariano, se continuam ou adaptam aos do Liberalismo aberto em 1820 e seus avatares.²³

²¹ A. Coimbra Martins – “Luzes” in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão). II, Iniciativa Editoriais, 1971.

²² Nuno Espinosa Gomes da Silva – *História do direito português. Fontes de direito*. Lisboa, Gulbenkian, 2000.

²³ Miguel Artola – *Los afrancesados*. Alianza Editorial, 2ª ed., 2008.

A oposição ao texto e ideário das reformas vêm, como referimos, do círculo dos “afrancesados” conservadores, protecionistas, que para além da oposição de fundo à doutrina e sistema liberal de D. Rodrigo, não deixam de verberar a circunstância de se ditarem leis e medidas naquela conjuntura que mais incendiariam o clima revolucionário em Portugal que uma Junta auto-constituída não estava em condições de aplicar. E que poderiam pôr em causa o Regime e a Constituição Monárquica Portuguesa²⁴.

Na obra do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho vai particularmente vincada a vontade de defender e reforçar a Soberania, por agora de Direito Divino, mas cada vez mais de direito natural e público; a defesa da integridade e unidade nacional com a mais forte integração política e económica do território metropolitano com o Brasil, pensado já no quadro económico liberal; as reformas necessárias da justiça, da administração, em consonância com as medidas da reforma das *Ordenações do Reino*, então abertas à discussão no meio universitário, em especial dos Livros que contêm os nossos ordenamentos públicos com a limitação do Direito Romano e Canónico; as reformas da economia para o mercado, em forte articulação com a fisiocracia, seus conteúdos pré-liberalizantes, a que não deixará de dar o seu contributo smithiano para a redação do Tratado de 1810. Enfim, as reformas da instrução e desenvolvimento do ensino científico e politécnico. E, em especial desvelo, a reforma e reforço da Fazenda e Marinha, os dois esteios maiores, na circunstância, para a defesa do Império e da Monarquia, com a realização de recursos para a guerra e defesa da unidade territorial nacional que ele, como ninguém, logo sentiu profundamente ameaçada com as revoluções da América e os Imperialismos seus concorrentes²⁵.

O espírito e ideias reformistas penetraram por todo o lado nas instituições e Sociedade portuguesas, sem embargo das resistências conservadoras e do clima sempre hostil que se critica na sua ação na governação e aconselhamento do Regente, designadamente na implementação de novos recursos e instrumentos financeiros para melhorar ou acrescentar as receitas do Erário, que tocavam necessariamente a Sociedade dos privilégios. Particularmente chocante era a passagem das *Instruções e Carta* que refere a necessidade de limitar os empregados públicos e todo o excesso de “classes improdutivas” que é ruinoso para o Estado. Esta é, de facto, transposição direta da passagem de Adam Smith que refere que “o trabalho de muitas das mais respeitáveis classes sociais não produz qualquer valor...”. E cita além da criadagem, os funcionários da Justiça, da Guerra”, (...) “algumas das mais sérias e importantes profissões, como algumas das mais frívolas: os eclesiásticos, os advogados, os médicos, os homens de letras de todos os géneros...”²⁶. E que, naturalmente, inspiravam os

²⁴ José Viriato Capela – “A carta de lei de 2 de Janeiro de 1809 e as ameaças de um programa de reformas”. Sep. do vol. II de Actas do Colóquio, *A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*. (1989).

²⁵ André Mousy-Diniz Silva – *Portrait d'un Homme d'État, D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares*. 2 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

²⁶ Adam Smith – *Riqueza das Nações...o.c.*, pp. 382-583.

maiores percalços e receios naquela conjuntura, mas também nos seus horizontes políticos e sociais. Como exprime de modo mais claro D. Pedro de Sousa Holstein (Conde de Palmela desde 1812) em carta a D. Rodrigo, no Brasil, de Agosto de 1809, de Sevilha, onde se encontrava em missão à Junta Central de Sevilha: «A Revolução de Espanha manifesta claramente o seu projeto de abater (senão extinguir a nobreza) (...). Não resta dúvida que a este primeiro golpe sucederá a redistribuição das grandes riquezas do clero e muito provavelmente a limitação de poder do soberano.²⁷

O outro grande plano da ação que tem no ministro D. Rodrigo, seu particular mentor, é o do reforço do poder financeiro do Estado, pela melhoria da administração e alargamento da fiscalidade, com medidas e programas que partindo do modelo pombalino, necessariamente tem de ir mais longe, pela necessidade de realizar mais receita com o aumento da produção e produtividade dos antigos institutos fiscais – com mais recurso à sua administração direta, com o recurso mais extenso ao crédito e empréstimos públicos – que agora são política e meios mais correntes nas Monarquias Europeias, em grande crescimento por virtude das necessidades da Guerra e crescimento dos Estados²⁸. A nova fiscalidade posta em marcha desde 1796, obrigando a aumentar impostos e a alargar a base fiscal está, como Joseph Fontana salientou, na base da *Quebra da Monarquia Absoluta*²⁹, com o fim ou eliminação das isenções ou privilégios fiscais das classes nobres e aristocráticas do Antigo Regime, que tinham nestes privilégios e isenções a sua base económica e social e neles constituía a Monarquia Absoluta o seu pilar principal. E também se abre caminho a novas formas de financiamento, designadamente pelo alargamento do crédito e empréstimos públicos, a que se dará a garantia dos bens das Ordens, conventos e igrejas, resgates e incorporações diversas no Erário, abrindo caminho agora à mais larga desamortização e nacionalização dos bens das Ordens e Clero.

Não está só em causa a reforma e melhoria da administração fiscal, com o Erário e Conselho da Fazenda, na continuidade das linhas de força da governação pombalina para uma cobrança e administração mais certa e atempada das receitas. Estão também em marcha mecanismos, designadamente a mais ativa ação das alfândegas e das superintendências fiscais que abrirão caminho a uma administração direta das cobranças, combatendo as perdas de uma Fazenda, tradicionalmente nas mãos dos grandes contratadores e rendeiros, e das Companhias monopolísticas de que Pombal ainda se servirá para construção do Poder da sua Sociedade e Monarquia. E também a criação de outros impostos e institutos fiscais

²⁷ Georges Boisvert – *Um pionnier de la propagande liberale au Portugal. João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português. Paris, 1982.

²⁸ Rafael Torres Sánchez – *El precio de la guerra. El Estado fiscal-militar de Carlos III (1779-1783)*. Marcial Ponz Historia, 2013.

²⁹ Joseph Fontana – *La quiebra de la Monarquia Absoluta, 1814-1820*. Barcelona, Editorial Ariel, 3ª ed. revisada, 1978.

e novos contribuintes que também eles são chamados a pagar os custos do Estado, da Guerra e da Conservação do Estado social. Às décimas, às sisas, aos novos impostos virão agora a ser submetidos a nobreza, o clero, as ordens, os institutos pios, a classe mercantil, negociantes, profissões liberais, corporações e no mundo rural até os jornaleiros (décima dos maneios). Os lançamentos e cobrança dos impostos, cujos novos modelos já vêm a ser postos no terreno desde a Guerra de 1762, delimitarão agora claramente, na sociedade portuguesa, por via do fisco, corpos e classes bem delimitadas, nas responsabilidades próprias do pagamento das suas quotas. Ao percorrer os livros de lançamento dos impostos – das décimas civil e eclesiástica, ordinárias e extraordinárias (1762, 1796-1814), de bens de raiz, correntes e juros, dos novos impostos, dos lançamentos das sisas, da repartição dos cabeções concelhios, na cobrança dos direitos alfandegários, do papel selado, chancelarias, e outros sob as formas exteriores e aristocráticas de riquezas – é possível fixar os diferentes estados sociais de contribuintes, que para tal efeito aí vão delimitados, não sem disputas jurídicas de estados, em repartição do que cabe a cada segmento. Isto sem embargo de as classes privilegiadas, sobretudo o clero e as Ordens, mas também o funcionalismo público, contratadores e rendeiros, os comerciantes de grosso trato, sempre pretenderem pagar os impostos por contratos de “encabeçamento” de valores certos, de modo a escapar às avaliações precisas dos seus rendimentos e defender os seus estatutos e autonomias de corpos.

O lançamento e termos de cobrança da Contribuição de Guerra, de Junot (1808) e a seguinte Contribuição Extraordinária de Defesa, aumentando exponencialmente a carga fiscal e alargando ainda mais a massa e corpos dos contribuintes, será o ponto mais alto destas reformas e também da resistência política e social, com alvoroços e resistências gerais. Tanto ou mais que no tempo de Pombal, o desenho fiscal configura agora, ainda mais claramente, os corpos sociais e as suas responsabilidades económicas perante o Erário. E que são agora também mais extensamente definidas como responsabilidade pública, obrigação e dever de Patriotismo, em tempo de guerra e defesa da Independência Nacional, que mais deve obrigar a contribuir a quem mais recebe do Estado e da Ordem ameaçada. Mas algumas delas terão mesmo um alcance e efeito vexatório para certos corpos, como a que se verificou para a ordem eclesiástica, com o particular agravamento das suas rendas e benefícios, com a captação das pratas das igrejas e outras entradas nos espaços eclesiásticos³⁰. De facto, estes novos e gerais impostos, já vão ditos antes e agora, no tempo de Junot, como instrumentos e suportes da Revolução, nova ordem e justiça social. Na Restauração, pós 1808, ainda é possível vislumbrar o seu acatamento, na continuidade necessária, para suporte da defesa da Coroa, da Monarquia e da Ordem pública e social de que os estados superiores se

³⁰ José Viriato Capela, Henrique Matos, Rogério Borralheiro – *O Heróico Patriotismo nas Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Universidade do Minho, 2008. [Vide capítulo, Os custos da guerra. Contribuições eclesiásticas e civis, pp. 147-159]. *Idem* – *Sempre Fiel e Leal. O Porto na Restauração nortenha e defesa da independência nacional (1808-1809)*. Área Metropolitana do Porto, 2009.

sentem os principais agentes porque beneficiários. Mas é grande sempre a distância entre o que é definido, lançado e depois o que é cobrado.

O lançamento, em concreto, dos grandes programas fiscais – como a *Única* em Espanha – que quer trazer mais justiça, racionalidade e produtividade ao imposto, não passou de uma ideia de Escola³¹. Em Portugal, apesar de tudo, o Estado pombalino³² e agora a nova Fazenda e Erário de D. Rodrigo farão avanços concretos no cadastro e no lançamento e nas cobranças. Mas é neste quadro que as dificuldades sevolvem as maiores, até porque estão em quebra os braços e agentes tradicionais da arrecadação e cobrança das rendas e impostos, – os rendeiros e contratadores – e a Administração direta não supre as dificuldades dos adiantamentos, que os bancos ainda não suprem porque não entraram em cena. Em Portugal, aliás, o projeto da criação de um Banco por D. Rodrigo não se concretizará, o que só se realizará, depois, no Brasil. É por isso que é preciso atentar no papel que então, em especial no levantamento das contribuições do tempo de Junot, é imposto a certos corpos mais próximos dos contribuintes, em especial as bases populares. É o caso do clero paroquial que, por si e pelos seus subordinados nas paróquias, serão os agentes importantes do suporte à cobrança de impostos, recrutamentos, mobilização das populações para o concurso às repartições e pedidos de voluntários, de lenhas, alimentos para a tropa e cavalgaduras. Do mesmo modo, nos concelhos, às Ordenanças foram entregues idênticas tarefas pelos franceses ocupantes, que considerarão humilhação face ao seu estatuto militar e social (dos seus capitães e sargentos maiores e menores). E, por isso, os párocos à frente das suas comunidades, e os comandos das Ordenanças e Milícias serão sempre agentes muito ativos e mobilizadores nos Levantamentos de 1808. Por isso, nos Levantamentos Nacionais, o verdadeiro Povo e nova Nação vai neste quadro mobilizado e transfigurado no clero nas paróquias – para além do que exorta nos púlpitos³³ –, nos militares, nos comandos das Milícias e Ordenanças nos concelhos. Aliás, será daí onde se construirá mais extensa a resistência à implantação dos institutos liberais ao longo da primeira metade do século XIX até à Maria da Fonte, à Patuleia, à Regeneração.

A luta contra o invasor de 1808-1811 caldeou profundamente os caminhos do reformismo e pré-liberalismo, como reinstalou igualmente os da Restauração e Contra-Revolução. Estão em jogo circunstâncias dramáticas para a Sociedade Portuguesa. Albert Silbert, antes de muitos, já se referiu ao contributo deste período para a contra-reforma e a revolução.

³¹ Rafael Torres Sanches – *El precio de la guerra, o.c.*, Marcial Ponz Historia, 2013.

³² Jorge Borges de Macedo – *A situação económica no tempo de Pombal*, Porto, 1950; Fernando Tomaz – «As finanças do Estado Pombalino 1762-1776» in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1988, pp. 355-389.

³³ João Francisco Marques – «A resistência do clero nortenho às invasões francesas» in *O Porto e as Invasões Francesas. 1809-2009*. III, Público, CM Porto, 2009, pp. 193-243.

Entretanto afastam-se e bifurcam-se pós 1808-1810, cada vez mais, as políticas, as economias, os horizontes e com eles os destinos da Metrópole e do Brasil, sob o pano de fundo da mais forte emergência dos patriotismos e nacionalismos a desenvolver-se, já em oposição e contraponto, em Portugal e no Brasil³⁴.

No Brasil são dois discípulos maiores de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que após a sua morte tomarão o facho dos programas de desenvolvimento do Brasil e da construção da Nação e Nacionalismo brasileiro: Andrade e Silva, conduzindo a política e em grande parte as decisões de D. João, de regresso a Lisboa (com a Corte) e de D. Pedro, a comandar a Independência. E Silva Lisboa, o brasileiro economista e primeiro historiador a “escrever” e a reunir os elementos da *História da Nação e os caminhos da Independência Brasileira*. E a inscrever os *Benefícios Políticos* do governo de D. João (para o Brasil e por extensão a Portugal) e a escrever a sua biografia liberal³⁵. E registe-se o testemunho do último Vice-rei do Brasil, o 8º Conde de Arcos, vencedor da Revolução Pernambucana de 1817 e elevado, por isso, ao Ministério da Marinha e Negócios Exteriores que não deixa de sublinhar que os dados de Portugal e Brasil estavam lançados: uma vez constituído o Brasil em Reino (1815) nas chancelarias do Congresso de Viena, o seu destino independente estava marcado. Nesse contexto dizia já também que o mais importante era tudo fazer para reservar a Portugal o maior depósito de produtos brasileiros pela maior condução dos seus produtos em barcos nacionais e pelos direitos favoráveis às mercadorias portuguesas no Brasil. Ponto este que será naturalmente, o que para o futuro e pós 1821-1822 terá melhor acolhimento e que terá longa duração. Este é um quadro que se vem desenhando de longe, desde a idade da criação de portos francos e se continuará pelo século XIX, sobretudo depois da forte emigração de Portugal para o Brasil, desde meados do século, para criar mais fortes e mais próximas ambas as economias e comércios.³⁶

Os programas de desenvolvimentos económico e social e até político do Brasil vêm de longe. No século XVIII, com o governo de D. João V e o Marquês de Pombal, quando se delimita mais extensamente o território brasileiro, aprofunda-se e estende-se a sua valorização económica da madeira ao açúcar, aos couros, ao ouro e algodão com o reforço do controlo da centralização do Estado pelos Governadores e capitães-donatário e o comércio

³⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva (coord) – *O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822*. Vol. VIII. Da Nossa História da Expansão Portuguesa (dir. Joel Serrão, A. H. Oliveira Marques). Editorial Estampa, 1986. Istvan Jancsó (org) – *Independência. História e Historiografia*. Editora Hucitec, Fapresp, São Paulo, 2005. Andréa Slemian - «Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)». Istvan Jancsó (org) – *Independência...o.c.*, pp. 829-847.

³⁵ José da Silva Lisboa – «Parecer dado por ordem superior sobre os expedientes necessários ao progresso e melhoramento da população do Brasil» in *Política, Administração, Economia e Finanças Públicas Portuguesas (1750-1820)...o.c.*, pp. 315 e ss. José da Silva Lisboa – *Memórias dos benefícios políticos do governo d’el rei D. João VI*. 1818.

³⁶ Oliveira Martins – *Política e Economia Nacional*. Porto, 1885. J. P. Oliveira Martins – *O Brasil e as colónias portuguesas*. 5ª ed., aumentada, Lisboa, 1920.

externo pelas Companhias. Emergem também neste quadro da integração política, administrativa e social mais extensa das populações e comunidades – de algum modo também em relação com a expulsão dos Jesuítas em 1760 – as manifestações culturais e políticas das comunidades brasílicas e brasileiras e a construção de sentimentos indígenas, pelos patriotas e independentistas.³⁷ E por finais do século XVIII nos horizontes da política e propaganda anti-colonial, anti-comércio escravo, emerge com mais força o sentimento nacional – que salta para a Inconfidência e a Revolução – em consonância com os movimentos revolucionários e independentistas americanos.³⁸ Finalmente, a instalação da Corte e tribunais superiores no Brasil contribuirão para acentuar este horizonte político em que a organização do direito mercantil e comercial ganham particular relevo.³⁹

O quadro político e internacional europeu, atlântico e mundial entrará em profunda mudança, após a queda do Império napoleónico e abertura do Congresso de Viena. Portugal pretende então restaurar também a situação anterior a 1808-10, mas os dados estão lançados. E a reação conservadora que logo se abre nessa conjuntura teve o efeito de criar o primeiro grande grupo de “refugiados” e “exilados políticos”, que de Inglaterra, de França, do Brasil com uma imprensa de vasto auditório, desde 1808, em particular desde 1813/1814, discutem os problemas e destinos de Portugal, em horizontes de acrisolado patriotismo, reformismo e liberalismo.⁴⁰

Mas a nova ordem internacional de Restauração Monárquica fixada a partir de Viena pós 1815, ainda não promoverá o melhor quadro e resolução da questão política entre Portugal e o Novo Reino, que desse maior definição ao quadro político das relações entre Portugal e o Brasil. E, designadamente, promovesse uma nova regulação internacional do comércio e navegação, face à “ultrapassagem” das leis do comércio internacional impostas pelos ingleses a Portugal em 1805 e 1810. Não está tomada a decisão sobre o regresso ou não da Coroa à Metrópole e os termos da reposição do quadro político do Reino, cabeça do Império. Nessa altura ainda se construía ou restauravam os palácios para o assentamento do Rei: um no Rio (o de São Cristóvão) e ao mesmo tempo outro em Lisboa (Palácio da

³⁷ A. de Magalhães Basto – Porto e Brasil. *Figuras e factos da História Luso-Brasileira*. Edições Progredior. Gaia/Porto, 1948 (Cap. XIX. Como foram presos os Jesuítas no Rio de Janeiro (pp. 145-151); cap. XXIV – Um Compêndio da ética (Política brasileira) pp 171-177); cap. XXV – Um portuense, precursor e mártir da independência brasileira (Tomás António Gonzaga, pp. 178-186); cap. XXVI – “Da Conjuração Mineira”, pp. 187-193); cap. XXVII-XXVIII – Intendente da Polícia do Porto e «Patriarca da Independência brasileira» (José Bonifácio de Andrade e Silva, pp. 194-204).

³⁸ Maria de Fátima Silva Gouvêa - «As bases institucionais da construção de unidade dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro» in Istvan Jancsó (org) – *Independência...o.c.*, pp. 707-752.

³⁹ Edson Alvisi Neves – *Magistrados e negociantes na Corte do Império do Brasil. O Tribunal de comércio*. Editora e Livraria jurídica do Rio de Janeiro, 2008.

⁴⁰ Georges Boisvert – *Um pionnier de la propagande liberale...o.c.*, Paris, 1982. Marco Morel – «Independência no papel: A Imprensa Periódica» Istvan Jancsó (org) – *Independência...o.c.*, pp. 617-636.

Ajuda), porque se não sabia o seu futuro assentamento. E no terreno, Brasileiros e Portugueses já se debatiam e reivindicavam o lugar mais apropriado à instalação da Corte e governo que sempre é lugar físico e mítico importante para decidir os futuros “arranjos” políticos do Reino Unido. Mas, indiscutivelmente, a corrosão das instituições antigas pós 1808-1810 era um facto, sob um poder político sufocado pela força dos ingleses (nas queixas em força dos militares) e uma economia e indústria nacionais abatidas pela crise do comércio e navegação. E era mais patente a ação dos reformistas e revolucionários – por isso crescimento das Devassas – logo expressa na Revolução de Gomes Freire em 1817. E acresce, como se tem referido, o surto do Nacionalismo Patriótico Português, em correlação e grande medida em resposta aos Nacionalismos Patrióticos brasileiros, que dos Levantamentos, Inconfidências e Revoluções vemos tomar mais largo fôlego e espaço na ação política e opinião pública ao longo do último terço do século XVIII e no século XIX. Em Portugal esse Nacionalismo – como bem fixou Alexandre Valentim⁴¹ – cresce desde a guerra das Laranjas e a primeira invasão de Portugal (de 1801) a obrigar uma mais clara tomada de posição na conjuntura internacional de Portugal, face a Inglaterra. Depois, inequivocamente, o Nacionalismo e Patriotismo constituem-se e são a fonte de Legitimidade dos Levantamentos populares de 1808 que o Rei, em consonância com a Nação, aprovam. E com ela também o renovo do Sebastianismo propugnando pelo regresso do Rei à Metrópole como Salvador da Pátria e Nação Portuguesa. E o sentimento cresce mais forte no Porto, no Norte e no País em geral, com a marcha dos negócios do Brasil e seu afastamento e da Coroa dos negócios metropolitanos. E a transformação do Rio e do Brasil na cabeça do Império e Portugal em colónia, invertendo as posições e hierarquias entre Portugal e o Brasil, que agora se acopla ao comércio “livre” inglês.⁴² Enfim, com o movimento de resistência nacional fortemente estimulado pelo clero e os estados tradicionais⁴³, em que se envolverão também a burguesia, a ilustração e as corporações revolucionárias.

⁴¹ Alexandre Valentim – *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise de Antigo Regime Português*. Edições Afrontamento, Porto, 1993.

⁴² Sandro Sideri – *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Edições Cosmos, 1970.

⁴³ *Vide*, sobretudo, João Francisco Marques – *O clero nortenho e as invasões francesas. Patriotismo e resistência regional*. Porto, 1991.

A REVOLUÇÃO DE 1820 E A INSTRUÇÃO PÚBLICA* NOTAS DE UMA COMUNICAÇÃO

Comunicação apresentada pelo Prof. Doutor
Luís Reis Torgal**, em 3 de novembro

Antes de mais, queria recordar que as escolas militares e as escolas de “artes”, inclusivamente aplicadas à Marinha, são anteriores à Revolução de 1820 e surgem organizadas no tempo pombalino e pós-pombalino. Além disso, deve lembrar-se que a reforma da Universidade do tempo de D. José e do Marquês de Pombal (1772), que, entre outras medidas, acrescentou às faculdades clássicas (Teologia, Cânones, Leis e Medicina) as novas faculdades de Matemática e de Filosofia (Filosofia Natural, entenda-se), continuou a ser considerada a grande reforma, até à reforma republicana de António José de Almeida, e mesmo depois, ainda sendo hoje lembrada¹. A Academia das Ciências, por onde entraram e se afirmaram as novidades científicas da época, só surgiu no tempo de D. Maria I (1779), o qual, apesar de ter sido acusado de “viradeira”, não contrariou no essencial as reformas que se verificaram no tempo de D. José. E, finalmente, saliente-se que há na época pombalina uma tentativa de criar o estatuto dos “professores régios” — entretanto, os jesuítas haviam sido expulsos e procurava-se dar à instrução um sentido secular — para o que concorreria um novo imposto, o «subsídio literário», criado no mesmo ano da reforma da Universidade, depois de se ter criado a Junta da Direcção Geral dos Estudos e Escolas do Reino (1759), que acabou por ficar ligada à Universidade de Coimbra. Esta centralização na Universidade “única” (depois de extinta a Universidade jesuítica de Évora, em 1759) deu-lhe uma aparência que se veio a chamar depois

* Este texto é um conjunto de notas que serviu de base à comunicação apresentada na sessão conjunta da Academia de Marinha e da Academia Portuguesa da História comemorativa da Revolução liberal de 1820, realizada no dia 3 de Novembro de 2021. Baseou-se no estudo, recentemente publicado *Essa palavra Liberdade...* (Lisboa: Temas e Debates, 2021), cap. 1, que, por sua vez, teve como origem a sua investigação realizada nos anos 80 com Isabel Nobre Vargues, co-autora da obra *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública* (Porto: Paisagem, 1984).

** Professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra; fundador do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da UC; membro honorário da Academia Portuguesa da História.

¹ Em 2022 ocorrem 250 anos após a Reforma Pombalina, que tem como marco os Estatutos de 1772. Os CTT, de acordo com a Universidade de Coimbra, já anunciaram que vão apresentar um selo comemorativo dessa reforma, assim como serão promovidas várias actividades comemorativas.

“napoleónica”, embora a centralização seja anterior à reforma universitária bonapartista. Tem sim (a meu ver) um carácter “iluminista”, que levou em países onde havia mais do que uma universidade a extinguir algumas delas, sobretudo as que eram situadas em pequenas cidades e tinham uma importância menor.

Mas, passemos à Revolução de 1820, quando se vai elaborar, na sua sequência, a primeira Constituição liberal portuguesa — a Constituição de 1822, assinada pelos deputados das Cortes Constituintes em 23 de Setembro desse ano. As reuniões das Constituintes realizaram-se de 24 de Janeiro de 1821 a 4 de Novembro de 1822, iniciando-se depois as Cortes Ordinárias ou da segunda legislatura, de 15 de Novembro de 1822 a 21 de Maio de 1823, lavrando, em Junho, 60 deputados um protesto devido ao seu encerramento depois da contra-revolucionária Vilafrancada (27 de Maio de 1823). É, por assim dizer, apesar do seu carácter relativamente passageiro, o primeiro grande momento do Liberalismo².

Neste âmbito, obviamente a Instrução Pública vai ser considerada como a arma principal para alteração da sociedade numa perspectiva liberal, criando uma educação para a cidadania³, até porque a Constituição, além de considerar que todos os portugueses eram “cidadãos”, considerava no seu artigo 26.º: «A soberania reside essencialmente em a Nação».

Como exemplo desta afirmação da importância fundamental da educação, vejamo-nos estas palavras do deputado Manuel de Macedo Pereira Coutinho (1775-?), desembargador e fidalgo, deputado às Cortes Ordinárias, numa “indicação” datada de 14 de Dezembro de 1822 e apresentada na Segunda Legislatura das Cortes liberais⁴:

O princípio mais fecundo das calamidades e desgraças públicas é a ignorância; assim como as luzes e os conhecimentos são os que fazem a felicidade das nações, querer, pois, que os homens sejam ignorantes é querer que sejam bárbaros e tiranos. Daqui resulta que a educação é um dos mais sagrados e importantes negócios que o legislador tem a seu cargo.

² Ver, entre outros, os livros de Vital Moreira e José Domingos publicados em 2020-2021 pela Porto Editora (anunciam-se outros em anos seguintes), sob o título comum *No Bicentário da Revolução Liberal*, cujo volume II tem o título simbólico (até pela inspiração na célebre obra de John Reed, *Os dez dias que abalaram o mundo*): *Os 40 dias que mudaram Portugal*

³ Ver a obra de Isabel Nobre Vargues, *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997

⁴ Esta “indicação” foi lida pela primeira vez em plenário a 8 de Janeiro de 1823 e pela segunda a 20 de Fevereiro. Ver *Diário das Cortes da Nação Portuguesa, Segunda Legislatura*, n.º 39, 1823, 20 de Fevereiro, p. 907. Neste como nos outros casos semelhantes de citações e de nome de obras, procurámos, de um modo geral, para mais fácil leitura, actualizar a grafia dos textos.

E daí também que liberais avançados como o jovem Garrett, acabado de formar em Leis em 1821, se viesse a revoltar, com palavras amargas, contra o que considerava a falta de interesse pela Instrução Pública:

*As Cortes Portuguesas legislando no século XIX, sem darem uma só hora das suas tarefas à pública instrução, é um fenómeno em política que a posteridade não saberá explicar. Isto digo eu à face da terra, que os há-de julgar a eles, e à face da Nação inteira, que nos julgará a nós todos.*⁵

Não seria, no entanto, tanto assim, dado que as Cortes Constituintes e as Cortes Ordinárias, com o apoio do Governo, tiveram a intenção de reformar a Instrução Pública, tendo sido debatido o problema. Foram criadas umas dezenas de escolas de «primeiras letras», organizou-se nas Cortes uma Comissão de Instrução Pública e, na segunda legislatura, foi organizada uma Comissão especial para a reforma do ensino, depois da discussão de um projecto de decreto-lei apresentado pelo deputado e lente de Botânica e Agricultura da Faculdade de Filosofia José de Sá Ferreira Santos do Vale (1772-1854). Além disso, foram enviados às Cortes pelos concelhos muitas petições, especialmente a pedir a fundação de escolas, e foram-lhe remetidos projectos de reforma da Instrução Pública, alguns vindos do estrangeiro, como o de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (*Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública dedicada à Nação Portuguesa e enviada aos seus representantes*, 1823)⁶.

A própria Constituição⁷, depois do debate parlamentar, não deixou, evidentemente, de considerar a questão da Instrução Pública, ainda que os artigos tenham um sentido amplo e porventura ambíguo. O artigo 33.º limitou no futuro o direito de voto aos analfabetos, a fim de obrigar os portugueses a aprender, pelo menos, as primeiras letras. E os últimos artigos constitucionais foram dedicados à Instrução Pública (e à Assistência, no artigo 240.º) desta forma:

Artigo 237.º

Em todos os lugares do Reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade Portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis.

⁵ *Jornal da Sociedade Literária Patriótica*, segundo trimestre, 9 de Agosto de 1822, extracto da sessão de 19 de Julho anterior.

⁶ *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Publica dedicadas á Nação Portugueza e offerecidas a seus representantes*. Paris, A. Bobbée, Impressor da Real Academia das Sciencias de Paris, 1823. Ver sobre Luís Mouzinho de Albuquerque (avô de Joaquim Mouzinho de Albuquerque) o livro de Magda Pinheiro, *Luís Mouzinho de Albuquerque, um intelectual na Revolução*. Lisboa: Quetzal, 1997.

⁷ Pode consultar-se o texto original da Constituição publicado no ano de 1822 ou então colectâneas de Constituições, como as que foram organizadas por Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas*. Coordenação e Introdução Geral de Jorge Miranda. Cascais: Principia, 2013 (6.ª edição).

Artigo 238.º

Os actuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados, e se criarão outros onde convier, para o ensino das ciências e artes.

Artigo 239.º

É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que haja por responder pelo abuso desta liberdade, nos casos e pela forma que a lei determinar. [...]

Analisando o debate sobre o ensino, vejamos somente algumas das ideias mais marcantes:

1.º Liberdade de ensino e interesse público

Na verdade, se a liberdade era entendida, evidentemente, como um dos direitos mais sagrados da cidadania liberal, não deixava de se considerar que ela devia ser limitada pelo “interesse público”. No âmbito da discussão sobre a liberdade de ensino, alguns deputados não deixaram de considerar que uma coisa devia ser o ensino público e outra o ensino particular, que alguns consideravam mesmo poder ser, em certos casos, de má qualidade e com o objectivo fundamental de explorar os alunos e os seus pais⁸.

Veja-se o que dizia em 29 de Março de 1822 Caetano Rodrigues de Macedo (1790-1831), opositor da Faculdade de Filosofia e deputado às Cortes Constituintes:

Aqui não se trata de conceder, nem de negar, a todos os cidadãos a liberdade de aprenderem com quem quiserem e de ensinarem o que quiserem; a este respeito só notarei que uma liberdade absolutamente ilimitada neste objecto não deixaria de ser prejudicial. De que se trata é de estabelecer como princípio constitucional que o Estado deve fundar estabelecimentos públicos para o ensino das ciências e das artes. Este princípio é de si tão evidente, que pareceria supérfluo declará-lo neste lugar: mas a sua grande importância o faz digno de ser consagrado na Constituição, para que as futuras Cortes o observem e respeitem religiosamente.⁹

E Francisco Vilela Barbosa, bacharel formado em Matemática e deputado pelo Rio de Janeiro às Cortes Constituintes, reforçava esta ideia:

Não tenho dúvida em que se declare que é livre a todo o cidadão abrir aula para ensinar qualquer arte ou ciência: mas uma vez que se diga isto, é preciso então declarar também que os títulos adquiridos nessas escolas não são suficientes para habilitar aos empregos públicos, a fim de que se não persuadam de que estão igualmente habilitados os que estudam nessas escolas particulares como os que aprenderam nas escolas públicas, debaixo das vistas da direcção do Estado.¹⁰

⁸ Ver, a este propósito, a acusação violenta do deputado Manuel de Macedo Pereira Coutinho na “indicação” datada de 14 de Dezembro de 1822 atrás referida.

⁹ *Diário das Cortes Constituintes*, 1822, 29 de Março, p. 662.

¹⁰ *Diário das Cortes Constituintes*, 1822, 29 de Março, pp. 662-663.

2.º Maior importância concedida pelos radicais ao ensino das «primeiras letras» do que ao ensino universitário, severamente criticado

Era esta uma ideia particularmente defendida pelos liberais mais radicais, nomeadamente os estudantes jornalistas, que publicaram os seus periódicos em Coimbra já em 1823, estudantes como o aluno de Leis José Joaquim de Moura Coutinho (*Minerva Constitucional* e *O Publicola*), os irmãos Passos, Manuel e José da Silva Passos, vulgarmente conhecidos por Passos Manuel e Passos José, alunos de Leis e de Cânones (*Amigo do Povo*), ou o bacharel médico José Pinto Rebelo de Carvalho (*O Censor Provinciano*). Este último escrevia:

[...] um bom mestre de ler e escrever, modesto e instruído vale mais do que um orgulhoso lente, que ou prefere o que ele chama a sua glória ao que é útil ou que o mais das vezes se avilta, prostituindo-se a coisas vãs, fúteis, e até perigosas.¹¹

3.º Em favor das “ciências úteis” — «conflito de faculdades»

Por detrás da afirmação de Rebelo de Carvalho, influenciado pelas ideias da Convenção francesa, estava, obviamente, não a ideia de uma extinção do ensino superior, mas sim a sua orientação fundamental para as então chamadas “ciências úteis”, ideia que deputados e o próprio Governo apoiavam.

Escrevia Francisco Soares Franco (1772-1844), lente de Anatomia na Faculdade de Medicina de Coimbra, casapiano natural de Loures, deputado às Cortes Constituintes:

A Filosofia natural é a ciência fundamental, de que dependem as artes produtoras da riqueza das nações. A Química e a Mecânica dirigem o agricultor no conhecimento dos terrenos, na preparação dos estrumes, na construção dos instrumentos aratórios, destilatórios e outros. Dirigem igualmente os artistas, os fabricantes de louça, de vidros, de tinturaria, de saboaria, de lanifícios, de seda, etc. A economia política é também uma ciência, cujo conhecimento se torna hoje indispensável; ela tende a estabelecer os princípios em que se funda a verdadeira riqueza das nações.¹²

E, na verdade, o próprio ministro do Reino (o ministro mais importante do aparelho governamental), num famoso relatório enviado às Cortes Ordinárias, não deixava de confirmar esta ideia, apesar da sua formação de jurista. Escrevia nesse texto Filipe Ferreira de Araújo e Castro (1771-1849), filho de um magistrado e depois formado em Leis na Universidade de Coimbra:

[...] é forçoso confessar que os meios de instrução, que por ora temos, não estão ainda em harmonia com a ilustração do século, nem com as necessidades da Nação. A administração e economia pública resentem-se da falta de economistas e administradores, ao mesmo tempo que nos sobejam teólogos e juristas.

¹¹ *O Censor Provinciano*, n.º 8, p. 116.

¹² *Diário das Cortes Constituintes*, n.º 56, 7 de Outubro de 1822, pp. 711-717.

[...] O Governo em desempenho das suas atribuições, e convidado a indicar as providências de que necessita, não pode todavia deixar de reclamar a instituição de escolas úteis e a direcção dos estudos e costumes públicos, porque sente a necessidade de homens hábeis para os empregos; de multiplicar ou aproveitar os recursos nacionais; e finalmente de obstar ao progresso da desmoralização, que, sendo em última análise filha da ignorância, deve ser atacada na sua origem. A reforma dos regulares, deixando muitos edifícios desocupados, oferece, além de outras, a vantagem de se poder não só formar a reunião da academia das ciências e belas artes debaixo de um plano conveniente, mas ainda o estabelecimento das escolas de economia política e rural, de agricultura e botânica, de metalurgia e de química aplicada às artes, até mesmo nos conventos que se dedicam ao ensino da mocidade. O Governo ocupa-se com desvelo dos arranjos, que cabem na esfera das suas atribuições, e solicitará da vossa autoridade e ilustração as medidas necessárias ao desenvolvimento e direcção do espírito humano, que deve acompanhar a marcha da nossa reforma política.¹³

Mesmo a Medicina era entendida numa perspectiva ampla, não apenas para servir a terapêutica do corpo, mas igualmente da mente, concorrendo assim para activar os valores morais que se consideravam ser de natureza essencialmente liberal. Numa concepção de clara actualidade científica, escrevia Rebelo de Carvalho:

Mas a Medicina tendo por objecto o estudo físico e moral do homem não limita a sua inspecção àquela primeira parte, que trata da saúde e da doença; remonta até às operações do pensamento e determinações da vontade, investiga mais que nenhuma Ciência as regras que devem dirigir a vida e conduzir-nos pela estrada da felicidade. Esta ciência deve firmar a verdadeira base da moral. Debaixo de qualquer aspecto que se olhe, deve sempre chamar a atenção do Legislador.¹⁴

Era o «conflito de faculdades» que se verificava já desde a reforma pombalina, e um pouco por toda a Europa, ou seja, a afirmação da importância das «faculdades naturais» (Medicina, Matemática e Filosofia) em detrimento da preponderância, que até aí se verificava, das «faculdades positivas» (Teologia, Cânones e Leis), a que o próprio Kant dera voz num conhecido opúsculo de 1798, *Der Streit der Fakultäten, O conflito de faculdades*.

4.º Contra a centralização na Universidade da direcção geral do ensino; críticas à única Universidade de Coimbra, considerada conservadora; contra a «Universidade proprietária»; contra a acumulação de cargos; e, de uma forma radical, em favor da extinção da Universidade, entendida como corporação de “Antigo Regime”

Pretendia-se, pois, uma alteração de fundo do sistema de ensino. Projectos nesse sentido eram apresentados por deputados ou — como notámos — provinham mesmo de fora das Cortes, como sucedeu com o referido projecto do físico e químico Mouzinho

¹³ *Diário das Cortes, Segunda Legislatura*, n.º 1, 2 de Janeiro de 1823, pp. 322-323. Note-se que o Ministro do Reino fazia um apelo às Cortes, pois era a elas que competia o poder legislativo, neste caso no sentido da reforma da Instrução Pública.

¹⁴ *O Censor Provinciano*, n.º 11, p. 164.

de Albuquerque (1792-1846), que se encontrava em Paris, ou com o projecto de Rebelo de Carvalho, que fora entregue nas Cortes pelo deputado e médico João Alexandrino de Sousa Queiroga (1787-1863)¹⁵. Nas Cortes destaque-se as considerações fundamentais e radicais (para o seu tempo) do referido lente de Botânica e Agricultura José de Sá Ferreira Santos do Vale, curiosamente ex-agostinho descalço secularizado, que apresentou estas considerações, depois de, num preâmbulo, ter criticado a generalidade dos lentes da sua Universidade de Coimbra, pelo seu conservadorismo e falta de actualização científica:

Art. 1.º Criar-se-á na capital um tribunal supremo de instrução pública, o qual, além das atribuições novas que se lhe assinarem, terá as da junta da directoria geral dos estudos¹⁶, que fica extinta.

[...]

Art. 5.º Enquanto não é possível tornar-se efectiva a parte do artigo 238.º da Constituição, que manda criar novos estabelecimentos literários, é de necessidade absoluta que se torne efectiva a parte que manda reformar os actuais e será muito conveniente começar pela Universidade de Coimbra.

[...]

Art. 7.º Visto que o estado actual das faculdades positivas de leis e de cânones é tão miserável que do ensino das doutrinas respectivas se segue prejuízo e nenhum proveito, o vice-reitor as mandará fechar desde a publicação deste decreto.

[...]

Art. 9.º Ficam abolidas as informações¹⁷ daqui em diante; e ficam igualmente de nenhum vigor as que se têm dado desde 24 de Agosto de 1820.

[...]

Art. 30.º O cofre da Universidade deve ajuntar-se ao Tesouro nacional, pelo qual unicamente devem ser pagos todos os empregados públicos.¹⁸

Borges Carneiro, por sua vez, deixara as maiores críticas ao vício da acumulação de cargos, virando as setas contra o próprio reitor da Universidade, apesar de saber que se tratava de um beneditino que desde o início manifestava ideias liberais:

Se por tantos títulos o respeitável varão D. Fr. Francisco de S. Luís era reconhecidamente útil no governo da universidade não devera ter sido elevado ao episcopado; não se queira com isso continuar depois da regeneração a dar novos exemplos do detestável vício da acumulação. E quê?

¹⁵ O *Censor Provinciano* citado, n.º 8, p. 121.

¹⁶ A Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, foi criada em 1759. Em 1794 ficou sediada em Coimbra. Com outro nome manteve as mesmas funções até 1859, altura em que foi integrada no Ministério do Reino. Houve duas tentativas para instituir um Ministério da Instrução Pública, em 1870 e 1890, mas este só veio a ser criado com carácter contínuo em 1913, no tempo da I República, tendo estado até então os problemas da Instrução debaixo da responsabilidade do Ministério do Interior (sucédâneo na República do Ministério do Reino da Monarquia Constitucional).

¹⁷ As informações dos alunos diziam respeito à política, à religião e ao aproveitamento escolar.

¹⁸ *Diário das Cortes, Segunda Legislatura*, n.º 14, 12 de Dezembro de 1822, p. 142.

*Deverá a nação ver com indiferença que se amontoa nas mãos de um só empregado público uma renda anual de mais de 100 mil cruzados, quando o pároco e o magistrado não têm com que passar e quando para despesas públicas se está pedindo dinheiro emprestado?*¹⁹

Era, portanto, uma reforma profunda o que se pretendia, ao ponto de Rebelo de Carvalho advogar claramente a ideia da extinção da Universidade, que fora efectivada em França na fase republicana da Convenção (1792-1795), devido ao seu sentido «corporativo», só voltando a surgir como instituição, no final do século XIX, com Louis Liard, quando era *Directeur de l'Enseignement Supérieur* do *Ministère de l'Instruction Publique*, em 1884-1902. São estas as palavras de Rebelo de Carvalho no *Censor Provinciano*:

*A Universidade não deve ser reformada; precisa de ser abolida; e tratar-se quanto antes da Organização de Escolas Centrais, independentes umas das outras, onde se ensinam as Ciências, as Artes e as Letras, debaixo de um plano adequado ao Sistema Constitucional e livre de todo aparato fradesco, ou monacal, que faz a base desta Gótica Instituição.*²⁰

5.º Novo sistema de ensino

Um novo sistema de ensino supunha, pois, uma nova hierarquização e outro sentido dos estudos, desde a base até ao ensino superior. Segundo Rebelo de Carvalho, a instrução pública deveria começar nas Escolas Primárias, continuar nas Escolas Secundárias e terminar nas Escolas Centrais, que substituiriam as Universidades. Para Mouzinho de Albuquerque seria mais complexo o sistema: Escolas Primárias, Escolas Secundárias, Liceus e Academias.

Só o ensino especial não mereceu a particular atenção destes militantes de um novo sistema. Na verdade, mesmo o ensino de surdos-mudos, que surge primeiro, era considerado ainda uma actividade filantrópica. É verdade que Rebelo de Carvalho cita Roch-Ambroise Cucurron, abade de Sicard (1742-1822), que se dedicou ao ensino dos surdos-mudos, foi membro do *Institute de France* desde a sua fundação (1794) e deixou várias obras dedicadas ao ensino das crianças e, mormente, ao que hoje se chama “ensino especial”. Aliás, esse ensino teve o seu carácter institucionalizado devido à acção de António Patrício, que requereu à Comissão de Instrução Pública em 1821 a possibilidade de o realizar, dada a sua formação específica em Espanha, o mesmo tendo solicitado João António de Freitas Rego.

Mesmo o ensino feminino não foi particularmente discutido. É certo que o artigo 237.º da Constituição não o deixou de parte. Mas muito pouco se falou dele, além do ensino das primeiras letras, salientando-se sempre o carácter próprio dessa instrução, que

¹⁹ *Diário das Cortes Constituintes*, n.º 142, 2 de Agosto de 1821, p. 709.

²⁰ *O Censor Provinciano*, n.º 8, p. 122 (nota de rodapé iniciada na p. 121).

devia adaptar-se às características do sexo, mais dedicado a trabalhos domésticos. Luís Mouzinho de Albuquerque, que se encontrava emigrado em França, é, na verdade, a excepção. Mas, partindo do princípio que até a Universidade ou as “Academias” (expressão que usa) deviam estar abertas às mulheres, o certo é que só no fim do século XIX entrou na Universidade de Coimbra a primeira mulher, Domitila de Carvalho, que se veio a formar em Medicina. São do projecto de Mouzinho estas palavras, que não são propriamente unívocas:

Tendo o sexo feminino igual direito de repartir as vantagens do estado social, visto que sobre ele como sobre o outro sexo recai o ónus público, a educação das mulheres não deve ser como até agora barbaramente abandonada. Criar-se-ão, pois, escolas primárias para este como para o outro sexo e os estabelecimentos de instrução Pública lhe serão completamente franqueados.²¹

6.º Instrução Pública e Religião

Este é um tema fundamental, pela importância que se lhe confere e até pela ambiguidade das considerações que surgem no seu âmbito.

Recorde-se, antes de mais, que a Constituição foi proclamada “Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade” e que o artigo 25.º da Constituição dizia:

A Religião da Nação Portuguesa é a católica apostólica romana. Permite-se, contudo, aos estrangeiros o exercício particular dos seus respectivos cultos.

Vejam-se depois as posições dos políticos, que estavam ligados, de um modo ou de outro, a este princípio:

Manuel Borges Carneiro — que teve, como vimos, posições críticas em relação ao reitorado da Universidade, que continuava a ser desempenhado, assim como o anterior reitorado de D. Francisco de Lemos, pelo arcebispo de Coimbra, e manifestou noutros aspectos ideias bem avançadas — considerava que nas escolas de primeiras letras se deveria ensinar não só as «instituições civis» como o «Catecismo Religioso», como ficou, de resto, consagrado na Constituição.²²

Mouzinho de Albuquerque entendia mesmo que o próprio ensino dos seminários devia ser da responsabilidade do Estado:

Tendo a constituição da monarquia declarado a religião católica a religião do estado, a instrução do clero desta comunhão é um encargo da nação e as despesas para ele necessárias devem sair dos cofres públicos. Em consequência, as rendas, propriedades, foros ou quaisquer outros rendimentos até hoje affectos aos seminários ou outros quaisquer estabelecimentos de instrução eclesiástica devem ser declarados bens e rendas nacionais e o Estado se encarregará de prover a estes como aos

²¹ *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública*, p. 12.

²² *Diário das Cortes Constituintes*, 1821, n.º 24, 1 de Março, sessão de 28 de Fevereiro, p. 182.

*outros estabelecimentos de instrução, para o que haverá em cada capital de Bispado um seminário eclesiástico em que se ensinarão as matérias convenientes ao geral dos clérigos e na Academia de Coimbra, visto ser a mais central do reino, haverá uma faculdade em que se complete o ensino das sagradas letras.*²³

Santos do Vale, porém, no seu citado projecto²⁴, além de defender medidas que punham termo a instituições de ensino e a benefícios de carácter eclesiástico, já defende se não a laicização, ao menos a secularização, ou seja, não admite que o ensino seja assegurado por membros das ordens religiosas e, com base na Constituição e até na própria doutrina da Igreja, considera que a Faculdade de Teologia deve ser extinta na Universidade:

As Cortes ordinárias, conhecendo que a instrução é a primeira necessidade dos povos e o primeiro benefício que eles esperam dos governos, e convencidas que o meio único de consolidar cada vez mais o sistema constitucional é não esquecer coisa alguma que aumente o número das verdades úteis à Nação, decretam o seguinte:

[...]

Art. 3.º Todos os chefes de estabelecimentos de instrução pública devem ser pais de família.

Art. 4.º Nenhum regular poderá exercer as funções do Magistério nacional sem que primeiro passe para o estado secular.

[...]

Art. 19.º Serão abolidos os colégios de S. Pedro, S. Paulo e dos Militares. As suas rendas reverterão para o Tesouro nacional

Art. 20.º Serão abolidos os canonicatos e comendas e o seu produto entrará no Tesouro nacional.

Art. 21.º Será extinta na Universidade a faculdade de Teologia e o seu estudo transferido para os seminários episcopais, como determinam os sagrados cânones e especialmente o Concílio Tridentino.

*Art. 22.º Haverá uma só faculdade jurídica, com as cadeiras que se julgarem indispensáveis.*²⁵

[...]

*Art. 25.º Os compêndios devem ser em língua materna.*²⁶

Seja como for, ainda estávamos longe da separação do Estado das Igrejas, que só será aplicada, e de uma forma extremada (na verdade, mais no sentido da subordinação da Igreja Católica ao Estado), pela famosa e polémica lei de Afonso Costa, de 20 de Abril de 1911.

²³ *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública*, pp. 17-18.

²⁴ Ver projecto de lei datado de 4 de Dezembro de 1822 e a sua discussão em *Diário das Cortes. Segunda Legislatura*, n.º 14, 12 de Dezembro de 1822, pp. 140-148.

²⁵ Recorde-se que havia duas faculdades jurídicas, Cânones e Leis, ensinando a primeira o direito canónico. No entanto, os canonistas podiam desempenhar cargos judiciais civis, o que não sucedia com os formados em Leis relativamente aos cargos de direito eclesiástico, motivo que levava muitos estudantes a matricular-se em Cânones.

²⁶ Lembre-se que os compêndios normalmente eram escritos e publicados em latim, que era a língua da Igreja.

Em conclusão, a Revolução de 1820 e o seu triénio (1820-1823) foi tão longe quanto pôde no domínio da Instrução Pública, assim como em outras áreas fundamentais de tipo político, económico e social. Até porque, com a Vilafrancada (27 de Maio de 1823), foi extinta a Constituição de 1822 e foram dissolvidas as Cortes liberais, preparando-se o caminho para o regresso do absolutismo ou para o aparecimento da mais moderada Carta Constitucional de 1826, só consolidada em 1834, depois da derrota definitiva das forças miguelistas. Ficaram, porém, algumas sementes que só lenta e dificilmente germinaram.

Os liceus, a Academia Politécnica do Porto, a Escola Politécnica de Lisboa e as Escolas Médico-Cirúrgicas dessas duas cidades só surgiram como o efémero Setembrismo de Passos Manuel, depois de 1836. A Universidade só perdeu a sua função de direcção e centralização escolar depois dos anos 50, conhecendo, por sua vez, o seu primeiro reitor leigo, o Conde de Terena, só em 1843, mas precisando de mais alguns anos para afirmar a sua autonomia e ter reitores que saíram do próprio seio da congregação universitária. E, na verdade, a Reforma Pombalina continuou a ser louvada como a grande mudança da Universidade e da Instrução Pública, tendo sido celebrada pela Universidade no seu primeiro centenário, em 1872, assim como as Comemorações da morte do Marquês de Pombal (1882) seriam um marco na viragem lenta para o republicanismo.

O PROCESSO ABOLICIONISTA E O PAPEL DA ARMADA NO COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO

Comunicação apresentada pelo Doutor
João Pedro Marques, em 9 de novembro

As possessões nas Américas eram, à entrada do último quartel do século XVIII, uma importante fonte de riqueza para os países coloniais europeus e poucos imaginariam que deixassem de o ser. Havia terra em abundância em várias dessas possessões e a escravidão que aí se praticava era a forma mais barata e produtiva de exploração do trabalho nas condições concretas lá existentes. Pensando apenas em termos de interesse económico imediato, os países coloniais deviam estar desejosos de promover a escravatura, não de lhe pôr um fim. Todavia, e numa das mais surpreendentes decisões da história da humanidade, esses mesmos países ilegalizaram-na — começando por atacar primeiro o tráfico de escravos e, depois, a escravidão¹.

1 - Primeiras abolições e pressões britânicas sobre Portugal

A Dinamarca aboliu o tráfico de escravos em 1803, após um período de transição de dez anos. Os Estados Unidos também o fizeram em 1807, tal como a Grã-Bretanha — que era, então, o maior transportador de escravos africanos através do Atlântico. Para os britânicos, porém, o abolicionismo era uma questão nacional, estimulada por uma propaganda como o mundo nunca até então vira, impulsionada por um movimento de massas com petições assinadas por centenas de milhares de pessoas, e, em conformidade, o Reino Unido assumiu imediatamente o papel de locomotiva abolicionista, pressionando os países ainda envolvidos no comércio negreiro para que seguissem o seu exemplo filantrópico.

Foi no âmbito dessa pressão que Portugal foi arrastado para o centro da questão abolicionista. E foi-o logo em 1807, numa época em que estava particularmente vulnerável. Com a primeira invasão francesa e a fuga da corte para o Brasil, ocorridas no final desse ano, Portugal ficara numa situação de fragilidade e de dependência política da Grã-Bretanha, algo que os abolicionistas souberam explorar. Daí resultou o primeiro compromisso abolicionista português: o artigo 10º do tratado de aliança e amizade de

¹ Para uma análise global do movimento abolicionista ver Seymour Drescher, *Abolition. A History of Slavery and Antislavery*, Cambridge University Press, Cambridge e Nova Iorque, 2009; e Olivier Grenouilleau, *La révolution abolitionniste*, Éditions Gallimard, Mayenne, 2017.

19 de Fevereiro de 1810, no qual o Príncipe Regente D. João se comprometia a cooperar com a Inglaterra na luta contra o tráfico de escravos, “adoptando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios” a sua “gradual abolição”².

O tratado de 1810 não obrigava à promulgação de qualquer medida nem conferia aos cruzadores ingleses quaisquer direitos de intervenção. Todavia a partir de 1811 os comandantes dos navios do cruzeiro anti-tráfico da Royal Navy, cumprindo as instruções recebidas de Londres, começaram a capturar navios portugueses que carregavam escravos na Costa da Mina. No final de 1814 subia a 30 o número de navios negreiros com bandeira portuguesa já apresados. Esta actuação levantou um coro de protestos no Brasil, nomeadamente em São Salvador, na Bahia, a praça mais lesada, e abriu um contencioso entre os dois governos, que viria a ser resolvido no Congresso de Viena, em 1815. O acordo a que aí se chegou deu origem a dois documentos: a convenção de 21 de Janeiro de 1815 e o tratado anglo-português datado do dia seguinte. Pela convenção, o governo britânico comprometia-se a pagar a soma de 300 mil libras esterlinas de indemnizações como forma de terminar com as disputas sobre os apresamentos de negreiros efectuados pela Royal Navy até 31 de Maio de 1814. Pelo tratado de 22 de Janeiro, Portugal prometia abolir o tráfico a norte do Equador, estipulando-se ainda que, daí em diante, o comércio negreiro no hemisfério sul não pudesse ser feito “para outro fim que não o de suprir de escravos às possessões transatlânticas da Coroa de Portugal”. O governo português obrigava-se, também, a fixar, em futuro acordo com a Grã-Bretanha, o período em que o tráfico haveria de cessar totalmente nos seus domínios e comprometia-se, ainda, a adoptar, de acordo com a Inglaterra, as medidas que melhor pudessem “contribuir para a execução efectiva” da abolição decretada no hemisfério norte³. Como Portugal nada fez no sentido de dar cumprimento ao que se estipulava no tratado — pois a continuação do tráfico negreiro era considerada essencial para a sobrevivência do Brasil —, em 1816 a Royal Navy recomeçou a apresar navios, desta vez, com confrontos no mar, num dos casos, o do brigue *Temerário*, “com grande mortandade de parte a parte”⁴. Até ao final desse ano a marinha de guerra inglesa tomou mais seis navios da Bahia.

O novo diferendo foi sanado com a Convenção de 28 de Julho de 1817 que instituiu o direito de visita (recíproco) e criava duas comissões mistas anglo-portuguesas para julgamento rápido e sem apelação das infracções à legislação anti-tráfico. Em 26 de Janeiro de 1818 para dar cumprimento ao estabelecido três anos antes, o governo do Rio de Janeiro fez, por fim, publicar um alvará com força de lei que proibia o tráfico a norte

² Cfr. José F. Borges de Castro, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao presente*, tomo IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1857, pp. 412-13.

³ Para os textos da convenção e tratado ver id, *ibid.*

⁴ *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Março e Julho de 1816, pp. 71 e 115, respectivamente.

do Equador e impunha pesadas penas aos infractores. A convenção era uma novidade no direito público da Europa e uma cedência ao nível da soberania política. O governo português foi o primeiro a condescender nesse campo. A Espanha fez idêntica cedência pouco depois, em 23 de Setembro de 1817, e a Holanda em 4 de Maio de 1818, mas a França recusaria o direito de visita até 1830 e os Estados Unidos até à década de 1860.

Ainda assim, a Convenção de 1817 e os acordos de Viena foram uma vitória relativa do então Conde de Palmela, o principal negociador português, porque à entrada da década de 1820, Portugal ainda mantinha um tráfico de escravos legal a sul do Equador, o que constituía uma situação excepcional. Todos os outros tráficos negreiros estavam ilegalizados, o que não significa que tivessem cessado. Prosseguiram, agora de forma ilícita, os tráficos espanhol o francês, e prosseguia, também, o comércio de escravos português realizado no hemisfério norte. O governo português não participava praticamente nas tarefas de supressão, não tendo enviado navios de guerra para as costas africanas e abdicando inteiramente de exercer o direito de visita sobre os vasos mercantes com bandeira inglesa.

No entanto, a partir de 1822, o Foreign Office afrouxou a sua pressão abolicionista sobre Lisboa. A independência do Brasil nesse mesmo ano implicou a reorientação da diplomacia britânica. Essa independência era um inesperado presente para os abolicionistas, na medida em que o novo país, necessitando dos bons ofícios britânicos para fazer valer as suas pretensões face à ex-metrópole, poderia ser levado a importantes cedências no plano abolicionista. Correspondentemente, a maior pressão abolicionista britânica incidiu sobre o Rio de Janeiro. Dessa pressão resultou um tratado anglo-brasileiro para a abolição total do tráfico de escravos que viria a ser ratificado em 1827 e que impunha o final do tráfico efectuado em navios brasileiros três anos após a sua ratificação (ou seja, em 1830). Todavia, o tráfico de escravos brasileiro não parou. Reorganizou-se numa base inteiramente ilegal, altamente lucrativa, e em meados da década de 1830 a importação atingia novamente números altíssimos. Portugal reassumiu um papel central no palco abolicionista, não só por serem portugueses os principais negreiros do Rio e da Bahia mas também, e sobretudo, porque o grosso dos empreendimentos se fazia a coberto da bandeira dos Braganças e com a conivência das autoridades portuguesas, nomeadamente de João Baptista Moreira, o cônsul português no Rio, que se deixara corromper e fornecia pavilhão português a navios negreiros brasileiros.

Por isso, terminada a guerra civil portuguesa com o triunfo dos liberais, a Inglaterra retomou a sua pressão diplomática para que Lisboa assinasse um tratado que interditsse totalmente o tráfico de escravos — ainda legal para navios com bandeira portuguesa a sul do Equador — e que fosse de molde a permitir uma acção mais lata e eficaz dos cruzeiros da Royal Navy. Relembre-se que Portugal estava obrigado pelo tratado de 22 de Janeiro de 1815 a fixar, em futuro acordo com a Grã-Bretanha, o período em que o tráfico haveria de cessar totalmente nos seus domínios.

Após dois anos de negociações constantemente interrompidas, devido à instabilidade política, o tratado estava praticamente negociado e pronto a ser concluído, quando, na sequência da Revolução de Setembro de 1836, a esquerda chegou ao poder⁵.

2 - Os dilemas de Sá da Bandeira e o falhanço da sua estratégia

Três meses depois, em 10 de Dezembro de 1836, o novo governo aprovou um decreto preparado por Sá da Bandeira, o ministro dos Estrangeiros, que proibia a exportação de escravos em todos os domínios portugueses, sem excepção. O decreto passaria a vigorar em África a partir da data da sua publicação nas várias possessões portuguesas.

A iniciativa de Sá da Bandeira parecia constituir um passo em frente e foi bem vista em Londres. A breve trecho, porém, os britânicos terão começado a perceber que o decreto de 10 de Dezembro era o ponto de partida para uma estratégia destinada a colocá-los fora da jogada. Entre outras alterações relativamente ao que já estava acordado, o ministro português pretendia acabar com as comissões mistas, chamando às instâncias políticas e jurídicas portuguesas o dever e o direito de reprimir e julgar os infractores da lei. Mais importante, o contraprojecto fazia-se acompanhar de uma espécie de *ultimatum*: se o governo britânico recusasse a nova base de negociação que se lhe propunha, então não haveria qualquer possibilidade de acordo e a convenção de 1817 — que, recorde-se, só permitia aos cruzadores britânicos apresarem negreiros a norte do Equador e desde que levassem escravos no momento da detenção — ficaria em vigor por mais 15 anos.

A posição de Sá da Bandeira é paradoxal. Sendo um abolicionista sincero, afrontava e pretendia dispensar a única potência com meios navais para levar a cabo a supressão do tráfico de escravos. Porquê? Sá referia as maquinações dos negreiros e a falta de suporte político a quem procurava opor-se-lhes. Mas o próprio Sá temia o acordo com a Inglaterra porque tinha, em paralelo, um projecto para o desenvolvimento das colónias africanas, isto é, a criação de um “Novo Brasil” em África. E, para levar a cabo esse desígnio, precisava de atrair capitais e pessoas, e necessitava de tempo. Precisava que o tráfico terminasse, sim, mas necessitava de conciliar isso com o investimento em África. Ora, sabia-se que, tendo carta branca, a Royal Navy perseguiria tenazmente os negreiros e havia o receio pelas repercussões dessa perseguição na economia das possessões africanas. Por isso, e ainda que nenhum documento no-lo prove, de forma explícita, é de admitir como muito plausível que em 1836-37 Sá tenha procurado efectuar uma supressão moderada do comércio negreiro, privilegiando um método abolicionista suave e progressivo que, sem hostilizar de forma disruptiva a vida das colónias, permitisse obter

⁵ Para as primeiras décadas da pressão abolicionista britânica sobre Portugal, ver João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 1999, pp. 91-155.

os resultados necessários ao seu projecto colonial, e suficientes para legitimar uma atitude de resistência a ulteriores pressões abolicionistas britânicas.

Contudo, esse seu desejo não se vertia numa folha em branco. Havia, na área da supressão do tráfico de escravos, todo um conjunto de compromissos que Portugal fora contraindo ao longo dos anos. Para além disso, o abolicionismo suave de Setembro só poderia vingar se produzisse resultados demonstráveis. Em 14 de Abril de 1837, Sá requereu que fossem dadas ordens aos vasos de guerra para apresarem os navios portugueses encontrados em contravenção do decreto de 10 de Dezembro, e repetiria as mesmas instruções no mês seguinte. Todavia, em 1837, os comandantes dos navios dependiam directamente dos governadores das respectivas colónias e estavam obrigados a cruzar nas áreas e ocasiões por eles determinadas. O que significa que a acção dos vasos de guerra podia ser nula se os ditos governadores se não empenhassem na perseguição do tráfico.

Ora, foi precisamente isso que aconteceu. O coronel Vidal partira para Angola a 16 de Abril de 1837, a bordo da corveta *Galateia*, com instruções para aplicar o decreto abolicionista. Chegado a Luanda a 16 de Agosto, Vidal não só não publicou a lei como terá começado a extrair benefícios pecuniários da protecção dada aos negreiros. O Marquês de Aracaty chegou a Moçambique em Outubro de 1837 e fez publicar o decreto abolicionista de Sá da Bandeira. Mas alguns dias depois, emitiu uma circular que reautorizava a exportação de escravos e instituiu a cobrança de um imposto sobre essa exportação. Suprimir o tráfico era, como dizia, “um absurdo procedimento”, o cortar “estupidamente” (sic) todo o meio de subsistência à população moçambicana⁶.

Ao tomar a iniciativa de abolir espontaneamente o tráfico de escravos em Dezembro de 1836 Sá da Bandeira procurara escapar à pressão britânica através de uma fuga para a frente, mas o fracasso dessa estratégia, posta em marcha sem verdadeiro suporte político, expusera-o — e ao país, que o não seguira — a pressões britânicas redobradas. Tanto mais quanto, e ainda que as informações e provas do fracasso total da estratégia abolicionista de Setembro tivessem continuado a acumular-se, Sá e o seu sucessor, Ribeira de Sabrosa, nunca concluíram um tratado abolicionista com a Grã-Bretanha.

Essa resistência levou a uma atitude de força por parte de Londres. Em 10 de Julho de 1839, Palmerston, o ministro dos Estrangeiros, avançou no Parlamento britânico com um *bill* que pretendia conceder aos vasos de guerra da Royal Navy poderes para interceptar e, eventualmente, apresarem quaisquer navios com bandeira portuguesa (ou sem bandeira) que transportassem escravos, ou que estivessem equipados para fazer esse transporte. Pelo mesmo *bill* adjudicavam-se os navios que viessem a ser capturados aos tribunais de marinha britânicos, e decretava-se que todos os procedimentos judiciais

⁶ Circular do marquês d'Aracaty, 11 de Novembro de 1837, in *Documentos Officiais sobre a negociação do Tractado para a Supressão do Tráfico da Escravatura, mandados publicar por ordem da Câmara dos Senadores*, Lisboa, 1839, pp. 31-2.

que viessem a ser posteriormente intentados contra os captores ficariam nulos. O *bill* viria a ser aprovado em 24 de Agosto de 1839, o que causou consternação no Brasil e um verdadeiro levantamento de fervor nacionalista em Portugal.

Entretanto, no mar, e no primeiro ano de aplicação da lei de Palmerston, os britânicos apresaram e condenaram 65 navios com bandeira portuguesa⁷.

3 - Uma afronta à honra nacional

No meio de grande exaltação nacional, o governo setembrista acabou por cair em finais de Novembro de 1839. O conde do Bonfim foi incumbido de organizar um novo ministério de prevalência cartista, e, quanto ao problema abolicionista, o seu programa era claro: chegada a questão ao ponto a que chegara, e colocada de lado a hipótese de guerra, tratava-se de assinar o mais rapidamente possível o tratado que a Inglaterra há muito exigia e que Portugal se comprometera a fazer. Até porque era urgente que o país lavasse a honra constantemente manchada e desse provas de que desejava, de facto, acabar com o tráfico.

O tratado anglo-português viria a assinar-se em 3 de Julho de 1842 e a 25 desse mês o governo português publicou um decreto classificando o tráfico como pirataria. Pouco depois, o Parlamento britânico revogou a lei de Palmerston na parte que dizia respeito às embarcações com bandeira portuguesa.

A década de 1840 foi uma época difícil e frustrante para os abolicionistas britânicos, cujo objectivo, publicamente assumido, era a supressão de todo o tráfico transatlântico de escravos. Ora, os resultados, nessa década, ficaram muito aquém das suas expectativas. Portugal, porém, tinha objectivos mais limitados. Tratava-se de suprimir ou reduzir o tráfico feito a partir de possessões portuguesas e de salvaguardar a honra nacional, fortemente ofendida pela lei de Palmerston. Nesse contexto, a década de 1840 foi bem sucedida, pois permitiu atingir esses objectivos políticos, algo que o país ficou, em boa medida, a dever à acção da Armada, pois, no terreno, as condições continuaram a ser adversas à defesa dessa honra. De facto, nas possessões africanas muitas autoridades terrestres, nomeadamente as autoridades subalternas, continuaram envolvidas no tráfico e a pactuar com ele. O aspecto mais grave da conivência com os traficantes residia na complacência das autoridades judiciais. Frequentemente, os juizes de Angola absolviam as tripulações negreiras, mesmo quando a comissão mista ou o tribunal de presas condenavam as embarcações, o que, como é óbvio, suscitava a indignação das autoridades britânicas.

Mas se, no terreno, a conivência prosseguia, em Lisboa as coisas tinham mudado. A grande preocupação de todos os governos portugueses durante a década de 1840 foi a de enfileirar de forma inequívoca na política abolicionista britânica. E, para isso, os

⁷ Para o sinuoso percurso da política portuguesa quanto à questão do tráfico de escravos, durante a década de 1830, ver Marques, *ob. cit.*, pp. 193-282.

ministérios portugueses foram várias vezes para além do estipulado no tratado de 1842. Em Maio de 1845, por exemplo, o governador de Moçambique, Abreu de Lima, autorizou os cruzadores ingleses a entrarem em portos e baías não vigiados por autoridades portuguesas e Lisboa acabou por aceitar a medida⁸.

Por outro lado, os governos portugueses apostaram decididamente na actuação dos homens da Armada.

4 - A acção da Armada

Em 1839-40 a Armada dispunha apenas de 20 escunas, brigues e corvetas, o tipo de navios mais indicados e mais usados na perseguição ao tráfico negreiro. Significativamente, os governos colocaram a maior parte dessa força nas Estações Navais de África com a missão principal de combater o *odioso comércio*. Tratou-se de um esforço enorme da marinha portuguesa, esforço que se dirigiu prioritariamente para a Angola efectivamente administrada por Portugal — que, então, ia apenas até ao paralelo 8 graus sul. Essa opção política manter-se-ia inabalável nos anos seguintes e nem mesmo a revolução popular e guerra civil de 1846-47 fizeram com que decrescesse significativamente o empenhamento naval nas possessões africanas.

Até meados de 1842 os resultados desse empenhamento não foram famosos porque os comandantes navais estavam sob as ordens directas dos governadores (e já veremos adiante porque é que os governadores podiam ser pouco empenhados nas missões de supressão). Mas em meados de 1842, com vista a tornar a supressão mais eficaz, o governo cabralista optou por dar autonomia aos comandantes dos navios do cruzeiro, desligando-os da obediência rígida às directivas dos governadores coloniais. Libertos dessa tutela, os cruzadores portugueses efectuaram dezenas de acções bem sucedidas nas costas ocidental e oriental de África. Nessa acção anti-tráfico ilustraram-se comandantes como Pedro Alexandrino da Cunha, Francisco Gonçalves Cardoso, João Máximo Rodvalho e vários outros, homens que ao mesmo tempo que defendiam a soberania nacional perseguiram, de facto, o comércio negreiro, ganhando juz ao respeito dos seus pares britânicos e aos frequentes louvores dos governos de Lisboa e de Londres (ver a tabela de apresamentos na parte final deste artigo).

O reconhecimento do mérito da acção anti-tráfico portuguesa não significa que os navios de guerra portugueses tenham pura e simplesmente cortado a direita na caça aos negreiros. Na verdade existiam vários dilemas que limitavam ou podiam limitar essa acção, e que fizeram com que a Armada viesse a ser vítima da sua eficácia⁹.

⁸ Ver id., *ibid.*, pp. 297-355.

⁹ Para esse aspecto do problema ver João Pedro Marques, “A Armada portuguesa no combate ao tráfico de escravos em Angola (1839-1867)”, in *Anais de História de Além-Mar*, 1, 2000, pp. 161-193.

Um dos aspectos do problema era de natureza legal e diplomática. Muitos dos navios apresados eram brasileiros. Ora, Portugal tinha acordos abolicionistas apenas com a Grã-Bretanha. Podia actuar sobre a sua própria navegação e sobre a navegação britânica mas, fora das águas territoriais, não tinha jurisdição alguma sobre a navegação de outras nações. Assim, as capturas efectivamente levadas a cabo acabaram por originar uma série de queixas dos governos brasileiros que invocavam a ilegalidade dos apresamentos, por serem supostamente feitos fora das águas territoriais — convirá recordar que, nessa época, a costa para norte do paralelo 8 graus sul não era ainda unanimemente reconhecida como pertencente à Coroa de Portugal. Em conformidade, e a fim de evitar mais desinteligências e pendências com o Brasil, os governos de Lisboa ordenaram aos comandantes navais portugueses que não apresassem navios estrangeiros senão quando fossem incontestavelmente negreiros e estivessem fundeados ou pairando nas águas consideradas como pertencentes à Coroa de Portugal. Em Londres, perfeitamente ao corrente das razões que justificavam a inflexão portuguesa, *Lord Palmerston* reconheceu que a decisão tomada em Lisboa era “the only legal one”¹⁰.

Um outro limite à acção da marinha portuguesa era de natureza económica e financeira. A economia das colónias estava assente no tráfico de escravos e as finanças coloniais dependiam largamente da tributação do comércio externo, em grande parte brasileiro. Sendo perseguidos de forma demasiado inclemente, os negreiros brasileiros tendiam a afastar-se da área administrativa portuguesa ocorrendo preferencialmente ao Ambriz e outros portos do norte, com inevitável prejuízo das alfândegas coloniais. Ou seja, quanto mais eficaz fosse a supressão, pior para as finanças coloniais. Por norma, e para manter o equilíbrio económico das possessões que administravam, os governadores tendiam a funcionar como uma espécie de contrapeso à acção dos comandantes navais, e, por vezes, eram complacentes para com os negreiros e fechavam os olhos a algumas irregularidades ou práticas suspeitas. E porque existia uma patente dualidade comportamental entre as autoridades portuguesas, a acção dos governadores coloniais era por vezes criticada pelos ingleses, enquanto a dos comandantes navais era geralmente louvada.

A dualidade portuguesa a respeito da supressão só se rompia quando à frente dos governos coloniais ficava um comandante da marinha perfeitamente identificado com a necessidade política de suprimir o tráfico. Foi o que aconteceu em Moçambique com Fortunato do Vale, entre 1847 e 1851, e, de forma ainda mais vinculada, em Angola quando, de 1845 a 1848, o governo esteve entregue a Pedro Alexandrino da Cunha, ficando a Estação Naval a cargo de Francisco Gonçalves Cardoso, dois homens que tinham alternado no comando da esquadra anti-tráfico e que tinham dado provas de zelo abolicionista. Em virtude dessa cooperação estreita logo em Outubro de 1845 uma

¹⁰ Palmerston a Jackson e Gabriel, 11 de Dezembro de 1848, Public Record Office/Foreign Office 84/719.

força naval portuguesa desembarcou e incendiou vários barracões onde se aprisionavam escravos no Ambriz, no Cuanza e noutros pontos, e a acção em terra iria prosseguir nos meses seguintes, inclusive no sul onde, no início de 1848, uma expedição naval queimou barracões na área de Benguela. Pedro Alexandrino da Cunha e Francisco Gonçalves Cardoso foram atacadíssimos, tanto em Angola, onde a sua acção desencadeou ondas de contestação, como em Lisboa, com a imprensa setembrista a alinhar numa campanha contra a “opressão naval” ou “a devastadora cruzada” de “marinheiros estúpidos, brutos e ferozes”¹¹.

Em consequência da acção conjugada do governador de Angola e do chefe da Estação Naval o comércio brasileiro foi rareando em Luanda, a tal ponto que em 1847 e 1848 não entrou nesse porto um único navio proveniente do Brasil. Como era inevitável os rendimentos desses anos fiscais caíram acentuadamente, o que, entre muitas outras aflições, implicou cortes na própria Estação Naval (que estava materialmente a cargo da província que servia, sendo paga pelas finanças locais). Por essa razão, em 1848, os pagamentos ao pessoal da Armada que servia em Angola estavam com 18 meses de atraso¹².

Ou seja, quando mais eficaz a supressão pior para as finanças locais e para sustentação material da própria Estação Naval, o que quer dizer que a acção anti-tráfico do governo de Lisboa foi gerida num terreno muito estreito, balizado pelas pressões antagónicas da Inglaterra e do Brasil, pela necessidade imperiosa de salvar a honra nacional e pelas condições periclitantes das finanças coloniais. Dentro desses condicionalismos, e na maior parte dos casos, a esquadra cumpriu a sua missão, e permitiu que o país atingisse os seus objectivos políticos.

Efectivamente, da acção conjunta das marinhas inglesa e portuguesa resultou um muito menor envolvimento do pavilhão português no tráfico de escravos. A partir de 1842, a esmagadora maioria dos navios que traficavam na costa africana passou a navegar com bandeiras espanhola, norte-americana, brasileira ou, pura e simplesmente, sem bandeira alguma, pela simples razão de que muitos dos negreiros preferiam, em caso de apresamento, ser julgados pelos tribunais do Almirantado inglês ao abrigo da lei de Palmerston — ainda válida para os navios sem bandeira — que não previa penas para as tripulações envolvidas.

Para além disso, o tráfico diminuiu em toda a costa a sul da foz do Zaire, incluindo nas zonas que ainda estavam fora da administração portuguesa. É verdade que, como já se referiu, apesar da lei de Palmerston e do tratado anglo-português de 1842, o tráfico não acabou na década de 1840. Os brasileiros mantiveram o seu apetite voraz por mão-de-obra africana e, entre 1846 e 1849, o tráfico brasileiro conheceu mesmo um intenso

¹¹ *A Revolução de Setembro*, 23 de Março e 9 de Agosto de 1849, 31 de Janeiro de 1850, e 29 de Outubro de 1851.

¹² Jackson e Gabriel a Palmerston, 14 de Fevereiro de 1848, Public Record Office/Foreign Office 84/719.

impulso atingindo durante esses quatro anos volumes próximos do máximo. Isso levaria à lei de Aberdeen, uma espécie de segunda edição da lei de Palmerston, mas aplicada agora ao Brasil. À sombra dessa lei os ingleses desencadearam um ataque frontal aos negreiros, que, a partir de meados de 1849, começaram a ser apesados nos rios e nos portos brasileiros. Ainda que essa acção fosse uma clara violação da soberania de uma nação independente, a comunidade diplomática do Rio de Janeiro não saiu em defesa dos ofendidos, o que constituía um sinal inequívoco do isolamento brasileiro na questão. Em 4 de Setembro de 1850 o governo brasileiro, através do seu ministro da justiça, Eusébio de Queirós, fez publicar uma lei que punha fim ao tráfico brasileiro. A importação de escravos para o Brasil caiu a pique e a partir de 1852, excepção feita a uma importação episódica de 300 escravos em 1856, deixou de existir.

Subsistia ainda o tráfico para Cuba, mas o ano de 1850 marcou uma viragem decisiva na luta contra o tráfico, ainda que a década de 1840 tenha sido, como já se referiu, frustrante para as metas dos britânicos. Apesar de tudo, a supressão naval foi mais ou menos eficaz consoante a zona da costa e, em Angola, entendida aqui como toda a costa ocidental a sul do rio Zaire, ou seja, uma orla costeira que incluía não apenas os territórios portugueses de Luanda e Benguela mas também vários dos então chamados “portos do norte” — como Ambriz e Ambrizete, por exemplo —, que na década de 1840 ainda estavam fora da soberania de Lisboa, a historiografia permite avaliar com apreciável fiabilidade o impacto da supressão naval anglo-portuguesa desde o seu início, em 1839. Ora de acordo com as projecções de David Eltis, o tráfico nessa ampla área baixou significativamente a partir de 1839 e ainda que tenha voltado a subir no período de 1846-49, nunca atingiu os antigos valores¹³.

5 - Conclusões

A partir de 1810, sob pressão política da Grã-Bretanha, Portugal foi assumindo vários compromissos abolicionistas, a que, atendendo aos interesses do Brasil, foi resistindo ou não correspondendo. É importante sublinhar que a relutância em suprimir o tráfico não se verificou apenas em Portugal. Na medida em que quase todos os países foram levados à política de abolição e supressão do tráfico por pressão britânica, quase todos a protelaram mais ou menos, em função dos seus interesses económicos e da maior ou menor força do seu abolicionismo interno. Um exemplo, apenas: a França, que aboliu o tráfico em 1815, só tomou medidas efectivas para o combater a partir de 1826. Há que sublinhar, igualmente, que a resistência portuguesa às políticas abolicionistas não ficou a dever-se à força dos interesses negreiros ou ao peso da ideologia escravista — que

¹³ David Eltis, “Slave Departures from Africa, 1811-1867. An Annual Time Series”, in *African Economic History*, 15, 1986, p. 169.

eram reduzidos — mas sim à pouca expressão do abolicionismo no país. Efectivamente, e por norma, os portugueses desaprovavam o sistema escravista e admitiam a sua abolição gradual, desde que ela não lesasse os interesses nacionais. Mas enquanto que em Inglaterra se criara a convicção de que a supressão do tráfico era a política nacional adequada, em Portugal temia-se geralmente que ela equivalesse à perda das colónias, primeiro do Brasil, depois da África. Por isso, os portugueses toleravam o escravismo, ou seja, eram toleracionistas (em vez de abolicionistas).

Deve sublinhar-se, ainda, que se Portugal aderiu finalmente à então chamada “causa da humanidade” a partir de 1840 não foi porque o abolicionismo se tivesse tornado uma força no país, nem porque existissem grandes interesses económicos em África, mas porque nisso estava comprometida a honra nacional. Foi em defesa dessa honra que o estado português desencadeou acções anti-escravistas que começaram a conferir-lhe legitimidade para reivindicar um lugar entre as nações abolicionistas.

Coube à Armada um papel essencial na defesa dessa honra. No combate ao tráfico de escravos os marinheiros portugueses iam conhecendo a dificuldade da supressão, os truques dos traficantes, a inoperância das leis, o sacrifício das próprias vidas, e iam ganhando, para si mesmos e para o país, legitimidade moral adquirida já não por palavras, mas por acções. Foram essas acções dos marinheiros portugueses que permitiram construir uma reputação positiva, contribuindo não apenas para afastar o tráfico de escravos da África portuguesa, mas, também, para limpar o passado de desleixo e de inoperância que penalizava o país.

Apresamentos de embarcações negreiras efectuados pela Armada em Cabo Verde e na Guiné¹⁴

Ano	Embarcação apresada	Local	Navio apresador	Comandante
1840	Escuna <i>Nova Constituição</i>	?	Escuna <i>Boa Vista</i>	Domingos Ferreira

Apresamentos de embarcações negreiras efectuados pela Armada em São Tomé e Príncipe¹⁵

Ano	Embarcação apresada	Local	Navio apresador	Comandante
1839	Escuna <i>D. Clara</i>	?	Brigue <i>Tejo</i>	Gonçalves Cardoso
1840	Escuna <i>Águia</i>	?	Brigue <i>Tejo</i>	Gonçalves Cardoso
	Escuna <i>Nova Magdalena</i>	?	Brigue <i>Tejo</i>	Gonçalves Cardoso

¹⁴ Foram igualmente apresados cinco navios por iniciativa dos governadores.

¹⁵ Foram igualmente apresados dois navios pelas autoridades terrestres.

Apresamentos de embarcações negreiras efectuados pela Armada em Angola¹⁶

Ano	Embarcação apresada	Local	Navio apresador	Comandante
1839	Brigue <i>Maria Virgínia</i>	Alto mar	Escuna <i>Faial</i>	F. Assis e Silva
	Escuna <i>Paquete Portuguez</i>	Zaire	Corveta <i>Urânia</i>	Ferreira do Amaral
1840	Escuna <i>Nereide</i>	Dande	Corveta <i>Urânia</i>	Ferreira do Amaral
	Brigue <i>Caçador</i>	Luanda	Corveta <i>Urânia</i>	Ferreira do Amaral
	Patacho <i>Nereide</i>	Luanda	Brigue <i>Tejo</i>	Gonçalves Cardoso
1842	Escuna <i>Virtuosa M^a. Aldina</i>	Benguela	Corveta <i>8 de Julho</i>	Gonçalves Cardoso
	Sumaca <i>Amizade</i>	Benguela	Corveta <i>8 de Julho</i>	Gonçalves Cardoso
	Sumaca <i>Maria Rosa</i>	?	Escuna <i>Conselho do Governo</i>	António Mendes
1843	Sumaca <i>Rio Tâmega</i>	?	?	?
	Brigue <i>Paquete de Benguela</i>	?	?	?
	Brigue <i>S. Manuel Augusto</i>	Benguela	Corveta <i>8 de Julho</i>	Andrada Pinto
1844	Lancha	Buraco	Corveta <i>Urânia</i>	Pedro A. da Cunha
	Brigue <i>Caçador</i>	Dande	Lancha	Luís Domingues
	Brigue ?	Dande	Corveta <i>Urânia</i>	Pedro A. da Cunha
	Brigue <i>Júpiter</i>	Buraco	Lancha	?
	10 lanchas	?	Lancha	?
	Brigue <i>Bom Sucesso</i>	Cabo Ledo	Lancha	?
1845	Brigue <i>Despique da Inveja</i>	Cuanza	Escuna <i>Ninfa</i>	Sérgio de Sousa
	Patacho <i>Canário</i>	Quicombo	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Lancha	Benguela Velha	Escuna <i>Ninfa</i>	João B. Garção
	Brigue <i>Constante Amizade</i>	Cuanza	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Brigue <i>Lealdade</i>	Cuanza	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Brigue <i>Cacique</i>	Cabo Ledo	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Galera <i>Primavera</i>	Ambriz	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Escuna <i>Gago</i>	Cuanza	Lancha	?
	Patacho <i>Favorita</i>	Loacho	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Brigue <i>Lady Sale</i>	Ambriz	Escuna <i>Constituição</i>	Ferrer Barruncho
1846	Sumaca <i>Boa União</i>	Ambriz	Corveta <i>Urânia</i>	F. Assis e Silva
	Sumaca <i>Lealdade</i>	Ambrizete	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Patacho <i>Espírito Santo</i>	Ambrizete	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Patacho <i>Felicidade</i>	Ambriz	Corveta <i>Relâmpago</i>	J. M. Rodovalho
	Brigue ?	Ambriz	Escuna <i>Ninfa</i>	Teodorico Silva
	Sumaca <i>Nova Trindade</i>	Dande	Cúter <i>Príncipe Real</i>	Salema Garção
	Iate ?	Ambriz	Escuna <i>Ninfa</i>	Teodorico Silva
	Sumaca <i>Flor de Campos</i>	Benguela	Brigue <i>Tâmega</i>	João M. Esteves
1847	Lancha	Mossulo	Lancha	?
	Sumaca <i>Bom Fim</i>	Benguela Velha	Escuna <i>Ninfa</i>	Carlos P. Praise
	Sumaca <i>Paquete de Itagoahy</i>	Ambriz	Corveta <i>Relâmpago</i>	Filipe Escrivanis

¹⁶ Foram também apresados dois navios pelas autoridades terrestres.

Ano	Embarcação apresada	Local	Navio apresador	Comandante
	Brigue <i>Paquete Portuense</i>	Dande	Cúter <i>Príncipe Real</i>	?
	<i>Sumaca Amor de Pátria</i>	Ambriz	Corveta <i>Relâmpago</i>	Ferrer Barruncho
1848	Escuna <i>Emília</i>	Loacho	Brigue <i>Mondego</i>	Gonçalves Cardoso
	Lancha	Luanda	Escuna <i>Ninfa</i>	Carlos P. Praice
	Lancha <i>Fortuna</i>	Benguela Velha	Escuna <i>Ninfa</i>	Carlos P. Praice
	Patacho <i>Aurora</i>	Benguela Velha	Escuna <i>Ninfa</i>	Carlos P. Praice
	Brigue <i>Dois Amigos</i>	Luanda	Corveta <i>Relâmpago</i>	Ferrer Barruncho
	Patacho <i>Voador</i>	Novo Redondo	Iate <i>15 de Agosto</i>	Vicente Maciel
1849	Brigue ?	Benguela	Escuna <i>Ninfa</i>	J. Sousa Neves
	Polaca <i>Esperança</i>	Benguela Velha	Brigue <i>Corimba</i>	Sousa Rodrigues
1850	Escuna <i>Rival</i>	Dande	Iate <i>15 de Agosto</i>	João da Fonseca
1856	Brigue ?	Benguela Velha	Brigue <i>Serra do Pilar</i>	J. M. Rodovalho
	Lancha	Loge	Escuna <i>Conde do Tojal</i>	João Delfim
1857	Barca <i>Velha Anita</i>	Benguela Velha	Escuna <i>Cabo Verde</i>	Álvaro Andrea
1860	6 lanchas	Zaire	Iate <i>D. Pedro V</i>	Francisco Pinho
	Patacho <i>Equimina</i>	Luanda	Brigue <i>Pedro Nunes</i>	Craveiro Lopes
1861	Brigue <i>Lord of the Isles</i>	Moçâmedes	Escuna <i>Cabo Verde</i>	F. Assis e Silva
	2 lanchas	Zaire	Iate <i>D. Pedro V</i>	Francisco Pinho
1864	Patacho <i>Virgen del Refugio</i>	Rio Tapado	Escuna <i>Napier</i>	Correia da Silva
	Lancha <i>Foguete</i>	Benguela	Escuna <i>Napier</i>	Correia da Silva
	Lancha <i>Sensível</i>	Benguela	Escuna <i>Napier</i>	Correia da Silva

Apresamentos de embarcações negreiras efectuados pela Armada em Moçambique¹⁷

Ano	Embarcação apresada	Local	Navio apresador	Comandante
1841	Brigue <i>D. Manuel de Portugal</i>	Lourenço Mar.	Barca <i>Real Príncipe D. Pedro</i>	Frederico Bonifay
	Patacho <i>Paquete da Madeira</i>	Lourenço Mar.	Barca <i>Real Príncipe D. Pedro</i>	Frederico Bonifay
1842	Polaca <i>Ignez</i>	Quelimane	Brigue <i>Gentil Libertador</i>	?
1845	Brigue <i>Montevideu</i>	Ilha Macaloé	Brigue <i>João de Castro</i>	J. F. Regio de Lima
	4 pangaiois	Pemba	Brigue <i>Vila Flor</i>	?
	Galeota ?	Fernão Veloso	Rasca <i>Andorinha</i>	Caetano da Silva
	Pangaio ?	Pemba	Brigue <i>Vila Flor</i>	?
1847	Brigue <i>Commerce of Providence</i>	Quelimane	Brigue <i>João de Castro</i>	?
	Polaca <i>S. Francisco II</i>	Angoche	Escuna <i>D. Henrique</i>	?
1848	Pangaio <i>Rlexar</i>	Baía de Tungue	Iate <i>Voador</i>	?
1857	Pangaio ?	Chicoma	Iate <i>19 de Maio</i>	?

¹⁷ Foram igualmente apresados 17 navios pelas autoridades terrestres.

Ano	Embarcação apresada	Local	Navio apresador	Comandante
	Barca <i>Charles et George</i>	Quitangonha	?	?
1859	Pangaio <i>Fatol Her</i>	?	?	Sebastião José Gonçalves
1860	Pangaio <i>Ganima</i>	Chicoma	?	Sebastião José Gonçalves
	Pangaio <i>Zagalle</i>	Pemba	?	?
1865	2 pangaiois	Conducia	Escuna <i>Barão de Lazarim</i>	António D. Pedroso
	Pangaio <i>Toba</i>	?	Cúter <i>Andorinha</i>	?
	Pangaio ?	Mar alto	Vapor <i>Maria Ana</i>	?
1866	2 pangaiois	Rio Santo António	Vapor <i>Barão de Lazarim</i> .	?
1867	3 pangaiois	Mocambo	Escuna <i>Barão de Lazarim</i>	António D. Pedroso
	2 pangaiois	?	Corveta <i>Infante D. João</i>	João de Oliveira
1872	Pangaio ?	Mocambo	Vapor <i>Maria Ana</i>	Teodoro de Oliveira
	Pangaio ?	Rio Monasso	Vapor <i>Maria Ana</i>	?
1875	8 pangaiois e 2 lanchas	Quivolane	Vapor <i>Tete</i>	João Maria Costa
	Pangaio <i>Salamoty</i>	Mocambo	Vapor <i>Sena</i>	?
	Pangaio <i>Rosalie</i>	Ilha de S. Jorge	?	?
	Batel <i>Dois Irmãos</i>	?	Vapor <i>Tete</i>	?
	Pangaio ?	Quissamajulo	Vapor <i>Sena</i>	?
1876	Pangaio ?	Kissira Hondo	Vapor <i>Sena</i>	?
1877	Pangaio ? e uma lancha	Quissimajulo	Vapor <i>Tete</i>	Carlos Magalhães
	Pangaio ?	Rio Bruji	Vapor <i>Sena</i>	?
1878	Pangaio <i>Salama</i>	Angoche	?	?
1882	Pangaio ?	Ponta Bajona	Chalupa <i>Afonso Henriques</i>	?
1885	Pangaio ?	Moginquale	Canhoneira <i>Quanza</i>	Emídio Fronteira

Fontes

Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola (vários números); relatórios anuais dos casos julgados pela comissão mista anglo-portuguesa de Luanda; mapa de apresamentos elaborado por Gomes de Oliveira em 13 de Abril de 1844 (Public Record Office/Foreign Office 84/521); relatório de Gabriel a Palmerston, 5 de Agosto de 1850 (Public Record Office/Foreign Office 84/792); *Memória acerca da extinção da escravidão e do tráfico de escravos no território português*, Ministério da Marinha, Lisboa, 1889, pp. 85 segs.; António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, 32 vols., Ministério da Marinha, Lisboa, 1974-86.

OS GUARDAS AO SERVIÇO DA MARINHA: DOS DESCOBRIMENTOS À ACTUALIDADE

Comunicação apresentada pelo
Dr. José Luís Santos Cardoso, em 11 de novembro

Esta apresentação só foi possível graças ao esforço e empenho do Senhor Comandante Valente Zambujo, na qualidade de Secretário-Geral da Academia de Marinha. Pessoa afável, sempre disponível e aberto a novos saberes, consciente da importância da cultura marítima e sua história, homem das artes e saberes da nossa cultura, legado dos nossos antepassados. A ele, um muito obrigado!

O autor da obra também agradece a todos os que se empenharam para que esta apresentação fosse possível, a forma como fora recebido nesta instituição de conhecimento e de construção de novos saberes. A todos eles, um muito obrigado!

Já a escolha do local de apresentação da obra, deveu-se ao facto, de ter sido naquele espaço que surgiram os Guardas. E nada melhor do que, apresentar uma obra sobre um tema num espaço que vira surgir esta actividade de controlo e fiscalização, assim como, local onde se divulga a história e cultura marítima, não só portuguesa como internacional, de foro académico, de crítica e discussão aberta ao conhecimento.

Ora, ao longo destes últimos séculos tem passado despercebido à historiografia portuguesa uma actividade securitária ao serviço da Marinha de Guerra Portuguesa. E fora durante estes séculos que, a História tivera sido madrastra deste tipo de serviço. E digo madrastra, pelo facto da existência deste serviço, ter ocorrido a partir de 1494, a que lhe podemos chamar, Guardas na Longa Duração. E digo Guardas na Longa Duração, seguindo o princípio ideológico da escola histórica de Lucien Febvre (1878-1956) e Marc Block (1886-1944), ou seja, a Escola dos Annales, da “*vida política para a actividade económica, a organização social e a psicologia colectiva*”¹. E fora em 1494 que, tivera sido dado Mercê a João Cardoso², como Homem dos Armazéns e Tercenas de Lisboa. Pois fora substituir Rui da Lagoa - que não fora encontrado documento da sua Mercê - em que a este fora dado o Ofício de Guarda das Caravelas. Ou seja, com o fim das tercenas e o início da Ribeira das Naus, mudança esta ocorrida durante o reinado de D. Manuel I (1469-1521), transformando assim as tercenas num espaço de forma organizada, produtiva, de manutenção e abastecimento de navios em grande número,

¹ Bordé, Guy, Martin Hervé, Trad. Ana Rabaça, As Escolas Históricas, Capítulo VII, A Escola dos «Annales», Forum da História, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1983, p. 119

² PT/TT/CHR/K/43/30-145V, Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 43, fl. 30v

neste caso, as Naus da Carreira da Índia, que tivera substituído as Caravelas Portuguesas, percutoras da expansão marítima que, para Contente Domingues, foram “*navios míticos das navegações dos descobrimentos*”³, aparecendo depois o Galeão, em que, “*As naus e os galeões foram os dois grandes veleiros da rota da Índia*”⁴. E fora dentro do perímetro deste espaço, designado como Ribeira das Naus, mais tarde, Arsenal Real da Marinha e, depois, Arsenal da Marinha, extinguindo-se este, em 1939. E dado ao facto de esta actividade, inicialmente por carecer de secretismo, devido ao grande número de espíões existentes por toda a Europa, em busca de novos conhecimentos de cartografia, técnicas de construção naval e de navegação, em que houvera necessidade de proteger aquele espaço. Secretismo este que, “*alongar-se-ia até o século XVI, e na sua sistemática organização teria até chegado à criação de uma espécie de censura exercida sobre as crónicas*”⁵. Assim como, efectuar um controlo dos materiais que por lá circulavam, a fim de serem utilizados na construção e reparação naval, como madeira e ferro, devido ao elevado número de desvios e roubos existentes. Pois, com a produção em grande número destas naus e galeões, originara “*uma grande mobilização de mão-de-obra e a procura incessante de matérias-primas*”⁶. Tal como, no armazenamento para o abastecimento dos navios ou Naus da Carreira da Índia, da Ásia, Pernambuco, ou mesmo Bahia, que carecia de um pronto e eficaz controlo desses materiais. E todo este controlo era efectuado, mais especificamente, pelos Guardas Pregos, depois Guardas de Géneros, no sentido de observarem se estavam a ser bem empregues, consoante as requisições solicitadas aos armazéns e seu Almojarife e, para isso, era sempre passada guia e recibo. Mas não só, os Guardas da Ribeira das Naus também tinham por obrigação, controlar os oficiais carpinteiros, calafates, aprendizes, marinheiros, entre muitos outros trabalhadores, no sentido de observarem se eles cumpriam com os seus horários (toque da campá) e, aplicavam-se nas suas actividades diárias, não saindo dos seus lugares de trabalho ou oficinas, se levavam, indevidamente, materiais ou ferramentas consigo para o exterior da Ribeira das Naus - era efectuado uma revista aos funcionários à hora da saída - que, para Francisco Domingues, em meados do século XVI trabalhavam na Ribeira das Naus “*cerca de um milhar de artífices especializados*”⁷. Inicialmente, tiveram sido fixados em número de seis Guardas, com um contrato que poderia ser de três ou mais anos, podendo ser nomeados e destituídos sempre que assim

³ Domingues, Francisco Contente, *Navios e marinheiros in, Lisboa e os Descobrimetos, 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, 51-65, Colecção Memórias, Terramar, Lisboa, 1992, p. 51

⁴ *Idem*, p. 56

⁵ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Dir. António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, Capítulo II, Política de sigilo: extensão e natureza do sigilo quanto à actividade descobridora e à técnica de navegação; o sigilo na história oficial; conclusão, Editorial Ática, Lisboa, 1939, p. 18

⁶ Domingues, Francisco Contente, *Navios e marinheiros in, Lisboa e os Descobrimetos, 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, 51-65, Colecção Memórias, Terramar, Lisboa, 1992, p. 51

⁷ *Idem*, p. 56

as condições o exigissem. Eram controlados, inicialmente, pelo Apontador e, mais tarde, pelo Porteiro, na qualidade de Chefe dos Guardas. Eram de nomeação régia, homens de confiança régia, criados ou escudeiros e, depois, recrutados directamente dos funcionários da Ribeira das Naus, pelo facto de estarem mais familiarizados com os materiais e as movimentações internas daquele espaço, assim como conhecedores das pessoas que por lá trabalhavam. Reforçando estas particularidades aquando fossem recrutados para Guardas Pregos ou de Géneros, obrigando a serem recrutados na especialidade de calafates ou carpinteiros, pois, “*pela criação dos Guardas dos Géneros, e pela natureza das suas obrigações, precisa que seja tirados da Classe dos Calafates, ou de Carpinteiros de Machado*”,⁸ e isto observa-se num requerimento de Manuel Luís Soares que, “*serve neste Arsenal desde 1800 como Carpinteiro de machado, e desde 1830 como Guarda de Géneros*”⁹. Pois, só a partir de 1893, é que passaram a serem recrutados nas praças da Armada ou, na sua falta, do Exército. Já a sua reforma não existia, acompanhando assim a sociedade vigente, trabalhavam até que o corpo conseguisse, (os funcionários tinham um horário de entrada meia hora depois do sol nascer, saindo quando o sol se pusesse) ou, então, quando uma Junta Médica assim os considerasse incapazes para o serviço, contudo, sofriam uma penalização, consoante os anos de serviço. Mas isto só se começou a verificar, com maior regularidade, após os inícios do século XIX, acompanhando assim as reformas que ao longo do tempo iam ocorrendo no funcionalismo público.

A 17 de Março de 1674 dá-se o Regimento dos Armazéns, que originara uma reorganização destes serviços na Ribeira das Naus, ficando assim com um documento normativo, sua estruturação e hierarquia das actividades existentes, assim como os seus horários de trabalho que, para os Guardas era de vinte e quatro horas, sábados, domingos e feriados ou, dias festivos. Pois, antes disto, era tudo muito vago, referindo-se, unicamente, à designação de: zelar pela segurança daquele espaço. Este Regimento viera confirmar a existência fixa de seis Guardas, que perdurou até 1793, altura esta que passaram a oito. À medida que a Marinha se ia desenvolvendo, começara a surgir - naquele espaço - outras instituições, como: a Cordoaria que, depois transitara para a Junqueira; a Real Academia dos Guardas-Marinhas (em 1845 Escola Naval), “*Diz Jozé Pereira de Miranda Guarda da Academia Real da Marinha que elle tenha exercido o dito officio há sete para oito annos [1791]*”¹⁰, “*O requerimento junto de José Maria Magdalena Guarda da Escola Naval que sobe á presença de V[ossa] Ex[elência] pedindo a Sua Magestade a graça de lhe conceder a Medalha creada por Decreto de 2 de Outubro de 1843*”¹¹; o Observatório

⁸ PT/BCM-AH, Guardas - S/D 1795-1904, Cx. 337/9, fl. 438 e seg.

⁹ *Idem*, fl. 51

¹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 152

¹¹ *Idem, ibidem*, fl. 323

Real da Marinha, “*A bem conhecida, e singular Protecção de V[ossa] Ex[elência], implora Manoel Pereira, Guarda do Observatório Real da Marinha, e Guarda da Classe aonde o Auditôr Geral da Marinha exercita as Suas funções de ser differido huma Consulta da Real Junta da Fazenda da Marinha*”¹²; o Hospital da Marinha que iniciara com um Porteiro e por fim três; o Telegrafo, “*Diz Manoel Joze Leite Guarda do Telegrafo do Arsenal Real da Marinha q[ue] elle Supp[licante] serve o ditto emprego a vinte tres annos*”¹³. Entre muitos outros, onde também passaram a ter Guardas, Porteiros ou Adjuntos de Porteiros, sendo, mais tarde, todos estes serviços fundidos num só tipo de Guardas ou, extintos. Adquirindo assim uma fusão estrutural de todos os elementos que efectuavam um serviço de controlo, fiscalização e segurança, nos acesso às instalações de, e da Marinha. Começaram por ter, no seio do seu quadro, um Chefe próprio, como se pode observar no requerimento de Manuel Luís Soares que, “*Diz Manoel Luiz Soares, Guarda de Géneros do Arsenal de Marinha, onde serve á cincuenta e um annos [1803]; merecendo sempre a estima de seus superiores; que pelo Regulamento de 1835, foi creado o lugar de Chefe dos Guardas com o vencimento de 800 reis diários, lugar que já existia de facto havia muitos annos*”¹⁴. Este documento, datado de 8 de Junho de 1854, vem referir que o Chefe dos Guardas fora criado com o Regulamento de 1835, contudo, refere-se ao Chefe dos Guardas dos Géneros. Os Guardas tiveram sempre um Chefe externo ao seu quadro mas, fora só até inícios do Século XIX, quando passaram a ter um Chefe interno ao seu quadro. Ou seja, uma ascensão dos Guardas mais antigos ao posto de Chefe, tendo em vista a sua carreira ao longo dos anos.

À medida que o fim do século XVIII vai terminado e, iniciando o Século XIX, o País também se vai modificando, fruto da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e, das Invasões Napoleónicas, introduzindo assim uma nova eideologia, fruto dos ideais dos filósofos do século XVIII. E isto trouxera novas perspectivas organizativas e normativas para a Marinha que se estendera aos Guardas, começando a definir-se e dividir-se em Porteiro, Guardas de Polícia, Guardas da Porta e Guardas de Géneros.

Em 1869 fundiram-se em Guardas de Polícia e Fiscalização¹⁵, até 1893, altura esta em que se dá a formação do Corpo de Guardas da Polícia e Fiscalização do Arsenal da Marinha¹⁶. O termo Arsenal desaparece partir de 1938/9, para dar lugar a Corpo de Polícia e Fiscalização dos Estabelecimentos de Marinha, depois, em 1969, desaparece o termo fiscalização, para ficar Corpo de Polícia dos Estabelecimentos de Marinha. Por fim, em 1984, desaparece o termo Corpo, para dar lugar a Polícia dos Estabelecimentos

¹² *Idem, ibidem*, fl. 190

¹³ *Idem, ibidem*, fl. 232

¹⁴ *Idem, ibidem*, fl. 52

¹⁵ Diário do Governo, n.º 249, de 2 de Novembro de 1869

¹⁶ Diário do Governo n.º 1, de 2 de Janeiro de 1894

de Marinha, até à actualidade. Contudo, em 1971, o Decreto n.º 172/71 venha dizer que, “*criado em 1908, como Corpo de Polícia do Arsenal de Marinha*”¹⁷. Daqui pode-se tirar algumas ilações, por um lado, confirma que os Guardas da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha é uma continuidade dos Guardas do Arsenal da Marinha, Guardas da Ribeira das Naus, contudo, o legislador talvez fosse, na altura, desconhecedor da sua história e, desconhecesse que antes disto, em 1893, já tivera sido definido como Corpo de Guardas. E fora neste ano, de 1893, que os Guardas passaram a serem recrutados, através de concurso, entre as praças graduadas da Armada e, na sua falta, nas do Exército. Deixando assim de serem recrutados de forma directa, entre os funcionários do Arsenal da Marinha ou, de outros serviços. Passou a ser aberto um concurso documental, ou seja, de três pontos, um de escrita, outro de leitura e, por fim, um último, de resolução de um problema de “*quatro espécies de inteiros e decimais*”¹⁸. E pela lista de antiguidades dos Oficiais da Armada, de 1888 (Figura I), podemos observar a existência de um Porteiro e quinze Guardas. Já na Cordoaria, existia um Porteiro Apontador e um Guarda.

POLICIA E FISCALISAÇÃO		
Porteiro do arsenal — Antonio Sergio Ferreira	43	jan. 69
Guardas:		
João Manuel Gomes	9	abril 63
Antonio João	7	fev. 67
Manuel José de Mello	26	março 67
Antonio Fernandes	6	nov. 74
Guilherme Caetano (destacado)	47	abril 76
Manuel Antonio da Fonseca	26	set. 78
Francisco de Paula Schenk	26	set. 78
Manuel Gomes da Lima	26	set. 78
Manuel Maria dos Santos Leite	11	out. 79
Manuel José Spínola Ramos	30	abril 84
Pedro Antonio de Almeida (destacado)	30	junho 85
José Martins Gonçalves	45	abril 87
José Francisco Vaz	11	agosto 87
Joaquim Pedro de Barros	14	maio 88
Joaquim Nunes	12	out. 88

Figura 1 - Documento/Fotografia cedido pela Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico, Lista da Armada referida a 31 de Dezembro de 1888, Coordenada na Primeira Repartição da Direcção Geral da Marinha, em conformidade do disposto no Decreto com força de Lei de 19 de Setembro de 1878, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889, p. 116

E este sistema de recrutamento, tirando alguns casos pontuais, perdurou até à actualidade. Fora sempre um serviço constituído por um quadro pequeno, e isto originaria que fosse mais fácil de manipular. Muitas vezes, até 1893, os pedidos para proverem no lugar de Guarda, era referido serem filhos ou, familiares de ex-Guardas e, devido a isso, terem ficado com a responsabilidade de Chefes de Família e, sustento dela. Por vezes, ocorreram rivalidades entre estes, quando alegavam terem sido preteridos a favor

¹⁷ Decreto n.º 172/71, de 28 de Abril

¹⁸ Cardoso, José Luís Santos, Os Guardas ao Serviço da Marinha: dos descobrimentos à actualidade, Lisbon Internacional Press, Julho 2021, p. 175

de outros familiares de ex-Guardas. Depois de 1893, e pelo facto de passarem a serem recrutados, em forma de concurso, com provas práticas, entre as praças da Armada, estas particularidades desapareceram, observando-se a antiga situação na contemporaneidade. Já não na forma de pedidos oficiais, com esse propósito e justificação ou, cláusula de selecção mas, um seguimento dos passos de seus familiares. Já o facto da idade máxima de recrutamento e selecção ser mais elevada, oscilando com as épocas, a isto se poderá deduzir, que se deva a uma última oportunidade, a quem não conseguiu ingressar nos quadros da Marinha ou, quisessem mudar de situação, ou seja, deixarem de andar embarcados nos navios, na Guerra Colonial (1961-1974) ou, no mato. Também fora sempre um serviço que lhes permitiu conjugar com uma segunda actividade profissional, por forma de colmatar os seus baixos vencimentos. Alguns destes Guardas, optaram pela melhoria das suas habilitações literárias, tentando assim adquirirem novos conhecimentos, nas várias áreas do saber e, com isso, uma possível oportunidade de uma segunda actividade laboral ou desvincular-se do quadro, assim como proporcionar ao serviço de Guardas um melhor desempenho deste. Depois dos anos oitenta, do século XX, ocorrera uma aposta na actividade física, em que muitos Guardas passaram a participar em actividades desportivas nacionais e internacionais, com reconhecimentos meritórios pelas classificações obtidas. Já as queixas encontradas eram variadas, tais como as de baixos salários, até meados do século XIX, pagamentos em atraso, em que muitas vezes eram já solicitados pelas viúvas dos Guardas. Também uma permanência excessiva de pé, durante o serviço,

Policia e fiscalização	
Chefe dos guardas - Manuel José Spinola Ramos	23-4-97
Guardas do quadro:	
Antonio Fernandes	6-11-74
Joaquim Pedro de Barros	14-1-88
Francisco José de Oliveira	3-12-92
Sebastião Marques Baptista	16-11-93
José Maria de Oliveira	10-12-95
Miguel Antonio Moreira	19-12-95
João Baptista das Dores	8-8-96
João Severino de Oliveira	7-11-96
Augusto Ribeiro	7-5-97
Thomas Augusto da Silva Lima	10-5-98
Joaquim Marques	34-10-98
Angelo Thomas de Aquino	25-8-99
José Antonio Mocho	7-4-990
Ignacio Lopes	15-10-900
Guardas provisórios:	
Libanio dos Santos	21-6-88
Leandro de S. José	8-7-90
Manuel de Almeida Moraes	25-7-94
Carlos Alberto Thomaz	31-1-98
José Simões de Oliveira	6-5-98
Pedro Alexandrino Galvão Victoria	15-8-98
Francisco Ignacio Franco	9-10-98
Cazimiro de Almeida	14-11-98
Salvador de Freitas	10-7-99
Manuel Luiz	19-4-99
Bernardo dos Santos Pereira	31-5-99
Pedro José de Salles Moreira	15-12-99
José Joaquim da Conceição	17-2-99
Antonio Rodrigues	27-11-99
José Maria da Silva	4-3-990
João Mendes da Costa	11-12-990

Figura II - Documento/Fotografia cedida pela Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico, Lista Annual de Antiguidades dos Officiaes da Armada e mais pessoal em serviço do Ministério da Marinha referido a 31 de Dezembro de 1900, Coordenada na Secretaria da Majoria General da Armada, em conformidade do disposto no N.º 7.º do Artigo 10.º do Decreto de 28 de Julho de 1898, e no Artigo 11.º do Decreto de 19 de Dezembro de 1899, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901, p. 127 e 128

uma carga horária longa, originando com isto, um grande desgaste físico e mental, perdendo assim o rendimento na boa execução do serviço, à medida que as horas fossem passando. Também se observou queixas por uma falta de reconhecimento por aquele serviço, uma falta de civismo, por parte dos elementos da Marinha, não os respeitando como tal, sendo vistos como um obstáculo e não como uma solução para a boa harmonia das unidades onde prestavam serviço. Pois estavam a cumprir ordens dos seus comandos, e disso, proporcionava muitos atritos e processos disciplinares de ambas as partes. Muitas vezes, por falta de coerência, outras vezes por envolvimento dos Guardas, em desvios ou falta de civismo, fruto de uma fraca formação e instrução.

Já pela Lista de Antiquidades dos Oficiais da Armada, de 1901, podemos observar (Figuras II), para além de outro tipo de Guardas e Porteiros, a existência de um Chefe dos Guardas e, já não, um Porteiro na qualidade de Chefe dos Guardas, catorze Guardas do Quadro e, dezasseis Guardas Provisórios, assim como um Porteiro Apontador e dois Guardas na Cordoaria.

E este sistema vai perdurar até ao advento dos novos ideais republicanos, originando o regicídio, em 1908, depois, em 1910, a implantação da República. Neste período de tempo ocorrera uma espécie de saneamento, em que, muitas vezes, era referido em sessão na Câmara dos Deputados, a extinção dos Guardas do Arsenal da Marinha, devido aos confrontos existentes no Arsenal da Marinha, face ao seu envolvimento nas ideologias políticas vigentes, assim como a insegurança observada naquele espaço e, para isto, fora

Guardas da policia e fiscalizacao	
Chefe — Francisco José de Oliveira	31-8-906
Guardas de quadro:	
José Severino de Oliveira	7-11-96
Francisco Augusto da Silva Lima	16-3-98
Luiz Manoel de S. José	17-4-982
Miguel de Almeida Moraes	7-33-992
Carlos Alberto Thomas	16-5-994
José Siqueira de Oliveira	6-3-96
Pedro Alexandre Garcia Victoria	13-8-96
Francisco Ignacio Franco	6-10-96
Camargo de Almeida	14-11-96
Salvador de Freitas	19-7-97
Manuel Lobo	15-4-98
Bernardo dos Santos Pereira	31-9-98
Guardas supernumerarios:	
Pedro José de Salles Moreira	15-12-98
José Joaquim da Conceição	17-8-99
Antonio Rodrigues	27-11-99
José Maria	4-6-902
José Antonio de Sousa	25-10-902
José Baptista	30-6-907
Thomaz Duarte	20-2-906
Luiz Gonçalves da Silva	28-2-906
José Manuel de Carvalho	18-3-906
José da Costa	18-9-906
Antonio Augusto Loureiro	9-10-906
Joaquim Gonçalves	8-10-907
José Albino dos Santos	18-10-907
Carlos Fernandes dos Reis	27-12-907
Fabrica Nacional de Cordoaria	
(Regimento de 1.º de Julho de 1909)	
Director — Capitão de mar e guerra, Julio Alves de Sousa Vaz	2-9-909
Subdirector — Capitão de Fragata, João Augusto Fantez Pereira de Melo	4-1-909
Medico — Medico naval de 1.ª classe, Francisco Antonio Leopoldino Gonçalves	2-1-909
Machinista — Machinista chefe reformado, Antonio Maria Martins	6-7-909
Chefe de escrituração e contabilidade — Comissario de 1.ª classe, Alfredo de Masso	5-1-909
Escritarios de 2.ª classe:	
Augusto Nicolas da Silva	2-1-94
Augusto Luchessa da Silva Oliveira	7-1-93
Escritario de 2.ª classe — Amador Augusto Sousa da Silva	3-1-901
Economico — Director, Antonio Mathias	28-10-89
Porteiro apontador — Hollador Pinto Ferreira	13-1-98
Guardas:	
José Julio Delgado	16-2-90
João Cyrilliano Salazar	13-1-99
Estafeteiro (estação da Divisão de Refrançados) — José Cabral	2-2-908

Figura III - Documento/Fotografia cedido pela Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico, Lista Annual de Antiquidades dos Oficiais da Armada e mais pessoal em serviço do Ministério da Marinha referido a 31 de Dezembro de 1909, em conformidade do disposto no N.º 8.º do Artigo 10.º do Decreto de 27 de Junho de 1907, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910, p. 65

dado exemplos de outros países. Face a isto, entre 1907 e 1913, os Guardas transitaram para um quadro de Porteiros, sendo requisitados, a pedido do Administrador, elementos da Polícia Cívica/Civil, no sentido de minimizar os desvios e roubos existentes no dito Arsenal, que ocorriam com a conivência dos próprios Guardas, que «acamaradavam». Pela Lista de Antiguidades dos Oficiais da Armada de 1910 (Figura III), podemos observar a existência de: um Chefe dos Guardas de Polícia e Fiscalização, doze Guardas do Quadro e catorze Guardas Supranumerários, pertencentes à Direcção dos Serviços Marítimos da Administração dos Serviços Fabris e, na Fábrica Nacional de Cordoaria, um Porteiro Apontador e dois Guardas. Ao passo que, na de 1927 (Figura IV), já aparece: um Chefe, dois Subchefes, catorze Guardas do 1.º Grupo e, treze Guardas do 2.º Grupo, assim como um Guarda na Azinheira e quatro na Cordoaria.

Embora as suas funções fossem sempre as mesmas, só fora mudando o nome, como podemos observar nas várias definições existentes: Guardas do Quadro, Guardas Provisórios, depois, Guardas Supranumerários, Guardas do 1.º e do 2.º Grupo. E fora durante este período de tempo, de passagem de uma Monarquia para uma Democracia, que já se observa algumas pequenas acções de participação de Guardas no envolvimento nos confrontos e lutas ideológicas no seio do Arsenal da Marinha, sua área de conforto. A tal envolvimento que, a 24 de Julho de 1924, Manuel de Almeida Morais, requer ao Presidente do

Guarda de polícia e fiscalização da Superintendência do Arsenal da Marinha					
Classes	Nomes	Datas		Observações	
		De admissão	Da última promoção		
Chefe	José Manuel de Carvalho	18-9-906	16-4-926		
Sub-chefe	José Marcos da Costa	18-9-906	6-6-925		
"	Carlos Fernandes dos Reis	27-12-907	5-6-926		
1.º Grupo					
Guarda	Bernardino Nazário Teixeira Dias	25-9-913	17-10-924		
"	Francisco de Jesus Pêga	25-9-913	17-10-924		
"	José Maria	25-9-913	17-10-924	Na Cordoaria	
"	José Alexandre de Azevedo	25-9-913	17-10-924		
"	Joaquim de Oliveira	25-9-913	17-10-924		
"	Francisco António Patrício Correia	25-9-913	17-10-924		
"	Lúcio Martins Pereira	25-9-913	17-10-924	Na Azinheira	
"	Masael António Rabação	25-9-913	17-10-924		
"	José Vicente de Carvalho	25-9-913	17-10-924	Na Cordoaria	
"	José Lopes	25-9-913	17-10-924		
"	José de Sousa Lami	16-10-913	17-10-924		
"	José Francisco Rodrigues	15-11-913	6-6-925		
"	José Henriques da Silva	13-8-914	16-4-926		
"	Marcário Caroco	16-9-914	5-6-926		
2.º Grupo					
Guarda	José Raimundo da Silva	17-7-917	17-10-924	Na Cordoaria	
"	Armando Marques da Cunha	11-12-914	17-10-924		
"	Abílio da Assunção Guedes	24-5-921	17-10-924	Na Cordoaria	
"	Abílio José Nunes	23-5-921	17-10-924		
"	José Lapa	23-5-921	17-10-924		
"	Francisco Marques	23-5-921	17-10-924		
"	Alfredo Pires Penedo	23-5-941	17-10-924		
"	Sabaístia Rodrigues	23-5-921	17-10-924		
"	Bento Baptista Mourão	31-7-925	24-7-926		
"	Adriano Moisés Ribeiro	31-7-925	24-7-926		
"	José Nunes Balthazar	31-7-925	24-7-926		
"	Mário Higinio Simões	31-7-925	24-7-926		
"	Carlos Justino dos Santos	12-2-926	14-12-927		

Figura IV - Documento/Fotografia cedido pela Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico, Lista da Armada, dos Oficiais da Armada e mais pessoal em serviço do Ministério da Marinha referido a 31 de Dezembro de 1927, Coordenada na Repartição do Pessoal do Comando Geral da Armada, em conformidade do disposto no N.º 8.º do Artigo 10.º do Decreto de 27 de Junho de 1907,

Imprensa Nacional, Lisboa, 1928, p. 27

Congresso da República para ser reconhecido como Revolucionário Civil¹⁹, muito comum na época, tal como tinha sido Vitór Hugo da Costa, operário da oficina das construções navais que tinha sido nomeado Guarda Supranumerário da Polícia e Fiscalização do Arsenal da Marinha pelos seus relevantes serviços prestados à República.

Em 1913, voltara a normalizar, passando novamente a pertencerem a um quadro de Guardas, agora com a designação de Guardas do 1.º Grupo e, Guardas do 2.º Grupo, com um Chefe e um Subchefe mas, fora por pouco tempo, porque, logo depois, ficaram definidos como: Chefe, Subchefe, Guardas de 1.ª Classe e Guardas de 2.ª Classe. Com a extinção do Arsenal da Marinha, em 1938/9, e a criação do Arsenal do Alfeite, fora criado um quadro próprio de Guardas do Arsenal do Alfeite e, extinta a Intendência do Arsenal da Marinha, criada a Intendência do Arsenal do Alfeite, ficando esta com a gestão da área do Alfeite, mais tarde, em 1958, Base Naval de Lisboa, sendo-lhe atribuído o seu regulamento, em 1966, onde se pode observar uma extensa actividade do serviço atribuído aos Guardas, onde também passaram a prestar serviço, juntamente com os mateiros até estes se fundirem com os Guardas, juntamente com os Guardas do Museu.

Nesta época, de 1938/9, o serviço dos Guardas transitara para a Superintendência dos Serviços da Armada, por intermédio da Direcção dos Serviços Marítimos. E logo, em 1942, fora actualizado a sua forma de recrutamento, que passaram a ser entre os Cabos e Primeiros-marinheiros da Armada, entre outros aspectos, alterando assim as normas de selecção e recrutamento de 1913. Contudo, continuavam a serem considerados como civis, tendo, em 1946, sido criado um Quadro do pessoal Civil da Marinha²⁰, para onde transitaram os Guardas, constituído por: um Chefe, dois Subchefes, dez Guardas de 1.ª Classe e vinte e um Guardas de 2.ª Classe. Ficando na dependência da 5.ª Secção da 1.ª Repartição da Direcção da Marinha Mercante, mais tarde, 4.ª Repartição, actual Repartição de Militarizados e Civis da Marinha, que passara a ter um Guarda no seu serviço, tinham a gestão – também administrativa - do serviço dos Guardas, ou passo que, a parte mais técnica e operacional, ficara ligada às unidades onde os Guardas prestavam serviço. As grandes mudanças na estrutura e serviço dos Guardas, ocorrera nos anos setenta e oitenta, fruto do pré e pós-Revolução de 25 de Abril de 1974, ficando estruturados em: Guardas-Auxiliares, Guardas de 3.ª Classe, Guardas de 2.ª Classe, Guardas de 1.ª Classe, Subchefes, Chefes, Subinspector e Inspector. Também fora fixado o seu número em 124 elementos, para fazer face ao alargamento do seu serviço a outras unidades de, e da Marinha, acompanhando assim as transformações e evolução que a Marinha fora sofrendo ao longo destas últimas décadas. Passando assim a prestar serviço em: na sua casa mãe, ou no espaço onde surgiram, que é hoje a Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha (actual designação); na

¹⁹ Diário do Senado, Sessão n.º 106, em 18 de Novembro de 1924

²⁰ Decreto-lei n.º 36:081, de 31 de Dezembro de 1946

Base Naval de Lisboa, com Guardas na Escola Naval; no Museu de Marinha, ligado a este o serviço de Guardas na Cordoaria; no Hospital de Marinha, até à sua extinção; no Aquário Vasco da Gama; na Direcção de Faróis; mais tarde, na Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicod dependências e Alcoolismo; nas Instalações Navais de Alcântara, fruto da extinção do Hospital da Marinha que, passaram os ditos Guardas, para Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha, fruto da reestruturação da Marinha, no ano de 2016 e, aquela unidade, agregada a esta, para efeitos de segurança e manutenção. Fora criado o Cartão de identificação do Pessoal Militarizado da Marinha, substituindo o antigo “cartão de identificação especial para uso de todo o pessoal civil”.²¹ Em 1956, ficaram equiparados os Chefes a Subtenente, os Subchefes a Sargento-Ajudante, Guardas de 1.^a Classe a Primeiro-Sargento, Guardas de 2.^a Classe a Segundo-Sargento²². Já pela Direcção-Geral da Marinha, de 15 de Fevereiro de 1960 (Figuras V), podemos observar que os Guardas eram constituídos por: um Chefe, dois Subchefes, dez Guardas de 1.^a Classe e vinte e um Guardas de 2.^a Classe. Estavam na dependência do Serviço Portuário e de Transportes, ao passo que, os Mateiros, estavam ligados à Base Naval de Lisboa, na qual unidade também tinha um Porteiro, contudo, em 1963, já os Guardas aparecem ligados à Base Naval de Lisboa.

Corpo de Polícia e Fiscalização dos Estabelecimentos de Marinha

Classificação	N.º	Nome	Assinatura	
1. Chefe:				
1. Chefe de Alameda (1)	6-4-002	1-1-347	21-12-003	Serviço Portuário e de Transportes
2. Subchefes:				
1. Mateiro das Matas (1)	6-9-034	13-4-047	31-12-009	Serviço Portuário e de Transportes
3. Guardas de 1.^a Classe:				
10 guardas de 1.^a Classe:				
1. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
2. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
3. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
4. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
5. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
6. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
7. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
8. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
9. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
10. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
11 guardas de 2.^a Classe:				
1. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
2. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
3. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
4. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
5. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
6. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
7. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
8. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
9. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
10. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
11. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
Mateiros				
1. Mateiro das Matas:				
1. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes
Porteiro:				
1. António José Soares	10-1-001	1-1-007	10-3-008	Serviço Portuário e de Transportes

Figura V - Diário do Governo, II Série, n.º 181, de 4 de Agosto de 1960

Em 1971 fora estabelecido a orgânica do Comando do Corpo da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha²³, ficando este entregue a um Oficial Superior de Marinha, que prestasse serviço na Base Naval de Lisboa mas, na directa dependência do seu Comandante. Ficando constituído por: um Chefe, três Subchefes, vinte e um Guardas de 1.^a Classe e, trinta e nove Guardas de 2.^a Classe. E, fruto disto, fora criado o Regulamento de Uniformes para Uso do Pessoal do Corpo de Polícia dos

²¹ Portaria n.º 12:909, de 4 de Agosto de 1949
²² Decreto-Lei n.º 40 930, de 24 de Dezembro de 1956
²³ Ordem da Armada N.º 9, de 13 de Maio de 1971

Estabelecimentos de Marinha²⁴, dividido em artigos pertencente aos Guardas e, artigos pertencente às unidades e serviços. Sendo no ano de 1973, aumentado em número de dez, os Guardas de 1.ª Classe, ficando assim constituídos por trinta e um Guardas de 1.ª Classe²⁵. Deixarão de ser considerados civis, em 1975, passando à condição de Militarizados, pelo facto da “sua natureza justificam melhor a sua inclusão num quadro de pessoal militarizado do que num quadro civil”²⁶, fazendo assim parte do Quadro de Pessoal dos Serviços de Polícia e de Transportes da Marinha. Mas fora por pouco tempo, porque, pelo Conselho da Revolução, tivera sido determinado que, pelo facto de existirem “outros

grupos de pessoal do QPCMM que, não só pela natureza das suas funções que desempenhavam, como, muito particularmente, pelos horários de trabalho que praticam, o que os coloca em situação idêntica à do pessoal militar”²⁷. Assim sendo, fora alargado este Quadro, e alterada a sua designação, pelo facto daquela “integração obriga a mudar a designação”²⁸ para Quadro do Pessoal Militarizado da Marinha. Perdendo o estatuto de Corpo, em 1984, passando a ser designados como Guardas da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha. E estas mudanças estavam em voga, sendo assim criado o Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha²⁹, em 1985 mas, não basta criar, também é preciso dar-lhe uma orgânica funcional e, assim, fora criado e aprovado, em 1987, o Regulamento Interno do Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha³⁰. Transi-

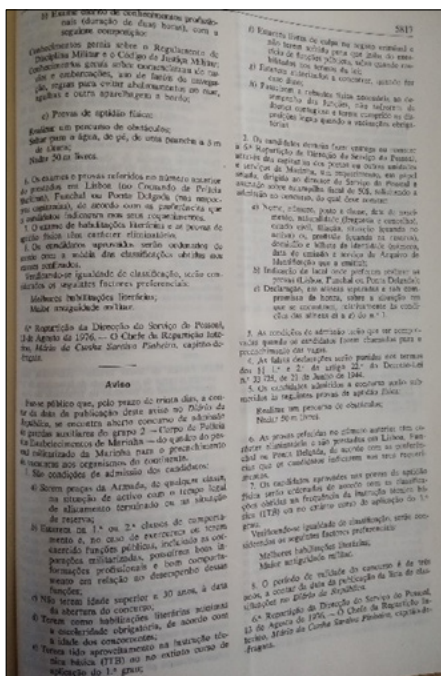


Figura VI - Diário da República n.º 203, 30 de Agosto de 1976

²⁴ Portaria n.º 336/71, de 24 de Junho

²⁵ OA1 19/25-4-73

²⁶ Decreto-Lei n.º 190/75, de 12 de Abril

²⁷ Decreto-Lei n.º 282/76, de 20 de Abril

²⁸ *Idem*

²⁹ Portaria n.º 551/82, de 8 de Agosto

³⁰ OA1 21/27-05-87, ANEXO - A

também, em 1976, ficara definido “*o funcionamento dos concursos e as condições de promoção do pessoal do grupo 2 - Corpo de Polícia dos Estabelecimentos de Marinha*”³¹, passando assim o seu ingresso a ser em Guarda-Auxiliar e, já não, em Guarda de 2.^a Classe.

Pelo facto do regulamento de uniformes dos Guardas ter sido criado em 1976, só em 1982 é que fora actualizado ou, melhor dizendo, fora posto em vigor na sua plenitude³². Assim como, fixado o seu número em cento e catorze elementos, distribuídos por: um Inspector, um Subinspector, dois Chefes, quatro Subchefes, quarenta e dois Guardas de 1.^a Classe e, sessenta e quatro Guardas de 2.^a, 3.^a e Auxiliares³³. Mas não só, também fora criado “*um novo documento que identifique o pessoal pertencente ao quadro do pessoal militarizado da Marinha*”³⁴. Fora promovido o primeiros Inspector e Subinspector, fora fixado o seu número em 124 elementos e, em 1989, criada a Comissão Consultiva Permanente de Militarizados da Marinha,³⁵ no sentido de exporem e debaterem superiormente aspectos para o bem-estar dos militarizados. Mas não só, com a aposta da política da Marinha, na valorização da pedagogia, formação e profissionalização dos seus elementos, em 2018, fora estabelecido pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Mendes Calado, que, as habilitações literárias mínimas, para concorrer a Guarda, passou a ser o 12.^o ano e, já não, o 9.^o ano³⁶, como tinha vindo a ocorrer até à data.

Assim se pode observar que, de uma forma discreta, durante estes séculos, os Guardas também contribuíram para uma boa execução dos objectivos políticos delegados à Marinha, dos quais a Marinha nunca abriu mão.

³¹ Portaria n. 152/76, de 19 de Março

³² OA1 10/10-3-82

³³ Portaria n.º 258/82, de 11 de Março

³⁴ Portaria n.º 443/82, de 30 de Abril

³⁵ OA1 24/14-06-89, ANEXO - F

³⁶ Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 42/18, de 19 de Setembro

RECURSOS MINEIROS: DE PRIVILÉGIO A PESADELO E CONSEQUÊNCIAS

Comunicação apresentada pelo Investigador Coordenador e Professor
Delfim de Carvalho, em 30 de novembro

*“Os recursos são como o ar, sem grande importância
até se notar a sua falta”
(anônimo)*

PALAVRA PRÉVIA

Antes de tudo, quero expressar o meu vivo agradecimento ao Senhor Presidente da Academia de Marinha, Almirante Vidal Abreu, o convite para aqui vir proferir uma conferência.

Quero, também, saudar todos os presentes e dizer, com muito agrado e alguma emoção contida, que é uma grande honra estar hoje aqui nesta tão ilustre instituição da nossa Marinha de Guerra, onde tive - anos sessenta - o privilégio de muito aprender e de servir o país, como simples oficial da Reserva Naval.

O gentil convite recebido do Senhor Almirante Vidal Abreu permitiu total discricionariedade para escolher o tema. Perante os temas possíveis, pareceu-me acertado vir falar de matéria com atualidade e relevância bastante para, presumo, poder justificar a atenção de quem tenha algum interesse neste domínio, do qual as sociedades evoluídas totalmente dependem e muitos ignoram, subestimam e até contestam. A escolha foi: *“Recursos Mineiros: de privilégio a pesadelo e consequências”*.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

As associações ambientalistas de todo o mundo têm-se empenhado na defesa das melhores práticas de exploração e aproveitamento sustentável de recursos minerais, dando o maior relevo e respeito à componente ambiental. Todavia, como é próprio de temas tão sensíveis, facilmente se corre o risco de mobilizar paixões exacerbadas e dar voz a formas de fanatismo, com as consequências daí decorrentes. O recurso à dramatização e ao medo constitui uma via fácil para despertar a atenção e mobilizar apoios. Com a agravante de que, sendo temas de interesse que a todos dizem respeito e podem resultar em votos, a sua politização é, muitas vezes, inevitável. Não surpreende, pois, que haja cada vez mais intervenientes em tais matérias do domínio ambiental. Diz a memória que, num balanço à escala global, sempre que a política se imiscui na Ciência, o resultado não é famoso.

A avalanche de notícias que ultimamente têm vindo a lume nos *media* e redes sociais, recriminando e obstaculizando, a todo custo e de forma desmedida, a atividade mineira, visam fazer crer na opinião pública que a exploração de recursos geológicos não renováveis, pouco mais representa do que destruir património natural.

Ou seja, esquece-se o determinante papel dos recursos na criação de riqueza e a indispensabilidade dos mesmos para o desenvolvimento civilizacional. Parece que aquilo que era considerado privilégio - caso de Portugal, dotado de uma rica Base de Recursos Geológicos (BRG) - deveria agora passar a ser encarado mais como um ónus do que outra coisa.

Por surpreendente que possa parecer, em períodos de negociações de contratos de empresas com o Estado, ainda na fase inicial para permitir prospetar, chegou mesmo a aparecer na imprensa diária - entre tantas outras manifestações da mesma índole e com igual objetivo - um mapa com pequenas áreas potenciais a estudar no centro e norte do país com o aberrante título: “*Um Terço de Portugal Condenado*” (pela exploração mineira)! (Fig. 1). Por tocar diretamente a sensibilidade do cidadão comum, mobilizando facilmente a sua atenção e natural preocupação com a qualidade de vida e o

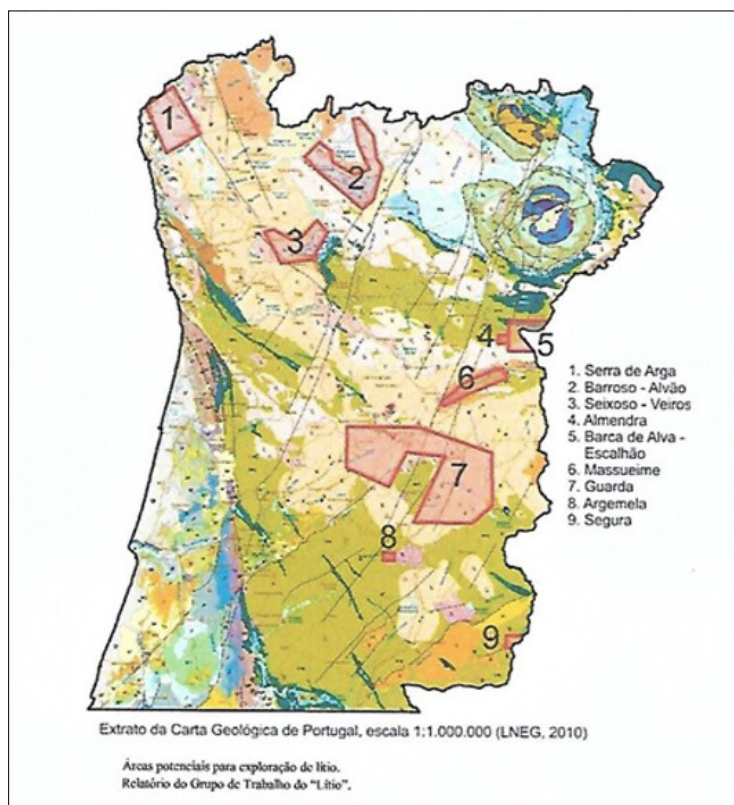


Fig. 1 - Áreas com interesse para prospetar lítio em Portugal
 (“*Um terço de Portugal condenado*”)

futuro da Terra, este tema, tal como o das alterações climáticas, tornou-se terreno fértil para deliciar sábios “tudólogos” (género “ReCiFe”, *Repetidores de Ciência Feita*), sempre desejosos de fama e notoriedade. Nunca se viram tantos, por todo o mundo. Consequentemente, os órgãos de comunicação e as redes sociais encontraram aqui uma “mina” de exploração barata e inesgotável. Impressiona ver a ligeireza com que tantos se empenham para serem notáveis e famosos. As novas tecnologias de informação vieram dar os meios de que necessitavam para facilitar tantos “sucessos” que todos os dias nos apregoam na comunicação social. Magnos temas como os da exploração de recursos minerais e conservação da Natureza e o do, assim designado, aquecimento global, vieram para o palco das atenções prioritárias.

Perante tão forte contestação e em face da preocupante situação gerada, importará levantar a seguinte questão: por este caminho aonde é que iremos chegar? Com esta dúvida, ocorre-me plagiar a resposta que um camponês transmontano deu a um turista alentejano perdido em Trás-os-Montes, quando este lhe perguntou para onde ia o caminho que pisava, e ele prontamente respondeu: “olhe, vai para onde o senhor quiser!”. O visitante, atónito, pensando que estava a ser parodiado, estranhou e ficou sem palavras. Mas, de imediato, sorriu para consigo mesmo e concluiu que, pensando bem, o camponês até tinha razão!... Na verdade, também aqui, no meio de tanta desorientação e perante tantos cenários sombrios sobre o impacto ambiental da exploração mineira, o caminho a seguir depende, fundamentalmente, do empenho e da lucidez de todos na definição do que realmente se pretende alcançar e, consequentemente, escolher o melhor rumo para lá chegar.

Importa, porém, sublinhar que as legítimas preocupações com a defesa da qualidade ambiental e com o desenvolvimento sustentável, com recurso à designada economia circular (maximização da partilha, reutilização, reparação, renovação e reciclagem de materiais e produtos) devem ser compreendidas e consideradas necessárias para o bem de todos. As contestações justas e equilibradas já deram contributos positivos para a melhoria de métodos de exploração, decorrentes da elaboração e aplicação de legislações mineiras necessariamente mais exigentes na defesa do meio ambiente natural, um pouco por todo o mundo mineiro. Todavia, estas novas vagas de militantismo fundamentalista, dominadas por idílicos neoambientalistas defendendo soluções radicais extremas - obcecados pelo ótimo e esquecendo que este é, quase sempre, inimigo do bom -, devem ser esclarecidas e neutralizadas com base em sólidos argumentos de ordem científica, económica e social. Se tal não acontecer, as consequências daí derivadas poderão vir a ser altamente perniciosas no País e no Mundo.

As linhas que se seguem visam dar algum contributo para ajudar a esclarecer este assunto, tão polémico e delicado, apresentando dados e argumentos demonstrativos do perigo de julgar tais matérias com base em análises ligeiras, simplistas e, muitas vezes, demasiado temperamentais.

A INDISPENSABILIDADE DOS RECURSOS GEOLÓGICOS NA VIDA E NO DESENVOLVIMENTO

Dizendo o mínimo, bastará lembrar que não é por acaso que todas as etapas da evolução civilizacional, desde a mais primitiva indústria do homem pré-histórico da idade da pedra e da idade dos metais até ao presente, marcado pelas novas tecnologias, novos materiais compósitos e cerâmicas, optoelectrónica, robótica, biotecnologia, inteligência artificial e era digital, são referenciadas pela dependência das rochas ou de um qualquer dos elementos da tabela periódica. Elementos esses que, tal como os vulgares e facilmente visíveis materiais de uso na construção civil e na indústria transformadora, têm de ser inevitavelmente extraídos dos recursos geológicos, muito deles de ocorrência rara e sofisticada, com que a mãe Terra nos dotou. Refira-se, como exemplo mais subtil, o caso do já banal e praticamente indispensável telemóvel que para o seu fabrico requer várias dezenas de elementos da tabela de Mendeleev (Fig. 2).

Por sua vez, a saúde, o vestuário e a produção dos alimentos, estes típicos recursos renováveis, são cada vez mais dependentes do consumo de recursos não renováveis, dada a necessidade de produtos químicos e de equipamentos. E até o fabrico do simples papel precisa de recursos para enchimento e colagem; a indispensável água, geologicamente uma rocha líquida, deve ser considerada apenas como recurso reutilizável à escala global e não recurso renovável, como a ilusão da chuva poderá alguém fazer crer - ciclo da água. Daí, a imperiosa necessidade de evitar o desperdício e preservar a sua qualidade. Exemplo chocante de desperdício ignominioso (quase diria criminoso) é o caso da água subterrânea que descarrega próximo da foz do Arade, junto a Ferragudo (Lagoa) e Portimão, em zona de influência das marés - por isso passava despercebida -, descoberta pelos levantamentos hidrogeológicos realizados pelos SGP-*Serviços Geológicos de Portugal*, (Costa, F.E., 1989). Esta descarga do mais importante aquífero do Algarve vai direta para o mar, atingia, na altura, o impressionante valor de 6 m³/segundo (Fig. 3).



Fig. 2 – Testemunhos da indispensabilidade dos Recursos Geológicos na civilização e desenvolvimento tecnológico



Fig. 3 – Carta Hidrogeológica do Sul de Portugal esc. 1:200 000 e Descarga de água subterrânea do mais importante aquífero do Algarve (6m³ /s, em 1989), Foz do Arade

De entre tanto caso clássico conhecido do relevantíssimo contributo que os recursos tiveram na História dos povos, não posso deixar de recordar - ainda com mais razão nesta Academia -, que foi a produção da prata da famosa mina de *Laurium* (descoberta a 50m de profundidade em 510 a.C.), que permitiu a Temístocles ter visão certa e tomar a, delicada e muito ousada, decisão de pedir aos atenienses a cedência da receita pessoal da prata a que tinham direito, para poder construir uma poderosa Armada e vencer os Persas na célebre batalha de Salamina contra Xerxes I, em 480 a.C. Vitória essa que foi fundamental para a afirmação da civilização ocidental de raiz greco-romana e judaica. Recordar, também, que foi devido à existência de importantes recursos minerais no nosso território que pudemos beneficiar da vinda e da consequente assimilação das culturas de povos com civilizações das mais avançadas da época pré-Romana, designadamente, Fenícios, Tartessos e Cartagineses; muito especialmente depois com a dos Romanos (século III a.C. ao século V) atraídos pelas potencialidades já algo conhecidas do nosso território, sobretudo para explorar ouro, prata, cobre, ferro, estanho, chumbo e zinco, tendo como alvos preferidos Três Minas/Jales, Aljustrel e S. Domingos. Os Romanos deixaram inúmeros testemunhos que comprovam bem o seu avançado grau de conhecimento do domínio das minas, desde a legislação até à prospeção, lavra mineira e metalurgia. Desses preciosos testemunhos comprovativos, com enorme valor arqueológico, salientam-se as duas Tábulas de Bronze com a lei Mineira Romana (Fig. 4), encontradas nos escoriais das minas de Aljustrel¹ (a primeira, século I, no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal e a segunda no Museu Nacional de Arqueologia Leite de

¹ Augusto Soromenho, “La Table de Bronze d’Aljustrel”, relatório dirigido ao Ministro do Interior, *Imprensa Nacional*, 1877. Interpretação publicada por Estácio da Veiga em 1880.

Vasconcelos) e, bem assim, o revelado das escórias antigas pré-romanas com sete vezes mais cobre residual do que as da época romana. Curioso referir que a exploração foi feita em regime de concessão para o caso do cobre em Aljustrel, enquanto que a do ouro em Três Minas/Jales era executada pelo próprio Estado Romano, a qual, a avaliar pela dimensão dos desmontes da lavra mineira encontrados, se estima que deverá ter ocupado cerca de 2000 homens/dia durante duzentos anos de trabalho. Outro exemplo da enorme importância de possuir recursos e saber aproveitá-los é o caso do volfrâmio, cuja dotação da Base de Recursos e a sua exploração permitiram dar suporte à acertada decisão de neutralidade para Portugal não entrar na tenebrosa Segunda Grande Guerra Mundial, evitando-se uma enorme perda de vidas e incalculáveis danos materiais. Esta terá sido a primeira vez que tal aconteceu, pois a norma dos povos era sempre lutar para conseguir, ou para defender, a posse de bens com valor especial ou de interesse estratégico (Carvalho. D., 2020).

Nos tempos que correm, alguns estudos vêm defendendo que os múltiplos fatores decorrentes do crescimento das economias em desenvolvimento, da expansão da era digital e das novas tecnologias fazem prever que a procura de variada gama de substâncias minerais críticas poderá mais que triplicar durante a próxima década. Com efeito, só a

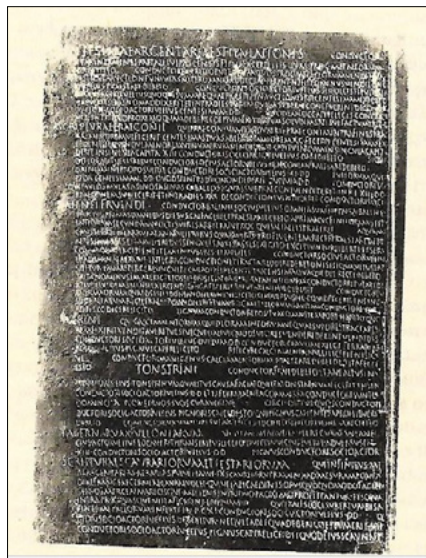


Fig. 4 – Tábula de Bronze com Lei Mineira Roma, sec.I, Minas de Aljustrel, Museu dos Serviços Geológicos de Portugal

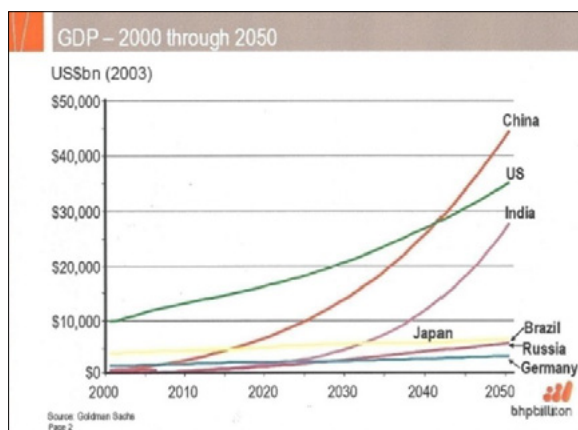


Fig. 5 – Previsão da procura mundial de commodities a deduzir do PIB (2000 a 2050)

mudança para os carros elétricos vai implicar o consumo da ordem dos 80Kg/unidade, ou seja, quatro vezes mais cobre do que um carro a combustível! Caso se excluam os recursos suboceânicos, não se sabe onde poderá ser produzido esse cobre em tal quantidade e em segurança ambiental. Isto já para não falar do neodímio, indispensável para fabrico de semicondutores, e de vários outros elementos metálicos raros (Fig. 5).

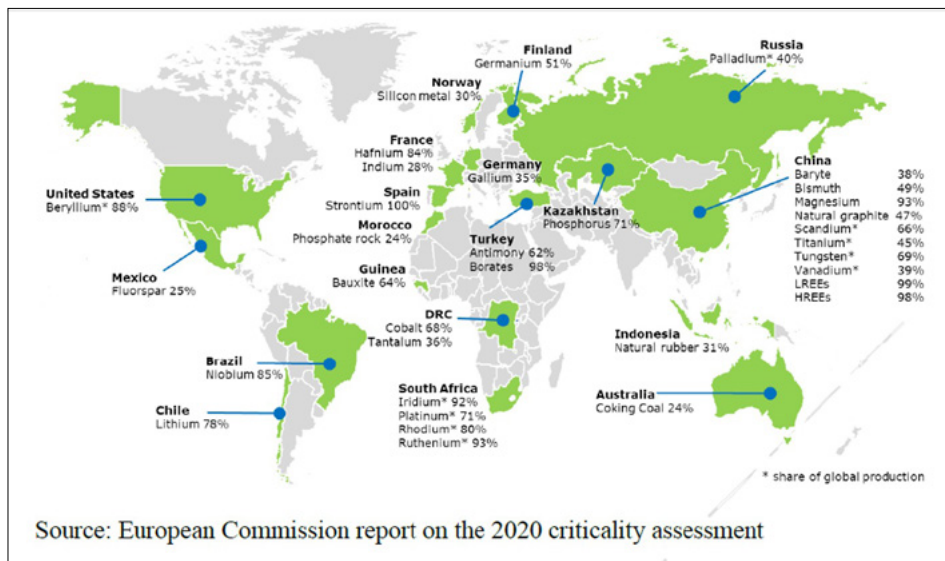


Fig. 6 – Recursos minerais críticos no mundo

Assim sendo, importa considerar, entre muitos outros, o risco de rutura em diversas substâncias críticas que, além da sua raridade, são detidas e produzidas por poucos países, alguns deles, com estratégias de aprovisionamento muito peculiares - caso da China - não se devendo excluir a possibilidade de que, esquecendo ou secundarizando princípios universais de interdependência, passem a reservar para si a produção de tais recursos. A UE, sendo o maior consumidor e importador líquido de matérias-primas minerais, parece ter despertado para o problema, dando-lhe particular atenção como se pode deduzir do recente “*Action Plan on Critical Raw Materials, European Commission*”, onde se evidencia que a excessiva dependência de apenas um fornecedor tornam a Europa vulnerável (Fig. 6). Veja-se, no que se refere a depósitos minerais conhecidos, a notável posição da China com dez casos, LREE (99%), HREE (98%), Mg (93%), Ba, Bi, grafite, Sc, Ti, W, V, quando comparada com a de outros países de maior ou semelhante extensão territorial: Canadá nenhum, Rússia Pa (40%), EUA Be (88%), Austrália carvão coque (24%) e Brasil Nb (85%). De referir também os países com recursos superiores a 50% em substâncias críticas: África do Sul Ru (93%), Ir (92%), Rh (80%), Pt (71%), Chile Li (78%), Espanha Sr (100%), Finlândia Ge (51%), França Hf (84%), Guiné bauxite (64%), Cazaquistão P (71%), RD Congo Co (68%), Turquia boratos (98%). Além disso, o mesmo estudo vem lembrar que a possível exploração e processamento de matérias-primas críticas poderia representar uma oportunidade para a transição das regiões produtoras de carvão (Fig. 7); onde também se pode ver a inclusão do lítio (Li) de que, como se sabe, Portugal tem muito boas potencialidades a nível europeu.

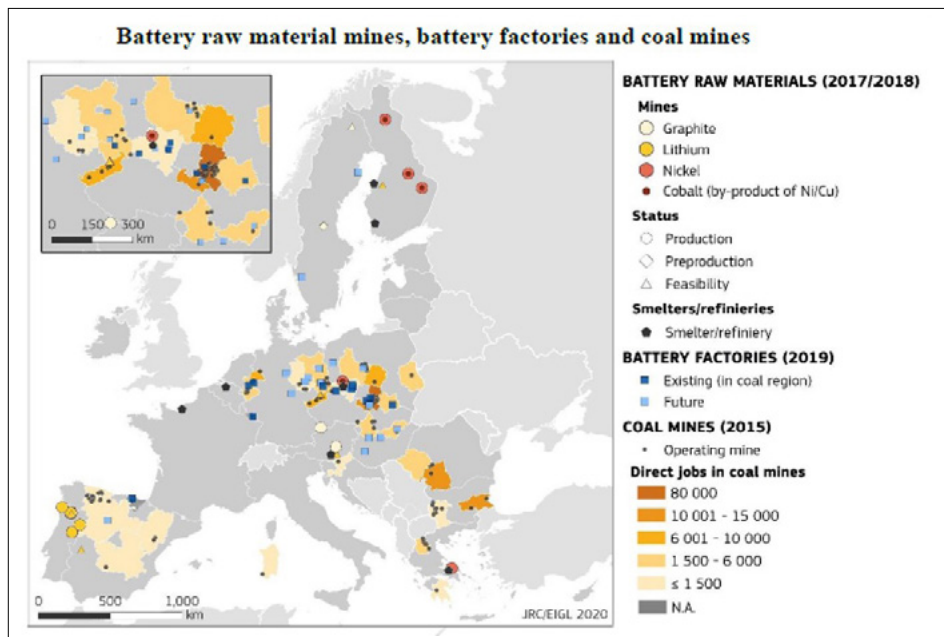


Fig. 7 – Localização de Recursos Mínerais potenciais para fabrico de baterias e das minas de carvão na UE

IMPACTO AMBIENTAL CONDICIONANTE MAIOR DA EXPLORAÇÃO MINEIRA

O ambiente que a Natureza nos oferece constitui um bem único de valor incalculável, que importa a todo o custo defender, valorizar e desfrutar. O Homem é parte integrante desse todo tão precioso e, como bem sabemos, também a defesa da vida muitas vezes obriga a enfrentar inevitáveis e difíceis opções que implicam sacrifícios e danos próprios, parcial ou totalmente recuperáveis, tal como acontece ao ambiente natural que a todos nos pertence. Pragmatismo na procura de soluções equilibradas para os interesses em jogo deve sempre ser uma preocupação maior das partes envolvidas nos processos, em particular dos respetivos decisores.

Como é bem conhecido, a dependência dos recursos geológicos implica, inevitavelmente, que qualquer exploração interfira com o meio ambiente onde ocorrem, sendo obrigação legal minimizar tais efeitos para preservar o mais possível a qualidade ambiental e agora, obedecendo a exigentes normas para assegurar que as explorações decorram de forma racional, justa, equilibrada e responsável. Explorações mineiras existem em todos os países, desde os mais desenvolvidos, mesmo europeus (Alemanha, Áustria, Espanha, Finlândia, França, Noruega, Suécia, UK...), até aos mais atrasados. A simples análise das estatísticas da população mundial - já com 7,9 mil milhões -, do crescimento demográfico e do consumo de substâncias minerais revela que são extraídas mais de dez toneladas

da crosta terrestre, por pessoa/ano, das quais cerca de 30% é rejeitado como estéril; números estes com tendência para subir devido à baixa dos teores médios da exploração da generalidade das minas ativas no Mundo. Pelas múltiplas implicações que têm, estes valores são bem elucidativos da crucial importância da prospeção geológico-mineira para novas descobertas, reposição de reservas e a consequente exploração, tendo sempre presente a otimização de processos tecnológicos que maximizem o aproveitamento (economia circular) e a preservação da qualidade ambiental, “*Green Mining*”.

Com efeito, parece oportuno recordar que, ao contrário do que se possa pensar, a preocupação com os problemas ambientais gerados pelas minas não nasceu agora como fruto da atenção e causa maior das novas gerações. Em meados do século XVI, quando nasce no Erzebirge (Saxónia-Boémia) a ciência da Geologia Mineira e Georgius Agricola publica o clássico e famoso tratado sobre jazigos minerais *De Re Metallica* (em 1556, quarenta anos após o primeiro livro impresso de Gutenberg), já nessa época Agricola se referia aos problemas de natureza ambiental provocados pela exploração mineira, alguns deles com acuidade não muito diferente da atual.

Erros, alguns graves, cometidos no passado longínquo por falta de sensibilidade, incompetência, descuido, ou outro lamentável motivo, deverão ser sempre tidos em devida conta, servir de lição para evitar omissões no futuro e não apenas de pretexto para demonizar a atividade mineira, chegando-se ao extremo de condenar, à priori, todo e qualquer projeto de explorar recursos. Efetivamente, a ajuizar pelo que, nos últimos tempos, tem sido veiculado com frequência em alguma imprensa e nas redes sociais, fica-se com a ideia de que possuir recursos geológicos com interesse mineiro passou a ser um pesadelo e não um privilégio como sempre foi. Então, o que terá acontecido para que tanta gente, alguma dela com razoável formação académica, se arrogue ardente salvadora do património natural e da vida, venha condenar a exploração mineira? Lamentavelmente, muitas dessas vozes estão, sem se aperceberem, a dar suporte a ideias idílicas, quase sempre irrealistas, incoerentes e perigosas, inclusive com laivos de racismo e neo-colonialismo implícitos. Se há domínio no mundo globalizado onde a interdependência mais se faz sentir, ele é, sem dúvida, o dos recursos não renováveis.

Com efeito, a imagem adversa criada sobre a recetividade a investimentos no setor mineiro tem efeitos práticos negativos para a economia do País, em especial para diversas regiões do interior ameaçadas pela desertificação e desemprego. Curioso se torna constatar que muitos dos ambientalistas contestatários, incluindo alguns autarcas, são dos que mais se insurgem por falta de medidas reparadoras dessas chagas demográficas e sociais. Logo que surge alguma iniciativa que vise a exploração de recursos, esquecem tais preocupações e só adiantam protestos. Inclusive, chegando a que, mesmo reconhecendo haver medidas técnicas efetivas para remediar o impacto ambiental de projetos de exploração, passassem a evocar o argumento da interferência na biodiversidade, o qual, em última análise, serve para reprovar todo e qualquer esforço no bom sentido, pois é sempre possível encontrar, no

vasto universo da escala micro à macro, dos reinos animal e vegetal, uma potencial vítima logo considerada indispensável ao equilíbrio ecológico na Terra. A generalização não deve ser regra, sob pena de se perder credibilidade. O conhecimento mínimo de Paleontologia ajuda a compreender que a Terra e a vida não acabaram, apesar das inúmeras espécies desaparecidas. A adaptabilidade é uma sublime regra de ouro da Natureza que também deve ser tida em devida conta.

Erros do passado não podem mais ser toleráveis, havendo que compreender e considerar bem-vindas as exigências e recomendações dos ambientalistas, sempre que se revelem pragmáticas, assentes em fundamento credível, e defendidas de forma racional e sensata. Todavia, mesmo assim, restam poucas dúvidas de que, no futuro próximo, muito raros serão os jazigos minerais, atuais e a descobrir, que possam gerar receitas suficientes para cobrir os custos, exponencialmente crescentes, da necessária reposição ambiental, hoje já exigida em praticamente todos os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Tendo em linha de conta a sua relevância e crucial dependência para o progresso, e dada a impossibilidade prática do mercado poder suportar preços inoportáveis de metais e matérias-primas, parece-me inevitável ter de vir a ser criado um meio de apoio a nível mundial para ajudar a viabilizar explorações consideradas de valor estratégico, porventura através dum fundo para a remediação ambiental mineira, do tipo CIGIC (*“Custos de Interesse Global Imputáveis ao Consumidor”*), no âmbito da ONU e Banco Mundial.

Tendo bem presente o ecoar crescente das vozes adversas da exploração dos recursos, mesmo que de molde moderno, racional e responsável, estou convicto de que, acima de tudo, importará esclarecer, de forma factual inequívoca, todos os diversos quadrantes. Esclarecimento esse que, no caso vertente, se fundamenta basicamente no princípio de que é um dever de qualquer país conhecer - em tempo útil - o melhor possível a sua Base de Recursos Geológicos (BRG) e, para criar riqueza, proceder ao oportuno aproveitamento dos jazigos minerais, onde, cumprindo os preceitos legais, tenha sido demonstrada, por entidade devidamente credenciada, a viabilidade da exploração económica, social e ambientalmente sustentável. Este princípio é, note-se bem, válido para toda e qualquer substância mineral e não apenas para os de maior atualidade, como é o caso do lítio. O que importa assegurar, em qualquer país, é a viabilidade económica e a exploração racional em estrito cumprimento de leis mineiras e ambientais devidamente atualizadas.

Efetivamente, a continuar-se nesta tendência - só dar eco a quem aponta inconvenientes e esquece as vantagens -, não tardará muito para que o sentido da realidade seja ignorado ou enormemente distorcido, correndo-se o risco de não fazer a opção certa de uma de duas vias: seguir o destino defendido por ambientalistas aguerridos e sonhadores idílicos apologistas da solução *“buracos só no quintal do vizinho”*; ou prosseguir, com confiança, por rumos ajustados às novas realidades, recorrendo aos meios modernos de exploração ambientalmente responsáveis e seguros, que podem dar significativo contributo para gerar riqueza, impulsionar o desenvolvimento económico, criar emprego e bem-estar social. Várias são provas conhecidas,

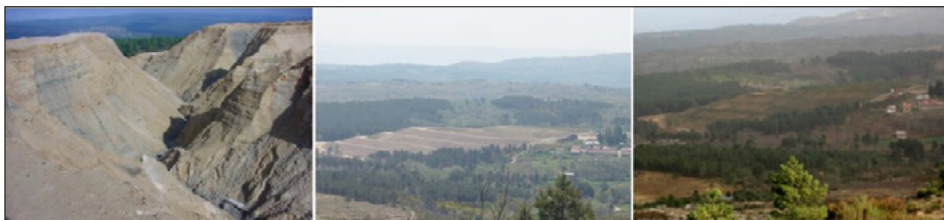


Fig. 8 – Exemplo de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras, caso de Jales (EDM 2007)

com relevo para os casos de S. Pedro da Cova, Pejão, Jales-Três Minas, Montesinho, Urgeiriça, Panasqueira, Aljustrel, S. Domingos, Lousal e muito em especial do caso de Neves Corvo (mais à frente sublinhadas) e juntando-lhes, também, a demonstração prática de que é possível remediar as chagas ambientais do passado (Programa de Reabilitação Ambiental de Minas Abandonadas, *EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro*), bem poderiam, só por si, servir de eficaz lenitivo para, porventura, ajudar a esclarecer os portadores de angústias, ou dúvidas, de índole existencial. Como exemplo elucidativo, destaca-se, entre várias, a obra de reabilitação realizada na antiga área mineira de Jales (Fig. 8).

A não ser assim, os efeitos práticos serão altamente perniciosos para o País. Na prática, tal clima de contestações extremadas afugenta os, já de si raros e muito disputados, investidores na prospeção, que, como se sabe, aplicam sempre capital de risco, mesmo quando o potencial de descobertas é muito favorável como é o caso de Portugal. Efetivamente, a concorrência é grande e eles fogem para outras paragens. Somando a isso o insignificante esforço do Estado na prospeção, o resultado final traduz-se na perda de conhecimento, desleixo e desaproveitamento de valioso património. Conhecimento esse que é indispensável ao correto planeamento e aproveitamento para bem da economia, emprego e bem-estar social. Para se planear, é necessário à partida conhecer o que se tem, o que se pode vir a ter e, também, o que nunca se poderá ter por razões de natureza geológica. Tal só se consegue com uma clara e inequívoca determinação na efetiva execução de projetos de investigação geológica e mineira em todo território sob jurisdição nacional, terra e mar.

Para elaborar mega planos de desenvolvimento credíveis, importará, antes de tudo, passar a ter como fundamento a realidade quantificada e não hipotéticas intenções com base em conhecimentos, pouco mais que indicativos de vagas potencialidades já há muito conhecidas. Essa fronteira nunca será ultrapassada apenas com meras atitudes contemplativas e simulações computacionais, tão cómodas e muito em moda. Importa desencadear ação concreta no terreno e no mar, com adequados meios próprios e a participação de terceiros. Caso contrário, as enormes potencialidades que a nossa Base de Recursos Geológicos oferece, com especial destaque para as da Plataforma Continental, irão permanecer *ad aeternum* no domínio dos sonhos. Potencialidades essas que poderiam, com adequadas medidas, vir a desempenhar papel de grande relevo e interesse estratégico para a economia a curto, médio, longo e muito longo prazos.

BASE DE RECURSOS GEOLÓGICOS, IMPORTÂNCIA, GRAU DE CONHECIMENTO E DESAFIOS PARA O FUTURO

Apesar da sua notável atividade mineira milenar, a exploração dos recursos geológicos continua a ser um pilar importante da economia nacional. Para além do contributo na exportação e no emprego, dela resulta o suporte de matérias-primas para vários segmentos da indústria transformadora e da construção civil. O nível de emprego está assegurado e poderá vir a aumentar a curto-médio prazo, caso a atividade seja bem compreendida e aceite pela comunidade. Continuam por investigar áreas com boas potencialidades geológicas para nova(s) descoberta(s) de classe mundial, justificando o investimento na prospeção geológico-mineira donde poderão resultar novas descobertas com significativo impacto na economia.

A Base de Recursos Geológicos (BRG) compreende o conjunto dos depósitos mineirais, conhecidos e desconhecidos, existentes na parte acessível da crosta terrestre que têm ou podem vir a ter interesse e aproveitamento económico para o Homem. Na prática, essa dotação de recursos deve ser considerada fixa para cada profundidade, podendo ser sempre ampliada em função da capacidade técnica, científica e económica para ir mais fundo. Ou seja, constitui um desafio permanente. Por limitações de espaço, não se ajusta prejudicar a mensagem central da presente comunicação com a descrição caracterizadora e detalhada do setor, remetendo, eventuais interessados, para o artigo sobre “Desenvolvimento Mineiro”, publicado no Boletim do IDJC “ROTEIROS” (Carvalho, D. 2014), bem como para os dados estatísticos regularmente publicados pela DGEG.

No presente contexto, quero com muito agrado e segurança bastante afirmar nesta Academia de Marinha, que tanto respeito e admiro, que voltaria, inequivocamente, a defender o que publiquei em 1994 na Colóquio Ciências, *Fundação Calouste Gulbenkian*, no capítulo intitulado: “Uma fronteira para vastos horizontes - A Zona Económica Exclusiva”, onde foi divulgada - pela primeira vez no país e por reprodução de origem identificada -,

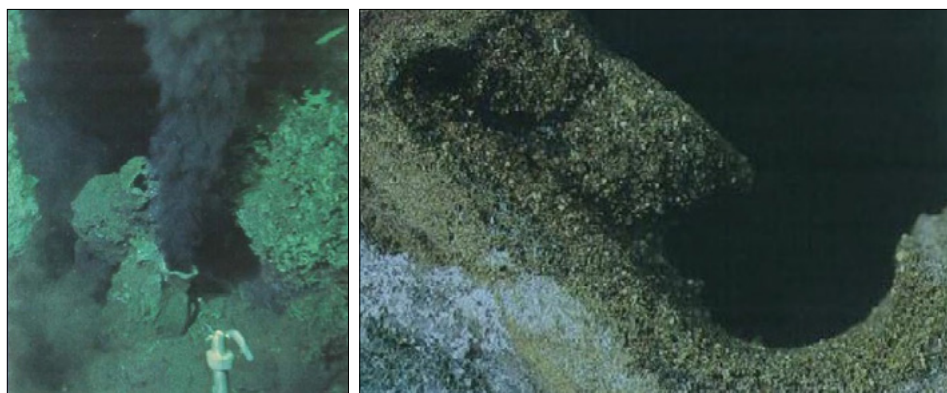


Fig. 9 – *Black Smokers* a 320 °C e depósito de sulfuretos polimetálicos na Fratura 21N da “East Pacific Rise” a 2500 m de profundidade (ALVIN, Projeto Rise 1978)



Fig. 10 – Mapa mundial do fundo oceânico

uma foto de um “*Black smoker*” (Fig. 9) em atividade, como inequívoca prova da formação ativa de fenómenos mineralizantes nas múltiplas estruturas dos fundos de mares e oceanos. Uma visão global de tais estruturas é agora fornecida pelo Mapa Mundial dos Fundos Oceânicos - World Map of Ocean Floor (WMOF), *Lamont Geological Laboratory* - (Fig. 10), magnífico documento científico cuja imagem revela muitos dos resultados maiores globais da “Dinâmica da Terra”. Precisamente o oposto da ideia que era transmitida até meados do século passado, descrevendo o fundo dos oceanos como um lugar escuro, monótono e estável, onde muito pouco ou quase nada de relevante se passava.

Portugal, apesar da pequena extensão territorial da zona emersa e da diversificada e muito expressiva exploração já conseguida desde o passado remoto, ainda possui uma BRG relativamente rica, diversificada, bem dotada e produtiva no contexto europeu, com destaque para as rochas ornamentais, rochas industriais e vários tipos de depósitos minerais donde sobressaem três jazigos de classe-mundial: Neves-Corvo (Cu, Sn, Zn, Pb, Ag,...), Panasqueira (W, Sn, Cu), Aljustrel (Zn, Cu, Pb, Ag,...). A essa dotação do território emerso há que juntar o enorme potencial - mesmo sem a previsível

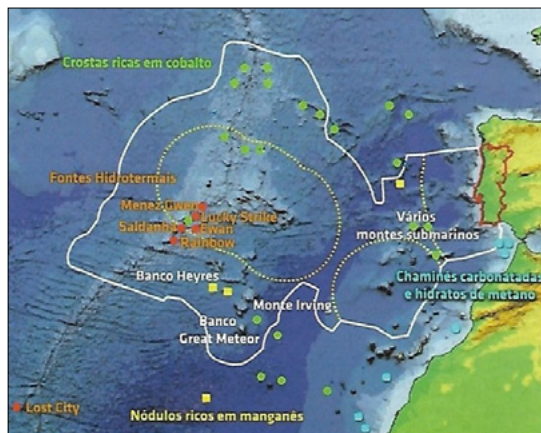


Fig. 11 – Áreas de interesse mineiro potencial na ZEE e na previsível Plataforma Continental (Correia, A.J.D. 2010)

extensão - da vasta Plataforma Continental, a terceira na Europa a seguir às da Rússia e da Noruega (Fig. 11).

Neves-Corvo é relativamente recente e mundialmente famoso pelos muito elevados teores de cobre e estanho² (Fig. 12). A sua descoberta aconteceu em 1977 e foi considerada a mais importante da Europa no pós-guerra. Iniciou produção em 1988 (lavra subterrânea, dez anos

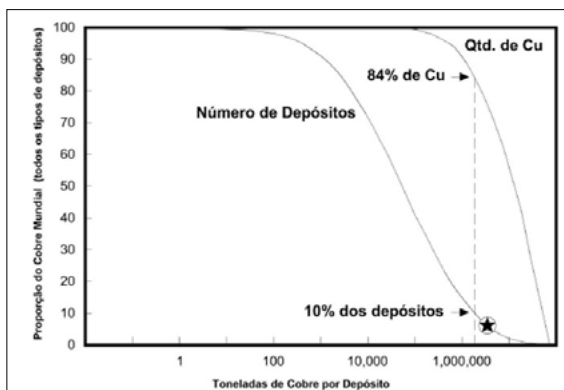


Fig. 12 – Projeção de Neves Corvo no contexto dos depósitos de cobre à escala mundial (adaptado de Singer 1995)

após descoberta), continha mais de 5 Mt (milhões de toneladas) de cobre, 4 Mt de zinco, 80 mil toneladas de estanho e 4 mil toneladas de prata. Dá trabalho direto a cerca de mil pessoas, quase 5% do emprego no Baixo Alentejo e impacto direto e indireto da ordem dos 50% na economia local e a Somincor tem-se situado entre os 10 primeiros exportadores líquidos nacionais; especialmente para Espanha, Alemanha, Finlândia e Canadá no caso do cobre, e o estanho para a Malásia e Tailândia. Simbolicamente, refira-se que o valor absoluto total do contributo de Neves-Corvo ultrapassa o do equivalente ao do ouro vindo do Brasil nos séculos XVII e XVIII. Só por si, a ocorrência de um jazigo desta dimensão e qualidade foi e continua a ser o melhor incentivo ao investimento na prospeção mineira em Portugal, onde há muito para estudar e é elevado o potencial para novas e importantes

² O Estado negociou com a Associação luso-francesa constituída pela Sociedade Mineira de Santiago (SMS, Grupo CUF e antecessora da EDM), SEREM-BRGM (Estado francês) e SMMPP (Grupo Peñarroya), um contrato para a prospeção e pesquisa de uma vasta área da Faixa Piritosa Alentejana, incluindo a área de Neves-Corvo, com uma anomalia gravimétrica já quase completamente descoberta e delimitada, em área geologicamente muito favorável, pela equipa de prospeção geológica e mineira do Serviço de Fomento Mineiro (SFM, Estado Português), sediada em Beja. À data do contrato com a Associação, este alvo já estava na calha para ser investigado por sondagens pelo SFM. A produção mineira iniciou-se em 1988 através da Somincor. A mina criou mais de mil postos de trabalho diretos, quase 5% do emprego no Baixo Alentejo, impacto de cerca de 50% na economia local e o IRC chegou a ultrapassar os 96% do total desta região alentejana (o valor absoluto - não relativo à época - do contributo de Neves-Corvo já ultrapassou em muito o do total do ouro vindo do Brasil nos séculos XVII e XVIII). A Somincor é um dos principais exportadores líquidos do país e a sua atuação nos domínios técnico-operacional, ambiental e social confere-lhe a distinção de poder ser considerada uma verdadeira empresa cidadã. É de salientar a enorme abertura ao investimento das empresas no setor (Carvalho, D. e Marçal, H., 2009 - *A Privatização da Somincor. Estudo de Caso, Edição EDM, Portugal, 107p.*).

De referir que a descoberta de Neves-Corvo e a dos depósitos vizinhos (Lombador, Semblana e Monte Branco), bem como as da Foupana, ainda em aberto, e as do Saldadinho (Cercal) e da Lagoa Salgada (Grândola) aconteceram, precisamente, dentro de zonas restritas selecionadas e destacadas como particularmente favoráveis para a ocorrência de depósitos minerais em Portugal, em trabalho de investigação apresentado e defendido, em 1974, no Symposium da International Association of Ore Deposits (IAGOD) - decorrido em Varna (Carvalho D., 1974 - *Lineament Patterns and Hypogene Mineralizations in Portugal, in Bogdanov, ed. Problems of Ore Deposition, Bulgarian Academy of Sciences, Proceedings, V.2, p. 444-453*).

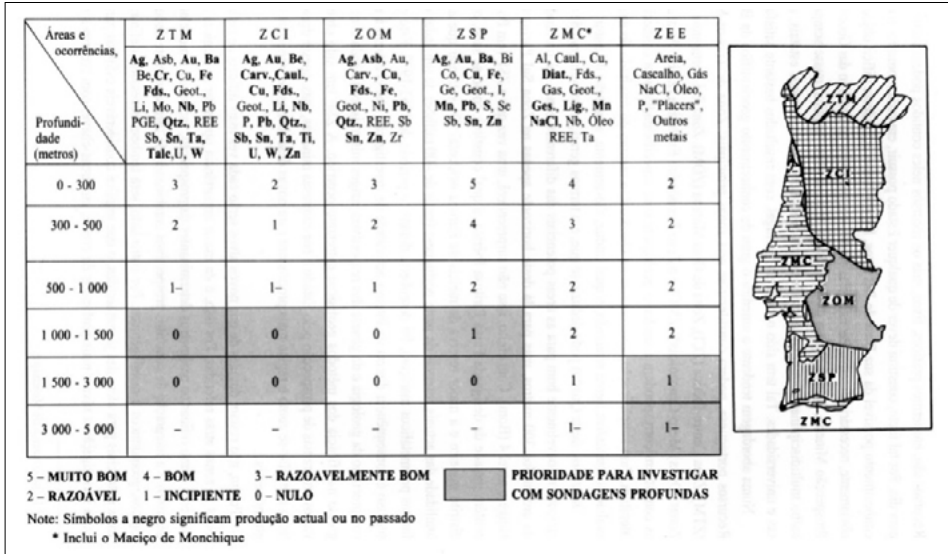


Fig. 13 – Conhecimento Geocientífico para diferentes profundidades da Base de Recursos em Portugal (Carvalho, D. 1992)

descobertas em várias das áreas potenciais que tão vasta e diversificada BRG ainda oferece (Carvalho, D. 1991).

O grau de conhecimento da nossa BRG, quando comparado a nível internacional, é relativamente avançado, havendo a salientar a qualidade da informação de base, com destaque para a cobertura de cartografia geológica do território a diferentes escalas e, mais diretamente com a prospeção, a mui recente publicação dos 8 mapas na escala 1:200 000 da Carta de Depósitos Minerais de Portugal, LNEG (Inverno, C. et al. 2021).

Por considerar que globalmente continua válido, volto a apresentar o resultado dum exercício de síntese sobre conhecimento geocientífico da nossa Base de Recursos para diferentes profundidades, na esperança de que permita uma fácil e rápida leitura do que foi feito e dos muitos desafios que temos pela frente neste domínio (Fig. 13). Desafios e riscos esses que têm justificação bastante na elevada potencialidade das várias áreas remanescentes para prospetar e descobrir jazigos, inclusive de classe-mundial. Efetivamente, é do desenvolvimento da prospeção geológico-mineira - empresas privadas e setor público - que poderão resultar novas descobertas com significativo impacto na economia e no emprego. O papel do Estado sempre foi e continua a ser fundamental no conhecimento, valorização e aproveitamento da nossa Base de Recursos Geológica.

Assim sendo, poder-se-á estimar para um período de cinquenta anos, o seguinte:

- aumento significativo de recursos e reservas de diversos metais, em especial: W, Sn, Ta-Nb, Li, Au, Ag, Mn, In, Ga, Ge, Se e Terras Raras;
- abertura de novas minas para exploração de Li, Au (Ag), W, Sn, sulfuretos polimetálicos e, possivelmente, outros;

- produção e valorização de metais como subprodutos de minérios tradicionais, necessários para os novos materiais e novas tecnologias, designadamente Li, In, Ge, Ga, Ta-Nb;
- reciclagem e aproveitamento de resíduos de antigas minas, bem como de depósitos de antigas minas de urânio por razões económicas e ambientais;
- exploração do depósito de ferro de Moncorvo, total ou parcial, logo que possa ser considerado jazigo;
- exploração de sulfuretos polimetálicos (Cu, Zn, Au-Ag e outros) e de nódulos de manganês na Plataforma Continental.

DINÂMICA DA TERRA GERAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Sempre que se conjugam determinados fatores geológicos, o processo mineralizante acontece. O que varia, de local para local, é a sua intensidade, podendo daí resultar desde a mera ocorrência mineral até ao depósito de dimensão gigantesca. O enorme progresso científico gerado a partir dos anos sessenta pela revolucionária teoria da Tectónica de Placas permitiu, entre muitos avanços, conhecer melhor a fonte de energia geradora do magmatismo, atividade vulcânica e dos principais processos da formação dos jazigos minerais. Energia essa que também, a nosso ver, veio ajudar a compreender os múltiplos e complexos processos geradores de alterações climáticas, alguns deles surpreendentemente ignorados na generalidade dos trabalhos publicados sobre o tema.

Pese embora possa parecer estranho ao tema central desta conferência, mas que na realidade não é, entendi que, pelas implicações na atividade mineira, seria ajustado apresentar uma série de considerações sobre o magno problema do designado “Aquecimento Global”, agora prudentemente mais referido por “Alterações Climáticas”. Em grande medida, é daqui que resulta a fundamentação última para contestar todo e qualquer projeto de explorar recursos mineiros, mesmo que estudos credíveis do impacto e remediação ambiental tenham sido aprovados, dado que todas as explorações implicam, necessariamente, emissão de CO₂. Assim, a importância da questão ambiental sobrepõe-se a tudo o resto, bloqueando qualquer projeto de exploração que surja no horizonte, seja qual for a área geográfica onde se localize. Isto, mesmo, num país que já demonstrou ser capaz de corrigir ou remediar enormes danos ambientais de antigas minas, inclusive do passado remoto (“A Herança das Minas Abandonadas, *EDM e DGEG, 2011*”).

Tendo bem presente que os recursos não renováveis são finitos, fácil se torna compreender e defender a transição para formas de energia renovável, desde que todo o complexo processo seja conduzido de modo gradualmente faseado, com peso, conta e medida e não como tem vindo a acontecer, de forma intempestiva, compulsiva, quase ditatorial - pretensamente revolucionária -, chegando a mobilizar incentivos com recurso a subsídios irrealistas, economicamente

incomportáveis. As diversas taxas que têm vindo a ser aplicadas à energia e aos combustíveis, dispensam mais comentários. As reações que começam já a surgir em diferentes países são o prenúncio de que muita coisa terá de mudar, antes que seja tarde demais para remediar os excessos impostos à custa de alarmes sobre “o fim do Mundo”, supostamente por causa do CO₂ antrópico. Por razões do relativamente elevado risco sísmico do nosso país, a energia nuclear, que tão bons resultados tem dado em França, não deve ser cá considerada, enquanto não houver grande progresso em matéria de segurança nos atuais reatores, ou “o sonho impossível”- fusão nuclear controlada - não vier a ser uma realidade (Carvalho, D. 2011).

O senso comum diz-nos que, por norma, a pressa é má conselheira, em particular quando existe enorme carga emotiva atrás das decisões, como é o caso. Fez-se crer que a sobrevivência humana está (mais uma vez!) à beira do fim e, assim sendo, o tema está na ordem do dia dos órgãos de comunicação e redes sociais, despertando a atenção de todos e mobilizando o maior empenho da classe política. As ocorrências recentes de catástrofes naturais de intensidade extrema, em vários pontos do globo, facilitaram a compreensão da magnitude do problema e a aceitação de que é imperioso agir no sentido de “combater” as alterações climáticas decorrentes do, assim-designado, aquecimento global. Por se tratar de processos naturais do nosso planeta, o termo “combater” deveria, com vantagem, ser substituído por, tão-só, “minorar”. Efetivamente, a aplicação do termo combater, decorre do pressuposto - dogma incontestável para muitos - de que as alterações climáticas extremas resultam do CO₂ antrópico.

Sendo observador atento e muito interessado no tema, sinto que, por imperativo de consciência, devo sublinhar e dar a conhecer matéria que me parece relevante e tem sido, incompreensivelmente, esquecida, ignorada, ou ocultada e que, por isso, justifica atenta meditação. Muita dela refere-se a domínio particularmente caro a todos e, em especial, à Ilustre Instituição onde nos encontramos. Efetivamente, parece absurdo que, na magna questão do Aquecimento Global/Alterações Climáticas se omita e, conseqüentemente, não se tenha em devida conta o contributo do calor emanado através de miríadas de zonas de fraqueza estrutural dos fundos oceânicos geradas pela Tectónica de Placas ou Tectónica Global. Por razões óbvias, está fora de causa vir aqui divagar sobre tão vasta e interessante matéria da Tectónica de Placas. Todavia, pela rica e expressiva visão global que oferece, voltamos a recorrer, com devida vénia, ao excelente documento “Mapa Mundial dos Fundos Oceânicos” (World Map of Ocean Floor, WMOF, Lamont Geological Laboratory), cuja observação atenta permite um vasto campo de leituras com interesse prático e interpretações de enorme relevância científica que, de forma direta ou indireta, muito têm a ver com a problemática associada aos temas em análise.

Para facilitar a sua leitura, deve ter-se presente um mapa com as doze mega placas do planeta e um outro com o esquema sintético em corte transversal da crosta esquematizando os ambientes gerados desde as cristas médias oceânicas até a diferentes tipos de margens continentais e respetivos jazigos minerais normalmente associados (Figs. 14 e 15).

Uma cuidada análise do WMOF leva, entre muitas reações, a imaginar a dinâmica, magnitude e energia da força motriz responsável pelas impressionantes estruturas que esta

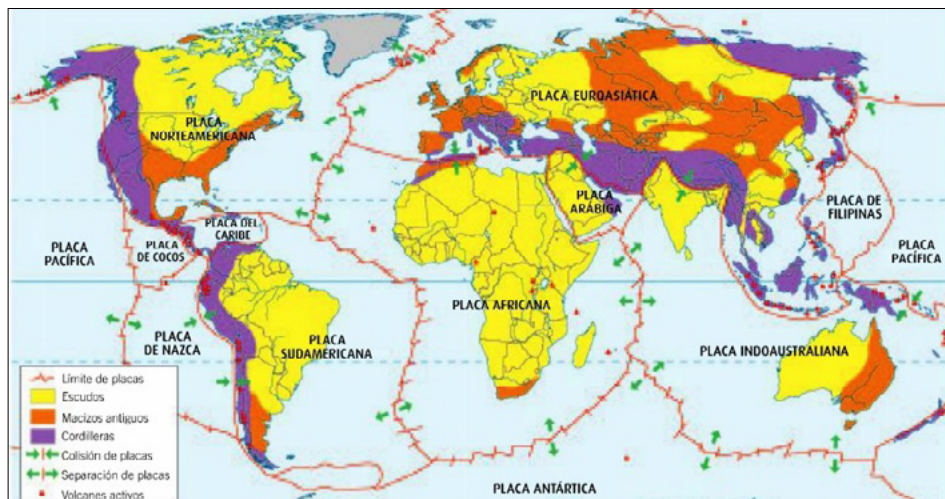


Fig. 14 – Principais Placas Tectônicas (Kerys Granados (SGM))

imagem única revela. Energia essa que, como se sabe, resulta da desintegração dos elementos radioativos essencialmente contidos na litosfera. É na astenosfera (100 a 700Km de profundidade), fluida e viscosa, que se geram mega células de correntes de convecção principais responsáveis pela deslocação das diferentes placas, ascensão de magma e atividade vulcânica diversa. Limitações de tempo obrigam a que da observação da imagem do WMOF apenas destaque o seguinte:

- visão global sintética das massas continentais, dos oceanos, interfaces ativas e passivas;
- as cristas médias (dorsais) dos oceanos por onde ascende e se expande o magma vindo do manto;
- a localização da Islândia na crista média do Atlântico, com os problemas de vulcanismo e movimentos tectónicos de separação das placas Euro Asiática e Norte Americana;
- inúmeras falhas transformantes, locais preferenciais de vulcanismo, atividade hidrotermal e sismicidade. A localização de falhas transformantes em zonas geográficas de altas latitudes, caso da Gronelândia, deverá ter efeitos consideráveis (normalmente ignorados ou omitidos) no degelo de glaciares;
- imaginar quantos focos ativos de vulcanismo e atividade hidrotermal poderão existir associados às zonas de subducção nos círculos de fogo (zonas de Benioff) com expressão superficial ou ocultas sob água do mar (caso White Island), e também às inúmeras estruturas - dorsais médias, falhas transformantes e “hot spot” -, com as quais se pode associar a formação de depósitos minerais e também a geração de sismos. Imaginar tudo isso e ter bem presente as boas potencialidades em recursos minerais da nossa vasta Plataforma Continental (Monteiro, J. H., 1975 e 1985, Carvalho, D. 1994 e 2004, Barriga, F.J.A.S., 1999, Pinheiro, L.M. et al. 2004, Correia, A.J.D., 2010, Abreu, F. V., 2011, Silva, A.C., 2021).

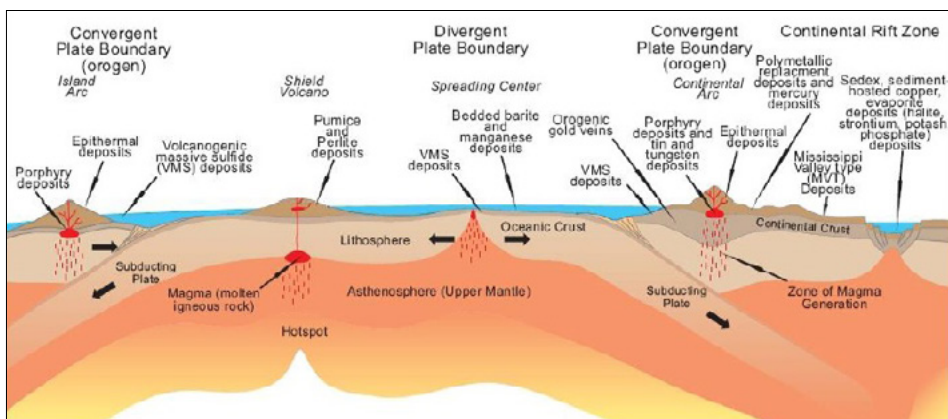


Fig. 15 – Enquadramento geotectônico de diferentes tipos de jazigos minerais (PDAC 2008)

Desde logo, importa realçar o que há muito se sabe da história do nosso planeta e que é quase sempre omitido - por ignorância, ou outro motivo que nos escapa - nos muitos artigos pretensamente julgados de base científica, bem como na generalidade das intervenções públicas vindas a lume na comunicação social. Efetivamente, um dos mais relevantes contributos das Geociências para o conhecimento científico foi, sem dúvida, o da evidenciação de que a Terra corresponde a um sistema dinâmico onde as variações climáticas, mais ou menos cíclicas, são uma constante na sua história. Dinâmica essa que, no essencial, resulta da energia libertada pela desintegração dos materiais radioativos existentes na litosfera e se manifesta, nas diferentes formas de vulcanismo e sismicidade, em zonas de fraqueza estrutural do planeta - em especial dos fundos oceânicos - derivadas da Tectónica de Placas e notavelmente bem expressas no WMOF que todos, em particular climatologistas e ambientalistas, deveriam conhecer e, minimamente, compreender. Efetivamente, parece estranho que, na generalidade dos relatos sobre alterações climáticas, se omita este dado à partida e se pretenda fazer crer que o Mundo está agora a enfrentar uma situação - alterações e mudanças climáticas extremas - nunca sentida no planeta Terra! Surpreendentemente, é esquecida a preocupação de primeiro tentar compreender o que terá provocado tais alterações, inquestionavelmente demonstradas em registos geológicos com muitos milhões de anos. Ignora-se o passado, chegando-se ao ponto de contra-argumentar dizendo que se houve alterações climáticas no passado, as do presente são mais intensas e de ocorrência mais frequente, como se tal afirmação pudesse ser aceite sem a indispensável existência de dados comparativos mensuráveis. Parece que tudo o que possa levantar dúvidas se esquece, porque apenas interessa encontrar uma causa justificativa necessariamente atribuível à ação do Homem.

Sem qualquer pretensão de fazer acreditar a terceiros, em especial nesta matéria com laivos de nova forma de religião, sinto o dever de, por imperativo de consciência, deixar aqui algumas questões que, como observador atento, tanto me preocupam.

Preocupação essa que, apesar de leigo em matéria de climatologia - tão-só observador interessado -, me chegou a levantar dúvidas sobre a capacidade de análise e compreensão; por vezes, questionava-me, com alguma ironia, se estaria na situação da clássica imagem do “único com passo certo na parada”. Tais dúvidas dissiparam-se de imediato e fiquei algo confortado e tranquilo quando tive a oportunidade de ver e ouvir o vídeo de uma conferência do Prémio Nobel da Física, Professor Ivar Giaever intitulado “*Pseudoscience of Global Warming*”, e também, entre outros, de ler os livros do famoso Professor Ian Plimer, especialmente o “*Not For Greens*” (prefácio de Patrick Moore, co-fundador da Greenpeace), e ver o vídeo “*The Great Global Warming Swindle*” (A Grande Farsa do Aquecimento Global), com intervenções de consagrados especialistas de renome mundial. Estes vídeos estão no YouTube <https://youtu.be/a15Eq-cRI8W4>; <https://youtu.be/tpvpiBiuki4>), os quais recomendo, vivamente, a todos que tenham interesse no tema.

Resumindo, elenco as principais dúvidas e preocupações que me inquietam, traduzidas sob a forma de interrogações:

- Tendo em linha de conta que o contributo da atividade humana no computo global do CO₂ rondará os 3% e que os restantes 97% devidos às emissões naturais - desgaseificação oceânica, exalação animal, vulcões e da oxidação natural -, então importará demonstrar que só o CO₂ humano-derivado é que tem influência nas alterações climáticas e perguntar se será intervindo neste modesto valor (mesmo que possa atingir os 15%, para alguns autores) que se poderá, efetivamente, condicionar o clima (Plimer, I., 2009, 2011 e 2014)? Ou será que haverá dois tipos de CO₂, um que produz efeito de estufa e um outro que é neutro?!
- Sendo facto incontroverso que a temperatura dos oceanos, onde se localiza mais de 70% da atividade vulcânica do globo, é um fator determinante no clima, por que razão se omite o contributo do calor vindo do interior da Terra nas inúmeras estruturas conhecidas, cristas médias, falhas transformantes, zonas de subducção, *hot spots*, etc, etc...? Será que toda essa energia térmica evidenciada pelo vulcanismo submarino e emissões hidrotermais diversas - temperaturas de 200 a 1400°C -, com vários exemplos ativos é irrelevante para o clima e computo global da temperatura no planeta?
- Será que o papel dos oceanos no clima é somente como meio e veículo da circulação das correntes marítimas profundas e à interação atmosfera/oceano - de cima para baixo - e nada tem que ver com a componente do calor vindo de baixo para cima através das estruturas geradas pela Tectónica de Placas? Ou será que haverá energia térmica que é neutra, “não aquece nem arrefece”, e a Física ainda ignora?!
- É confrangedor verificar que, decorrido mais de meio século sobre a demonstração da dinâmica da Terra e consequente afirmação da revolucionária teoria global da Tectónica de Placas, ainda pareça estar implícita - na generalidade dos relatos

- e considerações sobre o papel dos oceanos na questão ambiental - a visão sobre o fundo oceânico como um espaço calmo, estável, de baixas temperaturas e com pouca, ou nenhuma, sedimentação. Será isso aceitável em pleno século XXI? Será que isto acontece por ignorância, lapso ou qualquer motivo enigmático?
- Das múltiplas descrições conhecidas de ambientalistas de diversas origens, é-se levado a pensar que, para eles, a temperatura da Terra, no seu todo, comportar-se-ia como estável e daí que as variações conhecidas terão de resultar, tão-somente, de fatores externos. Será que ainda há quem pense que a temperatura do interior da Terra corresponde ao calor remanescente do arrefecimento da tal “bola de fogo original” - modelo que levou ao rotundo falhanço na conclusão sobre a idade da Terra tirada dos rigorosos cálculos de Lord Kelvin?
 - Por que razão a “teoria do Aquecimento Global” se tornou tabu incontestável e caso singular no universo científico não se admitindo poder ser contrariada ou contestada? E por que razão só se abrem programas para combater o “Aquecimento Global” e pouco ou nada para mitigar os efeitos de alterações climáticas extremas?
 - Por que razão é que as notícias e imagens sobre temperaturas altas, incêndios, tornados, inundações, degelo de glaciares, são reproduzidas na comunicação social repetidamente até à exaustão e, em contrapartida, outras que não colem com o dogma do aquecimento são pouco, ou nada, referidas, tais como: nevões sobre cerejeiras em flor em Tóquio, nevão na Turquia em Abril (1920), nevão no Central Parque N.Y., Maio (2020), nevões e valor de frio recorde no Texas em Abril/Maio 2021, neve no deserto em Marrocos? E quando das terríveis cheias deste ano na Baviera, porque é que não se referiu que outras mais intensas, destrutivas e com muitas mais mortes, já tinham ocorrido no século XVIII na mesma região?
 - Será que as alterações anómalas da distribuição de temperaturas da superfície da água do Oceano Pacífico, com grandes variações no clima, associadas aos fenómenos *El Niño*, se devem ao acaso, ou terão algo que ver com a anómala atividade tectónica da placa Nazca, (a oeste da América do sul, ao lado dos Andes) - conhecida por ter deslocamentos horizontais três a quatro vezes superiores ao normal das outras placas - e constituem sinal do contributo do vulcanismo em tais variações climáticas através das estruturas derivadas da tectónica de placas?
 - Quando se mostram as espetaculares imagens da fragmentação e degelo de glaciares, porque será que se omite, ou se ignora, qualquer referência ao efeito das emissões de calor nas estruturas próximas, casos de fraturas da crista média do Atlântico na Islândia e de falhas transformantes na Gronelândia?
 - Será que, nas propriedades físicas e na dinâmica das correntes marítimas de circulação oceânica profunda, tão determinante do clima, a componente do calor das emanções vulcânicas submarinas não conta? Será que ela é entendida como fator

constante e não variável em função da desintegração dos materiais radioativos existentes na Litosfera? Será que a alternância de períodos glaciares e interglaciares registados na História da Terra não terá nada que ver com o semi-período de vida desses radionuclídeos e consequente desintegração radioativa e geração de calor?

CONSEQUÊNCIAS A PONDERAR

São muitas e diversas as implicações e consequências negativas da aplicação de eventuais medidas drásticas e extremamente restritivas no domínio ambiental a toda e qualquer exploração mineira. Resumidamente, referem-se a seguir as consequências que parecem mais importantes a destacar.

À ESCALA DE PORTUGAL:

- perda de interesse e fuga do investimento em prospeção e exploração, apesar do bom potencial para novas descobertas de jazigos minerais;
- paralisação no conhecimento da Base de Recursos e consequente desaproveitamento do seu real valor;
- graves perturbações nos mercados de matérias-primas, subida exponencial de preços dos produtos finais e desequilíbrio da balança de pagamentos;
- perda da possibilidade de gerar novos projetos industriais criadores de emprego, riqueza e desenvolvimento;
- perda de um poderoso fator para diminuir assimetrias regionais;
- perda de estímulo para mobilizar talentos e vocações indispensáveis à manutenção e desenvolvimento de *know-how* de uma escola com créditos reconhecidos a nível internacional.

À ESCALA MUNDIAL:

- desconhecimento da Base de Recursos global e consequente desaproveitamento de recursos indispensáveis ao progresso civilizacional;
- desperdício no aproveitamento e valorização de recursos conhecidos, sem vantagens e efeitos práticos imediatos claros³;
- crescente afirmação prática do efeito NIMB (*Not In My Backyard*), esquecimento do princípio da interdependência e focalização das explorações em países do terceiro mundo, produzindo maior degradação ambiental e novas formas de colonialismo encapotado;

³ Para evitar tal erro, a Suíça já declarou que se está a querer ir longe demais e que não irá abandonar os combustíveis fósseis antes de 2050; a China, a Índia, Rússia e vários outros países parecem ir no mesmo sentido; mesmo sob os efeitos do COP26, mais de setenta países, incluindo Austrália, EUA, Rússia, Noruega, Reino Unido, Brasil, nem sequer suspenderam novos furos de sondagens para petróleo e gás.

- aumento da vulnerabilidade geral e risco de conflitos graves, face ao perigo de ruturas nos fornecimento de matérias-primas críticas decorrente de possíveis formas de gestão egoística, com práticas de exclusividade, por detentores de recursos raros e muito raros;
- custos totais in comportáveis e inviabilização de explorações nos países com mais exigentes normas ambientais;
- necessidade de ser criado um fundo especial para dar apoio à reabilitação ambiental pós-exploração mineira de interesse estratégico (fundo do tipo CIG - *Custos de Interesse Global Imputáveis ao consumidor*, no âmbito da ONU e do Banco Mundial);
- inevitabilidade de ter de se contar com a exploração de recursos minerais no fundo dos oceanos em futuro não muito distante, em particular do cobre e também de níquel, cobalto, manganês e neodímio, entre outros.

APONTAMENTO FINAL

A análise objetiva e desapaixonada da vasta e delicada problemática que o Mundo enfrenta para avaliar, gerir e aproveitar racionalmente os recursos não renováveis leva a concluir que será já neste século que se vai sentir o significado, dimensão e importância da sábia mensagem-aviso, anos atrás pronunciada por ilustre anónimo: ***“os recursos são como o ar, sem grande importância até se sentir a sua falta”***.

A preocupação pela preservação da qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável deverá ser entendida como fator determinante da viabilidade das explorações, traduzida em medidas justas e equilibradas para os interesses diretos em jogo, sempre norteadas pela defesa do bem-comum.

São muitos os dados conhecidos que apontam para uma nova era em que a disponibilidade de recursos, muitos deles de ocorrência rara e sofisticada, será determinante para assegurar progresso e desenvolvimento e evitar conflitos de interesse complexos e graves. Na procura de sensatez e equilíbrio nas decisões, deverá sobressair a certeza de que, por razões de ordem geológica, nenhum país se pode considerar autossuficiente em recursos. Consequentemente, importará sempre considerar como determinante a real dimensão e o peso do incontornável fator: **interdependência**.

**“NÓS SOMOS O QUE SOMOS
PORQUE FOMOS O QUE FOMOS”**

Eduardo Lourenço

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, F. V., 2011- O Mar-caminho ou destino. *ROTEIROS, Boletim do IDJC*, (n.s.) n.º 5, p.91-106.
- Barriga, F.J.A.S.,1999 - Actividade hidrotermal no fundo do mar dos Açores: Estado da Arte. Colóquio Ciências n.º 19. *Fundação Calouste Gulbenkian*, p. 44-59.
- Carvalho, D., 1991 - A Case History of the Neves-Corvo Massive Sulfide Deposit, Portugal and Implications for Future Discoveries, *Economic Geology Monograph* 8, USA, p. 314-334.
- Carvalho, D. 1992 - Ampliar a Base de Recursos- Tarefa Maior da Geologia, *in* O Estado das Ciências em Portugal, coord. J. Mariano Gago; Comissariado para a Europália 91 - Portugal. *Publicações D. Quixote Nova Enciclopédia*, p 289-300.
- Carvalho, D., 1994 - Passado e Futuro dos Recursos Minerais em Portugal. Colóquio Ciências n.º 14. *Fundação Calouste Gulbenkian*, p.49-69.
- Carvalho, D. 2004 - Aspetos Gerais da Geopolítica dos Recursos Minerais. *Geonovas,nº12, Associação Portuguesa de Geólogos*, p.1-22.
- Carvalho, D., 2011 - Geologia condicionante maior nas opções energéticas. *Sociedade Geológica de Portugal -Maleo* nº 2 (n.s.), p.8-11.
- Carvalho, D., 2014 - Sector Mineiro Português - Que Contributo para o Desenvolvimento Económico. *ROTEIROS, Boletim do IDJC*, (n.s.) n.º 7, p.127-161.
- Carvalho, D., 2020 - A Corrida ao Volfrâmio, *in* Da Raia Seca ao Pinhal., coord. Álvaro Carvalho, *Ancora Ed.*, p. 149-155.
- Correia, A.J.D., 2010 - O Mar no Século XXI. *FEDRAVE Ed.*, 408 p.
- Costa, F.E. (Coord.), 1989 - Carta Hidrogeológica do Sul de Portugal, esc 1:200 000, *Serviços Geológicos de Portugal*.
- DGEG e EDM (Nero, J.M.G. coord.), 2011 - A Herança das Minas Abandonadas, 176 p.
- European Commission, 2017- Report on the Critical Raw Materials and the Circular Economy, *Publication Office of The European Union*, Luxembourg, 76 p.
- Inverno, C., Carvalho, D., Parra, A., (Coords.), Reynaud, R., Filipe, A., Martins, L., 2021 - Carta de Depósitos Minerais de Portugal, esc. 1:200 000, folhas 1,2,3,4. *Laboratório de Geologia e Minas, LNEG*.
- Inverno, C., Carvalho, D., Parra, A. (Coords.), Reynaud, R., Filipe, A., Martins, L. Matos, J., 2021 - Carta de Depósitos Minerais de Portugal, esc. 1:200 000, folhas 5,6,7,8. *Laboratório de Geologia e Minas, LNEG*.
- Lomborg, B., 2007-Cool it. *Alfred A. Knopf Ed.*, 253 p.
- Meadows, .D., Meadows, L.D. e Randers, J. 1993- Além dos Limites. Da Catástrofe Total ao Futuro Sustentável. *Difusão Cultural Ed.*, 322 p.
- Monteiro, J.H. 1975 -III Conferência do Mar e Recursos Minerais do solo e subsolo marinhos. *Boletim de Minas*,v.12 nº2 p. 65-108.
- Monteiro, J.H. 1985 - Recursos Minerais da Plataforma Continental (*in* Goinhas, J.A.C.,A Prospecção

Mineira em Portugal áreas potenciais de aplicação de projetos), *Boletim de Minas*, v.22, n.º 1. p. 77-80.

Moyo, D. 2013 - A China e a Corrida aos Recursos. O Vencedor Leva Tudo. *Bertrand Ed.*, 207 p.

Pinheiro, L. M., Magalhães, V.H., Monteiro, J. H., 2004 - Vulcanismo de Lama, Hidratos de Metano e Potenciais Ocorrências de Hidrocarbonetos na Margem Sul Portuguesa Profunda, in *Nação & Defesa, Ed. Instituto de Defesa Nacional*, n.º 108 - 2ª série, Lisboa, p. 139-155.

Plimer, I., 2009 - Heaven+Earth Global Warming: the Missing Science. *Connor court Ed.*,504 p.

Plimer, I., 2011- How to Get Expelled From School. *Connor court Ed.*,243 p.

Plimer, I. ,2014 -Not For Greens. *Connor court Ed.*,275 p.

Silva, A. C., 2021- Portugal e o Mundo Numa Encruzilhada. *Bertrand Ed.*,326p.

Skinner, B. J., 1989 - Resources in the 21st century can supplies meet needs? *Episodes*, 12 (4).

Wellmer, F.W. e Kursten, M. 1992 - International Perspective Mineral Resources. *Episodes*, September.

A SOMBRA DE UM PRÍNCIPE HERDEIRO, D. JOÃO DE SEU NOME NA MORTE DE UM REI VENTUROSO

Comunicação apresentada pela Académica
Ana Paula Menino Avelar¹, em 7 de dezembro

Esta reflexão não contrapõe ao perfil *Venturoso* de um rei, D. Manuel, um *príncipe* do Renascimento, *Rei de Portugal e dos Algarves, de áquem e de além mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arabia, Pérsia e Índia*, o de cognominado Piedoso Rei, D. João III. Ela tem como propósito resgatar da sombra, um príncipe herdeiro, aquando da morte de seu pai, contextualizando momentos singulares que ajudam a traçar o perfil, daquele que em 1521 será um jovem, de 19 anos, entronizado rei, como D. João III.

Apesar da sua juventude, este é um rei, que logo nas primeiras disposições que tomou esboçou uma diferente forma de governar um império, determinando que o império português ombreasse com o de Carlos V. Se o império de Carlos V se forjava num domínio assente num espaço terrestre, o português assentar no domínio dos Oceanos.



Fig. 1. *Livro de Horas dito de D. Manuel (Ofício dos Mortos)*, atribuído a António de Holanda, 1517 - 1551. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga N.º de Inv. 14/129v.²

¹ Professora Associada com Agregação da Universidade Aberta; investigadora integrada do CHAM-Centro de Humanidades FCSH-UNL; investigadora Associada CEC-FLUL e CH-FLUL; Secretária da Classe de História Marítima da Academia de Marinha; Académica de número da Academia Portuguesa da História; ana.avelar@uab.pt

² Cf. <https://journals.openedition.org/medievalista/docannexe/image/1180/img-11.jpg>

Tomo como ponto de partida, a noite em que D. Manuel faleceu, 13 de Dezembro de 1521 e recordo que, por ordem do príncipe herdeiro, se cumprem as disposições testamentárias relativas à sepultura e exéquias. No *Livro de Horas dito de D. Manuel (Oficio dos Mortos)*, atribuído a António de Holanda, 1517/1551 (fig.1), possuímos a representação do cortejo fúnebre, que se realizou, pelas 3 horas da madrugada do dia 14 de dezembro, do paço da Ribeira para Santa Maria de Belém, onde foi sepultado.

É também nesse mesmo livro, que encontramos a representação da cerimónia do pranto, que ocorreu quatro dias depois do falecimento do monarca, a qual foi organizada pelos que presidiam ao governo da cidade.



Fig. 2. *Livro de Horas dito de D. Manuel (Oficio dos Mortos)*, atribuído a António de Holanda, 1517 - 1551. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga N.º de Inv. 14/ 130.³

Os vereadores da Câmara saíram a pé, acompanhando uma grande bandeira negra, empunhada pelo alferes da cidade, Nuno Álvares Pereira que, a cavalo, arrastava pelo chão o negro estandarte (Fig. 3). Os oficiais camarários envergavam as grandes capas de dó e seguravam varas negras nas mãos. Seguiam-nos os senhores e os fidalgos da corte...

Segundo Gaspar Correia, que vivera na corte manuelina entre 1506-1512, uma multidão de mais de 20 mil pessoas acompanhou o cortejo, que efectuou três paragens: na porta da Sé, ao meio da rua Nova dos mercadores e no Rossio [a que corresponde a tarja

³ Cf. *Ibidem*.



Fig. 3. *Detalhe do Livro de Horas dito de D. Manuel (Ofício dos Mortos)*, atribuído a António de Holanda, 1517 - 1551. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga N.º de Inv. 14/ 130 ⁴

inferior](Fig.3). Em cada paragem um escudo negro foi destruído, deste modo simbolicamente se evocava o desaparecimento do falecido monarca, cujo governo teria sido o escudo protector das terras contra os inimigos⁵. Este era o último ofício com que a república secular servia e honrava a memória dos reis defuntos.

Por ordem de D. João, a cerimónia do seu *levantamento* como rei foi preparada para decorrer no alpendre do convento de S. Domingos. As constantes e pesadas chuvas, que já tinham atrasado a cerimónia do pranto, atrasariam os preparativos da cerimónia e a própria entronização de D. João. Além disso, a inesperada queda de uma das naves



Fig.4. Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates orbis terrarum* ⁶

⁴ Cf. *Ibidem*.

⁵ Cf. CORREIA, Gaspar – *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p. 172.

⁶ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/1598#/media/Ficheiro:Lisbon_in_1598.jpg

do alpendre de S. Domingos originou comentários daqueles que liam ocultos presságios sobre um Rei e um Reino. Uma vez mais se recordava a tormenta que se abatera sobre Lisboa no dia do nascimento de D. João e o facto de, à mesma hora em que o príncipe tinha visto a luz do dia, um fogo ter deflagrado na casa onde nascera, e de uma esfera dourada, que se encontrava na capela do Hospital de Todos os Santos, ter caído, estilhaçando-se em muitos pedaços. Contudo, e apesar de D. João ter sido aconselhado por seu amo Bartolomeu de Paiva a adiar a cerimónia, não o fez, ciente que estava da importância das suas primeiras decisões como herdeiro ao trono.

D. João determinou que a cerimónia deveria ser pública, numa praça, isto é alpendre do convento de S. Domingos e não dentro do Paço⁷. Assim se definia uma nova forma de estar, a de um novo reinado, e a de um novo rei. Importa, por tudo isto, assinalar alguns dados relativamente ao modo como foi acompanhando a construção de um domínio, por parte de seu pai D. Manuel.

Ainda muito jovem, pois nascera a 7 de junho de 1502⁸, nos paços da Alcáçova, em Lisboa, acompanha seu pai em agosto de 1513 nas cerimónias públicas em Belém, no momento da despedida de D. Jaime, duque de Bragança, quando este ao comando de uma forte armada, partiu para tomar Azamor⁹.

De D. João possuímos um retrato pintado pelo mestre da Lourinhã com S. João Baptista, que representa o príncipe, mais ou menos por esta altura (fig.5). As notícias desta conquista foram recebidas, em Sintra, por D. Manuel e D. Maria, realizando-se na corte e em todo o reino grandes festas e procissões. Assim se perpetuava a importância do domínio da Cristandade¹⁰.

É certo que, tendo já os 12 anos ainda o rei não lhe tinha dado Casa, oficiais e renda, como cumpria a um príncipe herdeiro. Levantaram-se vozes, estranhando tal demora e apontando várias razões, desde a possível desconfiança do monarca face às qualidades de seu filho, à necessária ponderação em nomear, para o serviço do jovem príncipe, os que melhor o serviriam. Contudo, pelos 14 anos tal aconteceria. No entretenimento da caça e da montaria, para além dos jovens fidalgos de sua Casa, acompanhá-lo-iam seus irmãos, os infantes D. Luís que teria nascido em 1506, e o infante D. Fernando, cerca de um ano mais novo. No círculo de jovens que no paço, privavam de perto com D. João, destacam-se Duarte da Costa, seu irmão de leite, Damião de Góis e João de Barros. Uma longa amizade o ligou a Luís da Silveira, seu guarda-mor, hábil cortesão e homem maduro, que segundo Frei Luís de trataria das

⁷ Cf. CORREIA, Gaspar – *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, p. 177-180.

⁸ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I -1469-1521- Um príncipe do Renascimento*, pp. 176-177

⁹ Cf. GÓIS, Damião- *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, III, pp. 180 -183.

¹⁰ Cf. AVELAR, Ana Paula - *D. João III-O Piedoso*, pp.9-10.



Fig.5. O príncipe D. João e São João Baptista no painel lateral esquerdo do *Triptico dos Infantes* do mestre da Lourinhã.¹²

*matérias de conselho e substância, como homem entrado em dias, e a D. António de Ataíde a quem confiava as matérias mais leves e de seu gosto*¹¹.

Segundo, os seus biógrafos D. João seria *brando de condição*, com um *estilo de escrita claro e grave, fácil de servir*, não usando *palavras ásperas* quando descontente, embora seus olhos denunciasses o que sentia. O seu aspecto calmo e aprazível fazia perder o medo a quem com ele tratava, já o seu ar grave e severo impunha respeito. Falava vagarosamente o que acentuava a severidade¹³. D. João acompanhava seu pai no exercício do governo público em matérias de justiça, fazenda e mercês e D. Manuel observaria os seus modos e atenção aos negócios do estado, advertindo-o relativamente aos cuidados que deveria ter. Estes traços vão sendo referidos tanto em crónicas, como, por exemplo, nos textos dos embaixadores que vivenciavam a corte manuelina¹⁴.

Evoco-os, pois considero que permitem ler um tempo. Subscrevo a decomposição triádica de Certeau, de que a construção historiográfica se edifica a partir de três fases: a “fase documental”, a explicativa/compreensiva e a representativa ou “*escriturária*”, tomando, porém, a perspectiva ricoueriana de que a representação escrita aduz inteligibilidade ao trabalho de compreensão / explicação, sendo de fundamental importância a desocultação de

¹¹ Cf. SOUSA, frei Luís- **Anais de D. João III**, II, pp.18-19.

¹² Fez parte de um grande retábulo que D. Manuel mandou fazer para a capela mor da igreja do mosteiro dominicano em Almeirim [c. 1516].Cf. <https://tinyurl.com/mrype9u7>

¹³ Cf. AVELAR, Ana Paula - **D. João III-O Piedoso**, pp.11-12.

¹⁴ Cf. BUESCU, Ana Isabel-**D. João III-1502-1557**, pp.51-54.

anteriores escritas da História. Defendo igualmente que hermenêuticamente o biógrafo, como avançou Roland Barthes, deve atender ao detalhe, ao traço singular, pois a figura do biografado não deve ser tomada como um postulado uniforme, mas deve ser interrogado nas suas tensões, contradições, pertencas a diferentes lugares, de modo a tecer a veracidade de um tempo¹⁵. É esse tempo singular que aqui está a ser interrogado.

Um desses momentos singulares prende-se com o facto de, após ter sido atribuída a D. João Casa própria, se começar a colocar a questão do seu casamento, defendendo-se a continuação do estreitamento da aliança entre os tronos ibéricos.



Fig.6. *Fons Vitae*. Aos pés de Cristo D. Manuel e D. Maria de Aragão.
D. João encontra-se representado ao lado de seu pai ¹⁶

Refira-se que D. Manuel sempre visara este propósito, tanto no seu primeiro matrimónio, com D. Isabel, assim como no seu segundo casamento com D. Maria, a mãe de D. João (fig.6). O rei português era, pela via matrimonial, um possível sucessor à coroa castelhana-aragonesa. A morte a 23 de janeiro de 1516 de D. Fernando, sogro de D. Manuel e regente de Castela, reacendeu esta questão, perfilando-se o casamento de D. João III, com D. Leonor, a irmã mais velha de D. Carlos, filha primogénita de Joana, *a Louca* e de Filipe, *o Belo*. Pêro Correia é enviado pelo monarca português ao imperador Maximiliano, para

¹⁵ Cf. DELACROIX, Christian, F. Dosse, P. Garcia & N. Offenstad- **Historiographies- Concepts et Débats**, pp. 84,738.

¹⁶ Pintura no Museu da Misericórdia do Porto. Cf. <https://tinyurl.com/ykpi8656>

tratar dos possíveis casamentos da Infanta, sua filha, D. Isabel, com o Arquiduque austríaco, D. Carlos, e do herdeiro do trono português, D. João, com a irmã deste, D. Leonor¹⁷.

Todavia, a morte da rainha de D. Maria a 7 de março de 1517, vítima de um abscesso, que sobreveio após o nascimento do infante D. António, vai indelevelmente mudar o rumo dos acontecimentos. Observe-se como os acontecimentos se precipitam. Em setembro de 1517 chegou da Flandres, D. Carlos, arquiduque de Áustria e senhor dos Países Baixos, com sua irmã D. Leonor, para tomar as coroas de Castela e Aragão. Sua mãe, Joana, a *Louca*, permanecia encarcerada em Tordesilhas, temendo-se a sua intervenção nos governos destes reinos. A paz com Portugal seria acautelada através de uma dupla aliança matrimonial. Em outubro de 1517 D. Manuel envia Álvaro Costa, seu camareiro-mor e homem de confiança, a Castela com a missão de saudar D. Carlos e de negociar, para além do casamento da infanta D. Isabel com D. Carlos, seu matrimónio com D. Leonor. O pai substituíra, assim, o filho¹⁸.

Em Portugal argumentava-se que esta união acarretaria pesados encargos ao reino. Nas palavras de Andrada, o monarca defendia que deixava seu filho *senhor de muitos estados novos, os quais tinham sido por si adquiridos e conquistados no Oriente*, enquanto o *Venturoso* só herdara de seus antecessores os reinos de Portugal e do Algarve¹⁹. D. Manuel recearia que o casamento de seu filho com a infanta D. Leonor fortalecesse a posição deste junto do Imperador, o que o fragilizaria caso ocorresse alguma desavença com o seu herdeiro. Recorde-se que já havia registos anteriores de situações idênticas. Neste fazer e desfazer de alianças, a usurpação por parte de D. Carlos do trono, de que era herdeira sua mãe, era uma imagem que D. Manuel pretendia afastar. O casamento com D. Leonor salvaguardaria a sua posição tanto interna como externamente.

Nos círculos próximos do príncipe herdeiro levantaram-se vozes contra este casamento, defendendo o do infante D. João com D. Leonor. Luís da Silveira, um dos paladinos da causa do Infante, é afastado da corte, por ordem de D. Manuel, só regressando após a morte do monarca. Não seria este, aliás, o único afastamento. Martim Afonso de Sousa²⁰ escreve que D. António de Ataíde havia sido também temporariamente afastado, e que ele próprio, encontrando-se ao serviço do jovem príncipe, fora pressionado por alguns nobres ao serviço do monarca para abandonar a casa do Infante.

Apesar de, segundo os biógrafos, nunca se assistir, por parte de D. João, a uma clara desobediência a seu pai e Senhor, as relações esfriaram-se, aproximando-de D. Manuel

¹⁷ Sobre esta questão Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e – **D. Manuel I -1469-1521- Um príncipe do Renascimento**, pp 272-278.

¹⁸ Cf. AVELAR, Ana Paula - **D. João III-O Piedoso**, pp.26-27.

¹⁹ Cf. ANDRADA, Francisco-**Crónica de D. João III**, 9-13.

²⁰ Sobre a posição de Martim Afonso de Sousa Cf. ALBUQUERQUE, Luís(ed,- **Martim Afonso de Sousa**, p. 68 e PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro - **Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do Império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião**, p. 101.

do infante D. Luís, e mesmo após a morte de D. Manuel, quando de novo se avançou a possibilidade de este contrair matrimónio com sua madrasta, D. Leonor, tal é por si rejeitado. Aos 19 anos, D. João, é Rei de Portugal, e de um vasto império. Contudo, contrariamente ao que, até os seus mais próximos esperariam, manteve muitos dos que tinham acompanhado seu pai, preservando a continuidade governativa, sendo as *vacaturas* nos respectivos ofícios gradualmente preenchidas pelos seus mais directos validos²¹. Junto de si permanece, D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, e no seu conselho mantêm-se figuras como D. João de Meneses, D. Martinho de Castelo Branco, D. Álvaro da Costa, e o secretário António Carneiro por cujo falecimento ascenderia o incontornável Pêro de Alcáçovas Carneiro.

D. João, não deixou, contudo, de marcar o seu novo estado, chamando Luís da Silveira, o companheiro de juventude que fora afastado da corte por D. Manuel devido ao desagrado por ele manifestado aquando do terceiro casamento do *Venturoso*, não tendo porém, o protagonismo que almejava, ainda que seja ele que, em setembro de 1522, foi enviado como embaixador extraordinário junto do imperador Carlos V, para negociar o esponsais deste com D. Isabel de Portugal²². O facto de exorbitar as suas funções durante esta embaixada, ditaria o fim do seu estado de Graça, ganhando maior protagonismo D. Francisco de Ataíde, que seria uma figura tutelar de D. João III.

Assiste-se logo no ano de 1522, por parte de D. João III ao atender ao que se passa nas praças portuguesas do norte de África [Cabo Guê, Safim, Azamor e Mazagão, Ceuta, Alcácer Seguer, Tânger e Arzila]²³, escrutinando-se os complexos insulares atlânticos e o domínio do trato africano, sendo de referir como, em 1524, e no espaço marroquino, os saaditas tomaram o emirato de Marraquexe, ameaçando Portugal. D. João pesaria a presença portuguesa neste espaço²⁴. Mas tal aconteceria num tempo diferente do que é objecto desta nossa reflexão. Contudo, logo em 1522, D. João III tem que atender ao facto de as costas *brasilicas* serem assoladas por corsários, na sua maioria, franceses, o que determinaria uma atenção particular, nomeadamente nas relações que estabeleceria com Francisco I.

É certo que vários problemas se levantavam no governo da Índia tocando validos de D. Manuel. Recorde-se como Diogo Lopes de Sequeira, governador da Índia entre 1518-1521, que tinha sido substituído por D. Duarte de Meneses, ao regressar a Portugal(1522) vê os seus bens embargados e foi submetido a devassa. Contudo, refira-se que D. João III, devolver-lhe-á os seus bens e logo em 1523 nomeio-o almotacé-mor,

²¹ Cf. SOUSA, frei Luís- **Anais de D. João III**, II, p16-22.

²² Cf. BUESCU, Ana Isabel- **D. João III-1502-1557**, pp. 176-182.

²³ Cf. SOUSA, frei Luís- **Anais de D. João III**, II,87-100.

²⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira (coord.) et al- **História da Expansão do Império Português**, pp. 129-142.

integrando em 1524 a delegação portuguesa que em Badajoz–Elvas estará a negociar com os representantes de Carlos V, a posse das Molucas. É certo que, entre o final de 1521 e inícios de 1522, Duarte Pacheco Pereira regressaria da Mina a ferros, suspeito de corrupção, tendo os seus bens sido confiscados. Apesar de a acusação não ter sido provada e de ter recuperado parte dos bens, continuará receber a tença que lhe fora atribuída por D. Manuel. Como assinalou Francisco Contente Domingues: “Duarte Pacheco não se mostrou de perdão fácil: Tal como outros, ofereceu os seus préstimos a Carlos V, um mais a somar aos vários que o fizeram ou ameaçaram fazê-lo numa conjuntura delicada para o monarca português.”²⁵

Refira-se igualmente que durante o vice-reinado de D. Duarte de Meneses foram muitas as dificuldades sentidas devido às revoltas em Ormuz (1522) e aos sintomas de mal-estar por todo o Extremo Oriente. Ele regressaria a Portugal preso²⁶. Mas estas não são as questões que importa neste momento desenvolver, assinale-se somente que ao longo do reinado de D. João III se acentuaram e prolongaram as contendas entre as várias oligarquias familiares portuguesas e entre o oficialato político administrativo do governo português da Índia.

O peso do poder que o jovem monarca recebera seria desde logo por ele sentido quando, nos primeiros dias de setembro de 1522, aportou em Sanlúcar a nau *Victoria*, capitaneada por Sebastián Elcano, a única embarcação sobrevivente da expedição de Fernão de Magalhães. Sinalizo aqui o facto de João III ter apresado uma das chalupas da nau *Victoria* que aportara a Santiago, procurando os víveres que escasseavam e tentando ocultar aquela que fora a sua rota. Contudo, apesar da tentativa de apresamento da nau, ela conseguiria chegar a terras espanholas. Este incidente provocou uma torrente de mútuas recriminações que viriam a condicionar a já referida embaixada de Luís da Silveira. A missão de que este ia investido para prosseguir as negociações tendo em vista o matrimónio de Carlos V com a infanta de Portugal, D. Isabel, e de negociar um eventual casamento entre D. João III e a jovem irmã do Imperador, D. Catarina, seria relegada para segundo plano. Afinal, o que importava agora seria defender os interesses portugueses.

Luís da Silveira recebeu de D. João III instruções muito precisas no sentido de recordar a Carlos V a promessa de que a expedição de Magalhães não entraria no espaço português. Paralelamente às negociações desenvolvidas junto do Imperador, D. João III enviara António Brito às Molucas com a missão de expulsar os *castelhanos* das Ilhas do Cravo. Ainda em agosto de 1522 D. João III receberia informações do rei de Ternate, Abu Hayat, sobre a presença castelhana, enviadas pela mão de Jorge de Albuquerque,

²⁵ DOMINGUES, Francisco Contente- **Dicionário da Expansão Portuguesa**, II, p. 824.

²⁶ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay- **The career and legend of Vasco da Gama**, pp. 287-291.

capitão de Malaca²⁷. O próprio Albuquerque se encarregara de mandar traduzir a missiva do malaio para português. Nesta o jovem rei de Ternate solicitava o apoio de D. João, devido ao facto de os castelhanos terem entregado ao rei de Tidore 40 bombardas e 60 bestas, prometendo que em breve chegariam 20 naus, o que reforçaria o poder deste potentado e alteraria a correlação das forças em presença no território.

Em novembro de 1522, D. João III ordenava a Luís da Silveira que reduzisse a sua faustosa embaixada, pois a missão que agora perseguia junto do Imperador era de uma natureza muito diferente. À celebração de alianças matrimoniais sobrepunha-se um pesado litígio diplomático. O embaixador português não acataria esta recomendação, mantendo todo o esplendor da sua embaixada. Por seu turno, o Imperador não cedeu às condições portuguesas, não reconheceu o direito de Portugal às ilhas do cravo. Propôs, em contrapartida, que os participantes na expedição de Fernão de Magalhães, que se encontravam detidos em Portugal, fossem libertados. Com o objectivo de ultrapassar o impasse foi sugerido que se constituísse uma Junta que estudasse a questão das Molucas e que para ela apresentasse uma solução. Entretanto Luís da Silveira recebeu ordem de D. João III para se recolher a Lisboa. Como sabemos a resolução deste conflito arrastar-se-ia até 1529. Para o seu bom termo contribuiria a intervenção diplomática da então Imperatriz D. Isabel, irmã de D. João III, que entretanto desposara Carlos V²⁸.

Apesar do fracasso de Luís da Silveira e da disputa pelas Molucas, nos anos de 1523-1524, D. João III continua a perseguir a aliança com a Espanha de Carlos V. Assim se compreende que sua prima, D. Catarina, irmã mais nova do Imperador, tenha ido objecto da sua escolha para sua consorte. Ao Papa seria pedida a dispensa para que o casamento se efectuasse devido aos laços de parentesco. A 19 de julho de 1524 foi assinado em Burgos o contrato de casamento e no mês fevereiro de 1525 celebra-se o matrimónio religioso daqueles que anos mais tarde são representados como Juno e Júpiter, dominando o Mundo.

Última e derradeira nota neste breve esboço das sombras de um príncipe herdeiro, D. João de seu nome, na morte de um rei Venturoso: Após ter subido ao trono, D. João III reafirmou o modo como intuía o seu poder imperial, o qual ombreava repito com o de Carlos V. Não é gratuito o facto de, logo no primeiro ano do reinado, ter alterado a forma como recebia os embaixadores. Frei Luís de Sousa expõe com clareza esta mudança ao considerar que, tal como o Imperador alterou os bons costumes dos anteriores reis de Castela, também D. João se viu obrigado a fazer o mesmo na sua corte, pois ambos os impérios deveriam ser vistos como tendo a mesma honra e dignidade.

²⁷ Cf. THOMAZ, Luíz Filipe F. R. – As Cartas Malaias de Abu Hayat, Sultão de Ternate, a el-rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco, IV, pp. 381- 446.

²⁸ Cf. AVELAR, Ana Paula - **D. João III-O Piedoso**, pp.40-47

Bibliografia Citada:

- ALBUQUERQUE, Luís(ed.) – **Martim Afonso de Sousa**, Lisboa: Alfa.1989.
- ANDRADA, Francisco – **Crónica de D. João III**. Porto: Lello e Irmão Editores, 1976.
- AVELAR, Ana Paula – **D. João III-O Piedoso**. Lisboa: Academia Portuguesa da História – QuidNovi, 2009. ISBN: 978-989-554-590-2.
- BUESCU, Ana Isabel – **D. João III-1502-1557**, Lisboa: Temas e Debates, 2008, ISBN 978-972-759-981-3
- CORREIA, Gaspar – **Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)**, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1992.
- COSTA, João Paulo Oliveira e – **D. Manuel I -1469-1521- Um príncipe do Renascimento**, Lisboa: Temas e Debates, 2007. ISBN 978-972-759-920-2.
- COSTA, João Paulo Oliveira (coord.) et all – **História da Expansão do Império Português**, Lisboa: a esfera dos livros, 2014, ISBN 978-989-626- 627- 1
- DELACROIX, Christian, F. Dosse, P. Garcia & N. Offenstad – **Historiographies-Concepts et Debats**, Paris: Gallimard, 2010, ISBN 978-2-07-043927-0.
- DOMINGUES, Francisco Contente – **Dicionário da Expansão Portuguesa**, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2016, i 978-972-42-5087-8.
- GÓIS, Damião – **Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel**, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1954.
- PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro – **Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do Império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião**, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007. <https://run.unl.pt/handle/10362/11437>
- SUBRAHMANYAM, Sanjay – **The career and legend of Vasco da Gama**,Cambridge: Cambridge University Press, 1997. ISBN 0 521 47072 2 .
- SOUSA, frei Luís – **Anais de D. João III**,Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1938.
- THOMAZ, Luíz Filipe F. R. – As Cartas Malaias de Abu Hayat, Sultão de Ternate,a el-rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco. In **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa: Centro de História de Além –Mar –FCSH, 2003, IV, pp. 381-446. ISSN: 0874-9671 2

